

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

MATEUS DA FONSECA CAPSSA LIMA

**A DIREITA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA NO RIO
GRANDE DO SUL: ENTRE A DEMOCRACIA E A DITADURA
(1961-1968)**

**São Leopoldo
2017**

MATEUS DA FONSECA CAPSSA LIMA

**A DIREITA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA NO RIO
GRANDE DO SUL: ENTRE A DEMOCRACIA E A DITADURA
(1961-1968)**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
História, pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

**São Leopoldo
2017**

L732d

Lima, Mateus da Fonseca Capssa

A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul : entre a democracia e a ditadura (1961-1968) / por Mateus da Fonseca Capssa Lima. – 2017.

317 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, RS, 2017.

“Orientador: Dr. Hernán Ramiro Ramírez.”

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Rio Grande do Sul. 3. Movimento Estudantil. 4. Direita (Ciência política). 5. Anticomunismo. I. Título.

CDU: 321.64:378.189.9

Mateus da Fonseca Capssa Lima

A DIREITA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL:
ENTRE A DEMOCRACIA E A DITADURA (1961-1968)

Aprovado em (dia) (mês) (anos)

BANCA EXAMINADORA

Dr. Hernán Ramiro Ramírez (orientador) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Dr. Claudio Pereira Elmir – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Dr. Diorge Alceno Konrad – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Dr. Rafael Machado Madeira – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Dra. Marluza Marques Harres – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições ajudaram na realização dessa pesquisa. Agradeço à Universidade do Vale do Rio dos Sinos e ao Programa de Pós-Graduação em História pela qualidade da formação e pela estrutura oferecidas. Agradeço à CAPES pela bolsa que possibilitou a realização dessa tese.

Agradeço a todos os colegas e professores do PPG, com que aprendi muito e, em especial, ao meu orientador, Hernán Ramiro Ramírez, que esteve sempre disponível e soube compreender e ajudar com as minhas limitações.

Agradeço a minha esposa e ao meu filho, que estiveram sempre ao meu lado nessa trajetória e tiveram de enfrentar comigo todos os desafios.

Agradeço a minha família e amigos, por nunca terem deixado de acreditar em mim.

Agradeço a todos os meus entrevistados, que se disponibilizaram em narrar uma parte de suas vidas. Além deles agradeço aos que auxiliaram no trabalho com informações diversas, mas cujas conversas não foram formalizadas, nomeadamente Luiz Carlos Sanfelice e Vítor Osvaldo Della Méa.

Agradeço especialmente a Hélió Trindade, pela atenção com que me atendeu, disponibilizando um rico acervo e compartilhando a memória de sua própria participação.

Agradeço a Yuri Rosa de Carvalho e Anderson Ioriati Colombelli, amigos de longa data, que me auxiliaram com a pesquisa nos arquivos de Santa Maria e foram os primeiros leitores dessa tese.

Agradeço a Lidiane Friedrichs, pela gentileza em me fornecer fontes da cidade de Rio Grande.

Agradeço a todos com quem compartilhei os resultados parciais da pesquisa, em eventos ou ambientes informais, e que me ajudaram com dicas, sugestões e problematizações ou simplesmente ouvindo minhas angústias. Não é possível lembrar de todos, mas não posso deixar de mencionar: Luisiane da Silveira Gomes, Diego Braga, Caroline Poletto, Rachel dos Santos Marques, Diego Dal Bosco Almeida.

Agradeço a Rafael Machado Madeira e Cláudio Pereira Elmir, membros da banca de qualificação, cujas sugestões enriqueceram o trabalho.

Agradeço a todos os arquivistas, historiadores e outros funcionários que me atenderam. Sem o trabalho competente desses profissionais essa pesquisa não teria sido possível.

RESUMO

Este trabalho investiga a organização, posição e ações da direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul entre os anos de 1961 e 1968. Busca-se compreender a formação de grupos de oposição à União Nacional de Estudantes e ao governo de João Goulart no período de polarização política que antecedeu o Golpe de 1964. Nesse período, destaca-se o surgimento do Movimento Democrático Universitário e a ação da Federação dos Estudantes Universitários Particulares. Além disso, observa-se a relação desses com outros grupos anticomunistas no Rio Grande do Sul, cuja articulação principal se deu a partir dos cursos denominados “Educando para a Democracia”. São avaliados também os impactos do Golpe e da consolidação da Ditadura Civil-Militar sobre esses estudantes de direita. Em um primeiro momento, eles foram beneficiados ao assumirem como delegados as entidades estudantis sob intervenção. Em um processo de expansão e consolidação, venceram duas eleições diretas para o Diretório Estadual de Estudantes e criaram movimentos como o Decisão, uma tentativa de aglutinar estudantes com a mesma linha política. No entanto, outros dispositivos legais, como o Decreto Aragão, somados a incapacidade da Ditadura em responder aos anseios estudantis, levaram a um tensionamento cada vez maior a partir de 1967. As fontes utilizadas no trabalho foram as notícias publicadas pelos jornais da época, os documentos produzidos pelas próprias entidades estudantis e entrevistas realizadas com ex-militantes estudantis.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Ditadura Civil-Militar. Movimento Estudantil. Direita. Anticomunismo.

ABSTRACT

This work investigates the organization, position and actions of right-wing university students in Rio Grande do Sul between 1961 and 1968. It aims to comprehend the formation of opposition groups to the União Nacional de Estudantes and the government of João Goulart in the period of the political polarization that precedes the 1964's Coup. During this period, the emergence of the Movimento Democrático Universitário and the action of the Federação dos Estudantes Universitários Particulares stands out. In addition, this work observes the relationship with other anti-communist groups in Rio Grande do Sul, whose main articulation occurred through the courses called "Educando para a Democracia". It also evaluates the impacts of the Coup and the consolidation of the Civil-Military Dictatorship on these right-wing students. Initially, they benefited by taking student associations under intervention as delegates. In a process of expansion and consolidation, they won two direct elections to the Diretório Estadual de Estudantes and created movements such as the Decisão, an attempt to bring together students with the same political line. However, other legal initiatives, such as the Decreto Aragão, added to the Dictatorship's inability to respond to student yearnings, have led to an increasing tension since 1967. The sources used in the work were the news published by newspapers at that time, the documents produced by the student organizations and interviews with former student activists.

Keywords: Rio Grande do Sul. Civil-Military Dictatorship. Student Movement. Right-wing. Anti-communism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comício antifascista.....	81
Figura 2 – Cartazes anticomunistas nas manifestações de Caxias do Sul contra Prestes.....	123
Figura 3 – Multidão concentrada em frente ao Palácio Piratini.....	141
Figura 4 – O indivíduo e a massa.....	240
Figura 5 – Manifestação do DCE-UFRGS.....	263
Figura 6 – Manifestação do DEE.....	263

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos membros da diretoria da UEE.....	78
Quadro 2 – Presidentes da FEUC/FEUP (1959-1964).....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das Matrículas no Ensino Superior do Rio Grande do Sul (1950-1985).....	35
Tabela 2 – Número de Votantes nas Eleições da UEE/DEE.....	49
Tabela 3 – Resultados Eleitorais do DEE em 1965.....	228
Tabela 4 – Resultados Eleitorais do DEE em 1966.....	231

LISTA DE SIGLAS

ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADF	Ação Democrática Feminina
ADR	Ação Democrática Renovadora
AP	Ação Popular
Arena	Aliança Renovadora Nacional
AUI	Associação Universitária Interamericana
CAAR	Centro Acadêmico André da Rocha
CAEJ	Centro Acadêmico da Escola de Jornalismo
CAMC	Centro Acadêmico Maurício Cardoso
CAFDR	Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CAOPA	Centro Acadêmico de Odontologia de Porto Alegre
CASL	Centro Acadêmico Sarmento Leite
CASTA	Centro Acadêmico São Tomás de Aquino
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CFE	Conselho Federal de Educação
CED	Centro de Estudos do Desenvolvimento
CEIS	Comissão Especial de Investigação Sumária
CEUCE	Centro de Estudantes Universitários de Ciências Econômicas
CEUE	Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia
CIE	Conferência Internacional de Estudantes
CLACE	Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil
CMD	Cruzada da Mulher Democrática
COSEC	Secretaria Coordenadora de Uniões Nacionais de Estudantes
CPC	Centro Popular de Cultura
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
FAP	Federação Acadêmica de Pelotas
FEUC	Federação dos Estudantes Universitários Católicos
FEUP	Federação dos Estudantes Universitários Particulares
FEUPA	Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre

FEURGS	Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul
FEUSM	Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria
FJD	Frente da Juventude Democrática
FMP	Frente de Mobilização Popular
GAP	Grupo de Ação Patriótica
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IEPS	Instituto de Estudos Políticos e Sociais
IESPE	Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESUL	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul
IPM	Inquérito Policial-Militar
JDC	Juventude Democrata Cristã
JEC	Juventude Estudantil Católica
JECF	Juventude Estudantil Católica Feminina
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC	Liga Eleitoral Católica
MAC	Movimento Anticomunista
MAF	Movimento de Arregimentação Feminina
MDU	Movimento Democrático Universitário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MUDES	Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PIU	Programa de Integração Universitária
PL	Partido Libertador
POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PRP	Partido da Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UDN	União Democrática Nacional
UGES	União Gaúcha dos Estudantes Secundários
UIE	União Internacional de Estudantes
UJC	União da Juventude Comunista
UMESPA	União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre
UPF	Universidade de Passo Fundo
UEE	União Estadual de Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNISINOS/MJ	Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Memorial Jesuíta

ACERVOS CONSULTADOS

1º RTDPJ-POA	1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Porto Alegre.
AP-JAA	Acervo Pessoal de José Antônio Arregui.
AP-JME	Acervo Pessoal de José Maria Eymael.
AP-ODG	Acervo Pessoal de Osvaldo Della Giustina.
AHCMCS	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: < memoria.camaracaxias.rs.gov.br/ >.
AHMSM	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.
APERJ/DARF	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Daniel Aarão Reis Filho.
APM/DOPS-MG	Arquivo Público Mineiro/Delegacia de Ordem Política e Social de Minas Gerais. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/ >.
AN/CISA	Arquivo Nacional/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Disponível em: < http://sian.an.gov.br/ >.
AN/CSN	Arquivo Nacional/Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: < http://sian.an.gov.br/ >.
AN/SNI	Arquivo Nacional/Serviço Nacional de Informações. Disponível em: < http://sian.an.gov.br/ >.
BN	Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/ >.
BU/OTA	Brown University/Opening The Archives. Disponível em: < https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/ >.
MME	Memória do Movimento Estudantil.
PUCRS/DELFO	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Delfos – Espaço de Documentação e Memória
UNISINOS/MJ	Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Memorial Jesuíta.
UFRGS/ILEA/UEE	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados/União Estadual de Estudantes.
UFRGS/MU/CEUE	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Museu Universitário/Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 AS FACULDADES E OS UNIVERSITÁRIOS NO RIO GRANDE DO SUL	30
2.1 A Expansão do Ensino Superior no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	30
2.2 Características Socioeconômicas do Estudante	41
3 AS ENTIDADES E OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS ANTES DE 1961	58
3.1 A Representação Estudantil no Interior das Faculdades durante a Primeira República. 58	
3.2 As Federações Acadêmicas	67
3.3 A União Estadual de Estudantes.....	75
3.4 Outras Entidades.....	103
4 GUERRA FRIA, ANTICOMUNISMO E O GOVERNO JÂNIO QUADROS	110
4.1 O Governo Jânio Quadros: ambiguidade e política externa independente.....	110
4.2 A Invasão da Baía dos Porcos e sua Repercussão no Rio Grande do Sul	117
4.3 A Visita de Luiz Carlos Prestes e o Anticomunismo Católico.....	122
5 A ASCENSÃO DAS ESQUERDAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	134
5.1 A Esquerda Católica e o Movimento Universitário.....	134
5.2 A Resistência ao Golpe de 1961	139
5.3 A Reforma Universitária e a Greve do 1/3	144
5.4 As Reformas de Base.....	153
6 A AÇÃO CONSERVADORA	161
6.1 A Articulação Opositorista.....	161
6.2 Os Estudantes e a Campanha de Desestabilização do Governo Jango	165
6.3 Os Estudantes e o Golpe de 1964	183
7 A DITADURA E O CONTROLE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	194
7.1 Educação e Segurança Nacional.....	194
7.2 A Operação Limpeza e as Intervenções	201

7.3 A Lei Suplicy e a Criação dos Diretórios Estaduais de Estudantes	209
7.4 O Decreto Aragão e o Fim dos Diretórios Estaduais de Estudantes	214
7.5 O AI-5 e Decreto nº 477	217
8 O DEE/RS E O MOVIMENTO DECISÃO	220
8.1 A UEE sob Intervenção e o Impacto da Lei Suplicy	220
8.2 O DEE em Disputa: as Eleições de 1965 e 1966.....	227
8.3 A Formação do Movimento Decisão.....	237
8.4 O Decreto Aragão e a Reorganização do DEE.....	249
8.5 As Relações com a Ditadura Civil-Militar	260
8.6 As Relações com os Partidos Políticos, Movimentos e Instituições	268
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	275
REFERÊNCIAS	281
ÍNDICE ONOMÁSTICO	296

1 INTRODUÇÃO

Em 2012, uma estudante do Rio Grande do Sul declarou a intenção de refundar a Arena,¹ antigo partido de sustentação da Ditadura Civil-Militar.² A tentativa de capturar os setores “conservadores e nacionalistas” não foi bem-sucedida.³ No mesmo ano, outra iniciativa teve resultados muito mais significativos. Tratava-se do Estudantes pela Liberdade (EPL), espécie de “franquia” do *think tank* estadunidense Students For Liberty.⁴ Buscando esconder a origem internacional de seu financiamento, o EPL criou o Movimento Brasil Livre (MBL) para, a partir 2013, participar de manifestações de rua.⁵ Desde então, esses grupos passaram a atuar ativamente na política estudantil, disputando DAs e DCEs em diversas universidades, além de manterem intensa militância virtual.⁶

Esse processo descrito acima se desenrolou quando minhas pesquisas sobre o movimento estudantil já estavam em curso. Como costuma acontecer no trabalho historiográfico, no entanto, o presente lança novas perguntas e abre outras perspectivas sobre o passado. No Rio Grande do Sul, durante a polarização que antecedeu o Golpe de 1964, ocorreu um processo semelhante, embora muito mais regionalizado: os estudantes de direita constituíram movimentos organizados, que perduraram nos anos iniciais da Ditadura Civil-Militar. O MBL, hoje, e grupos como o Decisão, nos anos 1960, contradizem a visão simplista que identifica de maneira automática os movimentos estudantis com as esquerdas.

A questão central desse trabalho é compreender a formação e a atuação dos movimentos estudantis de direita no Rio Grande do Sul e o seu papel no contexto da campanha de oposição ao governo João Goulart, bem como a relação desses movimentos com a Ditadura Civil-Militar

¹ ESTUDANTE tenta refundar a Arena, partido da Ditadura. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/58494-estudante-tenta-refundar-a-arena-partido-da-ditadura.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2017.

² O conceito de Ditadura Civil-Militar é explicado adiante.

³ “FOI uma tremenda besteira”: diz jovem sobre tentativa de refundar a Arena. Disponível: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2015/01/foi-uma-tremenda-besteira-diz-jovem-sobre-tentativa-de-refundar-a-arena-cj5vujk9t0vpfxbj05oh0jbtw.html>>. Acesso em: 26 out. 2017.

⁴ Karin Fischer e Dieter Plehwe definem os *think tank* como “unidades que combinam módulos de expertise, consulta, *lobby* o apoio activo”, mobilizados para atender aos interesses de classe. Ver: FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedade civil neoliberal en América Latina: redes de *think tank* e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán Ramiro (org.). *O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2013, p. 62.

⁵ MELO, Demian. O MBL e sua rede. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-mbl-e-sua-rede/#_ftn3>. Acesso em: 26 out. 2017.

⁶ Chapas com a participação do Movimento Brasil Livre (MBL) foram vitoriosas, por exemplo, nos DCEs da Universidade Estadual de Maringá e na Universidade Federal de Santa Maria. Ver: UNIVERSIDADE repassa sede do DCE ao MBL. Disponível em: <<http://maringamanchete.com.br/universidade-repassa-sede-do-dce-para-o-mbl/>>. Acesso em: 26 out. 2017; UFSM. Esquerda perde eleição para coordenação do DCE. Grupo com apoio de PMDB/PSDB/MBL no poder. Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2016/06/ufsm-esquerda-perde-eleicao-para-coordenacao-do-dce-grupo-com-apoio-de-pmdbpsdbmbl-no-poder/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

nascente. Nesse sentido, a pesquisa se alinha com a perspectiva defendida por Samantha Viz Quadrat e Denise Rollemberg: os “regimes autoritários” possuem bases sociais e, embora tenham gerado resistências, também foram marcados pelos consensos e consentimentos.⁷ A obra organizada pelas autoras, *A construção social dos regimes autoritários*, reúne diversos estudos que procuram investigar quem foram os grupos, instituições e indivíduos que apoiaram e ajudaram a construir esses regimes.

O esforço em compreender a ação de diferentes sujeitos sociais no Golpe de 1964 não é exatamente novo. O papel dos grupos empresariais e militares, com apoio dos Estados Unidos, foi abordado por Luiz Alberto Moniz em *O governo João Goulart*, publicado originalmente em 1977.⁸ Em 1981, foi publicado o livro *1964 – A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss. O autor investigou o “complexo IPES/IBAD”, que articulou e financiou uma complexa rede de organizações dedicadas a desestabilizar o governo João Goulart. Os interesses e ação de classe envolvidos na campanha oposicionista levaram Dreifuss a cunhar a expressão Golpe Civil-Militar, adjetivo também estendido à Ditadura.⁹ Sob sua influência, surgiram outros trabalhos, como *Os senhores das Gerais*, de Heloísa Starling.¹⁰

Ainda nos anos 1980, alguns estudos enfocaram outros grupos conservadores, como organizações femininas e partidos políticos. Em 1984, Maria Vitória Benevides publicou *A UDN e o udenismo*, onde se dedicou a esse partido que esteve envolvido em diversas ações golpistas ao longo do período 1945-64.¹¹ No ano seguinte, foi editado *Deus, pátria e família*, de Solange de Deus Simões, primeira análise da participação feminina no Golpe de 1964.¹²

Uma melhor compreensão da relação entre Estado e sociedade civil durante a Ditadura Civil-Militar, no entanto, só começou a ser construída a partir da segunda metade de década de 1990, quando veio a público um conjunto maior e mais variado de estudos, em grande parte influenciado pela História Cultural, sobretudo a partir de conceitos como cultura política e imaginário. Carlos Fico investigou a construção da imagem do Brasil durante a Ditadura em

⁷ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. O IPES foi também foco de outra pesquisa, publicada no mesmo ano: *O IPES e a política educacional após 1964*, de Maria Inêz Salgado de Souza. Ver: SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁰ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹¹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

¹² SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

Reinventando o otimismo, de 1996.¹³ No mesmo ano, Carla Rodeghero defendeu sua dissertação de mestrado, centrada no imaginário anticomunista católico no Rio Grande do Sul.¹⁴ O anticomunismo inspirou outros estudos, como a tese *Em guarda contra o perigo vermelho*, de Rodrigo Patto Sá Motta, de 2000.¹⁵

As organizações femininas receberam nova atenção dos historiadores. Em 2004, Aline Presot defendeu uma dissertação de mestrado sobre as Marchas da Família.¹⁶ A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) foi estudada por Janaína Cordeiro Martins em “*A Nação que salvou a si mesma*”, dissertação defendida em 2008.¹⁷ A relação dos empresários com o Golpe e a Ditadura também foi tema de novas investigações, como as de Hernán Ramiro Ramírez,¹⁸ Thiago Aguiar de Moraes¹⁹ e Martina Spohr Gonçalves.²⁰

Trabalhos tão diversos quanto os de Lúcia Grinberg, dedicado à Arena,²¹ e de Beatriz Kushnir, que aborda a relação entre a censura e os órgãos de imprensa,²² demonstram a riqueza da produção recente.

¹³ Publicado em livro no ano seguinte. Ver: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹⁴ Ver: RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Passo Fundo - RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003. A primeira edição em livro é de 1998.

¹⁵ Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

¹⁶ Os resultados da dissertação aparecem em: PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹⁷ Publicada em livro sob o título *Direitas em movimento*, cuja primeira edição é de 2009. Ver: CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

¹⁸ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

¹⁹ MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do RS (1962-1971). Porto Alegre: PUCRS, 2012. 228p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2012; MORAES, Thiago Aguiar de. *Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. 164p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2016.

²⁰ GONÇALVES, Martin Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Niterói: UFF, 2010. 225p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2010; GONÇALVES, Martin Spohr. *American Way of Business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do Golpe Empresarial-Militar de 1964*. Niterói: UFF, 2016. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2016.

²¹ GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad X, 2009.

²² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004.

Merece destaque também o recente livro de Rodrigo Patto Sá Motta, *As Universidades e o Regime Militar*. A principal contribuição de Motta foi compreender que as instituições públicas de ensino superior tiveram também um papel legitimador, através de professores que aderiram e colaboraram com a Ditadura. Além disso, desvelou a política educacional, entendida em sua dimensão destrutiva e construtiva. A primeira diz respeito ao intuito de eliminar as esquerdas e a segunda ao desejo de estabelecer novas bases que impedissem a própria gestação das ideias contestatórias.²³

Quanto ao movimento estudantil, pesquisas enfocando o apoio ao Golpe e à Ditadura Civil-Militar ainda são embrionárias. Em 2010, Katya Braghini defendeu a tese *A “vanguarda brasileira”*, onde analisou o discurso sobre a juventude na Revista da Editora do Brasil S/A. Essa revista, de posição conservadora, valorizava as manifestações de grupos estudantis de direita, republicando notícias sobre suas ações.²⁴ Rafaela dos Santos estudou os movimentos de direita, em especial a oposição à Greve do 1/3 e os conflitos entre estudantes da USP e Mackenzie.²⁵

Além desses, outros estudos deram algum destaque para os movimentos de direita. João Roberto Martins Filho, num dos primeiros estudos acadêmicos sobre o movimento estudantil brasileiro, destacou que os estudantes apresentavam a fragmentação política típica das classes médias. A partir dessa perspectiva, identificou a fração estudantil que chamou, apoiado em Décio Saes, de liberal-elitista, predominante na UNE na primeira metade da década de 1950 e que continuou ativa na década seguinte. O foco do estudo de Martins Filho foi a ação do movimento estudantil durante os primeiros anos da Ditadura Civil-Militar (1964-1968), mas suas considerações teóricas foram importantes para romper a visão idealizada de que todo o estudante teria um perfil revolucionário.²⁶

Essa visão idealizada foi também abordada por Alberto Saldanha. Em *A UNE e o mito do poder jovem*, o autor procurou compreender a construção identitária da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse processo, teve um papel marcante a obra *O poder jovem*, de Artur José Poerner.²⁷ Publicada originalmente em 1968, portanto no calor das grandes manifestações

²³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²⁴ BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “vanguarda brasileira”*: a juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980). São Paulo: PUC-SP, 2010. 353p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2010.

²⁵ SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *O outro lado da Rua Maria Antônia*: a atuação das juventudes de direita em 1960. Niterói: UFF, 2015. 199p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2015.

²⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.

²⁷ SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

no Brasil e no mundo, a obra cristalizou a concepção do estudante brasileiro como um “oposicionista nato”. Procurando reconstituir a trajetória das lutas estudantis desde a colônia, o autor pouco destaque deu para o período em que a UNE esteve sob o comando de setores direitistas. De modo geral, atribuiu essa “fase negra” da entidade à influência do Ministério da Educação e à “infiltração norte-americana”.²⁸

Uma reavaliação da história da UNE no período entre 1945 e 1964 foi feita recentemente, em 2013, por André Luiz Mattos. Sua dissertação, *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical*, buscou reconstruir a trajetória da entidade a partir de extensa pesquisa hemerográfica. A política estudantil aparece, na investigação desse autor, como um espaço de disputa entre diferentes correntes, incluindo os grupos anticomunistas.²⁹

Estudos com enfoque local e regional trouxeram importantes contribuições empíricas. Em 1989, foi publicado o livro de Justina Iva de Araújo Silva, sobre o movimento estudantil no Rio Grande do Norte. Abordando o período entre 1960 e 1969, a autora não deixou de notar que, entre 1964 e 1966, o movimento estudantil assumiu um “papel de legitimação do regime militar”.³⁰ Os trabalhos de Andréia Zaparte, sobre o Paraná,³¹ e José Vieira da Cruz, sobre o Sergipe,³² ao tratarem do impacto da Lei Suplicy, mostraram a formação dos Diretórios Estaduais de Estudantes nesses estados.

Para o Rio Grande do Sul, é possível contar com algumas dissertações e teses que lançam contribuições sobre o apoio estudantil ao Golpe e seu papel na legitimação da Ditadura Civil-Militar. Bruna Neves Alves procurou analisar as representações que a imprensa de Porto Alegre fez dos movimentos estudantis entre 1964 e 1968. Ela observou que as ações da direita recebiam uma cobertura mais favorável do que as da esquerda.³³ Marcos Cerutti estudou a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instalada na UFRGS após o Golpe para

²⁸ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

²⁹ MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Assis: UNESP, 2013. 405p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2013.

³⁰ SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política: estudos de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 190.

³¹ ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011. 176p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

³² CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Salvador: UFBA, 2012. 527p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

³³ ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004.

investigar servidores e estudantes tidos como subversivos. Através da análise da documentação e de entrevistas, Cerutti percebeu a polarização existente naquela universidade.³⁴ Magda de Oliveira Pinto tratou das propostas de Reforma Universitária discutidas e elaboradas pela UEE e pelo DEE, entre 1960 e 1968. A autora se baseou em entrevistas e na documentação dessas entidades, que após o Golpe estiveram sob o controle de setores direitistas.³⁵ A ação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no Brasil, inclusive sua ação em Porto Alegre, em 1968, foi tema da dissertação de Clarissa Brasil.³⁶ A tese de Renato Della Vechia abordou a reorganização do movimento estudantil no Rio Grande do Sul entre 1977 e 1985. O autor trabalhou com as diversas correntes de esquerda que então se formavam, mas também caracterizou o papel do DEE, entidade que continuava controlada pela direita.³⁷ Em pesquisa anterior, abordei o movimento estudantil em Santa Maria a partir das disputas entre correntes de esquerda e direita, sendo que as últimas estiveram à frente do DCE da universidade federal local a partir de 1965.³⁸

No estado, como veremos ao longo dessa tese, constituíram-se importantes movimentos estudantis de direita no âmbito universitário. Entidades como a Federação dos Estudantes Universitários Particulares (FEUP) e o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), e movimentos como o MDU e o Decisão, tiveram grande participação nos anos 1960. Apesar disso, e ainda que outros autores tenham destacado a ação desses setores no movimento estudantil do Rio Grande do Sul,³⁹ existe uma lacuna quanto a estudos específicos no estado. Mesmo levando em

³⁴ CERUTTI, Marcos Fontana. *Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

³⁵ PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

³⁶ BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 125p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

³⁷ VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 414p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

³⁸ LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)*. Santa Maria: UFSM, 2013. 147p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2013.

³⁹ QUADRAT, Samantha Viz. A oposição juvenil à Unidade Popular. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 553, nota 30; REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 66.

consideração a bibliografia nacional, pesquisas sobre grupos estudantis de direita são ainda embrionárias, como as de Katya Braghini e Rafaela dos Santos, já mencionadas.

Essa lacuna se deve em parte a uma memória socialmente compartilhada que considera os anos 1960 como o ápice do movimento estudantil. Segundo essa memória, nesse período os estudantes, em massa, teriam se oposto ao Golpe e a Ditadura Civil-Militar. Como consequência, isso se refletiu nos estudos sobre a temática, que tenderam a enfatizar o papel das correntes de esquerda, não mencionando ou minimizando os setores que se opuseram à UNE e ao governo João Goulart e ajudaram a construir a pretensa legitimidade da Ditadura.

Essa tese parte do princípio que o Golpe de Estado de 1964 foi resultado das contradições sociais que se agudizavam no Brasil naquele momento. Mesmo que a ação propriamente dita tenha tido um caráter militar, desde 1961 havia uma tensão política disseminada em diversos setores que contribuiu para desestabilizar o governo. A luta contra as Reformas de Base, seja tentando evitá-las, seja tentando condicioná-las para que não adquirissem um sentido estrutural, movimentou grupos liberais e conservadores. Esses grupos agiam também a partir de valores compartilhados que foram mobilizados e impulsionaram a luta política. Desse modo, a construção e o aprofundamento de um imaginário anticomunista desempenhou um papel essencial. No caso dos estudantes sul-rio-grandenses, um anticomunismo de fundo católico se constituiu em um dos principais motivadores para a ação e organização dos grupos de direita. Esse anticomunismo cresceu motivado por causas externas e internas. Entre as primeiras, destaca-se o acirramento da Guerra Fria na América Latina, após a vitória da Revolução Cubana em 1959 e, sobretudo, a partir da oficialização do caráter socialista dessa revolução, em 1º de maio de 1961. A principal causa interna foi a reação à projeção das esquerdas e do projeto de mudanças de caráter nacional-reformista, cujo impulso inicial foi a campanha da Legalidade em 1961.⁴⁰

É importante esclarecer o uso de alguns conceitos. Os grupos pesquisados não se reconheciam como pertencendo à direita, preferindo se definir como democratas, antiesquerdistas ou anticomunistas. Pesava ainda no imaginário político dos anos 1960 a ligação entre esse termo e as experiências nazifascistas. O conceito era estendido também para outros grupos extremistas, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Movimento Anticomunista (MAC). Em algumas declarações, também é possível

⁴⁰ O anticomunismo, no entanto, possui raízes muito mais profundas. Conforme identificou Rodrigo Motta, o primeiro período em que o anticomunismo se fortaleceu no Brasil foi entre 1935 e 1937. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

identificar na concepção da época uma relação entre direita e defesa de um “capitalismo selvagem”, algo que era também negado pelos estudantes que interessam nessa pesquisa. Em todos os casos, o termo era encarado sempre de forma negativa. Todavia, restringir o uso do conceito de direita aos grupos extremistas seria pouco operacional, tendo em vista que o número de militantes parece ter sido pequeno e pouco ativo, ao menos até 1968.⁴¹ No contexto de intensa polarização política do governo João Goulart e dos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar, as disputas eleitorais e de visibilidade dos movimentos na esfera pública ocorriam entre as esquerdas e grupos estudantis de perfil liberal-conservador. Esses eram os antagonistas principais e esse segundo polo é o que me interessa estudar, ou seja, aqueles movimentos que concorreram contra as esquerdas pela via eleitoral ou disputando a opinião pública.

Assim, considero válido classificar esse polo liberal-conservador como pertencente ao campo político da direita, evitando um viés valorativo e assumindo uma concepção descritiva. Utilizo os conceitos de direita e esquerda entendendo que os mesmos são mutáveis, variando ao longo do tempo. Além disso, seu significado não é dado a priori, mas se relaciona com a história e a cultura política de cada país. No Brasil, após o final da Ditadura, por exemplo, esses conceitos tinham uma íntima relação com o passado de defesa ou oposição ao regime autoritário.⁴² Na conjuntura polarizada dos anos 1960, considerei dois critérios para a definição da direita estudantil: a) a oposição ao caráter estrutural das reformas de base e a outras pautas que buscavam a ampliação da democracia e dos direitos e políticas sociais, bem como aos grupos e entidades que representavam essas demandas, como a Ação Popular (AP), os partidos comunistas e a UNE; b) a participação na campanha contra o governo João Goulart e o apoio ao Golpe de 1964 e à Ditadura Civil-Militar.

⁴¹ Não encontrei no estado menções ao MAC e à Frente da Juventude Democrática (FJD), que eram ativos no Sudeste do país. O CCC, por sua vez, realizou ações em Porto Alegre em 1968. No mesmo ano, ocorreu a distribuição de um manifesto da TFP nas faculdades da capital. O Partido da Representação Popular (PRP), já tinha perdido muito de sua influência entre os estudantes. Sobre o CCC, ver: BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 125p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010. A divulgação do manifesto da TFP foi noticiada na matéria “TFP lança manifesto no meio universitário contra o comunismo”. Cf. AHMSM, *Correio do Povo*, 11 de maio de 1968, p. 11. Para um estudo sobre o PRP, ver a tese de Gilberto Calil. In: CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Niterói: UFF/UNIOESTE, 2005. 819p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Interinstitucional de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005. As ações do MAC e da FJD são descritas por: MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Assis: UNESP, 2013. 405p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2013.

⁴² MADEIRA, Rafael M.; TAROUCO, Gabriela. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, 2011, p. 175.

Outro aspecto conceitual que precisa ser definido aqui é a caracterização que faço do movimento que depôs João Goulart e do regime que se estabeleceu a partir daí. Partindo de René Dreifuss, considero que houve um Golpe Civil-Militar e uma Ditadura Civil-Militar. Penso que essas denominações dão conta da complexidade dos interesses envolvidos naqueles processos políticos. Ainda que tenha havido uma especificidade militar no movimento e no regime,⁴³ havia uma base social de apoio, bem como um forte investimento de setores empresariais na campanha de desestabilização que precedeu o Golpe.

O recorte temporal da pesquisa se inicia em 1961 e se encerra em 1968. O objetivo foi perceber a ação, o pensamento e a organização dos grupos estudantis de direita nesse período de polarização, tão marcante entre 1961 e 1964, bem como no momento seguinte, entre 1964-1968, quando a Ditadura Civil-Militar toma forma e se consolida. O ponto final desse recorte é, portanto, a decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968.

As fontes utilizadas podem ser divididas em dois conjuntos principais.⁴⁴ O primeiro deles são as hemerográficas. Uma pesquisa inicial foi realizada nos jornais *A Razão e Correio do Povo*. *A Razão* pertencia, à época, aos Diários Associados e era o único jornal diário de Santa Maria, cidade onde se instalou a primeira Universidade Federal do interior e que teve um forte núcleo de estudantes de direita. O *Correio do Povo* era o maior jornal em circulação no Rio Grande do Sul. Ambos foram localizados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) e pesquisados de maneira sequencial, edição por edição, buscando identificar as notícias referentes ao movimento estudantil. Isso feito, passei a utilizar a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O acervo digitalizado da Biblioteca Nacional possui, para a década de 1960, dois jornais do Rio Grande do Sul: *Diário de Notícias* e *Jornal do Dia*. O primeiro pertencia aos Diários Associados e já se encontrava em decadência. O segundo era um jornal católico, com forte discurso anticomunista e que, por isso mesmo, dava um grande espaço para os movimentos de direita. Essa ferramenta foi essencial pois permitiu a busca por palavras-chave. Assim, foi possível procurar por nomes de militantes ou entidades já identificados previamente. Isso permitiu encontrar muitos elementos que escapam a uma pesquisa sequencial, na qual devido ao volume de informações não é possível ler o conteúdo de todas as matérias, o que obriga muitas vezes a focarmos apenas nos títulos ou em determinadas seções (como Casas

⁴³ Como já apontaram inúmeros autores, como Carlos Fico, para quem a campanha de desestabilização foi civil-militar, mas o Golpe e a Ditadura foram militares, dado o papel preponderante desses. Ver: FICO, Carlos. *Além do Golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004; FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 19-21.

⁴⁴ Outras fontes, provenientes de acervos diversos, foram usadas de modo complementar.

de Ensino, no caso do *Correio do Povo*). Pesquisando por palavras-chave é possível, por exemplo, localizar o nome de um estudante numa notícia sobre determinado partido político. Esse procedimento permitiu estabelecer uma ligação mais efetiva entre diversas organizações e movimentos. Na Hemeroteca Digital também recorri a vários periódicos de outros estados, como *Tribuna de Imprensa*, *Diário de Notícias (RJ)*, *Novos Rumos*, *Última Hora (RJ)*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Eles permitiram uma visão do contexto nacional, bem como o posicionamento de entidades como a União Nacional dos Estudantes e as uniões estaduais. Utilizei também outros acervos digitais, como dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Diversos jornais da cidade de Caxias do Sul estão disponíveis no sítio do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Caxias do Sul (AHCMCS). Consultei, sobretudo, edições do *Pioneiro* e do *Correio Rio-grandense*, esse último com perfil semelhante ao *Jornal do Dia*. Por fim, utilizei recortes de diversos jornais que foram preservados no acervo da UEE.

Os periódicos pesquisados, em sua maioria, podem ser classificados como jornais informativos modernos. Segundo Francisco Rüdiger, eles seriam caracterizados pela racionalidade econômica das empresas, passando a se apresentar como “imparciais”, na busca de um público leitor mais amplo. Isso não significou a perda do viés político dessas publicações, que apenas deixou de ser explícito,⁴⁵ embora em momentos de crise, como o Golpe Civil-Militar, as posições se tornavam novamente evidentes. Naquela conjuntura, os grandes veículos de comunicação chegaram, inclusive, a se articular através da Rede da Democracia, criada em outubro de 1963 com o objetivo de “uniformizar suas críticas ao governo”.⁴⁶ Participaram dessa Rede as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, e os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal*. De modo mais amplo, a oposição ao governo João Goulart na imprensa foi estimulada pelo IPES, que mantinha relações, além dos já citados, com a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, a *Tribuna da Imprensa*, o *Correio do Povo*, os Diários Associados (grupo proprietário, à época, de diversas publicações, incluindo os jornais do Rio Grande do Sul *A Razão* e o *Diário de Notícias*), entre vários outros.⁴⁷

Tendo em vista as particularidades desse tipo de fonte, Tania Regina de Luca aponta a necessidade de “dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, além de “atentar para o destaque conferido ao acontecimento”.⁴⁸ Nesse sentido,

⁴⁵ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 77 e seguintes.

⁴⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, posição 3858.

⁴⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 233.

⁴⁸ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

considero essencial a contribuição de Bruna Neves Alves. Segundo essa autora, os grupos estudantis disputavam também a visibilidade na imprensa. Apesar do discurso de neutralidade, os espaços concedidos aos universitários de esquerda e direita eram diferenciados. Os depoimentos e materiais dos primeiros eram, em geral, publicados de maneira indireta, acompanhados de comentários. Já os segundos podiam veicular diretamente suas opiniões. Essa desproporcionalidade deve ser considerada e pode constituir uma vantagem, pois desse modo é possível ter acesso privilegiado ao que pensavam os estudantes de direita.⁴⁹

Um segundo conjunto de fontes contempla aquelas produzidas pelas entidades estudantis. No acervo do Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), disponível no Museu da UFRGS, encontrei muitas correspondências trocadas entre esse centro e outras agremiações. Além disso, foi possível consultar diversas publicações estudantis. O acervo está muito bem preservado, embora o material não tenha sido catalogado e organizado, o que torna difícil a localização de documentos específicos. Pesquisei também o acervo da UEE, disponível no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS. Lá se encontram correspondências recebidas e expedidas, livros de atas, recortes de jornais, relatórios de gestão. A documentação é rica, mas existem diversas lacunas, como as gestões 1961-62 e 1963-64. Para alguns períodos, dispõe-se apenas de recortes de jornal, enquanto outros são fartamente documentados, como a gestão 1964-65.⁵⁰

Realizei, de modo complementar, entrevistas com pessoas que participaram do movimento estudantil no período estudado, buscando sobretudo os dirigentes da UEE, do DEE e participantes do Movimento Decisão e do Movimento Democrático Universitário (MDU). Os colaboradores foram: Flávio Tavares, presidente a UEE (1954-55); Adão Faraco e Edyr Variani, respectivamente presidente e vice-presidente da UEE (1959-60); Osvaldo Della Giustina, presidente da UEE (1960); José Maria Eymael, presidente da FEUP (1960-61); Hélió Trindade, vice-presidente da UEE (1961-62 e 1962-63); Paulo Tomás Fiori, secretário da UEE (1963-64); José Antônio Arregui, membro do MDU e vice-presidente da UEE (1964-65); Paulo Gouvêa da Costa, membro do Decisão e presidente do DEE (1965-66); Reginaldo Pujol, presidente da Ala Moça da União Democrática Nacional (UDN) e líder de um grupo rival ao Decisão; José Alberto Fogaça de Medeiros, que era próximo ao grupo de Reginaldo Pujol;

⁴⁹ Ver: ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, capítulo 2.

⁵⁰ Para essa gestão é possível contar com farta documentação, da qual se destacam as correspondências expedidas e recebidas. O material encontra-se todo encadernado e muito bem organizado. Entre 1964 e 1965 a UEE foi presidida por Vitor Osvaldo Della Méa.

Adalberto de Souza Pasqualotto, membro do Decisão e presidente do DEE (1967-68); e Antônio Carlos de Avelar Bastos, presidente do DEE (1968-69 e 1969-70).⁵¹ As entrevistas foram semidirigidas, com algumas perguntas ou tópicos centrais, mas abertas para novas questões ou assuntos que surgissem.⁵² Adotei uma perspectiva temática,⁵³ em que foram explorados diversos aspectos da militância estudantil, sobretudo buscando elucidar determinados acontecimentos ou contornar as lacunas de outros tipos de fontes.

Construído a partir dessas fontes, o texto que se segue está dividido em sete capítulos. O **Capítulo 2** caracteriza as instituições educacionais e os estudantes universitários. A primeira parte apresenta processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul. A compreensão dessa trajetória é fundamental, pois as mudanças implicaram no ingresso de novas camadas sociais nas faculdades e universidades. Isso leva a segunda parte do capítulo, na qual procuro descrever quem eram os estudantes universitários nos anos 1960.

Um levantamento histórico das entidades estudantis no Rio Grande do Sul é feito no **Capítulo 3**. Procurei identificar o máximo possível de agremiações e lideranças universitárias, tendo em vista que existe na historiografia uma lacuna enorme sobre a representação estudantil. Não consegui localizar nenhum trabalho acadêmico que centrasse nas décadas de 1940 e 1950, por exemplo, e mesmo sobre a década de 1960, que concentra uma quantidade significativa de estudos, não há um esforço mais sistemático em situar a política estudantil. Reconstruir essa história é fundamental para compreender as mudanças e permanências que o período focado na pesquisa representa.

O **Capítulo 4** centra-se na ação estudantil no Rio Grande do Sul durante o governo de Jânio Quadros. As transformações internacionais ligadas à Guerra Fria e ao impacto da Revolução Cubana, e a opção brasileira em perseguir uma política externa independente, trouxeram à tona manifestações de um anticomunismo cujas raízes eram bastante profundas. Essa reação conservadora é estudada a partir de dois episódios: as repercussões da invasão das Baía dos Porcos e os protestos contra a visita de Luiz Carlos Prestes ao Rio Grande do Sul.

⁵¹ Foram fundamentais as informações trocadas com outras pessoas que, por motivos diversos, não puderam ser formalizadas: Luiz Carlos Sanfelice, militante secundarista, e Vítor Osvaldo Della Méa, presidente da FEUP (1963-64) e da UEE (1964-65). Procurei contato, sem sucesso, com Rubem Süffert, presidente do DEE (1966-67), e com Paulo Sarkis, presidente do DCE da UFSM (1965-66).

⁵² Sobre os tipos de entrevista, ver: TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁵³ Sobre a história oral temática ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 67-70.

A ascensão das esquerdas no movimento estudantil é o tema do **Capítulo 5**. No início dos anos 1960, acontecimentos como a Legalidade, a Greve do 1/3 e as lutas pelas Reformas de Base, ao mesmo tempo que foram construídos com a participação das esquerdas, ajudaram a impulsioná-las. Considero que os diferentes campos políticos se definem mutuamente, a partir de sua inter-relação. Sendo assim e levando em conta a crescente polarização política, é preciso referenciar ambos os polos do espectro.

No **Capítulo 6** passo a focar a ação dos grupos que passaram a compor a oposição ativa ao governo João Goulart e às esquerdas. Foi nesse momento que estudantes de direita passaram a se organizar de modo mais efetivo. Nesse período, eles atuaram, sobretudo, através do Movimento Democrático Universitário e da Federação dos Estudantes Universitários Particulares. Procuo estabelecer, ainda, a relação desses grupos estudantis com outras iniciativas oposicionistas. Essa articulação foi visível especialmente nos seminários chamados “Educando para a Democracia”.

Com a deposição de João Goulart, começa o período de construção da Ditadura Civil-Militar, cujas ações tiveram grandes consequências para a política educacional e para a organização do movimento estudantil. Esse é o foco do **Capítulo 7**, que descreve a moldura ideológica e legal com a qual os estudantes tiveram de se deparar.

Por fim, o **Capítulo 8** se debruça sobre um movimento, o Decisão, e uma entidade, o DEE. Foram eles que aglutinaram os estudantes que, antes do Golpe, haviam se posicionado contra a direção da UNE, contra a AP e contra os comunistas. Diante da nova conjuntura, esses estudantes ocuparam espaços de representação, se articularam em um movimento e buscaram construir projetos próprios. Ao longo dos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar foram por vezes beneficiados pela legislação e, em outros momentos, prejudicados por ela. Procuo também elucidar a relação complexa com outras organizações da sociedade civil e com os militares.

2 AS FACULDADES E OS UNIVERSITÁRIOS NO RIO GRANDE DO SUL

Durante o período do Império e da Primeira República, o ensino superior servia sobretudo para formar as elites. A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, ocorre uma reestruturação desse nível educacional, cuja expansão será marcante durante o período entre 1945 e 1964. Como resultado, passou a incluir um novo contingente, composto em grande parte pelas classes médias. No entanto, o acesso ao ensino superior continuou sendo muito restrito, distante das classes populares. Nos anos 1960, os estudantes universitários compunham ainda um grupo relativamente pequeno. Apesar disso, tornaram-se cada vez mais politizados e organizados.

Nesse capítulo apresentarei uma descrição de como estava organizado o ensino superior no Rio Grande do Sul, destacando as mudanças pelas quais ele estava passando no período. Além disso, busco definir quem eram os estudantes, me valendo dos poucos dados disponíveis para essa caracterização.

2.1 A Expansão do Ensino Superior no Brasil e no Rio Grande do Sul

Segundo a periodização proposta por Clarissa Neves,⁵⁴ podemos dividir em quatro fases o desenvolvimento do ensino superior no Rio Grande do Sul: Instalação (1883-1930); Centralização (1930-1960); Interiorização (1960-1990); e Novos Modelos Regionais (1990-Atualidade). Concentrar-me-ei nas três primeiras.

A fase da Instalação corresponde ao momento em que foram criadas as primeiras faculdades isoladas do estado nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. A iniciativa pioneira foi a Escola Imperial de Medicina Veterinária e Agricultura, de 1883, fundada em Pelotas. Nessa mesma cidade foi instalada a Faculdade de Odontologia e Farmácia em 1911, e uma Faculdade de Direito, em 1912.⁵⁵ Em 1890, uma Escola de Agricultura e Veterinária começou a funcionar na cidade de Taquari, tendo interrompido suas atividades em 1898. Em Porto Alegre, durante essa fase, surgiram as seguintes instituições: Faculdade de Farmácia (1895), Faculdade de Engenharia (1896), Faculdade de Medicina (1898), Faculdade Livre de Direito (1900) e Curso de Comércio (1909) e Faculdade de Direito (1912).

⁵⁴ NEVES, Clarissa Eckert Baeta. *Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias*. Documento de trabalho, São Paulo, p. 2-43, 1995, p. 3.

⁵⁵ Sobre a Faculdade de Direito de Pelotas, ver DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 162.

O modelo de ensino superior vigente no país nesse momento era marcado pela organização em faculdades e escolas isoladas. As primeiras instituições desse tipo foram criadas no início do século XIX para atender as necessidades da corte portuguesa, que então se transferia para sua colônia. Não se formou de fato um sistema de ensino superior. Os cursos eram desarticulados entre si, assim como não havia unidade entre ensino secundário e superior.

Essa situação permaneceu inalterada durante a Primeira República. A Constituição de 1891 consolidou um perfil descentralizado da administração pública, embora estabelecesse que caberia ao Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior e criar instituições desse grau nos estados.⁵⁶ A maior parte das faculdades criadas nesse período eram isoladas e privadas.⁵⁷ Em 1907, o país possuía 25 escolas superiores, sendo 6 federais, 6 estaduais e 13 particulares. Em 1912, o número total dobrou (50), sendo 39 particulares.⁵⁸ Esses números refletem, em parte, as consequências da Reforma Rivadávia Corrêa, realizada em 1911 e que, em nome da liberdade de ensino, acabou facilitando a abertura de novos cursos.⁵⁹

As instituições criadas no Rio Grande do Sul no final do Império e durante a Primeira República eram particulares, embora recebessem subvenções do governo estadual e a maioria dos alunos não pagassem taxas ou anuidades. Eram todas faculdades isoladas, embora algumas abrigassem mais de um curso. A Escola de Engenharia de Porto Alegre abrigava uma variedade grande de cursos, incluindo cursos profissionais, além de institutos de pesquisa e até mesmo o Instituto Ginásial Júlio de Castilhos.⁶⁰ Era, no entanto, uma exceção.

É interessante notar que as duas primeiras escolas fossem de agricultura e veterinária (Pelotas e Taquari). Elas expressavam a base econômica agropastoril. Porto Alegre, enquanto centro político-burocrático, apresentava uma variedade maior de cursos, voltados sobretudo para a formação de profissionais liberais.

⁵⁶ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 42; SANTOS, Clóvis Roberto dos. *Educação escolar brasileira: estrutura, administração e legislação*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003, p. 28.

⁵⁷ Exceções foram as universidades do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, criadas respectivamente em 1912, 1920 e 1927. No caso da primeira, o reconhecimento pelo governo federal só se efetivou em 1946. A Universidade do Rio de Janeiro, embora criada em 1920, não era de fato uma universidade, visto que as escolas que a compunham continuavam sendo administradas separadamente. O mesmo ocorreu na Universidade de Minas Gerais. Ver: ROMANELLI, op. cit., p. 133-134.

⁵⁸ RIBEIRO, Maria Luísa dos Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992, p. 84.

⁵⁹ PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). In: PALMA FILHO, João Cardoso (Org.). *Caderno de formação - formação de professores*: Educação, Cultura e Desenvolvimento - História da Educação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 74-75.

⁶⁰ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 31.

Nacionalmente, ao longo do período, em parte como resultado da Primeira Guerra Mundial, a estrutura social e econômica estava se modificando. Em 1907, havia 3.258 estabelecimentos industriais. Em 1920, eram 13.336. O número de operários saltou de 150.000 para 276.000.⁶¹ Além disso, o processo de urbanização, ainda incipiente, aumentava o contingente de famílias das classes médias. Essas transformações, que se acentuaram a partir daí, geraram pressão no sentido de reformulação e expansão do sistema educacional. Segundo Romanelli,

Esses dois aspectos - o crescimento acelerado da demanda social de educação, de um lado, e o aparecimento de uma demanda de recursos humanos, de outro - criaram as condições para a quebra do equilíbrio. Uma vez estabelecido o desequilíbrio, que se acentuou sobretudo a contar de 1930, a crise do sistema educacional obedeceu, na sua escala evolutiva, ao jogo de forças que esses fatores mantinham entre si. Esse jogo, naturalmente, obedeceu, por sua vez, às regras do crescimento espontâneo próprio do sistema capitalista. E a crise se manifestou sobretudo pela incapacidade de as camadas dominantes reorganizarem o sistema educacional, de forma que se atendessem harmonicamente, tanto à demanda social de educação quanto às novas necessidades de formação de recursos humanos exigidos pela economia em transformação. Nesse processo, a herança cultural atuou desfavoravelmente na mentalidade, tanto dos dirigentes que organizaram a escola quanto das próprias camadas que passaram a pressionar o sistema escolar. Os aspectos que o desequilíbrio apresentou foram, então, de duas ordens.⁶²

Expressões mais gerais dessas transformações socioeconômicas foram a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Semana de Arte Moderna e as diversas revoltas tenentistas dos anos 1920. No campo educacional, essa década foi marcada por um intenso debate de ideias e por algumas iniciativas reformistas em alguns estados, como as de Anísio Teixeira, na Bahia (1925), e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928).⁶³

No Rio Grande do Sul, as instituições de ensino superior então existentes tinham grandes dificuldades de se manter financeiramente, situação agravada no final dos anos 1920.⁶⁴ Esse foi um dos fatores que impulsionaram o debate em torno da criação de uma universidade que integrasse as diversas faculdades e cujo financiamento fosse garantido pelo governo do estado. Diferentes grupos e movimentos participaram da formulação de propostas ou se posicionaram nas discussões. Desde 1929, a Federação Acadêmica⁶⁵ apresentava a necessidade da criação de uma instituição desse tipo. Em 1930, essa entidade divulgou um documento no

⁶¹ RIBEIRO, Maria Luísa dos Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992, p. 86.

⁶² ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 47-48.

⁶³ PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 62-63.

⁶⁴ NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). In: GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 337.

⁶⁵ Entidade que representava os estudantes das faculdades e escolas superiores de Porto Alegre. Explicarei mais sobre ela adiante.

qual propunha a criação de uma Universidade do Rio Grande do Sul, cuja autonomia deveria ser garantida e que contaria com representantes estudantis nos órgãos colegiados.⁶⁶ Com intuito semelhante, formou-se um Partido Universitário no início dos anos 1930. Tratava-se, como veremos mais adiante, dos reflexos da Reforma Universitária de Córdoba.⁶⁷

Outros movimentos que se mobilizaram para influir na formatação do ensino superior foram a Liga Pró-Ensino Leigo e os conservadores católicos. No Rio Grande do Sul, o ideal positivista era marcante. Essa tendência era a base da estruturação da Escola de Engenharia. Os católicos, no entanto, buscaram conquistar espaço. Nacionalmente, polarizavam com os chamados “pioneiros da Escola Nova” e lutavam para incluir o ensino religioso como obrigatório na Constituição de 1934, em nome da liberdade de ensino. Obtiveram uma vitória parcial: essa disciplina passou a ser de oferta obrigatória pelas escolas, mas facultativa ao aluno, situação que não foi modificada pelas constituições que a seguiram. Localmente, enfrentavam tanto os positivistas quanto os escolanovistas. Ao longo das décadas seguintes, os católicos ganharam espaço em algumas faculdades da URGs, sobretudo na Faculdade de Filosofia.⁶⁸

No âmbito federal, o redirecionamento da política educacional veio como decorrência do rompimento ocasionado pela Revolução de 1930. Foi a partir desse movimento político que de fato houve a normatização de um sistema nacional de ensino. Com esse intuito foi criado o Ministério da Educação, que procurou dar unidade à educação nacional.⁶⁹ A Constituição de 1934, por sua vez, estabeleceu que a União deveria “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados” além de “coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País”.⁷⁰

No que diz respeito especificamente ao grau superior, o Decreto nº 19.851 de 14 de abril de 1931, estabeleceu os Estatutos das Universidades Brasileiras, tendo grande impacto. Ele definia, por exemplo, que as universidades deveriam ser formadas pela combinação de três das seguintes faculdades: Engenharia, Direito, Medicina e Educação, Ciências e Letras.⁷¹ A

⁶⁶ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROREXT/UFRGS, 1992, p. 34.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 36.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 36.

⁶⁹ Antes disso, as reformas propostas para a educação foram iniciativa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ver a lista de reformas da Primeira República em: PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 60-61.

⁷⁰ Art. 150 da Constituição de 1934. Apud PILETTI, op. cit., p. 75.

⁷¹ BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

primeira instituição formulada com base na nova legislação foi a Universidade de São Paulo (USP), em 25 de janeiro de 1934.⁷²

O novo momento inaugurado em 1930, e que se estendeu até 1960, é identificado por Clarissa Neves como uma segunda fase na história do ensino superior no Rio Grande do Sul. Nessa fase as escolas e faculdades existentes ou que se formaram no período foram aglutinadas e deram origem às duas primeiras universidades do estado, centralizadas na capital. Esse processo, aberto pela Reforma Francisco Campos, atendia às novas necessidades socioeconômicas de um país que se industrializava e se urbanizava. A centralização em Porto Alegre das escolas e faculdades, resultou na formação da Universidade de Porto Alegre (UPA), em 1934,⁷³ e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 1948. Ao longo de todo o período, ambas se estruturaram e se expandiram, oferecendo grande diversidade de cursos e concentrando a maioria das matrículas desse nível de instrução.

A UPA, que viria a funcionar de fato em 1936, era mantida pelo governo do estado. A Faculdade de Medicina, que integrava a universidade, era uma exceção, pois havia sido federalizada em 17 de outubro de 1931 e manteve essa condição. Os estudantes que tinham condições financeiras, continuavam pagando taxas e emolumentos e anuidade escolar. Os valores desta passaram a ser destinados, em 1943, para entidades acadêmicas e assistência estudantil e as receitas com taxas e emolumentos foram direcionadas para bolsas de estudos. Em 1948, a UPA passaria a chamar-se Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), ao incorporar as Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria.⁷⁴ Em 1950, com a necessidade de aumentar sua estrutura para atender a demanda crescente e diante da situação financeira delicada do estado, pleiteou-se e conquistou-se a federalização da URGS.⁷⁵ Isso inaugurou uma nova etapa na história da instituição, com impactos no conjunto do ensino superior do estado. Segundo Neves:

A federalização da URGS e de suas unidades no interior do estado significou um marco. A capital se consagrou como centro e referência do ensino superior no estado e a instituição-sede passou a ser tratada como responsabilidade do governo federal,

⁷² PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 80.

⁷³ É importante destacar que a Escola de Engenharia de Porto Alegre foi transformada em Universidade Técnica do Rio Grande do Sul pelo Decreto Federal 20.272, de 3 de agosto de 1931. A Universidade Técnica se extinguiu, tendo seus cursos superiores integrado a UPA, ao menos formalmente desde 1934. Ver: DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 30-31.

⁷⁴ NEVES, Clarissa Eckert Baeta. *Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias*. Documento de trabalho, São Paulo, p. 2-43, 1995, p. 3.

⁷⁵ DINIZ; SOARES, op. cit., p. 108.

beneficiando-se dos novos programas oficiais destinados a revitalizar e consolidar as universidades federais.⁷⁶

Em 1952, Eliseu Paglioli assumiu a reitoria da UFRGS,⁷⁷ permanecendo no cargo até abril de 1964. Paglioli era médico e professor da Faculdade de Medicina. Em 1951, havia sido indicado prefeito de Porto Alegre. Suas relações políticas o levaram a chefiar o Ministério da Saúde durante o gabinete de Hermes Lima, entre setembro de 1962 e janeiro de 1963. Durante os doze anos que permaneceu à frente da administração da UFRGS, essa instituição teve grande expansão. A área total construída, por exemplo, aumentou 550% entre 1952 e 1963.⁷⁸

O reitorado de Paglioli se situava dentro de um contexto geral de “massificação do ensino” no país, vinculado também a uma política desenvolvimentista.⁷⁹ Enquanto a população brasileira cresceu 70% entre 1940 e 1960, as matrículas no Ensino Médio cresceram 352%.⁸⁰ As matrículas do ensino superior, por sua vez, tiveram um incremento de 308% entre 1939 e 1959.⁸¹ No Rio Grande do Sul, entre 1940 e 1960, o acréscimo de matrículas no nível superior foi de 575%.⁸² A tabela abaixo permite avaliar a evolução no estado entre 1950 e 1985:

Tabela 1 – Evolução das Matrículas no Ensino Superior do Rio Grande do Sul (1950-1985)

Ano	Total	Valores Absolutos		Valores Relativos	
		Público	Privado	Público	Privado
1950	3.853	2.693	1.160	100	100
1955	5.404	3.488	1.916	130	165
1960	9.736	4.773	4.963	177	165
1965	18.628	8.520	10.108	316	817
1970	38.060	12.707	25.353	472	2.186
1975	82.951	29.636	61.957	1.110	5.341
1980	131.402	31.425	99.977	1.167	8.618
1985	147.182	34.772	112.410	1.291	9.691

Fonte: NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). In: GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 349.

⁷⁶ NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). In: GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 337.

⁷⁷ A partir daqui me referirei pela nomenclatura atual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cuja sigla é UFRGS. Exceções serão indicadas em nota.

⁷⁸ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 131.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 126-127.

⁸⁰ PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 123.

⁸¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 82.

⁸² Dados brutos: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – Ano VI – 1941/1945*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946, p. 408; IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, p. 310.

Como se observa pelos dados apresentados, as matrículas continuaram crescendo nas décadas seguintes. Chama a atenção, no entanto, o crescimento desigual entre instituições públicas e privadas. Em 1950, 70% dos estudantes estavam matriculados em instituições públicas. Dez anos depois, eram 49%. Em 1970, apenas 33%. Fica claro, portanto, que desde a década de 1950, faculdades e universidades particulares assumiam um papel cada vez mais importante na formação acadêmica e profissional do estado.

Aqui, é importante fazer uma digressão, a fim de avaliar o significado desses dados. As instituições privadas no Rio Grande do Sul eram em grande parte confessionais, sendo a maioria vinculada a ordens católicas. Desde o primado do Arcebispo D. Ponce de Leão e, sobretudo, a partir do primado de D. João Becker, foram feitos esforços para ampliar a rede de ensino católica. Inicialmente, tratou-se de direcionar o foco para a educação primária e secundária. Os Jesuítas desempenharam um papel fundamental nessa expansão. Um dos principais objetivos era formar uma influente elite católica, inicialmente sobretudo entre os imigrantes e seus descendentes, mas não apenas entre eles. Segundo Martin Dreher:

Para que os descendentes dos imigrantes pudessem ascender, social e politicamente, era necessário que existisse escola. Dessa reflexão surgiu a decisão jesuítica de criar instituição educacional que fosse capaz de formar lideranças econômicas, políticas e religiosas. Como a incumbência de renovar o catolicismo da província não se limitasse aos de imigração alemã, esta instituição deveria estar aberta também aos filhos das oligarquias estancieiras.⁸³

O primeiro fruto dessa posição foi a instalação do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. Mais tarde, o Colégio Anchieta assumiu a função de principal formador da elite católica gaúcha, sendo fundamental para o desenvolvimento do que Fernando Trindade chamou de “primeira geração católica”.⁸⁴ É importante destacar que as ordens que se dedicaram ao ensino no Estado haviam passado por um processo de “restauração religiosa”, como reação ao anticlericalismo e ao laicismo que ganhavam força no século XIX. Segundo Martin Dreher, naquele século “Igreja e Estado ficaram discutindo sobre escolas, matrimônio, moral pública, nacionalismo e ciência”.⁸⁵ De modo geral, a Igreja Católica assumiu uma postura antimodernista e ultramontanista.

Aos colégios Conceição e Anchieta, somaram-se vários outros, formando uma verdadeira rede de ensino católico ainda durante a Primeira República. Esse trabalho, sobretudo no nível secundário, foi facilitado pela posição dos positivistas que então governavam o estado.

⁸³ DREHER, Martin N. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 55.

⁸⁴ TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 10, 1982, p. 39.

⁸⁵ DREHER, Martin N. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 17.

Segundo eles, caberia ao poder público apenas o ensino primário, de caráter geral e neutro. Sendo o secundário intrinsecamente “ideológico”, deveria ser assumido pela iniciativa privada. Esses princípios estavam consagrados na Constituição Castilhistista. Segundo Artur Cesar Isaia, “a Igreja vai aproveitar o terreno cedido pela legislação para, em pouco tempo, montar uma considerável rede de ensino em todo o Estado”.⁸⁶

Mesmo que o positivismo castilhistista tenha cedido espaço no campo educacional, não foi fácil para os católicos assumirem uma posição relevante na intelectualidade gaúcha. As ideias de Comte e Spencer formavam a base de pensamento que orientava, inclusive, a organização dos cursos superiores. As Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, haviam sido criadas dentro desse panorama.⁸⁷ Segundo Faustino João e Elvo Clemente, a preparação de jovens intelectuais católicos que estivessem à altura para debater com spenceristas, positivistas e, a partir dos anos 1920, comunistas, era realizada por três clérigos católicos em espaços diferentes: o Padre Werner, professor do Colégio Anchieta; o Frei Pacífico de Bellevaux, da Escola de Teologia São Lourenço de Bríndisi; e o Irmão Weibert, do Colégio Rosário.⁸⁸

O Colégio Rosário, onde atuava o Irmão Weibert, foi assumido pelos maristas em 1904. Nessa época, era denominado Escola Paroquial, ligada à Igreja Nossa Senhora do Rosário. Essa instituição teve uma grande expansão a partir do momento em que passou a ser dirigida pelo Irmão Afonso. Entre 1927 e 1936, as matrículas haviam passado de 579 para 1.501 alunos⁸⁹. No mesmo Rosário, em 10 de março de 1927, começou a funcionar em anexo o Instituto Superior de Comércio, de nível secundário, que formava contadores. Foi o embrião da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, primeira faculdade católica aberta para leigos. Inaugurada em 1931, foi reconhecida pelo governo federal em 1934, oferecendo o Curso Superior de Administração e Finanças.⁹⁰ Nesse mesmo ano, formou-se a primeira turma da faculdade. As matrículas aumentaram de 106 alunos em 1935 para 190 em 1944.⁹¹

⁸⁶ ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. Apesar da característica autoritária e centralizadora do positivismo, ele não era estatizante. Segundo Pesavento, “o Estado atuava como um incentivador da iniciativa privada”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um dia, em outro tempo... In: *UFRGS – 70 anos*. Porto Alegre, UFRGS, 2004, p. 33.

⁸⁷ Sobre a influência do positivismo nas Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, ver: JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 47; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um dia, em outro tempo... In: *UFRGS – 70 anos*. Porto Alegre, UFRGS, 2004, p. 21; HEINZ, Flávio M.. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 263-289, 2009.

⁸⁸ JOÃO; CLEMENTE, op. cit., p. 51.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 22.

⁹⁰ BN, *A Federação*, 24 de agosto de 1933, p. 2. Conferir também: JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 29.

⁹¹ *Ibid.*, p. 32 e p. 36.

Durante o processo de criação da Universidade de Porto Alegre, discutiu-se a incorporação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas à nova instituição. O Curso Superior de Administração e Finanças era o único do gênero reconhecido no estado. Quanto ao curso secundário comercial, era ofertado também pela Escola de Comércio que funcionava como anexa à Faculdade de Direito de Porto Alegre. Pensou-se numa fusão dos cursos. Todas as propostas apresentadas, no entanto, não foram adiante, sob a justificativa de falta de recursos do governo estadual para mantê-los. Permaneceu assim a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas fora da UPA.⁹²

O Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, previa a possibilidade de criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em 25 de janeiro de 1934, a USP era criada tendo uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como núcleo de seu projeto, realizando, segundo Luiz Antônio Cunha, um antigo ideal de Fernando de Azevedo. Essa estrutura acabou servindo de parâmetro para as universidades criadas a seguir.⁹³

Nesse contexto, o Irmão Afonso apresentou ao governador Flores da Cunha a proposta de criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras para integrar a UPA. Tratava-se de mais uma tentativa de participar de sua formação. Parece-me claro que o objetivo era conquistar um espaço de influência intelectual nessa instituição que tendia a aglutinar os principais polos de formação das elites locais. Destaco também que o interesse católico nessa faculdade em especial se devia ao fato de que, além de núcleo central da universidade, ministrando as disciplinas básicas para todos os cursos, ela se destinava a formação de professores para o nível secundário. Era, portanto, fundamental para o projeto de disputa ideológica. As aspirações, todavia, foram mais uma vez frustradas. Os irmãos maristas, então,

⁹² JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 39-40.

⁹³ CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 168. Vários autores apontam que o Decreto 19.851 determinaria a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que seria o núcleo central da Universidade. Não é isso, no entanto, que o decreto estabelece. O modelo, tendo como base uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi adotado pela USP e a partir daí se disseminou como padrão. Conferir os decretos 19.851, de 1931, e 6.283, de 1934: BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017; BRASIL. Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: < <http://citrus.uspnet.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>>. Acesso em: 16 mai. 2017. Alguns exemplos de bibliografia que incorrem no referido equívoco: DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 42; JOÃO; CLEMENTE, op. cit., p. 50; PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 80.

decidiram criá-la eles próprios como uma Faculdade Livre.⁹⁴ Em 1940 começaram a funcionar os cursos da faculdade: Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, e Letras Anglo-Germânicas.⁹⁵ Em 1942, o Presidente da República autorizou o funcionamento de mais cursos: Pedagogia e Didática, Química, Física, Matemática e História Natural. No entanto, na primeira seleção, realizada no mesmo ano, os únicos cursos que tiveram candidatos foram Física e Matemática.⁹⁶

A missão da nova instituição é explicitada em 1945, por ocasião da comemoração do Dia das Faculdades Católicas: “formar consciências de elites intelectuais, a quem caberá, amanhã, a árdua tarefa de reeducar a sociedade, de restabelecer o equilíbrio entre o espírito e a matéria, de evitar que os instintos predominem sobre a razão e de dar solução à cruciante questão social”.⁹⁷ Tratava-se de formar “elites intelectuais” que evitassem ou combatessem a tendência materialista.

Em 1945, houve a criação de Escola Superior de Serviço Social. A demanda havia surgido por parte dos organizadores e participantes da V Semana de Ação Social de Porto Alegre. O trecho de uma carta de Aylda Pereira à Madre Benícia, versando sobre a criação da escola, nos ajuda a entender os objetivos almejados: “se isso se realizasse [a fundação da escola], ficaríamos absolutamente tranquilas, pois solução melhor não haveria para garantir ao Serviço Social a **orientação católica**”.⁹⁸ Ou seja, sentia-se a necessidade de formar assistentes sociais dentro da perspectiva da Igreja.

Dois anos após, foi criada a Faculdade Católica de Direito, mais uma instituição ligada aos irmãos maristas de Porto Alegre. No ato de sua instalação, o professor Armando Câmara, diretor da faculdade, proferiu um discurso em que reforça os mesmos objetivos cristianizantes que guiaram a Escola de Serviço Social. Segundo ele, “A Faculdade de Direito é uma promissora realidade cultural, uma atuante **força apostólica**”.⁹⁹

Ainda em 1947, contando já com quatro faculdades – Ciências Políticas e Econômicas (1931), Filosofia, Ciências e Letras (1940), Serviço Social (1945) e Direito (1947), os irmãos maristas decidiram pleitear o reconhecimento da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o que aconteceu no ano seguinte. Em 1950, o título de Pontifícia lhe foi concedida pelo

⁹⁴ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 52-53

⁹⁵ *Ibid.*, p. 56.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 60-61.

⁹⁷ Apud BASTOS, Maria Helena Camara. Do Curso de Pedagogia à Faculdade de Educação/PUCRS: (Porto Alegre/RS - 1942-2015). In: *Educação e Realidade*, v. 41, p. 1371-1395, 2016, p. 1375.

⁹⁸ JOÃO; CLEMENTE, op. cit., p. 87. Grifos meus.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 93. Grifos meus.

Vaticano, passando a se chamar Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).¹⁰⁰

Embora os católicos tenham estabelecido uma instituição universitária confessional, os seus esforços não ficaram restritos a esse projeto. Desde 1911, a Congregação Mariana¹⁰¹ Mater Salvatoris reunia os estudantes católicos das faculdades então existentes em Porto Alegre, tendo por objetivo “exercer o apostolado” dentro das faculdades de inspiração positivista.¹⁰² Outras entidades, como a Associação de Professores Católicos, também pressionaram nesse sentido. Um marco na tentativa de conquistar espaço dentro das instituições não católicas foi a nomeação do professor Armando Câmara para a cadeira de Filosofia do Direito na UPA, em 1935.¹⁰³ Câmara era uma das mais destacadas figuras dessa geração católica e acabou ocupando a reitoria dessa universidade nos anos 1940. Durante a sua gestão, estabeleceu um rigoroso “controle ideológico”, mantendo a orientação prioritariamente católica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UPA, que havia sido instalada em 1942.¹⁰⁴

Retomando a periodização proposta por Clarissa Neves, uma terceira fase teve início em 1960 e foi marcada pela interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul. Em realidade, segundo a autora, esse processo teve início ainda nos anos 1950, sendo concomitante com o fortalecimento das instituições da capital. A criação de novos cursos e faculdades no interior se deu por diversas razões, entre elas: a urbanização e as modificações nas relações de trabalho; a necessidade de professores para atender o ensino básico, cujo número de matrículas estava em crescimento; as perspectivas de desenvolvimento regional; e os interesses políticos dos envolvidos.¹⁰⁵ Algumas faculdades criadas na década de 1950: Faculdade Católica de Filosofia, de Pelotas (1953); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei, de São

¹⁰⁰ NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). In: GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 340.

¹⁰¹ As Congregações Marianas reuniam leigos católicos, que buscavam aperfeiçoamento pessoal e espiritual, tendo devoção especial à Virgem Maria. Além disso, tinham um sentido apostólico: “dentro de um espírito de combate os ‘congregados’ deviam proteger a Igreja contra os seus ‘inimigos’”. Isto acrescentou a sua missão espiritual um caráter inquisicional que visava detectar inimigos. No início, eram os ‘positivistas’, depois os ‘protestantes’ e por fim os ‘comunistas’”. In: TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 10, 1982, p. 43.

¹⁰² TRINDADE, op. cit., p. 44.

¹⁰³ Ibid., p. 46.

¹⁰⁴ Ibid., p. 52. Inicialmente essa Faculdade abrigava também professores metodistas, que perderam espaço durante o mandato de Armando Câmara.

¹⁰⁵ NEVES, op. cit., p. 343.

Leopoldo (1953);¹⁰⁶ Faculdade de Medicina de Santa Maria (1954);¹⁰⁷ Faculdade de Ciências Econômicas, de Caxias do Sul (1956);¹⁰⁸ Faculdade de Filosofia de Ijuí (1957). Muitas instituições no interior surgiram a partir da expansão do modelo de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Eram faculdades católicas, vinculadas às dioceses. Foi o que aconteceu em Santa Maria, Caxias do Sul, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul e Pelotas.¹⁰⁹

Nesse contexto de expansão, a primeira universidade pública a surgir no interior do estado foi a Universidade de Santa Maria (USM), depois Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada em 1960. As faculdades que a formaram tinham origens diversas e esse foi um aspecto importante em sua história e fator condicionante na atuação do movimento estudantil. Tratava-se de uma instituição que combinava unidades públicas e privadas, com cursos pagos e gratuitos. Até que a universidade estivesse de fato consolidada, ela funcionava com as chamadas Faculdades Agregadas, que eram instituições privadas e confessionais de ensino. Além delas, destaca-se as Faculdades de Farmácia e Medicina, que até 1960 eram abrigadas organizacionalmente pela UFRGS. Em Pelotas e Rio Grande, também funcionavam extensões da UFRGS. Na primeira cidade, existia ainda um importante número de faculdades católicas que confluíram na formação da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em 1960.¹¹⁰

Sendo assim, quatro instituições possuíam o status de universidade em 1961 (data que marca o recorte cronológico do nosso estudo): UFRGS, PUCRS, UFSM e UCPel. No entanto, havia ainda diversas outras faculdades em cidades do interior e em Porto Alegre. Ao longo dos anos 1960, ainda são criadas outras cinco universidades: Universidade de Caxias do Sul (1967); Universidade de Passo Fundo (1968); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1969); Universidade Federal de Pelotas (1969); e Fundação Universidade de Rio Grande (1969).

2.2 Características Socioeconômicas do Estudante

No item anterior, caracterizei o quadro de expansão do ensino superior no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul. Esse processo modificou a composição social dos estudantes

¹⁰⁶ NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). In: GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 342.

¹⁰⁷ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 163.

¹⁰⁸ DREHER, Martin N. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 97.

¹⁰⁹ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 9.

¹¹⁰ DINIZ; SOARES, op. cit., p. 162-163.

universitários. Meu objetivo agora é discutir os dados disponíveis sobre a população universitária, bem como as implicações teóricas desses dados.

A ascensão dos movimentos estudantis nos anos 1960 estimulou uma produção bibliográfica que buscava descrever as características e explicar as causas daquilo que era identificado como um “radicalismo juvenil”.¹¹¹ No âmbito acadêmico, o estudo mais significativo foi a tese de doutorado em sociologia de Marialice Foracchi. Defendido em 1964, sob orientação de Florestan Fernandes, o trabalho foi publicado em livro no ano seguinte. A partir de questionários e entrevistas com estudantes da USP, a autora identificou que a maioria dos estudantes pertencia à classe média e representavam os dilemas de sua origem social.¹¹² Não há no livro uma apresentação de dados de estratificação social que permita avaliar a proporção de estudantes originários dessa classe. No entanto, alguns outros dados relativos à caracterização socioeconômica são apresentados. De acordo com a tabela exposta na página 88, 36,267% dos estudantes eram sustentados totalmente pelos pais; 29,333% eram parcialmente sustentados; e 34,400% dos estudantes sustentavam a si próprios.¹¹³ Entre os estudantes que não eram mantidos de maneira total pelas famílias, 34% trabalhavam em atividades relacionadas ao curso que faziam; 25% em atividades não relacionadas; 2% eram comissionados; e 3% eram bolsistas.¹¹⁴ Essas estatísticas demonstram que uma parcela significativa dos universitários da USP (mais de um terço) não realizava qualquer forma de trabalho, vinculando-se provavelmente às classes dominantes ou aos estratos superiores da classe média. Os outros 74% necessitavam exercer algum tipo de atividade remunerada, seja para manterem-se completamente, seja no intuito de complementar a renda familiar.

Para Foracchi, a ação dos estudantes deve ser entendida a partir dos vínculos que eles mantêm com o sistema. Numa primeira instância, os vínculos de manutenção e retribuição que o ligam à família o colocam como parte de um projeto de ascensão e consolidação de sua posição familiar. As experiências universitárias e de trabalho representariam outra instância, em que o projeto de carreira imaginado acaba frustrado pelas condições objetivas de um país

¹¹¹ São exemplos dessa produção: IANNI, Octavio. O jovem radical. In: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963; POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *As revoluções utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

¹¹² A autora alterna o uso dos termos “classe média” e “pequena-burguesia”, as vezes especificados como “nova classe média” e “pequena burguesia ascendente”, tratando-os como sinônimos. Ver, por exemplo, a página 221 do livro. FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1977, p. 221.

¹¹³ *Ibid.*, p. 88.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 124, nota de rodapé.

subdesenvolvido.¹¹⁵ O lugar prometido ao estudante de classe média, no qual o exercício da profissão garantiria a sua autonomia, não é alcançado, tendo em vista que as classes dominantes limitam os canais de ascensão. A autora relata, por exemplo, que apenas uma parcela pequena dos acadêmicos dispunha de capital familiar para, depois de formada, abrir seu próprio escritório ou consultório, restando à maioria o trabalho assalariado. Essa disparidade seria notada ainda no decorrer do curso. No mesmo sentido, o trabalho parcial ou integral realizado por grande parte da categoria estudantil proporcionaria essa experiência de assalariamento e, portanto, seria vivida mais como vinculação e submissão do que como autonomia.

Ela ressalta ainda as condições específicas do que chama de “exploração do trabalho estudantil”.¹¹⁶ Segundo a autora, não seria “inusitado falar-se num mercado de trabalho estudantil no qual se encontra mão-de-obra abundante, barata, qualificada, transitória, portanto, pouco reivindicativa”.¹¹⁷ Dessa forma, a experiência de trabalho reforçaria as vinculações com o sistema, sujeitaria o estudante-trabalhador a uma submissão laboral mas, ao mesmo tempo, geraria nele a frustração e o desejo de mudança. O descompasso entre as expectativas familiares e a formação universitária, de um lado, e as condições de exercício profissional, de outro, estabeleceria uma tensão: alguns estudantes se conformariam com a situação, enquanto outros desejariam a sua transformação.¹¹⁸

Foracchi, como outros autores dos anos 1960, estava mais preocupada em explicar e compreender estes estudantes que, diante do quadro social já exposto, engajaram-se para modificá-lo. Esse engajamento, no entanto, é entendido dentro dos limites de sua condição de classe. Ou seja, ele não está desvinculado do projeto de ascensão de classe. Ao contrário, se estabelece exatamente porque estão bloqueadas as condições para que essa ascensão ocorra, embora a experiência de assalariamento aproxime parte da classe média das reivindicações do proletariado. Assim:

a condição de assalariada [da nova classe média brasileira] a vincula, positivamente, às camadas populares, fazendo-a, não raro, compartilhar das suas reivindicações nem que seja exclusivamente em moldes de tímido ou subjetivo apoio. Por outro lado, essa mesma condição de assalariada vincula-a, em termos de dependência e subordinação,

¹¹⁵ Em uma primeira etapa da formação da classe média, a ascensão social teria sido possível com a acumulação de um pequeno capital. Os estudantes dos anos 1960, no entanto, estariam vivendo uma segunda etapa, quando essa ascensão vertical estava se tornando mais limitada e mesmo a manutenção da condição social era dificultada, por exemplo, pela inflação. FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1977, p. 94.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 143 e p. 197.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 154.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 211.

à experiência acumulada e à visão histórica das camadas dominantes, incapacitando-a para qualquer efetiva tomada de posição que exija a ruptura desses vínculos.¹¹⁹

Portanto, a aproximação da classe média com as demandas populares nunca seria completa. Os estudantes podem até assumir posições revolucionárias, mas isso ocorre porque percebem que só transformações mais amplas poderiam modificar o padrão profissional reservado ao seu futuro.¹²⁰ A motivação, como se percebe, seria em última instância uma expressão da ideologia de ascensão social que marca a sua classe de origem.¹²¹

As interpretações contidas no trabalho de Foracchi são bastante interessantes, mas não é possível estender suas conclusões para o Rio Grande do Sul sem discutir um conjunto maior e mais aprofundado de dados estatísticos. Uma das limitações de *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* é que o *corpus* da pesquisa é constituído por uma amostra de 5% dos estudantes da USP. Os questionários aplicados foram respondidos por 377 estudantes dessa universidade.¹²² A cidade de São Paulo, naquele momento, já possuía importantes instituições privadas, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Parece-me legítimo supor que o perfil dessas instituições não coincida exatamente com o da USP, embora deva-se destacar que as questões levantadas pela autora e as respostas por ela encontradas fossem muito mais abrangentes.

É possível dispor, para o período pesquisado, de um conjunto de dados publicados em 1968 pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais,¹²³ com o título de *Caracterização sócio-econômica do estudante universitário*. A pesquisa foi realizada no ano de 1965 em dez capitais brasileiras: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Niterói,¹²⁴ Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Os estudantes, que estavam no primeiro ano de cada uma das faculdades dessas cidades, responderam a um questionário de 70 itens objetivos e mais uma questão aberta para observações e comentários. Ao todo, 18.230 questionários foram

¹¹⁹ FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1977, p. 222.

¹²⁰ A autora afirma, na página 266, que “o objetivo das camadas ascensionais é a eliminação das camadas dominantes porque estas representam, sem dúvida, um obstáculo ao progresso e à libertação dos grupos em ascensão”. *Ibid.*, p. 266.

¹²¹ Segundo Faracchi, o “estudante, enquanto *agente de uma camada em ascensão* que deseja transformações estruturais, com o fito de consolidar sua posição no sistema e manter o seu projeto de ascensão”. *Ibid.*, p. 275.

¹²² *Ibid.*, p. 9.

¹²³ Órgão vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

¹²⁴ Niterói era, na ocasião, capital do estado do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro era capital do estado da Guanabara, antigo Distrito Federal.

aplicados, sendo 274 eliminados. Os 17.956 considerados válidos representavam 66,9% do total de matrículas.¹²⁵

Pelos dados apresentados na pesquisa, sabemos que eram 26.109 os estudantes matriculados nos primeiros anos no conjunto dessas dez cidades. Eles se distribuíam por 260 faculdades. A cidade de Porto Alegre se encontrava em quarto lugar no número de faculdades (25), atrás do Rio de Janeiro (54), São Paulo (47) e Recife (29). Em número de matrículas, a cidade ocupava a terceira posição (2.662 matrículas), atrás do Rio de Janeiro (6.920) e de São Paulo (5.752).¹²⁶ No Brasil, o total de estudantes no ensino superior era de 142.386 para uma população de 79.837.000 habitantes, o que significa 1,78 estudantes para cada mil habitantes.¹²⁷ O Rio Grande do Sul tinha 6.028.000 habitantes e 17.153 estudantes. O índice por mil habitantes era de 2,85. Isso colocava o estado em segundo lugar no país nesse índice, atrás apenas da Guanabara (6,02) e logo à frente de São Paulo (2,66).¹²⁸

O Rio Grande do Sul e sua capital, portanto, estavam entre os centros universitários mais importantes do país. Seria possível supor que estudantes de outros estados fossem atraídos pelas possibilidades de estudo da região. Os dados, no entanto, mostram que esse tipo de migração não era comum, pois a maioria dos estudantes frequentava o curso superior no estado em que nasceu. Daqueles que estudavam em Porto Alegre, 88,54% eram sul-rio-grandenses.¹²⁹ Outro resultado esperado seria a vinda de jovens do interior para estudarem nas capitais. A estatística geral mostrava que 52,17% eram naturais das próprias cidades onde estudavam. Além disso, 17,30% haviam chegado há 10 anos ou mais, ou seja, o motivo da mudança não era o ingresso no ensino superior.¹³⁰ Em Porto Alegre, 49,67% dos primeiranistas havia nascido na cidade. Os que vinham de fora residiam na cidade, em média, há 8,23 anos. Apenas 7,48% residia há um ano ou menos.¹³¹ Talvez as elites interioranas tivessem um projeto de mais longo prazo, enviando seus filhos para a capital mais cedo a fim de se prepararem desde o ensino básico. No entanto, os dados disponíveis não permitem uma apreciação mais conclusiva dessa hipótese.

¹²⁵ CARACTERIZAÇÃO sócio-econômica do estudante universitário. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968, p. 17-18.

¹²⁶ Ibid., p. 18.

¹²⁷ A título comparativo, utilizando-se os dados do Censo de 1960, a Argentina tinha 124.730 universitários para uma população de 20.013.793 habitantes, o que dava um índice de 6,23, muito superior ao brasileiro. Isso demonstra que, mesmo com um processo de expansão das matrículas, o acesso ao ensino universitário continuava sendo muito restrito no Brasil. Os dados foram retirados do *Censo Nacional de Población – 1960*. Disponível em: <http://www.deie.mendoza.gov.ar/tematicas/censos/censos_digitalizados/>. Acesso em: 11 jul. 2017.

¹²⁸ CARACTERIZAÇÃO, op. cit., p. 390.

¹²⁹ Ibid., p. 23.

¹³⁰ Ibid., p. 26.

¹³¹ Ibid., p. 300.

Cerca de dois terços dos estudantes porto-alegrenses eram homens, mas havia grande variabilidade dependendo do curso e da faculdade. As mulheres, por exemplo, predominavam na Faculdade de Ciências da PUCRS¹³² (54,09%), na Escola de Jornalismo da PUCRS (60,00%), na Escola de Artes da UFRGS (65,38%), na Faculdade de Filosofia da UFRGS (70,61%), na Faculdade de Filosofia da PUCRS (77,15%), na Escola de Enfermagem da UFRGS (78,57%), na Escola de Serviço Social da PUCRS (88,23%) e na Escola de Enfermagem Madre Ana Moeller¹³³ (92,30%).¹³⁴ Os cursos mais prestigiados e concorridos, como Medicina, Direito e Engenharia, eram predominantemente masculinos. Essa assimetria de gênero era uma característica nacional: 64,86% dos primeiranistas eram homens.¹³⁵

A maioria dos estudantes porto-alegrenses era solteira (89,25%), sendo que o número de casados era significativamente maior na PUCRS, onde representavam 16,59%. Nessa mesma universidade, 14,07% tinham filhos, quando a média geral nesse aspecto era de 7,88%.¹³⁶ Esses dados condizem com a diferença na média de idade entre a UFRGS e a PUCRS. Na primeira, a média é de 21,38 anos, enquanto na segunda é de 23,63 anos.¹³⁷ É possível agregar outra informação relacionada: na Federal, 65,28% dos estudantes não trabalhavam; na Católica, 60,44% trabalhavam.¹³⁸ O número de estudantes exercendo atividade remunerada era, portanto, muito superior na universidade particular do que na pública. Com estudantes em média um pouco mais velhos, maior número de casados e de pais, e mais da metade de estudantes-trabalhadores, parecer-me-ia lícito supor que a PUCRS tivesse mais cursos noturnos. Tal suposição, no entanto, não se sustenta. A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas dessa universidade funcionava apenas à noite, e a Faculdade de Direito possuía turmas diurnas e noturnas. Mas essas são as únicas exceções. Na UFRGS, cursos noturnos estavam disponíveis na Faculdade de Ciências Econômicas, na Faculdade de Direito, na Escola de Engenharia e na Faculdade de Farmácia.¹³⁹ A baixa oferta de cursos noturnos, entre outros fatores, explica porque a maioria dos estudantes realizava apenas trabalho parcial: 27,17% trabalhavam entre 17 e 24 horas por semana.¹⁴⁰

¹³² Desmembrada da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

¹³³ Essa escola era vinculada à Diocese de Porto Alegre e funcionava integrada à Santa da Casa, juntamente com a Faculdade Católica de Medicina. Ambas eram instituições isoladas.

¹³⁴ CARACTERIZAÇÃO sócio-econômica do estudante universitário. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968, p. 296.

¹³⁵ Ibid., p. 21.

¹³⁶ Ibid., p. 296.

¹³⁷ Ibid., p. 298-299.

¹³⁸ Ibid., p. 308.

¹³⁹ Ibid., p. 304.

¹⁴⁰ Ibid., p. 310.

Quanto à situação socioeconômica da família, apesar de não trazer dados relativos à remuneração, várias informações importantes são reveladas pela pesquisa. Para classificar a ocupação dos pais, ela utilizou a escala elaborada por Ben Hutchinson e composta dos seguintes níveis: 1 – sem habilidades manuais e semi-habilidades manuais; 2 – habilidades manuais; 3 – inspeção, supervisão e outras ocupações não manuais de padrão baixo; 4 – inspeção, supervisão e outras ocupações de padrão alto; 5 – dirigentes e executivos; 6 – profissionais e administradores.¹⁴¹ Em Porto Alegre, apenas 8,17% dos estudantes indicaram que os pais (homens) tinham ocupações nos níveis 1 e 2. Atividades de inspeção, supervisão e outras ocupações não manuais de padrão baixo eram realizadas por 14,81% dos pais. A maioria dos pais (62,46%) possuía profissões classificadas entre os níveis 3 e 6. Entre as mães, apenas 11,90% exerciam atividade remunerada.¹⁴²

A origem escolar dos estudantes é outro dado importante. Seguem percentuais: 18,98% estudaram o Ensino Médio apenas em escola pública; 38,72% apenas em escolas particulares e 40,88% estudaram parte em escola pública, parte em escola particular. Portanto, 79,6% fizeram pelo menos uma parte de seus estudos em escolar particulares.¹⁴³ Além disso, eram 50,67% os que haviam feito curso pré-vestibular.¹⁴⁴ Este último dado, no entanto, é bastante inferior à proporção encontrada para o total do país, que foi de 65,71%.¹⁴⁵ De qualquer forma, é possível perceber que o acesso ao ensino superior era bastante restrito, beneficiando apenas uma pequena parcela da juventude cujos pais tinham boa situação financeira, puderam estudar em escolas particulares e bancar um curso pré-vestibular. O número de estudantes que trabalham, que parecia bastante significativo no estudo de Foracchi, tem relevância mas não parece ter sido uma situação generalizada. Em Porto Alegre, 65,28% não exerciam atividade remunerada.¹⁴⁶ Outro dado importante é o motivo alegado para trabalhar: apenas 16,41% disseram trabalhar por necessidade. O desejo de adquirir alguma independência financeira (mesmo que parcial) e a experiência de trabalho eram mais relevantes, totalizando 25,10%.¹⁴⁷ Soma-se a isso o fato de 67,25% dos estudantes receberem ao menos alguma ajuda financeira da família.¹⁴⁸

A questão da elitização e seletividade do ensino, aliás, foi uma das conclusões da pesquisa. Segundo os autores:

¹⁴¹ CARACTERIZAÇÃO sócio-econômica do estudante universitário. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968, p. 15.

¹⁴² Ibid., p. 306.

¹⁴³ Ibid., p. 310.

¹⁴⁴ Ibid., p. 305.

¹⁴⁵ Ibid., p. 33.

¹⁴⁶ Ibid., p. 308.

¹⁴⁷ Ibid., p. 309.

¹⁴⁸ Ibid., p. 310.

O fato dos pais (genitor masculino) dos primeiranistas exercerem atividades remuneradas de nível alto ou médio, a existência de inúmeros irmãos maiores ainda dedicados ao estudo, a ausência de ocupação assalariada em relação à maioria das mães, a inexistência de propriedades em um número proporcionalmente pequeno de famílias, a frequência a escolas médias particulares em um grande número de casos são elementos que atestam um certo grau de seleção econômica no que se refere à clientela universitária; este privilégio educacional pode ser traduzido através de um único elemento: apenas 8,52% dos genitores masculinos se dedicam a atividades manuais (níveis ocupacionais 1 e 2 da escola de B. Hutchinson). Os dados obtidos na presente pesquisa apontam, entre várias causas possíveis, dois elementos de seleção econômica: a escola média paga e as dificuldades decorrentes do exame vestibular, obrigando a frequência a cursos especializados, em sua maioria, particulares.¹⁴⁹

Esses aspectos constituem características gerais do sistema universitário brasileiro nos anos 1960. Os dados relativos à Porto Alegre não diferiram significativamente dos dados nacionais na maioria dos quesitos investigados. Portanto, é justo afirmar que o perfil médio do estudante porto-alegrense é semelhante ao perfil do estudante brasileiro. Outra possibilidade interessante da pesquisa é a comparação entre instituições e, nesse caso, as características dos estudantes da UFRGS e da PUCRS não são totalmente coincidentes, como apontei anteriormente. Uma informação adicional que podemos inferir da pesquisa é a importância relativa de cada uma das instituições de ensino superior de Porto Alegre. Em 1965, havia 1.666 estudantes matriculados no primeiro ano na UFRGS. A PUCRS tinha aproximadamente a metade de alunos (869). As faculdades e escolas isoladas eram pequenas: a Escola Superior de Educação Física tinha 28 matriculados; a Escola de Enfermagem Madre Ana Moeller, 13; a Faculdade de Filosofia Marcelino Champagnat, 6; e a Faculdade Católica de Medicina, 80. A UFRGS, portanto, concentrava quase dois terços os calouros da cidade (62,58%); a PUCRS concentrava próximo de um terço (32,64%); e o conjunto das isoladas apenas 4,77%. Dentro da UFRGS, 5 faculdades contavam com mais de cem calouros: Faculdade de Agronomia e Veterinária (147); Faculdade de Ciências Econômicas (250); Escola de Engenharia (420); Faculdade de Filosofia (293) e Faculdade de Medicina (140). Algumas dessas unidades possuíam diversos cursos, o que explica o grande número de estudantes. Pode-se destacar ainda as Faculdades de Farmácia (90) e Direito (93), ambas ofertando apenas um curso. Na PUCRS, as maiores faculdades eram: Faculdade de Filosofia (282); Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (173); Escola de Engenharia (120) e Faculdade de Direito (90). Entre as isoladas, a maior era a Faculdade Católica de Medicina, com 80 primeiranistas.¹⁵⁰

¹⁴⁹ CARACTERIZAÇÃO sócio-econômica do estudante universitário. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968, p. 42.

¹⁵⁰ Ibid., p. 294-295.

A pesquisa traz, portanto, muitos dados importantes para a caracterização socioeconômica do estudante universitário. Porém, possui alguns limites. Foram consideradas apenas as capitais e, dessa forma, não é possível ter uma dimensão do conjunto dos estados ou, ao menos, de algumas cidades mais importantes do interior. Além disso, as informações levantadas são estáticas, tendo em vista que representam a situação universitária num momento específico, impossibilitando perceber as mudanças que poderiam ou não estar ocorrendo. Para romper essas dificuldades, seriam necessários outros trabalhos estatísticos. Contudo, localizei apenas alguns e, mesmo assim, com resultados bastante parciais.

Os anuários estatísticos do IBGE, por exemplo, não apresentam os mesmos dados de maneira regular. Algumas edições dos anuários das décadas de 1940 e 1950 nos trazem, além da matrícula geral no ensino superior do Rio Grande do Sul, o número de estudantes da capital. Em 1939, o estado tinha 1.533 estudantes, sendo que 1.096 estudavam em Porto Alegre. Isso corresponde a uma concentração de 71,49% dos estudantes na capital.¹⁵¹ Em 1949, eram 2.877 matriculados, sendo 2.295 destes em Porto Alegre. A concentração subiu nesse intervalo para 79,77%.¹⁵² Os anuários de 1960 e 1970 não discriminam as matrículas de Porto Alegre.¹⁵³ Esses dados seriam importantes para que fosse possível estabelecer se de fato houve um processo de interiorização a partir dos anos 1950 e, sobretudo, 1960, conforme afirma Clarissa Neves. Para mensurar esse critério, uma possibilidade é usar dados indiretos. Nesse intuito, construí o quadro abaixo a partir dos dados das eleições para a União Estadual de Estudantes (UEE) de 1962 e para o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) de 1965 e 1966. O número de votantes foi divulgado em notícias na imprensa e no Boletim Informativo do DEE.

Tabela 2 – Número de Votantes nas Eleições da UEE/DEE

MUNICÍPIO	1962	1965	1966
Porto Alegre	3.395	8.842	9.666
Santa Maria	486	2.019	2.281
Pelotas	461	1.213	1.582
Passo Fundo	250	784	931
Caxias do Sul	343	786	886
São Leopoldo	285	677	747
Rio Grande	109	402	512
Ijuí	118	422	479
Bagé	125	374	447

¹⁵¹ IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – Ano VI – 1941/1945*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946, p. 403.

¹⁵² IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1952*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 435.

¹⁵³ Os dados discriminando a taxa de matrículas da capital estão disponíveis para os anos de 1938, 1939, 1940 e 1941 (*Anuário Estatístico do Brasil – Ano VI – 1941/1945*); 1946 (*Anuário Estatístico do Brasil – 1950*); 1947 (*Anuário Estatístico do Brasil – 1951*); 1948 e 1949 (*Anuário Estatístico do Brasil – 1952*).

Viamão	218	124	265
Santo Ângelo	-	146	251
Uruguaiana	52	118	202
Santa Cruz do Sul	-	61	101
Cruz Alta	35	87	99
Alegrete	-	58	75
Cachoeira do Sul	-	69	67
Novo Hamburgo	-	-	22
Total de Votantes	5.877	16.182	18.613

Fonte: BN, *Jornal do Dia*, 20 de maio de 1962, p. 16; Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Museu Universitário/Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (UFRGS/MU/CEUE), Correspondência Recebida 1965/1966, *Boletim n. 1*, DEE, 1965, p. 2-3; Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, 01 de setembro de 1965, p. 6; Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados/União Estadual de Estudantes (UFRGS/ILEA/UEE), Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Correio do Povo*, 01 de setembro de 1966, [n.p]; AHMSM, *A Razão*, 01 de setembro de 1966, p. 3, UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Zero Hora*, 01 de setembro de 1966, [n.p]. A tabela foi elaborada a partir dos dados contidos nas fontes citadas.

Antes de tirar conclusões, é preciso esclarecer algumas fragilidades e lacunas desses dados. Em 1962, foram realizadas as primeiras eleições diretas para a UEE. A votação não era obrigatória, o que explica o alto índice de abstenções. A imprensa não divulgou os votos brancos e nulos para cada cidade, apenas o cômputo geral deles. Optei por incluir na tabela o somatório dos votos sem levar em conta essas modalidades (5.877). Se considerássemos os brancos (170) e nulos (1.065), a soma total de votantes seria 7.112. Nesse caso, no entanto, seria impossível determinar a distribuição dos mesmos. Cheguei aos 7.112 votos somando os dados de brancos e nulos e os individuais de cada cidade citada na notícia do *Jornal do Dia*. Todavia, a própria matéria chega a um resultado diferente: 7.117 votos. Há, portanto, algum erro na transcrição do número de votos. Se considerarmos o total de 7.112 votantes e compararmos com o número de matrículas no início de 1962 que consta no *Anuário Estatístico do IBGE* (que totalizava 12.855), podemos determinar uma abstenção de 44,67%. Os 5.877 votos válidos, por sua vez, correspondem a uma parcela de 45,72% da população universitária do estado.

No ano seguinte, houve nova eleição direta para a UEE. Nessa ocasião, concorreu apenas uma chapa. Os candidatos eram Roberto Brinco (presidente) e Paulo Renato Crochemore (vice). Talvez por não ter havido disputa, o pleito parece ter despertado pouca atenção da imprensa. Não consegui localizar os resultados na imprensa nem em outras fontes consultadas. Existe apenas a menção a uma alta taxa de abstenções, que resultaram num questionamento da legitimidade do processo. As reportagens, no entanto, não mensuram essa

baixa participação e o contexto em que foram escritas gera dúvidas quanto à confiabilidade de seu conteúdo.¹⁵⁴

Em 1964, após o Golpe, houve apenas eleições indiretas. As eleições de 1965 e 1966 já ocorreram sob os efeitos da legislação criada pela Ditadura Civil-Militar, nomeadamente a Lei Suplicy, que determinava, entre outras coisas, a obrigatoriedade do voto. Isso explica o alto índice de participação. Considerando os índices de matrículas iniciais informados pelos *Anuários Estatísticos* do IBGE, votaram 87,53% dos estudantes em 1965 e 84,07% em 1966.¹⁵⁵ Correspondem a uma parcela bastante significativa, sobretudo se considerarmos que os dados do IBGE se referem ao começo do ano letivo, enquanto as eleições ocorreram no mês de maio. Sendo assim, é possível supor desistências e trancamento de matrículas por parte dos alunos, o que explica porque a participação não foi ainda mais próxima da totalidade.

Os números referentes ao ano de 1965 apresentam resultados consolidados. Foram divulgados em um *Boletim* informativo preparado pela diretoria eleita do DEE. Os votos das duas chapas concorrentes, além dos brancos e nulos, estão discriminados para cada faculdade do Rio Grande do Sul.¹⁵⁶ Quanto ao pleito seguinte, não consegui encontrar os dados finais completos. Os votos finais que cada uma das duas chapas recebeu foram contabilizados e informados em cada cidade, mas as informações sobre votos brancos e nulos não estavam disponíveis para Pelotas, São Leopoldo e Passo Fundo, de acordo com as notícias veiculadas pelos jornais. É possível que alguma das cidades não esteja representada com o peso real, caso os estudantes locais tenham recorrido a uma estratégia geral de anulação dos votos. Isso aconteceu em Viamão, mas nesse caso possuímos os dados.

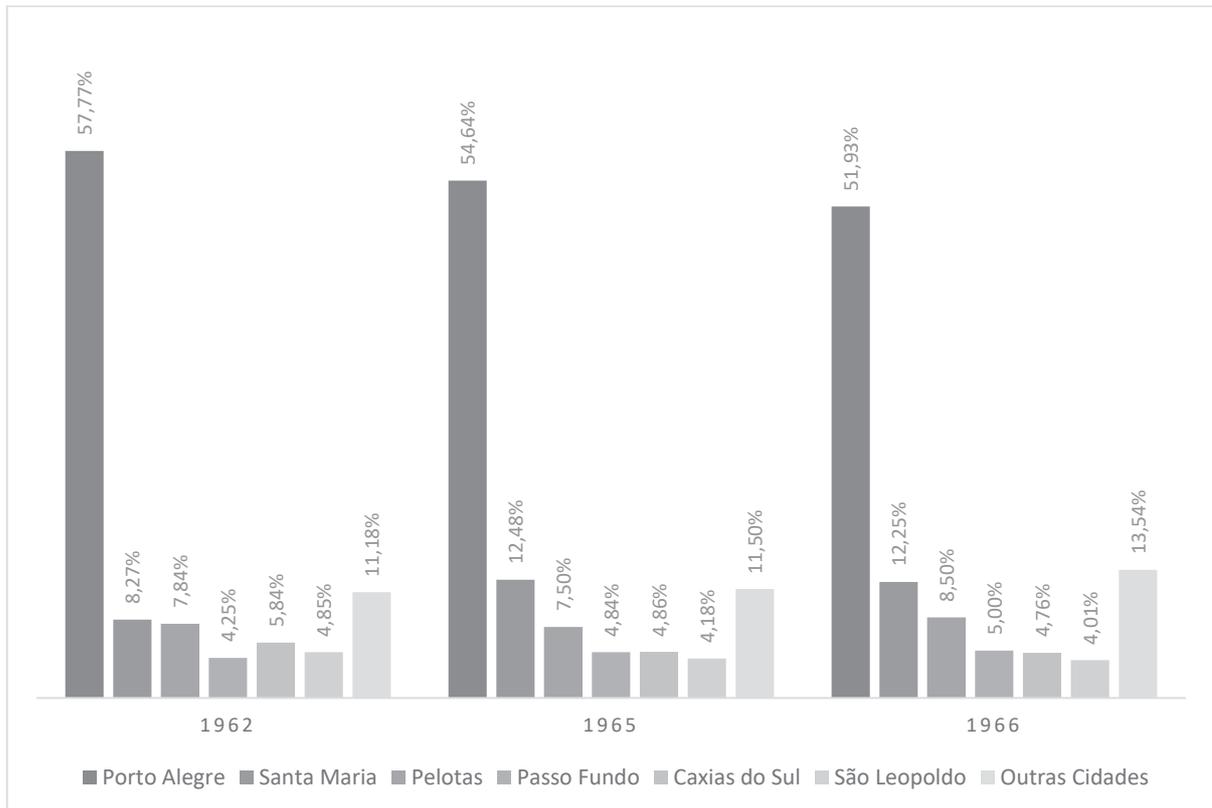
Tendo esses limites em mente, construí o gráfico abaixo, buscando evidenciar o grau de concentração geográfica do ensino superior no estado. Outros dados e conclusões sobre essas eleições serão retomados no último capítulo.

¹⁵⁴ BN, *Diário de Notícias*, 21 de maio de 1963, p. 9.

¹⁵⁵ IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966, p. 487; IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p. 697.

¹⁵⁶ UFRGS/MU/CEUE, Correspondência Recebida 1965/1966, *Boletim n. 1*, DEE, 1965, p. 2-3

Gráfico 1 – Distribuição dos votantes nas eleições da UEE/DEE



Comparando os três anos é possível perceber um aumento da proporção de votantes nas cidades do interior e uma diminuição na capital. Porto Alegre concentrava 57,77% dos votantes em 1962, 54,64% em 1965 e 51,93% em 1966. Tomando essa última eleição como exemplo, mesmo que todos os estudantes que deixaram de votar estudassem nessa cidade, poder-se-ia afirmar, com certeza, que os acadêmicos da capital corresponderiam a não mais do que 59,59% de todos os estudantes do estado. Essa hipótese deve ser aventada. Tendo em vista que Porto Alegre concentrava um contingente maior de estudantes, é possível que os indivíduos se sentissem menos pressionados a votar, pois nesses casos existe menos ônus pela ação individual, que pode ser diluída no esforço coletivo.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Essa tendência é apontada por Mancur Olson em *The logic of collective action*. Apud RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva*

Levando em consideração essas ressalvas, observa-se uma tendência significativa de interiorização, tendo em vista que nos índices concentração na capital eram muito menores dos anos 1960 do que haviam sido em 1939 (71,49%) e 1949 (79,77%). Também é possível afirmar com certa segurança que embora Porto Alegre continuasse reunindo a maioria dos estudantes, algumas cidades do interior, como Santa Maria e Pelotas, ganhavam força como polos formadores de nível superior. Juntas, essas três cidades concentravam 73,88% dos estudantes em 1962 e 72,68 % em 1966. Se adicionarmos a esse grupo Caxias do Sul, Passo Fundo e São Leopoldo, atinge-se 86,46% nesse último ano. Os 13,54% restantes estavam distribuídos em outras onze cidades: Rio Grande, Ijuí, Bagé, Viamão, Santo Ângelo, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Alegrete, Cachoeira do Sul e Novo Hamburgo.¹⁵⁸

A partir desses dados, podemos supor que o perfil dos estudantes de Porto Alegre revelado pela pesquisa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – realizada em 1965 – diferia dos estudantes do interior do estado no que diz respeito, por exemplo, à origem social. Todavia, o caráter elitista deve ter permanecido, ainda que em outras bases. É possível que a composição social do ensino superior em algumas dessas regiões revele um peso maior de uma “classe média rural”. Se essa camada era um traço distintivo do Rio Grande do Sul, como aponta Adhemar Lourenço da Silva Jr.,¹⁵⁹ os dados referentes a Porto Alegre a colocam em uma posição minoritária, tendo em vista que quase metade dos estudantes era natural da capital e 80,76% eram oriundos da zona urbana.¹⁶⁰

De qualquer maneira, dados mais precisos são necessários para que se possa conhecer as particularidades do estudante interiorano. Infelizmente, as pesquisas locais parecem ter sido poucas e, quando existiram, foram mal divulgadas. Isso vale não apenas para as cidades do interior, mas também para as instituições da capital. O *Jornal do Dia* de 29 de outubro de 1966 chegou a noticiar uma parceria entre o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da UFRGS e o DCE para a realização de uma investigação socioeconômica dos estudantes dessa

comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 73.

¹⁵⁸ Em termos populacionais, Porto Alegre concentrava apenas 11,8% da população de 1960 e 13,4% em 1970. Ver: IBGE. *Tabela 1287 – População dos municípios das capitais e Percentual da população dos municípios das capitais em relação aos das unidades da federação nos Censos Demográficos*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1287>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

¹⁵⁹ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Em busca da classe média. In: GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 278.

¹⁶⁰ CARACTERIZAÇÃO sócio-econômica do estudante universitário. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968, p. 300.

universidade.¹⁶¹ Não encontrei outras informações a esse respeito nos jornais e a pesquisa não está relacionada na produção desse instituto.¹⁶²

O Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE) da PUCRS, por sua vez, realizou um “censo” dos estudantes da instituição em 1966. Os resultados foram publicados na revista *Véritas* no ano seguinte. Na publicação, são apresentados dados referentes à: distribuição etária, sexo, estado civil, religião, nacionalidade, tempo de residência em Porto Alegre, com quem reside e procedência escolar. De modo geral, os dados corroboram a pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Há significativa predominância masculina nas faculdades de Economia, Direito, Odontologia e Engenharia, e levemente superior na de Meios e Comunicação Social (54%). As mulheres predominavam nas faculdades de Serviço Social, Filosofia e Ciências. Nessa última, a diferença era pequena (52% eram mulheres e 48% homens). Em todas as unidades, mais de 60% dos alunos eram solteiros, sendo que na Engenharia chegavam a quase 90%. A porcentagem de estudantes que havia sempre residido em Porto Alegre era de 31,61%. Há mais de cinco anos, residiam 35,35% dos estudantes. Eram 22,45% os que residam em Porto Alegre entre 1 e 5 anos e apenas 5,89% residiam há menos de 1 ano na cidade.¹⁶³ Complementando os dados anteriores, a pesquisa aponta que 70,1% viviam com a família, o que parece corroborar a taxa relativamente baixa de migração no sentido interior-capital com fins exclusivos de estudo. Quanto à nacionalidade, mais de 90% eram brasileiros natos. Um dado interessante que essa pesquisa traz é a origem escolar e a discriminação entre Escolas Particulares Leigas e Escolas Particulares (presumivelmente confessionais). Os estudantes oriundos de Escolas Particulares Leigas eram maioria nas faculdades de Serviço Social e de Direito. Aqueles oriundos de Escolas Particulares Confessionais eram maioria nas faculdades de Filosofia, Odontologia, Engenharia, Ciências, Meios e Comunicação Social e Ciências Econômicas. Nessa última representavam 70,5% dos estudantes. Em nenhuma delas os estudantes originários de escolas públicas eram maioria. Outra informação nova trazida por esse censo diz respeito à religião dos estudantes da PUCRS. Tratando-se de uma universidade Católica, seria de se esperar que um alto número de estudantes

¹⁶¹ BN, *Jornal do Dia*, 29 de outubro de 1966, p. 8. Ver também: BN, *Diário de Notícias*, 29 de outubro de 1966, segundo caderno, p. 8.

¹⁶² Ver: MASINA, Renato. *IEPE 1953-2003: 50 anos de estudos e pesquisas*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/iepe/arquivos/50anoshistoriaiepe.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

¹⁶³ É importante destacar que o gráfico apresentado na página 202, mostrando o tempo de residência em Porto Alegre, está com a legenda incorreta. Foi necessário reconstruir os dados gerais a partir da tabela da página 203, tendo em vista que nessa última são apresentados os números referentes a cada faculdade separadamente. Ver: RICHTER, Henrique. Censo da PUC - 1966: planejado e executado pelo instituto de estudos sociais políticos e econômicos da Pontifícia Universidade Católica (IESPE). In: *Véritas (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v.12, n.45/48, p. 196-205, 1967.

se identificasse com essa religião. Os 82,5% de universitários católicos representavam uma proporção menor do que a encontrada no Rio Grande do Sul, que era de 85,27%.¹⁶⁴ No entanto, esse último dado se refere a população em geral, sem distinção de escolaridade. Na PUCRS, não se identificavam com religião alguma 4,6% dos estudantes.¹⁶⁵

A mesma edição da revista *Véritas* publica também outro artigo assinado por Henrique Richter, cujo título é *Opinião dos calouros de 1966 de Porto Alegre*. A princípio, tais dados poderiam servir para relacionarmos as características socioeconômicas dos estudantes com suas posições políticas ou, ainda, comparar a opinião dos acadêmicos porto-alegrenses com a opinião geral dos estudantes brasileiros, tendo em vista que o último capítulo do livro publicado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais também apresenta apontamentos nesse sentido. Todavia, o estudo contém muitas inconsistências. Em primeiro lugar, a metodologia é mal explicada. O autor parece ter realizado a pesquisa junto às turmas da PUCRS em que ele ministrava a disciplina de Sociologia. Ele próprio admite, no trecho abaixo, ter interferido no resultado:

O contato frequente e permanente, através de aulas, veio esclarecer, através de trabalhos vários, incluindo testes periódicos, aspectos que deixavam dúvidas. Com isto visávamos a evitar a estatística fria e sem sentido. Para exemplificar: um estudante havia declarado que considerava a situação política nacional pior que a anterior à revolução. Conclusões posteriores vieram demonstrar que tal declaração foi feita sob o impacto momentâneo das recentes cassações e suspensões de direitos, mas não correspondia a uma declaração objetiva no aspecto geral. Como nos interessava uma opinião consciente e responsável, além dos recursos citados [questionários], planejamos uma série de pesquisas em grupos¹⁶⁶

E mais adiante:

Menos de 60% opinaram, no questionário, sobre uma melhoria pós-revolucionária. Na época diversos acontecimentos e situações nunca antes vividos pela geração nova, influíram para uma opinião negativa. O estudo objetivo e debates diversos vieram, apar [sic] da revolução dos fatos, alterar o primeiro resultado, como se vê no quadro, com 60% aceitando melhoria, 31% achando que a situação é igual e só 6% achando pior.

Inicialmente, a opinião dos calouros sobre o Golpe de 1964 era negativa, mas ao longo do semestre essa opinião foi sendo alterada. Ou seja, a “opinião consciente e responsável” que

¹⁶⁴ Porcentagem calculada a partir dos dados presentes em: IBGE. *Censo Demográfico de 1960*. Série regional. Rio Grande do Sul. Volume I. Tomo XVI.

¹⁶⁵ RICHTER, Henrique. Censo da PUC - 1966: planejado e executado pelo instituto de estudos sociais políticos e econômicos da Pontifícia Universidade Católica (IESPE). In: *Véritas (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v.12, n.45/48, p. 196-205, 1967.

¹⁶⁶ RICHTER, Henrique. Opiniões dos calouros de 1966 de Porto Alegre. In: *Véritas (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v.12, n.45/48, p. 188-195, 1967, p. 190.

o pesquisador desejava encontrar era aquela que aceitava as novas regras do jogo político. Apesar dos dados brutos não serem úteis devido às condições em que a pesquisa se realizou, ela é importante porque revela como era complexa a relação entre professor e aluno, na qual as opiniões se moldam por influência ou acomodação.

O conjunto de dados que temos disponível para caracterizar o estudante brasileiro e, em particular, sul-rio-grandense, é limitado e com várias lacunas. Além de uma pesquisa de âmbito nacional que inclui dados sobre Porto Alegre, pude encontrar alguns poucos levantamentos locais, além de construir uma tabela a partir de dados indiretos. Apesar dos limites discutidos, é possível agora retomar as informações e apresentar alguns resultados gerais e, em seguida, discutir os seus significados.

Nos anos 1960, a oferta de ensino superior era ainda bastante concentrada na capital do estado. No entanto, essa concentração estava declinando, sendo bastante inferior aos anos 1930 e 1940. Algumas cidades, como Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo, criaram faculdades e, posteriormente, universidades, ganhando cada vez mais importância no ensino superior gaúcho, o que torna justa a avaliação de Clarissa Neves de que nos anos 1950 se iniciou um processo de interiorização, acentuado a partir de 1960. Esses cursos criados no interior atendiam, sobretudo, à demanda do próprio interior pois, como vimos, os acadêmicos porto-alegrenses eram, em sua maioria, originários da capital. A concentração do ensino superior na capital acabava suprimindo as necessidades das classes médias e altas urbanas, visto ser baixo o número de estudantes com origem rural -, embora deva ser considerada a possibilidade de muitos serem filhos de grandes e médios proprietários que residiam nas cidades. Quanto à origem de classe, apesar das fragilidades dos métodos de estratificação social dos estudos disponíveis, é possível afirmar que os estudantes provinham de uma parcela muito pequena da população que podia bancar escolas particulares e cursinhos pré-vestibular. Apesar disso, um montante significativo dos estudantes trabalhava (nem sempre por razões econômicas) e com isso estabelecia novas relações sociais cujos impactos já discuti quando apresentei os aspectos centrais da obra de Marialice Foracchi. Embora elitizado, o ensino superior se abria cada vez mais para uma parte maior dos setores intermediários da sociedade brasileira, tendo em vista o processo em curso de crescimento na oferta de vagas. Cabe destacar ainda a grande desigualdade de gênero. Nos anos 1960, eram poucas as mulheres nos cursos superiores. Essa disparidade variava de acordo com o curso. A predominância feminina se dava em poucos deles, como Enfermagem, Serviço Social e Filosofia.

É possível supor que o perfil dos estudantes do interior fosse diferente, como apontei anteriormente. Essa região do estado ganhava peso na oferta de vagas durante esse período e,

pelas razões já mencionadas, possivelmente atendia a um público que não era absorvido pela capital do estado. Tendo em vista o pequeno número de estudantes que migravam para a capital com fins exclusivos de estudo, suponho que existisse no interior uma demanda reprimida que não queria ou não tinha condições econômicas para mudar-se para Porto Alegre, ou ainda, não conseguia competir nos exames vestibulares. No entanto, não consegui encontrar dados que permitissem averiguar se o perfil do acadêmico interiorano diferia do porto-alegrense. A descoberta de outras pesquisas realizadas na época ou a produção de novos dados poderão, no futuro, suprir essa lacuna.

3 AS ENTIDADES E OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS ANTES DE 1961

Conforme vimos, o ensino superior passou por grandes mudanças desde que foram estabelecidos os primeiros cursos. No período entre 1945 e 1964, ocorreu um aumento significativo da oferta de vagas, o que modificou a composição social dos estudantes. A representação estudantil acompanhou esse processo de transformações, adaptando-se às diferentes conjunturas.

No Rio Grande do Sul, os universitários se organizaram em diversas entidades desde que surgiram os primeiros cursos superiores, ainda no final do século XIX. No tópico abaixo, descrevo a formação das principais delas, partindo da representação estudantil no interior das diversas faculdades durante a Primeira República. Na sequência, abordo as primeiras Federações, que uniam estudantes de instituições diferentes e que deram origem a entidades importantes, como a FEURGS. Na terceira parte do capítulo, aprofundo a construção da União Estadual de Estudantes (UEE). Por fim, destaco outras entidades importantes, como o DCE da PUCRS e a FEUC/FEUP, entre outras.

3.1 A Representação Estudantil no Interior das Faculdades durante a Primeira República

A criação da UNE, em 1938, é geralmente considerada como um marco divisor na história do movimento estudantil brasileiro. Artur José Poerner chegou a escrever que existe o período antes da UNE e depois da UNE (títulos das duas partes de seu livro *O poder jovem*).¹⁶⁷ Já para Antônio Mendes Junior, as lutas estudantis se dividem em: Fase da atuação individual (da Colônia até meados do séc. XIX); fase da atuação coletiva (meados do século XIX até 1937); fase da atuação organizada (entre 1937 e 1968); e fase da atuação clandestina (iniciada em 1968 e que teria durado “três ou quatro anos”).¹⁶⁸ A fundação da UNE marcaria, portanto, a transição da atuação coletiva para a atuação organizada. Ambos os autores concordam em considerar o período anterior a 1938 como marcado por iniciativas transitórias, específicas e regionalizadas. Os grupos e movimentos formados pelos estudantes tinham duração e causa específica. Por vezes tratavam-se de associações com caráter exclusivamente cultural ou social. Na maioria dos casos, não rompiam os limites interiores das faculdades que os originavam. Uma organização estável, duradoura, que desse organicidade, unidade e continuidade às lutas

¹⁶⁷ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁶⁸ MENDES JR., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

e bandeiras só teria sido possível com a construção da entidade máxima dos acadêmicos brasileiros.

Nesse período prévio, uma das principais unidades representativas eram os Centros ou Diretórios Acadêmicos, que congregavam os estudantes em cada Escola Superior. Esse é um período em que, como já destaquei, não havia ainda universidades no país. As faculdades eram isoladas e os Centros Acadêmicos surgiram do mesmo modo. No Rio Grande do Sul, costumava-se apontar como primeira entidade representativa o Grêmio dos Estudantes de Engenharia, que posteriormente passou a se chamar Centro de Universitários de Engenharia (CEUE), criado em 8 de julho de 1903. Em livro editado na comemoração do seu centenário, os autores esclarecem que essa data inaugural se refere, na verdade, à reorganização de uma entidade então denominada Grêmio dos Estudantes de Engenharia.¹⁶⁹ Essa informação tem como origem a ata mais antiga da entidade localizada pelos pesquisadores. A obra citada reproduz alguns trechos dessa e de outras atas subsequentes. Sabemos, por exemplo, que a ata de reorganização foi assinada por João Moreira de Oliveira Brasileiro¹⁷⁰ que, na sessão seguinte, realizada em 16 de julho de 1903, foi eleito presidente. Nessa mesma reunião, foi aprovado o estatuto da entidade, que definia que sua finalidade era “pugnar pelos interesses gerais dos acadêmicos matriculados na Escola de Engenharia”.¹⁷¹ No entanto, os autores da pesquisa destacam não ter sido possível encontrar informações sobre as atividades desse Grêmio anteriores a 1903 e determinar, portanto, a sua primeira fundação.¹⁷²

Essa nomenclatura, “Grêmio dos Estudantes”, mencionada no livro sobre o CEUE, abriu uma possibilidade de pesquisa. Utilizando a Hemeroteca Digital do sítio da Biblioteca Nacional,¹⁷³ consegui localizar uma entidade representativa de estudantes de outra faculdade. Em 11 de julho de 1899, o jornal *A Federação* publicou uma nota sobre a eleição de uma “nova diretoria” do “Grêmio dos Estudantes de Medicina e Farmácia”.¹⁷⁴ A Faculdade de Medicina foi fundada em 1898¹⁷⁵ e a agremiação de seus acadêmicos surgiu em abril do ano seguinte, considerando que seu aniversário de um ano foi comemorado no dia 3 de abril de 1900.¹⁷⁶ Como

¹⁶⁹ SIRTORI, Bruna et al. *CEUE 100 Anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 34.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 34.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 38.

¹⁷² *Ibid.*, p. 31.

¹⁷³ HEMEROTECA Digital. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

¹⁷⁴ A diretoria foi assim constituída: Armindo Baptista (presidente); Octávio Coelho de Souza (vice-presidente); Fábio do Nascimento Barros (1º secretário); José Flores Soares (2º secretário); e Armando Ribeiro Severo (tesoureiro). In: BN, *A Federação*, 11 de julho de 1899, p. 2.

¹⁷⁵ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 29.

¹⁷⁶ BN, *A Federação*, 2 de abril de 1900, p. 2.

a reportagem de 11 de julho menciona uma “nova diretoria”, deduzo que entre abril e julho a entidade tenha sido dirigida por um diretoria provisória. Não é possível, no entanto, afirmar que essa seja a primeira entidade do gênero no estado. Tendo em vista que a Faculdade de Medicina surgiu a partir da fusão da Escola de Parto com a Faculdade de Farmácia, essa fundada em fevereiro de 1896,¹⁷⁷ é possível que tenha existido algum tipo de representação desses estudantes. A Escola de Engenharia, por sua vez, também é do ano de 1896. A coleção de jornais da Hemeroteca Digital, entretanto, não possuiu qualquer coleção de jornais do Rio Grande do Sul que abranja o período de 1896 a 1898, o que tornou impossível averiguar entidades anteriores ao ano de 1899.

Em 31 de julho desse ano, o jornal *A Federação* mencionou uma reunião de um “Grêmio dos Estudantes”. Contudo, dessa vez não se tratava de uma entidade dos estudantes de medicina e farmácia. Além deles, incluía os acadêmicos de “engenharia e preparatórios”. A reunião noticiada acontecia, inclusive, na Escola de Engenharia. Essa agremiação era caracterizada como uma “sociedade literária”. Não se tratava do mesmo Grêmio dos Estudantes de Medicina e Farmácia citado no dia 11, como fica evidenciado pela composição de sua diretoria.¹⁷⁸ Essas sociedades estudantis dedicadas às artes e à literatura tinham grande importância e tradição no Brasil. A Sociedade Epicurea e o Grêmio Literário Álvarez de Azevedo, ligados à Faculdade de Direito de São Paulo, são exemplos desse tipo de organização.¹⁷⁹

Não encontrei outras citações a essa sociedade. Já o Grêmio dos Estudantes de Medicina e Farmácia foi citado algumas vezes no jornal *A Federação* no ano de 1900. Em abril, por exemplo, comemorou-se o primeiro aniversário de sua fundação. No mês seguinte, uma sessão solene foi realizada no dia 13,¹⁸⁰ o que de alguma forma parece remeter à tradição abolicionista do movimento estudantil brasileiro durante o Império.¹⁸¹ Parece-me importante ressaltar que tal conquista era bastante recente naquele momento. A partir de 1901, no entanto, não encontrei outras menções à referida entidade.

Nesse período anterior à fundação da UNE, era comum que as entidades e associações formadas durassem pouco tempo ou passassem por períodos de inatividade. Segundo Artur Poerner, “se bem que tivesse existido organizações universitárias antes de agosto de 1938, elas

¹⁷⁷ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 29.

¹⁷⁸ Os cargos e seus respectivos ocupantes eram os seguintes: presidente – Protásio Vargas; Vice-presidente – Armando Salgado; 1º Secretário – Marçal Vianna; 2º Secretário – Argemiro Carlos Pinto; 1º Orador – Areas Pimentel; 2º Orador – João Corrêa. In: BN, *A Federação*, 31 de julho de 1899, p. 2.

¹⁷⁹ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 128.

¹⁸⁰ BN, *A Federação*, 14 de maio de 1900, p. 2.

¹⁸¹ POERNER, op. cit., Capítulo II.

pecavam todas pela transitoriedade, visando apenas a problemas específicos e determinados em função de cuja duração nasciam e morriam”.¹⁸² O próprio Grêmio dos Estudantes de Engenharia, reorganizado em 1903, reorganizou-se novamente em 1906.¹⁸³ A partir desse momento, a entidade parece ter tido uma maior continuidade, pois continuaram ocorrendo eleições nos anos seguintes.¹⁸⁴ Outras informações obtidas pela pesquisa nesse periódico demonstram que a agremiação se tornava cada vez mais ativa, seja em atividades culturais de âmbito interno à Escola de Engenharia, como a inauguração de uma biblioteca em junho de 1912,¹⁸⁵ ou na tentativa de articular os estudantes das diferentes faculdades, com a iniciativa de formar a Federação Acadêmica.¹⁸⁶ A última menção que encontrei a esse Grêmio foi em junho de 1924, quando seus representantes compareceram às cerimônias fúnebres da vítima de um acidente ocorrido entre um carro e um bonde da Força e Luz.¹⁸⁷ A representação dos estudantes da Escola de Engenharia, ao que parece, só seria reorganizada em 1938, já com o nome de Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), tendo em vista que sua escola havia passado a integrar a Universidade de Porto Alegre.¹⁸⁸ Antes disso, em 1934, é possível encontrar referência a um Grêmio de Estudantes da Universidade Técnica.¹⁸⁹ Como já mencionado, a Universidade Técnica havia nascido da Escola de Engenharia, embora tenha durado pouco tempo com essa denominação.

É possível ter uma ideia das outras agremiações estudantis ativas em Porto Alegre na Primeira República a partir da leitura dos exemplares do jornal *A Federação*. Entre elas podemos citar o Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio, fundado em 7 de setembro de 1910;¹⁹⁰ o Grêmio dos Estudantes de Agronomia e Veterinária;¹⁹¹ Grêmio dos Estudantes da Escola Médico-Cirúrgica,¹⁹² fundado em 1915;¹⁹³ Grêmio dos Estudantes do Posto Zootécnico

¹⁸² POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 127-128.

¹⁸³ Nessa ocasião, uma nova diretoria foi composta com os seguintes membros: Justino Franco Ribeiro (presidente); Adolpho Stern (secretário); e Antônio Porfírio de Menezes (tesoureiro). In: BN, *A Federação*, 25 de maio de 1906, p. 4.

¹⁸⁴ Em 1907, formou-se a seguinte diretoria: Olyntho de Abreu Pereira; Humberto Paranhos Pederneiras (vice-presidente); Antonio Rocha de Meirelles Leite (1º secretário); Francisco Moreira Pereira (2º secretário); Antonio Porfírio de Menezes Costa (tesoureiro); Arthur Schilling e Ernesto Araújo (adjuntos). BN, *A Federação*, 19 de junho de 1907, p. 2. As eleições seguintes também foram noticiadas pelo jornal *A Federação*.

¹⁸⁵ BN, *A Federação*, 11 de junho de 1912, p. 2.

¹⁸⁶ BN, *A Federação*, 16 de maio de 1916, p. 4.

¹⁸⁷ BN, *A Federação*, 4 de junho de 1924, p. 1-2.

¹⁸⁸ SIRTORI, Bruna et al. *CEUE 100 Anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 31.

¹⁸⁹ BN, *A Federação*, 28 de julho de 1934, p. 4.

¹⁹⁰ BN, *A Federação*, 13 de julho de 1914, p. 2.

¹⁹¹ BN, *A Federação*, 19 de setembro de 1914, p. 3.

¹⁹² BN, *A Federação*, 10 de maio de 1917, p. 5.

¹⁹³ BN, *A Federação*, 29 de setembro de 1920, p. 6.

da Escola de Engenharia, em Viamão;¹⁹⁴ o Grêmio de Estudantes de Química Industrial;¹⁹⁵ o Centro Acadêmico de Medicina;¹⁹⁶ o Grêmio de Estudantes da Escola Normal;¹⁹⁷ o Grêmio de Estudantes Preparatórios;¹⁹⁸ o Centro Acadêmico Homeopata;¹⁹⁹ o Centro Acadêmico de Direito.²⁰⁰ No interior, havia ainda o Centro Acadêmico de Agronomia²⁰¹ e o Grêmio dos Estudantes de Pelotas.²⁰² Havia também um Grêmio dos Estudantes em Rio Grande, que em 1909 era presidido por Francisco Cardoso.²⁰³ De modo geral, as notícias trazem iniciativas culturais e sociais dessas entidades. Elas participavam da comemoração de datas cívicas, como 21 de abril, 13 de maio, 14 de julho, 7 de setembro e 15 de novembro; organizavam debates e conferências; publicavam revistas; participavam de homenagens diversas; organizavam bibliotecas. Também participavam de atividades assistenciais, como a iniciativa que criou a Caixa dos Estudantes Pobres da Faculdade de Medicina.²⁰⁴ É raro encontrarmos manifestações explicitamente políticas. Embora essa atividade fosse intensa no meio estudantil, ele não parece ter ocorrido diretamente através das entidades representativas até os anos 1920, e sim através de partidos políticos e organizações políticas próprias da categoria estudantil.

Antes de entrarmos na discussão sobre a ação política dos estudantes na Primeira República, cabe ainda mencionar com mais detalhes a formação da representação dos estudantes de Direito e Medicina, tendo em vista que, juntamente com os estudantes de Engenharia, formavam os cursos mais ativos do estado. Um primeiro Cento dos Estudantes de Direito foi organizado em 12 de agosto de 1904.²⁰⁵ Nos dez anos seguintes, as notícias são bastante esparsas. De 1915 em diante, é possível encontrar referências a um Centro Acadêmico (ou dos Acadêmicos) de Direito. Por vezes reaparece a denominação Centro dos Estudantes de

¹⁹⁴ BN, *A Federação*, 16 de julho de 1917, p. 5.

¹⁹⁵ BN, *A Federação*, 29 de maio de 1926, p. 5.

¹⁹⁶ BN, *A Federação*, 23 de setembro de 1921, p. 4.

¹⁹⁷ BN, *A Federação*, 22 de abril de 1929, p. 3.

¹⁹⁸ BN, *A Federação*, 26 de setembro de 1929, p. 4.

¹⁹⁹ BN, *A Federação*, 14 de junho de 1914, p. 7.

²⁰⁰ BN, *A Federação*, 23 de setembro de 1921, p. 4.

²⁰¹ BN, *A Federação*, 17 de maio de 1909, p. 4.

²⁰² Em 1907, a diretoria dessa entidade pelotense era formada por: José Ignácio do Amaral Filho (presidente); Adolpho Bento Pereira (vice-presidente); Renato Cavalcanti de Freitas Guimarães (1º secretário); Agostinho Tavares Ribeiro Júnior (2º Secretário); Nelson Silveira (tesoureiro); Victor Russumano (orador); e Raul Raphael Azambuja (bibliotecário). In: BN, *A Federação*, 13 de abril de 1907, p. 1.

²⁰³ BN, *A Federação*, 27 de outubro de 1909, p. 1.

²⁰⁴ BN, *A Federação*, 18 de setembro de 1920, p. 5; BN, *A Federação*, 23 de setembro de 1921, p. 4.

²⁰⁵ Sua primeira diretoria era formada por: Osório de Andrade Neves (presidente); Alfredo Ludwig (vice-presidente); Pery Romero (1º secretário); José Tavares (2º secretário); Inocêncio Borges da Rosa (tesoureiro); e Reynaldo Ludwig e Arnaldo Carlos Pinto (bibliotecários). In: BN, *A Federação*, 12 de agosto de 1904, p. 2. No mesmo ano, em outubro, foi eleita uma segunda diretoria: Antonio Casagrande (presidente); Pery Romero (vice-presidente); Antonio Moraes Fernandes (1º secretário); Joaquim Pinto Dia (2º secretário); Eurybiades Villa (tesoureiro); Alberto Barcello (orador); Manoel Pisarra (bibliotecário). In: BN, *A Federação*, 29 de outubro de 1904, p. 6.

Direito. Segundo João Pedro dos Santos, foi em 1917 que essa entidade registrou seus estatutos. Sua organização teria sido motivada pela luta em torno da equiparação da Faculdade de Direito, para que assim pudesse emitir diplomas reconhecidos.²⁰⁶ No entanto, no jornal *A Federação* de 6 de junho de 1915, é possível encontrar um Centro Acadêmico 11 de Agosto que havia se reunido no dia anterior para “tratarem do assunto do reconhecimento da Faculdade Livre de Direito”.²⁰⁷ Nos anos 1930, é mencionado o Centro Acadêmico de Direito 20 de Setembro e o Diretório Acadêmico de Direito. Em 1943, a entidade representativa dos estudantes de Direito passou a se chamar Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR).²⁰⁸ Mesmo que a entidade apareça com diversos nomes - possivelmente no recorrente esforço de se reorganizar – ressalto que os estudantes de direito nunca ficaram muito tempo sem representação (com exceção do período entre 1904 e 1915).

Quanto aos estudantes de medicina, mencionei anteriormente a iniciativa de um grêmio, fundado ainda em 1899. Esse, no entanto, durou pouco tempo. O Centro Acadêmico Sarmiento Leite (CASL), atual entidade representante dos estudantes de medicina da UFRGS, considera o ano de 1912 como marco de seu surgimento.²⁰⁹ Essa mesma informação é corroborada por Rubens Maciel²¹⁰ e Nicanor Letti.²¹¹ Esse último autor aponta que a proposta de criação do então chamado Centro dos Acadêmicos de Medicina e Farmácia foi do estudante Fernando de Paula Esteves. Pesquisando em *A Federação*, não consegui encontrar informações anteriores a 1914. Nesse ano, em dezembro, o centro lançou o primeiro número de sua revista *Vida e Arte*.²¹² A partir dessa data, encontram-se diversas referências a Centro dos Acadêmicos de Medicina e Farmácia, Centro Acadêmico de Medicina, Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina e outras variações do tipo.²¹³ Vinculados à mesma Faculdade de Medicina, os estudantes de

²⁰⁶ SANTOS, João Pedro. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Porto Alegre: Síntese, 2000, p. 171.

²⁰⁷ BN, *A Federação*, 6 de junho de 1915, p. 5.

²⁰⁸ SANTOS, op. cit., p. 174. Santos na verdade se refere a Centro dos Estudantes André da Rocha, mas grafa sua sigla como CAAR, como é conhecida a entidade ainda hoje. Acredito, portanto, que se tratou de um equívoco do autor na escrita por extenso.

²⁰⁹ Ver o sítio do CASL, atualmente fora do ar, mas que pode ser acessado usando a ferramenta Internet Archive. Disponível em: < https://web.archive.org/web/20090910011241/http://www6.ufrgs.br:80/casl/?page_id=189>. Acesso em: 2 jul. 2017. De acordo com o centro: Em 1912, numa reunião dos acadêmicos de Medicina e Farmácia, no Cinema Odeon, foi fundado o Centro Acadêmico de Medicina e Farmácia. O Professor Sarmiento Leite foi o único professor a participar da histórica reunião. Surgiu assim a agremiação que deu origem ao atual CASL, com uma trajetória marcada pelas reivindicações de caráter acadêmico ou por posicionamentos políticos amplos, questionando verdades estabelecidas e propondo mudanças”.

²¹⁰ MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 55.

²¹¹ LETTI, Nicanor. *O Centro Acadêmico e suas lutas, n° 2*. Disponível em: < <http://antoniovalsalva.blogspot.com.br/2010/02/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

²¹² BN, *A Federação*, 19 de dezembro de 1914, p. 3.

²¹³ A partir de 1933, também Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina ou Diretório Acadêmico da Medicina.

odontologia buscaram criar uma associação própria em 1907.²¹⁴ Essa, no entanto, é a única informação que consegui localizar sobre a agremiação.

Uma das iniciativas mais interessantes dos estudantes de medicina, por destoar das atividades mais comuns de organização de conferências, participação em homenagens e comemoração de datas cívicas, foi a criação da Caixa dos Estudantes Pobres da Faculdade de Medicina. A proposta começou a ser articulada em 1920. Segundo reportagem de *A Federação*, “o Centro Acadêmico de Medicina cogita angariar meios para auxiliar os estudantes pobres que não possam pagar as suas matrículas, inscrições de exames e outras despesas inerentes aos estudos, mediante empréstimo”.²¹⁵ A proposta era inspirada nos sistemas americano e francês e não se tratava de uma doação ou caridade, mas um empréstimo que seria saldado após o estudante concluir o curso. Com o objetivo de formular o projeto, foi formada uma comissão.²¹⁶ Para levantar o montante necessário para o início do empreendimento, foram realizadas festas, incluindo um festival acadêmico no Teatro São Pedro.²¹⁷ Outros centros estudantis, como o Grêmio dos Estudantes de Engenharia, foram solidários, promovendo ações em benefício da proposta.²¹⁸ A instalação oficial da Caixa dos Estudantes Pobres ocorreu no ano seguinte, no dia 22 de setembro de 1921.²¹⁹ Participaram da solenidade representantes da Secretaria do Interior do Governo do Estado, da Intendência Municipal, da Brigada Militar, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da direção da Escola de Engenharia e do Instituto de Agronomia e Veterinária.²²⁰ Não consegui localizar muitas notícias posteriores à criação da Caixa. Em 1927, os estudantes de Direito planejaram algo semelhante,²²¹ mas não pude identificar se foi de fato implementado, não obstante tenham esses acadêmicos criado uma Casa do Estudante.²²²

A iniciativa de auxílio aos estudantes pobres, no entanto, não contradiz o caráter elitista da educação e do movimento estudantil na Primeira República. Aliás, não é possível saber, com as informações disponíveis, quem e quão pobres eram os destinatários dessa ação. João Roberto

²¹⁴ A União Odontológica dos Estudantes elegeu sua primeira diretoria composta por: Severino Azambuja (presidente); Francisco Almeida Mello (vice-presidente); Eduardo Guimarães (1º secretário); Dirceo Ortiz (2º secretário); Ney de Lima Costa (orador); Gastão Silveira Martins (orador); Antonio Antunes Ribas Filho (bibliotecário). Os acadêmicos também escolheram um presidente honorário, Elias Cirne Lima, professor do curso. In: BN, *A Federação*, 10 de junho de 1907, p. 1.

²¹⁵ BN, *A Federação*, 7 de junho de 1920, p. 3.

²¹⁶ BN, *A Federação*, 7 de junho de 1920, p. 3. A comissão era composta por Mozart de Mello, José Borba Lupi e Lauro Guimarães.

²¹⁷ BN, *A Federação*, 17 de junho de 1920, p. 4.

²¹⁸ BN, *A Federação*, 18 de setembro de 1920, p. 5.

²¹⁹ BN, *A Federação*, 22 de setembro de 1921, p. 20.

²²⁰ BN, *A Federação*, 23 de setembro de 1921, p. 4.

²²¹ BN, *A Federação*, 6 de maio de 1927, p. 5.

²²² BN, *A Federação*, 10 de abril de 1935, p. 4.

Martins Filho afirma mesmo que “há fortes indícios de que, com frequência, os estudantes das faculdades da Primeira República foram portadores de orientações antipopulares e elitistas”.²²³ Bruna Sirtori et al. comentam a predominância de sobrenomes tradicionais entre os estudantes da Escola de Engenharia.²²⁴ Segundo os autores: “‘O grêmio dos estudantes da Escola de Engenharia’ é um lugar neste período em que a elite se instrumentaliza para construir um país que, aos poucos, vai deixar de ter uma economia ruralizada para tornar-se um país industrializado”.²²⁵ A origem social explicaria “a aparente passividade dos estudantes”,²²⁶ bem como sua falta de engajamento em movimentos populares, como as greves operárias.²²⁷ Aliás, durante a Greve de 1917, em São Paulo, alguns estudantes da Faculdade de Direito local se prontificaram a operar os bondes no lugar dos trabalhadores grevistas.²²⁸ As pautas principais dos estudantes, durante esse período da história do Brasil, estariam ligadas a questões particulares de sua condição estudantil, relacionadas ao curso que faziam ou vinculadas às perspectivas futuras que se abririam a ela. Assim:

As razões da forma como esse movimento estudantil se insere na sociedade e na academia, em seus primeiros trinta anos, de um modo particularista, tentando ao buscar de um bom funcionamento orgânico da sociedade e pensando somente na defesa de interesses específicos da identidade “alunos da Escola de Engenharia”, deve-se talvez à natureza com que possivelmente esses jovens encaram suas perspectivas perante seu futuro na sociedade, levando em conta suas origens não-populares.²²⁹

Acho necessário, no entanto, deter-me na “aparente passividade” dos estudantes nesse período. Ela é, de fato, apenas aparente. A primeira questão que se deve considerar é o limite da fonte. O jornal *A Federação* era o órgão oficial do Partido Republicano Riograndense e, portanto, não abria espaço para o dissenso. Não é possível encontrar ali muitas manifestações de oposição. Outra questão a ser considerada é que, embora não encontremos muito engajamento das entidades representativas, isso não quer dizer que os estudantes não buscassem outras formas de inserção política. Era comum, nesse período, o engajamento dos jovens nos

²²³ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987, p. 16.

²²⁴ SIRTORI, Bruna et al. *CEUE 100 Anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 36.

²²⁵ *Ibid.*, p. 40.

²²⁶ *Ibid.*, p. 35.

²²⁷ Essas hipóteses, no entanto, devem ser relativizadas. Muitos militantes engajados em causas populares tinham origem em classes elevadas. Portanto, parece-me que outros fatores de ordem política e cultural podem favorecer um maior engajamento. Como demonstro a seguir, ideias e organizações socialistas tiveram alguma repercussão no meio estudantil ainda nas primeiras décadas do século XX.

²²⁸ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 104.

²²⁹ SIRTORI, op. cit., p. 40.

partidos políticos existentes, incluindo o PRR, mas também em organizações políticas próprias dos estudantes. Esse foi o caso, por exemplo, do Bloco Acadêmico Castilhista. Esse grupo formou-se em 1907 por ocasião da disputa eleitoral no estado. Naquele ano, uma cisão no PRR havia gerado duas candidaturas. De um lado, estava Carlos Barbosa Gonçalves, candidato oficial do partido, apoiado por Borges de Medeiros. Do outro, Fernando Abbott, que contou com apoio de ex-integrantes do PRR e parte do Partido Federalista. A dissidência angariou a simpatia de professores, como Arthur Pinto da Rocha, e estudantes. O Bloco Acadêmico Castilhista foi formado em oposição a essa tendência, declarando apoio à Carlos Barbosa, e contando com membros em diversos cursos. Esse movimento teria sido formado a partir da iniciativa de João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Jacinto Godoy. Eles esboçaram um manifesto e partiram em busca de adesões. Conseguiram o apoio de Getúlio Vargas e Firmino Paim Filho e, na sequência, de vários outros.²³⁰ Em texto publicado em *A Federação*, afirmavam sua fidelidade ao castilhismo:

Para a mocidade tocou também o rebate. E a mocidade veio. E a mocidade aqui está, reafirmando em documento público a sua solidariedade infrangível ao programa castilhista, onde ressalta como jóia de mais fino lavor a Constituição de 14 de julho, obelisco gigantesco levantado para a glória da raça latina, que, durante dezesseis anos de experimentação rigorosa, tem resistido impavidamente aos golpes incessantes, vibrados quase diariamente pelos reacionários de todas as cores políticas e filosóficas.²³¹

O manifesto é assinado por mais de 150 alunos das faculdades de Direito e Medicina, da Escola de Guerra e da Escola de Engenharia. Destaca-se que o menor número de adesões foi nessa última. O grupo era, portanto, bastante amplo e diversificado. Estudantes de todos os anos de seus cursos compunham o Bloco. Suas atividades incluíam a propaganda política, a publicação de um jornal, chamado *O Debate*, e até mesmo a intimidação e violência política, como verificado na tentativa de realização de um comício de Fernando Abbott em Porto Alegre, dispersado por um tiro, cuja autoria é atribuída a Getúlio Vargas.²³² O grupo, no entanto, se desfez com a vitória de Carlos Barbosa no pleito e a chegada das férias escolares.²³³

Os conflitos na Faculdade de Direito voltaram a ocorrer em outros momentos, como reflexo da luta política externa à instituição. Segundo Grijó:

Por ocasião de tensões político-partidárias e crises novamente os alunos e professores se dividiam apoiando uma ou outra das facções em disputas, como em 1923 e 1932,

²³⁰ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Niterói: UFF, 2005. 275p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 181 e seguintes.

²³¹ BN, *A Federação*, 27 de abril de 1907, p. 1

²³² GRIJÓ, op. cit., p. 184.

²³³ Ibid., p. 187.

sendo que em 1930 a Frente Única dos partidos rio-grandenses fez com que praticamente todos apoiassem a candidatura Getúlio Vargas à presidência da República e depois o movimento armado que se seguiu.²³⁴

A avaliação de João Roberto Martins Filho a respeito da Faculdade de Direito de São Paulo é válida no caso da cisão de 1907 e de outras disputas posteriores no Rio Grande do Sul. Para ele, “os ‘partidos’ estudantis da Faculdade de Direito de São Paulo dividiam-se, naquela época, entre a adesão às correntes ‘oligárquicas’ no poder e às dissidências oligárquicas”.²³⁵ A participação política dos estudantes na Primeira República, portanto, refletia, na maior parte das vezes, as preocupações e interesses das elites.

3.2 As Federações Acadêmicas

Ainda durante esse período da história do país, ocorreram as primeiras tentativas de unificação da categoria estudantil, tanto no âmbito regional quanto nacional. Data de 1901 a fundação de uma Federação dos Estudantes Brasileiros. A entidade não durou, mas uma de suas características mais interessantes foi a presença de estudantes simpáticos a ideias socialistas, o que demonstra que, embora as opções políticas guardassem relação com as origens sociais, elas também gozavam de uma autonomia relativa. Artur José Poerner destaca a influência de Vicente de Souza entre esses estudantes,²³⁶ o que é comprovado pela participação dele em eventos da Federação, como na homenagem realizada a Émile Zola.²³⁷

No Rio Grande do Sul, uma articulação entre estudantes das diferentes faculdades foi tentada com a Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul. Segundo Luiz Alberto Grijó, ela teria sido fundada em 1905 e contaria com cerca de 300 associados.²³⁸ A primeira menção que encontrei nos jornais foi na ocasião da vinda do presidente Afonso Pena para Porto Alegre, em agosto de 1906. Era o primeiro presidente a visitar o Rio Grande do Sul e os estudantes esperavam participar da programação de recepção. Uma série de desentendimentos fez a entidade se retirar da solenidade oficial, organizando uma manifestação paralela. O governador

²³⁴ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Niterói: UFF, 2005. 275p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 189.

²³⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987, p. 16-17.

²³⁶ POERNER, Artur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 94-95. Sobre a militância socialista de Vicente de Souza, ver o primeiro capítulo de *A Invenção do Trabalhismo*: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

²³⁷ BN, *A Federação*, 15 de dezembro de 1902, p. 3.

²³⁸ GRIJÓ, op. cit., p. 188.

Borges de Medeiros acabou entrando em acordo com os estudantes, permitindo a manifestação que foi, inclusive, noticiada no jornal *A Federação*. O orador dos estudantes, Getúlio Vargas, adotou um tom conciliatório.²³⁹ É interessante que a notícia da fundação dessa agremiação é posterior a sua participação no evento, datando de 30 de agosto.

A entidade se manteve ativa até 1910, participando de solenidades de datas comemorativas, organizando campanhas de solidariedade a vítimas de catástrofes, integrando eventos sociais etc. Essa entidade foi responsável, em 1907, pela publicação da *Revista Acadêmica*. A direção dessa revista estava a cargo de Martim Gomes, sendo Getúlio Vargas, Manoel Duarte e Florencio de Abreu os seus redatores.²⁴⁰ Nesse mesmo ano, decidiram participar do Congresso Internacional de Estudantes Americanos, que seria realizado em janeiro do ano seguinte em Montevidéu, Uruguai.²⁴¹ Segundo Liebman, Walker e Glazer, esse congresso teria sido “o ponto alto da atividade política e organizacional dos estudantes durante essa década”.²⁴² A Reforma Universitária foi um dos temas de discussão e o encontro foi precursor de uma série de outras iniciativas semelhantes no continente.²⁴³ Dentro desse espírito de integração e provavelmente influenciado pela iniciativa dos estudantes uruguaios, em 1909 os estudantes do Rio Grande do Sul, através de sua federação, se fizeram representar em um Congresso Brasileiro de Estudantes, realizado em São Paulo.²⁴⁴ Esse congresso é citado por Artur José Poerner como uma das “primeiras tentativas de organização nacional do movimento estudantil”.²⁴⁵

²³⁹ BN, *A Federação*, 15 de agosto de 1906, p. 2. Um relato detalhado da manifestação pode ser encontrado em: LIRA NETO. *Getúlio (1882-1930)*. Dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁴⁰ MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 55. Ver também DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992. Conferir ainda: DINIZ, Pery Pinto. A Representação Estudantil. *Correio do Povo*, 7 de junho de 1979, p. 12.

²⁴¹ BN, *A Federação*, 22 de julho de 1907, p. 1.

²⁴² “The capstone of the political and organizational activity of the students during this decade was The First International Congress of American Students held in Montevideo em 1909”. In: LIEBMAN, Arthur; WALKER, Kenneth N.; GLAZER, Myron. *Latin american university students: a six nation study*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1972, p. 8. Os autores apresentam a data de 1909, mas o congresso citado realizou-se em 1908. Ver: MARKARIAN, Vania; JUNG, María Eugenia; WSCHEBOR, Isabel. *1908: el año inaugural*. Montevidéu: Arquivo General/Universidad de la República, 2008.

²⁴³ O Congresso de Montevidéu foi seguido por outro em Buenos Aires, em 1910, e em Lima, em 1912. Ver: LIEBMAN; WALKER; GLAZER, op. cit., p. 8.

²⁴⁴ BN, *A Federação*, 19 de abril de 1909, p. 2; BN, *A Federação*, 18 de agosto de 1909, p. 4.

²⁴⁵ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 129. Poerner situa o congresso, erroneamente, em 1910.

Entre 1906 e 1910, diversas gestões estiveram à frente da Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul. Em 1906, o presidente era Eurybíades Dutra Villa.²⁴⁶ No ano seguinte, a Federação foi presidida por Henrique Rupp Júnior.²⁴⁷ Em 1908, houve ao menos duas eleições. Uma primeira gestão foi eleita em maio, tendo Fernando de Abreu Pereira como presidente.²⁴⁸ Essa diretoria deveria atuar até 14 de julho,²⁴⁹ mas encontrei o vice Augusto César Sampaio respondendo como presidente em agosto de 1908.²⁵⁰ Finalmente uma nova eleição foi realizada em outubro de 1908, assumindo Renato Barbosa como presidente.²⁵¹ O seu sucessor, foi Miguel Saldanha da Costa,²⁵² que acabou falecendo em março de 1910.²⁵³ Isso parece ter sido a razão da desarticulação da entidade, pois não consegui localizar nenhuma notícia posterior.

Em 1913, ocorreu uma primeira tentativa de retomar as atividades, agora com o nome de Federação Acadêmica de Porto Alegre (FAPA). Foi organizada uma primeira reunião e formou-se um Conselho. A sessão de instalação desse foi presidida por Oscar Pedreira, estudante de engenharia, que foi secretariado por Raul Pilla e Alcides Antunes. Na ocasião, foi lido o estatuto, passando-se posteriormente aos discursos. Como orador oficial da Comissão

²⁴⁶ A diretoria completa era composta por: Justino Ribeiro Franco (presidente honorário); Eurybíades Dutra Villa (presidente); Salustiano Cardoso Espíndola (1º secretário); Plínio da Costa Gama (2º secretário); Alberto Goetze (tesoureiro); Reynaldo Geyer, Henrique Alves de Araújo, Fernando de Abreu Pereira, Francisco José Pinto, Antônio Souza Gomes, Alberto Brandão e Ascendino Machado (adjuntos do tesoureiro). In: BN, *A Federação*, 30 de agosto de 1906, p. 2.

²⁴⁷ BN, *A Federação*, 2 de outubro de 1907, p. 2.

²⁴⁸ O resto da diretoria era formada por: Augusto César Sampaio (1º vice-presidente); Alberto Goetze (2º vice-presidente); Ignacio Guimarães (1º secretário); José Dias da Costa (2º secretário); Florencio Carlos de Abreu Pereira (tesoureiro); Francisco Guerra Blessmann (adjunto do tesoureiro); Dyonisio Magalhães (orador pela Faculdade de Medicina); José Picorelli (orador pela Faculdade de Direito); Lauro de Oliveira (orador pela Escola de Guerra); Jorge Porto (orador pela Escola de Engenharia); Frotino Bruno, Renato Barbosa, Antonio Selistre de Campos e Valentim Cunha (diretores de mês); Leopoldo Rangel (1º bibliotecário); Dolival Ortiz (2º bibliotecário); Amarantho Paiva Coutinho, Felix Contreiras Rodrigues, Antonio Rocha de Meirelles Leite, Paulo Labarthe, Mario Suñe e José Margioco (procuradores); Florencio Carlos de Abreu Pereira, Julio Coelho Leal, Manoel Cypriano d'Avila, José Picorelli; Martim Gomes; Manoel Duarte; Ildefonso Soares Pinto e Alvaro Moreira (diretores da revista). In: BN, *A Federação*, 7 de maio de 1908, p. 2.

²⁴⁹ BN, *A Federação*, 7 de maio de 1908, p. 2.

²⁵⁰ BN, *A Federação*, 1º de agosto de 1908, p. 2.

²⁵¹ Era diretoria completa era a seguinte: Renato Barbosa (presidente); Adolpho Stern (vice-presidente); Felix Contreiras Rodrigues (vice-presidente); Selistre de Campos (2º secretário); José Picorelli, Guilherme de Lemos Faria, Manoel Cypriano d'Avila e Bruno Escobar (oradores); Antonio Rocha de Meirelles Leite (tesoureiro); José Pereira da Silva (adjunto de tesoureiro); Theodofredo Requião e João de Oliveira Lima (bibliotecários); Vicente Dutra, Jorge Porto, Januario Coelho da Costa e Luiz Chagas (diretores de mês); Geraldino Marques, Arthur Schilling, Ramiro d'Avila, Manoel Severo, Luiz Prates, Valentim Cunha e Olavo Souto (procuradores). In: BN, *A Federação*, 6 de outubro de 1908, p. 2.

²⁵² Os outros membros da gestão eram: Vicente Dutra (1º vice-presidente); Manoel Grott (2º vice-presidente); Selistre de Campos (1º secretário); Bernardino G. de Abreu (2º secretário); José Picorelli, Manoel Cypriano d'Avila, Paulo Aguiar e Acylino Carvalho (oradores); Ramiro d'Avila (tesoureiro geral); Cyro Ferro (tesoureiro adjunto); Theodofredo Requião e Faria Lima (bibliotecários); Nelson Silveira, Valentim Cunha, Luiz Prates e F. Barbosa Lima (diretores de mês); Ladislau C. de Araújo, Alcides E. Guimarães, Manoel M. da Rocha, Ney dos Santos Braga, Antonio P. Martins, Saul Moraes e Olavo Souto (procuradores); José Picorelli, Lindolpho Collor, Felix Contreiras Rodrigues, Manoel Cypriano d'Avila, Dario Bittencourt, Walter Castilhos, Garcia Margiocco e Paulo Labarthe (comissão da Revista). In: BN, *A Federação*, 15 de julho de 1909, p. 4.

²⁵³ BN, *A Federação*, 21 de março de 1910, p. 1.

Organizadora, falou Waldemar Masson, que destacou o papel estudantil “na vanguarda dos grandes movimentos liberais quem tem agitado o nosso país”. Como orador oficial dos delegados das Escolas Superiores, formadores do Conselho, discursou Lucídio Ramos. A fala seguinte, de Pedro Nolasco Frazão, considerou a iniciativa como a “ressurreição da classe, que comparou à lendária Fênix renascendo das próprias cinzas”, conforme relatou o jornal *A Federação*. O último orador foi Fanor de Azambuja Marsillac, pelo Grêmio dos Estudantes de Engenharia.²⁵⁴ A presidência do Conselho estava a cargo de Raul Pilla. Ao longo do ano, trabalharam para conseguir verbas em benefício de sua biblioteca. Em julho, solidarizaram-se com a morte de Campos Sales.²⁵⁵ No entanto, após a metade do ano não foi noticiada nenhuma ação da entidade.

Em 1917, houve a segunda tentativa, sob o mesmo nome de Federação Acadêmica de Porto Alegre.²⁵⁶ Com o intuito de organizá-la, formou-se uma diretoria provisória, sendo a presidência ocupada pelo estudante de medicina Alcides Pinto. Adroaldo Mesquita da Costa era o orador oficial.²⁵⁷ Um dos discursos da solenidade de instalação da entidade foi feito por Renato Barbosa, que havia presidido a antiga Federação dos Estudantes. Segundo ele, tratava-se de um ressurgimento:

Ressurge afora a Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul, sociedade que foi há muito anos atrás um dos centros onde floresceram a harmonia da classe acadêmica e que tornou-se por esse fato uma corporação digna de respeito e consideração em nosso meio social. Será confortante para aqueles que colaboraram nessa sociedade verem-na agora de novo organizada, trabalhando em prol dos mesmos ideais dignificadores com um programa vasto e cujas responsabilidades se avolumam pela gravidade do momento histórico atual. [...] E foi assim que meia dúzia de anos bastaram para que a mocidade das escolas superiores de Porto Alegre criasse uma tradição honrosa, que sois hoje dignos continuadores. A bandeira que lavastes e em torno da qual vos reunistes é a mesma que serviu de estímulo e inspirou Getúlio Vargas, Picorelli, Barbosa Neto, Meirelles Rocha, João Neves e tantos outros, cujas qualidades de espírito e de caráter exemplificaram no devotamente e eficiente atividade pela defesa e amparo das causas dignas como esta.²⁵⁸

Ao menos do ponto de vista simbólico, havia laços de continuidade. Isso fica evidenciado não só pela fala de Renato Barbosa, mas pelo próprio fato dele ter sido convidado para discursar na solenidade. Além disso, seu discurso também recupera algumas características da federação extinta. Segundo relatou, ela havia sido um espaço de “lutas intelectuais”. A disputa de ideias, muitas vezes, era bastante acirrada, levando a momentos de grande tensão

²⁵⁴ BN, *A Federação*, 16 de junho de 1913, p. 1.

²⁵⁵ BN, *A Federação*, 4 de julho de 1913, p. 4.

²⁵⁶ Em algumas notícias aparece como Federação dos Acadêmicos de Porto Alegre.

²⁵⁷ BN, *A Federação*, 25 de maio de 1917, p. 5.

²⁵⁸ BN, *A Federação*, 26 de maio de 1917, p. 5.

sem, no entanto, romper a unidade da categoria. A forma como Barbosa encerra sua exposição revela ainda a conjuntura política marcada pela Primeira Guerra Mundial e, talvez, influenciada pela campanha nacionalista de Olavo Bilac.²⁵⁹

A Federação Acadêmica foi bastante ativa entre 1917 e 1932. Ela era composta por três representantes de cada Centro Acadêmico: Agronomia, Medicina, Engenharia, Direito e Comércio. No final de seu período de existência, a entidade passou a defender um programa bastante progressista, como já apontei. No dia 26 de junho de 1930, o programa da Federação incluía a defesa da “autonomia didática e administrativa” e da “gratuidade do ensino”.²⁶⁰ Uma de suas lideranças, Waldemar Ripoll, palestraria dois anos depois aos estudantes sobre a Reforma Universitária de Córdoba,²⁶¹ numa discussão que só seria retomada em meados dos anos 1950. Ripoll havia sido descrito pelo jornal *A Federação* como “um dos mais ardorosos propugnadores dos ideais latino-americanos no nosso meio acadêmico”, quando foi orador na sessão cívica em comemoração ao centenário do tratado de paz entre Brasil e Argentina.²⁶² Em 1929, a entidade toma posição favorável à Aliança Liberal, defendendo a candidatura de Getúlio Vargas.²⁶³ Essa primeira Federação foi extinta em 1932, em meio a uma crise gerada pela interferência do governo varguista no ingresso às faculdades.²⁶⁴

As atividades da entidade, no entanto, foram retomadas em 1934. Entre outros, participaram de sua (re)fundação: Carlos Armando Gadret e Ernani Fiori (Direito); Otto Alcides Ohlweiler e Galeno Pianta (Engenharia); Leopoldo Cortez (Agronomia); Adalberto A. Creidy (Comércio); Rubens Mário Garcia Maciel (Medicina).²⁶⁵ A primeira diretoria ficou constituída assim: Rubens Maciel (presidente); Armando Gadret (secretário); Edvaldo Paiva (diretor de publicidade); Gastão L. Chaves (diretor da Comissão Cociel); Lúcio Soares Neto (diretor cultural); Vicente Real (diretor beneficente); Amadeu Freitas (diretor desportivo).²⁶⁶

A formação da FAPA deu-se em torno da negociação com os Centros Acadêmicos e com os cinemas. Desse modo, a federação passou a ser a única que poderia emitir as identidades estudantis que garantiam a meia-entrada. Pelo acordo, os Centros Acadêmicos ficavam com 60% da taxa paga e os estudantes se comprometiam a não praticarem mais a “Semana do

²⁵⁹ Sobre a influência de Bilac entre os estudantes brasileiros, ver: POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 96 e seguintes.

²⁶⁰ MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 56.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 59

²⁶² BN, *A Federação*, 27 de agosto de 1928, p. 3.

²⁶³ BN, *A Federação*, 23 de agosto de 1929, p. 2.

²⁶⁴ Nota-se aí o início das discussões sobre os excedentes.

²⁶⁵ MACIEL, op. cit., p. 60.

²⁶⁶ BN, *A Federação*, 5 de agosto de 1934, p. 4.

Beijo”. Essa ocorria uma vez ao ano e era marcada pela invasão estudantil das salas de cinema. Os estudantes se reuniam com o intuito de não pagar as entradas e davam o aviso prévio aos cinemas, mas sem indicar qual seria ocupado a cada noite.²⁶⁷

A entidade, que estabeleceu sua sede na Casa do Estudante Pobre, elaborou um estatuto defendendo “ensino absolutamente gratuito” e “representação equitativa do corpo discente junto a todos os órgãos dirigentes das escolas superiores”, entre outras diretrizes.²⁶⁸ Nota-se aqui a influência das ideias da Reforma de Córdoba, que já eram visíveis no estatuto da antiga Federação.

A criação da Universidade de Porto Alegre impactou o meio estudantil. Os acadêmicos da capital, por exemplo, conseguiram direito à representação no Conselho Universitário em 1936. A conquista foi uma decorrência do Estatuto das Universidades Brasileiras que, em seu artigo 22, estabelecia que “Conselho Universitário - órgão consultivo e deliberativo da universidade - sob a presidência do reitor” seria constituído pelos “diretores dos institutos que compõem a universidade”, “por um representante de cada um dos institutos, [...] eleito pela respectiva congregação”, “por um representante de associação, que for constituída pelos diplomados da universidade em épocas anteriores”, e “pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes”.²⁶⁹ Ao normatizar o ensino superior no país, dando base à criação de sistema universitário, essa lei também definiu e reconheceu a representação estudantil. O artigo 107 estabelece que “poderá ser organizado o Diretório Central dos Estudantes, constituído por dois representantes de cada um dos diretórios dos institutos universitários ou isolados”, “destinado a coordenar e centralizar toda a vida social dos corpos discentes dos institutos de ensino superior”. No parágrafo 1º desse artigo, define as competências desse órgão:

1º, defender os interesses gerais da classe perante as autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da República; / 2º, promover a aproximação e máxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos de ensino superior; / 3º, realizar entendimento com os diretórios dos diversos institutos, afim de promover a realização de solenidades acadêmicas e de reuniões sociais; / 4º, organizar esportes, que aproveitem á saúde e robustez dos estudantes; / 5º, promover reuniões de caráter científico, nas quais se exercitem os estudantes em discussões de temas doutrinários ou de trabalhos de observação e de experiencia pessoal, dando-lhes oportunidade de adquirir espirito de crítica; / 6º, representar, pelo seu presidente, o corpo discente no Conselho Universitário.²⁷⁰

²⁶⁷ MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 58.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 61. Legitimava também o “direito de greve”.

²⁶⁹ BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017

²⁷⁰ *Ibid.*

O parágrafo 2º do artigo 107 estabelecia que “o Diretório Central dos Estudantes, uma vez organizado e eleita a respectiva diretoria, deverá elaborar, de acordo com o reitor da Universidade, o respectivo regimento interno, que será aprovado pelo Conselho Universitário”.²⁷¹ A função de Diretório Central foi exercida pela FAPA, então transformada em Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA), que teve de submeter seu estatuto ao órgão superior universitário, que revisou e propôs modificações no documento. Atendidas as exigências, o primeiro presidente da FEUPA a ocupar a representação no Conselho Universitário foi José Mariano da Rocha Filho, posteriormente fundador e reitor da UFSM.²⁷²

Em 1935, a FEUPA passou a administrar a Casa do Estudante, realizando diversas atividades no âmbito da Campanha Pró-Casa do Estudante.²⁷³ Essa entidade, até então, era vinculada ao Centro de Estudantes de Direito.²⁷⁴ A ideia de sua criação teria sido lançada por Waldemar Ripoll, ainda em 1930, após voltar de uma viagem ao Chile. Em 1934, a Casa do Estudante foi instalada. Além de Ripoll, Aparício Cora de Almeida é citado como um de seus incentivadores. Em 1944, o pai de Aparício doou um prédio na rua Riachuelo para abrigar os estudantes.²⁷⁵ Em 1961, em homenagem ao ex-líder estudantil, a casa passou a se chamar Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida.

A ação de estudantes como Waldemar Ripoll e Aparício Cora de Almeida, mostra que, por volta dos anos 1930, alguns estudantes começavam a assumir uma postura mais progressista. Embora Ripoll tenha sido uma das lideranças do Partido Libertador, assumindo inclusive a função de subsecretário do Diretório Central,²⁷⁶ esteve fortemente vinculado à luta pela assistência estudantil e pela reforma universitária, além de ter integrado a Liga Sul-riograndense pró-Estado Leigo.²⁷⁷ Aparício Cora de Almeida, por sua vez, era descrito como um militante antifascista²⁷⁸ e participou ativamente da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), atuando como 1º secretário da organização.²⁷⁹ Ambos haviam se tornado opositores de

²⁷¹ BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017

²⁷² MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 61.

²⁷³ BN, *A Federação*, 16 de abril de 1936, p. 2.

²⁷⁴ BN, *A Federação*, 5 de junho de 1935, p. 5.

²⁷⁵ BN, *Jornal do Dia*, 4 de novembro de 1950, p. 8.

²⁷⁶ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 22 de abril de 1931, p. 3.

²⁷⁷ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 7 de janeiro de 1932, p. 7.

²⁷⁸ BN, *A Manhã (RJ)*, 6 de novembro de 1935, p. 3.

²⁷⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 3: o Brasil Republicano. Volume 10: Sociedade e Política (1930-1964). 9.

Vargas e de Flores da Cunha e morreram em circunstâncias estranhas. Ripoll foi assassinado a machadadas em Rivera, em 1934, onde estava exilado por ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932. As investigações apontaram Francisco Flores da Cunha, irmão do governador do Rio Grande do Sul, como mandante, mas a punição principal recaiu sobre Camillo Alves da Silva, chefe da alfândega de Santana do Livramento.²⁸⁰ Aparício Cora de Almeida, segundo a versão oficial, teria cometido suicídio em outubro de 1935, o que foi questionado por amigos e familiares. Nessa mesma época, Dionélio Machado, presidente da ANL, foi preso pela polícia de Flores da Cunha. Aparício havia sido um dos seus advogados.²⁸¹ Agildo Barata, o vice-presidente da organização, sofreu um atentado do qual, no entanto, saiu ileso.²⁸² No início do ano, o líder comunista Mário Couto foi assassinado durante uma greve.²⁸³ No Rio Grande do Sul, portanto, os anos de 1934 e 1935 foram marcados pela violência contra líderes progressistas ou comunistas.²⁸⁴ Apesar de não serem mais estudantes, Waldemar Ripoll, Aparício Cora de Almeida e Mário Couto haviam se formado nas escolas superiores de Porto Alegre. Quanto aos dois primeiros, tiveram dedicada atuação junto à categoria estudantil. Ripoll, além disso, presidiu a Federação Acadêmica de Porto Alegre,²⁸⁵ precursora da FEUPA.

Referente ao período entre 1937 e 1947, identifiquei poucas informações sobre a FEUPA. O sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não disponibilizou jornais do Rio Grande do Sul que cubram o período que abrange todo o Estado Novo e o período de democratização. A única exceção são algumas edições do jornal *Diário de Notícias* do ano de 1940. A partir de consultas nesse veículo e também no *Jornal do Estado*, disponível no sítio da Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (CORAG), é possível saber que a FEUPA rompeu com a UEE em outubro de 1940. O que motivou a atitude foi o fato da UEE, naquela altura, representar tanto os estudantes secundários quanto os universitários. Desse modo, segundo os

ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 473-474. O presidente era Dionélio Machado. Agildo Barata era o vice-presidente.

²⁸⁰ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 9 de março de 1934, p. 3; BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 13 de novembro de 1937, p. 6.

²⁸¹ BN, *A Manhã (RJ)*, 1 de novembro de 1935, p. 10.

²⁸² Agildo Barata. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

²⁸³ Ver KONRAD, Diorge Alceno. Greve geral, luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul de 1935. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, p. 311-324, 2012.

²⁸⁴ Havia suspeitas também sobre a morte do operário Moarê Martins. Essas mortes eram atribuídas à polícia secreta do governador Flores da Cunha. Ver: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 327, nota 618.

²⁸⁵ BN, *O Estado do Rio Grande*, 19 de novembro de 1930, p. 7. Esse jornal era o órgão oficial do Partido Libertador. Sobre a participação de Ripoll na Federação Acadêmica, ver também: RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos em torno do assassinato de Waldemar Ripoll*. Passo Fundo: UPF, 2000. 232p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000, p. 20.

dirigentes da FEUPA, considerando que o número de escolas secundárias do estado era muito mais elevado que o número de escolas superiores, os interesses dos universitários não seriam assumidos como prioridade. Na época, a FEUPA era presidida por Nei Mena Barreto e tinha Dagoberto Guimarães de Faria como secretário social.²⁸⁶ A tensão, no entanto, parece ter sido resolvida sem que desfiliação houvesse, de fato, acontecido, tendo em vista que a FEUPA participou do 2º Congresso Estadual de Estudantes, realizado em novembro do mesmo ano.²⁸⁷

Nos anos 1950, quando as faculdades de Pelotas e Santa Maria foram incorporadas e deu-se a criação da UFRGS, a FEUPA transformou-se em Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS).²⁸⁸ Os estatutos iniciais da FEURGS foram aprovados por um grupo de 8 universitários. Entre eles estavam: Lauro Hagemann, Tuiskon Dick, Arnaldo da Costa Prieto, Flávio Tavares, Pedro Lisboa, Samuel Miragem e Marcos Diligenti.

A FEURGS teve grande participação durante a resistência legalista de 1961. Na ocasião, a entidade era dirigida por Fúlvio Petracco, acadêmico de engenharia. Na gestão seguinte, sob a presidência de Bruno Mendonça Costa, da faculdade de Medicina, a FEURGS se engajou na greve do 1/3. Essa greve, apesar de derrotada, conseguiu ampliar para 3 o número de representantes no Conselho Universitário, ao invés de 1, como era até então.²⁸⁹

3.3 A União Estadual de Estudantes

Em agosto de 1937, realizou-se o 1º Conselho Nacional de Estudantes. O Conselho ocorreu na Casa do Estudante do Brasil, uma entidade assistencial simpática ao governo e presidida por Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça. Tendo em vista isso e também que, logo no início, foi aprovada uma resolução impedindo o debate de assuntos políticos, autores como Artur José Poerner²⁹⁰ e João Roberto Martins Filho²⁹¹ não consideraram essa como

²⁸⁶ BN, *Diário de Notícias*, 13 de outubro de 1940, p. 18.

²⁸⁷ CORAG, *Jornal do Estado*, 12 de novembro de 1940, p. 4. Durante o Estado Novo, o *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul* foi transformado em *Jornal do Estado*, uma espécie de veículo oficial local, que além dos atos do governo, publicava notícias. Os dois primeiros congressos estaduais de estudantes tiveram ampla cobertura nesse jornal.

²⁸⁸ MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 61, p. 62.

²⁸⁹ COSTA, Bruno Mendonça. Vamos por partes. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 36.

²⁹⁰ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

²⁹¹ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987, p. 16.

a data de fundação da UNE. Para eles, foi em dezembro de 1938, durante o 2º Congresso Nacional de Estudantes, que a entidade máxima dos universitários brasileiros se constituiu. Com a presença de 80 agremiações universitárias, reunidas no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, esse encontro, segundo Poerner, “adquiriu conotação política desde a primeira plenária”.²⁹² Diversas teses foram debatidas no congresso, inclusive por membros da delegação do Rio Grande do Sul. Representando a FEUPA, Danilo Frasca defendeu as suas “Considerações de ordem geral sobre o regime universitário” e Valdir Ramos Borges falou sobre a “Situação econômica do estudante”, advogando a favor da criação de mais Casas do Estudante. Valdir foi escolhido, em 22 de dezembro de 1938, presidente da UNE. A entidade foi instalada nas dependências da Casa do Estudante Universitário. A relação, no entanto, tornou-se cada vez mais tensa, levando ao rompimento entre ambas. Apesar das dificuldades, a UNE já contava com 112 entidades filiadas em agosto 1939, quando realizou-se o 3º Conselho Nacional de Estudantes, que elegeu o sucessor de Valdir Borges.²⁹³

Um dos resultados desse 3º Conselho foi a criação de Uniões Estaduais por diversos estados do país. Com esse objetivo, foi realizado em Porto Alegre o 1º Congresso Regional de Estudantes, entre os dias 6 e 14 de novembro de 1939. Na mesa da sessão de instalação do congresso estiveram presentes importantes autoridades além de líderes estudantis representando diversas entidades.²⁹⁴ Na programação, estavam previstas discussões sobre a criação da UEE, a reforma educacional, o esporte estudantil, a nacionalização do ensino e o problema econômico do estudante.²⁹⁵ Na sessão de encerramento, foi aprovada uma moção de apoio à campanha de nacionalização do ensino e empossada a primeira diretoria da entidade, tendo Galeno Pianta como presidente.²⁹⁶

No ano seguinte, foi organizado o 2º Congresso, agora sob o nome de 2º Congresso Estadual de Estudantes, que a UEE manteria até os anos 1960.²⁹⁷ Diversos foram os oradores e

²⁹² POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 137.

²⁹³ *Ibid.*, capítulo VI.

²⁹⁴ A mesa foi composta por: Fernando de Freitas e Castro, reitor interino da Universidade de Porto Alegre; Irio Prado Lisboa, do Instituto de Educação; Oscar Machado, do Instituto Porto Alegre; Manoel S. Neto, presidente da FEUPA; Helio Carlomagno, presidente do Centro de Acadêmicos de Direito; Galeno Pianta, presidente do congresso; e Luiz Cacciatore, secretário do congresso. In: CORAG, *Jornal do Estado*, 7 de novembro de 1939, p. 7.

²⁹⁵ CORAG, *Jornal do Estado*, 7 de novembro de 1939, p. 7.

²⁹⁶ CORAG, *Jornal do Estado*, 15 de novembro de 1939, p. 5.

²⁹⁷ Nesse 2º Congresso, a mesa da sessão de abertura foi composta novamente por diversas autoridades e lideranças estudantis: Coelho de Souza (Secretário de Educação); Oscar Machado (diretor do Instituto Porto Alegre); capitão Olavo Amaro da Silveira (diretor do Departamento Estadual de Educação Física); Galeno Pianta (presidente da UEE); Nei Mena Barreto (presidente da FEUPA); Alberto de Brito e Cunha (diretor do Instituto Alberto de Brito); e Zaida Acauan Severo (2ª secretária da UEE).

a identificação deles nos ajuda ter uma dimensão das entidades ligadas a UEE naquele momento: Nei Mena Barreto (presidente da FEUPA); Pedro Soares Muñoz (presidente do Diretório dos Acadêmicos de Direito); Luiz Maluf (vice-presidente do Centro Acadêmico de Medicina Sarmiento Leite); Ruy Bacelar (Centro dos Pré-Universitários); Zaida Acauan Severo (Instituto de Educação de Porto Alegre); Alberto Rosa (Grêmio Universitário Tobias Barreto); Hermínio Waltmann (Grêmio de Estudantes de Santa Maria); Jorge Moraes (Centro Acadêmico D. Bruno Chaves, de Pelotas).²⁹⁸

Na segunda sessão, debateu-se a questão da “situação econômica do estudante”. Estiveram presentes acadêmicos como Ajadil de Lemos (Centro dos Estudantes Pré-Universitários), João Alberto Schenkel, Alberto Gosch (do CEUE), Germano Bonow Filho, Leocádio de Almeida Antunes, Luiz Cacciatore entre outros.²⁹⁹ Outras questões relacionadas à assistência estudantil foram debatidas nos dias seguintes, como a criação de uma “caixa de auxílio ao estudante”³⁰⁰ - uma ideia que, como vimos, já havia sido tentada na Primeira República. Foi discutida também a proposta de “Bureau de Empregos”, sendo parte do salário inicial do estudante revertido para auxiliar na construção da Casa do Estudante.³⁰¹

O congresso foi concluído no dia 21 de novembro de 1940. O discurso de encerramento foi feito por Pedro Soares Muñoz que, além de presidente do Diretório dos Acadêmicos de Direito, era orador oficial da UEE. Galeno Pianta foi novamente escolhido presidente da UEE.³⁰²

Um dos resultados desse congresso foi a criação do Teatro do Estudante do Rio Grande do Sul. O primeiro grupo dessa natureza surgiu no Rio de Janeiro a partir dos esforços de Paschoal Carlos Magno. No Rio Grande do Sul, entre seus fundadores estava Germano Bonow Filho e Sílvio Bonow, que também participaram da criação da UEE e eram membros da Esquerda Democrática.³⁰³ No final dos anos 1940, Walmor Chagas e José Lewgoy iniciavam a sua carreira no Teatro do Estudante. As peças produzidas pelos estudantes tinham como

²⁹⁸ CORAG, *Jornal do Estado*, 12 de novembro de 1940, p. 4.

²⁹⁹ CORAG, *Jornal do Estado*, 13 de novembro de 1940, p. 11.

³⁰⁰ CORAG, *Jornal do Estado*, 16 de novembro de 1940, p. 12.

³⁰¹ Participaram do debate sobre esse assunto, entre outros, Leocádio de Almeida Antunes, Mariano Beck, Huet Bacelar, João Carlos Rocha e Ary Delgado. In: CORAG, *Jornal do Estado*, 16 de novembro de 1940, p. 12.

³⁰² O resto da diretoria ficou composta da seguinte forma: Leocádio de Almeida Antunes (1º vice-presidente); Luiz Maluf (2º vice-presidente); Alberto Gosch (secretário geral); Carlos Luce (secretário de relações nacionais); Mauro Cunha (secretário de relações estaduais); Zaida Acauan Severo (secretário de relações internacionais); Alcides Prato (tesoureiro geral); Calos Cardia (secretário esportivo); Luiz G. Cacciatore, João Lino Braum, Lilian Campani, Luiz Aranha Maciel, Floriano Rocha, Derli Monteiro, Ladislau Roneldt e Trvino Weigert (Conselho Consultivo). In: CORAG, *Jornal do Estado*, 23 de novembro de 1940, p. 4 e p. 14.

³⁰³ PEIXOTO, Fernando. *Um teatro fora do eixo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 37.

característica serem mais intelectualizadas que as comédias populares da época.³⁰⁴ Por volta de 1953 e 1954, participavam do grupo outros atores que seriam posteriormente conhecidos, como Fernando Peixoto e Antônio Abujamra.

Na historiografia, é difícil encontrar informações sobre esse período de formação da UEE. Mesmo seu desenvolvimento posterior, ao longo dos anos 1940 e 1950, foi pouco estudado. Com base em fontes diversas, construí o quadro abaixo, buscando identificar todos os presidentes, secretários gerais ou outras funções na gestão dessa entidade, desde sua fundação até 1964.

Quadro 1 – Relação dos membros da diretoria da UEE

Período	Diretoria
1939-40	Galeno Pianta ³⁰⁵
1940-41	Galeno Pianta (presidente) / Alberto Gosch (secretário geral) / Leocádio de Almeida Antunes (1º vice) / Luiz Maluf (2º vice) ³⁰⁶
1942	Pedro Soares Muñoz (presidente) ³⁰⁷
1942-43	Cibilis da Rocha Viana (presidente) ³⁰⁸
1943-44	Pedro Luís Costa (presidente) / José Pinto Medeiros (vice) / Alfredo Antônio Gerhardt (secretário) ³⁰⁹
1944-45	Antônio de Pádua Ferreira da Silva (presidente) ³¹⁰
1945-46	Nelcy Soares de Oliveira (presidente) / Antônio Augusto Godoy Gomes (secretário geral) / Samir Squeff (1º vice) / José Magno (2º vice) / Nuno Carpena (3º vice) ³¹¹
1946-47	Luiz Carlos de Almeida Meneghini (presidente) ³¹²
1947-48	Carlos Pfeifer (presidente) ³¹³
1948-49	Alceu Loureiro Ortiz (presidente) / Ney Ortiz Borges (secretário geral) / Afonso José do Revoredo Ribeiro (1º Secretário) / Antônio de Souza Soares e Soares (2º Secretário) / Aquiles Dal Molin (3º Secretário) ³¹⁴
1949-50	Afonso José do Revoredo Ribeiro (chefe do secretariado) / Herman Cláudio Bojunga (presidente do Conselho Estadual) ³¹⁵

³⁰⁴ PEIXOTO, Fernando. *Um teatro fora do eixo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 38.

³⁰⁵ CORAG, *Jornal do Estado*, 15 de novembro de 1939, p. 5.

³⁰⁶ CORAG, *Jornal do Estado*, 23 de novembro de 1940, p. 4 e p. 14.

³⁰⁷ PEDRO Soares Muñoz. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=12>>. Acesso em: 20 jul. 2017. Pedro Soares Muñoz havia sido presidente do Diretório dos Acadêmicos de Direito, em 1940. Ver: CORAG, *Jornal do Estado*, 12 de novembro de 1940, p. 4

³⁰⁸ BN, *Diretrizes*, 10 de outubro de 1943, p. 25.

³⁰⁹ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 6 de janeiro de 1944, p. 6; BN, *Diário da Noite (RJ)*, 6 de março de 1944, p. 15; BN, *Gazeta de Notícias (RJ)*, 22 de março de 1944, p. 4.

³¹⁰ EXPOSIÇÃO de motivos. PROC. N. 3118/05, Câmara Municipal de Porto Alegre, p. 4. Disponível em: <http://200.169.19.94/processo_eletronico/031182005PR/031182005PR.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

³¹¹ BN, *Diário do Paraná (PR)*, 25 de abril de 1946, p. 3.

³¹² BN, *Jornal do Dia*, 30 de setembro de 1947, p. 2.

³¹³ BN, *Jornal do Dia*, 29 de outubro de 1947, p. 3.

³¹⁴ UEE. *Constituição da União Estadual de Estudantes*. Porto Alegre: UEE, 1949, p. 31.

³¹⁵ BN, *Jornal do Dia*, 11 de outubro de 1949, p. 4.

1951-52	Paulo Cardoso Dora (presidente) ³¹⁶ / Luiz Carlos M. Goelzer (chefe do secretariado) / Alberto Carlos de Azevedo Klumb (secretário de ensino) / Leônidas Rangel Xausa (secretário de publicidade) ³¹⁷
1952	Luiz Carlos M. Goelzer (presidente) ³¹⁸
1952-53	José Brisolara Martins (presidente) / Milton José Noll Casagrande (chefe do secretariado) ³¹⁹
1953-54	Alberto Carlos de Azevedo Klumb (presidente) ³²⁰ / Flávio Tavares (chefe do secretariado) ³²¹
1954-55	Flávio Tavares (presidente) / Ivo Schwantes (chefe do secretariado) ³²² / Clóvis Amaral Oliveira (chefe do secretariado) ³²³
1955-56	Lauro Hagemann (presidente) ³²⁴ / Airton Santos Vargas (chefe do secretariado) ³²⁵
1956-57	Clóvis Amaral Oliveira (presidente) / Ely Souto dos Santos (chefe do executivo/chefe do secretariado) ³²⁶
1957	Porthos Augusto de Lima (presidente) / Gildo Villadino (presidente do conselho) / Mário Nunes Soares (chefe do secretariado) ³²⁷
1957-58	Vicente Macedo Saraiva (presidente) ³²⁸ / Sérgio Maroco (chefe do Executivo) / Onofre Quadros (presidente do Conselho) ³²⁹
1958-59	Amílcar Loureiro (presidente) / Flávio Obino (vice) / Ingo Schiphorst (vice) / Ramon Franco (vice) / Régis A. de Araújo (vice) ³³⁰
1959-60	Adão Dornelles Faraco (presidente) / Rovílio Antônio Breda (secretário) ³³¹ / Edyr Sérgio Variani (vice) ³³² / Cléa Carpi (vice) ³³³
1960-61	Oswaldo Della Giustina (presidente) / Fernando Tostes Tavares (1º vice) / Walter Frederico de Souza (2º vice) / Válcio Duarte Peixoto (3º vice) / Ivan Braescher Ferreira (4º vice) / Luiz Adão Rahde Gonzaga (secretário geral) ³³⁴

³¹⁶ BN, *Jornal do Dia*, 5 de junho de 1951, p. 8.

³¹⁷ BN, *Jornal do Dia*, 11 de dezembro de 1951, p. 8.

³¹⁸ BN, *Jornal do Dia*, 27 de maio de 1952, p. 8.

³¹⁹ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Ofício Circular 131/11-52/53*, 12 de março de 1953.

³²⁰ BN, *Jornal do Dia*, 20 de maio de 1954, p. 7.

³²¹ BN, *Diário de Notícias (RJ)*, 17 de março de 1954, p. 8.

³²² BN, *Jornal do Dia*, 3 de dezembro de 1954, p. 2.

³²³ BN, *Diário de Notícias*, 5 de abril de 1955, p. 7.

³²⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de maio de 1955, p. 15.

³²⁵ BN, *Jornal do Dia*, 2 de setembro de 1955, p. 4. Airton era presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt. Ver: BN, *Jornal do Dia*, 22 de setembro de 1954, p. 5.

³²⁶ BN, *Jornal do Dia*, 21 de outubro de 1956, p. 16. Ambos renunciaram. Ver: BN, *Jornal do Dia*, 26 de março de 1957, p. 8.

³²⁷ BN, *Jornal do Dia*, 30 de março de 1957, p. 8.

³²⁸ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Circular do Presidente da União Estadual de Estudantes*, 14 de abril de 1958.

³²⁹ BN, *Jornal do Dia*, 1 de junho de 1957, p. 8. Ver também: BN, *Jornal do Dia*, 9 de abril de 1958, p. 19.

³³⁰ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Circular 01/58/59*.

³³¹ BN, *Diário de Notícias*, 15 de março de 1960, p. 14.

³³² UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Circular 015/60*, 25 de março de 1960.

³³³ Acervo Pessoal de Oswaldo Della Giustina (AP-ODG), *Oswaldo Della Justina é o novo presidente da UEE*, recorte de jornal sem identificação.

³³⁴ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Ofício Circular n. 01/60/61*, 12 de maio de 1960. Vários membros da gestão renunciaram. Ver: AP-ODG, *UEE, uma entidade com um patrimônio de 5 milhões*, recorte de jornal sem identificação.

1961	Ivan Braescher Ferreira (presidente) / Sérgio Mattos (1º vice) / Luiz Bolsoni (2º vice) / Airton Bevilacqua (3º vice) / Luiz Carlos Pinto Maciel (4º vice) / Sylvio José de Oliveira Ramos (secretário geral) ³³⁵
1961-62	Ernildo Stein (presidente) / Héglio Trindade (vice) ³³⁶
1962-63	Francisco Ferraz (presidente) / Héglio Trindade (vice) ³³⁷
1963	Roberto Brinco (presidente) / Paulo Renato Crochemore (vice) ³³⁸
1963-64	Paulo Renato Crochemore (presidente) / Paulo Tomás Fiori (secretário geral) ³³⁹

Além de identificar os nomes, é necessário esboçar em linhas gerais a trajetória da entidade.³⁴⁰ Em seus primeiros anos, além do envolvimento com questões mais específicas do universo estudantil, a UEE engajou-se em campanhas nacionalistas e na luta antifascista. Galeno Pianta, por exemplo, foi um dos fundadores da Frente de Mocidade Brasileira, em 1941. O movimento apresentou suas finalidades em um telegrama enviado ao Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra:

Frente Mocidade Brasileira, reconhecendo o grave momento histórico que vivemos, propõe-se à mais íntima colaboração e apoio às forças armadas nacionais no preparo da mocidade e na defesa da grande obra nacionalizadora desenvolvida pelo Estado Novo. Certos de que estamos cumprindo nosso dever para com a Pátria, cumprimentamos o eminente chefe do Exército Brasileiro.³⁴¹

O telegrama era assinado por Luiz Pinheiro Paes Leme, presidente da UNE, e por Galeno Pianta. A Frente da Mocidade Brasileira se envolveu ainda na organização de uma Festa da Mocidade e no auxílio a vítimas de enchente em Porto Alegre.³⁴²

Em 1942, a UEE participou da organização de um grande comício antifascista, marcado para o dia 25 de julho. Os estudantes não buscavam uma manifestação que reunisse apenas a sua categoria, mas sim “uma demonstração da unidade de vistas de todas as classes sociais do Rio Grande no combate à penetração dos partidários do eixo”.³⁴³ Para a consecução desse objetivo, procuraram o interventor Cordeiro de Farias, buscando seu apoio. Foram oradores da manifestação: José Coelho Leal (pelos universitários), João Alberto Schenkel Filho (pela comissão organizadora), Germano Bonow Filho (pela UEE), Otto Alcides Ohlweiler (pela Associação de Diplomados da UPA), Coelho de Souza (pelo Governo do Estado) e Voltaire

³³⁵ UFRGS/ILEA/UEE, *Relatório da Diretoria*, Gestão 60/61, p. 3.

³³⁶ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1961, p. 10.

³³⁷ BN, *Jornal do Dia*, 20 de maio de 1962, p. 16.

³³⁸ BN, *Diário de Notícias*, 15 de setembro de 1963, p. 10.

³³⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1964, p. 9.

³⁴⁰ Trata-se aqui de uma reconstituição muito parcial, que deve ser aprofundada por outros estudos.

³⁴¹ BN, *A Noite (RJ)*, 24 de fevereiro de 1941, p. 3.

³⁴² BN, *Diário de Notícias (RJ)*, 20 de junho de 1941, p. 7.

³⁴³ UNISINOS/MJ, *Correio do Povo*, 23 de julho de 1942, p. 2.

Pires.³⁴⁴ Como é possível observar pela imagem abaixo, o comício concentrou uma grande quantidade de pessoas.

Figura 1 – Comício antifascista



Fonte: UNISINOS/MJ, *Correio do Povo*, 25 de julho de 1942, p. 5.

A seguir, o sentimento nacionalista e também xenófobo cresceu. Em agosto, o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães desencadeou uma onda de protestos e agressões no Rio Grande do Sul. Empresas e associações alemãs foram depredadas em Porto Alegre.³⁴⁵ A própria cobertura que o jornal *Correio do Povo* fez dos acontecimentos, pareceu, em grande medida, apoiar esse tipo de manifestação.³⁴⁶ Apesar de ser possível supor a presença

³⁴⁴ UNISINOS/MJ, *Correio do Povo*, 25 de julho de 1942, p. 3.

³⁴⁵ Sobre o contexto desses episódios, conferir: GERTZ, René. *O perigo alemão*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998; GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

³⁴⁶ Como Lionei Brocca destacou, apesar do discurso de neutralidade, o *Correio do Povo* posicionou-se de modo “visivelmente favorável ao governo brasileiro quanto à perseguição aos ‘súditos do Eixo’”. In: BROCCA, Lionei Alves. *As perseguições aos “Súditos do Eixo” através das páginas do jornal Correio do Povo durante a Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 43. Ver também: TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, sobretudo o Capítulo III.

de estudantes nesses atos, não encontrei participação ou posição oficial das entidades estudantis.³⁴⁷

Em 1943, durante a gestão de Cibilis da Rocha Viana, os estudantes do Rio Grande do Sul reafirmaram sua posição contrária ao Eixo. Em uma mensagem enviada a Cordeiro de Farias, afirmaram que “foram os estudantes os primeiros que pediram a guerra contra o agressor nazifascista”. O documento foi assinado pelas principais associações de estudantes.³⁴⁸ Na gestão seguinte, presidida Pedro Luís Costa, essa posição foi mais uma vez defendida. Não se tratava de um engajamento apenas local. A UNE, as UEEs de outros estados, os Centros Acadêmicos e também diversas entidades de outros países da América Latina se manifestaram contra o fascismo. O intercâmbio entre as diferentes associações estudantis foi marcante na Conferência Continental da Juventude pela Vitória, realizada em Montevideu. O objetivo era debater estratégias de combate ao fascismo. Os representantes da UEE do Rio Grande do Sul estiveram presentes nesse encontro.³⁴⁹

Nesse período que vai de 1941 até 1944, as tensões entre os estudantes e o governo Vargas parecem ter diminuído, devido à união no que se refere ao sentimento nacionalista na conjuntura de II Guerra Mundial. Assim, por exemplo, conforme aponte, a UEE enviou telegramas a Eurico Gaspar Dutra e Cordeiro de Farias, apoiando suas posições e buscando também solidariedade desses líderes para suas próprias manifestações. No entanto, a partir de 1944, alguns acontecimentos demonstram que a insatisfação com o governo Vargas também crescia. Afinal, a luta pela democracia entrava em choque com um governo autoritário, que mantinha vigente a Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1937. Nesse sentido, a UEE se engaja no movimento pela anistia em 1945.³⁵⁰ A trajetória de Galeno Pianta mostra exatamente essa mudança. Ele, que havia presidido a UEE em duas gestões e fundado a Frente da Mocidade Brasileira, acabou exilado em 1944. Segundo Brasil Gerson, também exilado, “em

³⁴⁷ Ver, por exemplo: UNISINOS/MJ, *Correio do Povo*, 19 de agosto de 1942, p. 2.

³⁴⁸ Sibilis [Cibilis] Viana (presidente da UEE); Fernando Guedes (presidente da FEUPA); Armando Brenner (presidente da FELPA); Paulo Medeiros (presidente da FUGE); Rui Moejem (vice da FEUPA); Mário Schilling (presidente do CEUE); Leopoldo Cortez (Agronomia); Jorge Martins (presidente do Centro Acadêmico de Veterinária); Walter Marino Delgado (presidente Centro de Estudantes de Direito); Marino Rodrigues dos Santos (presidente do Centro de Estudantes da Faculdade de Filosofia); José Pinto Medeiros (presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Economia); João Pedro dos Santos (presidente Centro Acadêmico Visconde de Mauá); Luiz Alberto Cibilis (Farmácia); Darick Oscar Ely (Secretário Centro de Estudantes de Educação Física); Lígia Almeida (presidente do Centro de Estudantes da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras; Wenceslau Bermejo (presidente do Centro de Estudantes de Ciências Econômicas); Edith van der Perre (presidente do Centro Acadêmico Tasso Corrêa); Fioravante Pegoraro (presidente do Centro Acadêmico Sarmento Leite). In: BN, *Diretrizes (RJ)*, 14 de outubro de 1943, p. 4 e p. 26.

³⁴⁹ BN, *Diário de Notícias (RJ)*, 6 de março de 1944, p. 17; BN, *Gazeta de Notícias (RJ)*, 22 de março de 1944, p. 4.

³⁵⁰ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 5 de abril de 1945, p. 6.

1944 também por lá [Montevideu] apareceu, vítima de uma condenação por ter feito no sul um discurso qualquer, o engenheiro de minas Galeno Pianta”.³⁵¹ Com a revogação da Lei de Segurança Nacional, retornou ao Brasil, integrando-se na Esquerda Democrática e,³⁵² posteriormente, à UDN, pela qual concorreu a Deputado Federal.³⁵³

Findado o Estado Novo, a UEE passou por um processo de reorganização. Em abril de 1949 é atribuído um poder constituinte, via plebiscito, ao VII Congresso Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul. Esse é o primeiro estatuto da entidade, então chamada Constituição, ao qual tive acesso. Descrevo-o em detalhes, para compreender seus objetivos e funcionamento. O inciso I do artigo 4º definiu como finalidades da União: “representar e congregar todos os estudantes dos estabelecimentos de ensino superior do Estado do Rio Grande do Sul, bem como definir a sua posição perante as grandes campanhas nacionais e amplos movimentos de opinião pública”. E no inciso VI, “dispensar, dentro de suas possibilidades, assistência social, médica, odontológica, jurídica, econômica, científica e cultural aos estudantes do Estado do Rio Grande do Sul”.³⁵⁴ Desde aí, portanto, está destacado o seu duplo papel: político e assistencial.

Essa Constituição, em seu artigo 8º, definiu um Diretório Acadêmico como “um órgão de representação e coordenação dos alunos de cada estabelecimento de ensino superior”.³⁵⁵ As federações acadêmicas, por sua vez, “são as associações de diretórios de uma mesma Universidade ou cidade, ou de diretórios cujas escolas não integrem Universidade”.³⁵⁶ Essa Constituição determinava que os Congressos Estaduais de Estudantes deveriam se reunir todos os anos, entre 15 de abril e 15 de maio. Ao Congresso caberia eleger o presidente, aprovar um programa mínimo anual, teses e moções, entre outros. Os diretórios acadêmicos deveriam indicar dois delegados cada para o congresso.

Ao Conselho Estadual de Estudantes, formado pelos presidentes das federações e diretórios acadêmicos e pelos representantes dos diretórios acadêmicos,³⁵⁷ eram atribuídas

³⁵¹ BN, *O Jornal (RJ)*, 19 de abril de 1945, p. 9.

³⁵² BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 28 de outubro de 1945, p. 32.

³⁵³ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 7 de novembro de 1945, p. 3

³⁵⁴ UEE. *Constituição da União Estadual de Estudantes*. Porto Alegre: UEE, 1949, p. 5.

³⁵⁵ *Ibid.*, p. 8.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 9.

³⁵⁷ A relação das entidades filiadas à UEE em 1949 fornece uma dimensão de sua abrangência e um panorama das agremiações estudantis do período: Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre, Federação dos Estudantes Livres de Porto Alegre, Federação Acadêmica de Pelotas, Centro Acadêmico Sarmento Leite, Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia, Centro Acadêmico André da Rocha, Centro Acadêmico Tasso Correa, Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas, Centro Acadêmico Leopoldo Cortez, Centro Acadêmico São Tomás de Aquino, Centro Acadêmico Visconde de Mauá, Centro Acadêmico Maurício Cardoso, Centro dos Estudantes Superiores de Educação Física, Grêmios Acadêmicos Jurídico Ferreira Viana, Diretório Agrônomo Dr. Nunes Vieira, Diretório Acadêmico Dr. Bruno Chaves, Centro Acadêmico Dr. Augusto Simões Lopes e Centro Acadêmico Francisco Mariano da Rocha. In: UEE. *Constituição da União Estadual de Estudantes*. Porto Alegre: UEE, 1949, p. 33.

várias funções, como credenciar diretórios, elaborar o plano anual, interpretar a constituição, entre outros. O presidente da UEE era considerado representante do Poder Moderador. Para ser eleito, deveria ter ocupado algum dos seguintes cargos anteriormente: Chefe do Secretariado, presidente do Conselho, presidente da UEE, presidente de Federação Acadêmica ou presidente de Diretório Acadêmico.³⁵⁸ O Chefe do Secretariado deveria ser escolhido pelo presidente da UEE entre os membros do Conselho. O presidente nomeava também os secretários, por indicação do Chefe do Secretariado. O Poder Executivo era exercido, de fato, pelo secretariado.³⁵⁹

Como é possível perceber, a UEE assumia, nesse novo contexto, uma organização parlamentarista. Ao iniciar os anos 1950, já dentro dessa nova estrutura, essa entidade protagonizou uma greve de grande repercussão. Em fins de maio de 1952, os Centros Acadêmicos de Engenharia e Direito³⁶⁰(entre outros) manifestaram descontentamento com o reitor da Universidade, Alexandre Martins da Rosa. Segundo os estudantes, o estopim foi a nomeação de professores catedráticos por “compromissos políticos ou de ordem afetiva”, ferindo os processos estatutários.³⁶¹ A greve foi deflagrada pela UEE, pela FEUPA e pelos Centros Acadêmicos, que pediam a renúncia de Alexandre Martins e propugnavam uma reforma universitária.³⁶² A bandeira de reforma havia sido lançada pelo CEUE, e defendia, entre outras coisas: a “autonomia didática”; a “participação do aluno nos Conselhos Universitários, Congregações e Departamentos de Ensino”, deixando de ser “apenas observador passivo” para tornar-se um “elemento ativo”; cursos de extensão universitária e extinção do vestibular. Buscavam, dessa forma, superar a estrutura “arcaica” da instituição, que submetia o estudante a uma “escravidão mental”, a fim de darem foco às necessidades do país.³⁶³ É interessante notar que, em dado momento de seu manifesto, os estudantes de engenharia utilizam a expressão

³⁵⁸ UEE. *Constituição da União Estadual de Estudantes*. Porto Alegre: UEE, 1949, p. 18.

³⁵⁹ A Constituição foi assinada por: Alceu Loureiro Ortiz (Presidente), Ney Ortiz Borges (Secretário Geral), Afonso José de Revoredo Ribeiro (1º Secretário), Antônio de Souza Soares e Soares (2º Secretário), Aquiles Dal Molin (3º Secretário), Alcebiades Leal, Amaury Alfredo Gomes de Arruda, Antônio Carlos Osório, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Athos Gusmão Carneiro, Arlindo Burger, Asshad Goytacaz Elkhury, Aymoré de Bem, Clever Teixeira de Freitas, Danilo Krause, Darwin Pinto, Fernando do Canto, Francisco de Paula Azevedo Veiga, Geolar Badke, Gilberto Lemos Petrucci, Hermann Cláudio Bojunga, João Baptista da Rocha, José Caporal, José Hulsse, José Lorenzoni Parreira, Manuel Antônio de Albuquerque, Marco Antônio Ochoa Neto, Milton Meneghoto, Murilo Cabral de Lima, Ned Bento Fernandes, Nilton Beck, Pedro Simões Pires Garcia, Péricles Mariano da Rocha, Policarpo Pereira da Costa, Raphael Copstein, Ruy Amaral Braga, Wadie Salomão. In: UEE. *Constituição da União Estadual de Estudantes*. Porto Alegre: UEE, 1949, p. 31. Em 1952, foram aprovadas algumas emendas ao estatuto. Através delas criaram-se as secretarias de Intercâmbio Social e Publicidade. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, *Constituição da União Estadual de Estudantes*. Porto Alegre: UEE, 1952, p. 21-22.

³⁶⁰ BN, *Jornal do Dia*, 24 de abril de 1952, p. 8; BN, *Jornal do Dia*, 13 de maio de 1952, p. 7.

³⁶¹ BN, *A Manhã (RJ)*, 18 de junho de 1952, p. 2.

³⁶² BN, *Jornal do Dia*, 28 de maio de 1952, p. 8.

³⁶³ BN, *Jornal do Dia*, 13 de maio de 1952, p. 7.

“Reforma de Base na Universidade”. Essas propostas foram incorporadas pela UEE no X Congresso Estadual de Estudantes.³⁶⁴

Embora a greve tenha sido iniciada pelos estudantes de Direito,³⁶⁵ ela tomou dimensão geral após a convocação de uma reunião com os representantes dos Centros Acadêmicos pelo presidente da UEE, Luiz Carlos Goelzer. Reportagem do *Jornal do Dia* disse que houve adesão total, tendo em vista que nenhum estudante teria comparecido às aulas no dia 27 de maio.³⁶⁶ Após a decisão da UEE, várias faculdades entraram em greve de solidariedade, mesmo sem estarem diretamente envolvidas com a questão. Foi esse o caso da PUCRS e das faculdades de Santa Maria e Pelotas. Os estudantes católicos inclusive publicaram um manifesto esclarecendo sua posição. O presidente do DCE da PUCRS, na ocasião, era Afonso José do Revoredo Ribeiro, que já havia presidido a UEE³⁶⁷. Na Assembleia Legislativa do estado, todas as bancadas, exceto a do PTB, se solidarizaram com o movimento dos universitários.³⁶⁸ Além de políticos, os grevistas receberam solidariedade da Congregação da Faculdade de Direito e da Ordem dos Advogados do Brasil.³⁶⁹

Durante a greve, houve também a organização de uma passeata.³⁷⁰ Segundo o relatório do reitor, transcrito por Mozart Pereira Soares e Pery Pinto Diniz da Silva na obra *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934-1964)*, a passeata teria reunido cerca de 300 estudantes. Esse relatório, em conjunto com as notícias publicadas na imprensa, descreve a crise em seus diversos momentos, mostrando a versão do reitor para cada uma das atitudes criticadas pelos estudantes. Segundo ele, um dos motivos que levou a UEE a envolver-se na questão foi seu desejo de ficar com a administração do Restaurante Universitário. Alexandre Martins da Rosa, segundo relata, teria conseguido verbas com o objetivo de construir o restaurante, mas desejava entregá-lo ou à Casa do Estudante ou à FEUPA, entidade que, segundo ele, era a única reconhecida pela universidade como representante de seus alunos. O reitor comenta que, inclusive, Goelzer não era aluno da URGS e sim da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUCRS.³⁷¹

³⁶⁴ BN, *Jornal do Dia*, 30 de maio de 1952, p. 7 e p. 8.

³⁶⁵ BN, *A Manhã (RJ)*, 28 de maio de 1952, p. 2.

³⁶⁶ BN, *Jornal do Dia*, 27 de maio de 1952, p. 8. Nessa mesma reunião os estudantes de engenharia pediam “a retirada do sr. Peri Pinto Diniz, atual secretário da Universidade do Estado”. Pery Pinto Diniz da Silva é um dos autores do livro *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934-1964)*.

³⁶⁷ BN, *Jornal do Dia*, 30 de maio de 1952, p. 8.

³⁶⁸ BN, *Jornal do Dia*, 30 de maio de 1952, p. 8.

³⁶⁹ BN, *Jornal do Dia*, 6 de junho de 1952, p. 3.

³⁷⁰ BN, *Jornal do Dia*, 4 de junho de 1952, p. 8.

³⁷¹ DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992, p. 113.

As insatisfações específicas de cada faculdade também estão elencadas no relatório. De uma maneira geral, a crise parece ter sido gerada pelas alterações trazidas pela federalização da instituição e pelo modo como esse processo foi conduzido. Os estudantes acabaram sentindo essas transformações como uma perda de autonomia. A greve foi encerrada com a substituição do reitor Alexandre Martins da Rosa por Eliseu Paglioli.

É importante destacar que, pelo menos no que diz respeito à UEE, as pautas progressistas referentes à reforma universitária não podem ser encaradas como uma adesão a ideias reformistas mais amplas e muito menos a uma posição política mais abrangente de esquerda. Ao contrário, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, a entidade parece que esteve mais alinhada a uma postura conservadora e, certamente, anticomunista. O segundo elemento é mais fácil de identificar. Em 1952, Afonso José do Revoredo Ribeiro, por exemplo, participou do Congresso Nacional dos Estudantes enquanto presidente do DCE da PUCRS. Segundo ele, que já havia participado da direção da UEE entre 1949 e 1950, “a decisão mais feliz” do congresso foi a UNE se desligar da União Internacional de Estudantes, entidade tida como comunista.³⁷² A trajetória política posterior de Revoredo Ribeiro, no entanto, não permite identificá-lo como conservador ou de direita. Filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é eleito vereador em Porto Alegre em 1959. Candidatou-se ainda nas eleições de 1962, pelo mesmo partido, a deputado federal, sem obter sucesso. Após o Ato Institucional nº 2 (AI-2), ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), candidatando-se novamente, sem se eleger, em 1968 e 1970, para vereador e deputado, respectivamente. Mais uma vez candidato a vereador pelo MDB em 1972, acabou ficando como suplente.³⁷³

Quanto ao caráter mais conservador da UEE nesse período, levanto algumas relações indiretas. Em abril de 1952, a entidade traz para Porto Alegre o professor Plínio Correa de Oliveira. Na época, Plínio era envolvido com a revista *Catolicismo* e, alguns anos mais tarde, viria a fundar a TFP.³⁷⁴ O título da conferência ministrada foi “As causas da decadência da civilização ocidental”, deixando clara a posição integrista.³⁷⁵ Na época, era presidente da UEE Paulo Cardoso Dora, sendo Luiz Carlos Goelzer o Chefe do Secretariado. Outras pessoas

³⁷² BN, *Jornal do Dia*, 1 de agosto de 1952, p. 2.

³⁷³ Ver os resultados das diversas eleições no sítio do Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

³⁷⁴ ZANOTTO, Giselle. *TFP – Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012, p. 40.

³⁷⁵ Os integristas eram antimodernistas. Acreditavam que o mundo estava em decadência, sendo seu papel restaurar a civilização cristã. Sobre o integrismo católico ver: ZANOTTO, op. cit., p. 65 e seguintes.

recepcionaram o convidado no Aeroporto, entre elas os professores Armando Câmara e Hugo di Primio Paz, ambos proeminentes intelectuais católicos conservadores.³⁷⁶

É, no entanto, a trajetória de Luiz Carlos Goelzer que me permite aproximar a sua posição ao campo da direita. Goelzer foi primeiro Chefe do Secretariado e depois presidente da UEE e, portanto, líder da greve de 1952. Ainda em meio à crise, se dirigiu com a delegação do Rio Grande do Sul para participar do Congresso Nacional dos Estudantes. O jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, em editorial com o título *Luta dos comunistas e democratas na UNE*, assinado pelo próprio Carlos Lacerda, apontou o presidente da UEE como uma das lideranças do campo “democrático”:

Mas é importante que bancadas como a do Rio Grande do Sul, com esse jovem Luís Carlos Goelzer [sic], que tanto pode fazer pela UNE com a contribuição de seu civismo e do seu espírito democrático inato, e onde que se saiba, não há brechas pelas quais se infiltre a quinta-coluna, se apercebam de que a opinião pública acompanha, com interesse redobrado, o seu esforço pelo aperfeiçoamento de sua grande associação e a manobra comunista para dela se reapossar.³⁷⁷

Goelzer acabou sendo eleito presidente da entidade máxima dos universitários brasileiros. Jornais como *Última Hora* e, sobretudo, *Imprensa Popular* - esse último vinculado ao PCB³⁷⁸ - denunciaram a eleição como irregular, pois “elementos policiaiscos” teriam sido convocados para retirar a oposição do local onde ocorria o encontro. A votação teve grande abstenção, devido a terem se retirado do local as bancadas de São Paulo, Paraíba, Paraná, Estado do Rio de Janeiro, Pará, além de delegados de Minas Gerais e Bahia.³⁷⁹ A chapa oposicionista que estava sendo articulada acabou retirando sua candidatura.³⁸⁰ É importante destacar que, desde 1950, a UNE era dirigida por estudantes de direita. Segundo João Roberto Martins Filho, o período que vai de 1950 até 1956 pode ser denominado de “hegemonia liberal elitista”.³⁸¹ Para Poerner, trata-se de um momento de “ascensão direitista”, o “Período Negro ou Policial da UNE”, onde dominaram estudantes ligados à UDN, sofrendo interferência do Ministério da Educação e de representantes dos Estados Unidos.³⁸²

³⁷⁶ BN, *Jornal do Dia*, 29 de abril de 1952, p. 8.

³⁷⁷ BN, *Tribuna de Imprensa (RJ)*, 31 de julho de 1952, p. 4.

³⁷⁸ IMPRENSA Popular. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

³⁷⁹ BN, *Imprensa Popular (RJ)*, 3 de agosto de 1952, p. 8.

³⁸⁰ BN, *Última Hora (RJ)*, 1 de agosto de 1952, p. 2.

³⁸¹ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987, p. 39.

³⁸² POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 181-184.

A UNE, nessa fase, assumiu posições anticomunistas, sobretudo diante da política internacional. O mesmo congresso que elegeu Goelzer, por exemplo, rompeu com a União Internacional de Estudantes (UIE). Após a posse, a nova diretoria buscou um encontro com Getúlio Vargas. Na ocasião, o novo presidente da entidade:

descreveu a luta dos estudantes brasileiros por melhores condições de vida e definiu a posição da classe como inteiramente contrária às doutrinas sectaristas. Exemplo disso foi o recente e rumoroso desligamento da UNE da União Internacional dos Estudantes, “completamente dominada pelos comunistas”, segundo as próprias palavras do líder universitário”.³⁸³

Essas posições foram saudadas pelo jornal anti-varguista *Diário Carioca*,³⁸⁴ que considerou a eleição como a “vitória da chapa democrática”. Esse mesmo jornal identificava a chapa de oposição - que acabou retirando sua candidatura - como infiltrada por comunistas que estariam manipulando os “inocentes úteis”: “com a eleição da chapa democrática, viram-se os comunistas sem apoio algum. A chapa em que se haviam infiltrado, manobrando os ‘inocentes úteis’ que dela faziam parte, desistiu à última hora de concorrer ao pleito”.³⁸⁵

Em virtude de ter sido eleito para a UNE, Luiz Carlos Goelzer renuncia à presidência da UEE. Um novo presidente, José Brisolara Martins, foi eleito, apontando Milton José Noll Casagrande como Chefe do Secretariado. Em 1953, Milton foi um dos três escolhidos “para representarem a UNE numa pretensa Conferência Internacional de Estudantes de caráter tipicamente político anticomunista”, segundo reportagem da *Imprensa Popular*. A mesma reportagem afirmava que:

Sob a capa de apolitismo, os atuais dirigentes da UNE, estão fazendo campanha contra as entidades realmente representativas dos estudantes. Ao mesmo tempo se unem aos grupos políticos que fazem a "guerra fria" e o divisionismo entre os estudantes, procurando colocar uma barreira geográfica e ideológica entre os do Ocidente e os do Oriente.³⁸⁶

Nesse mesmo ano, no mês de abril, a UNE lançou um manifesto assinado pelo seu presidente, publicado pelo *Diário Carioca* sob o título de *A Imoralidade Grassa em Todos os Setores*. O documento basicamente defendia o combate à corrupção e à má administração, caracterizando a situação do país como um momento de “derrocada da República”. Quanto às

³⁸³ BN, *Última Hora (RJ)*, 5 de agosto de 1952, p. 3.

³⁸⁴ DIÁRIO Carioca. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

³⁸⁵ BN, *Diário Carioca (RJ)*, 3 de agosto de 1952, p. 12.

³⁸⁶ BN, *Imprensa Popular (RJ)*, 10 de janeiro de 1953, p. 4.

greves “sem fim”, os estudantes consideraram que ela prejudicava “o desenvolvimento pleno das atividades econômicas”.³⁸⁷

Em julho de 1953, Luiz Carlos Goelzer foi convidado para palestrar em um evento da Ação Social Arquidiocesana. Suas declarações demonstram a ideia típica de setores conservadores e mesmo reacionários, ao caracterizar o mundo atual como um mundo em decadência. Segundo ele, “no século da bomba atômica, com uma desorganização na família, na moral, na política e nos valores que antes eram absolutos e hoje já são ineficientes, é necessário que a mocidade assuma sua posição de luta”.³⁸⁸

No Rio Grande do Sul, após a gestão de José Brisolará Martins, assumiu a presidência da UEE o acadêmico Alberto Carlos de Azevedo Klumb. Esse já havia sido secretário durante a gestão de Paulo Cardoso Dora. Como Chefe do Secretariado, escolheu um estudante de Agronomia, José Righetto. Devido à falta de ação desse, a UEE ficou relativamente inativa por alguns meses. Segundo relata Flávio Tavares:

*“Então, em outubro, foi eleito um presidente de direita. Um sujeito muito correto, do 4º ano da PUC, Alberto Carlos Klumb, em 1954, não, 1953. E o chefe do secretariado dele [...] um sujeito da agronomia, Rigotto, foi um desastre, um negócio desastroso. Desastroso. Ele terminou com a UEE, praticamente. Terminou na inação. Aí ele foi derrubado [...] pelo Conselho Estadual de Estudantes. Foi um voto de desconfiança e [...] até, digamos, a direita votou contra. Acho que foi assim 32 votos a 8, coisa assim”.*³⁸⁹

Como a UEE era regida por um estatuto parlamentarista, a tradição dizia que, derrubado o chefe do executivo, o convite deveria ser feito a alguém da oposição. O escolhido foi Flávio de Freitas Tavares, militante do Partido Socialista Brasileiro e ex-presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos. Desse modo, de acordo com Flávio Tavares, a esquerda (que havia fundado a UEE, mas perdido o seu domínio depois de 1945), voltou a controlar a entidade.³⁹⁰

No ano seguinte, foi eleito presidente. Concorreu contra outros dois candidatos: Leônidas Xausa, do Direito da PUCRS, e José Américo Ferreira. O primeiro era um estudante ligado ao Partido Democrata Cristão (PDC). Em sua campanha, contou com apoio de membros da Juventude Universitária Católica (JUC). O segundo era integralista e estudava Arquitetura

³⁸⁷ BN, *Diário Carioca (RJ)*, 19 de abril de 1953, p. 3.

³⁸⁸ BN, *Tribuna da Imprensa (RJ)*, 3 de julho de 1953, p. 7.

³⁸⁹ TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017.

³⁹⁰ TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017.

na UFRGS. A descrição que Flávio Tavares faz do Congresso que o elegeu é interessante para perceber como se articulavam politicamente os estudantes:

“Havia uma disputa entre os jesuítas e os maristas, que os maristas tinham ganho pelo controle da PUC, né? Os maristas tinham ganho anos antes. [...] E aí então o DCE da PUC, o Diretório Central de Estudantes da PUC, que era, o presidente era o Romildo Bolzan, o pai desse Romildo Bolzan que é presidente do Grêmio, disse: ‘Oh, nós queremos te apoiar, mas nós temos que pedir a opinião do Irmão Otão’. O irmão José Otão era o reitor da PUC. O DCE da PUC era muito obediente ao Otão, tá entendendo? Era assim... Me lembro direitinho, nós fizemos um conchavo ali naquela praça, a PUC ficava ali onde é o Rosário hoje [...]. Nós fizemos uma pequena convenção, eu com o pessoal do DCE. Eram três ou quatro. Então ficou nisso: foram consultar o irmão Otão. Aí chegaram para o irmão Otão: ‘Irmão Otão, tá terminando hoje ou amanhã a eleição na UEE e nós queremos a sua opinião’. Aí disseram: ‘quais são os candidatos?’. ‘Os candidatos são fulano, beltrano e cicrano’. Explicaram. ‘Aí nós estamos pensando em apoiar o Flávio. Agora o Flávio, o Flávio tu sabe como é, é do Partido Socialista, ele tem fama de ser comunista’ [...]. ‘Nós achamos que o Flávio até não é comunista, mas é do Partido Socialista’. Otão diz: ‘e quem é o outro?’. “Da nossa universidade tem dois. O Flávio e o Xausa. O outro é da UFRGS, não estamos nem pensando”’.³⁹¹

O reitor da PUCRS teria respondido que não sabia se Flávio Tavares era ou não comunista e prosseguiu:

“Mas entre um comunista e um jesuíta, vamos votar no comunista. Prefiro um comunista. Votem no Flávio’. Aí eu ganhei por maioria absoluta, maioria absoluta. [...] Bom, foi aquela coisa inesperada. Que o Xausa era, o Xausa era um sujeito brilhante. [...] Era um sujeito lúcido. Tanto que ele ficou amarguradíssimo, que ele veio me oferecer que eu seria o Chefe de Secretariado dele, continuaria... E eu despistei. Bom, e aí eu formo um secretariado. [...] E aí os comunistas eram muito fortes. A UJC era muito forte no movimento estudantil. No movimento estudantil e nas universidades. Faziam uma série de coisas... muito organizados, levantavam bandeiras. Estavam sempre atualizados. [...] Então os comunistas vem e me dizem: olha, nós te apoiamos e tal, queremos indicar um chefe do secretariado. Aí eu aceito e eles me indicam o Ivo Schwantes, que era da Faculdade de Arquitetura. [...] Muito bom sujeito, só que não era aberto politicamente. Era muito rígido. Mas muito trabalhador”’.³⁹²

Esses trechos mostram que nem sempre as articulações obedeciam apenas a critérios ideológicos, da grande política. Divergências locais entre maristas e jesuítas determinaram o apoio do reitor da PUCRS a Flávio Tavares. O relato expõe ainda a influência que o Irmão José Otão exercia entre os estudantes da universidade católica. O apoio da União da Juventude

³⁹¹ TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017.

³⁹² TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017.

Comunista (UJC), cobrado com o cargo de Chefe do Secretariado, também é revelador da construção de apoios e trocas. O próprio Ivo Schwantes já havia feito parte da diretoria da UEE, como Secretário de Cultura na gestão de José Brolara Martins. Era, portanto, um militante comunista compondo uma gestão direitista.³⁹³ Talvez fosse a tentativa dos comunistas em conseguir ao menos algum espaço, num momento em que o campo político oposto hegemonizava a UNE e a UEE. Outras duas questões, no entanto, me parecem relevantes.

Em primeiro lugar, é importante compreender que participavam dos Congressos da UEE os representantes dos Diretórios e Federações Acadêmicas. Com um número relativamente pequeno de participantes, as escolhas eram limitadas. Em segundo lugar, apesar de ser possível identificar dois polos políticos, nesse momento eles não constituíam uma cisão irreconciliável, como se verificaria dez anos depois. De acordo com Flávio Tavares:

Havia uma esquerda e uma direita, se bem que não sectária. O movimento estudantil naquela época se dividia em dois grupos, bem diferenciados, que se respeitavam um ao outro. Um de direita e um de esquerda. O de direita abarcava todos os partidos. Agora, nenhum deles era sectário. Não se fazia política partidária. Fazia-se, digamos, uma política doutrinária, isso sim. Doutrinária e ideológica.³⁹⁴

Além disso, naquele tempo as divergências muitas vezes se davam mais em torno de temas da política internacional do que pelo posicionamento diante de questões locais ou nacionais. Afinal, Goelzer liderou uma greve que tinha a Reforma Universitária como bandeira. A UNE, em seu período de “hegemonia liberal elitista”, defendeu o monopólio estatal do petróleo e outras causas ditas progressistas. De modo geral, uma postura mais ou menos nacionalista prevalecia no meio estudantil do período, mesmo que variasse o posicionamento dos estudantes diante da Guerra Fria e do comunismo.

Dentro desse quadro de uma organização parlamentarista e de divergências ideológicas que não chegavam a impedir o diálogo, as composições heterogêneas se tornam mais compreensíveis. Em 1954, com a eleição de Flávio Tavares para a presidência da UEE e a escolha de Ivo Schwantes para Chefe do Secretariado, formou-se uma diretoria com uma posição mais definida. Tavares, no entanto, esteve em viagem à Moscou para participar como observador do Congresso da UIE. Ficou alguns meses fora e quando voltou, segundo conta, a UEE estava relativamente inativa. Assim, pediu para que Ivo Schwantes renunciasse. Em seu

³⁹³ Mais informações sobre Ivo Schwantes podem ser encontradas nos relatos de sua irmã e de sua filha reproduzidos em: FONSECA, José Carlos Santos da. *São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul: história, encantos e mistérios*. Regatando o Passado Serrano. Volume 1. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 152-156.

³⁹⁴ TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017.

lugar, foi escolhido Clóvis Amaral Oliveira para Chefe do Secretariado, que o acompanhou até o final da gestão.³⁹⁵

Nas eleições de 1955, concorreram Lauro Hagemann, acadêmico de jornalismo da UFRGS, e Pedro Jorge Simon, da Faculdade de Direito da PUCRS.³⁹⁶ Hagemann, que se sagrou vitorioso, considerava Simon como representante da “ala mais reacionária”.³⁹⁷ Para Flávio Tavares, Simon representava a “direita do trabalhismo”.³⁹⁸ O grupo liderado por Simon teria destituído o presidente do DCE da PUCRS, Romildo Bolzan. Bolzan, apesar de não ser exatamente de esquerda, não era um anticomunista e era o preferido de Flávio Tavares para lhe suceder. Após ter sido “queimado”, no entanto, Tavares recorreu a Hagemann, que era conhecido seu dos tempos do Colégio Júlio de Castilhos. Como locutor do Repórter Esso, não corria o risco de ser identificado como comunista.

Segundo Flávio Tavares, essa disputa se deu em um novo contexto. Ildo Meneghetti foi eleito governador em outubro de 1954 e esse novo governo de direita buscou interferir no movimento universitário. Isso seria efetivado através das verbas que a polícia possuía. O grupo de Simon, portanto, teria sido preparado para assumir a UEE. É importante ressaltar que, nos anos 1940 e 1950, os estudantes frequentemente acusavam a interferência do poder público no meio estudantil. O grupo que dirigia a UNE entre 1950 e 1956 era, inclusive, chamado de ministerialista. Nesse sentido, segundo Tavares, havia uma direita que, mais do que por convicções ideológicas, era definida por suas relações com o Ministério da Educação. Seriam grupos oportunistas, que estariam sempre junto ao governo. Segundo José Batista de Oliveira Júnior, que foi presidente da UNE:

“Eram os ministerialistas, pessoas ligadas ao governo. O governo tinha influência, tinha interesse. Por exemplo, ajudava a equipe que trabalhava no governo para ir aos congressos. Financiava. E fazia fila para financiar a viagem dos outros. Havia cotação orçamentária para funcionar no Rio de Janeiro. O prédio da Praia do Flamengo, onde funcionava a UNE, é um prédio da União. O Ministério da Educação administrava. Essa verba existia. Era uma coisa inevitável que existia.

³⁹⁵ TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017.

³⁹⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de maio de 1955, p. 15.

³⁹⁷ HAGEMANN, Lauro. Nossa Universidade. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 37.

³⁹⁸ TAVARES, Flávio de Freitas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2017. Milton Coelho da Graça, por sua vez, diz que Simon era “um feroz católico direitoista”. Ver: Memória do Movimento Estudantil (MME), *Entrevista com Milton Coelho da Graça*, 22 de outubro de 2004.

*Não estou reclamando, não. Isso foi bom, animou mais o movimento estudantil. Havia os governistas, em geral pessoas mais francamente ligadas à direita”.*³⁹⁹

Nos estados, havia também cooptação por parte dos governos. Ao mesmo tempo, praticava-se a repressão contra as esquerdas. Conforme já citei, no congresso que elegeu Luiz Carlos Goelzer presidente da UNE, houve violência policial contra a oposição. No caso do Rio Grande do Sul, em especial na candidatura de Simon, é difícil avaliar a influência do poder político-partidário e dos órgãos do estado. Afinal, mesmo sendo da “direita trabalhista”, Simon havia apoiado a candidatura derrotada de Alberto Pasqualini.⁴⁰⁰ Além disso, ao ser perguntado sobre as correntes que atuavam na política universitária, em depoimento ao projeto Memória do Movimento Estudantil, Simon distingue três grupos: o trabalhista, do qual ele fazia parte; o anti-PTB, que compunha a Aliança Democrática; e o grupo comunista, que agia “por fora”. Por Aliança Democrática provavelmente Simon se refere à Frente Democrática, formada para combater os trabalhistas e que elegeu Ildo Meneghetti em 1954.⁴⁰¹ Os chamados “comunistas” podiam incluir também socialistas, como Flávio Tavares, ou independentes identificados com uma agenda mais radical. Essas simplificações eram comuns e reproduzidas por todas as correntes. Assim, a própria caracterização de Simon como representante da direita pode ser relativizada. Segundo José Bacchieri Duarte:

Em Porto Alegre, na época, a participação dos estudantes na vida política e cultural era muito intensa. / Existiam três facções bem definidas: a dos esquerdistas, formada principalmente pelos líderes do Colégio Júlio de Castilhos, rotulados, mesmo, de comunistas; a do grupo da Ala Moça do antigo Partido Libertador, considerada de direita e que contava com excelentes valores; e a constituída pelos dirigentes do Centro Acadêmico Maurício Cardoso da Faculdades de Direito da Pontifícia Universidade Católica, de Porto Alegre, liderada principalmente por Pedro Simon, que ora era criticada pela extrema esquerda, que a considerava conservadora e reacionária, ora pelos chamados direitistas, que entendiam que, na verdade, todos não passavam de comunistas disfarçados.⁴⁰²

Tratando-se de uma biografia laudatória, o autor procura destacar em Simon as características de um moderado, taxado de comunista pela direita e de reacionário pela esquerda. De qualquer forma, ajuda a compor um quadro um pouco mais complexo das divisões

³⁹⁹ MME, *Entrevista com José Batista de Oliveira Júnior*, 21 de outubro de 2004. Os depoimentos de Almino Afonso, Raymundo Eirado, Milton Coelho da Graça e Sepúlveda Pertence ao projeto Memória do Movimento Estudantil. O relato que Flávio Tavares concedeu a mim faz afirmações no mesmo sentido.

⁴⁰⁰ Pedro Simon é um dos universitários que assina o manifesto em apoio à candidatura de Alberto Pasqualini. SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini: obra social e política*. Volume IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 62.

⁴⁰¹ A Frente Democrática era composta por PSD, PL e UDN. Ver: SANTOS, Wilson Afonso. *Ildo Meneghetti*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê, 1984, p. 39.

⁴⁰² DUARTE, José Bacchieri. *A fascinante história de Pedro Simon: sua vida, seu tempo*. Porto Alegre: AGE, 2001, 62.

do movimento. Havia os dois campos que refletiam a divisão partidária do estado, opondo PTB e Frente Democrática, e havia um campo mais à esquerda, tido como comunista. Essas diferenças partidárias e ou ideológicas se misturavam com outras, como a disputa entre as universidades (PUCRS X UFRGS) e entre ordens religiosas diferentes (maristas X jesuítas). Dessa trama complexa resultavam as articulações do movimento estudantil, determinadas também pela conjuntura específica de cada momento. Simon, por exemplo, ressalta que, em algumas ocasiões, os “comunistas” compunham com os membros da Frente Democrática para derrotar os trabalhistas.⁴⁰³ Alguns episódios, como o suicídio de Getúlio e, já nos anos 1960, a luta em torno de uma agenda reformista, polarizaram mais as posições.

Mesmo sem ter sido vitorioso na UEE, Pedro Simon teve grande atuação política estudantil. Foi presidente do Centro Acadêmico Maurício Cardoso (CAMC), do Direito da PUCRS, por três anos consecutivos. Após ser derrotado por Hagemann em 1955, em outubro do ano seguinte foi escolhido em um Conselho Extraordinário para assumir a presidência da Junta Governativa da UNE.⁴⁰⁴ Em 1957, Pedro Simon trabalhou para eleger seu companheiro de faculdade, Marcos Heusi, presidente da UNE, no que obteve sucesso.⁴⁰⁵

Na gestão de Lauro Hagemann, a chefia do secretariado foi ocupada por Airton Santos Vargas. Eles invertiam a dobradinha que haviam feito no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt (CAFDR), da Faculdade de Filosofia da UFRGS, entre 1954 e 1956.⁴⁰⁶ No CAFDR, tiveram atuação destacada, inclusive apoiando categorias profissionais. Em maio de 1955, por exemplo, assinaram um manifesto defendendo o aumento dos professores.⁴⁰⁷ Essa bandeira estava diretamente ligada aos seus interesses, tendo em vista que era a Faculdade de Filosofia que formava os professores. Portanto, articulava-se com um projeto de carreira. No documento, os estudantes comparam o salário inicial de um datilógrafo com o de um professor primário e o de um bancário com um professor secundário. Contabilizam então os anos de estudo. Essa relação entre o profissional em formação e sua carreira possível é um dos eixos explicativos que Marialice Foracchi levanta para compreender a insatisfação estudantil.

O governo da Frente Democrática parece ter colocado obstáculos para a atuação da UEE. Além da possível ajuda que deram ao candidato de oposição, Pedro Simon, dificultaram a liberação de recursos para a entidade participar do XVIII Congresso da UNE, realizado em

⁴⁰³ MME, *Entrevista com Pedro Jorge Simon*, 2 de dezembro de 2004.

⁴⁰⁴ AHCMCS, *Pioneiro*, 8 de setembro de 1962, p. 3.

⁴⁰⁵ MME, *Entrevista com Marcos Heusi*, 8 de outubro de 2004.

⁴⁰⁶ BN, *Jornal do Dia*, 22 de setembro de 1954, p. 5; BN, *Jornal do Dia*, 7 de maio de 1955, p. 4. Em 1955, Hagemann foi também eleito presidente da União dos Estudantes de Santa Cruz do Sul. Ver: BN, *Diário de Notícias*, 8 de abril de 1955, p. 7.

⁴⁰⁷ BN, *Diário de Notícias*, 22 de maio de 1955, p. 8.

Belém. Era comum os governos estaduais auxiliarem os estudantes, sobretudo com transporte. No entanto, em 1955, a bancada do Rio Grande do Sul correu o risco de não poder comparecer ao encontro.⁴⁰⁸ A Assembleia Legislativa chegou a elaborar um projeto de lei, de nº 184-55. O projeto, no entanto, foi vetado pelo governador, “por considera-lo inconstitucional e contrário aos interesses do estado”.⁴⁰⁹ Os estudantes acabaram enviando uma delegação “simbólica” ao evento e, no regresso, foi criada uma Comissão de Inquérito para “averiguar irregularidades relativas ao transporte de universitários da bancada gaúcha”.⁴¹⁰ Não consegui encontrar o desfecho desses acontecimentos.

O Congresso Estadual de Estudantes, que ocorreu em 1956, elegeu Clóvis Amaral Oliveira como presidente. Parece ter sido uma vitória da situação, tendo em vista que ele foi o Chefe do Secretariado de Flávio Tavares entre 1954 e 1955. Para ocupar essa função, o escolhido foi Ely Souto dos Santos. Sua gestão passou por uma grande crise, embora seja difícil identificar pelos jornais os motivos dela. Em outubro de 1956, Clóvis Amaral Oliveira foi ao Rio de Janeiro para participar do Conselho Nacional de Estudantes. Levou consigo documentos que comprovariam a “intervenção ministerialista no movimento universitário gaúcho”.⁴¹¹ No mês de fevereiro de 1957, a UEE participou, em conjunto com a FEURGS e o DCE da PUCRS, de protestos contra o aumento da tarifa dos bondes em Porto Alegre.⁴¹² Em março, Clóvis e Ely renunciaram de suas funções. Segundo reportagem do *Jornal do Dia*, foi a culminância de uma crise que “há algum tempo” vinha se desenrolando na entidade. Nesse período, a UEE parece ter perdido prestígio e representatividade, afastando-se das bases, tendo em vista que a primeira reunião do Conselho não teve o quórum necessário para dar o voto de confiança ao novo secretariado.⁴¹³ Foi só numa segunda chamada que se constituiu a nova diretoria. Assumiram os estudantes Porthos Augusto de Lima, como presidente, e Mário Nunes Soares, como Chefe do Secretariado.⁴¹⁴

A mudança, no entanto, não parece ter solucionado a crise. No XV Congresso Estadual de Estudantes, formou-se um Movimento de Redenção da UEE. Em seu manifesto, afirmavam ser “calamitosa a atual situação da UEE, completamente desvinculada da classe que representa, alheia aos seus problemas e desacreditada perante a opinião pública”. O documento se posicionava diante de uma série de temas. Defendia, por exemplo, a Reforma Agrária e a

⁴⁰⁸ BN, *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1955, p. 10.

⁴⁰⁹ BN, *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1955, p. 2.

⁴¹⁰ BN, *Diário de Notícias*, 27 de agosto de 1955, p. 7.

⁴¹¹ BN, *Última Hora (RJ)*, 6 de outubro de 1956, p. 3.

⁴¹² BN, *Diário de Notícias*, 26 de fevereiro de 1957, p. 16 e p. 4.

⁴¹³ BN, *Jornal do Dia*, 26 de março de 1957, p. 8.

⁴¹⁴ BN, *Jornal do Dia*, 30 de março de 1957, p. 8.

manutenção da Petrobrás. No entanto, propugnava “absoluta equidistância das facções extremistas”. Repudiava o comunismo, o colonialismo e o fascismo. O que chama a atenção é a quantidade de agremiações que assinam o manifesto. Foram 19, incluindo várias das mais importantes, como o CEUE, o CASL, praticamente todos os Centros Acadêmicos da PUCRS e inclusive o DCE dessa instituição (cujo presidente, Vicente Macedo Saraiva, acabou eleito para comandar a UEE).⁴¹⁵ Nota-se a ausência, no manifesto, de representantes do CAAR, do CAFDR e dos centros de Pelotas.

Na nova gestão, destaca-se a participação no I Seminário de Reforma do Ensino Superior, organizado pela UNE.⁴¹⁶ Outro ponto importante foi a posição em defesa da exploração pelo Estado dos serviços de energia elétrica, solidarizando-se com a Comissão Estadual responsável pelo assunto.⁴¹⁷ Em junho de 1957, manifestou-se contrária à “Lei Cadillac”. Essa lei permitia aos deputados e senadores que importassem carros.⁴¹⁸ Em outubro, em uma mensagem por ocasião do Dia do Professor, além de agradecerem aos “mestres e mestras”, aproveita para criticar “a existência de mestres que sem nenhum ideal fazem da nobre carreira apenas um fim lucrativo”.⁴¹⁹ Em abril de 1958, a entidade apoiou a greve dos estudantes de medicina. No mês seguinte, a UEE anunciou sabatina com os dois candidatos ao governo do estado.⁴²⁰

Ao findar a gestão, no XVI Congresso Estadual de Estudantes, além de eleger nova diretoria para a UEE, foi aprovado um novo estatuto. Em seus artigos iniciais, era feita a distinção entre “interesses peculiares”, ligados ao ensino, e “interesses genéricos”. Entre esses últimos, estavam: “expressar a opinião dos universitários sobre os problemas fundamentais do país”; “intervir, na medida do possível, no processo formativo da opinião pública”; e “dispensar, dentro de suas possibilidades, assistência às classes menos favorecidas”.⁴²¹ Em seu artigo 96, definia que a União Gaúcha de Estudantes Secundários (UGES) poderia participar dos congressos, tendo seus representantes “direito à voz e voto”, mas sem o direito de serem votados. A principal modificação trazida, no entanto, foi o fim do sistema parlamentarista que vigorava desde os anos 1940 na entidade. A partir de agora, o Congresso Anual de Estudantes elegia uma chapa homogênea, composta por 5 membros, sendo um presidente e quatro vice-

⁴¹⁵ BN, *Jornal do Dia*, 14 de maio de 1957, p. 11.

⁴¹⁶ BN, *Diário de Notícias*, 4 de julho de 1957, p. 11.

⁴¹⁷ BN, *Jornal do Dia*, 19 de julho de 1957, p. 8.

⁴¹⁸ BN, *Jornal do Dia*, 26 de junho de 1957, p. 8.

⁴¹⁹ BN, *Jornal do Dia*, 15 de outubro de 1957, p. 2.

⁴²⁰ BN, *Jornal do Dia*, 6 de maio de 1958, p. 14.

⁴²¹ CORAG, *Diário Oficial do Estado*, 15 de julho de 1958, p. 12.

presidentes. Esses compunham o Comitê Executivo, a quem caberia nomear os secretários.⁴²² A mudança talvez encarnasse a própria decadência do parlamentarismo e do partido que melhor o representava - o PL - no Rio Grande do Sul.

Tendo Amílcar Loureiro à frente da entidade, a UEE se envolve na realização de um curso preparatório para o vestibular.⁴²³ Nessa gestão, a entidade parece assumir uma postura cada vez mais nacionalista. No início de 1959, uma reportagem do jornal *O Semanário* fez um retrato da agremiação. A reportagem revelou que ela havia preparado um estudo que concluiu pela encampação da Bond & Share. Loureiro afirmou, na ocasião, que:

o movimento anti-imperialista tem nos estudantes gaúchos a melhor receptividade. Sentimos na carne certos problemas, como o do trigo e da energia elétrica. Sobre os temas, nossa consciência está formada e consolidada. Não mudaremos. Somos jovens e essa luta coloca em jogo o nosso futuro. Temos a nossa certeza nacionalista e com ela marcharemos até o fim.⁴²⁴

A matéria segue destacando o aspecto social da entidade, que possuía, por exemplo, cerca de 100 médicos credenciados para atender os estudantes. Mantinham serviços de laboratório e radiologia e pretendia iniciar a distribuição gratuita de remédios. Além disso, oferecia também serviços dentários, através dos Diretórios de Odontologia. Sobre o assunto, uma informação dada por Loureiro merece destaque. Ele diz que estava esperando a UIE enviar um gabinete odontológico.⁴²⁵ Lembro que essa é a entidade que a UNE rompeu no congresso que elegeu Goelzer seu presidente, acusando-a de comunista. Isso demonstra uma mudança de posicionamento. A conjuntura política estadual também era outra. Leonel Brizola havia assumido o governo do estado e a pauta nacionalista ganhava um grande impulso.

Em julho de 1959, o mesmo jornal fez uma matéria com o título *Esses Homens Dominarão o Congresso*. Era uma análise daqueles que consideravam as principais lideranças estudantis a participar do XXII Congresso Nacional de Estudantes. Três nomes do Rio Grande do Sul foram destacados: Amílcar Loureiro, que já havia deixado a presidência da UEE e foi qualificado como tendo “projeção excepcional no plano nacional”; Adão Dornelles Faraco, que lhe sucedeu na entidade; e Fernando Tostes Tavares, que ocuparia uma das vice-presidências na gestão de Osvaldo Della Giustina e era apresentado como “candidato à presidência da UNE”.⁴²⁶

⁴²² CORAG, *Diário Oficial do Estado*, 15 de julho de 1958, p. 12.

⁴²³ BN, *Jornal do Dia*, 21 de fevereiro de 1959, p. 8.

⁴²⁴ BN, *O Semanário (RJ)*, semana de 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1959, p. 7.

⁴²⁵ Outra realização levantada na reportagem foi a organização de um Seminário de Reforma do Ensino.

⁴²⁶ BN, *O Semanário (RJ)*, semana de 18 a 24 de julho de 1959, p. 16.

No Rio Grande do Sul, o XVII Congresso Estadual de Estudantes elegeu Adão Faraco presidente da UEE. Faraco já havia presidido o CAAR, da Faculdade de Direito da UFRGS. Apesar de não ter havido adversários, o desfecho do congresso mostra o início de uma cisão dentro do movimento estudantil. Um grupo de universitários, ligados às universidades confessionais e, sobretudo, à PUCRS, divergiu das posições tomadas frente à Lei de Diretrizes e Bases que estava sendo discutida no Congresso Nacional. Não vou abordar aqui os pormenores dessa divergência, que serão analisados adiante. Importa aqui é destacar que esses estudantes descontentes encontraram seu próprio meio de representação através da Federação dos Estudantes Universitários Católicos (FEUC).

Em termos políticos, a UEE na gestão de Faraco continuou numa linha semelhante àquela impressa por Amílcar Loureiro, com o engajamento nas bandeiras nacionalistas. Como destaca Edyr Variani, um dos vice-presidentes dessa gestão:

*“Em 1959, foi eleito governador o Leonel Brizola, e nós como estudantes, nós defendíamos a encampação da CEEE, da telefônica, porque eram empresas que estavam nas mãos de multinacionais e que tinham o monopólio. Então, nós éramos contra esse monopólio da energia elétrica da telefonia. Isso aí foi... naquela época foi muito debatido. O Brizola foi muito criticado. Tinha posições favoráveis e posições contrárias. E nós, como estudantes, nós defendíamos a encampação tanto da CEEE como da ITT”.*⁴²⁷

Essa visão nacionalista era compartilhada por outras entidades no estado, como o Círculo Militar de Porto Alegre, com quem a UEE mantinha contato, organizando em conjunto cursos de extensão universitária.⁴²⁸

A divisão que já se expressava ao final do XVII Congresso Estadual se consolida com a apresentação de duas chapas distintas para a direção da UEE no congresso seguinte,⁴²⁹ em maio de 1960. A derrotada – com 71 votos – era capitaneada por Fúlvio Celso Petracco, estudante de engenharia na UFRGS e mais próximo das ideias nacionalistas e de esquerda. Petracco foi presidente do CEUE e, após ter sido derrotado na UEE, elegeu-se presidente da FEURGS,⁴³⁰ destacando-se durante a Campanha da Legalidade. Tido como comunista,⁴³¹ em

⁴²⁷ VARIANI, Edyr. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2016.

⁴²⁸ FARACO, Adão Dornelles. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Alegrete: 2016.

⁴²⁹ O XVIII Congresso Estadual de Estudantes também aprovou alterações na Constituição da União Estadual de Estudantes. Foram mudadas algumas nomenclaturas e criados cargos na direção da entidade. Além disso, foram regulamentados os procedimentos e consequências no caso de uma diretoria ser “omissa” quanto a “alguma atividade obrigatória”. Ver: CORAG, *Diário Oficial do Estado*, 18 de agosto de 1960, p. 12.

⁴³⁰ BN, *Jornal do Dia*, 6 de outubro de 1961, p. 10.

⁴³¹ BN, *Jornal do Dia*, 19 de maio de 1961, p. 2.

1962 Petracco se candidatou a deputado pela Aliança Republicana Socialista.⁴³² A chapa vitoriosa teve 81 votos e apresentou Osvaldo Della Giustina como candidato à presidente. Giustina havia concluído os cursos de Filosofia e Teologia no Seminário de Viamão e fazia os cursos de Didática e Jornalismo na PUCRS. Ele iniciou sua militância estudantil como secretário do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino (CASTA), da Faculdade de Filosofia da PUCRS. Fazia parte de um grupo de jovens católicos que se interessavam pela democracia cristã. Inicialmente, segundo ele, tratava-se mais de um movimento intelectual do que político, uma resposta ao materialismo e ao positivismo. O incentivo que teria levado o grupo a participar mais ativamente da política estudantil foi uma conversa com o Irmão José Otão:

*“E ele me disse assim: ‘Osvaldo, o Brasil está entrando num rumo muito perigoso, que é essa divisão entre esquerda e direita e isso não pode continuar, porque isso vai acabar depois do processo ou numa ditadura de direita ou numa ditadura de esquerda. Acho que tu, tu aí com os teus grupos de estudos, de cineclube, de não sei o que, de ideias da democracia cristã, vocês podiam se articular e fazer uma terceira força’, que era o que chamava dentro da política estudantil. E foi o que nós fizemos. Então a origem dessa reação lá, foi esta”.*⁴³³

Eles primeiro articularam a FEUC, aproveitando a expansão das faculdades privadas no interior do Rio Grande do Sul. Tratava-se de conseguir uma representação maior para essas faculdades, buscando o mesmo privilégio que teria a FEURGS, que por representar também os estudantes de Santa Maria e Pelotas vinculados à Universidade Federal, possuía um número maior de representantes com direito a voto. Através da FEUC, percorreram o interior do Rio Grande do Sul ao longo dos anos de 1959 e 1960. Quando chegaram ao XVIII congresso, já estavam bastante articulados. O grupo enxergava-se como uma “terceira força”, reformista e distante dos extremismos, inspirada na Doutrina Social da Igreja. No entanto, no contexto da formação das duas chapas, acabou polarizando mais com a esquerda, que estava representada na candidatura de Petracco.

A diretoria que assumiu a UEE em maio de 1960 estabelece como um de seus focos o auxílio aos estudantes do interior do estado. Afinal, havia sido eleita com o apoio deles. Segundo Della Giustina declarou à *Folha da Tarde*, logo após assumir: “o principal objetivo de nossa gestão à testa da União Estadual de Estudantes [...] é incrementar a assistência às entidades filiadas do interior do Estado”.⁴³⁴ Nos primeiros seis meses de gestão, participaram

⁴³² BN, *Jornal do Dia*, 1 de novembro de 1962, p. 8.

⁴³³ GIUSTINA, Osvaldo Della. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Brasília: 2016.

⁴³⁴ AP-ODG, Recortes de Jornais, *Folha da Tarde*, 12 de maio de 1960, p. 10.

de campanhas contra o aumento do custo de vida,⁴³⁵ pela descentralização dos diplomas,⁴³⁶ pelo barateamento do livro didático,⁴³⁷ e pela instalação de uma refinaria no estado.⁴³⁸ Apoiaram também a greve decretada pela UNE em agosto de 1960, que pedia o atendimento de demandas específicas de algumas universidades e faculdades e, de modo mais amplo, a questão da reforma universitária.⁴³⁹ No plano mais geral - Guerra Fria -, a nova gestão se posicionou de maneira crítica às perspectivas revolucionárias. No final de maio de 1960, Osvaldo Della Giustina participou do Seminário Latino-Americano de Reforma do Ensino. Sobre esse seminário, fez um relato ao jornal *Folha da Tarde*:

Durante os três primeiros dias foram feitos informes da situação do ensino nos diversos países. Notamos porém que a maioria dos estudantes preocupa-se quase que exclusivamente com a política e o ensino foi posto em segundo plano para ceder lugar ao combate ao imperialismo. A preocupação maior dos estudantes da América Latina é a revolução social, que segundo a grande maioria, deverá ser feita pelas armas.⁴⁴⁰

Ainda antes da realização desse seminário, o Centro de Estudantes Universitários de Ciências Econômicas (CEUCE) da UFRGS realizou uma greve para que se exigisse passaporte dos estudantes cubanos que participaram dele. A UEE se solidarizou com a greve.⁴⁴¹

Por essa mesma época, a FEUC defendeu posição semelhante. Os estudantes católicos, reunidos em Caxias do Sul no seu IV Congresso, elegeram José Maria Eymael como sucessor de Osvaldo Della Giustina. Uma resolução tirada do encontro manifestou “desaprovação e inconformidade frente às diretrizes que atualmente norteiam a União Nacional de Estudantes”, visto que “se afastam dos princípios cristãos que presidiram a formação do povo brasileiro”. E mais adiante:

Além disso, a UNE não vem se interessando por sua principal finalidade, que é o equacionamento dos problemas estudantis para dedicar-se principalmente a manifestações políticas, sem a profundidade e a seriedade que tais pronunciamentos exigem e, o que é mais grave, dissociados da linha de pensamento da maioria do estudantado nacional.⁴⁴²

⁴³⁵ AP-ODG, Recortes de Jornais, *A Hora*, sem data, p. 10. A matéria tem o título de *Aumento do custo de vida: estudantes respondem aos vereadores canoenses*.

⁴³⁶ BN, *Jornal do Dia*, 14 de setembro de 1960, p. 12. Até então, os diplomas eram expedidos pelo Ministério da Educação.

⁴³⁷ AP-ODG, Recortes de Jornais, *Folha da Tarde*, 12 de dezembro de 1960, não paginado.

⁴³⁸ AP-ODG, Recortes de Jornais, *Entidade máter universitária adere à batalha pró refinaria*. Recorte sem identificação do jornal, data ou página.

⁴³⁹ AP-ODG, Recortes de Jornais, *Reforma Universitária: 120 mil alunos em greve*. Recorte sem identificação do jornal, data ou página; AP-ODG, Recortes de Jornais, *Folha da Tarde*, 11 de agosto de 1960, p. 10. Outras realizações podem ser encontradas no relatório da gestão. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, *Relatório da Diretoria*, Gestão 60/61.

⁴⁴⁰ AP-ODG, Recortes de Jornais, *Folha da Tarde*, 30 de maio de 1960, p. 10.

⁴⁴¹ UFRGS/ILEA/UEE, *Relatório da Diretoria*, Gestão 60/61, p. 8.

⁴⁴² Acervo Pessoal de José Maria Eymael (AP-JME), Recortes de Jornais, *A Hora*, 2 de junho de 1960, p. 8.

Por fim, defendiam apoiar na UNE o candidato que apresentasse posições semelhantes às aquelas defendidas pelos universitários reunidos no Congresso da FEUC. Esses estudantes católicos, portanto, engajados em lutas reformistas e, inclusive, em atividades junto aos setores populares, desejavam que as entidades estudantis defendessem posições “apolíticas”, no sentido de não estarem comprometidas com projetos revolucionários ou, no plano internacional, com a defesa de países comunistas.

Apesar de defender posições semelhantes, a UEE não era homogênea. A candidatura de Osvaldo Della Giustina já vinha sendo articulada antes, mas a chapa foi fechada no congresso, como era habitual. Deveria existir alguma margem de negociação para conseguir o apoio dos Centros Acadêmicos, o que significava, algumas vezes, incorporar membros que não compartilhavam exatamente dos mesmos ideais. Isso já havia acontecido, como mencionei, durante os anos 1950, quando a entidade ainda era regida pelo sistema parlamentarista. Em 1960, mesmo já estando organizada pelo sistema presidencialista, essas articulações continuavam acontecendo de forma semelhante, tendo em vista que o voto continuava sendo indireto, através dos representantes dos centros e federações acadêmicas.

A diretoria formada por Della Giustina parece ter tido problemas internos. Logo no início, houve a renúncia do 2º vice-presidente, Walter Frederico de Souza,⁴⁴³ mas não consegui descobrir o que motivou sua saída. J. Carlos Macieira, na coluna *O Estudante em Marcha*, escreveu ainda em agosto de 1960 que o presidente da entidade estava encontrando “mais dificuldade em unir os que com ele foram eleitos, do que propriamente em administrar a entidade”. O motivo dos problemas era explicado da seguinte forma:

Num regime presidencial, em que cada vice-presidente eleito tem sua atividade específica e é levado ao poder por correntes diversas e interesseiras em colocar alguém em alguma posição, é sempre difícil ao presidente encontrar o ponto de união, entendimento e trabalho dos dirigentes, de tal forma que, no final, venha resultar beneficentemente para a entidade.⁴⁴⁴

Ao final do texto, o autor sugere que a entidade passe a eleger apenas presidente e um vice-presidente, evitando a composição de uma gestão heterogênea. Mas foi em dezembro que a crise realmente se agravou. Já formado e atendendo a necessidades familiares e pessoais, Osvaldo Della Giustina decide se afastar da presidência da UEE. Por sucessão natural, quem deveria assumir era o 1º vice-presidente, Fernando Tostes Tavares. Tavares era um veterano da

⁴⁴³ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Conselho Estadual de Estudantes*, 27 de agosto de 1960. Trata-se de uma convocação do Conselho. Lê-se, no segundo ponto da pauta: “eleição do 4º vice-presidente, em substituição do 2º que pediu demissão”.

⁴⁴⁴ AP-ODG, Recortes de Jornais, *Solução para a crise da UEE*. O artigo é assinado por J. Carlos Macieira, na coluna *O Estudante em Marcha*. Não há indicação do jornal, data ou página.

política estudantil. Havia participado de secretarias da UEE e fora apontado pelo jornal *O Semanário* como possível candidato à presidência da UNE em 1959, como já mencionei. No entanto, a perspectiva de ele assumir a UEE gerou ampla rejeição. Houve pedidos para que a renúncia não se efetivasse. Osvaldo Della Giustina teria, por fim, convencido seu sucessor imediato a também renunciar. O próximo na linha sucessória seria Válcio Duarte Peixoto, mas esse também havia deixado a entidade após ter sido eleito presidente do DCE da PUCRS. A responsabilidade acabou, então, recaindo sobre Ivan Braescher Ferreira, inicialmente o 4º vice-presidente. No relatório da gestão, Della Giustina apresentou dois motivos para pedir a renúncia de Tavares:

a - Em vista do apelo unânime (situação e oposição) que recebi de não deixar a UEE em suas mãos. / b – Porque, de minha parte, mesmo ressalvada sua boa vontade e capacidade de trabalho, achava que aquele colega não deveria assumir a presidência da UEE, em vista de seu gosto pelos “conchavos” políticos e por ter sido até aquela data o pomo de discórdia da UEE.⁴⁴⁵

Alguns meses antes da crise, Fernando Tavares havia sido um dos articuladores da eleição de Fúlvio Petracco para a FEURGS. Tendo em vista que Petracco havia liderado a chapa rival na UEE, esse talvez tenha sido um dos motivos da discórdia. Parece que o atrito maior, internamente, se dava entre Fernando Tostes Tavares, de um lado, e Ivan Braescher Ferreira e João Domingues (tesoureiro), de outro. Os dois últimos haviam ameaçado renunciar caso Tavares assumisse de fato a presidência. Com o desfecho da crise, a FEURGS parece ter se desligado da UEE,⁴⁴⁶ com o objetivo de pressionar pela renúncia de Ivan.⁴⁴⁷ Esse tipo de atitude não era nova. A FEUPA e a FEURGS já haviam tomado atitudes semelhantes em outras oportunidades desde o II Congresso Estadual, em 1940, como já comentei. No entanto, as relações eram sempre reestabelecidas logo depois e, nesse caso, não parece ter sido diferente.⁴⁴⁸

A gestão de Ivan Braescher Ferreira foi conturbada e, basicamente, esteve preocupada em recompor e reconquistar a legitimidade da entidade. Ainda assim, esteve envolvida em acontecimentos políticos que ganharam destaque nos jornais, como a repercussão da invasão da Baía dos Porcos, que eu relato em detalhes no Capítulo 4. As gestões seguintes, ligadas à

⁴⁴⁵ UFRGS/ILEA/UEE, *Relatório da Diretoria*, Gestão 60/61, p. 12.

⁴⁴⁶ AP-ODG, Recortes de Jornais, *UEE, uma entidade com patrimônio de 5 milhões*. Recorte sem identificação do jornal, da data ou da página; BN, *Diário de Notícias*, 11 de janeiro de 1961, p. 1.

⁴⁴⁷ BN, *Jornal do Dia*, 11 de janeiro de 1961, p. 8 e p. 3.

⁴⁴⁸ Sobre o assunto, consta no relatório da UEE o seguinte: “Por ocasião da nossa permanência a testa da “Entidade Mater” ocorreu um sério atrito entre o executivo da UEE e os colegas dirigentes e conselheiros da FEURGS, com o correr do tempo e por contatos realizados, sanaram-se as dificuldades e conseguimos, após algum esforço, unir a classe sob uma única bandeira”. Fonte: UFRGS/ILEA/UEE, *Relatório da Diretoria*, Gestão 60/61, p. 12.

esquerda cristã, são abordadas no Capítulo 5 e a consequências do Golpe de 1964 na entidade fazem parte do Capítulo 6.

3.4 Outras Entidades

Nos anos 1940, os estudantes das chamadas Faculdades Livres, ou seja, aquelas que não eram vinculadas à então Universidade de Porto Alegre, eram representados pela Federação dos Estudantes Livres de Porto Alegre (FELPA).⁴⁴⁹ Em 1948, entidades estudantis declararam greve em protesto contra um projeto de lei de autoria do deputado Pedroso Júnior. O projeto pretendia garantir aos “práticos em farmácia” as mesmas prerrogativas que possuíam os farmacêuticos.⁴⁵⁰ Diante desse quadro, a FELPA se posicionou contrária ao projeto, mas, ao mesmo tempo, sem aderir à greve, considerada desnecessária naquele momento.⁴⁵¹

A FELPA parece ter sido extinta com a criação da PUCRS, tendo em vista que seus Centros Acadêmicos articularam a formação de um Diretório Central de Estudantes (DCE). Inicialmente, a entidade foi presidida por uma junta tendo à frente Ênio Gualdi.⁴⁵² A primeira eleição foi realizada no ano seguinte, colocando na presidência o estudante João Baptista Aguiar.⁴⁵³ De modo geral, ao longo dos anos 1950 e 1960, o DCE manteve forte vínculo com o universo católico, o que demonstra que o caráter confessional da universidade implicava um perfil diferenciado dos alunos ou, ao menos, das lideranças estudantis. Em 1951, por exemplo, o DCE organizou a comemoração do 60º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*.⁴⁵⁴ Dois anos depois, organizou um “retiro espiritual” para os estudantes.⁴⁵⁵ Também publicavam mensagens em datas religiosas, como a Páscoa⁴⁵⁶ e o Natal.⁴⁵⁷ Do ponto de vista político, a entidade manifestou-se “em defesa da democracia” no momento em que lideranças militares e civis pressionavam contra o lançamento da candidatura de Juscelino Kubitschek.⁴⁵⁸ Envolveu-se também em campanhas importantes ao lado da FEURGS e da UEE, como em 1957, contra o

⁴⁴⁹ BN, *Jornal do Dia*, 6 de novembro de 1947, p. 3; BN, *Jornal do Dia*, 24 de agosto de 1948, p. 4.

⁴⁵⁰ HECKER, Alexandre. *Socialismo Sociável: história da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 214.

⁴⁵¹ BN, *Jornal do Dia*, 19 de junho de 1948, p. 3. A nota publicada no jornal foi assinada por Marco Antônio Ochoa Netto, presidente da FELPA.

⁴⁵² JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 75-76.

⁴⁵³ BN, *Jornal do Dia*, 5 de novembro de 1950.

⁴⁵⁴ BN, *Jornal do Dia*, 15 de maio de 1951, p. 16.

⁴⁵⁵ BN, *Jornal do Dia*, 14 de abril de 1953, p. 2.

⁴⁵⁶ BN, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1955, p. 8.

⁴⁵⁷ BN, *Jornal do Dia*, 29 de dezembro de 1956, p. 8.

⁴⁵⁸ BN, *Jornal do Dia*, 8 de fevereiro de 1955, p. 8.

aumento da passagem dos bondes.⁴⁵⁹ Ao longo dos anos 1950, a entidade foi dirigida por Ênio Gualdi, João Baptista Aguiar, Afonso José do Revoredo Ribeiro,⁴⁶⁰ Romildo Bolzan,⁴⁶¹ Ernani Pereira Botti,⁴⁶² Lourival Negreiros,⁴⁶³ Antônio Gonzales,⁴⁶⁴ e Nacib Karam⁴⁶⁵, entre outros.

Em Santa Maria, tão logo surgiu a Universidade Federal, foi organizado um DCE. O primeiro presidente, ainda em caráter provisório, foi José Moacir Silveira Ramos.⁴⁶⁶ Uma das primeiras iniciativas da entidade foi solicitar verbas para a construção do Restaurante Universitário.⁴⁶⁷ Ainda em 1961, a entidade tem seu nome alterado para Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM). O primeiro presidente da FEUSM foi Carlos Renan Kurtz.⁴⁶⁸ Representando os estudantes de uma universidade nova, as principais reivindicações continuaram sendo relacionadas a assistências estudantis.⁴⁶⁹ Atividades culturais, como o teatro universitário, também compunham as realizações da FEUSM.⁴⁷⁰ A primeira peça encenada pelo grupo foi Eles não Usam Black Tie.⁴⁷¹ Sucedendo Kurtz, foi eleito Nilson Zaffari como presidente da entidade.⁴⁷² Essa gestão dá continuidade às atividades culturais, inaugurando, por exemplo, um cineclube.⁴⁷³ Na sequência, é eleito Jaime Goar Pasa.⁴⁷⁴ Durante essa gestão, a FEUSM se engaja na luta pelas reformas de base.⁴⁷⁵ Diante do Golpe de 1964, no entanto, assume uma posição ambígua, que exploro no Capítulo 6. Como decorrência da Lei Suplicy, a FEUSM tem seu nome alterado novamente para DCE.

Em outra cidade do interior - Pelotas - os estudantes vinculados às faculdades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul eram representados pela FEURGS. Na cidade, no entanto, havia também outra entidade: a Federação Acadêmica de Pelotas (FAP). Ela foi criada em 1923 e reunia todos os estudantes de ensino superior da cidade, independente da faculdade

⁴⁵⁹ BN, *Jornal do Dia*, 1º de março de 1957, p. 2.

⁴⁶⁰ BN, *Jornal do Dia*, 11 de novembro de 1951, p. 3.

⁴⁶¹ BN, *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1954, p. 10.

⁴⁶² UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Apresentação do novo Executivo do Diretório Central de Estudantes (1962-1953)*, outubro de 1952; BN, *Jornal do Dia*, 27 de agosto de 1952, p. 3.

⁴⁶³ BN, *Diário de Notícias*, 11 de janeiro de 1958, p. 3.

⁴⁶⁴ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Of. 94/58*, Diretório Central de Estudantes, 8 de setembro de 1958; UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Circular n. 1-59*, Diretório Central de Estudantes, 10 de abril de 1959.

⁴⁶⁵ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas, *Circular n. 1-59-60*, Diretório Central de Estudantes.

⁴⁶⁶ AHMSM, *A Razão*, 28 de março de 1961, p. 8; AHMSM, *A Razão*, 4 de abril de 1961, p. 8.

⁴⁶⁷ AHMSM, *A Razão*, 7 de junho de 1961, p. 8.

⁴⁶⁸ AHMSM, *A Razão*, 29 de outubro de 1961, p. 1.

⁴⁶⁹ AHMSM, *A Razão*, 8 de março de 1962, p. 6.

⁴⁷⁰ AHMSM, *A Razão*, 18 de março de 1962, p. 3; AHMSM, *A Razão*, 30 de março de 1962, p. 6.

⁴⁷¹ AHMSM, *A Razão*, 15 de maio de 1962, p. 2.

⁴⁷² AHMSM, *A Razão*, 20 de outubro de 1962, p. 6.

⁴⁷³ AHMSM, *A Razão*, 19 de março de 1963, p. 3.

⁴⁷⁴ AHMSM, *A Razão*, 22 de setembro de 1963, p. 6.

⁴⁷⁵ AHMSM, *A Razão*, 5 de outubro de 1963, p. 5.

ou universidade. Além disso, coordenava uma Casa do Estudante.⁴⁷⁶ Ao menos entre 1961 e 1964, a entidade teve posição progressista, engajando-se na Legalidade⁴⁷⁷ e na oposição ao Golpe de 1964.⁴⁷⁸ Segundo Renato Della Vechia, essa entidade foi extinta em 1973.⁴⁷⁹

A FELPA, o DCE da PUCRS, a FEUSM e a FAP foram entidades que representavam os estudantes de uma determinada instituição ou que reuniam os estudantes universitários de uma mesma cidade. No final dos anos 1950, no entanto, surgiu uma agremiação com abrangência geográfica mais significativa. Em março de 1959, um grupo de estudantes criou a Federação dos Estudantes Universitários Particulares (FEUP). Essa entidade tinha como objetivo representar os interesses dos estudantes de estabelecimentos privados, que divergiam em alguns pontos dos estudantes das universidades públicas. É importante destacar que a FEURGS congregava os estudantes da UFRGS, que naquele momento agregava também faculdades em Santa Maria e Pelotas. A FEURGS era vista como reduto da esquerda e seu posicionamento era decisivo também nas eleições da UEE.

A ata de fundação da entidade menciona ter havido uma discussão sobre seu nome. Uma das sugestões foi Federação dos Estudantes Universitários Católicos (FEUC). Tal sugestão teria sido preterida, pois argumentou-se que nem todas as faculdades particulares eram católicas. Decidiu-se por FEUP, então, por ser mais inclusiva.⁴⁸⁰ Essa informação merece destaque pois, apesar disso, a entidade acabou por utilizar o nome FEUC a partir de meados de 1959 até outubro de 1960. A despeito das informações contidas na ata de fundação, os jornais não fazem nenhuma menção à FEUP antes de 1961. FEUC, por sua vez, é mencionada pela primeira vez ainda em maio de 1959⁴⁸¹ e diversas vezes nesse e no ano seguinte. Em 22 de outubro de 1960,

⁴⁷⁶ VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 414p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011, p. 275.

⁴⁷⁷ NUNES, Irezabet Nunes de. *Entre a opinião e a ideologia: a Campanha da Legalidade através do jornal Diário Popular, 1961*. Pelotas: UFPEL, 2016. 38p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pelotas, 2016, p. 23.

⁴⁷⁸ SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao Golpe e a Ditadura Militar em Pelotas*. Pelotas: UFPEL, 2010. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História e Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, 2010, p. 16.

⁴⁷⁹ VECHIA, op. cit., p. 275.

⁴⁸⁰ 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Porto Alegre (1º RTDPJ-POA), *Ata de Fundação da Federação dos Estudantes Universitários Particulares*, 23 de março de 1959. A ata, no entanto, foi registrada apenas em 1962.

⁴⁸¹ BN, *Jornal do Dia*, 12 de maio de 1959, p. 3. A nota da entidade inicia da seguinte forma: “A Federação dos Estudantes das Universidades Católicas, entidade que congrega cerca de 18 escolas superiores Católicas, e que foi fundada recentemente na cidade de Santa Maria [...]”. Essa informação ajuda a corroborar a tese de que FEUC e FEUP são a mesma entidade, visto que a ata da fundação da entidade diz o seguinte: “Às dezesseis horas do dia vinte e três de março do ano de mil novecentos e cinquenta e nove, os acadêmicos representantes de diversos Centros Acadêmicos de Faculdades Particulares do Rio Grande do Sul, reunidos no primeiro Congresso de Centros Acadêmicos de Faculdades Particulares, na cidade de Santa Maria, resolveram fundar uma federação que os

segundo o relatório apresentado pela gestão de José Maria Eymael, a entidade alterou oficialmente seu nome para FEUP,⁴⁸² a partir dos mesmos argumentos já apresentados em 1959, ou seja, a necessidade de agregar as faculdades de interior que não tivessem, necessariamente, ligação confessional.⁴⁸³

A criação da FEUC/FEUP, no final dos anos 1950, foi um reflexo das divisões geradas pela discussão do projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estava em debate no Congresso Nacional. A primeira e já citada aparição da entidade é justamente uma tomada de posição sobre o assunto. A agremiação questionava a legitimidade da decisão do Congresso Estadual de Estudantes, que havia aprovado a rejeição ao substitutivo do deputado Carlos Lacerda ao projeto da LDB. Segundo afirmava o presidente da FEUC, Osvaldo Della Giustina, tal posição foi resultado de uma “manobra”, visto que a proposição teria sido encaminhada em regime de urgência, participando apenas 25 estudantes, quando o total de delegados presentes no encontro era de 115. Diante disso, além da nota, os estudantes católicos enviariam telegramas para o Senado, a Câmara Federal e o presidente Juscelino, solicitando a aprovação do substitutivo.⁴⁸⁴

Segundo Cunha, o substitutivo de Lacerda buscava garantir o repasse de recursos públicos para as escolas e faculdades privadas. Acontece que, sobretudo no ensino secundário, essas instituições enfrentavam uma diminuição cada vez maior da taxa de lucro.⁴⁸⁵ Lacerda buscava alterar significativamente o projeto de Clemente Mariani, elaborado ainda durante o governo Dutra, mas que não havia ido adiante, sobretudo depois das duras críticas elaboradas por Gustavo Capanema. O projeto original “dizia ser a educação direito de todos, assegurado pela escola pública obrigatória e gratuita”.⁴⁸⁶ O substitutivo, no entanto, defendia “o direito primordial das famílias de escolher a escola para os filhos, conforme suas crenças, logo escolas particulares, já que o Estado, ‘agnóstico’, não teria crenças”⁴⁸⁷. Essas ideias seriam, de acordo com Cunha, convergentes com as expressas no Congresso de Estabelecimentos Particulares de Ensino. Formava-se, portanto, um bloco de interesses privatistas. A esse bloco se contrapunha a Campanha de Defesa da Escola pública, que contou com participação de diversos educadores,

congregasse”. 1º Serviço de Registro Civil de Pessoa Jurídicas de Porto Alegre. Ata de Fundação da Federação dos Estudantes Universitários Particulares, folha nº 1.

⁴⁸² AP-JME, *Relatório da Gestão 60-61*, Federação dos Estudantes Universitários Particulares, FEUP, p. 19.

⁴⁸³ EYMAEL, José Maria. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. São Paulo: 2017.

⁴⁸⁴ AP-JME, *Folha da Tarde*, 11 de maio de 1959, p. 10; BN, *Jornal do Dia*, 12 de maio de 1959, p. 8.

⁴⁸⁵ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: UNESP, 2007, p. 101.

⁴⁸⁶ *Ibid.*, p. 94.

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 204.

intelectuais e estudantes.⁴⁸⁸ Cunha enxerga o embate dessa campanha contra os interesses privatistas em torno da LDB como um dos motivadores das lutas posteriores dos movimentos estudantis pela reforma universitária. Para ele

A participação dos estudantes na Campanha foi intensa, mesmo onde ela não estava tão organizada, como em São Paulo. Nos congressos da UNE e das UEEs não faltavam teses a respeito das diretrizes e bases da educação nacional e, no Rio de Janeiro, faziam-se comícios-relâmpago em lugares e horários de concentração popular. A escola pública foi amplamente defendida na campanha pela eleição do General Lott à presidência da República, não sendo poucos os estudantes que, após participarem dela, vieram a integrar o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes.⁴⁸⁹

Cunha destaca ainda a articulação, no polo oposto, da Associação de Educação Católica, que teria inclusive incentivado “a formação de grêmios nos colégios católicos”.⁴⁹⁰ O contexto desse embate torna inteligível a criação da FEUP/FEUC, nascida exatamente nesse momento e defendendo os interesses dos estudantes das universidades particulares/católicas.

Os dispositivos em torno da LDB afetavam os estudantes de todos os graus. Nesse sentido, a posição da União Gaúcha dos Estudantes Secundários é significativa e revela as tensões e características desse processo de lutas. Em fevereiro de 1959, Luiz Adão Rahde Gonzaga, presidente da UGES, anunciou à reportagem do jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, a organização de uma “passeata-monstro” em prol da Reforma do Ensino. Luiz Adão, eleito para as gestões 1957-58 e 1958-59,⁴⁹¹ também apontou para a possibilidade de organizar uma greve no estado. A posição do presidente da UGES era favorável à proposta de Lacerda.⁴⁹²

Na mesma edição, o jornal carioca publicou a opinião do Irmão José Otão, então reitor da PUC e presidente da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas. Segundo ele, o “substitutivo Carlos Lacerda representa uma síntese feliz dos esforços feitos nestes últimos anos, na elaboração da Lei Educacional básica do Brasil”. Entre os méritos da proposta estaria garantir à família a “educação da prole”. Para o reitor, “a família, detentora natural desse direito,

⁴⁸⁸ Conforme Cunha, frações da burguesia liberal também apoiaram a Campanha, fato simbolizado pela posição do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ver: CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: UNESP, 2007, p. 105.

⁴⁸⁹ *Ibid.*, p. 108.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, p. 109.

⁴⁹¹ Luiz Adão foi também 1º Secretário da UGES na gestão 1956-1957. Ver BN, *Jornal do Dia*, 31 de julho de 1956, p. 8. Posteriormente, foi Secretário Geral da UEE na gestão 1960-61, presidente do Centro Acadêmico Maurício Cardoso (CAMC), em 1961, e do DCE da PUC (1961-1962). Ver: BN, *Jornal do Dia*, 7 de novembro de 1961, p. 10. Luiz Adão concorreu ainda à presidência da UEE em duas ocasiões, sendo derrotado por Ernildo Stein em 1961 e Francisco Ferraz em 1962. Ver BN, *Jornal do Dia*, 5 de maio de 1962. Em 1958, era 1º vice-presidente da Mocidade Udenista de Porto Alegre. Ver BN, *Diário de Notícias*, 9 de março de 1958.

⁴⁹² BN, *Tribuna da Imprensa*, 13 de fevereiro de 1959.

será auxiliada pela escola, de sua livre escolha, e pelo Estado, em forma supletiva. Um destaque especial é feito no título II no tocante à liberdade do ensino, pedra de toque nas autênticas democracias”.⁴⁹³ A posição do reitor é fundamental, pois segundo Osvaldo Della Giustina, o irmão Otão foi um dos incentivadores da FEUC e da constituição de uma Terceira Força no movimento estudantil.⁴⁹⁴

A LDB acabou sendo aprovada com diversas modificações tendo, no entanto, prevalecido os interesses das instituições privadas. A Lei seria promulgada apenas em dezembro de 1961. Não consegui localizar outras manifestações da FEUC a respeito do assunto entre 1959 e 1961. As notícias que mencionam a entidade nesse período são relacionadas a eventos sociais e culturais promovidos por ela, além de uma manifestação de pesar pela morte de Alberto Pasqualini, em 1960. Participaram da FEUC, nesse período, os seguintes estudantes:

Quadro 2 - Presidentes da FEUC/FEUP (1959-1964)

Gestão	Presidente	Demais membros
1959-60	Osvaldo Della Giustina ⁴⁹⁵	
1960-61	José Maria Eymael ⁴⁹⁶	Gilberto Golim Grazziotin (vice-presidente) ⁴⁹⁷
1961-62		Henos Francisco Locatelli ⁴⁹⁸
1962-63	Airton Nogueira ⁴⁹⁹	Válcio Duarte Peixoto ⁵⁰⁰
1963-64	Vítor Osvaldo Della Méa ⁵⁰¹	Airton Nogueira (secretário geral) ⁵⁰² / Paulo Gilberto Gouvêa da Costa (secretário de imprensa) ⁵⁰³
1964	Carlos Alberto Faccin ⁵⁰⁴	

A sigla FEUP é mencionada nos jornais, pela primeira vez, em maio de 1961, por ocasião do Congresso Estadual de Estudantes. A reportagem do Jornal do Dia apresentava Luiz

⁴⁹³ BN, *Tribuna da Imprensa (RJ)*, 13 de fevereiro de 1959, p. 7.

⁴⁹⁴ GIUSTINA, Osvaldo Della. Entrevista concedida por e-mail para Mateus da Fonseca Capssa Lima, em 11 de setembro de 2016.

⁴⁹⁵ BN, *Jornal do Dia*, 12 de maio de 1959, p. 3.

⁴⁹⁶ BN, *Jornal do Dia*, 27 de setembro de 1960, p. 8. Antes de ser presidente da FEUC, José Maria Eymael havia presidido o Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino (CASTA).

⁴⁹⁷ UFRGS/MU/CEUE, Correspondência Recebida - 1960, *Circular n° 1 – 60/61*, da Federação dos Estudantes Universitários Católicos.

⁴⁹⁸ BN, *Jornal do Dia*, 29 de outubro de 1961, p. 3.

⁴⁹⁹ BN, *Jornal do Dia*, 31 de outubro de 1962, p. 5.

⁵⁰⁰ BN, *Jornal do Dia*, 22 de fevereiro de 1963, p. 8.

⁵⁰¹ BN, *Diário de Notícias*, 10 de janeiro de 1964, p. 6.

⁵⁰² BN, *Diário de Notícias*, 10 de janeiro de 1964, p. 6.

⁵⁰³ BN, *Diário de Notícias*, 20 de agosto de 1965, p. 5.

⁵⁰⁴ BN, *Jornal do Dia*, Edição 04773, p. 8.

Adão Rahde Gonzaga – aquele mesmo que havia presidido a UGES e liderado a defesa do substitutivo Lacerda à LDB dois anos antes – como provável candidato à presidência da UEE, lançado pelo DCE da PUC e pela FEUP.⁵⁰⁵ Somando 55 votos dos delegados, Luiz Adão foi derrotado por Ernildo Stein, candidato apoiado pela JUC, que conquistou 68 votos. O vice-presidente eleito foi Héglio Trindade, também apoiado pela JUC.⁵⁰⁶ Concorreram ainda Glênio Argemi, tido como representante das esquerdas, e Henrique Córdova.

Entre os anos de 1961 e 1964, a FEUP foi muito atuante na defesa dos interesses dos estudantes das universidades particulares e foi um dos centros da oposição à Ação Popular e aos outros grupos de esquerda no Rio Grande do Sul. Na conjuntura de polarização política, assumiu discurso e posição anticomunista, como veremos ao longo da tese.

⁵⁰⁵ BN, *Jornal do Dia*, 13 de maio de 1961, p. 10.

⁵⁰⁶ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1961, p. 10.

4 GUERRA FRIA, ANTICOMUNISMO E O GOVERNO JÂNIO QUADROS

No capítulo anterior, expus a trajetória das principais entidades estudantis. Observamos que já nos anos 1950 havia disputas entre posições de esquerda e posições conservadoras. O anticomunismo já estava presente, mas foi na década seguinte que esse elemento se radicalizou e foi agente mobilizador de diversas manifestações.

Durante o governo de Jânio Quadros, as diretrizes da política externa foram um foco importante de tensão política. Jânio, através de seu Ministro do Exterior, Afonso Arinos, desejava seguir uma linha independente, buscando projetar o Brasil no cenário internacional. Essa postura desagradou aqueles que preferiam um alinhamento com os Estados Unidos, com destaque para o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Constituiu-se, assim, num dos principais componentes que levaram à crise de agosto e à renúncia do presidente.

Essas disputas também se expressaram entre os estudantes universitários no Rio Grande do Sul. Como veremos na segunda parte desse capítulo, a questão cubana, sobretudo quando da invasão à Baía dos Porcos, gerou polêmica e manifestações em abril de 1961. O clima de anticomunismo crescente tornou-se evidente quando, no mês seguinte, Luiz Carlos Prestes visitou o estado (assunto que abordaremos na seção subsequente).

4.1 O Governo Jânio Quadros: ambiguidade e política externa independente

Jânio Quadros, advogado, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, disputou a presidência da República e sagrou-se vitorioso em 1960. Seu desempenho na eleição deixou para trás com larga margem o segundo colocado, candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), marechal Henrique Teixeira Lott. O marechal era apoiado por trabalhistas, comunistas, militares e civis nacionalistas.

A vitória de Jânio, no entanto, não foi completa, apesar da expressiva votação. Ele havia sido candidato pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), contando com o apoio da UDN, de onde provinha seu candidato a vice-presidente, Milton Campos. Este, no entanto, não foi eleito. A legislação eleitoral de então designava votação separada para presidente e vice-presidente. O resultado, em 1960, foi a eleição de João Goulart que, aliás, já havia sido vice de Juscelino Kubistchek.⁵⁰⁷ Jânio e Jango eram políticos bastante populares e ainda durante a

⁵⁰⁷ Interessante observar que a legislação vetava a reeleição para presidente e governadores, mas permitia a reeleição do vice.

campanha surgiram comitês que defendiam a eleição conjunta de ambos, os chamados comitês *Jan-Jan*.

Os desafios pareciam grandes desde o início do novo governo. A base parlamentar do presidente era formada pelo PTN e pela UDN, além PDC. Juntos, mal somavam um terço do Congresso Nacional. Além disso, Jânio assumia num momento financeiro delicado para o país. O Brasil, apesar do grande crescimento econômico dos anos 1950, encontrava-se em dificuldade de bancar as parcelas da dívida externa e assistia ao crescimento dos índices de inflação.

A opção de Jânio para combater a crise financeira aproximava-o dos liberais: estabeleceu acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), acabou com alguns subsídios (sobre a importação de trigo, por exemplo), conteve investimentos públicos. No entanto, tomou outras medidas na área econômica que contrariavam essa linha. Encaminhou, por exemplo, a lei antitruste e a lei que regulamentou a remessa de lucros ao exterior. Medidas como essas desagradavam a sua própria base de apoio. Como resultado dessas posições, o presidente era constantemente representado como uma figura ambígua, quando não incoerente.⁵⁰⁸

O motivo de desgaste maior de seu governo relacionava-se à política externa adotada. Tendo à frente o Ministro das Relações Exteriores, o udenista Afonso Arinos de Mello Franco, a política externa buscava estabelecer relações com todos aqueles que pudessem interessar ao país, independentemente de estarem alinhados aos Estados Unidos ou ao Bloco Socialista. A possibilidade de aproveitar as vantagens de se relacionar com os dois blocos não atraía apenas o Brasil. Outros governos, como o de Frondizi, na Argentina, buscavam o mesmo caminho.

Essa posição e a sua repercussão só podem ser compreendidas no contexto da Guerra Fria. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética despontavam como os protagonistas de dois projetos políticos antagônicos: o primeiro, capitalista liberal e o segundo, socialista.⁵⁰⁹ A tensão geopolítica se tornou ainda maior com a vitória da revolução em Cuba em 1959, declarada socialista dois anos depois. O espectro do socialismo passou, assim, a rondar o continente americano, algo que não seria tolerado pelos Estados Unidos e pelas forças conservadoras do continente. No Brasil, esse fato ajudou a

⁵⁰⁸ Segundo Thomas Skidmore, Jânio teria iniciado o governo com uma diretriz econômica liberal, mas aproximou-se dos desenvolvimentistas a partir de abril, quando as medidas anti-inflacionárias geraram grande descontentamento popular. A isso, somavam-se os limites de crédito impostos, que paralisavam investimentos. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 242.

⁵⁰⁹ No entanto, é possível situar as raízes do conflito entre socialismo e comunismo na Revolução Russa de 1917 ou mesmo antes, ainda no século XIX. Ver: KONRAD, Diorge Alcenio; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos; LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Revolução Soviética: impactos nos movimentos sociopolíticos e o anticomunismo na imprensa*. In: *História: Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 7, p. 122-143, 2008.

alimentar o que Rodrigo Pato Sá Motta chamou de Segunda Onda de Anticomunismo,⁵¹⁰ fortalecida também pelo crescimento do PCB e pela crescente radicalização de setores dos movimentos operário, estudantil e camponês, além da construção e disseminação da Doutrina de Segurança Nacional.⁵¹¹

Nesse contexto internacional havia também países que buscavam escapar da polarização, formando os chamados países não-alinhados. Segundo Paulo Markun e Duda Hamilton, Jânio Quadros admirava líderes do terceiro mundo que representavam essa tendência, como o então presidente da indonésia, Sukarno, ou Gamal Abdel Nasser, do Egito. Aliás, consta que Jânio tinha uma foto autografada de Nasser em seu gabinete.⁵¹² Portanto, apesar das representações da época – e que ainda hoje permanecem –, Quadros não era apenas uma figura pitoresca, beirando a caricatura. Mesmo adotando uma política econômica liberal, não desejava uma adesão automática aos Estados Unidos. Ao contrário, queria um desenvolvimento autônomo e imaginava poder conduzir o Brasil a um papel relevante e independente na política internacional. É o que o próprio presidente deixou claro em uma carta endereçada a Magalhães Pinto e publicada na imprensa em agosto de 1961:

Filho de um país que prospera e se agiganta sob os nossos olhos através do labor de seu povo operoso e sofrido, tudo o que desejo, com responsabilidade de conduzi-lo, é vê-lo cada vez mais forte, mais respeitado, mais rico. Côncio das nossas tradições de paz e justiça sob as melhores inspirações cristãs da minha alma e da alma coletiva busco projetar a nossa pátria no cenário do mundo para que leve a todas as nações qualquer que seja seu credo, sua filosofia, ou sua raça uma mensagem de confiança e de trabalho construtivo, fundamental para a preservação da própria civilização que os ódios, preconceitos e temores ameaçam nos seus fundamentos. Receba as expressões da minha estima e do meu respeito – (Assinado) Jânio Quadros.⁵¹³

O sentido da política externa, portanto, era projetar o Brasil no cenário internacional. A partir dessa perspectiva é possível entender a posição de Quadros quando da tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, com apoio dos Estados Unidos, que visava reverter os rumos da revolução. Nessa ocasião, em nota, o presidente brasileiro comunicou:

O Brasil, reiterando sua decisão inabalável de defender neste continente e no mundo os princípios de auto-determinação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba. O Ministério das Relações Exteriores expediu instruções urgentes às nossas missões diplomáticas no sentido de obter informes detalhados sobre esses mesmos acontecimentos.⁵¹⁴

⁵¹⁰ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. A Primeira Onda teria ocorrido após a Intentona Comunista, resultando na ditadura do Estado Novo.

⁵¹¹ Aprofundaremos em outro capítulo as características desse anticomunismo.

⁵¹² MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 23.

⁵¹³ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1961, p. 17.

⁵¹⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de abril de 1961, capa.

A posição de Jânio Quadros foi reforçada por um comunicado oficial do Itamaraty, rejeitando “qualquer invasão estrangeira em Cuba”. É significativo que a nota tenha sido distribuída pelo ministro Afonso Arinos após um almoço com o presidente indonésio Sukarno.⁵¹⁵

A atitude frente à agressão contra Cuba foi um dos grandes pontos de tensão do presidente com a sua base. Na ocasião, despertou críticas do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna de Imprensa* e conhecido como o “demolidor de presidentes”, o qual, desde fins de 1959 era um entusiasta da campanha de Jânio.⁵¹⁶ A relação dos dois, naquele momento, começou a se desgastar, visto que Lacerda foi um defensor da invasão. Segundo ele:

Saúdo a invasão de Cuba como a derrota de um tirano. – Ao abrir as portas da América à infiltração comunista e à ocupação por elementos de vanguarda do imperialismo russo, Fidel Castro não somente traiu o povo cubano como se constituiu numa ameaça à paz e à liberdade das nações deste continente, inclusive do Brasil. / Os libertadores de Cuba são em sua maioria os mesmos que ao lado de Fidel lutaram contra Batista. – Hoje traídos por Fidel Castro, continuam a lutar e vão vencer. – A adesão das forças com as quais Castro pensava contar só é surpresa para quem não sabe da revolta da maioria do povo cubano contra seu inimigo, Fidel Castro”.⁵¹⁷

As críticas foram reforçadas na mesma semana, durante a convenção da UDN carioca. Não se tratava ainda de um rompimento. Ao mesmo tempo que atacava a política externa e pedia maior auxílio para a Guanabara, Lacerda dizia hipotecar solidariedade à linha política e administrativa de Jânio. A notícia sobre a convenção, publicada no jornal *Correio do Povo*, destacou que ambos eram amigos e que Lacerda havia ajudado a elegê-lo.⁵¹⁸

A oposição à política externa não se restringia apenas ao campo político. Ela atingia os meios militares – com destaque para o almirante Pena Boto – e as organizações anticomunistas. Como veremos mais adiante, nessa ocasião centros e diretórios acadêmicos se posicionaram condenando o comunismo em Cuba, ainda que alguns deles também criticassem a invasão contrarrevolucionária.

Nos meses seguintes, a política externa continuou a gerar conflitos. No começo de agosto de 1961, a Aliança para o Progresso foi lançada na Conferência de Punta del Este. Jânio convidou para compor a delegação brasileira o ministro da fazenda Clemente Mariani e o embaixador Roberto Campos. Junto com eles, entre outros, Leonel Brizola. Durante a realização da conferência, Brizola conheceu Ernesto Guevara, representando Cuba, com quem

⁵¹⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 11 de maio de 1961, contracapa.

⁵¹⁶ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984, p. 109.

⁵¹⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1961, p. 16.

⁵¹⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de abril de 1961, p. 7.

conversou em um almoço promovido pelo presidente uruguaio. O governador do Rio Grande do Sul adotava cada vez mais uma postura nacionalista e aproximava-se da esquerda, inclusive contrariando interesses estadunidenses ao encampar empresas de energia e comunicação. Brizola, sentindo-se contrariado com a atuação da delegação, abandonou a conferência, explicando em nota para Jânio Quadros o motivo de sua desistência. Ao final do encontro, Che Guevara, ao passar pelo Brasil no seu retorno a Cuba, no dia 19 de agosto, recebeu do presidente brasileiro a Ordem do Cruzeiro do Sul. Tal posição precipitou a crise, intensificando os ataques lacerdistas.⁵¹⁹

No dia anterior à condecoração do ministro cubano, Lacerda encontrou o presidente no Palácio da Alvorada. Oficialmente queria tratar de problemas de seu estado, como a transferência da Petrobrás do Rio de Janeiro para a Bahia, e dos rumos da política externa. Ameaçava renunciar ao governo da Guanabara diante desses fatos. Além dos motivos alegados, Paulo Markun e Duda Hamilton citam ainda as dificuldades financeiras do jornal *Tribuna da Imprensa*.⁵²⁰ A conversa, no entanto, não deu resultado. No mesmo dia, Lacerda foi conferenciar com Pedroso Horta, ministro da Justiça. No dia 19 de agosto, pela manhã, o governador da Guanabara retornou para o Rio de Janeiro, anunciando que iria tomar uma decisão grave. A partir daí, reuniu-se com diversos políticos, mas também militares, como Cordeiro de Farias, chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Segundo reportagem do *Correio da Manhã* de 20 de agosto de 1961, “o propósito do governador da Guanabara, ao que conseguimos apurar, é realmente o de renunciar ao governo do Estado. Isso, pelo menos, foi o que deu a entender”.⁵²¹

No mesmo dia que Che estava sendo condecorado, portanto, Carlos Lacerda estava articulando nos meios políticos e militares, além de alardear para a imprensa a possibilidade de renúncia. As pressões de Lacerda, possivelmente buscando um recuo do presidente, foram construídas em cima de sucessivas ameaças e desistências. A *Tribuna de Imprensa* do dia 21 de agosto publicou matéria com o título “Governador não vai renunciar, mas crise não está superada”. Ali são expostos os motivos da crise: a política externa, que estaria abrindo o Brasil para a “infiltração comunista”, culminando com a condecoração de Che Guevara; e falta de apoio para a Guanabara, sobretudo a transferência da Petrobrás para a Bahia.⁵²² No dia seguinte,

⁵¹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 73-75.

⁵²⁰ MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 68.

⁵²¹ BN, *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1961, contracapa.

⁵²² BN, *Tribuna da Imprensa*, 21 de agosto de 1961, capa.

no entanto, o mesmo jornal afirma que “Lacerda não afasta a hipótese de renúncia”.⁵²³ E, por fim, na edição do dia 23 de agosto, “Lacerda em São Paulo: não renuncio”.⁵²⁴

No dia 24 de agosto, à noite, Lacerda fez um pronunciamento na televisão acusando o Ministro da Justiça Pedroso Horta de tê-lo convidado a participar de um golpe para fortalecer o poder executivo. Jânio, de fato, tinha dificuldades na relação com o legislativo e os partidos políticos. Era um político personalista, sem identidade partidária. Havia pertencido ao PDC e chegou a se eleger deputado pelo PTB, até, por fim, ingressar no PTN. Na montagem do ministério, recorreu mais a indicações pessoais do que partidárias, gerando desde cedo o descontentamento dos que o apoiaram. Além disso, criou comissões de investigação em diversos departamentos da administração federal. Em vários desses departamentos havia apadrinhados dos deputados e senadores e, sendo assim, esse foi outro foco de conflito. No entanto, como apontam Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes,⁵²⁵ a maioria dos projetos enviados foram aprovados no Congresso Nacional, não existindo, então, uma incompatibilidade entre os poderes.

A crise que Lacerda tentava criar encontrou repercussão apenas entre os políticos anticomunistas mais radicais, como o Padre Calazans. Mesmo o governador Magalhães Pinto demonstrou solidariedade ao presidente.⁵²⁶ Diante disso, é difícil chegar a uma conclusão sobre o assunto, visto que a única testemunha da suposta conspiração de Jânio era o próprio Lacerda, cuja disposição golpista vem desde, pelo menos, meados dos anos 1950. Aliás, como bem declarou o próprio Pedroso Horta:

Estranha, esdrúxula, incompreensível equipe formaríamos nós [...] se associados fôssemos por meu intermédio [...] convocar o atual governador da Guanabara para administrar, para participar de movimento subversivo nas nossas instituições. Não convoquei. Não convoquei e jamais convocaria.⁵²⁷

O ministro manifestou a estranheza de tal aliança, tendo em vista que julgava Lacerda como “o mais ousado adversário da política externa do governo federal”.⁵²⁸ Não faria sentido, portanto, um acordo com o governador da Guanabara.

O fato é que, no dia seguinte ao pronunciamento, Jânio Quadros deixou a presidência da República. Possivelmente, como destacou Diorge Konrad, inspirado nas ameaças de

⁵²³ BN, *Tribuna da Imprensa*, 22 de agosto de 1961, capa.

⁵²⁴ BN, *Tribuna da Imprensa*, 23 de agosto de 1961, capa.

⁵²⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁵²⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1961, contracapa. É possível, no entanto, que o impacto nas Forças Armadas tenha sido maior, visto que Lacerda reuniu-se com militares influentes como o brigadeiro Guedes Muniz e o Marechal Cordeiro de Farias. Sobretudo a partir da condecoração de Che Guevara.

⁵²⁷ BN, *Correio da Manhã*, 26 de agosto de 1961, p. 5.

⁵²⁸ MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 70.

abdicação de Lacerda.⁵²⁹ Como escreveu na famosa carta, “a mim não falta a coragem da renúncia”. Jânio ainda declarou ao comunicar que abandonaria o cargo: “já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é mister que o êxito o tenha”.⁵³⁰

As interpretações sobre o ato variam. Grande parte dos historiadores considera que o intuito era, com amplo apoio popular, forçar o Congresso Nacional ou os militares a darem maiores poderes ao Executivo. Expedientes semelhantes já teriam sido usados por Fidel e De Gaulle.⁵³¹ Caso tenha sido assim, as acusações de Lacerda talvez tivessem algum fundamento e o “golpe branco” de que falava estivesse mesmo sendo gestado pelo presidente, por Pedroso Horta e pelo seu círculo mais próximo de apoiadores e assessores.

Um dos principais indícios dessa tese foi o momento escolhido para a renúncia. No mês de agosto, o vice-presidente João Goulart chefiava uma missão comercial aos países da Ásia e do Leste Europeu, reforçando a política externa independente do governo. Os jornais cobriram com destaque a missão, dando ênfase aos pronunciamentos de Jango e tentando realçar sua suposta simpatia pelos países socialistas. Jango, o ex-Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas - acusado pelos conservadores de manipulação dos sindicatos e colaboração com os comunistas - estava fora do país e manifestando apoio à China. A decisão do presidente teria se efetivado naquela conjuntura para explorar a resistência da direita militar e dos parlamentares liberais-conservadores. Não aceitando que Jango assumisse, a única possibilidade seria reconduzir Jânio com maiores poderes ao posto presidencial.

A renúncia acabou sendo aceita pelo Congresso e o apoio popular foi mais fraco do que Jânio esperaria. A reação militar realmente aconteceu. Odílio Denys (Ministro da Guerra), Silvio Heck (Ministro da Marinha) e Grun Moss (Ministro da Aeronáutica), formaram uma Junta Militar e vetaram o retorno e posse de João Goulart. Houve resistência, como veremos na última parte desse capítulo. Antes, no entanto, vamos acompanhar as manifestações do anticomunismo estudantil em dois episódios durante o governo Jânio.

⁵²⁹ KONRAD, Diorge Alcenio. Legalidade e mundos do trabalho em Santa Maria (1961). In: *Anais Eletrônicos do XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: História, Memória e Patrimônio*. Rio Grande - RS: ANPUH-RS/Pluscom Editora, 2012, p. 249.

⁵³⁰ Apud MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 90.

⁵³¹ Fidel renunciou ao cargo de primeiro-ministro em julho de 1959. Houve, então, pressão popular para que ele desistisse do ato, o que acabou acontecendo. Como resultado, Manuel Urrutia, que resistia a uma aproximação com os comunistas, foi substituído na presidência por Osvaldo Dorticós Torrado, do Partido Socialista Popular. Ver FARBER, Samuel. *Cuba since the Revolution of 1959: a critical assessment*. Chicago: Haymarker Books, 2011, pp. 40-41. De Gaulle, por sua vez, renunciou em janeiro de 1946. Esse ato foi interpretado como uma tentativa dele, como um herói de Guerra, retornar com poderes fortalecidos, sob aclamação popular. Esse retorno de fato ocorreu, mas apenas em 1958. Ver HITCHCOCK, William I. *The struggle for Europe: the turbulent history of a divided continent - 1945 to the Present*. New York: Knopf Doubleday, 2008, pp. 73-74.

4.2 A Invasão da Baía dos Porcos e sua Repercussão no Rio Grande do Sul

Em 17 de abril de 1961, cerca de 1.500 contrarrevolucionários desembarcaram na praia de Girón, com o objetivo de estabelecer um governo autônomo para, posteriormente, tentar obter o controle sobre toda a ilha de Cuba. O ataque foi financiado pelos Estados Unidos através da CIA, que se encarregou também de treinar as tropas, o que foi feito na Guatemala. Os planos começaram a ser elaborados ainda durante o governo Eisenhower, mas foram colocados em prática por Kennedy. Além do desembarque, ele previa assistência aérea, ações de sabotagem na ilha e estratégias diversionistas, que foram se desenvolvendo a partir de fevereiro por grupos menores infiltrados.⁵³²

A reação dos cubanos foi imediata. Os revolucionários já esperavam um ataque de exilados com apoio americano. “Che” já tinha visto o mesmo ocorrer na Guatemala em 1954, quando o governo foi deposto de modo semelhante após desapropriar terras da United Fruit Co., poderosa empresa americana. Quando as primeiras ações contrarrevolucionárias começaram em Cuba, foram interpretadas como sinais evidentes de ameaça.⁵³³ A inteligência cubana teve também um papel fundamental, contando com vários informantes na comunidade de exilados. Além disso, prepararam-se militarmente com armas e tanques adquiridos do Leste Europeu. Os conflitos se arrastaram por alguns dias, mas as tropas de Fidel acabaram cercando e, por fim, fazendo prisioneiros cerca de 1.200 invasores.

A Invasão da Baía dos Porcos, como ficou conhecida, foi um marco na política internacional naqueles anos de Guerra Fria. O fato gerou reações diversas, tanto a nível institucional quanto na interpretação da ação pelos movimentos sociais e políticos. Internamente, criou as condições para Fidel radicalizar o processo revolucionário. Foi nesse contexto que a Revolução se declarou socialista – a palavra foi primeiramente pronunciada para definir o regime no dia 16 de abril e ratificada em 1º de maio. Fidel soube aproveitar a rejeição ao inimigo externo para unir os cubanos em direção a esse projeto de sociedade.

Os países não alinhados prontamente rejeitaram a invasão. O Brasil assumiu a mesma postura. Como vimos, tanto Jânio quanto Afonso Arinos se manifestaram defendendo a autodeterminação dos povos e considerando inaceitável qualquer intervenção estrangeira. O

⁵³² Sobre a invasão da Baía dos Porcos ver: ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; DOMÍNGUEZ, Jorge. *Cuba, 1959-c. 1990*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História de América Latina: 13 – México y el Caribe desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1998; SZULC, Tad. *Fidel: um retrato crítico*. São Paulo: Best Seller, 1987.

⁵³³ ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 580.

ponto principal não era a ação de exilados, mas o flagrante apoio dos Estados Unidos e da CIA. A própria estratégia americana acabou por expô-los. O plano previa um ataque aéreo prévio aos poucos aviões que Fidel possuía. Eles deveriam ser realizados com aviões idênticos aos cubanos – inclusive no emblema – para que se pensasse tratar da mudança de posição dos próprios oficiais cubanos. No entanto, um detalhe no bico dos aviões acabou revelando a manobra, então amplamente denunciada. Isso gerou grande desgaste ao governo Kennedy, que até então se esquivava em demonstrar participação direta na ação.⁵³⁴

De maneira geral, a maior parte das forças políticas e dos movimentos sociais foram solidários a Cuba. No dia 18 de abril, os parlamentares Neiva Moreira, Josué de Castro, Barbosa Lima Sobrinho, Hermógenes Príncipe, Fernando Santana e outros, se dirigiram até a embaixada de Cuba para expressar apoio a Fidel. O mesmo grupo de deputados pretendia entregar ao embaixador americano um memorial destinado ao presidente Kennedy, aconselhando-o a não apoiar os rebeldes.⁵³⁵ Ainda nesse dia, um comício de trabalhadores reuniu cerca de 5 mil participantes em frente à Assembleia Legislativa da Guanabara. Alguns cartazes e faixas pediam que o Brasil ajudasse Cuba enviando tropas. O número de pessoas aumentou à medida que a manifestação se desenvolvia e os participantes se concentraram próximos ao prédio da Associação Brasileira de Imprensa.⁵³⁶ No dia seguinte, nova manifestação no Rio de Janeiro, desta vez contando com a presença de deputados e estudantes, além dos trabalhadores. Nessa ocasião aproveitaram para vaiar Carlos Lacerda em frente a sua residência, antes de partirem em direção à embaixada de Cuba.⁵³⁷ Em Recife, as Ligas Camponesas inscreveram por volta de 70 voluntários para auxiliar as forças de Fidel.⁵³⁸

A rejeição à invasão dos exilados também se expressou no Rio Grande do Sul. Leonel Brizola, então governador do estado, chegou a enviar um telegrama para o presidente Jânio Quadros cobrando uma postura firme do país na defesa da autodeterminação dos povos.⁵³⁹ No dia 18 de abril, estudantes e operários organizam manifestação em defesa de Cuba e da Revolução Cubana. O movimento foi articulado pela FEURGS, pela UEE, pelo Movimento Nacionalista do Brasil, pelo Movimento 26 de Julho e pelo Comando Sindical de Porto Alegre. A concentração dos manifestantes aconteceu em frente ao Consulado dos Estados Unidos. Na

⁵³⁴ SZULC, Tad. *Fidel: um retrato crítico*. São Paulo: Best Seller, 1987, p. 645.

⁵³⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1961, p. 16.

⁵³⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1961, p. 16.

⁵³⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 20 de abril de 1961, p. 11.

⁵³⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1961, contracapa. Houve, no entanto, aqueles que saudaram a invasão. Já vimos que Carlos Lacerda a considerava, antes de seu desfecho, uma vitória contra um tirano, criticando o “imperialismo russo” ao mesmo tempo em que calava sobre o imperialismo americano.

⁵³⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1961, contracapa.

ocasião, o presidente da FEURGS teria declarado “ser esta a nossa revolução”. Os participantes passaram pelo centro de Porto Alegre dirigindo-se por fim ao Palácio Piratini. Lá, o governador Leonel Brizola deu seu apoio aos manifestantes.⁵⁴⁰

Percebe-se que os estudantes participaram fortemente das manifestações no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. No Rio Grande do Sul, entidades importantes como a FEURGS e a UEE articularam o movimento, que estava em sintonia com as posições da UNE. Assim expressou-se a entidade máxima dos universitários brasileiros em conjunto com outras entidades estudantis:

A União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundários, a União Metropolitana dos Estudantes, a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários, tendo em vista a grave situação porque passa a República de Cuba e considerando a posição intransigente dos estudantes brasileiros, de apoio e solidariedade à revolução cubana, consubstanciada através de várias manifestações estudantis, que correspondem aos anseios de liberdade do nosso povo; considerando que a recente invasão a Cuba por bandidos e mercenários tem como sustentáculo o governo dos Estados Unidos, que vem há muito ameaçando criminosamente o governo popular de Fidel Castro; e considerando os pronunciamentos, em campanha e já agora no exercício da mais alta magistratura do país, do presidente Jânio Quadros, de solidariedade e reconhecimento do governo revolucionário de Cuba, resolve: reafirmar a posição dos estudantes brasileiros pela soberania e liberdade do povo cubano, denunciar o patrocínio do governo dos Estados Unidos na recente invasão do território da República de Cuba e, finalmente, exigir do presidente Jânio Quadros, como representante do povo brasileiro, a ratificação de seus pronunciamentos em torno do processo revolucionário do primeiro ministro Fidel Castro.⁵⁴¹

Seguindo essa linha, no dia 21 de abril militantes de Santa Maria também manifestaram solidariedade a Cuba. Um “A Pedido” publicado no jornal *A Razão* conclamava a população para, no dia de Tiradentes, concentrarem-se na praça Saldanha Marinho, repudiando a invasão da Baía dos Porcos. Assinaram a nota “líderes sindicais e ferroviários, estudantes, vereadores e profissionais liberais”, convocando “o povo de Santa Maria para uma grande manifestação pública de protesto pela agressão feita pelas forças imperialistas ao heroico povo cubano, aventura bélica que está pondo em risco a Paz Mundial e ferindo o direito de autodeterminação das Nações”.⁵⁴² Cerca de 30 nomes constavam no abaixo assinado. Alguns deles, autodeclarando-se comunistas, assinavam também outro “A Pedido”, publicado no mesmo jornal e no mesmo dia. Este assumia uma posição bastante contundente e dirigida aos trabalhadores da cidade:

TRABALHADORES! Os que invadiram Cuba são os mesmos que nos exploram, nos oprimem e infelicitam nosso povo e nossa Pátria. Os inimigos do povo cubano, os

⁵⁴⁰ AHMSM, *A Razão*, 19 de abril de 1961, p. 6.

⁵⁴¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1961, p. 16.

⁵⁴² AHMSM, *A Razão*, 21 de abril de 1961, p. 3.

imperialistas norte-americanos, são também os nossos inimigos. / A luta do povo cubano é a nossa luta. A Revolução Cubana é também a nossa revolução.⁵⁴³

No entanto, nem todo mundo manifestou-se da mesma forma. Nos dias que se seguiram, diversos diretórios acadêmicos se posicionaram diante da convocação para a manifestação. Primeiramente foi a vez do DCE da Universidade de Santa Maria definir que só ele poderia falar em nome dos universitários da cidade e que não reconhecia a legitimidade dos estudantes que se manifestaram no ato.⁵⁴⁴ Em uma nota conjunta dos Centros Acadêmicos de Direito, de Enfermagem e de Filosofia, os estudantes ressaltavam que Fidel Castro havia perdido a confiança deles “por se ter lançado nas garras do comunismo, esse novo ‘Leviatã’ que tenta dominar o mundo com suas mentiras separando as Américas com seus ideais anarquistas [sic]”. E ainda alertava aos “pseudo-estudantes”: “a Liberdade de pensamento existe no Brasil! Saibam fazer bom uso dela, para que nunca tenhamos de defende-la pelo uso das armas”. Também em nota conjunta os Centros da Farmácia e da Odontologia, definindo-se como “democratas”, colocaram-se “a favor da não intervenção e, logicamente, contra o comunismo, que almeja dominar Cuba como já o fez com tantos outros países do mundo”.⁵⁴⁵

Em 26 de abril, em nota assinada por Sérgio Gilberto Bonucelli, o Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Santa Maria afirmou defender a “real autodeterminação dos povos” sendo, portanto, contra qualquer interferência “alienígena, tanto a do dólar quanto a do rublo, como a de qualquer outra modalidade”. No mesmo dia pronunciou-se o Centro de Estudantes de Medicina de Santa Maria. O tom do texto, no entanto, foi diferente, pois mesmo ressaltando ser contrário a intervenções tanto “ocidentais ou do bloco comunista”, reconhecia como “legítima a revolução cubana”, considerando que ela “impulsionou a emancipação socioeconômica de Cuba”. Nessa manifestação não é possível notar o teor anticomunista tão claramente presente na nota conjunta dos centros da Filosofia, Enfermagem e Direito.⁵⁴⁶

Posições favoráveis à invasão ou críticas das manifestações pró-Cuba não ocorreram apenas em Santa Maria. Logo após o comício e passeata em solidariedade aos cubanos realizados em Porto Alegre, os autointitulados “Estudantes Livres de São Leopoldo” publicaram a seguinte nota:

“Os estudantes de São Leopoldo, em face dos acontecimentos de Cuba, solidarizam-se com os Contra-Revolucionários cubanos, porque somos pela autodeterminação das

⁵⁴³ AHMSM, *A Razão*, 21 de abril de 1961, p. 3.

⁵⁴⁴ AHMSM, *A Razão*, 23 de abril de 1961, contracapa

⁵⁴⁵ AHMSM, *A Razão*, 23 de abril de 1961, p. 6.

⁵⁴⁶ AHMSM, *A Razão*, 26 de abril de 1961, contracapa.

nações. Esses patriotas aos milhões agora arriscam seus lares e suas vidas em defesa dos mais legítimos e intocáveis direitos do homem, massacrados por um punhado de paranoicos comunistas e sanguinários. Os Castros, Roa e “Che”, traíram uma justa revolução em favor do comunismo internacional, sem paz nem liberdade. Afogaram o país em sangue. Sufocaram com fuzis e prisões qualquer protesto democrático. / De novo o povo cubano está provando, com heroica adesão dos compatriotas exilados, tanto o seu repúdio à violência e ao genocídio, como seu amor à pátria vendida por entreguistas vermelhos a preço de Migas, tanques e foguetes russos. / E condenamos as manifestações pueris pró-ditadura-Fidel Castro de alguns estudantes, inocentes-úteis do comunismo internacional, ocorridas em nossa Capital, lembrando-lhes, aos colegas, que lhes não assiste o direito de falar em nome de todos sem consultarnos”.⁵⁴⁷

Nesse caso, tratou-se de uma clara defesa da ação dos exilados, sustentada exatamente no princípio de autodeterminação dos povos, numa inversão discursiva comum à direita na década de 1960. Destaca-se também que o grupo definia como “inocentes-úteis” aqueles que defendiam o governo revolucionário cubano, uma caracterização que, como veremos, era largamente utilizada para referir-se aos estudantes de esquerda ou simpáticos a ela.

O clima anticomunista que se revelou nessa ocasião ultrapassava o setor estudantil. O *Jornal do Dia*, diário de Porto Alegre com orientação católica, veiculou algumas matérias e editoriais sobre a questão cubana. No dia 19 de abril, esse jornal publicou uma curiosa notícia com o título “Polícia alerta para realização de comício”. Segundo relatado, agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) estavam de prontidão para evitar qualquer perturbação que viesse a ocorrer. O desfecho da notícia, no entanto, terminava com uma ironia: “Nada de anormal no entanto se verificou, pois a afluência ao dito comício foi inexpressiva, tendo mais policiais do que mesmo participantes na manifestação pró-Fidel Castro”.⁵⁴⁸ A notícia das manifestações era, portanto, vista a partir da ação da polícia e não da mobilização popular. No dia seguinte, um editorial definia, novamente recorrendo a ironia, que: “Castro (e o seu grupo) é o autodeterminador do povo cubano. Esta história de eleições livre, oposição política, imprensa livre, sindicatos livres, isto tudo é conversa. O que importa é a democracia. A Castrocracia ou Kremlinocracia”.⁵⁴⁹ Na mesma página publicou um editorial da Juventude Operária Católica (JOC) de Cuba, condenando tanto o imperialismo soviético quanto o norte-americano e declarando-se favorável à Doutrina Social da Igreja.

No jornal *Correio Rio-Grandense*, de 17 de maio de 1961, é publicada uma das poucas manifestações de apoio integral às declarações de Lacerda. O conteúdo da nota é o seguinte:

⁵⁴⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1961, p. 11. Interessante notar que em nenhum momento encontra-se qualquer manifestação de estudantes “democratas” ou “livres” contra governos autoritários de direita.

⁵⁴⁸ BN, *Jornal do Dia*, 19 de abril de 1961, p. 2.

⁵⁴⁹ BN, *Jornal do Dia*, 20 de abril de 1961, p. 4.

Governador Carlos Lacerda - Queremos expressar-lhe os nossos cumprimentos e os nossos aplausos pelas oportunas declarações sobre a situação cubana, cujo valoroso povo se vê esmagado pela mais potente e sanguinária ditadura que já infelicitou um país americano e o pronunciamento de repúdio ao comunismo reflete o sentimento do nosso povo fiel à nossa vocação democrática que sempre condenou a sufocação das liberdades públicas e o desrespeito à dignidade humana. Aceite os nossos cumprimentos: (Ass): João Dentice, Francisco Carrion, Cândido Carrion, Antônio Medina, Alfredo Hoffmeister, Alvorino Mércio Xavier, João Magalhães Filho, Oscar Freitas e Alberto Godoy.⁵⁵⁰

Como pudemos observar, os acontecimentos em Cuba geraram reações diversas, representativas não só das divisões internacionais da Guerra Fria, mas também das cisões internas da sociedade brasileira. As manifestações anticomunistas que observamos em abril tornaram-se ainda mais intensas no mês seguinte, como veremos a seguir.

4.3 A Visita de Luiz Carlos Prestes e o Anticomunismo Católico

Em maio de 1961, Luiz Carlos Prestes visitou as cidades de Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul e Porto Alegre. Na ocasião, o PCB lutava pela legalização da sigla, que havia sido posta na clandestinidade em 1947. Não era a primeira vez que Prestes percorria o estado promovendo palestras e comícios, recebendo apoio, mas também oposição. Ao menos em dois momentos anteriores, sua visita gerou protestos, organizados por católicos anticomunistas. Em 1945, a Cúria Metropolitana programou uma “hora santa” para coincidir com o discurso que seria proferido por ele em Porto Alegre.⁵⁵¹ Quinze anos depois, em 1960, sua presença em Santana do Livramento foi hostilizada por meio de uma passeata que teria reunido cinco mil pessoas.⁵⁵² Contudo, em 1961, a sua passagem pelo Rio Grande do Sul seria ainda mais conturbada, pois estava inserida no contexto internacional da invasão da Baía dos Porcos e da afirmação do caráter socialista da Revolução Cubana, e no contexto interno de afirmação de uma política externa independente.

A primeira cidade à qual o líder do PCB se dirigiu foi Caxias do Sul, no dia 15. Naquele momento a cidade já despontava como um importante polo industrial e tanto o PTB quanto o PCB tinham força no movimento operário local.⁵⁵³ Todavia, era uma das cidades da região de

⁵⁵⁰ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Caxias do Sul (AHCMCS), *Correio Rio-Grandense*, 17 de maio de 1961, p.2.

⁵⁵¹ RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 192.

⁵⁵² RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul*. 2ª. ed. Passo Fundo - RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003, p. 112.

⁵⁵³ Em abril de 1961, o semanário *Novos Rumos*, do PCB, noticiava que Caxias do Sul era o município do Rio Grande do Sul onde a campanha de ajuda à publicação havia alcançado os melhores resultados. In: *Novos Rumos*, semana de 21 a 27 de abril de 1961, p. 3.

colonização italiana do estado, onde havia a presença de um catolicismo conservador cujo posicionamento alinhava-se ao da burguesia local.⁵⁵⁴

Nesse cenário, os comunistas haviam marcado uma conferência de Prestes no Cine Central. Ao mesmo tempo, no entanto, havia sido marcada uma manifestação de repúdio à presença do líder comunista. Cerca de duas mil pessoas, em sua maioria estudantes, concentraram-se do lado de fora do cinema, onde empunhavam cartazes de protesto. A confusão se intensificou quando os manifestantes tentaram entrar no recinto, ocasião em que foram impedidos pela Brigada Militar. Bancos de uma praça e pedras foram usados na tentativa de invasão e depredação do local, o que forçou os policiais a atirarem para o alto. Em certo momento, quando o conflito se agravou, o Exército foi chamado para assumir o controle. Prestes acabou escapando pelos fundos do cinema. O *Correio do Povo*, em edição do dia 16 de maio, contabilizou oito feridos, mas nos dias seguintes foram apresentados números superiores.⁵⁵⁵

Figura 2 – Cartazes anticomunistas nas manifestações de Caxias do Sul contra Prestes



Fonte: AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, p. 20.

A próxima conferência se realizou em Passo Fundo. Mais uma vez os estudantes organizaram-se em protesto. Durante a tarde do dia 16, realizaram um enterro simbólico de

⁵⁵⁴ No dia 19 de maio de 1961 o *Jornal do Dia* publicou um manifesto do Centro das Indústrias de Caxias do Sul, também referido no *Correio do Povo* de 21 de maio e no *Correio Rio-Grandense* de 24 de maio. A íntegra do documento é a seguinte: “Os industrialistas caxienses, por intermédio de seu órgão de classe, que representa mais de 500 empresas, solicita vênua para manifestar à V. Exa. A estranheza e o desagrado que o Partido Comunista, através do sr. Luiz Carlos Prestes, em conferência pública em nossa cidade, faça campanha aberta de seus objetivos, totalitários e escravizantes, lançando a discórdia e, inclusive, provocando derramamento de sangue da pacata e ordeira população que protesto contra a pregação marxista em nosso meio. Esperamos que V. Exa. eleito por um regime de liberdade democrática, saberá salvaguardar o nosso País e garantir a sua Constituição, afastando, de uma vez por todas, o risco da infiltração crescente da tirania vermelha. Respeitosas Saudações, Centro da Indústria Fabril de Caxias do Sul, a Diretoria”. In: BN, *Jornal do Dia*, 19 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁵⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de maio de 1961, contracapa. Em carta ao *Correio do Povo*, o advogado Ruy Gerhardt Barbosa aponta 25 feridos em Caxias do Sul. Ver AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de maio de 1961, p. 4. O jornal *Novos Rumos* levantou mais de 30 feridos, sendo 11 deles soldados. Ver BN, *Novos Rumos*, semana de 26 de maio a 1º de junho de 1961, p. 4.

Prestes, marchando em silêncio pela cidade. Às 20h, Luiz Carlos Prestes deveria discursar no Altar da Pátria, juntamente com outros militantes. No entanto, os opositores não permitiram a continuidade do ato, primeiro vaiando e gritando “Viva o Brasil” e, depois, jogando bombas, segundo o que foi noticiado na imprensa. O líder comunista local José Barbeiro foi espancado e o palanque foi tomado pelos anticomunistas. Discursaram, entre outros, João Cúrio de Carvalho, presidente da UDN de Passo Fundo, e Ivo Biassussi, descrito como um grande comerciante.⁵⁵⁶

Em Santa Maria, no dia 17, cenas parecidas se repetiram. A cidade era um importante entroncamento ferroviário e abrigava as principais oficinas da Viação Férrea, onde a categoria desenvolvia um trabalho bastante ativo, com forte influência trabalhista, mas contando também com uma significativa inserção comunista.⁵⁵⁷ Por esse mesmo motivo, quando o palanque em que Prestes discursaria foi quebrado e queimado, após ter sido impedido de falar, ao som de vaias, o ato foi transferido para o interior da Associação dos Ferroviários. Na praça Saldanha Marinho, ponto central da cidade, no entanto, organizava-se o protesto anticomunista. Desde a tarde daquele dia haviam sido distribuídos folhetos incitando a população a participar do repúdio. Compareceram estudantes, políticos, membros da JOC, entre outros. O Exército e a Brigada estavam presentes para garantir a ordem, com cerca de 200 homens. A manifestação acabou se dirigindo para as proximidades da Associação dos Ferroviários. Algumas pessoas tentaram apedrejar a rádio Guaratan, que transmitia o discurso de Prestes. Apesar do clima tenso, não houve feridos em Santa Maria.⁵⁵⁸

A visita do líder do PCB ao Rio Grande do Sul encerrou com atividades na cidade de Porto Alegre. Ali, na capital do estado, se repetiria de modo ainda mais intenso os protestos anticomunistas. No dia 18 de maio, os comunistas tentaram organizar uma conferência no Cinema América. Por volta das 20h45min, Prestes chegou ao local, onde foi recebido com vaias, gritos de “Viva o Brasil”, ovos podres e entoações do Hino Nacional. Ao mesmo tempo em que a conferência seguia dentro do recinto, do lado de fora o comício anticomunista criticava a ação violenta da Brigada Militar nos episódios recentes. Assim como em Caxias do Sul, a situação se agravou com a tentativa de invasão do cinema e com uma bomba jogada por um menor de 14 anos. O jovem seria aluno do Anchieta, tradicional colégio jesuíta de Porto Alegre.

⁵⁵⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 17 de maio de 1961, contracapa.

⁵⁵⁷ BERNI, Antônio Augusto Durgante. *Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968)*. Santa Maria: UFSM, 2012. 131p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

⁵⁵⁸ BN, *Jornal do Dia*, 18 de maio de 1961, p. 2.

Ele foi detido e revelou agir a mando de Edson Pereira que, no entanto, não foi identificado. O conflito terminou com oito feridos.⁵⁵⁹

Nos quatro dias em que Prestes esteve no Rio Grande do Sul e nas semanas que se seguiram, talvez a cobertura que a imprensa local deu aos fatos tenha sido tão reveladora da histeria anticomunista quanto os atos de protesto. Alguns dos adjetivos e epítetos dirigidos a ele em editoriais, manifestos e nas próprias notícias foram: “assalariado de Moscou”,⁵⁶⁰ “mercenário do entreguismo vermelho”,⁵⁶¹ “perturbador do regime”,⁵⁶² “propagandista da escravidão russa”⁵⁶³; “agente da propaganda moscovita”,⁵⁶⁴ “‘bonzinho’ emissário moscovita”,⁵⁶⁵ “desgastado e decrépito comunista”,⁵⁶⁶ “traidor confesso de sua Pátria”,⁵⁶⁷ “porta-voz de Moscou”,⁵⁶⁸ “ardiloso”,⁵⁶⁹ “velhaco”,⁵⁷⁰ “traidor”,⁵⁷¹ “representante do comunismo russo”,⁵⁷² “prócer vermelho”,⁵⁷³ “representante do Comunismo Internacional”,⁵⁷⁴ “líder vermelho crioulo”,⁵⁷⁵ “encarnação do comunismo no Brasil”,⁵⁷⁶ “Agente Internacional do Comunismo em nossa Pátria”,⁵⁷⁷ “chefe do Marxismo”,⁵⁷⁸ “cacique vermelho em solo pátrio”.⁵⁷⁹ Em todos os casos, ele era representado sempre como alguém à serviço de países estrangeiros, sobretudo da União Soviética: um traidor do Brasil cujos verdadeiros ideais seriam, segundo essas publicações, cristãos e democráticos.

O *Jornal do Dia* - diário católico de Porto Alegre - e os jornais de Caxias do Sul *Pioneiro* e *Correio Rio-Grandense* (esse último também católico) narraram em tons épicos os atos anticomunistas.⁵⁸⁰ Destacaram o forte aparato policial-militar e sua ação supostamente violenta

⁵⁵⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de maio de 1961, contracapa e p. 11.

⁵⁶⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de maio de 1961, p. 5

⁵⁶¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de maio de 1961, p. 5

⁵⁶² AHMSM, *A Razão*, 19 de maio de 1961, p.6

⁵⁶³ AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, capa.

⁵⁶⁴ AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, capa.

⁵⁶⁵ AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, capa.

⁵⁶⁶ AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, capa.

⁵⁶⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de maio de 1961, p.7

⁵⁶⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de maio de 1961, p.7

⁵⁶⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de maio de 1961, p. 4

⁵⁷⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de maio de 1961, p. 4.

⁵⁷¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de maio de 1961, p. 4.

⁵⁷² BN, *Jornal do dia*, 23 de maio de 1961, p. 4.

⁵⁷³ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁷⁴ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁷⁵ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁷⁶ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁷⁷ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁷⁸ AHCMCS, *Pioneiro*, 27 de maio de 1961, p. 6

⁵⁷⁹ AHCMCS, *Pioneiro*, 27 de maio de 1961, p. 14

⁵⁸⁰ Os jornais *A Razão* e *Correio do Povo*, também consultados, relataram os acontecimentos sem manifestar diretamente uma opinião favorável a eles. Fay Azevedo, colunista do *Correio do Povo*, chegou inclusive a caracterizá-los como fascistas. Ver AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de maio de 1961, p. 7.

contra os manifestantes. Enfatizaram também a quantidade grande de pessoas presentes em cada uma das cidades, consideradas como multidões. Assim, por exemplo, o *Jornal do Dia* narrou os acontecimentos em Passo Fundo:

Uma multidão de mais de duas mil pessoas impediu ontem que Luiz Carlos Prestes falasse nesta cidade. Não obstante o forte policiamento mantido no local, o povo rompeu os cordões de isolamento e levou de roldão os soldados de armas embaladas, obrigando o líder comunista, como ocorreu em Caxias, a se retirar apressadamente pelos fundos.⁵⁸¹

Aqueles que repudiaram Prestes e o impediram de falar eram heroicizados, inclusive tendo enfrentado corajosamente a polícia e os militares. “Apesar da grande quantidade de soldados do Exército e da Brigada, uns duzentos, o povo não se intimidou”,⁵⁸² como relatou o mesmo jornal sobre os incidentes em Santa Maria. Ou, então, foram vitimizados: “alguns cavalarianos da BM investiram de espada contra o povo”, nas palavras do mesmo jornal,⁵⁸³ “por causa de um indivíduo que, atualmente, não tem profissão definida, a não ser o de propagandista da escravidão russa, populares caxienses foram espancados pela polícia”,⁵⁸⁴ de acordo com o *Pioneiro*.

Nessas publicações, as reportagens se confundiam com editoriais, como na matéria de capa do jornal *Pioneiro*:

Caxias do Sul, dando um exemplo de sadio patriotismo através de populares e de estudantes preparou-lhe uma recepção ao contrário para demonstrar sua repulsa a sua nefanda ideologia e ao mesmo tempo gritar a plenos pulmões que preferimos a liberdade [...] à escravidão russa. [...] Cidade que sempre se manteve na vanguarda por sua religiosidade e que teria de passar pelo vexame de ter, mesmo por alguns momentos, a presença de um agente da propaganda moscovita.⁵⁸⁵

O mesmo jornal chegou a publicar uma poesia, com o título “Prestes em Caxias”. Os primeiros versos eram assim: “Os estudantes que, num ato assaz louvável / A demonstrar, a larga, arrojo e patriotismo / Vociferaram contra o chefe do Marxismo”.⁵⁸⁶

Nos editoriais de fato, os jornais se posicionaram abertamente favoráveis às manifestações. Em alguns casos, inclusive justificando a violência. O *Correio Rio-Grandense*, por exemplo, afirmava que a sua “opinião é de irrestrita solidariedade e de vivos aplausos aos estudantes caxienses que assim se manifestaram [repudiando Luiz Carlos Prestes]”. E, ainda:

⁵⁸¹ BN, *Jornal do Dia*, 17 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁸² BN, *Jornal do Dia*, 18 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁸³ BN, *Jornal do Dia*, 18 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁸⁴ AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, capa.

⁵⁸⁵ AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, capa.

⁵⁸⁶ AHCMCS, *Pioneiro*, 27 de maio de 1961, p. 6.

Nos Colégios ensina-se o repúdio ao Comunismo. Há condenação formal a toda ideia comunista. É ensinada a incompatibilidade da vivência democrática com o Comunismo em nossa Pátria. Condena-se e repele-se a ditadura bolchevista e todo o Totalitarismo estatal, como desumano e contrário à natureza humana. Eis o ambiente em que vivem e crescem os estudantes caxienses. / Porventura, esses ensinamentos não constituem a linha justa? Não expressam a lídima doutrina da Democracia, do Humanismo, do Cristianismo? / Ora, Prestes é a encarnação do comunismo no Brasil. / Logo, a manifestação de repulsa a Prestes era natural. Inevitável.⁵⁸⁷

A relação entre catolicismo e anticomunismo é evidente nas fontes consultadas. O editorial do *Correio Rio-Grandense*, citado acima, revela sem constrangimento que o “repúdio ao Comunismo” era ensinado nas escolas da cidade. Em todas as cidades visitadas por Prestes existiam várias escolas e faculdades confessionais. Foi um aluno do Colégio Anchieta que lançou a bomba no Cinema América em Porto Alegre.⁵⁸⁸ Em Caxias do Sul, o *Jornal do Dia* destacava a presença de “moças” do Colégio São José.⁵⁸⁹ O Centro de Estudos Brasileiros Alberto Pasqualini, do Colégio Dores, enviou telegrama para Brizola condenando a visita de Prestes. Assinavam o telegrama, entre outros, representantes do Colégio Bom Conselho e da Juventude Estudantil Católica Feminina (JECF).⁵⁹⁰ O Centro Littero-Cultural Carlos de Laet, do Colégio Rosário, enviou telegrama para Jânio Quadros. E os estudantes da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUCRS publicaram um “A Pedido” no *Correio do Povo*.⁵⁹¹ Em Santa Maria, os protestos contaram com a presença de membros da JOC.⁵⁹² Tratavam-se todos de colégios, faculdades e entidades católicas.

Essa ligação era visível também do ponto de vista simbólico. Em Caxias do Sul, “os sinos da Catedral Diocesana dobravam a finados”.⁵⁹³ O mesmo ritual católico se repetiu em Santa Maria, onde estudantes carregaram um caixão no qual atearam fogo.⁵⁹⁴ Em Passo Fundo houve o enterro simbólico de Prestes, manifestação que foi realizada em silêncio,⁵⁹⁵ com “luto na lapela e um sino batendo”. As igrejas da cidade também “tocaram os sinos em sinal de luto pela visita do líder comunista”.⁵⁹⁶

Nos debates reproduzidos pela imprensa, em mais de uma ocasião surgiram acusações de que os estudantes teriam sido incitados pelos padres e líderes religiosos.⁵⁹⁷ Ruy Gerhardt

⁵⁸⁷ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2

⁵⁸⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de maio de 1961, contracapa e p. 11

⁵⁸⁹ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1961, capa.

⁵⁹⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de maio de 1961, p. 7.

⁵⁹¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de maio de 1961, p. 5.

⁵⁹² BN, *Jornal do Dia*, 18 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁹³ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2

⁵⁹⁴ AHMSM, *A Razão*, 19 de maio de 1961, p. 6.

⁵⁹⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 17 de maio de 1961, contracapa.

⁵⁹⁶ BN, *Jornal do Dia*, 17 de maio de 1961, p. 2.

⁵⁹⁷ O radialista Estevam Romano, que cobriu os acontecimentos em Porto Alegre, afirmou em entrevista ao projeto *Vozes do Rádio*, em 2001: “Os irmãos maristas do Colégio São João, que fica perto desse cinema [América],

Barbosa, em carta enviada ao *Correio do Povo* e publicada no dia 21, afirmou que os alunos foram instigados pelo clero. A cobertura do semanário *Novos Rumos*, organizada pelo PCB, destacou a atuação de Eugênio Giordani na organização dos protestos, bem como na ação para influenciar os jovens. Giordani era padre católico e vereador em Caxias do Sul pelo PDC. O *Correio do Povo* chegou a ressaltar seu papel na tentativa de acalmar o povo,⁵⁹⁸ e o *Jornal do Dia* o registrou como um dos oradores do “verdadeiro comício popular contra os comunistas”, que aconteceu em Caxias do Sul.⁵⁹⁹ Por outro lado, uma matéria publicada na capa da edição 111 de *Novos Rumos* foi bem incisiva nas suas acusações, mostrando uma outra perspectiva da intervenção do padre naquele evento. Com o título de “Padre fascista queria matar”, afirmou que ele “comandou pessoalmente nas ruas a baderna com que a reação tentou, inutilmente, impedir que Prestes falasse”. A reportagem prosseguia:

Ora empunhando um cacete ora sacando um punhal, em gestos criminosos que nada tem a ver com a sua missão de sacerdote, esse discípulo de Hitler açulava historicamente os jovens imberbes e uma malta de desocupados a investir contra Prestes. O fascista Giordani, apontando para o Cavaleiro da Esperança, esbravejava apoplético: “Mata! Mata!”. Mas os gaúchos esmagaram a provocação. Prestes foi aclamado em sua terra natal.⁶⁰⁰

O trecho acima revela o conflito generalizado de representações. Giordani é comparado com Hitler e chamado de fascista. Sua caracterização é de uma pessoa violenta, empunhando objetos capazes de ferir. Por outro lado, a juventude aparece como objeto da maquinação do padre. Por fim, em tom apoteótico é anunciada a vitória dos comunistas, que “esmagaram a provocação”. Enquanto a imprensa conservadora superestimava o resultado das ações anticomunistas, a publicação comunista fazia o inverso, tentando apresenta-las como ineficazes, dirigidas por um pequeno grupo e sem representatividade.

pediram para os alunos fazer [sic] anarquia, anarquizar o comício do partido comunista e do seu líder especialmente que era, e foi durante muitos anos, Luiz Carlos Prestes”. In: Projeto Vozes do Rádio, *Entrevista com Estevam Romano*, 18 de setembro 2001. Disponível em: <www.pucrs.br/comunicação/vozesrad>. Acesso em: 12 mar. 2017. Ver também: MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Record, 2003., posição 744.

⁵⁹⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de maio de 1961, contracapa.

⁵⁹⁹ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1961, capa.

⁶⁰⁰ BN, *Novos Rumos*, semana de 26 de maio a 1º de junho de 1961, capa. Um manifesto dos comunistas de Caxias do Sul também associou ao fascismo as manifestações contra Prestes: “Só os reacionários e os fascistas não reconhecem esse direito [a liberdade de pensamento], porque necessitam da sua eliminação para oprimir, torturarem assassinar e silenciarem as vozes que se alteiam contra as injustiças sociais e na defesa dos interesses e direitos dos indivíduos e da coletividade”. In: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Delfos – Espaço de Documentação e Memória/Acervo do Partido de Representação Popular (PUCRS/DELFO/PRP), Fundo 5 – Diversos, Série 7 - Panfletos e Cartazes, 7.1.1 - Panfletos e Cartazes de partidos e movimentos políticos diversos, *Ao Laborioso, Honrado e Culto Povo de Caxias do Sul*, Caxias do Sul, 20 de maio de 1961. O texto é assinado por: Dr. Percy de Abreu Lima, Dr. Henrique Ordovás Filho e Antonio Rosa.

Apesar do tom exagerado das acusações, é provável que a ação de propaganda levada adiante pelos padres católicos tivesse um efeito na formação e ação dos jovens. Como destaquei, os jornais mostram a participação de estudantes de vários colégios e escolas católicas. Além do editorial citado anteriormente declarando que o repúdio comunista era ensinado nas escolas, destaca-se uma reunião de 21 diretores de escolas e cursos superiores de Caxias do Sul realizada na Faculdade de Filosofia, buscando “traçar diretrizes de combate mais intenso contra o comunismo”.⁶⁰¹ Na mesma semana, D. Benedito Zorzi, bispo de Caxias do Sul, enviou telegramas ao presidente Jânio Quadros e ao governador Leonel Brizola defendendo a “liberdade para tudo e para todos, menos para o mal e os malfeitores”, entendendo-se aí, para o comunismo e os comunistas. No *Jornal do Dia* de 31 de maio, uma nota supostamente assinada pela “totalidade do clero de Santa Maria”, também assumia posição contrária ao comunismo, embora tenha também se posicionado de maneira crítica à “máquina capitalista”.⁶⁰²

Setores importantes da Igreja Católica, com forte ação no campo educacional, estavam, portanto, envolvidos em uma pregação anticomunista, com efeitos na política estudantil. No entanto, não nos parece suficiente caracterizar esses jovens apenas como objetos de manipulação, como se fossem mentes vazias a serviço do anticomunismo católico. A pregação ocorreu; todavia, se ela obteve resultado é porque os padres souberam mobilizar valores partilhados pelos estudantes e suas famílias. As notícias, afinal, destacaram a ampla participação de estudantes nas manifestações em Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre. Apesar de apontarem a presença de “populares”, os atos foram caracterizados como essencialmente estudantis.

Além de notícias, os jornais publicaram diversos manifestos encaminhados por entidades estudantis. O primeiro a ser divulgado pela imprensa foi escrito pelo Centro Acadêmico Visconde de Mauá, que representava os estudantes de Ciências Políticas e Econômicas da PUCRS. A entidade protestava:

contra os tumultos, as desordens e a ameaça à tranquilidade pública que vem causando esse mercenário do "entreguismo vermelho", em suas andanças pelo Brasil, com a concordância passiva de nossas autoridades que, indiretamente, estão colaborando com tais agentes, propagandistas do materialismo dialético, na preparação de um clima propício à supressão das liberdades democráticas e subversão do regime social vigente. / Aproveita, ainda, a ocasião para prestar, publicamente, a mais irrestrita solidariedade aos colegas universitários de Caxias do Sul e Passo Fundo pela

⁶⁰¹ AHCMCS, *Pioneiro*, 20 de maio de 1961, capa.

⁶⁰² BN, *Jornal do Dia*, 31 de março de 1961, p. 4. É interessante observar que um dos signatários da nota foi o padre Romar Pagliarin, cuja atuação era uma referência para os militantes da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) de Santa Maria. Até mesmo o clero progressista, portanto, estava engajado em combater o comunismo, apesar de combater a miséria e rejeitar a violência, defendendo a Doutrina Social da Igreja, como consta na própria nota citada.

patriótica e desassombrada manifestação contrária à pregação de ideias subversivas que visam transformar o Brasil em mais uma colônia do imperialismo russo.⁶⁰³

A nota, assinada pelo presidente Ramon Franco e pelos membros do Conselho Deliberativo do Centro Acadêmico, encerrava censurando a repressão violenta a que teriam sido submetidos os estudantes que participaram dos comícios anticomunistas.

No final de maio, o *Jornal do Dia* publicou um manifesto da União Lajeadense de Estudantes Secundários, assinado pelo presidente João Francisco Dresch e pelo vice João Erico Meineck. Ela se posiciona oferecendo “todo o apoio às patrióticas manifestações levadas a efeito pelos estudantes das cidades por onde rastejou um certo e indesejável demagogo chamado Luiz Carlos Prestes”.⁶⁰⁴

Além dos manifestos e “A Pedidos”, um dos recursos utilizados pelos estudantes anticomunistas foi o envio de telegramas para o presidente Jânio Quadros e/ou para o governador Leonel Brizola. Essas mensagens eram posteriormente enviadas para as redações dos jornais com o objetivo de serem publicizadas. Em Santa Maria, um telegrama enviado ao presidente e elaborado, segundo divulgado no jornal *A Razão*, por estudantes e operários, tinha o seguinte teor:

Jânio Quadros - Palácio da Alvorada - Brasília - Estudantes e operários santamarienses, comunicam a Vossa Excelência a vinda a este Estado do mercenário Luiz Carlos Prestes e protestam pelos termos de pregação revolucionária e subversão ao regime, deturpando a orientação acertada do Governo do País. Visando manter a tranquilidade necessária e recuperação nacional, na qual todos democratas estamos empenhados, solicitamos a Vossa Excelência a justiça necessária ao perturbador do regime. Enviaremos a Vossa Excelência um memorial com centenas de assinaturas nesse sentido.⁶⁰⁵

O jornal exibe a assinatura dos seguintes indivíduos: Luiz Barcelos, Ivo Oliveira, Waldemar Kummel, Elio Bortolloto, Nelson Marchezan⁶⁰⁶ e Dary Mortari. Consta ainda a informação que a essas seguiam-se mais “centenas de assinaturas”.

Outro telegrama, já referido, foi elaborado pelo Centro de Estudos Alberto Pasqualini, do Colégio Dores, por representantes da Escola Comercial Antônio Bard e pela JECF do Colégio Bom Conselho. Nele destaca-se a referência aos episódios de 1935, quando os comunistas liderados por Prestes teriam supostamente assassinado militares que estariam

⁶⁰³ AHMSM, *Correio do Povo* 18 de maio de 1961, p. 5.

⁶⁰⁴ BN, *Jornal do Dia*, 28 de maio de 1961, p. 2.

⁶⁰⁵ AHMSM, *A Razão*, 19 de maio de 1961, p. 6.

⁶⁰⁶ Marchezan havia sido eleito pelo PDC em 1958. Em 1961, tinha apenas 23 anos e era aluno da Faculdade de Direito.

dormindo, o que faria dele um “assassino covarde e traidor”.⁶⁰⁷ O mito da traição durante o levante comunista de 1935 era constantemente usado em manifestações anticomunistas e foi referenciado diversas vezes nos editoriais, telegramas e manifestos publicados em maio de 1961. A representação de Prestes como um traidor a serviço de Moscou também fazia parte das lendas criadas em torno de 1935. Como já demonstrou Marly Vianna, ambas não têm fundamento empírico. Os soldados do 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro não poderiam ter sido mortos dormindo, visto que estavam de prontidão. Além disso, apenas dois morreram em decorrência dos confrontos, um de cada lado do conflito. As outras mortes foram ocasionadas pelo bombardeio do governo. A insurreição também não tinha sido desencadeada por ordens da União Soviética. Aliás, nem do próprio PCB. Em Natal e Recife, a tomada de posição se deu à revelia do Comitê Central. Tais mitos, segundo Vianna, foram criados pelo governo Vargas para deslegitimar Prestes, que até então gozava de enorme prestígio popular.⁶⁰⁸

Os jornais não fornecem muitos detalhes sobre quem seriam os estudantes envolvidos nas ações. De uma maneira geral, parece ter havido participação maior de secundaristas, alunos dos colégios católicos. Sobre Caxias do Sul, o *Correio do Povo* falou da participação de universitários e secundaristas.⁶⁰⁹ O *Jornal do Dia*, no entanto, afirmou que os universitários – das faculdades de Economia, Filosofia e Direito – haviam dirigido as manifestações,⁶¹⁰ enquanto, referindo-se a Passo Fundo, notou a presença de “estudantes da Faculdade e secundaristas”.⁶¹¹ O semanário *Novos Rumos* destacou a presença de “crianças e jovens” incentivados pelos padres e freiras.⁶¹² Nas demais reportagens, os estudantes são tratados indistintamente.

O número de participantes apresentado pela imprensa também não é muito preciso. O *Jornal do Dia* fala em uma “grande multidão” em Caxias do Sul,⁶¹³ numa “multidão de mais de duas mil pessoas” em Passo Fundo⁶¹⁴ e em “quase duas mil pessoas” em Santa Maria.⁶¹⁵ O

⁶⁰⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de maio de 1961, p. 7. Assinam o telegrama: José Carlos Laitano, Centro de Estudos Brasileiros A. Pasqualini; Paulo Vicente Costa; Lourdes Izar Kunzler; Escola Comercial Antônio Bard; e Cinara Borges Hack, pela JECF do Colégio Bom Conselho.

⁶⁰⁸ VIANNA, Marly de A. G. As rebeliões de novembro de 1935. In: *Novos Rumos*, n. 34, ano 16, p. 1-40, 2003. Ver também VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁶⁰⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de maio de 1961, contracapa.

⁶¹⁰ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1961, capa.

⁶¹¹ BN, *Jornal do Dia*, 17 de maio de 1961, p. 2.

⁶¹² BN, *Novos Rumos*, semana de 26 de maio a 1º de junho de 1961, p. 4.

⁶¹³ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1961, capa.

⁶¹⁴ BN, *Jornal do Dia*, 17 de maio de 1961, p. 2.

⁶¹⁵ BN, *Jornal do Dia*, 18 de maio de 1961, p. 2.

Correio Rio-Grandense estimou em milhares de pessoas, sendo centenas de estudantes, os manifestantes em Caxias do Sul.⁶¹⁶

Em nenhum dos jornais consultados foi possível identificar qualquer manifestação de estudantes defendendo o direito do líder comunista em visitar o Rio Grande do Sul e proferir livremente suas palestras. Isso não quer dizer que não havia estudantes apoiando Prestes. O que é certo é que, se houve, não foram noticiadas. O semanário *Novos Rumos* se limitou em destacar que alguns estudantes católicos criticaram a violência dos manifestantes, mesmo não apoiando o comunismo. Seria o caso dos alunos do Colégio Cristóvão de Mendoza e do presidente do DCE da PUCRS, Válcio Peixoto.⁶¹⁷

Mesmo fora do movimento estudantil, poucas foram as amostras explícitas de apoio a Prestes publicadas pelos jornais conservadores. O *Correio do Povo* registrou o agradecimento do Movimento Nacionalista à Brigada Militar, que teria agido para garantir o “direito de opinião”.⁶¹⁸ Aliás, nesse sentido, cabe destacar que o governador Leonel Brizola, cada vez mais assumindo posições nacionalistas e populares, e alinhado na defesa de uma política externa independente, orientou a força militar estadual nesse sentido. O governador deixou clara a sua posição na Ordem de Serviço que baixou em decorrência dos acontecimentos:

O direito de falar em público e de promover reuniões é matéria disciplinada pela Constituição, pelas leis e poderes federais. Ao governo do estado o que compete é garantir o livre exercício de todos os direitos, não podendo admitir que grupos de pessoas, seja a que título for, pretendam perturbar esse clima de liberdade que o Rio Grande do Sul vem desfrutando. Recomendo, pois, o máximo de rigor em relação a todos quantos pretendam perturbar a ordem pública, sejam comunistas ou fascistas, sejam extremistas da esquerda ou da direita.⁶¹⁹

Brizola radicalizaria a retórica constitucionalista na defesa de posições progressistas quando, em agosto, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República e os militares tentaram impedir a posse do vice-Presidente João Goulart.

O *Correio do Povo* publicou também fala do vereador Alberto Schroeter, cujo conteúdo se constitui na melhor explicação levantada naquele momento para os atos anticomunistas. Schroeter lembrou que Prestes havia estado no Rio Grande do Sul no ano anterior e que tal visita não havia causado nenhum transtorno.⁶²⁰ Ao contrário, o dirigente do PCB foi bem

⁶¹⁶ AHCMCS, *Correio Rio-Grandense*, 24 de maio de 1961, p. 2.

⁶¹⁷ BN, *Novos Rumos*, semana de 26 de maio a 1º de junho de 1961, p. 4.

⁶¹⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 21 de maio de 1961, p. 7.

⁶¹⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de maio de 1961, p. 2.

⁶²⁰ O vereador não menciona os acontecimentos em Santana do Livramento. Contudo, em 1960 ele foi recebido por autoridades, pronunciando-se na própria Câmara de Vereadores. Em 1961, por sua vez, Prestes sofreu grande oposição e, como vimos, uma mobilização contrária em todas as cidades que visitou. O grau de rejeição nos parece, nesse sentido, ter aumentado de forma significativa.

recebido, tendo estado na própria Câmara de Vereadores da cidade. Ele então indaga o que teria mudado nesse um ano que havia se passado. Para ele, as agitações estavam relacionadas “com os fatos que ocorrem em Cuba”. Ora, disso se deduz a tentativa frustrada da invasão à Baía dos Porcos e, na sequência, o aprofundamento do processo revolucionário que levou o país a se declarar socialista. A oficialização do caráter socialista da Revolução Cubana ocorreu exatamente duas semanas antes de Prestes chegar a Caxias do Sul. Advertiu também que o próprio governo Jânio Quadros estava em perigo “se persistir na política de neutralidade que traçou para Cuba”.⁶²¹

A explicação do vereador é convincente, pois, como vimos, a questão cubana e a posição do Brasil diante dela já havia acirrado ânimos em abril. Agora abertamente socialista, Cuba inflamaria tanto a direita anticomunista quanto a esquerda e os movimentos populares engajados em uma agenda de reformas estruturais.

⁶²¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de maio de 1961, p. 9.

5 A ASCENSÃO DAS ESQUERDAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Os acontecimentos de abril e, sobretudo, maio de 1961, podem passar a falsa impressão que os setores de direita do movimento estudantil fossem dominantes naquele momento. No entanto, eles são antes uma reação ao crescimento das esquerdas no país e, em especial, no movimento estudantil. Desde a segunda metade da década de 1950, os estudantes de esquerda estavam à frente da entidade máxima dos universitários brasileiros, a UNE. A eleição de 1956 encerrou o ciclo de gestões ligadas à UDN e deu início à hegemonia da esquerda estudantil.⁶²²

A partir de 1961, as esquerdas ganham força no plano nacional e local. Elas assumem a direção de diversas entidades importantes, com predomínio das esquerdas cristãs, o que é descrito na primeira parte do capítulo. Embora esse processo já seja visível desde o final dos anos 1950, um impulso importante para esses movimentos foi dado a partir da resistência à tentativa de Golpe em 1961, sobre a qual discorro na segunda parte. Na sequência, destaco o engajamento dos estudantes na luta pela chamada Reforma Universitária. Por fim, abordo as Reformas de Base e sua relação com as esquerdas no meio estudantil.

5.1 A Esquerda Católica e o Movimento Universitário

No meio estudantil, as esquerdas se dividiam em três correntes principais: a esquerda católica, os comunistas e os independentes. Esses últimos se identificavam com os ideais da esquerda, mas estavam desvinculados de partidos e correntes. Foram inclusive os independentes que retomaram a UNE em 1956. Era o chamado Grupão, que nos congressos nacionais acabava compondo com os católicos de esquerda e os comunistas. Foi essa aliança que permitiu derrotar as forças udenistas.⁶²³ Na gestão 1954-1955 da UNE já era possível notar a articulação. Augusto Cunha Neto havia sido eleito pela direita, mas diante da crise e do suicídio de Vargas, se recusou a assumir posições golpistas, aproximando-se cada vez mais da esquerda. Na sua gestão, por exemplo, a UNE enviou novamente estudantes para um congresso da União Internacional de Estudantes (UIE), mesmo que apenas como observadores. A UIE era uma entidade ligada aos

⁶²² SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 1964*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, p. 17.

⁶²³ MME, *Entrevista com José Batista de Oliveira Júnior*, 21 de outubro de 2004.

comunistas, com sede em Praga. Ela realizou um congresso em Moscou no ano de 1954. Entre os brasileiros enviados, estava Flávio Tavares, na época presidente da UEE-RS.⁶²⁴

Apesar do interregno progressista dessa gestão, no congresso de 1955 foi vitoriosa, novamente, a chapa udenista na entidade máxima dos universitários brasileiros. Carlos Veloso de Oliveira seria, no entanto, o último presidente udenista. José Batista de Oliveira Júnior, eleito em 1956, deu início a uma hegemonia da esquerda na UNE.⁶²⁵ Entre 1956 e 1960, as chapas foram marcadas pelas posições nacionalistas, típicas do período, momento em que se forjou um otimismo diante da possibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo. Isso ficou bastante marcado na produção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955. Havia, portanto, um clima nacionalista, que animava também o movimento estudantil.⁶²⁶

Em diversos momentos a UNE se empenhou em lutas que iam além do âmbito meramente estudantil. A entidade não tratava apenas daqueles fatos cujos efeitos eram sentidos diretamente pelos estudantes. Assim, ao longo dos anos 1950, por exemplo, ela participou das campanhas pela exploração nacional e autônoma do petróleo. No entanto, é apenas em 1959, na gestão de Raymundo Eirado, que a UNE assume o seu caráter eminentemente político. Ou seja, a entidade define que a sua função precípua é representar o pensamento dos estudantes brasileiros, seja nas suas demandas imediatas, seja nas suas posições diante dos temas nacionais.⁶²⁷

A esquerda católica teve origem em transformações importantes que aconteciam na Igreja naquele momento, tanto internacionalmente quanto em nível local. A aproximação com o povo e a importância crescente do laicato, junto com um aprofundamento da Doutrina Social da Igreja, levou parte do clero a adotar uma atitude reformista, inclusive como forma de evitar uma revolução socialista. No movimento estudantil brasileiro, a partir de meados dos anos 1950, a JUC assumiu essa linha, tornando-se bastante influente no movimento universitário.

A Ação Católica Brasileira (ACB), era uma organização de católicos leigos, que possuía uma autonomia apenas relativa em relação a hierarquia da Igreja. Faziam parte da ACB a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC), e a Juventude Universitária

⁶²⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Fundo: Daniel Aarão Reis Filho (APERJ/DARF). *Relatório da UNE – Gestão 1954-1955* Ver também: TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

⁶²⁵ MME, *Entrevista com José Batista de Oliveira Júnior*, 21 de outubro de 2004.

⁶²⁶ Sobre a relação da UNE com o ISEB, conferir as entrevistas com Raymundo Eirado e Carlos Estevam Martins ao projeto Memória do Movimento Estudantil.

⁶²⁷ MME, *Entrevista com Raymundo Eirado*, 14 de outubro de 2004. Ver também: SEGANFREDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GDR, 1963; APERJ/DARF, *Relatório da UNE – Gestão 1958-1959*. Fundo Daniel Aarão Reis Filho.

Católica (JUC), além de suas versões femininas. Com a crescente politização, sobretudo da JEC e da JUC, a Igreja Católica buscou retomar o controle sobre a entidade, disciplinando a participação política de seus membros, o que levou a expulsão de lideranças, como o presidente da UNE eleito em 1961, Aldo Arantes. Diante disso, a esquerda católica mais radicalizada acabou confluindo na criação da Ação Popular em 1962.⁶²⁸

Embora, de modo genérico, tanto a JUC quanto a AP pertencessem ao campo da esquerda católica, havia diferenças importantes entre ambas. A JUC defendia uma linha mais reformista e manteve expectativas positivas quanto aos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Os *jucistas* que formaram a AP, no entanto, aproximavam-se cada vez mais das ideias socialistas e tinham uma visão crítica dos governos “populistas”. Contudo, a AP também era crítica do modelo soviético, defendendo a “liberdade do pluralismo”.⁶²⁹

A esquerda católica esteve à frente de um grande número de entidades estudantis entre 1961 e 1964, mantendo inclusive as direções da UNE. Todavia, a juventude comunista também tinha grande importância, sendo, por exemplo, responsável pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da entidade.⁶³⁰ Além disso, membros do Partido Comunista participaram da composição das diretorias em diversas gestões da UNE. Os comunistas não tinham, no entanto, uma organização especificamente estudantil. A União da Juventude Comunista (UJC) havia se dissolvido entre 1957 e 1958 e, a partir daí, os militantes eram vinculados diretamente ao PCB.⁶³¹

No Rio Grande do Sul, as ideias comunistas tiveram grande influência entre as lideranças universitárias da UFRGS entre 1961 e 1964, sobretudo no órgão de representação máxima dessa universidade – a FEURGS. Fúlvio Petracco, que foi presidente na gestão 1961-62, era filiado ao PSB, mas tinha proximidade com o PCB.⁶³² O seu sucessor foi Bruno Mendonça Costa, que era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A esquerda católica, por sua vez, tinha sua base na UEE. Segundo Magda de Olivera Pinto:

Em termos ideológicos, a FEURGS, no início dos anos 1960, apresentava na sua base dirigente o predomínio ideológico do PC e do PCdoB; na UEE/RS, assim como

⁶²⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987, p. 49.

⁶²⁹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 86.

⁶³⁰ BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984.

⁶³¹ MME, *Entrevista com Dyneas Aguiar*, 8 de novembro de 2004.

⁶³² MACHADO, Dulphe Pinheiro. *A “Frente Única” no movimento estudantil gaúcho: católicos e comunistas*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 75.

ocorria no plano nacional, a influência provinha do movimento político originado e organizado no interior da JUC, a AP.⁶³³

Essa esquerda católica local foi formada por um grupo de estudantes oriundos, em sua maioria, das escolas particulares de Porto Alegre, em especial do Colégio Anchieta. Esses jovens tinham ligação com a JUC e a Juventude Democrata Cristã (JDC), vinculada por sua vez ao PDC. A primeira vitória na política universitária veio em 1961 com a eleição de Ernildo Stein, que teve Héglio Trindade como seu vice. O resultado foi encarado pelo *Jornal do Dia* como uma vitória dos estudantes católicos.⁶³⁴ Ernildo era ligado à JUC e, desde o ano anterior, assinava algumas matérias para o jornal citado. Em agosto, como veremos, essa gestão enfrentou o episódio da renúncia de Jânio Quadros e se engajou na mobilização pela garantia da posse de João Goulart. Esse fato contribuiu para uma tomada de posição mais à esquerda, visto que aproximou as direções da UNE e da UEE num momento de amplo debate e participação popular. Na continuidade da gestão, realizaram um plebiscito pelo voto direto na UEE, com o objetivo de “descupulizar” a entidade.⁶³⁵

Em 1962, já com a nova regra em vigor, os católicos lançaram Francisco Ferraz para presidente da entidade e Héglio Trindade, novamente, para vice. Apesar de já situados à esquerda na política estudantil, os candidatos buscavam delinear suas diferenças com os comunistas. Esses, inicialmente, apoiaram a chapa de oposição, mas teriam mudado de posição no decorrer da campanha.⁶³⁶ Em entrevista concedida logo após a vitória, afirmavam que o tema das reformas não deveria ser monopolizado pelos comunistas, sendo a posição cristã “a atitude mais honesta e capaz de superar positivamente o dilema comunismo-capitalismo”.⁶³⁷

A chapa opositora era encabeçada por Luiz Adão Rahde Gonzaga⁶³⁸ e havia sido articulada por Amaury Martins Müller, ligado ao PTB e tido como de extrema-esquerda.⁶³⁹ Essa

⁶³³ PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 127.

⁶³⁴ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1961, p. 10. Ver também: BN, *Correio do Povo*, 16 de maio de 1961, p. 10.

⁶³⁵ O resultado foi favorável ao voto direto.

⁶³⁶ MACHADO, Dulpe Pinheiro. *A “Frente Única” no movimento estudantil gaúcho: católicos e comunistas*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 75.

⁶³⁷ BN, *Jornal do Dia*, 20 de maio de 1962, p. 8.

⁶³⁸ Luiz Adão já havia sido candidato no ano anterior e, embora derrotado em ambas as ocasiões para a UEE, logrou conquistar por duas vezes a presidência do DCE da PUC (em 1961 e 1962). Ver: BN, *Jornal do Dia*, 31 de outubro de 1962, p. 8. Em 1962, o candidato à vice na UEE na chapa de Luiz Adão era Ruben Ilgenfritz da Silva, aluno de agronomia

⁶³⁹ Além de comunistas e católicos a Ala Moça do PTB atuou de maneira relevante no Rio Grande do Sul, o que foi um elemento peculiar no movimento estudantil do estado. Segundo Pedro Simon, apenas no Rio Grande do Sul a juventude do partido se organizou. Simon, que fazia parte dessa corrente, foi presidente do Centro Acadêmico Maurício Cardoso, da Faculdade de Direito da PUCRS, por três anos, na década de 1950, além de atuar como

eleição foi marcada por trocas de acusação entre os envolvidos. Dizia o grupo oposicionista que a gestão de Ernildo Stein havia sido omissa quanto as faculdades do interior e que não havia trabalhado para a união entre UFRGS e PUC. A situação, por sua vez, criticava os supostos interesses partidários de seus adversários.⁶⁴⁰ O resultado deu ampla vitória à chapa Ferraz-Trindade.⁶⁴¹

Imediatamente após sua posse, a nova diretoria da UEE liderou no Rio Grande do Sul a Greve do 1/3, deflagrada pela UNE.⁶⁴² Essa greve marcou um segundo momento na constituição da esquerda estudantil católica no Rio Grande do Sul, que esteve cada vez mais engajada na luta pelas reformas de base, refletindo o mesmo movimento que se dava no plano nacional. Nesse contexto e já atuando como AP, conquistaram um conjunto considerável de entidades. Com Roberto Brinco e Paulo Renato Crochemore, respectivamente presidente e vice, garantiram a continuidade na UEE em 1963, sem que concorresse chapa da oposição. Conquistaram também a FEURGS, no mesmo ano, que ficou sob a liderança de Plínio Dentzien. Tinham ainda a direção de vários Centros Acadêmicos, consolidando sua posição de destaque também no interior das faculdades.

Em algumas ocasiões, a JUC e a AP atuaram em conjunto com o PCB e o PCdoB. Já na Legalidade, houve algum contato com os comunistas,⁶⁴³ o que foi aprofundado nos dois anos seguintes em torno da bandeira comum da Reforma Universitária e das Reformas de Base. Era o contexto de mobilização e debates sobre os problemas nacionais que permitia essa aproximação.⁶⁴⁴ Segundo Maria Josefina Becker, que na época era estudante da PUCRS e vinculada à JUC:

“[...] durante esse processo, a gente acabou lutando por alguma coisa que a gente chamava de frente única, que eram os movimentos de esquerda e acabavam trabalhando junto. Em algumas ações, a gente era um grupo unido, como, por exemplo, na greve do terço. A gente tinha nossas pautas: a reforma política, a reforma agrária, a reforma bancária. Na verdade, se tinha uma visão bastante

presidente de uma Junta Governativa na UNE. Ver: MME, *Entrevista com Pedro Simon*, 2 de dezembro de 2004. Em Santa Maria, setores ligados à juventude trabalhista assumiram a União Santamariense de Estudantes e criaram o Grupo de Vanguarda Cultural. Cf. LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)*. Santa Maria: UFSM, 2013. 147p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2013.

⁶⁴⁰ BN, *Jornal do Dia*, 5 de maio de 1962, p. 8; BN, *Jornal do Dia*, 6 de maio de 1962, p. 16; BN, *Jornal do Dia*, 11 de maio de 1962, p. 10.

⁶⁴¹ BN, *Jornal do Dia*, 20 de maio de 1962, p. 16.

⁶⁴² Essa greve será aprofundada ainda nesse capítulo.

⁶⁴³ MACHADO, Dulphe Pinheiro. *A “Frente Única” no movimento estudantil gaúcho: católicos e comunistas*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 68.

⁶⁴⁴ *Ibid.*, p. 71.

*ampla, pois a reforma universitária não era uma pauta isolada; ela estava no contexto, que a gente chamava, de uma revolução brasileira”.*⁶⁴⁵

Inicialmente, havia uma incompatibilidade, tendo em vista que os comunistas viam as lideranças do grupo de católicos como “conservadores”,⁶⁴⁶ enquanto esses criticavam os primeiros pela posição materialista.⁶⁴⁷ Como já vimos, ainda em 1962, com a eleição de Ferraz e Trindade para a UEE, havia a necessidade de demarcar as diferenças. Mesmo após a aproximação, as desconfianças mútuas não foram eliminadas e, em diversas ocasiões, as diferentes forças de esquerda continuaram se opondo nas disputas pelo comando das agremiações estudantis.⁶⁴⁸

5.2 A Resistência ao Golpe de 1961

Em 1961, o grupo mais à esquerda da JUC chegou à presidência da UNE, com a vitória da Aldo Arantes. Esse mesmo grupo já havia lançado Herbert José de Souza, o Betinho, como candidato no congresso anterior, mas ele acabou se retirando da disputa em favor de Oliveiros Guanais, apoiado pelo Grupão. Aldo Arantes, por sua vez, dirigia desde 1960 o DCE da PUC do Rio de Janeiro, uma das bases da esquerda católica.⁶⁴⁹ A gestão que comandou foi bastante movimentada, iniciada pouco antes da renúncia de Jânio Quadros e encerrada em meio à greve do 1/3.

A eleição de Arantes ocorreu no dia 22 de julho de 1961.⁶⁵⁰ Logo no início, portanto, inseriu-se no contexto da crise política que se agudizava, opondo Jânio e Lacerda em torno da política externa. A UNE, naquele momento, apoiava as diretrizes elaboradas por Affonso Arinos, mas numa posição de independência. Por outro lado, Lacerda foi duramente criticado pela nova gestão. Em 16 de agosto, os estudantes protestaram contra a intenção do governador em aumentar o Imposto sobre Vendas e Consignações, cujo resultado seria um aumento do

⁶⁴⁵ Apud PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 128.

⁶⁴⁶ MACHADO, Dulphe Pinheiro. *A “Frente Única” no movimento estudantil gaúcho: católicos e comunistas*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 70.

⁶⁴⁷ *Ibid.*, p. 72.

⁶⁴⁸ Foi o que ocorreu em 1963, na eleição para o Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt (CAFDR), da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Ver o depoimento de Flávio Koutzii em: PINTO, op. cit., p. 136.

⁶⁴⁹ SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Um andarilho entre duas fidelidades: religião e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUCAM/Ponteio, 2016.

⁶⁵⁰ BN, *Correio da Manhã*, 23 de julho de 1961, Segundo Caderno, p. 5.

preço das mercadorias em um contexto que já sofria com a elevação geral do custo de vida. Assim, a manifestação foi chamada de “Comício do Cinto Apertado”. Entre os oradores, além de Aldo Arantes, estava o então deputado Roland Corbisier, que havia sido diretor do ISEB, reforçando as relações entre as duas entidades.⁶⁵¹

Em 25 de agosto, Jânio renunciou. Quando os ministros militares formaram uma Junta e buscaram barrar o retorno ao Brasil e a posse de João Goulart, Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, prontamente organizou uma resistência. Dispondo dos efetivos da Brigada Militar, que respondiam diretamente ao seu comando, Brizola astutamente requisitou as rádios para poder transmitir, diretamente do Palácio Piratini, discursos contrários ao golpe em curso. Em torno de sua liderança, aglutinaram-se políticos, sindicatos, populares e estudantes.

Diante desse quadro, a UNE, cuja sede ficava no Rio de Janeiro, decretou uma greve estudantil já na madrugada do dia 25 para o dia 26. Em nota conjunta com a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) e União Nacional de Estudantes Técnicos Industriais (UNETI), a entidade não hesitou em denunciar o golpe em curso:

A UNE, UBES e UNETI, entidades máximas da classe estudantil, em resposta às manobras golpistas que se articulam presentemente para ameaçar as instituições fiéis às determinações dos seus representados, resolvem: 1º) Decretar a greve geral em todo o país, até que sejam dadas as garantias da preservação dos dispositivos constitucionais e democráticos do nosso regime; 2º) Promover passeatas e concentrações públicas no sentido de esclarecer e alertar o povo sobre a ação das forças direitistas e reacionárias que ameaçam a liberdade nacional.⁶⁵²

Os estudantes articularam, então, com os sindicatos e formaram uma Frente de Resistência Democrática. Lacerda, governador da Guanabara, investiu imediatamente contra a UNE, inicialmente colocando-a sob vigilância policial e, alguns dias depois, a ocupando. O governador e a Junta Militar agiam de maneira discricionária, censurando a imprensa e investindo com violência contra passeatas e comícios.⁶⁵³ Como resposta, a UNE publicou a seguinte declaração, que circulou através do jornal *Metropolitano*:

A Constituição Brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada há alguns anos atrás, não será desrespeitada! / Desde as primeiras horas da crise, a União Nacional de Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da Democracia e do Regime. / Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes hão de resistir. / O povo brasileiro, nesta hora de decisão, não pode titubear indeciso entre a manutenção da legalidade e a imposição da força. Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição. / Conclamamos o povo e, particularmente os estudantes, para que se mantenham vigilantes. Infelizmente, cercada, perseguida fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o

⁶⁵¹ BN, *Última Hora*, 17 de agosto de 1961, p. 3.

⁶⁵² BN, *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1961, p. 7.

⁶⁵³ BN, *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1961, capa.

policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podemos crer que não cederemos. / A CONSTITUIÇÃO DEVE SER DEFENDIDA! / POVO E ESTUDANTES DO BRASIL! / UNIDOS PELA CONSTITUIÇÃO! / UNIDOS PELA LEGALIDADE!⁶⁵⁴

Convidada pela UEE-RS, a UNE resolveu transferir sua diretoria para Porto Alegre, com o intuito de participar diretamente da mobilização e da resistência.⁶⁵⁵ No Rio Grande do Sul, encontraram uma adesão massiva dos estudantes. A UEE, presidida naquele momento por Ernildo Stein, desde o dia 26 de agosto havia decretado greve geral, seguindo a determinação da entidade nacional. Da mesma forma agiram os secundaristas.⁶⁵⁶

Desde o primeiro momento, os estudantes se reuniram nos comícios e nas concentrações públicas no entorno do Palácio Piratini. Ao mesmo tempo, integraram a formação de várias frentes e comitês, tanto em Porto Alegre quanto no interior do estado, como a Frente de Estudantes Pró-Legalidade,⁶⁵⁷ o Comitê Central Universitário Pró-Legalidade⁶⁵⁸ e o Comando de Resistência Democrática,⁶⁵⁹ entre outros.

Figura 3 – Multidão concentrada em frente ao Palácio Piratini



Fonte: PUCRS/DELFO, *Revista do Globo*, n. 803, 16 a 29 de setembro de 1961, p. 6

⁶⁵⁴ BN, *Diário de Notícias, O Metropolitano*, p. 14. O jornal *O Metropolitano*, informativo oficial da União Metropolitana dos Estudantes (UME), era distribuído como encarte do jornal *Diário de Notícias*, cujas edições estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A UME congregava os estudantes universitários do estado da Guanabara.

⁶⁵⁵ O convite foi feito pela UEE do Rio Grande do Sul, no dia 29 de agosto. Ver AHMSM, *Correio do Povo*, 30 de agosto de 1961, p. 14.

⁶⁵⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1961, p. 7.

⁶⁵⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 1º de setembro de 1961, p. 13.

⁶⁵⁸ AHMSM, *A Razão*, 1º de setembro de 1961, p. 3.

⁶⁵⁹ AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1961, p. 6.

A grande maioria dos diretórios e Centros Acadêmicos se manifestaram decididamente pela posse de Goulart. Assim posicionou-se a FEURGS, que integrou inclusive uma Caravana Universitária da Legalidade, com o objetivo de percorrer o interior do estado.⁶⁶⁰ Os estudantes de Direito da PUCRS, através do CAMC, proclamaram que “todo o homem tem o direito à liberdade e a liberdade é a vida de todo o regime democrático”, e que “o governo do povo é o governo do povo e só ao povo cabe a escolha de seu destino”.⁶⁶¹ O Centro Acadêmico Germaine Marsaud, dos estudantes de Serviço Social da PUCRS, o Centro Acadêmico de Odontologia de Porto Alegre e o DCE da PUCRS também se colocaram ao lado da Legalidade.⁶⁶²

Em Santa Maria, o Centro dos Estudantes de Medicina colocou-se em “defesa, mesmo que a armas, de nossas instituições, da legalidade da posse do alto cargo da Presidência da República do Vice-Presidente eleito em eleições livres”.⁶⁶³ O Centro dos Estudante de Direito, por sua vez, defendeu a “posse imediata do Senhor JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART, Presidente Constitucional do Brasil”, além de cobrarem a demissão dos ministros militares.⁶⁶⁴ Os estudantes da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, conclamaram os universitários santa-marienses “a unirem-se em torno dos sagrados ideais democráticos expressos na nossa Carta Constitucional.”⁶⁶⁵ E o DCE da Universidade de Santa Maria manifestou “apoio à legalidade”, confiando “nas gloriosas e jamais desmentidas tradições do Exército Brasileiro”.⁶⁶⁶

De uma maneira geral, nota-se uma unidade entre os estudantes sul-rio-grandenses em torno da causa, o que não significa que todos tivesse identidade ideológica com Brizola, Goulart ou com o trabalhismo. As entidades dirigidas pela direita também foram atuantes naquele contexto, sobretudo entre os secundaristas. A posição da UMESPA a favor da Legalidade, por exemplo, foi considerada um “fingimento” por Norberto Silveira.⁶⁶⁷ A UGES, por sua vez, lançou uma nota denunciando a “infiltração comunista” nos Comitês de Resistência,⁶⁶⁸ atitude

⁶⁶⁰ AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1961, p. 6.

⁶⁶¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 30 de agosto de 1961, p. 14.

⁶⁶² BN, *Jornal do Dia*, 29 de agosto de 1961, p. 7.

⁶⁶³ AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1961, capa.

⁶⁶⁴ AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1961, capa.

⁶⁶⁵ AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1961, p. 8.

⁶⁶⁶ AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1961, p. 8.

⁶⁶⁷ SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da Legalidade (1961-1991)*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda, 1991, p. 129.

⁶⁶⁸ BN, *Jornal do Dia*, 3 de setembro de 1961, p. 8. Além da nota, assinada por Arlindo Fábio Gómez de Souza (Secretário de Assuntos Nacionais) e Aluizio Paraguassu Ferreira (Presidente), a denúncia foi encaminhada pela UGES ao comando do III Exército. Várias outras acusações no mesmo sentido foram feitas nos meses seguintes, partindo dos partidos de oposição, bem como do arcebispo D. Vicente Scherer.

que não passou despercebida pelo Consulado dos Estados Unidos, avaliando que a entidade era controlada por “grupos de jovens fortemente anticomunistas e pró-democráticos”.⁶⁶⁹

De qualquer forma, é interessante que nenhum grupo tenha se posicionado publicamente contra a posse do vice-presidente. Essa aparente unidade se explica, em parte, porque o movimento da Legalidade, e Brizola em particular, soube utilizar-se de símbolos e mitos caros ao povo. Assim, mobilizando valores partilhados, imagens de si e do “inimigo”, foi possível ultrapassar os projetos políticos específicos, unindo diversos segmentos em torno de uma causa. Colocar-se contra a Legalidade significava ser contra o povo, contra a Constituição e, em certa medida, a negação da sua identidade como gaúcho.⁶⁷⁰ Nesse sentido, destacamos a manifestação do Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, que distribuiu nota hipotecando

a S. Excia. o Sr. Governador do Estado LEONEL BRIZOLA, moderna encarnação dos Centauros do passado gaúcho, a mais irrestrita e emocionada solidariedade, pela sua atuação corajosa e idealista, pela sua posição de defesa às prerrogativas e franquias democráticas. / Personificamos o soldado do sul, nas figuras dos generais JOSÉ MACHADO LOPES e PERY CONSTANT BEVILAQUA, que passaram a figurar na galeria dos grandes do Rio Grande, pela sua atuação decisiva e desassombrada em defesa da pátria comum e das liberdades individuais expressas na carta de 1946.⁶⁷¹

Essa unidade construída em torno da defesa da legalidade e a experiência de engajamento na resistência, marcou profundamente o movimento estudantil. Os estudantes participaram ativamente nos comitês, nos grupos de voluntários, na elaboração e veiculação de discursos pela Rede da Legalidade. Segundo Hélió Trindade, a época secretário da UEE, o contato com Brizola e a vivência da resistência proporcionou uma aproximação dos estudantes com a prática política: “pela primeira vez, aquela ideologização que já dominava o movimento estudantil se defrontou com um problema político concreto”.⁶⁷² A Legalidade teria impulsionado o ativismo universitário, ajudando a consolidar, organizar e projetar nacionalmente o movimento. Trindade recorda ainda que, com a decretação da greve estudantil e o descolamento da diretoria da UNE para Porto Alegre, criou-se um amplo espaço de

⁶⁶⁹ “On the other hand, the state organization of Secondary Students (UGES) is basically controlled by a strong anti-Communist, pro-democratic group of youths. It was this organizations lone voice that challenged Communist influence in the “Committees of Resistance” that came into being in this area during the recent political upheaval caused by President Quadros resignation”. *Communism in Latin American Universities*. Despacho do Consulado de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 13 de outubro de 1961. In: RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 257. A UGES tinha uma posição anticomunista desde, pelo menos, o final da década de 1950.

⁶⁷⁰ Sobre esse aspecto, ver FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, 1997, pp. 149-182.

⁶⁷¹ AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1961, p. 8.

⁶⁷² TRINDADE, Hélió. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2015.

discussões e planejamento das ações da entidade. O tempo disponível era preenchido pelos debates e mobilizações políticas.

A partir do engajamento da UNE na Legalidade, vários projetos tomaram forma. Brizola conseguiu firmar um acordo com a Varig para viabilizar a UNE-Volante.⁶⁷³ Através dela, a entidade percorria o país com peças de teatro, apresentações musicais, debates, interiorizando a politização estudantil. As hipóteses levantadas por Hélgio Trindade ajudam a explicar o crescimento das esquerdas nos meios universitários. Observando as notícias publicadas na imprensa, as declarações da UNE durante a Legalidade e após ela, é possível estabelecer esse episódio como um marco na politização do movimento estudantil. Na chamada Declaração de Porto Alegre, por exemplo, os estudantes passaram a exigir “reformas de base que alterem em profundidade as estruturas caducas e conservadoras da nação”.⁶⁷⁴ O movimento estudantil de esquerda assumia um papel cada vez mais ativo, culminando, como veremos a seguir, com a Greve do 1/3.

5.3 A Reforma Universitária e a Greve do 1/3

As primeiras grandes mobilizações estudantis por Reforma Universitária na América Latina ocorreram na Argentina, em 1918. No final do ano anterior, a suspensão do funcionamento do Hospital de Clínicas, na cidade de Córdoba, foi o impulso inicial do movimento. Nos primeiros meses de 1918, a agitação cresceu, forçando o presidente Yrigoyen a nomear um interventor na instituição. José Nicolás Matienzo assumiu a função em 11 de abril, dando início a uma tímida reforma, que não contentou os estudantes e resultou na eleição de um novo reitor, que representava o setor conservador da Universidade de Córdoba. A eleição foi questionada e os estudantes ocuparam o espaço onde se reunia o Conselho Universitário. Um novo interventor foi nomeado, sem que os protestos arrefecessem até que, por fim, o próprio Ministro da Instrução Pública, José Salina, assumiu a função. A partir daí, grande parte das reivindicações estudantis foram atendidas.

A mobilização que havia iniciado com uma pauta bastante específica – o fechamento do Hospital de Clínicas – ao longo do processo de lutas se tornou cada vez mais abrangente e politizada. Entre as bandeiras estavam: autonomia universitária, governo paritário, bem-estar estudantil, liberdade de cátedra, nomeação por concurso de professores, função social das instituições e nacionalização das universidades provinciais do Litoral e Tucumán. O movimento

⁶⁷³ TRINDADE, Hélgio. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2015.

⁶⁷⁴ UNE. Declaração de Porto Alegre. *Movimento*. Edição extraordinária. Porto Alegre: UNE, 1961, p. 5.

creceu também geograficamente. Nesse ínterim, foi criada a Federação Universitária Argentina e as demandas se generalizaram entre as universidades do país, culminando na organização do Primeiro Congresso Nacional de Estudantes. O movimento rompeu também as fronteiras nacionais. No *Manifiesto Limiar*, publicado em 21 de junho, os acadêmicos conclamavam seus pares sul-americanos à luta contra o autoritarismo universitário. Em 1919, a luta pela Reforma Universitária atingiu fortemente o Peru, sendo inclusive um dos embriões na formação da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Nos anos seguintes, chegou ao Chile, México, Colômbia e Cuba, entre outros. Em todos os lugares, apesar das particularidades locais, as demandas foram semelhantes, bem como os métodos de luta: greves estudantis, ocupações, publicação de manifestos.

Segundo Tarazona,⁶⁷⁵ a mobilização estudantil de 1918 foi resultado de fatores externos e internos. Ideias socialistas, anti-imperialistas, antipositivistas e anticlericais floresciam no contexto intelectual latino-americano. A isso se somava a urbanização e o crescimento de uma classe média cujo desejo de ascensão social encontrava uma barreira nos privilégios da oligarquia agrária. A luta dos estudantes se inseria nesse contexto mais amplo, que inclui a própria eleição de Yrigoyen em 1916 pela União Cívica Radical (UCR), no primeiro sufrágio universal do país. Esse contexto, inclusive, ajuda a entender por que as demandas acabaram sendo atendidas, sobretudo a autonomia universitária e o co-governo. No Brasil, essas bandeiras só seriam amplamente defendidas algum tempo depois e com resultados bastante diferentes.

Até a década de 1920, como já vimos, o Brasil possuía apenas faculdades isoladas. Nessa década surgem, então, as primeiras universidades do país, mas é apenas a partir das duas décadas seguintes que se inicia a expansão do modelo universitário pelo país.⁶⁷⁶ A UNE, entidade representativa nacional dos universitários, surgiu ao final de 1938. No ano seguinte, os estudantes construíram a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul. Os ecos da Córdoba se fizeram sentir no estado, no entanto, antes ainda da fundação da UEE. Waldemar Ripoll, que havia sido presidente da Federação Acadêmica de Porto Alegre, teve uma intensa militância em prol dessa causa no início dos anos 1930.⁶⁷⁷ As suas ideias foram sintetizadas por João Antônio Mesplé em um discurso por ocasião da morte de seu amigo.⁶⁷⁸ Ripoll criticava o

⁶⁷⁵ TARAZONA, Álvaro Acevedo. A cien años de la reforma de Córdoba, 1918-2018: la época, los acontecimientos, el legado. *Historia y espacio*, n. 36, p. 1-14, 2011, p. 1-2.

⁶⁷⁶ Ver TRINDADE, Héliogio. Reforma Universitária no Brasil: o desafio do governo Lula. In: *Temas y Debates*, n. 12, 2006.

⁶⁷⁷ MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. In: GUEDES, P.; SANGUINETTI, Y. (Org.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 59.

⁶⁷⁸ João Antônio Mesplé era advogado e jornalista. Foi membro da direção da ANL no Rio Grande do Sul, juntamente com Aparício Cora de Almeida, outro militante estudantil. Ver: MARTINS, Marisângela. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

modelo de faculdades isoladas, afirmando que a escola era “um centro de técnica, não um centro de cultura”. Defendia a participação estudantil nos conselhos diretivos e a gratuidade do ensino. Em suas próprias palavras, reproduzidas por Mesplé:

La Universidad moderna tiene por encima de todo una función social legítima y permanente. Su función no se restringe al egoísmo técnico. Ella es un centro de cultura y de acción, formadora de hombres, orientadora de voluntades, disciplinadora de pueblos. Todas las cuestiones de naturaleza social y política han de encontrar en su seno la ventilación necesaria para la necesaria comprensión. Con esto no se le quiere amputar la función de especialización. Pero se hace de tal función un estadio de las demás, de la generalización, su complemento, y un factor de la cultura integral.⁶⁷⁹

Nos anos seguintes, os universitários se envolveriam na luta antifascista e essa temática acabou ficando em segundo plano, sendo retomada somente na década de 1950, quando a UEE encaminhou ao presidente Getúlio Vargas um anteprojeto de Reforma Universitária, elaborado durante o Congresso Estadual de Estudantes de 1954. O anteprojeto, que previa entre outras coisas o fim da cátedra vitalícia, era o resultado de uma mobilização iniciada em 1952, quando os estudantes da UFRGS entraram em greve.⁶⁸⁰ Essa greve, após três meses, acabou tendo como resultado a destituição do reitor Alexandre Martins da Rosa e a nomeação de um substituto,⁶⁸¹ além do aumento de verbas para a universidade.⁶⁸² A greve como forma de luta pela Reforma Universitária, portanto, não era exatamente uma novidade em 1962. No entanto, as proporções foram muito maiores nessa ocasião.⁶⁸³

Em 1957, a UNE realizou dois Seminários Nacionais de Reforma do Ensino. A intenção dos encontros era discutir os projetos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estavam em análise no parlamento. A entidade avaliou tais propostas como positivas, mesmo que apresentando algumas ressalvas. Não houve uma apreciação mais crítica e propositiva, ao menos não no sentido de apontar mudanças estruturais para as universidades brasileiras. As propostas giraram mais em torno de questões pedagógicas e da organização do ensino. Apesar

340p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 91; DORS, Marins. *Dyonélio Machado (1895-1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. 200p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008, p. 86.

⁶⁷⁹ Partes do discurso, pronunciado em 1934, estão disponíveis em: MESPLÉ, João Antônio. *La Reforma Universitaria en Rio Grande del Sur*. In: MAZO, Gabriel Del. *La Reforma Universitaria*. Tomo II – Propagacion Americana. La Plata: Edicion del Centro Estudiantes de Ingenieria, 1941, p. 219-221.

⁶⁸⁰ TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende*. 6a. ed. São Paulo: Record, 2004, p. 52-54.

⁶⁸¹ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Lembranças d(e) vivências. In: GUEDES, P.; SANGUINETTI, Y. (Org.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 32.

⁶⁸² TAVARES, op. cit., p. 54.

⁶⁸³ Para a história da luta pela Reforma Universitária pelos estudantes do Rio Grande do Sul, ver: PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

de apresentar a autonomia universitária como princípio, não houve reivindicações de co-governo nas instituições.⁶⁸⁴

Uma greve iniciada na Bahia, em 1960, por questões locais, acabou transformando-se em uma greve nacional, durando alguns dias e sendo considerada, posteriormente, como o marco inicial de conscientização dos estudantes quanto aos problemas estruturais da universidade brasileira.⁶⁸⁵ No ano seguinte, no mês de maio, a UNE promoveu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária. Não por acaso, o encontro foi realizado na cidade de Salvador. Diversas teses foram apresentadas, mas aqui nos interessa aquela defendida pela FEURGS.

O documento da entidade gaúcha tinha como foco o que denominavam de “democratização do ensino”. Segundo o texto:

A democracia em que vivemos é falsa, pois com o povo na miséria, este não tem condições de exercer o governo soberano que, teoricamente, lhe assegura a Constituição. Dar ao povo uma vida mais elevada é realizar plenamente a Democratização, pois só assim ele poderá dispor da cultura, da arte, da ciência, o conforto possibilitado pela técnica e de tudo que lhe faculta a Civilização, mas da qual ele se encontra alienado. Só então o povo será realmente livre e, como tal, poderá exercer o governo de uma verdadeira Democracia. Fundamental e glorioso, portanto, é o papel da Universidade na Democratização nacional, E essa democratização deve começar pela própria Universidade, de todas as maneiras como a pudermos conceber.⁶⁸⁶

Democratizar a sociedade, portanto, passava por democratizar a universidade. As reivindicações levantadas para isso incluíam: "democratização do ingresso à universidade", "gratuidade absoluta do ensino superior", assistência universitária, autonomia universitária e co-governo, entre outras. Aliás, nesse último tópico, é importante ressaltar que a tese cita o livro *Estudiantes y Gobierno Universitario*, de Gabriel del Mazo, definido como “líder reformista de Córdoba, 1918”.⁶⁸⁷ A influência da experiência argentina aparece aqui de forma explícita e é reforçada no trecho abaixo:

Negar aos alunos, que gozam de todos os seus direitos cívicos e são obrigados a cumprir os seus deveres, o direito e o dever de participar amplamente do Governo Universitario, é posição reacionária, medieval e incompatível com a democracia. Os

⁶⁸⁴ UFRGS/ILEA/UEE, *Relatório da Diretoria – Gestão 1957-1958*, União Nacional dos Estudantes, Bauru, julho de 1958.

⁶⁸⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 251.

⁶⁸⁶ Apud MACHADO, Otávio Luiz. *Aspectos da história das juventudes brasileiras (1930-1985): um resgate histórico sem página virada*. Volume 1: 1930-1962. Frutal: Prospectiva, 2013, p. 411. O documento era assinado por Nelson Kanter, Marco Aurélio Garcia, Carlos João Petry e Honório Campos Peres.

⁶⁸⁷ Além de militante, Gabriel del Mazo foi um dos principais intelectuais latino-americanos a pensar a Reforma Universitária, tendo colaborado também para a escrita da história desse movimento. Ver: MAZO, Gabriel Del. *La Reforma Universitaria*. 3 tomos. La Plata: Edición del Centro Estudiantes de Ingeniería, 1941.

estudantes brasileiros, através de sua corajosa, patriótica e desinteressada ação pública, e agora com a luta pela Reforma Universitária, já demonstraram a maturidade e a responsabilidade que possuem, para assumir o co-governo da Universidade.⁶⁸⁸

Assim como os estudantes de Córdoba, os universitários gaúchos desejavam participar dos espaços deliberativos das instituições, abolindo o que consideravam como vestígios aristocráticos e tornando mais aberta a administração das mesmas. Não há na proposta da FEURGS a exigência de uma proporção mínima, mas no documento final do Seminário, publicado com o título de *Declaração de Salvador*, elaborado após a apresentação e discussão de todas as teses, consta como objetivo a seguinte composição: 40% de professores, 40% de estudantes e 20% de egressos.⁶⁸⁹

A *Declaração de Salvador*, primeiro manifesto dessa fase de luta pela Reforma Universitária, está dividida em três partes. A primeira é destinada a analisar a “realidade brasileira”, na qual o Brasil é caracterizado como um país subdesenvolvido, com desequilíbrios regionais e um estado oligárquico e classista, além de uma democracia limitada que excluiria 52% dos brasileiros por causa do analfabetismo. Na segunda parte, os estudantes fazem uma crítica da universidade brasileira, que consideram como “uma superestrutura de uma sociedade alienada”, um privilégio de poucos e que não cumpre sua missão social. A Reforma Universitária é o tema da terceira parte, que estabelece como diretrizes: “lutar pela reforma e democratização do ensino”; “abrir a universidade para o povo”; “colocar a universidade a serviço dos órgãos governamentais”; “colocar a universidade a serviço das classes desvalidas”; e “fazer da universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares”. Entre as propostas elencadas estavam: fim do sistema de cátedras vitalícias; tempo integral para os professores; participação discente nos órgãos deliberativos na proporção de 40%; autonomia universitária; entre outras. A *Declaração* se encerra com uma apreciação do projeto para a nova LDB, considerado insatisfatório pelos estudantes, “por ser o projeto a oficialização do atual estado de coisas do setor educacional”.⁶⁹⁰ Parece-me evidente a mudança de posicionamento entre os dois Seminários realizados em 1957 e este realizado em 1961, muito mais crítico e com um horizonte ampliado de expectativas.

Em julho de 1961, uma nova gestão foi eleita para a UNE, tendo Aldo Arantes como presidente. Marco Aurélio Garcia, um dos estudantes que havia assinado a tese da FEURGS,

⁶⁸⁸ Apud MACHADO, Otávio Luiz. *Aspectos da história das juventudes brasileiras (1930-1985): um resgate histórico sem página virada*. Volume 1: 1930-1962. Frutal: Prospectiva, 2013, p. 415-416.

⁶⁸⁹ Apud FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 149.

⁶⁹⁰ Apud FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 115-161.

participou da composição da diretoria como 2º Vice-Presidente, dedicado aos Assuntos Educacionais e Culturais. Alguns dias depois da posse, no entanto, desencadeou-se a crise da Legalidade, o que ocasionou a transferência da diretoria da UNE do Rio de Janeiro para Porto Alegre, com o objetivo de participar mais ativamente da resistência legalista. Esse fato, segundo Trindade, impulsionou a esquerda estudantil ao reunir os estudantes em luta diante de um fato político concreto.⁶⁹¹ Além disso, esses líderes estudantis dedicaram-se integralmente às atividades políticas e de organização do movimento nos dias em que estiveram na capital gaúcha, discutindo e planejando as ações futuras. Encerrado o Movimento da Legalidade, a UNE produziria uma edição especial de sua publicação oficial, a revista *Movimento*. Nela, apresentou o relato dos acontecimentos, além de declarações e resoluções produzidas como resultado dos encontros. Um desses relatórios foi justamente o Planejamento da 2ª Vice-Presidência, que se propunha a criar uma “assessoria de problemas educacionais” com a finalidade de “colocar em termos objetivos a luta pela reforma universitária”. Além disso, previa a realização de um II Seminário Nacional de Reforma Universitária.⁶⁹²

Em dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a LDB aprovada pelo Congresso Nacional. A lei determinava em seu artigo 78 a participação estudantil nos órgãos deliberativos das faculdades e universidades, sem, no entanto, estabelecer proporção ou quantidade. No mês seguinte à promulgação da lei, a UNE organizou o Encontro sobre Reforma Universitária, que serviu como uma preparação para o II Seminário, concretizado em março de 1962, em Curitiba. O resultado desse último evento foi condensado na *Carta do Paraná*. Esse documento, em grande parte, amplia e aprofunda a *Declaração de Salvador*. Uma modificação importante é a fixação da participação estudantil em 1/3.⁶⁹³

As universidades tinham até o dia 27 de junho de 1962 para adequarem os seus estatutos à nova lei. A partir do Seminário de Curitiba, os centros, diretórios e federações acadêmicas pressionaram as reitorias, sem sucesso, para incluir as reivindicações estudantis. Em maio, o Conselho da UNE reuniu-se no Maranhão e decidiu dar o prazo até 1º de junho para que os estatutos contemplassem a participação estudantil na proporção de 1/3. Como isso não ocorreu, a UNE decretou greve, decisão ratificada pelas uniões estaduais e, depois, discutidas em cada faculdade.

⁶⁹¹ TRINDADE, Hélijo. A Legalidade e o movimento estudantil brasileiro. In: *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 18, p. 129-164, 2011.

⁶⁹² Apud MACHADO, Otávio Luiz. *Aspectos da história das juventudes brasileiras (1930-1985): um resgate histórico sem página virada*. Volume 1: 1930-1962. Frutal: Prospectiva, 2013, p. 335.

⁶⁹³ Apud de FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 200.

A primeira fase da greve se estendeu do dia 1º e ao dia 27 de junho. Esse período é caracterizado pela pressão dos estudantes sobre os conselhos universitários e reitores, com o intuito de modificar os estatutos. No Rio Grande do Sul, a deflagração da greve ocorreu quando UEE estava em plena realização do Congresso Estadual de Estudantes, marcando o início da gestão de Francisco Ferraz, sucessor de Ernildo Stein no comando da entidade.⁶⁹⁴ O congresso definiu, inicialmente, uma greve simbólica de cinco dias, e dava poderes para que os Centros Acadêmicos aderissem ou não à greve. Na semana que se seguiu, os estudantes das diversas faculdades reuniram-se em assembleias para deliberar sobre o assunto. A adesão foi geral na URGS. Na Pontifícia Universidade Católica (PUC), as Faculdades de Direito e Filosofia se integraram ao movimento. Também decidiram favoravelmente o Instituto de Belas Artes e a Faculdade Católica de Medicina.⁶⁹⁵ Nas cidades de Pelotas e Santa Maria, a adesão foi grande.⁶⁹⁶

Algumas faculdades isoladas não demoraram para conceder aos estudantes um aumento da participação. Foi o caso das Faculdades de Direito, Filosofia e Economia de Caxias do Sul, Faculdade de Filosofia de Ijuí, Faculdades de Economia de Bagé e Cruz Alta, Faculdade de Filosofia de Bagé e Faculdade de Belas Artes de Pelotas.⁶⁹⁷ As principais universidades, no entanto, foram inflexíveis. José Otão, reitor da PUC, afirmou que os estatutos já estavam aprovados, prevendo apenas um participante estudantil, situação que se manteve inalterada ao longo da greve.⁶⁹⁸ Na URGS, o reitor Eliseu Paglioli disse que cabia ao Conselho Universitário decidir sobre a questão. Esse conselho reuniu-se diversas vezes e uma comissão chegou a ouvir os alunos em alguns momentos. Colocou-se mais de uma proposta em votação, sendo vencedora aquela que definia a participação de três estudantes no órgão máximo.⁶⁹⁹ Na Universidade de Santa Maria (USM), as propostas de ampliação foram derrotadas, fixando a representação em apenas um estudante.⁷⁰⁰

Aprovados os estatutos nos conselhos universitários, iniciou-se uma segunda fase do movimento. A partir de então, o objetivo dos acadêmicos passou a ser uma intervenção do Ministério da Educação que impusesse às instituições a representação paritária. A greve direcionou-se, então, para exercer pressão com esse fim. O próprio ministério, no entanto,

⁶⁹⁴ Hélió Trindade foi vice-presidente em ambas as gestões.

⁶⁹⁵ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Diário de Notícias*, 7 de junho 1962, não paginado [n.p].

⁶⁹⁶ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Diário de Notícias*, 7 de junho 1962, [n.p]; AHMSM, *A Razão*, 8 de junho de 1962, p. 6.

⁶⁹⁷ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *A Razão*, 16 de junho 1962, [n.p].

⁶⁹⁸ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Correio do Povo*, 31 de maio de 1962, [n.p.].

⁶⁹⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Diário de Notícias*, 19 de junho de 1962, [n.p].

⁷⁰⁰ AHMSM, *A Razão*, 20 de junho de 1962, p. 6.

oscilou em suas posições. Antônio Ferreira de Oliveira Brito, o responsável pela pasta, disse ser favorável a uma maior participação mas condenou que isso fosse um “trampolim de uma revolução social”.⁷⁰¹ Além disso, ameaçou fechar as universidades caso estudantes utilizassem de métodos revolucionários.⁷⁰² Esse mesmo ministro, no entanto, decidiu a favor dos estudantes quanto ao adiamento dos exames semestrais, contrariando o desejo de muitos reitores.⁷⁰³ Em julho, a composição de um novo gabinete ministerial ocasionou a troca na área educacional. O novo ministro, Roberto Lyra, reascendeu as esperanças dos universitários, conforme é possível observar na nota publicada pela UEE no final de julho:

novas condições existem atualmente. Se o ex-ministro Oliveira Brito omitiu-se irresponsavelmente diante de uma greve geral de 100.000 universitários de todo o país, o atual Conselho de Ministros e, particularmente, o senhor Ministro da Educação, prof. Roberto Lyra, são favoráveis a nossa reivindicação e, inclusive, colocaram junto àquelas matérias para as quais pedirão poderes especiais para legislar, em primeiro lugar a nossa reivindicação, havendo portanto, por parte do Conselho de Ministros, caso estes poderes lhe sejam concedidos, a disposição de regulamentar definitivamente a participação estudantil nos termos pleiteados pelos estudantes.⁷⁰⁴

As pretensões estudantis poderiam ser cumpridas, portanto, incluindo-as na solicitação que o primeiro-ministro Brochado da Rocha faria ao Congresso Nacional buscando poderes especiais para o Conselho de Ministros. Contudo, o pedido encaminhado em 10 de agosto deixou de fora essa questão, o que não impediu a forte oposição parlamentar. A crise acabou levando à renúncia de Brochado da Rocha, em setembro de 1962.

O fracasso das manobras políticas foi o golpe final. Incapaz de prosseguir por esses meios a luta pelo co-governo, a UNE resolveu suspender a greve, que então já ultrapassava dois meses e estava bastante desgastada.⁷⁰⁵ A decisão foi seguida pela UEE e o movimento foi encerrado nas faculdades que ainda estavam mobilizadas.⁷⁰⁶ Ao final, ainda que não tenham conseguido aquilo que pleiteavam, a pressão fez com que algumas universidades aumentassem a participação estudantil nos conselhos, como ocorreu na UFRGS, que passou de um a três representantes.

Apesar da grande adesão dos universitários ao movimento grevista, houve também resistências. Em Porto Alegre e na região metropolitana, nota-se uma diferença significativa entre instituições públicas e privadas. Na UFRGS a adesão foi quase total, enquanto na PUC

⁷⁰¹ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Jornal do Dia*, 5 de junho de 1962, [n.p].

⁷⁰² UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Folha da Tarde*, 6 de junho de 1962, [n.p].

⁷⁰³ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Jornal do Dia*, 14 de junho de 1962, [n.p].

⁷⁰⁴ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Correio do Povo*, 31 de julho de 1962, [n.p].

⁷⁰⁵ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Correio do Povo*, 10 de agosto de 1962, [n.p].

⁷⁰⁶ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Folha da Tarde*, 13 de agosto de 1962, [n.p].

atingiu parte das faculdades e, mesmo nessas, houve dissenso.⁷⁰⁷ No Direito, por exemplo, um grupo de acadêmicos organizou um manifesto para que uma nova assembleia fosse realizada. Segundo reportagem do *Jornal do Dia*, “cerca de 70% dos alunos não apoiaram o movimento”.⁷⁰⁸ Por volta de 200 universitários da Filosofia teriam assinado outro documento, argumentando desconhecem a assembleia da faculdade que deliberou sobre o ingresso na greve.⁷⁰⁹

Logo no início, os Centros Acadêmicos Germaine Marsaud e Elias Cirne Lima, das faculdades de Serviço Social e Odontologia da PUC, respectivamente, manifestaram-se contra a greve, mantendo a posição até o fim do movimento paredista. Na Faculdade de Teologia de São Leopoldo, o Centro Acadêmico José Mors argumentou que se tratava de uma “decisão de cúpula”. Além disso, a reivindicação teria sido “apresentada no espírito da luta de classes, alheio à educação que exige uma colaboração entre corpo discente e docente”.⁷¹⁰ Também em São Leopoldo, os estudantes da Faculdade de Economia alertaram para o “caráter anárquico” do movimento.⁷¹¹

Uma das principais barreiras que a greve enfrentou, foi a realização dos exames semestrais. Como a greve teve início em princípios de junho e as primeiras provas aconteceriam na metade desse mês, a questão que se colocava era se a greve deveria ser suspensa ou não nesse período. A decisão dos Centros Acadêmicos foi praticamente unânime, respondendo o chamado da UEE e da UNE, de não comparecimento. No entanto, já prevendo que alguns estudantes tentariam realizar os exames, chegou-se a determinar que aqueles que o fizessem, os chamados “furões” ou “furadores”, seriam expulsos dos quadros de seu respectivo centro, perdendo inclusive os seus direitos políticos estudantis. A justificativa era as decisões teriam sido tomadas em assembleia e, portanto, deveriam ser acatadas.⁷¹²

Houve também, ao longo do processo, a expressão de uma oposição radical. A UNE realizou, em julho, o congresso que encerrou a gestão Aldo Arantes e deu início a gestão de Vinícius Caldeira Brandt, sedimentando a hegemonia da esquerda católica. Esse congresso, no entanto, sofreu ataques do MAC.⁷¹³ Outro grupo, a Frente da Juventude Democrática (FJD),

⁷⁰⁷ Inicialmente aderiram à greve as Faculdades de Direito e Filosofia, mas, posteriormente, aderiram também a Engenharia e a Economia.

⁷⁰⁸ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Jornal do Dia*, 8 de junho de 1962, [n.p].

⁷⁰⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Correio do Povo*, 8 de junho de 1962, [n.p].

⁷¹⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Jornal do Dia*, 6 de junho de 1962, [n.p].

⁷¹¹ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Folha da Tarde*, 7 de junho de 1962, p. 11.

⁷¹² UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Folha da Tarde*, 23 de agosto de 1962, [n.p]; UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Última Hora*, 6 de junho de 1962, [n.p].

⁷¹³ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 62-63, *Última Hora*, 25 de julho de 1962, p. 2.

convocou “os estudantes do país para arrebataram a UNE da esquerda.”⁷¹⁴ Eventos como esses mostram que, ao mesmo tempo que as posições de esquerda avançavam, geravam a reação de movimentos de direita.⁷¹⁵

Alguns jornais destacaram também um movimento de desfiliação da UNE por parte de alguns Centros Acadêmicos, sobretudo no Sudeste. No Rio Grande do Sul, não pudemos localizar nenhuma entidade que tenha procedido dessa forma. Também não encontramos menção a células locais da FJD ou do MAC. O único indicativo de uma articulação de estudantes contrários à greve foi em Santa Maria. Lá, alguns estudantes que teriam realizado pichações criticando o movimento paredista se diziam membros do Movimento Universitário Não-Grevista, mas esclareceram que se tratava de uma organização local.⁷¹⁶

5.4 As Reformas de Base

A luta pela reforma universitária, como destaquei, não estava descolada da luta mais ampla pelas reformas de base. Muito embora a demanda pela ampliação de direitos e maior igualdade social seja anterior, o movimento em torno de um conjunto de reformas surge na virada dos anos 1950 para os anos 1960, e ganha impulso com a mobilização em torno da Legalidade.

Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes consideram o PTB como principal autor dessa agenda.⁷¹⁷ Segundo eles:

Os trabalhistas, com Jango à frente do partido, desde fins dos anos 1950 defendiam um conjunto de reformas econômicas, sociais e políticas que ficaram conhecidas como reformas de base. As organizações nacionalistas e de esquerda adotaram as bandeiras trabalhistas. O conjunto de reformas era amplo: a reforma agrária, bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa e universitária. A ampliação dos direitos políticos também fazia parte da pauta reformista, como o direito de voto aos analfabetos e aos oficiais não graduados das Forças Armadas, além da legalização do Partido Comunista Brasileiro. Outra questão importante era o controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia brasileira. Para os trabalhistas e as diversas esquerdas, as reformas de base permitiriam alterar as

⁷¹⁴ AHMSM, *A Razão*, 15 de julho de 1962, p. 1.

⁷¹⁵ Sobre a oposição à greve do 1/3 por parte do MAC e da FJD no sudeste do país, ver: MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Assis: UNESP, 2013. 405p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2013; SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. Niterói: UFF, 2015. 199p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2015.

⁷¹⁶ AHMSM, *A Razão*, 24 de junho de 1962, p. 8.

⁷¹⁷ Bandeira aponta a mesma origem para as Reformas de Base. Ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 63.

estruturas do país, garantindo o desenvolvimento econômico autônomo, livre da dependência estrangeira, e o estabelecimento da justiça social.⁷¹⁸

As reformas de base teriam sido expressas pela primeira vez pelo partido em 1958 e eram resultado da construção do trabalhismo que buscava sobreviver à morte de Vargas. A partir desse momento, elas foram reivindicadas por outros segmentos de esquerda,⁷¹⁹ embora o PCB e os intelectuais ligados ao ISEB já propusessem soluções semelhantes antes dessa data.

As demandas expressas pelas reformas de base devem ser entendidas a partir do processo de industrialização e urbanização que se acentuou ao longo dos anos 1950. Um dos resultados disso foi o crescimento da classe operária, que cada vez mais buscava representação política. Com o PCB na ilegalidade, o PTB foi o grande representante eleitoral desse contingente. Em 1946, esse partido contava com apenas 22 deputados. Em 1958, esse número passou para 66, transformando-se em 116 com as eleições de 1962.⁷²⁰ Esses dados são ainda mais significativos se considerarmos que a população brasileira era formada por cerca de 40% de analfabetos.⁷²¹ Os partidos e movimentos de esquerda e centro-esquerda supunham que a extensão do voto aos analfabetos faria crescer ainda mais suas chances eleitorais. Por isso, esse era um dos temas principais das propostas reformistas e que enfrentava grande resistência entre os partidos de direita e centro-direita.

Embora o PTB tenha dado forma a essas demandas, elas já estavam postas por diversos movimentos sócio-políticos ao longo dos anos 1950.⁷²² Além disso, há de se considerar o papel do PCB,⁷²³ que mesmo não participando diretamente do processo eleitoral, formulava um programa nacional-reformista. Como aponta Carlos Fico:

Essas reformas eram bastante indefinidas. Constituíam-se em metas que, de algum modo, incorporavam ao ideário trabalhista os objetivos estabelecidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) ainda nos anos 1950. Buscariam fomentar o desenvolvimento capitalista no Brasil tendo em vista uma pretendida “revolução nacional e democrática”, conforme o jargão comunista. Mas, no governo Goulart, elas assumiram uma conotação menos revolucionária e mais nacionalista. Eram vagas,

⁷¹⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 57.

⁷¹⁹ *Ibid.*, p. 76.

⁷²⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 57.

⁷²¹ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. Kindle. São Paulo: Editora Contexto, 2014, posição 408.

⁷²² Destaco também a importância do ISEB e da Frente Parlamentar Nacionalista na elaboração de propostas avançadas de transformação social.

⁷²³ A partir de março de 1958, o PCB passou a apostar numa estratégia pacífica, considerando que as cisões nas classes dominantes e as contradições entre desenvolvimento nacional e imperialismo possibilitariam a formação de um bloco nacional-reformista que realizasse importantes transformações na estrutura social do país. In: REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 23. Os dois principais focos de luta seriam contra o imperialismo político e econômico e contra as relações semifeudais no campo (Idem, p. 24). Essa linha do partido, no entanto, enfrentou resistências internas, que acabaram inclusive levando à cisão entre PCB e PCdoB.

serviam mais ao proselitismo político. Entretanto, segundo o historiador Jacob Gorender, a luta pelas reformas de base foi a causa da grande dinamização social que o país experimentou entre 1963 e 1964, “uma situação pré-revolucionária”. Tratava-se da demanda, sempre mobilizadora, de que é preciso “mudar tudo que aí está”.⁷²⁴

No trecho citado acima, Fico avalia que as reformas eram vagas. Marcos Napolitano defende uma visão semelhante. Segundo ele, tratava-se mais de uma agenda do que de um projeto político elaborado. Daniel Aarão Reis Filho, por sua vez, considera que havia um consenso em torno da necessidade de reformas, mas as divergências eram insuperáveis quando se discutia os meios de realizá-las.⁷²⁵

Com a posse de João Goulart, em setembro de 1961, essa agenda foi colocada em primeiro plano. Garantida após grande mobilização popular, esperava-se que as reformas fossem logo implementadas. No entanto, já nesse momento surgiram frustrações dentro do campo reformista. Os sindicatos, a UNE, o PCB, além dos setores trabalhistas ligados a Brizola, enxergaram a emenda parlamentarista como um “golpe branco”, pois o presidente não teria plenos poderes e no Congresso Nacional predominavam os partidos conservadores.⁷²⁶ Na prática, a emenda tinha o objetivo de conter as demandas progressistas.

As esquerdas, a partir daí, adotaram como estratégia a pressão popular sobre o presidente e os parlamentares, visto que consideravam como imprescindíveis a execução imediata das reformas. Nesse sentido, é importante destacar que a economia brasileira, que durante o governo JK apresentava altas taxas de crescimento, havia desacelerado, e a inflação cada vez mais corroía o poder de compra dos trabalhadores. Esse fator aumentava a insatisfação com as tentativas conciliatórias de Goulart, que eram vistas como protelatórias. Aliás, quando o presidente discursou em 1º de maio de 1962, apontando a necessidade de uma Constituinte para a consecução das reformas,⁷²⁷ as esquerdas se posicionaram contra, pois acreditavam que desse modo as mudanças demorariam ainda mais e as necessidades eram urgentes.⁷²⁸

Ao longo de 1962, o parlamentarismo foi se desgastando. Os movimentos de esquerda atribuíam a esse sistema a lentidão das medidas e os grupos de direita consideravam que ele gerava instabilidade, tendo em vista a intensificação das mobilizações sociais. A organização

⁷²⁴ FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, posição 471.

⁷²⁵ REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 22.

⁷²⁶ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. Kindle. São Paulo: Editora Contexto, 2014, posição 508.

⁷²⁷ Pela proposta de Jango, o Congresso Nacional eleito em 7 de outubro assumiria com poderes de uma Constituinte.

⁷²⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 105-106. Esse foi por exemplo, o caso do PCB, que achava ser possível avançar dentro dos limites legais. Ver: REIS FILHO, op. cit., p. 29.

dos trabalhadores levou a uma greve geral por ocasião da nomeação de Auro de Moura Andrade para a chefia do governo. Cobrava-se, entre outras questões, a formação de um gabinete nacionalista. O Comando Geral de Greve (CGG), estabelecido na ocasião, se transformaria no mês seguinte no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade intersindical onde atuavam trabalhadores ligados ao trabalhismo e ao PCB.⁷²⁹ Também em 1962 aconteceu a greve dos estudantes, que comentei anteriormente. Havia, portanto, um clima crescente de agitação política.

No governo, durante esse período, houve grande inconstância no cargo de primeiro-ministro. Tancredo Neves renunciou em julho, declarando que tal medida era necessária para cumprir seu intento de se candidatar a deputado federal por Minas Gerais. Segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, entretanto, tratava-se de um descontentamento com a posição assumida por Jango no discurso de 1º de maio. A partir daí, foram nomeados San Tiago Dantas, que foi vetado pelo Congresso; Auro de Moura Andrade, que renunciou após 24 horas; e Brochado da Rocha. Este último requisitou poderes especiais para que o Executivo legislasse sobre determinadas matérias. Era uma forma de acelerar o andamento das reformas e atender às pressões populares. Brochado era próximo de Brizola e, portanto, do grupo mais à esquerda do PTB. O pedido, no entanto, foi negado, levando o primeiro-ministro a renunciar. O último político a ocupar o cargo foi Hermes Lima, do PSB, tido como moderado. Ferreira e Gomes levantam a hipótese das escolhas de Jango terem sido propositalmente pensadas para enfraquecer o parlamentarismo, ou ao menos para não o fortalecer.⁷³⁰ O objetivo do presidente era retomar plenos poderes através da antecipação de um plebiscito que definiria o regime político. O intento inicial era que ele fosse realizado em setembro, junto com as eleições para o Congresso Nacional, além de governos de alguns estados. Após negociações, no entanto, definiu-se a realização para janeiro de 1963.

O segundo semestre de 1962 foi tomado pela campanha do retorno ao presidencialismo. Até mesmo a grande imprensa apoiou a iniciativa. Em janeiro, a vitória veio por grande margem, e foi entendida como uma aprovação do programa trabalhista.⁷³¹ As esquerdas ficaram na expectativa de que a partir daquele momento, acelerar-se-iam as reformas. No entanto, a

⁷²⁹ SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o partido da classe operária na redemocratização. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel. (Org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 128.

⁷³⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 107.

⁷³¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 90. Os comunistas, por exemplo, “interpretaram o plebiscito como um voto pelas reformas de base e contra o imperialismo”. In: REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 31

composição dos ministros, com perfil de centro-esquerda, teria desagradado setores mais radicais. O Plano Trienal, elaborado por San Tiago Dantas e Celso Furtado, com o objetivo de estabilizar e controlar a economia, também foi amplamente rejeitado, pois implicava restrição de crédito e arrocho salarial. Iniciado em janeiro, o plano não sobreviveria ao mês de maio, quando Jango cedeu às diversas pressões que recebeu. Segundo Bandeira, “Goulart tinha compromissos com a classe trabalhadora e, de modo geral, com todos os assalariados que representavam sua base política e sua força eleitoral”,⁷³² e nunca havia estado plenamente de acordo com o plano, sobretudo devido aos impactos dele sobre os trabalhadores.⁷³³

Em janeiro de 1963, foi formada a Frente de Mobilização Popular (FMP), a qual, sob a liderança de Brizola, reunia os sindicalistas através do CGT e do Pacto de Unidade e Ação (PUA); os estudantes através da UNE e da UBES; organizações de esquerda como as Ligas Camponesas, a AP e setores do PCB; alas de partidos como o PTB, o PSB e o PSP; além de militares subalternos das Forças Armadas.⁷³⁴ O principal objetivo da Frente era pressionar para a realização de um “programa máximo” de reformas, rompendo com o centro, representado pelo PSD, e adotando medidas imediatas. A FMP era resultado, portanto, da mobilização crescente das esquerdas. De acordo com Fico, “comunistas e nacionalistas de esquerda, a partir da vitória do plebiscito, tentaram obter de Goulart uma definição clara em favor das reformas, pois Jango parecia titubear, não abraçando, em definitivo, as posições de esquerda”.⁷³⁵

Talvez o tema de maior atrito das Reformas de Base fosse a Reforma Agrária, tendo em vista que tocava a propriedade da terra e, portanto, as bases da organização socioeconômica brasileira. Em março de 1963, a mensagem de Jango ao Congresso Nacional coloca a Reforma Agrária como prioridade. As propostas do governo, baseadas na Constituição vigente, previam algum tipo de indenização para as desapropriações. O PSD, no entanto, era irredutível, aceitando apenas que fosse pago o preço de mercado pelas propriedades. A FMP, por sua vez, dentro da ideia do “programa máximo”, defendia que não deveria haver indenização de qualquer espécie. Estava travado um impasse, que mobilizou discursos e ações de todos os lados do espectro político.⁷³⁶

⁷³² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 105.

⁷³³ Ver também: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 152-153.

⁷³⁴ FERREIRA; GOMES, op. cit., p. 132-135; NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. Kindle. São Paulo: Editora Contexto, 2014, posição 561.

⁷³⁵ FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, posição 484. Ver também: NAPOLITANO, op. cit., posição 551.

⁷³⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, posição 498;

A posição de Jango diante do movimento crescente de pressão pelas reformas era oscilante. Ao longo do segundo semestre de 1963, buscou negociar com o PSD em troca de ministérios, mas a reação do PTB fez o presidente recuar, acenando para os grupos de esquerda. Em setembro e outubro, dois acontecimentos marcaram o processo de aguçamento das divergências políticas. O primeiro foi a revolta dos sargentos diante da negativa da justiça de estender a essa categoria o direito da elegibilidade. O movimento foi reprimido com apoio do governo, gerando protestos das esquerdas. Na sequência, houve os pronunciamentos de Peri Bevilacqua, general tido como legalista, que alertava para o que considerava ações nocivas do CGT. As esquerdas pediram sua exoneração, enquanto as direitas manifestavam seu apoio ao general. Jango acabou o promovendo, entretanto não teria comando de tropas no novo posto.⁷³⁷

O outro acontecimento marcante foi a tentativa de decretação de Estado de Sítio. Jango tomou a decisão de encaminhar o pedido ao Congresso por sugestão da cúpula militar, que desejava uma intervenção na Guanabara. O motivo alegado eram as declarações que Carlos Lacerda havia dado ao jornal *Los Angeles Times* onde insinuava que os Estados Unidos deveriam auxiliar a pôr fim no governo Jango. A proposição do Estado de Sítio, todavia, foi rejeitada pelas direitas e pelas esquerdas. Havia o temor de que esse mecanismo seria usado na sequência para reprimir os movimentos reformistas. O presidente recuou e retirou o pedido, gerando descontentamento entre os militares e fortalecendo as articulações golpistas de Carlos Lacerda.⁷³⁸

Ainda nos meses de setembro e outubro, duas greves tiveram grande repercussão. A primeira foi uma greve nacional dos bancários e a segunda a “Greve dos 700 mil”, que reuniu diversas categorias no estado de São Paulo. Os movimentos paredistas vinham crescendo, num contexto de uma economia inflacionária com grandes perdas salariais dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, eram vistas como instrumento de pressão diante de um Congresso Nacional conservador e um presidente vacilante.⁷³⁹

Em novembro de 1963, Leonel Brizola propõe a formação dos Comandos Nacionalistas, ou Grupos de 11. Em uma analogia com os times de futebol, tratava-se de reunir núcleos de onze companheiros em todo o Brasil para se integrarem na luta pelas reformas e prepararem a

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. Kindle. São Paulo: Editora Contexto, 2014, posição 605.

⁷³⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 184.

⁷³⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 130-132; FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, posição 512-539; NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. Kindle. São Paulo: Editora Contexto, 2014, posição 628. Ver também: FERREIRA; GOMES, op. cit., p. 188-193.

⁷³⁹ FERREIRA; GOMES, op. cit., p. 211.

defesa contra um possível golpe de direita.⁷⁴⁰ Havia um sentimento crescente entre os setores reformistas mais radicais de que a única estratégia possível era a ação direta. A iniciativa teve grande repercussão, sendo vista pelos grupos anticomunistas como uma prova das intenções subversivas de Brizola.⁷⁴¹

Alguns autores, como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) e Daniel Aarão Reis Filho (1990), avaliam a responsabilidade das esquerdas no enfraquecimento do governo de João Goulart. Segundo eles, os métodos empregados para atingir os fins desejados (as reformas) passavam por rejeitar a democracia liberal consagrada na Constituição de 1946 e pela estratégia de pressão popular. Desse modo, inviabilizavam o contato de Goulart com o centro, representado pelo PSD, que seria a única maneira de possibilitar a aprovação das medidas no parlamento. Esse tipo de suposição, no entanto, tem pouca validade histórica. Dentro dessa mesma lógica, poder-se-ia supor que um alinhamento do presidente com as esquerdas logo após à Legalidade, quando contava com a força das ruas e do III Exército, teria lhe dado maior estabilidade e sucesso nas reformas. Essas são questões do debate político que permanecem em aberto.

De qualquer forma, em fins de 1963 Jango buscou reaproximar-se de Brizola, diante da incapacidade de selar acordo com o PSD, que exigia uma declaração de apoio a JK nas eleições de 1965. Emissários do governo encontravam-se também com o PCB.⁷⁴² O presidente acenava para a esquerda com algumas medidas, como o anúncio da encampação de refinarias particulares. No início de 1964, chegou a haver nova tentativa de fortalecer o campo centrista, com as articulações de San Tiago Dantas visando constituir a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, que foi prontamente rejeitada pelas esquerdas. Jango acabou, então, aderindo à Frente Única de Esquerda, proposta por Brizola.⁷⁴³

Foi nesse contexto que se organizou o Comício da Central do Brasil, planejado desde final de janeiro e marcado para o dia 13 de março. Ele estava previsto como o início de uma série de outras manifestações públicas com participação do presidente, que culminaria no dia 1º de maio. No Comício da Central, falaram lideranças de diversos movimentos e entidades que compunham a luta pelas Reformas de Base, como Brizola, em nome da FMP e José Serra, em

⁷⁴⁰ Havia certa dubiedade no discurso de Brizola, mas dimensão defensiva era predominante. Ver: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza “O povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, posição 873.

⁷⁴¹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 205-207; FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, posição 554.

⁷⁴² REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 32.

⁷⁴³ FERREIRA; GOMES, op. cit., p. 239.

nome da UNE. Goulart foi o último a falar, levantando a necessidade de revisar a constituição e anunciando o decreto da SUPRA que desapropriava terras às margens das rodovias federais e a encampação de refinarias particulares.⁷⁴⁴ Tratava-se da adesão pública do presidente ao “programa máximo” propostos pelos movimentos.⁷⁴⁵

Poucos dias depois, Jango enviou mensagem ao Congresso Nacional, delineando o projeto reformista. Moniz Bandeira destaca 5 pontos:

1. Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro. / 2. Reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que “os alistáveis devem ser elegíveis” / 3. Reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra / 4. Reforma da Constituição, para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República / 5. Consulta à vontade popular, através de plebiscitos para o referendo das reformas de base.⁷⁴⁶

As pesquisas de opinião mostram que o presidente e as Reformas de Base tinham grande aprovação. Em junho e julho de 1963, o governo era avaliado como bom ou ótimo por 35% dos entrevistados, e regular por 41%. Em Porto Alegre, os índices eram ainda mais elevados: 62% consideravam ótimo ou bom e 23% regular.⁷⁴⁷ Em março de 1964, a Reforma Agrária era considerada necessária por 72% dos entrevistados – em Porto Alegre eram 70%.⁷⁴⁸ Isso não significava necessariamente que concordavam com o “programa máximo” defendido por setores da esquerda. A mesma pesquisa realizada em 1963 mostrou que apenas 19% se identificavam com a esquerda, 23% com a direita e 45% com o centro.⁷⁴⁹ De qualquer maneira, havia grande receptividade para reformas, ainda que moderadas. As propostas levantadas por Jango, contudo, não puderam ser implementadas, tendo em vista que a oposição crescente e os movimentos conspiratórios acabaram por abreviar o seu governo.

⁷⁴⁴ FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, posição 600.

⁷⁴⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 279.

⁷⁴⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 163.

⁷⁴⁷ *Ibid.*, p. 186.

⁷⁴⁸ FERREIRA; GOMES, *op. cit.*, p. 295.

⁷⁴⁹ *Ibid.*, p. 296. A pesquisa nomeava Brizola e Arraes como lideranças de esquerda, Juscelino Kubistchek e Magalhães Pinto, de centro e Lacerda e Ademar de Barros como direita.

6 A AÇÃO CONSERVADORA

Desde 1961, diante da mobilização popular, grupos empresariais e militares e organizações da sociedade civil se prepararam para pressionar e interferir no processo político. A partir de 1963, essa interferência se converteu em uma verdadeira campanha de desestabilização do governo de João Goulart, culminando em posições abertamente golpistas no início do ano seguinte.

Entre os universitários, é em 1963 que se delimitam os movimentos de direita. Até então, simpatizantes dessa tendência participavam da política estudantil, formando chapas para concorrer em eleições, defendendo posições individualmente ou militando em partidos políticos. No entanto, é apenas a partir de 1963 que notamos o surgimento de grupos de nítida oposição à UNE, ao governo João Goulart e à agenda reformista, que se organizam para além de suas faculdades específicas. É também a partir desse momento que esses grupos, movimentos e entidades se articulam com outras forças conservadoras.

Nesse capítulo, destacaremos a ação do Movimento Democrático Universitário (MDU), o papel aglutinador da FEUP, o engajamento estudantil no seminário “Educando para a Democracia” e, por fim, a posição dos estudantes de direita diante do Golpe de 1964.

6.1 A Articulação Opositorista

Segundo Caio Navarro de Toledo, “o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado”.⁷⁵⁰ Os grupos que haviam tentado bloquear a sua posse, continuaram conspirando. Ao longo do período, somam-se outros grupos que não estavam necessariamente, desde o início, empenhados em derrubar o governo, mas pretendiam desestabilizá-lo.⁷⁵¹ É importante destacar que, em 1961, não havia uma base social de apoio às iniciativas da Junta Militar. A partir de 1961, no entanto, as oposições buscaram criar uma aparência de consenso contra Jango e as esquerdas.

Um dos pontos de construção desse discurso buscava identificar a mobilização popular e a demanda por reformas estruturais como uma ameaça subversiva. O anticomunismo era

⁷⁵⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 7.

⁷⁵¹ Segundo Carlos Fico, a “campanha de desestabilização” iniciou em 1961, ganhando força em 1962 e 1963. “No entanto, não há evidências de que todos os envolvidos desde o início, planejassem a derrubada de Goulart. Queriam enfraquecê-lo, tendo em vista as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral que levaria à escolha do novo presidente em 1965. A conspiração pela sua derrubada, pode-se afirmar com segurança, começou em 1963”. FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, posição 386.

antigo no país, manifestando-se logo após a Revolução Russa e fortalecendo-se na conjuntura entre 1935 e 1937. Em 1961, já atuavam algumas organizações anticomunistas, como a Cruzada Brasileira Anticomunista, sob a liderança do Almirante Pena Boto e que tinha sua expressão no movimento estudantil com a FJD; a TFP, fundada por Plínio Correa de Oliveira e com atuação mais significativa no estado de São Paulo; e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

O IBAD foi fundado em 1959 e desde esse ano publicava a revista *Ação Democrática*. Através dessa revista, propagava a existência de uma ameaça comunista iminente que deveria ser prontamente combatida. Além disso, buscava dar visibilidade a grupos que o IBAD articulava no movimento sindical e estudantil, que eram nomeados “democráticos”. Esse instituto também atuou no campo, sobretudo no Nordeste, apostando em projetos de modernização agrícola, pois viam aí uma alternativa para a Reforma Agrária radical proposta pelas Ligas Camponesas e outros grupos de esquerda, com forte atuação nessa região do país.⁷⁵² Com intuito semelhante, desenvolveram estudos para contrapor outros pontos da agenda reformista de esquerda, algo que foi depois continuado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

No entanto, é apenas em 1962 que essa entidade ocupou um papel nacional relevante. Naquele ano, ocorreriam eleições nos estados e para o Congresso Nacional. O IBAD, como já demonstraram diversos autores,⁷⁵³ financiou com apoio da CIA campanhas dos parlamentares que formavam a Ação Democrática Parlamentar (ADP), aliança que unia os opositores de Jango. Os recursos foram distribuídos tanto a deputados e senadores quanto a candidatos aos governos estaduais, como no caso da sucessão gaúcha, em que apoiaram Ildo Meneghetti, do PSD. Apesar do enorme fluxo de dinheiro para as campanhas, não conseguiram barrar o crescimento dos setores progressistas e de esquerda. O PTB, por exemplo, viu sua bancada praticamente duplicar na Câmara dos Deputados. Também não impediram a eleição de alguns governadores com esse mesmo perfil, como Miguel Arraes, em Pernambuco, e Bagder da Silveira, no Rio de Janeiro.

Após inúmeras denúncias, uma CPI foi aberta para investigar o caso, visto que a lei brasileira impedia o financiamento estrangeiro para as campanhas. Em 1963, o IBAD foi, inicialmente, suspenso por três meses e, logo em seguida, fechado. Além de financiar campanhas, servia como articulador de diversos grupos oposicionistas que surgiram a partir de

⁷⁵² A coleção completa da revista *Ação Democrática*, onde são defendidos esses posicionamentos, pode ser encontrada na Biblioteca do Centro Universitário Franciscano, em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

⁷⁵³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981; BANDEIRA Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

1961 espalhados pelo país. Segundo Dreifuss, entidades estudantis, sindicais e femininas recebiam apoio do IBAD. Além do dinheiro da CIA, recebia contribuição de empresários.

Articulado com o IBAD funcionava outra instituição.⁷⁵⁴ O IPES foi criado no final de 1961, na cidade de São Paulo, por um grupo de empresários. O setor empresarial, mesmo aquelas empresas cujos diretores ou proprietários não estavam envolvidos diretamente com as atividades organizativas, contribuía financeiramente para as atividades. O Instituto funcionava, ao mesmo tempo, como formulador ideológico e como um grupo de pressão de uma fração do empresariado. O IPES deveria propagandear a necessidade e os benefícios da livre-iniciativa através de palestras, livros, cursos de formação, filmes, entre outros. Tratava-se de construir um consenso contrário ao “programa máximo” de reformas defendido pelas esquerdas, apontando alternativas liberais de desenvolvimento.

Nesse sentido, o Instituto iniciou um amplo programa de estudos e elaboração de propostas. Como destacou Hernán Ramírez, a Ditadura Brasileira foi não apenas uma “contrarrevolução preventiva”. Ela teve um projeto refundacional, no sentido de “remover as causas que provocavam o processo de radicalização que ameaçava o *status quo*, processo que precisava atingir todas as estruturas”.⁷⁵⁵ O IPES, como membro da coalizão golpista, foi um dos formuladores desse projeto. As principais ideias desenvolvidas sobre esse tema foram expostas num documento lançado em 1963 e que contemplava vinte e três reformas, incluindo a Agrária, a Bancária, a Educacional, a Política, entre várias outras. De modo geral, a “ênfase estava na valorização da iniciativa privada e no aumento da produtividade geral da economia”.⁷⁵⁶

Algumas propostas exemplificam tanto a intenção reformista quanto os limites do projeto do IPES, revelando suas dimensões ideológicas. Segundo Briso Neto, as modificações propugnadas para a Reforma Eleitoral “dependiam do aprimoramento intelectual e moral da população brasileira”. O voto do analfabeto, uma das principais demandas das esquerdas, deveria ser aprovado, mas apenas “no âmbito da comunidade local”. Quanto a política externa,

⁷⁵⁴ Segundo Hernán Ramírez, as relações entre o IPES e o IBAD não eram muito claras, mas havia um “*modus vivendi* de colaboração informal” entre eles, evidenciado em diversos momentos, como nas eleições de 1962. Ver: RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 190.

⁷⁵⁵ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Além do Golpe e da repressão: a Ditadura Brasileira e suas peculiaridades como projeto refundacional no contexto global. In: *Historiae*, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 227-248, 2014, p. 229.

⁷⁵⁶ BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. *O conservadorismo em construção*: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da Ditadura Militar (1961-1966). Campinas: UNICAMP, 2008. 196p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2008, p. 28.

deveria atender à “tradição política democrática e cristã”, buscando uma aproximação maior com o Ocidente. A Reforma Agrária teria como objetivo “criar uma classe média rural” e, para esse fim, eram previstas penalizações para o latifúndio improdutivo. No campo educacional, buscava-se uma integração entre as empresas e os estabelecimentos de ensino. Ao menos uma reivindicação estudantil, o fim da vitaliciedade de cátedra, estava incorporada. A Reforma Tributária previa uma mudança na estrutura dos impostos, que deveria incidir mais sobre a renda e o patrimônio e menos sobre o consumo.⁷⁵⁷ Apesar de limitado, o IPES concedia ao Estado algumas funções econômicas, o que traz algumas semelhanças como o ordoliberalismo alemão e a Doutrina Social da Igreja. Esse último ponto também pode ser vislumbrado nas propostas de “democratização do capital” e participação dos empregados no lucro das empresas.⁷⁵⁸ Várias políticas implementadas posteriormente pela Ditadura Civil-Militar se assemelhavam às propostas do IPES, como nos campos da Reforma Agrária e das Reformas Bancária e Monetária. Muitos ipesianos, inclusive, ocuparam postos-chave nos governos, participando diretamente da formulação e execução desses projetos.⁷⁵⁹

Entidade semelhantes ao IPES foram também criadas em outros estados do país, como em Minas Gerais, na Guanabara e no Rio Grande do Sul. O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL), foi fundado em 1962 e da mesma forma que o seu congênere paulista, era dirigido por empresários. Uma das principais ações do IPESUL foi a publicação da revista *Democracia e Empresa*, que veiculava seus preceitos. Além disso, participava da articulação com políticos e movimentos oposicionistas. No entanto, encontrei poucas evidências da relação entre essa entidade e os movimentos estudantis do Rio Grande do Sul.

Em *1964 – A Conquista do Estado*, René Dreifuss dedica algumas páginas para analisar a relação entre o IPES e os estudantes. Segundo o autor, o meio estudantil era visto como um local fértil para a circulação de ideias subversivas. Por esse motivo, era necessário disputar esse campo por meio da propaganda. Assim, o IPES investiu na produção e divulgação de material para os estudantes, na realização de cursos de formação e no financiamento e organização de entidades “democráticas”.

⁷⁵⁷ BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da Ditadura Militar (1961-1966)*. Campinas: UNICAMP, 2008. 196p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2008.

⁷⁵⁸ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Além do Golpe e da repressão: a Ditadura Brasileira e suas peculiaridades como projeto refundacional no contexto global. In: *Historiae*, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 227-248, 2014.

⁷⁵⁹ Ibid.

Uma das principais ações do IPES no campo estudantil foi a publicação do livro *UNE – instrumento de subversão*, de autoria de Sonia Seganfredo. Essa publicação buscava demonstrar como a UNE havia sido tomada por ideias comunistas e agia no sentido de subverter a democracia no país. A obra teve grande repercussão na época e exemplares dela podem ser encontrados em algumas bibliotecas de universidades do Rio Grande do Sul, como a PUCRS e a UNISINOS, entre outras, o que me leva a supor que pelo menos alguns estudantes devem ter tido acesso e lido o livro.

Apesar dessa relação apontada por Dreifuss, tive dificuldade em estabelecer uma relação mais concreta entre os movimentos estudantis do estado e o IPES, o IBAD ou o IPESUL no período anterior ao Golpe de 1964, como já mencionei. Nas entrevistas realizadas para essa tese, em geral se negou envolvimento com esses institutos. Alguns ex-militantes levantaram suspeitas de que poderia ter ocorrido alguma tentativa de financiamento ou apoio, mas não sabiam especificar para qual atividade ou grupo e de que forma esse contato era feito. Nos arquivos do IPES, disponibilizados através do portal do Arquivo Nacional, também não consegui localizar qualquer documento que atestasse essa relação. Existe uma única menção que Dreifuss faz aos estudantes gaúchos, mas mesmo aí devemos prosseguir com cautela, como demonstro adiante nesse capítulo. A falta de uma conexão mais estreita, ou de indícios dessa conexão, não implica que tenha inexistido qualquer influência. A própria estratégia do IPES buscava ocultar a ação do Instituto e essa foi a chave de seu sucesso, em contraste com o IBAD, que havia cometido o erro de se expor em demasia, resultando na CPI e na suspensão de seu funcionamento.⁷⁶⁰ Nesse sentido, havia algumas relações indiretas das organizações empresariais com os estudantes, através sobretudo do instituto Convívio, como veremos adiante.

6.2 Os Estudantes e a Campanha de Desestabilização do Governo Jango

Não foi possível identificar muitos grupos organizados de direita dentro do movimento estudantil antes de 1962 ou 1963. Como procurei demonstrar no episódio da visita de Prestes ao Rio Grande do Sul, havia um imaginário anticomunista disseminado, com força sobretudo entre os colégios e faculdades católicas – mas não só – influenciados pela pregação de padres

⁷⁶⁰ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 284-285.

e professores que souberam atingir valores compartilhados pelos estudantes e pelas suas famílias. No entanto, esses jovens não estavam organizados ainda em entidades específicas. A FJD, atuante no Sudeste desde os anos 1950, não parece ter exercido atividades no Rio Grande do Sul. A TFP teve pouca expressividade antes de 1964 e não encontramos menções ao MAC.

Os diferentes níveis de organização da direita estudantil em cada estado, bem como o caráter regional da maioria dos movimentos, não é exclusividade da política estudantil. Gláucio Ary Dillon Soares já ressaltou que a organização federativa do Brasil não era apenas formal. A Primeira República fortaleceu os estados ao dar-lhes recursos financeiros, bem como a possibilidade de organizar forças armadas próprias. Durante o primeiro governo de Vargas, alguns limites foram impostos e gestaram-se outras tendências. Mas os entes federativos continuaram concentrando grande poder, em parte porque a estrutura socioeconômica que sustentava esse poder continuou existindo, inclusive, depois de 1945. Com o fim do Estado Novo, organizam-se partidos políticos nacionais, sendo os três principais o PSD, o PTB e a UDN. Contudo, permanecem existindo partidos de caráter estadual, sobretudo se classificados a partir de sua expressão eleitoral, como o PL, o PTN, o PR, o PRP, o PSP, entre outros.⁷⁶¹ Entre os estudantes, alguns movimentos de esquerda conseguiram projeção nacional, porque apoiados em organizações ou instituições preexistentes bastante enraizadas, como é o caso do PCB e da Ação Popular, essa favorecida pela capilaridade da JUC. Além disso, a conquista da UNE em 1956 pelas forças progressistas contribuiu para sustentar a abrangência nacional dessas forças, algo com o qual os grupos liberais e conservadores não puderam contar. Desse modo, a organização dos estudantes anti-esquerdistas se deu, principalmente, em bases estaduais, favorecida inclusive pela conquista de algumas UEEs, como em Minas Gerais, no Paraná e na Bahia.

TFP, MAC e FJD podem ser consideradas movimentos da direita radical. No entanto, mesmo organizações que pudessem ser consideradas como moderadas não são facilmente localizáveis. Até o final dos anos 1950, as juventudes partidárias parecem ter cumprido esse papel. Assim, é possível identificar lideranças estudantis ligadas aos partidos políticos então existentes, em todos os pontos do espectro político. Flávio Tavares, presidente da UEE na gestão 1954-55, por exemplo, era ligado ao PSB. Leônidas Xausa, que disputou uma eleição com Tavares, era do PDC. Pedro Simon, presidente do CAMC e candidato derrotado nas eleições de 1955 para a UEE, pertencia ao PTB. Adão Faraco, presidente da UEE em 1959, era filiado ao PL, e Osvaldo Della Giustina, eleito em 1960, ao PDC. No entanto, as candidaturas

⁷⁶¹ Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

e gestões mencionadas não podem ser vistas como um objetivo imposto pelos partidos. A identificação partidária daqueles estudantes que dirigiram ou disputaram a UEE nos revela as suas preferências políticas e ideológicas, mas não deve ser vista como manifestação de um projeto partidário para o movimento estudantil. Isso, todavia, não significa que não fosse parte de uma estratégia política para aumentar a influência desses partidos entre os jovens e acumular capital político para aqueles que quisessem seguir a vida partidária. Aliás, acusações de que certos jovens queriam usar a militância estudantil como um “trampolim” político eram comuns. Entretanto, um discurso de rejeição a essa atitude foi crescendo a ponto de, no início dos anos 1960, encontrarmos poucos jovens que tenham ocupado a direção de entidades universitárias importantes e, ao mesmo tempo, declarassem sua vinculação a um partido político.

Até o início dos anos 1960, a influência partidária era visível também entre os secundaristas, como José Hugo Mardini, presidente da UGES na gestão 1959-60 e uma liderança da Mocidade do PSD; Victor José Faccioni, que sucedeu Mardini na UGES e foi candidato a deputado pelo PRP e eleito vereador em Caxias do Sul pelo PDC; e Reginaldo Pujol, presidente nacional da Ala Moça da UDN e que também atuou, em 1963, na União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA). Após o Golpe, encontramos novas vinculações entre estudantes e partidos políticos, mas em um novo contexto, que abordarei no Capítulo 8.

A falta de uma organização política que agregasse os estudantes de direita antes de 1962 ou 1963, no entanto, não significa que não existiam estudantes dessas tendências ou que eles não atuassem na política estudantil. Significa, isso sim, que sua participação estava mais vinculada a iniciativas individuais ou a uma rede de relações pessoais. Assim, formavam chapas e concorriam às entidades, mas não havia unidade programática ou de ação, abrangendo eleições em entidades diferentes em um mesmo ano ou em uma mesma entidade ao longo do tempo.

O Rio Grande do Sul, é importante destacar, foi governado por Leonel Brizola até março de 1963. Embora seu governo fosse fruto de uma composição que reunia também o PRP e o PSP, assumiu cada vez mais uma posição nacionalista e de esquerda, contando entre suas iniciativas a ampliação do número de escolas, a encampação de companhias estrangeiras de energia e telefonia, a criação da Caixa Econômica Estadual e do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), além da liderança política na Campanha da Legalidade.⁷⁶² Em outubro de 1962, no entanto, as eleições para a escolha do novo governador deram vitória ao candidato

⁷⁶² Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; SOUZA, Alda; SOARES, Floriano. *Leonel Brizola*. 5. ed. Porto Alegre: Tchê, 1985.

Ildo Meneghetti, através de aliança entre PSD, UDN, PL, PRP e PDC, partidos que formavam a Ação Democrática Popular (ADP). Como foi mencionado, esse bloco conservador foi financiado pelo IBAD, buscando neutralizar o avanço dos setores reformistas mais radicais.⁷⁶³

No campo estudantil, em 1962, Airton Nogueira foi eleito para a FEUP. A entidade, que havia tido alguma projeção durante as gestões de Osvaldo Della Giustina e José Maria Eymael, praticamente desaparece dos jornais no período seguinte. As duas menções que encontrei não trazem o nome do presidente, apenas do vice: Henos Francisco Locatelli. No entanto, sob a presidência de Nogueira, a FEUP cresce em participação e relevância, sendo um importante polo de articulação da direita estudantil.

O congresso que o elegeu foi tumultuado. Segundo declarações do presidente eleito, estudantes não-credenciados teriam insuflado alguns delegados, ocasionando a saída em protesto de 14 deles do conclave. O número total de delegados era de 56, representando 28 entidades filiadas. Um manifesto teria sido escrito, denunciando como ilegal a convocação da reunião.⁷⁶⁴

Durante os meses de junho a agosto, quando estourou a greve do 1/3, a FEUP pouco se manifestou, restringindo-se a enviar nota dizendo não ter ainda uma definição sobre o assunto.⁷⁶⁵ Em setembro do mesmo ano, a FEUP assina uma nota conjunta com a UEE, a FEURGS e o DCE da PUC. O texto proclamava a independência dos estudantes universitários frente às articulações partidárias, definia a oposição entre presidencialismo e parlamentarismo como “meras questões de superestrutura” e se posicionava ao lado das “posições assumidas pela UNE”.⁷⁶⁶ Em 1962, portanto, não havia ainda uma divisão inconciliável entre os estudantes no Rio Grande do Sul. Apesar das diferenças político-ideológicas, não é possível identificar uma oposição frontal à direção da UNE e ao governo João Goulart. Em dezembro de 1962, Airton Nogueira posicionou-se favorável à cobrança do ensino nas universidades públicas. Argumentava que o sistema então vigente era injusto, pois tanto ricos quanto pobres tinham garantida a gratuidade. Airton defendia que aqueles que pudessem, deveriam pagar taxas, sendo os recursos delas provenientes utilizados em benefício dos próprios estudantes.⁷⁶⁷

A realização mais importante da gestão de Airton Nogueira, no entanto, se deu em 1963. Ainda em janeiro, a entidade anuncia planos de levar palestras para as faculdades do interior.

⁷⁶³ Ver: SANTOS, Wilson Afonso. *Ildo Meneghetti*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê, 1984, capítulo 6. Sobre o financiamento do IBAD para a ADP, ver DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 319-338, especialmente as páginas 321 e 334.

⁷⁶⁴ BN, *Jornal do Dia*, 8 de maio de 1962, p. 10.

⁷⁶⁵ BN, *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1962, p. 12.

⁷⁶⁶ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes da Gestão 1962-63, *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1962.

⁷⁶⁷ BN, *Jornal do Dia*, 14 de dezembro de 1962, p. 10.

Essas palestras seriam conduzidas pelos professores integrantes do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPS) da PUC.⁷⁶⁸ O IEPS foi planejado desde fins de 1961 entrando em funcionamento em abril de 1962. Desde setembro, durante a campanha eleitoral, portanto, o IEPS organizava cursos chamados “Educando para a Democracia”,⁷⁶⁹ com a coordenação da professora Ecilda Gomes Haensel.⁷⁷⁰ Segundo Elvo Clemente e Faustino João, “essa atividade foi pioneira através das palestras e debates levados às escolas, nas rádios e televisão, com o objetivo de alertar o público jovem e adulto para a responsabilidade da cidadania democrática”.⁷⁷¹ Durante o ano de 1962, o IEPS teria levado a iniciativa para “uma dezena de colégios da capital”, contando com a colaboração de 26 professores.⁷⁷² Nessa primeira fase, o curso era voltado para os estudantes secundários.

Em abril de 1963, quando o Rio Grande do Sul já se encontrava sob o governo de Ildo Meneghetti e Jango comandava o país dentro do regime presidencialista, a FEUP levou o “Educando para a Democracia” para Uruguaiana e, a partir daí, integrou-se definitivamente na sua organização.

Ainda na gestão de Nogueira, o mesmo curso foi realizado em Caxias do Sul. Em fins de maio, no entanto, a FEUP reuniu-se em um congresso na cidade de Bagé, com o objetivo de eleger a nova diretoria da entidade. As esquerdas apresentaram uma chapa para concorrer à disputa. Héliog Trindade chegou a ser cotado para encabeçá-la,⁷⁷³ mas acabaram lançando João Carlos Morais, presidente do CASTA.⁷⁷⁴ No entanto, foi vitoriosa a candidatura situacionista, elegendo Vítor Osvaldo Della Múa à presidência. Esse estudante havia participado da gestão de Aluísio Paraguassu na UGES, mas deixou o secretariado logo em seguida. Em 1963, era o presidente do CAMC.⁷⁷⁵

Foi Airton Nogueira quem integrou a FEUP na organização dos cursos, mas foi durante a gestão Della Múa que a maioria dos seminários foram realizados. Além disso, entre maio de

⁷⁶⁸ BN, *Jornal do Dia*, 6 de janeiro de 1963, p. 16.

⁷⁶⁹ Em 1959, o professor José Sperb Sanseverino lançou um programa de rádio chamado “Educando para a Democracia”. A propaganda de divulgação do programa apresentava como objetivo: “servir aos Professores do Rio Grande, assim como aos Pais de família, a quem pertence o direito primordial de prover a educação de seus filhos”. O contexto do seu surgimento é a discussão em torno da LDB. Tratava-se de defender e garantir o ensino confessional. Era o que se defendia como princípio da “liberdade de ensino”. Ver, por exemplo, a propaganda veiculada no *Jornal do Dia* em 22 de maio de 1959: “Pai-Mãe-Mestre: - Não sejas escravo de ninguém! / - Luta contra o Monopólio Escolar. / Defende a liberdade do Ensino. / - E exige respeito à estabilidade da Família! / Para melhor cumprir esse dever, sintonize todas as quartas-feiras às 20,10 hs. o programa – **Educando para a Democracia – RÁDIO DIFUSORA**”. Grifos no original. BN, *Jornal do Dia*, 22 de maio de 1959, p. 3.

⁷⁷⁰ BN, *Jornal do Dia*, 30 de setembro de 1962, p. 12.

⁷⁷¹ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

⁷⁷² BN, *Jornal do Dia*, 21 de abril de 1963, p. 12.

⁷⁷³ BN, *Jornal do Dia*, 22 de maio de 1963, p. 16.

⁷⁷⁴ BN, *Jornal do Dia*, 28 de maio de 1963, p. 10.

⁷⁷⁵ BN, *Jornal do Dia*, 28 de maio de 1963, p. 10.

1963 e abril de 1964, a FEUP realizou diversas conferências, inclusive sobre a reforma universitária. Também organizou um jornal e deu início a uma série de publicações. Foi nesse período que a entidade se constituiu, definitivamente, como um campo de oposição às gestões da UNE e ao governo João Goulart.

Volto ao “Educando para a Democracia”, pois acredito que ele nos permite compreender a campanha de desestabilização do governo João Goulart, seja diretamente, seja através das ligações que podemos fazer a partir dos sujeitos que dele participaram. Além disso, nos ajuda a compreender a formação de uma base social de apoio ao Golpe e, na sequência, à Ditadura Civil-Militar.

Em 2003, a Editora Biblioteca do Exército publicou uma série de livros sob o título *1964: 31 de março*, pertencentes à coleção História Oral do Exército.⁷⁷⁶ No Tomo 13, é perguntado ao coronel Pedro Américo Leal sobre a participação dos civis na conspiração que derrubou João Goulart. As perguntas e as respostas são as seguintes:

Fora do Exército, quais as organizações ou pessoas que estavam conspirando? Uma organização que nos ajudou muito foi a “Educando para a Democracia”, cuja história retrato no artigo “O acordar dos militares”. Cortamos todo o Rio Grande pregando Democracia para os estudantes do 3º grau. Era uma linha intelectual que reunia homens como: o Galeno Lacerda, desembargador, hoje está aposentado; o Hugo di Primio Paz, professor da UFRGS; o Clóvis Stenzel, psicólogo e advogado, foi líder da Arena no Congresso; a Ecilda Haenzel, advogada, cujo marido, o médico José Mariano Haenzel, já morto, foi quem me possibilitou não embarcar para Ipameri e ficar resistindo aqui. Um colaborador de peso foi José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que nos possibilitou organizar a “Educando para a Democracia”, que nasceu dentro da PUC.

[...]

Mas entre os industriais e os intelectuais, havia alguma liderança destacada que pudesse agrupá-los, assim como no Exército, planejando um movimento revolucionário?

O pessoal foi agrupado através da “Educando para a Democracia” e, posteriormente, da “Ação Democrática Renovadora”. Eu, por exemplo, viajei bastante pelo interior: estive em Rio Grande, fui até Caxias do Sul onde conversei com o Victor Faccioni que naquele tempo era líder estudantil e hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.⁷⁷⁷

Segundo Leal, portanto, o “Educando para a Democracia” serviu como articulador da conspiração fora do Exército. O seminário era um veículo de propaganda contra o governo João Goulart, além de um mecanismo de aglutinação da oposição civil. Leal cita algumas pessoas

⁷⁷⁶ Sobre essa coleção, ver a dissertação de Eduardo Chaves: CHAVES, Eduardo dos Santos. “*Do Outro Lado da Colina*”: a narrativa do exército sobre a Ditadura Civil-Militar. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

⁷⁷⁷ MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 13. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 246.

que participaram dessa iniciativa, mas acompanhando as notícias veiculadas na imprensa, pude identificar outros nomes, as cidades onde foram realizados e os temas discutidos.

Durante o ano de 1963, o curso foi ministrado nas seguintes cidades: Uruguaiana, Caxias do Sul, Santa Maria, Bento Gonçalves, Porto Alegre, Lajeado e São Leopoldo. Identifiquei os seguintes palestrantes: Paulino Antunes dos Santos, José Gomes de Campos, Hugo di Primio Paz, Alda Cardoso Kramer, Dagmar Souza Pedrosa, José Danton de Oliveira, Irmão José Otão, José Sperb Sanseverino, Clóvis Stenzel, Domingos Crippa, Ernesto Dewes, Francisco Casado Gomes e Pedro Américo Leal. Algumas das palestras proferidas foram: “Pessoa e Personalidade”, “Bem Comum e Direito Natural”, “Família e Educação”, “Missão da Juventude em uma Democracia Militante”, “Reforma Universitária”, “Formas de Governo e Democracia no Brasil”, “O cristão em uma sociedade atuante”, “Atualidade Nacional”.⁷⁷⁸

Vou me deter agora nos palestrantes que participaram desses cursos, bem como nos organizadores mencionados pelas fontes. É possível a partir deles traçar uma rede de ligações que ajuda a compreender a formação da base social do Golpe de 1964.

José Sperb Sanseverino foi presidente da JUC no final dos anos 1940. Participou, nessa época, da revista *Idade Nova*, vinculada àquela organização.⁷⁷⁹ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formou-se pela PUCRS em 1952,⁷⁸⁰ tornando-se posteriormente professor de direito da UFRGS.⁷⁸¹ Na eleições de 1954, concorreu a deputado estadual pelo PDC.⁷⁸² Em maio de 1959, publicou um artigo com o título “Educando para a Democracia”.⁷⁸³ Na sequência, outro artigo, com o título “A luta por diretrizes e bases da educação”, onde defendeu o substitutivo de Carlos Lacerda, considerando-o “um texto homogêneo, de inspiração cristã, que salvaguardasse sobretudo os direitos da família, a liberdade da iniciativa particular e a função subsidiária do Estado”.⁷⁸⁴ Ao longo desse ano, publicou diversos outros textos, o que lhe valeu o título de “Líder da Liberdade de Ensino”.⁷⁸⁵ Paralelamente, e com o mesmo intuito, veiculava pela rádio Difusora o programa “Educando para a Democracia”.⁷⁸⁶ Em 1960, publicou o livro

⁷⁷⁸ As informações foram coletadas em diversas notícias sobre os seminários. Ver: BN, *Jornal do Dia*, 21 de abril de 1963, p. 12; 14 de maio de 1963, p. 10; 16 de maio de 1963, p. 8; 9 de junho de 1963, p. 16; 1º de setembro de 1963, p. 3; 17 de outubro de 1963, p. 8; 23 de outubro de 1963, p. 8; 12 de novembro de 1963, p. 8; 22 de novembro de 1963, p. 11.

⁷⁷⁹ BN, *Jornal do Dia*, 13 de setembro de 1949, p. 3; BN, *Jornal do Dia*, 6 de dezembro de 1949, p. 8. Ver também: HESSEL, Lothar. JUC – Juventude Universitária Católica. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 30, n. 128, jun. 2000, p. 298.

⁷⁸⁰ BN, *Jornal do Dia*, 23 de dezembro de 1952, p. 3.

⁷⁸¹ BN, *Jornal do Dia*, 14 de outubro de 1961, p. 3.

⁷⁸² BN, *Jornal do Dia*, 12 de setembro de 1954, p. 6.

⁷⁸³ BN, *Jornal do Dia*, 12 de maio de 1959, p. 6.

⁷⁸⁴ BN, *Jornal do Dia*, 17 de maio de 1959, p. 4.

⁷⁸⁵ BN, *Jornal do Dia*, 6 de setembro de 1959, p. 2.

⁷⁸⁶ BN, *Jornal do Dia*, 11 de novembro de 1959, p. 3.

Diretrizes e bases da educação nacional.⁷⁸⁷ Com essas bandeiras, elegeu-se vereador em Porto Alegre pelo PDC, em novembro de 1959.⁷⁸⁸ Essa mesma eleição colocou Loureiro da Silva, do mesmo partido, na Prefeitura Municipal. A vitória garantiu-lhe o posto de Secretário do Governo,⁷⁸⁹ do qual acabou renunciando no ano seguinte. Em outubro de 1961, uma entrevista com Paulo de Tarso demonstra a divisão existente dentro do PDC e a posição assumida por Sanseverino nessa divisão. Em entrevista ao *Jornal do Dia*, Paulo de Tarso defendeu a mudança de nome do partido para Partido Socialista Cristão. Segundo ele, o socialismo não seria incompatível com o pensamento cristão, que condenaria apenas o socialismo materialista. Na mesma entrevista, defendeu uma reforma da constituição para que fosse efetivada uma verdadeira reforma agrária. Em resposta, Sanseverino escreveu afirmando diferenças inconciliáveis entre o socialismo e a Doutrina Social da Igreja, destacando, por exemplo, a questão da propriedade privada.⁷⁹⁰ Em 1962, concorreu novamente a deputado estadual pelo PDC, desta vez elegendendo-se.⁷⁹¹ Em 1963, a ADP lança Sinval Guazzelli como candidato a prefeito e José Sperb Sanseverino como candidato a vice, ambos pelo PDC.⁷⁹² No entanto, Sereno Chaise e Ajadil de Lemos, do PTB, foram eleitos com ampla margem. Após o Golpe, Sanseverino ocupou a presidência da Assembleia Legislativa. Com o AI-2, aderiu à Arena, mas defendeu a candidatura de Cirne Lima em 1966, terminando por se abster na votação que elegeu Peracchi Barcelos.⁷⁹³ Nos cursos organizados pelo IEPS e pela FEUP, proferiu a palestra “O Direito Natural e o Bem Comum”⁷⁹⁴

José Gomes de Campos era professor, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino e organizador do Congresso Regional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.⁷⁹⁵ Esse congresso, realizado na PUC em 1956, reuniu representantes de 225 escolas.⁷⁹⁶ Em 1958, assinou com outros 149 professores universitários, incluindo José Sperb Sanseverino, Francisco Casado Gomes e Hugo di Primio Paz, um manifesto denunciando a “tendência estatista” de Anísio Teixeira.⁷⁹⁷ No “Educando para a Democracia”, participou dos

⁷⁸⁷ BN, *Jornal do Dia*, 3 de abril de 1960, p. 4.

⁷⁸⁸ BN, *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1959, p. 1.

⁷⁸⁹ BN, *Jornal do Dia*, 6 de julho de 1960, p. 8.

⁷⁹⁰ BN, *Jornal do Dia*, 20 de outubro de 1961, p. 3.

⁷⁹¹ BN, *Jornal do Dia*, 7 de junho de 1961, p. 2.

⁷⁹² BN, *Jornal do Dia*, 8 de julho de 1963, p. 1.

⁷⁹³ BN, *Jornal do Dia*, 4 de setembro de 1966, p. 1.

⁷⁹⁴ BN, *Jornal do Dia*, 17 de outubro de 1963, p. 8; BN, *Jornal do Dia*, 12 de novembro de 1963, p. 8;

⁷⁹⁵ BN, *Jornal do Dia*, 24 de julho de 1956, p. 8.

⁷⁹⁶ BN, *Jornal do Dia*, 24 de julho de 1956, p. 8.

⁷⁹⁷ BN, *Jornal do Dia*, 17 de julho de 1958, p. 7.

cursos nas cidades de Uruguaiiana, Bento Gonçalves, Santa Maria e Lajeado, com a palestra “Família e Educação”.⁷⁹⁸

Hugo di Primio Paz era professor de Filosofia. Foi presidente do Instituto de Cultura Hispânica⁷⁹⁹ e era membro do PRP.⁸⁰⁰ Em 1965, completou o curso da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Nesse mesmo ano, foi um dos membros fundadores da Ação Democrática Renovadora (ADR), da qual foi presidente em 1970.⁸⁰¹ A ADR era definida como uma “entidade que congrega militares da reserva e civis de todas as classes e que tem por fim, além de outros, ‘defender o Movimento de 31 de março de 1964’”.⁸⁰² Em 1966, essa entidade pediu a expulsão da Arena dos deputados Paulo Brossard, Honório Severo, Dario Beltrão e do próprio José Sperb Sanseverino, acusados de “conluio com os subversivos”.⁸⁰³ O manifesto era uma resposta à intenção desses deputados em apoiar Cirne Lima nas eleições estaduais. Hugo di Primio Paz contribuiu com o “Educando para a Democracia” com palestras nas cidades de Uruguaiiana, Caxias do Sul, Santa Maria, Bento Gonçalves, Porto Alegre e São Leopoldo, versando sobre “Situação Atual e as Reformas”,⁸⁰⁴ “Análise das Reformas”⁸⁰⁵ e “Democracia no Brasil e Missão da Juventude”.⁸⁰⁶

Alda Cardoso Kramer graduou-se em História e Geografia da Faculdade de Filosofia da UFRGS,⁸⁰⁷ tornando-se professora da mesma universidade.⁸⁰⁸ Foi diretora do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional nas duas vezes em que Ildo Meneghetti governou o Rio Grande do Sul.⁸⁰⁹ Participou do curso palestrando na Escola Técnica Comercial da Associação Cristã de Moços, em Porto Alegre, ainda em 1962,⁸¹⁰ e também em Caxias do Sul, em maio de 1963.⁸¹¹

⁷⁹⁸ BN, *Jornal do Dia*, 21 de abril de 1963, p. 12; BN, *Jornal do Dia*, 9 de junho de 1963, p. 16; BN, *Jornal do Dia*, 1º de setembro de 1963, p. 3; BN, *Jornal do Dia*, 23 de outubro de 1963, p. 8.

⁷⁹⁹ BN, *Diário de Notícias*, 1º de outubro de 1957, p. 7.

⁸⁰⁰ MONTEIRO, Lorena Madruga. O Partido Democrata Cristão no Brasil (1945-1963): (re)considerações sobre sua breve existência. In: *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 2, jul./dez. 2013, pp. 180-181, nota 9.

⁸⁰¹ MORAES, Thiago Aguiar de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, p. 119.

⁸⁰² BN, *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1966, p. 1.

⁸⁰³ BN, *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1966, p. 1.

⁸⁰⁴ BN, *Jornal do Dia*, 2º de setembro de 1963, p. 3.

⁸⁰⁵ BN, *Jornal do Dia*, 23 de outubro de 1963, p. 8.

⁸⁰⁶ BN, *Jornal do Dia*, 9 de junho de 1963, p. 7.

⁸⁰⁷ BN, *Diário de Notícias*, 22 de março de 1955, p. 6.

⁸⁰⁸ QUADROS, Claudemir de. *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 312. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 97, nota 77.

⁸⁰⁹ BN, *Jornal do Dia*, 18 de março de 1955, p. 3.

⁸¹⁰ BN, *Jornal do Dia*, 30 de setembro de 1962, p. 12.

⁸¹¹ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1963, p. 8.

Francisco Casado Gomes fora fundador da Escola de Serviço Social da PUCRS, onde lecionou até 1965.⁸¹² Casado Gomes participou do curso “Educando para a Democracia” em Caxias do Sul, ocasião em que proferiu palestras com os temas: “Pessoa e Personalidade” e “Bem Comum e Direito Natural”.⁸¹³ Também havia participado da primeira fase do curso, quando ainda era ministrado nas escolas de nível secundário.⁸¹⁴

José Danton de Oliveira era desembargador aposentado.⁸¹⁵ Em 1967, foi escolhido por Peracchi Barcelos para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça.⁸¹⁶ O novo secretário, no entanto, não era filiado à Arena.⁸¹⁷ Em 1963, José Danton de Oliveira era o presidente do IEPS, principal organizador dos cursos.⁸¹⁸ Participou do “Educando para a Democracia” na cidade de Santa Maria, com a palestra “Bem Comum e Direito Natural”.⁸¹⁹

Dagmar Souza Pedroso foi professor de Filosofia da UFRGS.⁸²⁰ Após o Golpe, foi fundador da ADR, ocupando a vice-presidência da entidade em 1970.⁸²¹ Participou da primeira fase do curso, ainda em 1962,⁸²² e na segunda fase palestrou na cidade de Santa Maria sobre “Pessoa e Personalidade”.⁸²³

Ernesto Dewes, conhecido como Irmão Fidêncio, dirigiu o Colégio São Francisco, em Rio Grande.⁸²⁴ Foi professor da PUCRS, secretário do curso de Odontologia e fundador do coral dessa universidade.⁸²⁵ Segundo os irmãos Faustino João e Elvo Clemente, presidiu o Instituto de Sociologia em 1963 e foi um dos fundadores do Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE),⁸²⁶ que foi uma continuidade do IESP.⁸²⁷ De acordo com João e Clemente “o grande artífice e propulsor do IESPE foi o Irmão Ernesto Dewes desde a

⁸¹² PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro. *A influência de Emmanuel Mounier na Escola de Serviço Social da PUCRS*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1991, p. 14.

⁸¹³ BN, *Jornal do Dia*, 16 de maio de 1963, p. 8.

⁸¹⁴ BN, *Jornal do Dia*, 30 de setembro de 1962, p. 12.

⁸¹⁵ BN, *Jornal do Dia*, 21 de julho de 1963, p. 10.

⁸¹⁶ BN, *Diário de Notícias*, 20 de junho de 1967, p. 5.

⁸¹⁷ BN, *Diário de Notícias*, 21 de junho de 1967, p. 5.

⁸¹⁸ BN, *Jornal do Dia*, 9 de setembro de 1963, p. 7.

⁸¹⁹ BN, *Jornal do Dia*, 9 de junho de 1963, p. 16.

⁸²⁰ BN, *Jornal do Dia*, 15 de março de 1963, p. 5.

⁸²¹ MORAES, Thiago Aguiar de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, p. 119.

⁸²² BN, *Jornal do Dia*, 30 de setembro de 1962, p. 12.

⁸²³ BN, *Jornal do Dia*, 9 de junho de 1963, p. 16.

⁸²⁴ CLEMENTE, Elvo. *As faces da cultura*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998, p. 55.

⁸²⁵ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 185 e p. 255.

⁸²⁶ *Ibid.*, p. 247.

⁸²⁷ Embora os jornais continuem se referindo ao Instituto como IEPS até o início de 1964, a mudança de nome parece ter ocorrido em 1963, pelo que se compreende das informações fornecidas por Faustino João e Elvo Clemente.

fundação até a suspensão das atividades em 1987”.⁸²⁸ Dewes é mencionado como palestrante no curso ministrado em Lajeado, juntamente com Clóvis Stenzel e José Gomes de Campos. Contudo, a notícia publicada no *Jornal do Dia* não traz o tema das palestras.⁸²⁹

Paulino Antunes dos Santos foi eleito presidente da Associação de Pais e Mestres do Ginásio São Luiz, em maio de 1958.⁸³⁰ Era psicólogo e professor de psicologia da PUC. Em maio de 1962, palestrou no Curso de líderes Universitários da PUC.⁸³¹ Participou do “Educando para a Democracia” em Bento Gonçalves, com o tema “Personalidade e Bem Comum”.⁸³²

Pedro Américo Leal era natural do Rio de Janeiro. Militar, chegou ao Rio Grande do Sul em 1944. No estado, ascendeu até o posto de Coronel. Comandou a 1ª Companhia de Guarda, dirigiu a Escola de Polícia e, em 1967, tornou-se Chefe de Polícia do governo Peracchi Barcelos.⁸³³ Em maio de 1963, o então major Leal foi eleito 1º Vice-Presidente do Círculo Militar de Porto Alegre.⁸³⁴ Através dessa entidade, juntamente com Ibá Ilha Moreira, Léo Etchegoyen e outros oficiais, começou a articular a conspiração no Rio Grande do Sul.⁸³⁵ Mantinha contato com os civis através do curso “Educando para a Democracia”.⁸³⁶ Em Caxias do Sul, ministrou nesse curso palestra com o tema “Missão da Juventude em uma Democracia Militante”.⁸³⁷

Clóvis Stenzel nasceu em Osório, Rio Grande do Sul, em 1923. Nos anos 1940, estudou direito na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse período, fundou “um movimento de combate aos ‘esquerdistas’ nos meios universitários”.⁸³⁸ Iniciou sua carreira política no Espírito Santo, onde se elegeu deputado estadual em outubro de 1950 pelo PRP. Suas raízes integralistas remetem ao seu tio, Ponciano Stenzel dos Santos, que chegou a ser vereador de Vitória (ES) pela Ação Integralista Brasileira.⁸³⁹ Clóvis, no entanto, deixou o PRP e se reelegeu

⁸²⁸ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 247.

⁸²⁹ BN, *Jornal do Dia*, 23 de outubro de 1963, p. 8.

⁸³⁰ BN, *Jornal do Dia*, 21 de maio de 1958, p. 3.

⁸³¹ SANTOS, Paulino Antunes dos. A personalidade ideal: problemas psicológicos dos tipos de líderes. In: *Veritas* (Porto Alegre), Porto Alegre, v.7, n.1/4, p. 391-396, 1962, p. 391.

⁸³² BN, *Jornal do Dia*, 1º de setembro de 1963, p. 3.

⁸³³ MORRE ex-vereador Pedro Américo Leal. In: *Zero Hora*, 22 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/08/morre-ex-vereador-pedro-americo-leal-aos-92-anos-7316769.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

⁸³⁴ BN, *Jornal do Dia*, 9 de maio de 1963, p. 5.

⁸³⁵ MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 13. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 244-245.

⁸³⁶ *Ibid.*, 246.

⁸³⁷ BN, *Jornal do Dia*, 15 de maio de 1963, p. 8.

⁸³⁸ STENZEL, Clóvis. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2017.

⁸³⁹ SANTOS, Ponciano Stenzel dos. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2017.

deputado estadual, já pelo PSP. Em 1958, não obteve uma nova vitória, o que o trouxe de volta ao Rio Grande do Sul.⁸⁴⁰ No estado, integrou-se ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR) do qual foi dirigente.⁸⁴¹ Durante o governo de Loureiro da Silva, ocupou o posto de Secretário de Produção e Abastecimento de Porto Alegre. Após o Golpe, foi um dos fundadores da ADR. Em 1966, disputou uma vaga na Câmara dos Deputados, concorrendo pela Arena. Assumiu no ano seguinte, tornando-se um dos principais defensores da Ditadura no Congresso Nacional.⁸⁴² Antes de 1964, comandava um programa na Rádio Difusora, chamado “Atualidades em Debate”.⁸⁴³ No mesmo período, participava também de um programa de televisão “no qual combatia o governo do presidente João Goulart”.⁸⁴⁴ O programa se chamava “Temas Brasileiros”, era produzido pelo Instituto Social Cristão de Reforma das Estruturas (ISCRE) e transmitido pela TV Gaúcha.⁸⁴⁵ Em 1963, participou do “Educando para a Democracia” palestrando sobre o tema “Formas de Governo e Democracia no Brasil”, nas cidades de Porto Alegre e São Leopoldo. Uma década depois, publicou um artigo chamado “A pretexto de diálogo”. Nele, comentou os objetivos do curso:

Uma coisa é não querer o diálogo, porque se é contrário ao entendimento, à conciliação. Outra, é negar-se ao diálogo por não acreditar no bom propósito de ambas ou de uma das partes. Antes de 1964, compúnhamos, no Rio Grande do Sul, um grupo de professores da PUC que percorria o Estado na missão de esclarecer os universitários gaúchos e outras pessoas interessadas a respeito da campanha de comunização do Brasil, iniciada no Governo de Jânio Quadros e que se estendia celeremente no Governo Jango. A missão tinha um nome: “Educando para a Democracia”. Era chefiada pelo reitor Irmão José Otão. Vez por outra, éramos convidados para um “diálogo” com os estudantes e professores da “Esquerda”. Quando não havia convite expresso, eles apareciam em nossas conferências, reservando-se para fazerem “perguntas” após a explanação. A verdade é que nem dialogavam nem faziam perguntas. A pretexto de dialogar, contestavam, debatiam e tentavam desmoralizar os conferencistas.⁸⁴⁶

Irmão José Otão era natural de Garibaldi. Iniciou a carreira de professor em Santa Maria, onde atuou até 1937. Em 1942, formou-se engenheiro e em 1948, com a criação da Universidade Católica,⁸⁴⁷ assumiu como vice-reitor. Em 1951, tornou-se Diretor da Faculdade

⁸⁴⁰ STENZEL, Clóvis. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2017.

⁸⁴¹ BN, *Jornal do Dia*, 18 de setembro de 1960, p. 8. Ver também: BOMBARDELLI, Maura. A cisão Ferrarista (1959-1960). In: *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, ago. 2011, p. 98, nota 8.

⁸⁴² STENZEL, op. cit. De acordo com Amaral Vieira, Clóvis Stenzel “se notabilizou, na Câmara Federal, como um dos principais teóricos governistas”. VIEIRA, Roberto Átila Amaral. *Juventude em crise: de Sartre a Marcuse*. Rio de Janeiro: BIT Editora, 1970, p. 146.

⁸⁴³ BN, *Jornal do Dia*, 25 de outubro de 1962, p. 10.

⁸⁴⁴ STENZEL, op. cit.

⁸⁴⁵ BN, *Jornal do Dia*, 8 de junho de 1964, p. 16.

⁸⁴⁶ BN, *Diário de Notícias (RJ)*, 2 de agosto de 1973, p. 4.

⁸⁴⁷ Inicialmente chama-se apenas Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em 1950, recebeu o título de Pontifícia, passando a ser denominada Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

de Filosofia, Ciências e Letras da PUCRS. Em dezembro de 1954, passa a ser reitor dessa universidade, função que ocupou até 1978.⁸⁴⁸ Foi durante o seu reitorado que nasceu o IEPS, depois renomeado para IESPE. Em 1962, participou do Curso de Líderes Universitários, organizado por esse instituto.⁸⁴⁹ No ano seguinte, palestrou sobre a “Reforma Universitária” nos cursos “Educando para a Democracia”, realizados em Porto Alegre e São Leopoldo.⁸⁵⁰ Em 1964, as Edições Convívio publicam em livro uma coleção de conferências do Irmão José Otão, sob o título *Temas universitários*.⁸⁵¹ O Convívio era dirigido por Domingos Crippa.

Ecilda Gomes Haensel, advogada e professora da PUCRS, era a coordenadora do curso “Educando pela Democracia”.⁸⁵² Durante os anos 1940, pertenceu à JUC, participando da revista *Idade Nova*.⁸⁵³ Em março de 1964, com a instalação oficial da Ação Democrática Feminina (ADF), assumiu o posto de coordenadora geral. Nessa condição, concedeu uma entrevista ao jornal *Diário de Notícias*. Suas declarações sobre o histórico da ADF revelam as conexões entre essa entidade, a direita estudantil e o IEPS da PUC.⁸⁵⁴

Há muito acompanhamos as lideranças estudantis e o destemor da juventude, em sua luta contra as esquerdas socializantes. Foi olhando de perto o entusiasmo de muitos rapazes da PUC (onde lecionamos), e a liderança de Maria Carolina, Roslita, Vera Marly, Inara e tantas outras que nos sentimos mesquinhas por não lançar um movimento que secundasse esse dos estudantes. Surgiu então (e isto há seis meses), a ideia da criação da Ação Democrática Feminina. Não demoraram as adesões de grupos de senhoras [sic] passaram a procurar-nos no Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais da PUC, ao qual pertencemos, buscando conhecimentos especializados e gerais, a fim de poder tomar posições em face dos problemas sociais trazidos ao lar pelas empregadas domésticas e pelos próprios filhos. Inicialmente encaminhamos essas pessoas ao padre Beltrão, em janeiro último. Posteriormente, trabalhamos (assessoradas por técnicos), esquematizando o trabalho para março, e que viria culminar com a oficialização da ADF.⁸⁵⁵

Domingos Crippa era um padre pertencente à ordem salvatoriana, formado em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma e professor da PUC de São Paulo. Em 1961 criou, juntamente com Vicente Ferreira da Silva, o Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura, que editava a revista *Convivum* e estava ligado ao IPES.⁸⁵⁶ Essa publicação tornou-se reconhecida na área da filosofia, defendendo uma posição conservadora a partir de um viés

⁸⁴⁸ CLEMENTE, Elvo. *Pilares da PUCRS*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001, p. 144-161.

⁸⁴⁹ BN, *Jornal do Dia*, 5 de maio de 1962, p. 8.

⁸⁵⁰ BN, *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1963, p. 3; BN, *Jornal do Dia*, 12 de novembro de 1963, p. 8.

⁸⁵¹ OTÃO, Irmão José. *Temas universitários*. São Paulo: Edições Convívio, 1964.

⁸⁵² BN, *Jornal do Dia*, 30 de setembro de 1962, p. 12.

⁸⁵³ HESSEL, Lothar. JUC – Juventude Universitária Católica. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 30, n. 128, jun. 2000, p. 299-300.

⁸⁵⁴ Nesse momento com nova denominação e sigla: Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE). Ver: JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 185 e p. 255.

⁸⁵⁵ BN, *Diário de Notícias*, 29 de março de 1964, p. 12.

⁸⁵⁶ Volta ao Convívio no Capítulo 8.

mais sofisticado do que, por exemplo, a Ação Democrática. Em algum momento ao longo dos anos 1960, Domingos Crippa passou a assinar como Adolpho Crippa, nome que usou desde então.⁸⁵⁷ Esse filósofo participou do curso “Educando para a Democracia” realizado em Porto Alegre, com a palestra “O cristão em uma democracia atuante”.⁸⁵⁸ Através do Convívio, como já destaquei, publicou um livro do Irmão José Otão. Crippa, como veremos, teve uma grande influência no grupo de estudantes que esteve à frente da UEE/DEE a partir de 1964.

Outros nomes são mencionados como tendo relação com os cursos: palestrantes, convidados, organizadores, autoridades que prestigiaram os eventos. Não consegui, no entanto, determinar a participação exata deles no curso, nem obter muitas informações adicionais. Essas pessoas são: Ernani Mazza Wetternick, Elvo Clemente,⁸⁵⁹ Plínio Paulo Bing, Sebastião Gomes de Campos, Paulo Pinto de Carvalho, Galeno Lacerda e Antônio Expedito Carvalho Perera.⁸⁶⁰ Perera era advogado e professor da PUC. Mantinha ligações com Pedro Américo Leal, que declarou ser ele um dos principais palestrantes dos cursos “Educando para a Democracia”.⁸⁶¹

Entre todos aqueles que pude identificar como palestrantes ou organizadores dos eventos, é possível estabelecer uma série de ligações. João Sperb Sanseverino e Ecilda Gomes Haensel participaram da JUC. A militância católica também foi marcante na trajetória de Francisco Casado Gomes e, obviamente, dos irmãos José Otão e Ernesto Dewes. Em 1958, durante as discussões em torno da LDB, Francisco Casado Gomes, José Sperb Sanseverino, Hugo di Primio Paz e José Gomes de Campos assinaram um manifesto defendendo a “liberdade de ensino”, repudiando as posições de Anísio Teixeira. Nos anos seguintes, Sanseverino batalhou incansavelmente em torno desse tema. A maioria dos citados eram professores da PUCRS e, segundo Clóvis Stenzel, o reitor era um dos principais incentivadores dos cursos.

Podemos também relacionar os participantes com outras organizações que estiveram na vanguarda da oposição a Goulart e às esquerdas no Rio Grande do Sul. Pedro Américo Leal, por exemplo, elegeu-se para a diretoria do Círculo Militar que, a partir daí, tornou-se uma

⁸⁵⁷ POLETTI, Ronaldo Rebelo de Britto. *Revista Convivium (1962-1993): sua contribuição para a filosofia*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2012. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/revista_convivium.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

⁸⁵⁸ BN, *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1963, p. 3.

⁸⁵⁹ Elvo Clemente teve atuação destacada na PUCRS, universidade na qual foi Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitor de Extensão e Assessor Especial da Reitoria. Ver: Ir. ELVO Clemente. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=clemente>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

⁸⁶⁰ Os nomes foram citados em notícias dos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal do Dia*, de diversas edições entre 1962 e 1963, bem como na entrevista de Pedro Américo Leal ao livro *1964 – 31 de março*, com exceção de Antônio Expedito Carvalho Perera, citado por Fernando Molica. Ver: MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Record, 2003.

⁸⁶¹ MOLICA, op. cit., posição 1040-1050. Perera, no entanto, não aparece em nenhuma das programações dos cursos divulgadas pela imprensa.

entidade ativa contra o governo, publicando, inclusive, um jornal chamado *O Guerrilheiro*.⁸⁶² Ecilda Gomes Haensel foi uma das fundadoras da ADF⁸⁶³ e revelou, em trecho já citado, sua relação com estudantes compromissados com a “luta contra as esquerdas socializantes”.

Por fim, destaco que alguns desses membros ajudaram a compor a base social e política de sustentação após o Golpe de 1964. Clóvis Stenzel, como referi anteriormente, era considerado um dos principais defensores dos governos militares no Congresso Nacional. Fora do meio parlamentar, destaco a própria ADF, que continuou agindo nos anos seguintes e também a ADR, que em 1970 era dirigida por Hugo di Primio Paz (presidente) e Dagmar Pedroso (vice-presidente). Além dos dois, participaram da fundação da ADR, em 1965, Pedro Américo Leal e Clóvis Stenzel. Vítor Osvaldo Della Méa, que em 1963 era presidente da FEUP, entidade que ajudou a organizar a segunda fase do “Educando para a Democracia”, também foi um dos fundadores da ADR.⁸⁶⁴

Através de seu envolvimento com a organização do “Educando para a Democracia”, a FEUP cumpriu um papel de articulação das forças de direita. No entanto, tratava-se de uma entidade e não exatamente de um movimento. Sendo assim, seus objetivos e atividades não estavam concentrados apenas no aspecto político. A FEUP era uma entidade representativa dos universitários particulares, defendendo seus interesses mas também cobrindo as áreas assistencial e social, entre outras.

Em outubro de 1963, no entanto, é formado no Rio Grande do Sul o MDU, em meio às eleições para os Centros Acadêmicos de diversas faculdades. Esse movimento foi criado para disputar politicamente o conjunto das entidades, assumindo publicamente de tal objetivo. Considero, portanto, que isso marca o início de uma fase de oposição aberta e articulada contra as esquerdas e, sobretudo, contra a esquerda católica, então na direção da UNE e da UEE, e cada vez mais mobilizada em torno das Reformas de Base, como eu procurei ressaltar. Ao mesmo tempo, no entanto, o MDU se aproveitou de um certo desgaste entre a direção das entidades e a base estudantil, sobretudo após a greve do 1/3.

Em suas próprias palavras, o movimento teria o objetivo de “combater as radicalizações extremistas da política universitária”, além de “prestigiar e aprimorar o regime democrático”, que estaria sendo ameaçado. Apesar de anunciar o intuito de combater qualquer extremismo,

⁸⁶² MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Record, 2003, posição 1040-1050.

⁸⁶³ A entidade ora é referida como Ação Democrática Feminina (ADF), ora como Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG).

⁸⁶⁴ MORAES, Thiago Aguiar de. O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul e a revista Democracia e Empresa: da defesa da democracia ao apoio à Ditadura Civil-Militar (1962-1971). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 12. Conferir, na mesma página, a nota 3.

os adversários declarados eram o Partido Comunista e a Ação Popular⁸⁶⁵. Ao menos eu não encontrei na imprensa manifestos condenando a ação do MAC ou da FJD, que, conforme já aludi, desde ao menos 1962 organizava ações anticomunistas utilizando até mesmo a violência, como nos atentados ao congresso da UNE naquele ano, quando Vinícius Caldeira Brandt foi eleito presidente. Aliás, cabe aqui mencionar um acontecimento curioso do congresso seguinte da UNE, realizado em 1963, pois ele revela indícios de duas situações importantes: a articulação que resultou na criação do MDU talvez tenha começado antes de outubro; o dinheiro de empresários, através do IPES e do IBAD, financiava, fornecia material e dava apoio institucional a grupos estudantis de direita.

O Congresso da UNE de 1963 ocorreu em Santo André, entre os dias 22 e 28 de julho. Os principais concorrentes eram José Serra e Sérgio Gaudenzi, ambos representando as forças de esquerda. No entanto, duas lideranças de direita foram atuantes: Marco Antônio Maciel e Luís Fernando Ferreira. O primeiro era presidente da União Estadual de Estudantes de Pernambuco e, embora tivesse o apoio de grande parte da delegação de seu estado, esta acabou por retirar-se do congresso. Luís Fernando Ferreira, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, considerava-se, segundo informações do consulado americano, centrista e reformista, sendo, contudo, acusado pela esquerda de reacionário e “ibadeano”.⁸⁶⁶ Para apresentar-se candidato, Ferreira deveria conseguir ao menos 50 assinaturas. Ele teria conseguido 40, forjando as restantes.

Na votação final, o candidato atingiu apenas 55 votos, contra 679 de José Serra. Ainda segundo o documento, talvez teria sido possível atingir 200 votos, caso os pernambucanos tivessem permanecido e um grupo da delegação paulista não tivesse preferido aproveitar as praias de Guarujá. Além disso, e esse é o ponto que nos interessa aqui, cerca de 40 estudantes do Rio Grande do Sul acabaram não embarcando por algum problema no pagamento das passagens, que seriam financiadas pelo IPES ou pelo IBAD.⁸⁶⁷ O documento não deixa claro qual das duas organizações bancaria o transporte, pois aponta para uma “‘democratic action’ organization”, colocando IPES como sigla. Todavia, em outra passagem, o IBAD é referido como “the ‘democratic action’ group”,⁸⁶⁸ o que torna plausível um erro de redação no primeiro

⁸⁶⁵ BN, *Jornal do Dia*, 17 de outubro de 1963, p. 18.

⁸⁶⁶ Brown University/Opening The Archives (BU/OTA), *Communist-oriented students win national elections*. Departamento of State, 16 de agosto 1963, p. 7.

⁸⁶⁷ BU/OTA, *Communist-oriented students win national elections*. Departamento of State, 16 de agosto de 1963, p. 8.

⁸⁶⁸ BU/OTA, *Communist-oriented students win national elections*. Departamento of State, 16 de agosto de 1963, p. 4.

caso. Esse mesmo documento a que estou aludindo foi citado por Dreifuss,⁸⁶⁹ que interpretou como uma ação do IPESUL, afirmação que me parece não ser possível deduzir do texto. De qualquer forma, o trecho revela que desde julho havia um grupo do Rio Grande do Sul organizado para participar do congresso posicionando-se contra as correntes de esquerda e financiado pelo dinheiro de organizações empresariais.

Acredito ser possível que esses estudantes, ou parte deles, tenha formado o MDU poucos meses depois com o intuito de disputar as entidades locais. José Antônio Arregui, uma das lideranças desse movimento, confirmou ter participado desse Congresso, não se recordando, no entanto, se algum grupo de representante do Rio Grande do Sul deixou de embarcar para o encontro.⁸⁷⁰ Aliás, a chapa encabeçada por Luís Fernando Ferreira tinha entre seus membros um estudante do estado, cujo nome aparece grafado em reportagem do *Correio da Manhã* como Alberto Salzando Vieira Cunha.⁸⁷¹

Esses fatos demonstram que havia naquele momento uma maior organização das forças de oposição dentro do movimento estudantil do estado. No final de maio, por exemplo, um grupo de estudantes pedia a renúncia de Roberto Brinco e Paulo Renato Crochemore, presidente e vice-presidente da UEE. O Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE) posicionou-se em defesa de ambos, alegando que os descontentes poderiam ter apresentado uma candidatura de oposição e que “se não o fizeram, foi antes e acima de tudo por falta total de liderança e receptividade a uma atitude sempre negativista”.⁸⁷²

Uma oposição estava se articulando, portanto, ao longo do ano de 1963. Essa articulação apoiou-se num desgaste das lideranças de esquerda com suas bases, que já comentei, e aproveitou-se do clima da radicalização política e ideológica cada vez mais intenso. Em outubro, o seu resultado eleitoral foi expressivo, garantindo vitórias no Centro Acadêmico de

⁸⁶⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 286.

⁸⁷⁰ ARREGUI, José Antônio. Entrevista Concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2016.

⁸⁷¹ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 28 de junho de 1963, p. 2. É possível que se tratasse de algum dos filhos do casal Angelina Grimaldi Salzano e Antonio Peixoto Vieira da Cunha. O mais velho, Liberato Salzano Vieira da Cunha, havia sido prefeito de Cachoeira do Sul e deputado estadual pelo PSD, além de assumir a Secretaria de Educação do estado no governo de Ildo Meneghetti. Carlos Salzano Vieira da Cunha teve intensa militância secundarista, tendo sido presidente da UGES e da UBES nos anos 1950. Em 1963, Liberato já havia falecido. Nesse ano, Carlos possivelmente já estava formado. O único Antonio entre eles era, na verdade, Antonio Peixoto Vieira da Cunha Filho, que já tinha, na ocasião, 29 anos. Francisco de Paula Salzano Vieira da Cunha era o único que, possivelmente, estava cursando ensino superior em 1963. Ver: LIBERATO Salzano Vieira da Cunha. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Liberato_Salzano_Vieira_da_Cunha>. Acesso em: 22 jun. 2017; BN, *Diário de Notícias (RJ)*, 16 de setembro de 1954, segunda seção, p. 4; FRANCISCO de Paula Salzano Vieira da Cunha. Disponível em: < <http://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/201702/06121636-francisco-de-paula-salzano-vieira-da-cunha.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

⁸⁷² UFRGS/MU/CEUE. Comunicações/Atestados/Avisos afixados no quadro (1962/1963). Nota sem título, assinada pelo presidente do CEUE, Thomás Albornoz Neto, e datada de 24 de maio de 1963. Roberto Brinco fazia parte da gestão do CEUE.

Engenharia da PUC e no CAAR, da Faculdade de Direito da UFRGS.⁸⁷³ Os candidatos de esquerda foram também derrotados no CAMC, da PUC, e nas faculdades de Arquitetura, Farmácia, Economia e Odontologia da UFRGS, embora os vencedores não fossem necessariamente ligados ao MDU. Interessante observar que, em agosto, o Centro Acadêmico de Odontologia de Porto Alegre (CAOPA) pediu o desligamento da UEE. O motivo alegado foi uma carta escrita por Roberto Brinco, presidente da entidade estadual, criticando o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.⁸⁷⁴ Essa atitude revela o clima crescente de polarização na sociedade, que se refletia também no movimento estudantil. Durante as campanhas de outubro, os militantes do MDU supostamente cantavam uma canção, em ritmo e melodia de Jingle Bells, com a seguinte letra, com forte teor anticomunista: “Pra Moscou / Pra Moscou / Vamos exportar / Os comunas / Detestados / Vamos deportar”.⁸⁷⁵

Na Faculdade de Filosofia da UFRGS, o MDU lançou o estudante de letras José Werinhard Wagner, que terminou a disputa em terceiro lugar, com 180 votos. A eleição foi vencida por Flávio Koutzii, lançado pelo PCB com o apoio de independentes, por uma pequena margem de votos sobre o segundo colocado, Ênio Squeff, que era ligado à AP – 236 contra 229 votos.⁸⁷⁶ Essa faculdade era considerada um reduto da esquerda, a ponto de Koutzii ter avaliado, na época, que era possível “lançar mais de um candidato pela situação, pois a oposição não oferece perigo”.⁸⁷⁷ Apesar da superioridade, tratava-se de um movimento arriscado. Embora derrotado, o representante do MDU fez uma votação próxima dos dois primeiros colocados na disputa. A divisão das esquerdas talvez tenha facilitado a ação da direita estudantil nos outros pleitos.

Diante dos resultados das eleições para os Centros Acadêmicos, a AP convocou o MDU para um debate público, mas esse último recusou, veiculando na imprensa sua posição, segundo a qual a resposta estava sendo dada nas urnas.⁸⁷⁸ A situação foi comentada no relatório semanal do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre, que não deixou de observar que pairavam dúvidas entre os estudantes sobre o quão democrático era o MDU.⁸⁷⁹

⁸⁷³ BU/OTA, *Porto Alegre Weekly Summary* n° 78. Departamento of State, 15 de outubro de 1963, p. 4. José Antônio Arregui foi eleito presidente do CAAR pelo MDU e posteriormente foi vice-presidente da UEE. Ver: CERUTTI, Marcos Fontana. *Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

⁸⁷⁴ BU/OTA, *Porto Alegre Weekly Summary* n° 71. Departamento of State, 27 de agosto de 1963, p. 4.

⁸⁷⁵ BU/OTA, *Porto Alegre Weekly Summary* n° 78. Departamento of State, 15 de outubro de 1963, p. 4.

⁸⁷⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário* (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017, p. 113.

⁸⁷⁷ BN, *Jornal do Dia*, 8 de outubro de 1963, p. 8.

⁸⁷⁸ BN, *Jornal do Dia*, 17 de outubro de 1963, p. 18.

⁸⁷⁹ BU/OTA, *Porto Alegre Weekly Summary* n° 79. Departamento of State, 22 de outubro de 1963, p. 4.

A dúvida sobre a natureza do movimento era partilhada por outros observadores contemporâneos. Numa edição de 1963 da revista *Estudos Teológicos*,⁸⁸⁰ da Faculdade de Teologia de São Leopoldo,⁸⁸¹ Godofredo B. Boll comentou:

Em Porto Alegre o Movimento Democrático Universitário – MDU está em franca expansão e conquistou os diretórios de alguns C.A.s. A sua maior preocupação é o anti-comunismo e a evolução em lugar da revolução (se bem que este termo encontra diferentes interpretações entre as esquerdas) para a solução dos problemas nacionais. Também em outros Estados está tomando vulto um movimento oposicionista. **A sua força, porém, dependerá da autenticidade de seus objetivos** e da contribuição positiva que tem a dar na problemática brasileira. Parece-me que um movimento unicamente baseado na reação não modificará essencialmente o quadro.⁸⁸²

O MDU era encarado, portanto, como reação ao crescimento e à radicalização das esquerdas, tendo como principal característica o anticomunismo. Esse traço fica explícito na canção entoada por seus membros, que citei acima. No entanto, para além disso, os objetivos não pareciam claros. De qualquer modo, o êxito eleitoral alcançado pareceu surpreender a todos. As vitórias, no entanto, só podem ser compreendidas dentro do contexto da campanha de desestabilização do governo João Goulart e de deslegitimação das demandas nacionais-reformistas.

6.3 Os Estudantes e o Golpe de 1964

Ao iniciar o ano de 1964, os grupos oposicionistas vão deixando mais clara a sua posição, além de ampliarem a ação de combate às esquerdas. Embora não apareçam registros de novas edições do curso “Educando para a Democracia”, a FEUP continuou trabalhando na propaganda de ideias. Em março de 1964, a entidade trouxe ao Rio Grande do Sul o professor, e colaborador do IPES, Miguel Reale para proferir a palestra “Diretrizes Ideológicas Para o Nosso Tempo”.⁸⁸³ O grupo da FEUP também se articula para disputar as eleições da UEE programadas para maio. Em fins de março, já estavam com a campanha lançada. No dia 31 desse mês, cartazes com os dizeres “UEE-64-Não se omite” e “UEE-64-Oposição”, afixados nos corredores da PUC, foram arrancados provavelmente por estudantes identificados com a situação.⁸⁸⁴

⁸⁸⁰ Trata-se de um número especial, resultado da Semana Acadêmica da faculdade, organizada pelo Centro Acadêmico Dr. Ernesto Schlieper. O evento aconteceu entre os dias 7 e 11 de outubro.

⁸⁸¹ Hoje é denominada Faculdades EST.

⁸⁸² BOLL, Godofredo B. O universitário brasileiro face a situação nacional. In: *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 3, n. especial, p. 39-43, 1963, p. 40-41, grifos meus.

⁸⁸³ BN, *Jornal do Dia*, 18 de março de 1964, p. 3.

⁸⁸⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 01 de abril de 1964, p. 13.

A UEE, que entre 1961 e 1964 foi dirigida por estudantes católicos que assumiam uma postura cada vez mais à esquerda, começava a enfrentar a oposição da direita que se organizava na política estudantil. Além da FEUP, alguns Centros Acadêmicos se colocaram como contraponto aos grupos de esquerda. No mesmo mês de março de 1964, os Centros Acadêmicos das Faculdades de Direito da UFRGS e da PUC reclamaram que as carteiras de estudantes que eles recebiam da UEE estavam vindo sem assinatura. Duas hipóteses foram aventadas: ou isso estaria ocorrendo por desorganização da entidade, ou seria uma tentativa deliberada de “sabotar determinados Centros Acadêmicos”.⁸⁸⁵ A direção do CAAR era ligada ao MDU e a direção do CAMC seguia a linha da FEUP.⁸⁸⁶

Tendo a UEE agido com intenções políticas nesse caso ou se tratando apenas de uma falha administrativa, a polêmica demonstra a divisão política dos estudantes. Mesmo que os estudantes de direita não estivessem na direção da UEE, da FEURGS ou do DCE da PUC, os dois Centros Acadêmicos envolvidos eram desde muito tempo participantes ativos da política estudantil. Suas posições tinham impacto e eram espaços de formação de quadros.

Logo que o Golpe foi colocado em marcha, as principais entidades estudantis dirigidas pela esquerda se reuniram em Assembleia Permanente no Restaurante Universitário da UFRGS. Lá estiveram presentes representantes da UEE, da FEURGS, da UGES e da UMESPA. Os estudantes deliberaram por uma “mobilização geral da classe estudantil da Capital e interior, decidindo-se solidar [sic] com o Governo Federal”.⁸⁸⁷ As forças de esquerda se articulavam na capital para tentar reeditar o Movimento da Legalidade. A resistência estava ancorada na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que desde o início do ano era governada pelo PTB através do prefeito Sereno Chaise e do vice-prefeito Ajadil de Lemos. Brizola e outras lideranças logo se juntaram e Goulart desembarcou em Porto Alegre no dia 2 de abril. No entanto, julgando não haver apoio militar suficiente, o presidente deixou o país e rumou para o exílio no Uruguai, ocasionando a desmobilização popular em sua defesa. Em Brasília, o Golpe já havia se consumado com a declaração de vacância feita pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, quando Jango ainda se encontrava em Porto Alegre. Isso ocorria no mesmo momento em que o governador Meneghetti requisitava as rádios e transferia o governo estadual para Passo Fundo, se integrando na movimentação golpista.

⁸⁸⁵ BN, *Jornal do Dia*, 21 de março de 1964, p. 3.

⁸⁸⁶ Vítor Osvaldo Della Méa deixou o CAMC para assumir a FEUP.

⁸⁸⁷ BN, *Jornal do Dia*, 1º de abril de 1964, p. 2.

Durante o mês de abril, é possível acompanhar pela imprensa uma série de manifestações de apoio ao movimento que depôs Jango. Ainda no dia 1º de abril, a FEUP lança um manifesto deixando clara a sua posição. Segundo a entidade:

Há momentos na História em que um povo se vê obrigado a adotar medidas extremas para preservar sua liberdade. / Esta semana nossa Pátria viveu um desses exemplos. Vendo agigantar-se o movimento comunista no país, atentando para a iminência da eclosão deste movimento e, estarecidos ante a passividade, a tolerância e a conivência do próprio Presidente da República face ao enorme perigo que ameaçava nossa liberdade, os brasileiros chegaram à dramática opção: ou reagir ou perecer. Felizmente o Brasil teve líderes à altura de seu dilema. / E os verdadeiros patriotas unisonamente levantados em todo o país, souberam conduzir sua justificada rebeldia, extirpando da Pátria o canero da subversão sem levar-nos à luta fratricida ou a regime de exceção. O mal está sanado e o processo democrático segue seu rumo normal.⁸⁸⁸

Na lógica da entidade, o Brasil estava diante de um impasse.⁸⁸⁹ Ou continuava o mesmo estado de coisas, o que levaria o país inevitavelmente em direção ao comunismo; ou adotava-se “medidas extremas” para preservar o país desse perigo. Nessa visão, a maior ameaça à liberdade era a aproximação do governo com as ideias e práticas revolucionárias de esquerda.

É possível localizar o mesmo teor em outros documentos dos estudantes de direita. No dia 2, o *Correio do Povo* publicou um manifesto assinado, segundo a reportagem, por cerca de 300 estudantes da Faculdade de Engenharia da UFRGS. Não era, entretanto, a posição oficial do CEUE, cujo presidente, Izaltino Camozzato, era ligado à AP. De qualquer forma, o grande número de estudantes que o endossou demonstra que a direita contava com um apoio significativo. Transcrevo abaixo na íntegra a nota:

1º Nunca foi em momento algum da nossa História a democracia no Brasil tão esbulhada, tão desmoralizada, tão episoteada, como o foi pelo próprio presidente da República; 2º nunca em momento algum esteve o Brasil tão ameaçado no que respeita às liberdades democráticas; 3º nunca foi tão necessária uma tomada de posição da classe estudantil em defesa do regime democrático. Face a tudo isso, ficou resolvido dar o nosso integral apoio a todos aqueles que se rebelam contra a implantação do comunismo e permanecer em estado de alerta contra aqueles que querem a derrocada do regime democrático e das liberdades do povo. Outrossim, ficou deliberado que os estudantes de Engenharia não aderirão a qualquer movimento grevista de agitação que tenda a perturbar a tranquilidade do Estado e a colocar os destinos de nossa Pátria em mão de oportunistas. Porto Alegre, 1º de abril de 1964.⁸⁹⁰

Mais uma vez apresentava-se o presidente João Goulart como alguém que não soube preservar a democracia, que abriu caminho para a ameaça comunista. Esses estudantes também

⁸⁸⁸ FEUP. *A PEDIDO – Federação dos Estudantes Universitários Particulares – Manifesto*. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos>. Acesso em: 11 de março de 2017.

⁸⁸⁹ A tese de que o país estava diante de um impasse é presente em alguns estudos da Ciência Política, como o de Argelina Figueiredo. Ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁸⁹⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 02 de abril de 1964, p. 6.

se posicionam contrários à greve que havia sido decretada pelo conjunto das principais entidades estudantis. Deixam claro, portanto, que não respeitariam a deliberação do seu centro acadêmico, caso esse decidisse integrar o movimento paredista. Os Centros Acadêmicos procuraram se reunir para tomar posição diante do assunto, mas o governador Ildo Meneghetti havia criado uma dificuldade ao decretar a suspensão das aulas nos estabelecimentos de ensino. Um decreto federal com o mesmo teor também foi emitido. Era, possivelmente, uma tentativa de evitar que os estudantes reunidos pudessem organizar protestos contra o golpe em curso. Não obstante, o Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRGS deliberou a entrada da greve ainda no dia 1º. Esse centro era, na ocasião, dirigido pelo estudante de esquerda João Carlos Haas Sobrinho.⁸⁹¹

A direita estudantil também apoiou o Ato Institucional que, assinado em 9 de abril, deu início à chamada Operação Limpeza. No dia 12, o *Correio do Povo* publicou um “manifesto de universitários democratas”. O texto revela outros elementos do discurso legitimador que então se construía, como o combate à corrupção, a exaltação das Forças Armadas e a suposta natureza democrática e contrária ao comunismo do povo brasileiro:

Aplaudimos entusiasticamente as Forças Armadas que, num exemplo admirável de unidade e coesão, souberam dar ao Brasil e ao mundo uma extraordinária lição de civismo e de civilismo, interpretando as verdadeiras aspirações do povo brasileiro, que sempre foi pela Democracia, contra o Comunismo. Também aplaudimos os líderes civis do movimento revolucionário, governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Nei Braga, Ildo Meneghetti e outros governadores. / 2) Apelamos aos Chefes Militares e Civis da vitoriosa revolução democrática, que cassem o mandato do sr. Juscelino Kubitschek, indiscutivelmente um dos maiores corruptos e corruptores do país e também de todos aqueles maus brasileiros que contribuíram para o empobrecimento do Brasil, através do saque aos dinheiros públicos e demais crimes de lesa-pátria. / 3) Apoiamos o Ato Institucional, como medida de emergência indispensável à operação limpeza, para evitar que velhas raposas da política nacional continuem a se aproveitar das situações difíceis que a evolução de nossa terra exige que superemos.⁸⁹²

Entre estudantes que assinaram a nota estão Claro Valério da Cunha e Geraldo Carlos da Camino, que haviam firmado um manifesto do MDU datado de 16 de outubro de 1963.⁸⁹³

⁸⁹¹ João Carlos Haas Sobrinho depois se integrou ao PCdoB e à Guerrilha do Araguaia, onde foi assassinado pela repressão em 1972. Antes de ingressar no PCdoB, Haas foi militante da AP. Ver: SOUSA, Deusa Maria de; ALVES, Taiara Souto. Militância e clandestinidade no Rio Grande do Sul dos anos 1960 e 1970. In: *História Oral*, v. 16, n. 2, 2013, p. 178 e p. 185.

⁸⁹² AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de abril de 1964, p. 16. A nota era assinada por Heitor Gabriel Hartmann (Direito); Claro Valério da Cunha (Engenharia/UFRGS); Jorge Corrêa da Costa (Direito); Eutiliano Dair Neto (Direito, 5º ano); José Werinhard Wagner; Luiz S. Pinto; Roberto Bernd (Medicina/UFRGS); Arlindo Bianchini (Letras/Filosofia); Geraldo Carlos da Camino (Medicina/UFRGS); Luiz Antônio de Oliveira (Economia); Izair E. Gozzoni (Odontologia/PUCRS); Antônio Neden Martins (Científico, 2º ano); Hermes Magalhães de Vasconcelos (Medicina); Manoel Urbano dos Santos (Arquitetura, 4º ano).

⁸⁹³ Acervo Pessoal de José Antônio Arregui (AP-JAA), *Manifesto à Classe Universitária e à Opinião Pública*, 16 de outubro de 1963.

Geraldo da Camino seria também o responsável pelo jornal *O Reacionário*, exposto no mural do CASL em fins de 1963. Esse jornal trazia, entre outros artigos, a tradução de um trecho do livro *Em Cima da Hora*, de Suzanne Labin,⁸⁹⁴ uma escritora francesa que difundiu a teoria da Guerra Revolucionária. Esse estudante assinou também outro manifesto, publicado pelo *Correio do Povo* em 19 de abril de 1964. Tratava-se de um pedido para que a diretoria do CASL renunciasse. Reproduzo abaixo, na íntegra, pois o texto apresenta algumas características interessantes do discurso anticomunista:

A atual situação nacional, objetivando devolver ao Brasil um governo Democrático, nos traz considerações concretas e objetivas. A linha de atuação política dos atuais dirigentes do CASL, compactuante e solidária com a linha Comunista da UNE, UEE e FEURGS, leva as autoridades competentes a estudarem uma intervenção no Centro Acadêmico. O estranho, porém, é que os componentes da Comissão Executiva se encarapuçam em véu de cândida inocência democrática, quando, dias atrás, tramavam junto com a UNE, UEE, FEURGS, CGT, PUE e outros organismos espúrios, a derrocada do regime democrático e a implantação de uma ditadura Nazi-Fasci-Comunista. / A atual situação é insustentável. Os responsáveis pelo Centro Acadêmico sabem disso. Devem renunciar para que o CASL reencontre uma liderança honesta, capaz, sincera e democrática. / Os fatos são incontestáveis: / 1º - a defesa, a qualquer preço, dos hipócritas da UNE; / 2º o totalitarismo revelado na Assembleia Geral de 1º de abril, em que a Comissão Executiva demonstrou não estar à altura de dirigir um Centro Acadêmico; / 3º o pronunciamento feito pelo presidente do CASL, na rádio da Universidade, convocando o povo para a resistência armada; / 4º a participação do presidente do CASL na operação "sumiço" de documentos altamente comprometedores; / 5º as tentativas de impingir nos alunos uma ideia deturpada da sua linha política. / Assim considerados os fatos, a Comissão Executiva está, por meio de manobras escusas, tentando organizar um novo ataque às instituições democráticas. / Não o façam! Renunciem enquanto é tempo! O CASL precisa ser renovado! Fora hienas comuno-pelego-sindicalistas! - Chega de lideranças sino-russo-cubanas! Precisamos de uma liderança democrática! - Por um Brasil maior.⁸⁹⁵

Existe no texto a tentativa de construir uma oposição entre nacionalismo e comunismo. Este último é visto como um complô elaborado a partir de países estrangeiros. Desse modo, as lideranças são qualificadas como “sino-russo-soviéticas”. Há também um esforço para contrapor comunismo e democracia. Utilizar a expressão “ditadura nazi-fasci-comunista” é dizer que são todos regimes antidemocráticos, totalitários. Os outros estudantes que assinam são: Hermes Magalhães de Vasconcelos, Mário Fernando Berlitz, Paulo Sérgio Crusius e Paulo Pires. Mário Fernando Berlitz apoiou a chapa ligada ao MDU que foi derrotada no CASL em outubro de 1963.⁸⁹⁶ Paulo Pires, como veremos, assumiu a direção provisória da UEE após o Golpe, juntamente com Airton Nogueira e Paulo Gouvêa da Costa.

Se na capital do estado as manifestações de apoio ao Golpe partiram de grupos de estudantes, em Santa Maria quase todos os Centros Acadêmicos o aplaudiram. Uma das poucas

⁸⁹⁴ UFRGS/MU/CEUE, *O Bisturi* (Jornal do CASL), nov./dez. de 1963, p. 9.

⁸⁹⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 21.

⁸⁹⁶ UFRGS/MU/CEUE, *O Bisturi* (Jornal do CASL), nov./dez. de 1963, p. 9.

entidades que não se posicionaram dessa forma foi a FEUSM, entidade máxima da categoria na cidade. Mesmo ela, no entanto, não parece ter tomado uma atitude mais combativa. Isso talvez se explique porque a mesma era dirigida por elementos vinculados a setores da JUC que não haviam radicalizado suas posições em direção à esquerda. Outro fator a ser considerado é que Santa Maria contava então com o segundo maior contingente militar do país. As tropas sediadas lá, sobretudo a 3º Divisão de Infantaria, já estavam sendo preparadas dentro uma perspectiva oposicionista logo após a Legalidade, quando foi designado para o seu comando o general Olímpio Mourão Filho. No desenrolar do Golpe, já sob o comando de Mário Poppe de Figueiredo, as tropas agiram ocupando rapidamente as ruas, os sindicatos e as rádios, além da Viação Férrea. O espaço para resistência na cidade, embora prefeito e vice fossem do PTB e a cidade contasse com forte movimento ferroviário (de inspiração trabalhista ou comunista), estreitou-se rapidamente. Assim, podemos entender por que as notas que a FEUSM fez publicar nos jornais demonstravam uma posição tímida. Em dois de abril, a primeira manifestação da entidade após as movimentações golpistas conclamou os estudantes “universitários santamariense para que tomem consciência do momento histórico que está vivendo a Nação, procurando ditar as suas atitudes, como reflexo de sua convicção nos verdadeiros valores humanos”. Além disso, expressou “sua posição de apoio às reformas de nossas estruturas que venham ao encontro dos mais profundos anseios populares”.⁸⁹⁷ A condenação ao Golpe talvez esteja implícita. É provável que se não fosse assim, o jornal local *A Razão* não tivesse publicado o texto, tendo em vista sua linha editorial se posicionava contra o governo Jango. Na imprensa da capital também não encontramos manifestos contrários ao Golpe, mas as tentativas de resistência da FEURGS, da UEE e do DCE da PUC foram ao menos noticiadas.

O tom contido do manifesto foi criticado pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de Santa Maria. No julgamento dessa entidade, “o manifesto da FEUSM apresentou-se insólito ante os estudantes e o povo em geral, pois nada dizia: Não comunicava posição definida e não expressava o pensamento da maioria, mas, apenas, de uma cúpula previamente escolhida”.⁸⁹⁸ Os estudantes de direito cobravam o apoio ao que nomeavam como “Movimento de Redenção Nacional”, colocando-se como “partidários da DESCOMUNIZAÇÃO DA PÁTRIA” e se opondo aos que pretendiam negar “os princípios de Fé Cristã e da Democracia”. A nota segue justificando a ação das Forças Armadas como uma necessidade diante das “coaçoões subversivas contra o Congresso Nacional”. Decidindo não mais acatar as decisões da FEUSM, da UEE e da UNE, manifestaram:

⁸⁹⁷ AHMSM, *A Razão*, 2 de abril de 1964, p. 1 e p. 5.

⁸⁹⁸ AHMSM, *A Razão*, 9 de abril de 1964, p. 6.

apoio e irrestrita solidariedade às FORÇAS ARMADAS, aos PODERES CONSTITUÍDOS, às ENTIDADES DE CLASSE, aos ESTUDANTES e ao POVO, reafirmando mais uma vez, que, unidos, reconstruiremos a Pátria dentro dos verdadeiros princípios da DEMOCRACIA E DA LIBERDADE.⁸⁹⁹

Mais uma vez, repetem-se aqui diversos elementos que explicam a visão de mundo desses estudantes. O comunismo era visto como algo vindo de fora, que não correspondia aos verdadeiros princípios do povo brasileiro, “cristão e democrático”. A situação anterior é caracterizada como um estado de caos e subversão, salvo apenas pela intervenção providencial das Forças Armadas, cujo objetivo seria, em realidade, “sanear” o país.

Forçada a se posicionar, a FEUSM lançou novo manifesto, datado de 11 de abril e publicado n’*A Razão* do dia 14 do mesmo mês. Jaime Goar Pasa afirmou ter mantido contato “amigável” com o major Alexandre Amêndola, presidente da comissão militar responsável. Disse também que estava envolvido na organização da manifestação em homenagem às Forças Armadas, que em suas palavras “asseguraram as nossas tradições cristãs e democráticas, livrando-as do iminente perigo comunista”.⁹⁰⁰ De uma posição inicialmente vacilante, passou à adesão.

No dia 15 de abril, o mesmo jornal publicou um manifesto do Centro Acadêmico dos Estudantes de Engenharia, condenando os “agitadores” que se apoderaram de entidades como a UNE.⁹⁰¹ Os estudantes de Medicina, por sua vez, posicionaram-se no mesmo sentido. No entanto, fizeram-no através do Conselho de Representantes de seu Centro Acadêmico. Segundo eles, os “poderes executivo e moderador” da entidade não haviam “cumprido com seu dever de dar publicidade da posição do CEMSM, obstinando-se assim a manterem-se divorciados do pensamento da maioria da Classe Acadêmica Médica de Santa Maria”.⁹⁰²

De todos os manifestos publicados pelos estudantes da cidade, aquele que reuniu mais características do discurso anticomunista foi o do Centro Acadêmico Jacques Maritain, da Faculdade de Filosofia. O texto, assinado por 273 acadêmicos, iniciava com uma posição de concordância com o manifesto dos estudantes de direito: “a posição dos colegas do DIREITO, que é a NOSSA, é pela expulsão, de nosso meio dos maus brasileiros ‘comunistas e agitadores’ que mediante as suas ações nefastas, tantos males e prejuízos têm trazido à UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA”. Reproduzo abaixo outros trechos:

⁸⁹⁹ AHMSM, *A Razão*, 9 de abril de 1964, p. 6. Todos os grifos são do texto original.

⁹⁰⁰ AHMSM, *A Razão*, 14 de abril de 1964, p. 6.

⁹⁰¹ AHMSM, *A Razão*, 15 de abril de 1964, p. 6.

⁹⁰² AHMSM, *A Razão*, 19 de abril de 1964, p. 3.

Com o presente – MANIFESTO – desejamos expressar a nossa posição de VERDADEIROS ACADÊMICOS amantes de um BRASIL LIVRE, ORDEIRO e DEMOCRÁTICO. Na missão de futuros plasmadores do pensamento nacional, sempre nos inspiramos nas verdadeiras fontes de uma filosofia CRISTÃ E DEMOCRÁTICA. / [...] Firmemente já determinados a lutar por esse fim, não podemos aceitar que nossa classe continue a ter à testa elementos que seguiam e seguem a linha ideológica, hoje, clara e provada, dos dirigentes da UNE e UEE. [...] / Neste momento hipotecamos às Forças Armadas o nosso inteiro apoio pelo que fizeram em prol da Segurança Nacional, fazem e farão até o fim dessa luta quando teremos então UM BRASIL LIVRE E DEMOCRÁTICO.⁹⁰³

Outra vez o Brasil é caracterizado como uma nação “cristã e democrática” cujos valores estariam sendo ameaçados por “comunistas e agitadores”. Entidades como a UNE e a UEE são identificadas pelos estudantes de direita como sendo comandadas por lideranças adeptas de ideologias “subversivas”, devendo ser expulsas do meio estudantil. A própria FEUSM, mesmo depois de alinhar-se às posições golpistas, é criticada por ter estado próxima às correntes de esquerda. Por fim, o manifesto expressa confiança nas Forças Armadas para que devolvessem o país à “ordem”.

Os estudantes de Santa Maria participaram ainda da Marcha de Agradecimento às Forças Armadas. Efetivada no dia 17 de abril, a Marcha foi descrita pelo *Correio do Povo* como “a maior concentração pública já realizada” na cidade.⁹⁰⁴ Entre os oradores do ato, estava o reitor da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, e o acadêmico de Direito José Murilo. O discurso desse último destacou a suposta “infiltração comunista” que o Brasil estaria vivenciando no governo de João Goulart. Ainda segundo José Murilo:

Contra a ideologia mistificada do **comunismo ateu**, nós oporemos a mística eterna de nossa Pátria. Contra a disciplina feita de constrangimentos e violações, a repudiaremos com a disciplina individual e espontânea a serviço da supremacia da ordem espiritual. Contra o totalitarismo, nós lutaremos desfraldando a bandeira da democracia. Contra suas organizações sanguonárias [sic] nós lutaremos ao lado do **heroísmo histórico de nossas Forças Armadas**, a quem devemos prestigiar e com elas colaborar, pois é em suas mãos que no momento repousam a honra e a sorte do Brasil. /A essas Forças Armadas é que nos dirigiremos dentro em breve, dando o que há de mais sincero e mais sublime em nossos corações de brasileiros. A elas, darmos o apoio no sentido de labutarmos juntos, lado a lado pela descomunização da Pátria e o reconhecimento pela ação exemplar de revolucionar a nação contra a infiltração soviética e de desmantelamento de toda e qualquer organização que ainda tente infestar o Brasil com idéias que não se coaduna com os brasileiros de boa têmpera.⁹⁰⁵

No trecho citado, o comunismo é qualificado como ateu. Essa expressão aparece ainda outra vez na fala do acadêmico. Destacar em sua fala essa característica do comunismo tinha

⁹⁰³ AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, p. 3. Os destaques são do texto original.

⁹⁰⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 52. Ver também: BN, *Jornal do Dia*, 19 de abril de 1964, p. 23. Isso, no entanto, deve ser relativizado, tendo em vista a posição favorável desse jornal ao Golpe Civil-Militar e considerando que na cidade ocorreram outras manifestações significativas, como durante a Legalidade, em 1961.

⁹⁰⁵ AHMSM, *A Razão*, 19 de abril de 1964, p. 2. Os grifos são meus.

como função mobilizar os sentimentos religiosos conservadores. Era mais uma vez uma tentativa de mostrar que os valores considerados tradicionais estariam sendo ameaçados. Essas adjetivações não eram incomuns. O manifesto do Centro Acadêmico Jacques Maritain, agregava a comunismo o adjetivo “internacional”.⁹⁰⁶ Nesse caso, tratava-se de dizer que o comunismo era intrinsecamente antinacional, uma ideologia externa que não condizia com os valores do povo brasileiro.

Não consegui identificar qual a expressividade da presença de estudantes na Marcha de Santa Maria. Os jornais falam apenas que participaram pessoas de todos os grupos sociais, citando entre eles os estudantes. O jornal *A Razão* reproduziu na íntegra o discurso de José Murilo e sabemos pela nota da FEUSM que Jaime Goar Pasa participou da organização do ato.

Porto Alegre também contou com uma Marcha de Agradecimento. Inicialmente ela estava marcada para o dia 7 de abril,⁹⁰⁷ organizada pela ADF e pela Cruzada da Mulher Democrática.⁹⁰⁸ No entanto, por solicitação das autoridades, foi adiada.⁹⁰⁹ Ficou, por fim, programada para coincidir com a visita de Castelo Branco a Porto Alegre, em 22 de maio.⁹¹⁰ No entanto, no dia da visita, o atraso de algumas horas do presidente parece ter afetado o sucesso da manifestação, que ocorreu mas teve pouca cobertura da imprensa, mais interessada em cobrir os outros compromissos da agenda do general. Não há relatos da presença de universitários.⁹¹¹

Marchas desse tipo aconteceram também em outras cidades do estado. Ainda antes do Golpe parece ter ocorrido uma manifestação semelhante em São Francisco de Paula, classificada como “a maior e mais vibrante concentração cívica da história do município”.⁹¹² No dia 2 de abril, realizou-se em Passo Fundo um Comício da Vitória. É preciso lembrar que o governo do estado havia sido transferido para a cidade, num movimento conhecido como Operação Farroupilha. Era uma forma de escapar da resistência popular e militar que poderia se organizar na capital. Em Passo Fundo, após a vitória golpista, o comício teria reunido uma “grande massa humana”. Entre os oradores estavam: Cláudio Colling, bispo da cidade; Plínio Cabral e Poty de Medeiros, membros do secretariado de Meneghetti; Romeu Martinelli e Artur

⁹⁰⁶ AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, p. 3.

⁹⁰⁷ BN, *Diário de Notícias*, 22 de março de 1964, p. 7.

⁹⁰⁸ Muitas dessas organizações femininas, inclusive a ADF, recebiam apoio financeiro e suporte organizacional do IPES. Ver: RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 317-318.

⁹⁰⁹ BN, *Jornal do Dia*, 7 de abril de 1964, p. 2.

⁹¹⁰ BN, *Diário de Notícias*, 21 de maio de 1964, p. 9.

⁹¹¹ BN, *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1964, p. 10.

⁹¹² BN, *Diário do Paraná*, 29 de março de 1964, p. 2. Segundo a reportagem, foram cerca de 5 mil manifestantes de diversas cidades da região.

Santini, vereadores; Mário Menegas, prefeito da cidade; e o presidente da União Passo-Fundense de Estudantes. Em seu discurso, o governador agradeceu “à União Passo-Fundense de Estudantes, que recusou-se a ir a uma greve política. ‘Façam os estudantes greves contra os maus professores, para melhorar as condições de ensino, mas nunca para promover arruaças, demagogia e ambições’”.⁹¹³

Em Caxias do Sul, os jornais locais noticiaram a participação de cerca de 30 mil pessoas em ato realizado em 5 de abril. Uma “grande concentração” ocorreu também em Veranópolis, no dia 15 de abril. Entre os oradores estava o estudante de direito Agenor Abruzzi.⁹¹⁴ Em Bento Gonçalves, outra cidade serrana, a manifestação aconteceu em 26 de abril.⁹¹⁵ No sul do estado, em Rio Grande, os manifestantes agradeceram “às Forças Armadas pela coragem e ato de brasilidade demonstrados”.⁹¹⁶ Na vizinha Pelotas, a TFP teria organizado um ônibus para a marcha realizada em São Paulo.⁹¹⁷ Na pequena cidade de Campina das Missões também foi organizada uma Marcha da Família, mais uma vez caracterizada como a maior manifestação da história do município.⁹¹⁸

Após o Golpe, portanto, em diversas cidades se revelava o apoio de parte da sociedade ao Golpe. Todavia, pude confirmar a participação de estudantes apenas em Porto Alegre, Santa Maria, Passo Fundo e Veranópolis. Nos jornais da capital, pouco se noticiou sobre a situação estudantil nas cidades do interior. Aliás, essa era uma prática comum. Mesmo em momentos de grande mobilização, como na Greve do 1/3, o *Correio do Povo*, o *Jornal do Dia* e o *Diário de Notícias*, entre outros, privilegiavam os centros e federações acadêmicas de Porto Alegre.

A investigação que realizei na cidade de Santa Maria, no entanto, revelou uma grande base de apoio estudantil ao Golpe naquela que foi a primeira cidade do interior do país a sediar uma universidade federal. Lá, grande parte dos Centros Acadêmicos colocaram-se contrários ao governo João Goulart, à direção da UNE e da UEE. Mesmo a FEUSM, dirigida por católicos de esquerda, assumiu uma posição ambígua. Seu presidente acabou assumindo a defesa da ação militar, integrando-se na organização da Marcha de Agradecimento. Por fim, a direção da

⁹¹³ BN, *Jornal do Dia*, 3 de abril de 1964, p. 2.

⁹¹⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de abril de 1964, p. 15.

⁹¹⁵ BN, *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1964, p. 8; BN, *Jornal do Dia*, 28 de abril de 1964, p. 3; AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de abril de 1964, p. 11.

⁹¹⁶ Apud FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. *Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a Ditadura Civil-Militar (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2013, p. 101.

⁹¹⁷ SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Ditadura Civil-Militar na Região Sul Gaúcha: militâncias e rotas e exílio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2014, p. 66.

⁹¹⁸ BN, *Jornal do Dia*, 18 de junho de 1964, p. 4.

entidade acabou sendo entregue à 3ª DI, que repassou a responsabilidade para os Centros Acadêmicos.⁹¹⁹

Os manifestos publicados pelas entidades da cidade mostram um discurso anticomunista que identificava o projeto de Jango e das esquerdas como fruto de uma “infiltração” de agentes do comunismo internacional, que constituiriam uma ameaça à democracia e aos valores cristãos. Esses, por sua vez, fariam parte da essência do povo brasileiro. Já havíamos abordado esse discurso quando Luiz Carlos Prestes visitou o Rio Grande do Sul, em maio de 1961. Naquela ocasião, um anticomunismo de fundo católico motivou reações de repúdio à presença do líder comunista no estado. As primeiras mobilizações contra a sua presença vieram justamente das cidades de interior (Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria), culminando com os acontecimentos da capital do estado. Em abril de 1964, essa visão se expressa de modo ainda mais aberto, diante da vitória do Golpe.

Para se ter um panorama mais preciso das cidades do interior gaúcho, mais pesquisas locais sobre o Golpe são necessárias. O mesmo deve ser dito quanto à temática dos movimentos estudantis no período. A produção ainda é pouca sobre cidades como Santa Maria, Pelotas, São Leopoldo, Caxias do Sul, Uruguaiana, entre outras que possuíam cursos superiores e Centros Acadêmicos. Explorar essas realidades ajudaria a compor um quadro mais completo e complexo sobre a posição e participação dos estudantes no Golpe e na resistência a ele.

⁹¹⁹ Segundo o jornal *A Razão* “a direção da FEUSM, num gesto de grande desprendimento colocava sob a responsabilidade do Cmdo. Da 3ª. D.I. a condução dos destinos da citada Federação”. AHMSM, *A Razão*, 23 de abril de 1964, p. 6.

7 A DITADURA E O CONTROLE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Derrubado o presidente João Goulart, as forças que participaram de sua deposição trataram de dar início a uma “Operação Limpeza”, cujo objetivo era desmobilizar os setores mais combativos dos movimentos populares e de esquerda. Um dos setores mais visados foi o movimento estudantil. Diretorias de entidades foram destituídas, interventores nomeados, foram criadas leis que regulassem a participação política dos estudantes e o funcionamento de suas entidades. A ação da Ditadura Civil-Militar não foi direcionada apenas ao movimento estudantil. Atingiu o setor educacional como um todo. A educação era vista como prioritária, seja para servir aos propósitos de desenvolvimento do projeto que estava sendo imposto, seja como campo de propaganda ideológica. Aliás, como veremos, esses dois intentos estavam ligados um ao outro.

Ao longo desse capítulo, procurarei explicar qual era o projeto educacional colocado em prática durante a Ditadura, de que forma ela interviu no movimento estudantil, seja pela força, seja pelo estabelecimento de uma nova legislação regulatória. Essas questões são fundamentais para compreendermos a nova conjuntura na qual se mobilizavam os estudantes.

7.1 Educação e Segurança Nacional

Estudos clássicos como o de Joseph Comblin e Maria Helena Moreira Alves destacaram a predominância da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no pensamento militar latino-americano nos anos 1960. Na visão de Comblin, essas ideias teriam origem nos Estados Unidos, a partir de onde foram irradiadas para o restante do continente.⁹²⁰ Moreira Alves, por sua vez, reconhece a especificidade do pensamento latino-americano e, especialmente, brasileiro sobre o tema.⁹²¹

Segundo essa autora, a DSN se desenvolveu através da Escola Superior de Guerra (ESG) e de sua Associação de Diplomados (ADESG), estando presente nas obras de Golbery do Couto

⁹²⁰ “[...] é incontestável que essa doutrina vem diretamente dos Estados Unidos. É nos Estados Unidos que os oficiais dos exércitos aliados dos EUA aprendem-na”. In: COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 14.

⁹²¹ “[...] enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses (envolvidos na Guerra da Argélia) concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa”. In: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 39-40.

e Silva, no *Manual Básico da Escola Superior de Guerra* e em diversas outras publicações militares. Ela tinha como principais preceitos a necessidade de rígido controle social a fim de eliminar a suposta ameaça de um inimigo interno, pressupondo que grupos subversivos agiam para tomar o poder dentro do país.⁹²² Esse ponto diferenciaria a doutrina brasileira das formulações dos EUA, que focavam suas atenções num inimigo externo e na possibilidade de uma guerra nuclear. Outra característica fundamental é a ênfase no desenvolvimento econômico. Segundo Moreira Alves, a DSN não teria como objetivo central mobilizar as massas. A legitimidade se daria pelo desempenho da economia, que seria também central para que as ideias subversivas não prosperassem.⁹²³

Estudos mais recentes, todavia, tem dado maior importância para a influência francesa no pensamento brasileiro. João Roberto Martins Filho destacou que o elemento anticomunista comum permitiu a difusão, com modificações, da doutrina da Guerra Revolucionária (GR) no Brasil e na Argentina, portanto em contexto diferente de sua elaboração original – a luta pela manutenção do Império Colonial Francês na Indochina e na Argélia. Os militares franceses enfatizavam “um novo tipo de guerra”, que era preciso compreender para ser vencida.⁹²⁴ Segundo esses ensinamentos, a GR seria colocada em execução pelos “subversivos” seguindo cinco etapas:

Na primeira etapa, os revolucionários agem sem declarar seus objetivos, preparando cautelosamente a população que se pretende conquistar. Na segunda, efetiva-se a construção de uma rede de organizações subversivas e formam-se bases que subvertem a capacidade de ação governamental. É a fase das manifestações, tumultos e atos de sabotagem. A terceira etapa é a da formação de grupos armados, que iniciam ações de menor escala, destinadas a corroer os poderes constituídos. É a fase do terrorismo. A penúltima etapa é a do estabelecimento de zonas liberadas ou bases *d'appui*, onde o Exército regular não consegue mais entrar. / O último passo antes da conquista do poder é a implantação de um governo provisório, que procura reconhecimento externo, com a formação de um exército regular revolucionário.⁹²⁵

Para vencer a guerra contra esse “inimigo interno”, seria necessário utilizar-se de armas semelhantes, com destaque para a “guerra psicológica”.⁹²⁶

⁹²² Sobre as formas de controle social praticadas pela Ditadura Civil-Militar no âmbito da educação superior, ver: MANSAN, Jaime Valim. *Subversivos: Ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964 e 1988)*. Porto Alegre: PUCRS, 2014. 396p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2014.

⁹²³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 31. Enfatizando o aspecto econômico, a autora refere-se a DSN como Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

⁹²⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: HUCITEC, 2009, p. 182.

⁹²⁵ *Ibid.*, p. 183-184.

⁹²⁶ *Ibid.*, p. 184.

Segundo Maud Chirio, essas ideias francesas foram predominantes como objeto de doutrinação antes de 1964, e não a DSN, que seria uma teoria mais geral “do Estado e da Sociedade” desenvolvida pela ESG.⁹²⁷ Chirio informa que a GR chegou ao Brasil a partir de 1957, quando foram publicadas as primeiras traduções de textos franceses. Inicialmente, os militares brasileiros apenas divulgaram os textos originais, mas num segundo momento passaram a adaptar os seus princípios para a conjuntura nacional. A partir de 1961, segundo a autora, essas ideias foram sendo disseminadas nas escolas militares.⁹²⁸

A aceitação dessa doutrina ocorreu em um ambiente que já partilhava de uma cultura anticomunista mais antiga. Essa cultura foi mobilizada pela direita conspiracionista no início dos anos 1960.⁹²⁹ À medida que avançava o governo João Goulart, somou-se a isso a insatisfação militar crescente, sobretudo entre a oficialidade, seja por conta da crise econômica e seu aspecto inflacionário, seja por aquilo que percebiam como ameaça à hierarquia e à disciplina.⁹³⁰ A doutrina forneceu uma chave de interpretação da realidade, que polarizada e convivendo com intensa mobilização social, passou a ser vista por setores militares como uma constatação de que estaria já em marcha no Brasil a “guerra revolucionária”. Crescia, assim, a visão de que era necessário intervir no processo político nacional.

A influência da GR nos meios militares fica clara ao analisar os depoimentos de militares publicados na obra *1964 – 31 de Março*. Egêo Corrêa de Oliveira Freitas, por exemplo, atribuía “a reação da oficialidade jovem contra a subversão, ao estudo da guerra revolucionária, que começou a ser ministrado na ECEME e na EsAO”.⁹³¹ João Carlos Rotta, que à época do Golpe estava no 3º Batalhão Rodoviário, em Vacaria, avalia o impacto dessa formação e o erro de avaliação do Ministro Jair Dantas:

Concluí a EsAO no final de 1963. O Ministro, General Jair, não permitiu que naquele ano os capitães da EsAO ficassem no Rio de Janeiro. Acho que ele não foi hábil: dispersou pelo Brasil inteiro centenas de capitães descontentes e doutrinados. Estudáramos a guerra revolucionária durante o curso e acreditávamos - opinião dos instrutores e da maioria dos alunos - que já estávamos imersos em uma de suas fases.⁹³²

⁹²⁷ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 19.

⁹²⁸ Em junho de 1961, o Estado-Maior do Exército “promulga uma diretriz regendo a instrução da GR nas escolas militares e nos corpos de tropas”. In: CHIRIO, op. cit., p. 23.

⁹²⁹ Ibid., p. 34-35. Vale lembrar, no entanto, que o IBAD se formou ainda em 1959.

⁹³⁰ Ibid., p. 28-29.

⁹³¹ MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 8. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 217.

⁹³² Ibid., p. 136. Outros depoimentos, como de Adolpho João de Paula Couto e Léo Guedes Etchegoyen, corroboram a influência da doutrina francesa e da campanha de doutrinação.

A partir do final de 1963, percebo que no Rio Grande do Sul essas ideias rompem o círculo militar e se disseminam em outras esferas. Em julho desse ano, a edição local do *Diário de Notícias* publicou, segmentado em diversas partes, uma conferência sobre o assunto proferida pelo general Antônio Carlos da Silva Muricy num Programa de Instrução destinado aos oficiais de Natal.⁹³³ Essas ideias, portanto, estavam sendo divulgadas por um dos principais jornais do estado. Nesse momento, boa parte da mídia estava também engajada na campanha de desestabilização do governo Jango, mantendo relações, inclusive, com o IPES.⁹³⁴ O mesmo jornal *Diário de Notícias* publicou trechos de uma conferência de Suzanne Labin em agosto de 1963,⁹³⁵ republicada em outubro na revista *Democracia e Empresa*, órgão do IPESUL.⁹³⁶ Suzanne Labin era uma escritora anticomunista francesa, cujos livros foram publicados no Brasil com tradução de Carlos Lacerda. A autora estava no Brasil para divulgar suas obras, realizando encontros no Rio de Janeiro e em São Paulo. Segundo Hernán Ramírez, ela também teria estado nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre,⁹³⁷ embora talvez não se tratasse nesses casos de aparições públicas, tendo em vista que não houve menções de sua presença na cidade no *Jornal do Dia* ou no *Diário de Notícias*.⁹³⁸ Apesar de Labin não mencionar explicitamente a Guerra Revolucionária, suas formulações são muito semelhantes.⁹³⁹

Em outubro de 1963, o capitão Sommer de Azambuja, deputado estadual pelo PDC, fez um pronunciamento sobre a doutrina na Assembleia Legislativa. Segundo reportagem do *Jornal do Dia*, ele “traçou um quadro do progresso que o comunismo” estaria fazendo no país.⁹⁴⁰ A

⁹³³ A primeira parte foi publicada em 17 de julho de 1963, p. 4. A última parte foi publicada na edição do dia 21 de julho de 1963, p. 4.

⁹³⁴ Sobre a articulação entre o IPES e as empresas de comunicação, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 233.

⁹³⁵ BN, *Diário de Notícias*, 3 de agosto de 1963, p. 13.

⁹³⁶ Ver: MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “*Democracia e Empresa*” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do RS (1962-1971). Porto Alegre: PUCRS, 2012. 228p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2012, p. 119, nota 427.

⁹³⁷ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 250-251.

⁹³⁸ Os trechos da conferência publicados na edição local do jornal *Diário de Notícias* não fazem referência da cidade onde ela foi proferida. No entanto, é mencionado que ela se realizou na Confederação dos Círculos Operários Católicos. A reportagem menciona outros locais de reunião e palestras: a Escola Pedro Ernesto e o Teatro Municipal. Esses lugares constam na programação de encontros da autora no Rio de Janeiro, publicado no *Correio da Manhã*. Ver: BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 1º de agosto de 1963, p. 7.

⁹³⁹ Sobre o pensamento de Labin e sua relação com a doutrina de Guerra Revolucionária, ver: FONSECA, Raquel Silva da. *Os fundamentos da Guerra Revolucionária*. In: *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, pp. 80-89.

⁹⁴⁰ BN, *Jornal do Dia*, 10 de outubro de 1963, p. 8.

repercussão no meio político foi grande, tendo a discussão se estendido nas sessões seguintes. Sommer de Azambuja não poupou crítica ao CGT, à UNE e a Frente Parlamentar Nacionalista, consideradas entidades “comprometidas com as forças comunistas”.⁹⁴¹ Em janeiro de 1964, a retórica embasada na doutrina aparece de forma abundante nos jornais, em meio a uma crise do Executivo Estadual. Plínio Cabral, o chefe da Casa Civil do governo Meneghetti, declarou publicamente que estaria em marcha um plano subversivo no Rio Grande do Sul, que incluiria, inclusive, um planejado atentado ao governador. Antônio Pires, do PRP, Secretário de Administração, respondendo pela Secretaria de Segurança Pública, foi então à Assembleia Legislativa, onde fez um discurso detalhando o suposto movimento, que ele caracteriza da seguinte forma:

E como procura conquistar o Brasil para o comunismo? Posso afirmar, pelo conhecimento da técnica comunista e de seus planos atuais de conquista paulatina de poder, pelos inúmeros informes, devidamente cruzados, que o Governo tem recebido de forma sistemática que não deseja revolução nos moldes antigos, clássicos, baseados no simples poder armado. / A ação é a guerra revolucionária, científica e minuciosamente preparada. Guerra que se desenvolve no campo econômico, no político, no moral, no religioso e no militar [...].⁹⁴²

Em sua fala, Pires cita, diversas vezes, a “guerra revolucionária”, nomeando na sequência autores para fundamentar seus argumentos. Os mencionados são: Vannevar Bush e Antônio Carlos Pacheco e Silva,⁹⁴³ esse último com o texto *Guerra subversiva em marcha*. Além disso, menciona os meios que as forças policiais do estado estavam utilizando para observar e combater essas alegadas ameaças.⁹⁴⁴

As acusações não passavam de uma armação. As provas eram inexistentes e a fala de Antonio Pires foi previamente combinada com Zuza Aranha e Plínio Cabral. Segundo o próprio Pires relataria muito tempo depois, “foi coisa de fértil imaginação”. Ele complementa afirmando que “o relevante é termos aproveitado a ocorrência da opinião pública para o que se passava [sic]. Foi um alerta”.⁹⁴⁵ A doutrina da Guerra Revolucionária foi usada no estado,

⁹⁴¹ BN, *Jornal do Dia*, 12 de outubro de 1963, p. 8.

⁹⁴² BN, *Diário de Notícias*, 9 de janeiro de 1964, p. 18.

⁹⁴³ Antônio Carlos Pacheco e Silva era membro do IPES e tinha vínculos com a ESG. Ver: RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Um folheto desse autor, sobre a Reforma Universitária, foi distribuído pelo IPES. Ver: GONÇALVES, Martin Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Niterói: UFF, 2010. 225p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2010, p. 65.

⁹⁴⁴ BN, *Diário de Notícias*, 9 de janeiro de 1964, p. 18; BN, *Jornal do Dia*, 9 de janeiro de 1964, p. 8.

⁹⁴⁵ O depoimento é citado em: CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Niterói: UFF/UNIOESTE, 2005. 819p. Tese (Doutorado

portanto, para trabalhar a opinião pública através de um episódio criado pelo governo Meneghetti.

Em março de 1964, logo após o Comício da Central do Brasil, o deputado Alcides Flores Soares Júnior, presidente da UDN no Rio Grande do Sul, declarou que a “guerra revolucionária prossegue – agora mais do que nunca”.⁹⁴⁶ Esses exemplos, colhidos nos jornais, demonstram que desde a metade de 1963 até abril de 1964, o jargão e o conteúdo dessa doutrina se disseminou para além das escolas militares, buscando o convencimento da opinião pública de que estaria em marcha, no país, um plano subversivo de controle progressivo do poder.

A disseminação da doutrina da Guerra Revolucionária, no entanto, não nega a elaboração e importância da Doutrina de Segurança Nacional. As ideias francesas foram incorporadas nas formulações da ESG e alguns de seus elementos se constituíram em pontos centrais da DSN, que ajudaram a estruturar o Estado e suas ações após 1964. O Manual Básico da ESG, por exemplo, analisado por Alves, conceitua a guerra revolucionária como um “conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”.⁹⁴⁷ Em outra passagem, o manual destaca a “guerra psicológica”:

[...] Os países comunistas, em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico.⁹⁴⁸

Os estudantes seriam um dos alvos dessa guerra psicológica, juntamente com intelectuais, artistas, líderes sindicais, meios de comunicação, militares.⁹⁴⁹ Para combater a suposta subversão em marcha, devia-se adotar uma série de estratégias, entre elas a estratégia psicossocial,⁹⁵⁰ focada nas instituições da sociedade civil, como a família, os sindicatos, as escolas e as universidades.⁹⁵¹ As prisões de lideranças, as intervenções em diversas entidades, a legislação de controle do movimento sindical e estudantil e as ações de propaganda, medidas adotadas após a tomada do poder em 1964, se relacionam diretamente com essa estratégia psicossocial.

em História) – Programa de Interinstitucional de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005, p. 643.

⁹⁴⁶ BN, *Jornal do Dia*, 22 de março de 1964, p. 2.

⁹⁴⁷ Apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 44.

⁹⁴⁸ *Ibid.*, p. 45.

⁹⁴⁹ *Ibid.*, p. 46-47.

⁹⁵⁰ *Ibid.*, p. 50.

⁹⁵¹ *Ibid.*, p. 53.

Outro aspecto da doutrina relacionado com a questão educacional diz respeito à estratégia econômica. Segundo os pressupostos da DSN, o desenvolvimento era necessário para afastar o “perigo comunista”, pois os comunistas se aproveitariam das dificuldades do país para espalhar suas ideias entre a população. O caminho inverso também era considerado verdadeiro: a garantia da “ordem” era necessária ao “progresso”, numa revitalização da velha doutrina positivista. Nessa lógica, toda a oposição era vista como um entrave e encarada como uma traição à nação. Expressões como “saneamento” e “expurgo” eram constantemente utilizadas no discurso legitimador do Golpe e da Ditadura, que considerava as ações repressivas como necessárias para a eliminação dos “obstáculos”.⁹⁵²

As políticas educacionais elaboradas pela Ditadura comprovam essa estreita relação. Segundo Maria Inêz Salgado de Souza, “*educação e desenvolvimento* constitui a ideia mestra, o fundamento de toda a política educacional”.⁹⁵³ A autora descreve os programas e planos governamentais, sintetizando seus objetivos principais:

O objetivo por excelência da política educacional brasileira tal como foi previsto desde o Plano Decenal, consistiu na formação dos recursos humanos para o desenvolvimento econômico, ou seja, a capacitação da força de trabalho. / Outras finalidades declaradas pelos diversos planos secundavam aquela ideia mestra. A educação brasileira deveria: / - servir como fator de progresso social, atuando na melhoria do nível de renda e na mobilidade social dos indivíduos; / - integrar a população pela motivação e participação ‘espiritual’ no esforço para o desenvolvimento; / - servir, em última instância, como fator de unidade e segurança nacional.⁹⁵⁴

Os governos militares buscavam, portanto, direcionar a educação com fins a formar “capital humano” para o progresso econômico. Além disso, visavam também a “segurança nacional”. Era a ideia de modernizar o Brasil para que ele se constituísse enquanto uma potência mundial, algo que só poderia ser alcançado com a manutenção da ordem interna e com a formação de mão-de-obra técnica em todos os níveis.

A Ditadura Civil-Militar tinha, portanto, tanto uma dimensão destrutiva, que buscava eliminar qualquer forma de dissenso, e uma dimensão construtiva, via modernização. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o regime político que se constitui após 1964 foi marcado por ambiguidades que, ademais, representavam a própria heterogeneidade da coalização que havia se oposto ao governo Jango. Embora houvesse alguns pontos de convergência, sobretudo o

⁹⁵² Sobre isso, ver: ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 110-115.

⁹⁵³ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 147, grifos no original.

⁹⁵⁴ Ibid., p. 144.

anticomunismo, ela era formada por forças político-ideológicas diferentes, algumas mais liberais, outras conservadoras ou mesmo reacionárias. Alguns, inclusive o setor empresarial através do IPES, propugnavam reformas que superassem o atraso econômico e o arcaísmo das instituições, incluindo a universidade, embora sem o igualitarismo presente nas propostas de esquerda. Os militares consideravam a si próprios os sujeitos dessa modernização. É nesse quadro que se tornam compreensíveis as diversas modificações no ensino, entre elas a Reforma Universitária.⁹⁵⁵

7.2 A Operação Limpeza e as Intervenções

Partindo da concepção de que havia uma “ameaça comunista” iminente e de que a “guerra revolucionária” estava em andamento, os militares colocaram em prática uma “operação limpeza”, cujo objetivo era eliminar esses obstáculos. Essa postura pode ser interpretada como decorrência de uma “utopia autoritária”,⁹⁵⁶ ou seja, “na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral”,⁹⁵⁷ posição mais difusa, mas ao mesmo tempo mais interiorizada e disseminada nessa categoria do que qualquer doutrina em especial.⁹⁵⁸

Segundo Alves, a “Operação Limpeza” buscava eliminar qualquer forma de dissenso, neutralizando os partidos, movimentos e lideranças vinculadas ao governo deposto ou ao campo político da esquerda. Tratava-se de um conjunto de medidas que incluía a repressão e o controle das dimensões política, psicossocial, militar e econômica.⁹⁵⁹ As intenções ficam explícitas na fala do deputado estadual do Rio Grande do Sul, Solano Borges (PL), segundo o qual “os democratas estão decididos a afastar definitivamente a ameaça comunista no País”.⁹⁶⁰ O chefe de polícia do estado, major Léo Etchegoyen, por sua vez, declarou que “enquanto existir um foco de agitação, ou comprometidos com atividades contrárias ao interesse do país, haverá uma campanha para combatê-lo”.⁹⁶¹ Ou seja, a utopia era eliminar completamente os “agitadores”,

⁹⁵⁵ Sobre essa característica modernizante da Ditadura, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, capítulo 2.

⁹⁵⁶ FICO, Carlos. *Além do Golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004, p. 76.

⁹⁵⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 9.

⁹⁵⁸ Segundo Carlos Fico, a “coerência e centralização” do projeto repressivo “provinham da adesão geral à mencionada ‘utopia autoritária’”. Ver: FICO, op. cit., p. 76.

⁹⁵⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 67.

⁹⁶⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 7 de abril de 1964, p. 7

⁹⁶¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 1.

reestabelecendo a “normalidade e o trabalho”. Isso implicava, além de eliminar os dissidentes, modificar as estruturas para remover as causas da radicalização, por isso agir no campo educação era crucial.

As bases para a ação foram estabelecidas em 9 de abril de 1964, com o Ato Institucional, que possibilitou a suspensão de direitos políticos e as cassações de mandatos parlamentares, entre outras medidas. Entre os dias 10 e 13 de abril, 146 militares foram transferidos para a reserva, 45 parlamentares foram cassados e 162 cidadãos perderam os seus direitos políticos.⁹⁶² Antes mesmo das primeiras medidas de institucionalização da Ditadura, no entanto, foram feitas buscas e detenções, realizadas a partir de listas elaboradas pelas forças policiais e militares.⁹⁶³

Um dos instrumentos utilizados para levar a cabo a “Operação Limpeza” foi a instauração de Inquéritos Policial-Militares (IPMs), já previstos no Ato Institucional e regulamentados pelo Decreto-Lei 53.897, de 27 de abril de 1964.⁹⁶⁴ As punições derivadas dos IPMs nem sempre eram aplicadas prontamente e podiam ser revertidas pelo Judiciário. Isso gerava tensões com os coronéis que comandavam os inquéritos, que pressionavam pela radicalização da Ditadura.⁹⁶⁵ As “provas” apresentadas para embasar as condenações eram, em diversos casos, muito tênues. Bastava, por exemplo, ter participado de alguma reunião ou palestra ou firmado um abaixo assinado para ser considerado culpado. Esse instrumento também era utilizado politicamente para atingir inimizados locais. Assim, denunciava-se como subversivo aquele que se quisesse ver prejudicado.⁹⁶⁶

No Rio Grande do Sul, os jornais do mês de abril de 1964 estiveram repletos de notícias de prisões e intervenções. Os principais alvos foram militares, políticos, líderes sindicais e estudantis, ligados ao trabalhismo ou a partidos e movimentos de esquerda. No dia 3 de abril, ainda durante a madrugada, foi preso Sereno Chaise, prefeito da capital pelo PTB e um dos articuladores das tentativas de resistência no estado. Com ele, foi detido outro líder petebista, o deputado Wilson Vargas, sendo esse, no entanto, liberado em seguida.⁹⁶⁷ A prisão foi considerada arbitrária pelo vice-prefeito Ajadil de Lemos, tendo em vista que após João Goulart deixar o país, Chaise teria pedido serenidade à população, encerrando as mobilizações políticas.

⁹⁶² FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 22.

⁹⁶³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 71-72.

⁹⁶⁴ *Ibid.*, p. 68.

⁹⁶⁵ Nas palavras de Carlos Fico, “os condutores desses inquéritos, oficiais superiores (coronéis em sua maioria), frustrar-se-iam, porém, com a morosidade com que as punições seriam aplicadas por Castelo”. In: FICO, Carlos. *Além do Golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004, p. 73. Ver também: ALVES, op. cit., p. 69.

⁹⁶⁶ ALVES, op. cit., p. 69. Somente em 1964 foram abertos cerca de 760 IPMs no Brasil. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, posição 927.

⁹⁶⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de abril de 1964, p. 16.

Como forma de protesto, Ajadil recusou-se a assumir a prefeitura enquanto titular.⁹⁶⁸ Os debates na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa esquentaram, com os parlamentares petebistas criticando as ações repressivas. Nos pronunciamentos, denunciou-se a prisão de jornalistas e a invasão à residência de Brizola.⁹⁶⁹ No mesmo dia, o DOPS prendeu funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e integrantes do Sindicato dos Trabalhadores de Energia.⁹⁷⁰ Além disso, manifestações foram dissolvidas e as forças policiais e militares patrulharam o centro de Porto Alegre, além de fazerem a vigilância de prédios públicos.⁹⁷¹ Tais ações marcavam a vitória das forças conspiracionistas no Rio Grande do Sul, simbolizada pelo retorno a Porto Alegre do governador Ildo Meneghetti.⁹⁷²

Nas semanas seguintes, os jornais dão conta de diversas ações repressivas. Segundo o major Léo Etchegoyen, chefe de polícia, eram cerca de cem os presos políticos, isto após muitos terem sido colocados em liberdade.⁹⁷³ O próprio Major, no entanto, evitou estimar o número de prisioneiros poucos dias depois, tendo em vista a continuidade das detenções.⁹⁷⁴ Um levantamento feito pelo DOPS e divulgado no dia 22 de abril contabilizava 241 presos, incluindo alguns já libertados. Sob eles recaía “a acusação de exercerem, ou terem exercido, atividades subversivas”.⁹⁷⁵ A estratégia de desmobilização não se restringia a prisões. Logo após a decretação do Ato Institucional, falava-se em um “imminente expurgo” de professores do estado.⁹⁷⁶ No dia 18 de abril, 54 servidores estaduais perderam as suas funções, incluindo professores, promotores, um procurador, um delegado de polícia e um juiz.⁹⁷⁷ Houve também a apreensão de publicações na Livraria Farroupilha, consideradas “subversivas”, por defenderem “doutrina vermelha” ou fazerem “propaganda do regime soviético”.⁹⁷⁸

A “Operação Limpeza” não se restringia à capital. Em São Leopoldo, o comandante da Guarnição, tenente-coronel Octávio Moreira Borba, desencadeou uma série de operações visando “evitar a eclosão de desordens”. Os aeroclubes da região foram postos sob vigilância, bem como uma fábrica de munições (Amadeo Rossi S/A). Segundo reportagem do *Correio do Povo*, “as sedes dos sindicatos dos bancários e dos metalúrgicos foram vasculhadas pela Polícia do Exército, que recolheu fichários e arquivos das referidas entidades”. Foram presos líderes

⁹⁶⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de abril de 1964, p. 8.

⁹⁶⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de abril de 1964, p. 7.

⁹⁷⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de abril de 1964, p. 4.

⁹⁷¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de abril de 1964, p. 9.

⁹⁷² AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de abril de 1964, p. 1.

⁹⁷³ AHMSM, *Correio do Povo*, 17 de abril de 1964, p. 5.

⁹⁷⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 1.

⁹⁷⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de abril de 1964, p. 1.

⁹⁷⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 11 de abril de 1964, p. 7.

⁹⁷⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 1.

⁹⁷⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 11 de abril de 1964, p. 18.

sindicais, políticos locais vinculados ao PTB e ao PR, além de membros do Movimento Nacionalista.⁹⁷⁹ Em Bagé, diversas prisões foram efetuadas logo nos primeiros dias após o Golpe. Entre elas, destaca-se a de Élide Costa, procuradora da Associação dos Camponeses Sem Terra. Em seu escritório teria sido apreendido “material subversivo”. Apreensões foram realizadas também no Centro Acadêmico Pio XII.⁹⁸⁰

Uma das principais formas de controle dos movimentos sócio-políticos foram as intervenções. Através delas, nomeavam-se militares reformados para assumir entidades e instituições. Somente no mês de abril, noticiaram-se intervenções na Viação Férrea,⁹⁸¹ no Departamento dos Correios e Telégrafos,⁹⁸² na UFRGS,⁹⁸³ no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Alfândega de Pelotas, no Serviço de Alimentação e Previdência Social, no Serviço de Prevenção ao Contrabando, no Departamento de Recursos Naturais, no Movimento dos Agricultores Sem Terra, no Departamento dos Correios e Telégrafos de Pelotas, no Posto de Defesa Vegetal de Pelotas, no Grupo Executivo para Instalação da Escola Técnica Industrial Liberato Salzano Vieira da Cunha, no Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações contra a Fazenda Nacional, na UEE,⁹⁸⁴ na UGES,⁹⁸⁵ na Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea de Santa Maria,⁹⁸⁶ na FEUP, na UMESPA, na Casa do Estudante,⁹⁸⁷ na FEURGS,⁹⁸⁸ no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul,⁹⁸⁹ e na Federação e Sindicato dos Bancários.⁹⁹⁰ Uma Associação dos Ferroviários foi fechada.⁹⁹¹

No meio estudantil, considerado um dos principais focos de “agitação”, as direções de entidades alinhadas com a agenda nacional-reformista foram depostas e substituídas por interventores militares nomeados e por estudantes de posição direitista. Em alguns casos, como já relatei, os próprios dirigentes entregaram para as forças militares o comando das Federações e Uniões estudantis, por motivos diversos. Na FEUSM, a atitude parece ter sido resultado de uma mudança de posição de seu líder, que diante do desenrolar dos acontecimentos aproximou-se da coalizão golpista, participando inclusive da grande manifestação de agradecimento

⁹⁷⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 7 de abril de 1964, p. 13.

⁹⁸⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 8 de abril de 1964, p. 7.

⁹⁸¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 7 de abril de 1964, p. 4.

⁹⁸² AHMSM, *Correio do Povo*, 7 de abril de 1964, p. 9.

⁹⁸³ AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de abril de 1964, p. 44.

⁹⁸⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de abril de 1964, p. 44.

⁹⁸⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de abril de 1964, p. 9.

⁹⁸⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de abril de 1964, p. 11.

⁹⁸⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 21.

⁹⁸⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de abril de 1964, p. 14.

⁹⁸⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de abril de 1964, p. 11.

⁹⁹⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de abril de 1964, p. 20.

⁹⁹¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 8 de abril de 1964, p. 7.

realizada na cidade.⁹⁹² A diretoria da UEE também renunciou, mas, nesse caso, os motivos foram bastante diferentes.⁹⁹³ A entidade havia sido colocada sob intervenção do tenente-coronel Nathanael Gomes Alvares, que suspendeu uma reunião do Conselho Estadual de Estudantes, cujo objetivo era a prestação de contas da gestão e a convocação de novas eleições. Diante dessa situação, foi tomada a decisão da renúncia.⁹⁹⁴ A UEE ficou sob intervenção até novembro de 1964. Como demonstro mais adiante, nesse período ela esteve sob a direção de delegados provisórios e, depois, por uma chapa eleita indiretamente.

Na FEURGS, a intervenção federal também gerou protestos, que culminaram com a invasão da sede por forças militares e a destituição de seu presidente, Plínio Dentzien, que foi detido e levado ao DOPS.⁹⁹⁵ O interventor, tenente-coronel Antônio Mendes Ribeiro, nomeou Geraldo Carlos da Camino como delegado. Geraldo da Camino, como já ressaltai, era um ativo militante anticomunista, membro do MDU e envolvido na publicação de jornais e na assinatura de manifestos pelo menos desde outubro de 1963. Quatro subdelegados também foram escolhidos: Dante Leonardo Zoratto (Engenharia); Heitor Gabriel Hartmann (Direito); Harry Heckmann e Carlos Chaves (Medicina).⁹⁹⁶ Assim como Geraldo, Dante era membro do MDU.⁹⁹⁷ Heitor Hartmann, como já citado, havia assinado o “manifesto de universitários democratas”, publicado em 12 de abril de 1964. A oposição às esquerdas e o apoio à deposição de Jango, como fica claro, dava a esses estudantes capital político para as nomeações.

A intervenção militar durou até o início de junho de 1964. Deliberando sobre os destinos da Federação, o Conselho Universitário acabou, na prática, submetendo-a ao poder de decisão do reitor, a quem caberia “o provimento dos cargos que integram os órgãos dirigentes da FEURGS e das associações de estudantes não vinculadas a uma unidade universitária determinada”. Tais poderes eram estendidos aos Diretores de Faculdades, Institutos e Escolas no que dizia respeito às agremiações estudantis a elas ligados.⁹⁹⁸ A partir dessa resolução, o

⁹⁹² AHMSM, *A Razão*, 23 de abril de 1964, p. 6; AHMSM, *A Razão*, 14 de abril de 1964, p. 6;

⁹⁹³ AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1964, p. 9.

⁹⁹⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1964, p. 7.

⁹⁹⁵ BN, *Jornal do Dia*, 21 de abril de 1964, p. 3. Ver também: AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de abril de 1964, p. 14.

⁹⁹⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de abril de 1964, p. 12.

⁹⁹⁷ BN, *Jornal do Dia*, 6 de outubro de 1963, p. 1.

⁹⁹⁸ Tratava-se da decisão resolutória n. 18/64 do Conselho Universitário, que originou a Portaria 950/64 de 5 de junho de 1964, assinada pelo reitor. Essa portaria está citada em: SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário* (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017, p. 189, nota 22. Tais medidas geraram protestos por parte de estudantes, que reclamavam da perda de autonomia. Ver, por exemplo, a posição de Flávio Koutzii citada em: ALVES, Bruna Neves. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 121.

reitor José Carlos Milano escolheu uma Junta Administrativa, cujo presidente era Antônio Carlos Ghisleni, estudante de Engenharia.⁹⁹⁹ Boa parte das atividades da Federação se concentraram, nesse período, em questões assistenciais. Para tanto, estabelecem parcerias com o Consulado Norte-Americano, o Rotary, o Lions Club¹⁰⁰⁰ e a FARSUL.¹⁰⁰¹ Um dos pontos de maior tensão ocorreu quando foi aumentado o preço das refeições do Restaurante Universitário. As autoridades universitárias argumentavam que sem essa medida não seria possível continuar mantendo as refeições, apontando para a necessidade de revisão dos critérios para concessão da gratuidade aos alunos necessitados. A FEURGS auxiliaria no processo de triagem, certificando-se que os que receberiam o benefício eram aqueles que de fato precisavam dele. Essas decisões desagradaram os estudantes, que organizaram manifestações de protesto.¹⁰⁰²

O objetivo de desmobilizar os universitários levou os militares a intervir, inclusive, em entidades que se posicionaram em oposição à UNE e ao governo Goulart. Em 19 de abril, divulgou-se que o III Exército iria designar interventores em outros órgãos de representação além da UEE. Uma das entidades citadas foi a FEUP.¹⁰⁰³ Diante dessa possibilidade, a Federação lançou nota onde afirmava acreditar que se tratava de “ato de rotina, haja visto [sic] que a posição não-esquerdista e autenticamente democrática sempre defendida pela atual diretoria da FEUP, inclusive no desenrolar da Revolução Democrática, é por demais conhecida das autoridades civis e militares”. A nota prossegue:

Sendo assim e se for o caso, receberemos de bem grado a visita do interventor que teria sido nomeado, facilitando por todos os meios o cumprimento de sua missão junto à nossa entidade e confiando que mais uma vez comprovada nossa inatacável linha de conduta, seja dado a público esse resultado.¹⁰⁰⁴

Tendo em vista suas posições, a entidade não temia a interferência militar. A postura de colaboração se manteve quando o interventor nomeado visitou a sede da entidade, verificando lá a documentação existente. O coronel designado confirmou que se tratava de ato de rotina e afirmou “que não tinha qualquer restrição a fazer sobre a FEUP”.¹⁰⁰⁵ A intervenção acabou, de fato, sendo suspensa logo em seguida.¹⁰⁰⁶ Em maio, a entidade pediu autorização para realizar

⁹⁹⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 6 de junho de 1964, p. 6.

¹⁰⁰⁰ BN, *Jornal do Dia*, 23 de junho de 1964, p. 3.

¹⁰⁰¹ BN, *Jornal do Dia*, 9 de agosto de 1964, p. 10.

¹⁰⁰² ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 135-137.

¹⁰⁰³ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 21.

¹⁰⁰⁴ BN, *Jornal do Dia*, 21 de abril de 1964, p. 3.

¹⁰⁰⁵ BN, *Jornal do Dia*, 25 de abril de 1964, p. 3.

¹⁰⁰⁶ BN, *Jornal do Dia*, 26 de abril de 1964, p. 3.

o seu V Congresso,¹⁰⁰⁷ mas é possível que tenha sido negada, tendo em vista que Vitor Osvaldo Della Múa continuou como presidente até setembro de 1964, quando se afastou para concorrer à UEE. Em seu lugar assumiu Carlos Alberto Faccin. Depois disso, os jornais não trazem mais notícias da entidade.¹⁰⁰⁸

No DCE da PUCRS, não houve intervenção militar, mas sua diretoria foi destituída. O acontecimento é representativo da polarização e disputa político-ideológica do movimento estudantil no período, tendo em vista que resultou de uma iniciativa tomada pela direção de vários dos Centros Acadêmicos da PUCRS. Ou seja, foram os próprios líderes estudantis que organizaram a deposição. Tratava-se do desfecho de uma crise que havia iniciado logo após o Golpe. Na ocasião, a sede do DCE teria sido invadida, enquanto o seu presidente, Nelson Silva, estava no Rio de Janeiro. Os invasores - Amaury Müller, João Carlos Moraes, Wilson Osório - estariam elaborando cartazes e chamando greve geral na Universidade. Em nome da entidade, eram feitos pronunciamentos pela Cadeia da Legalidade. Hélio Corbellini estava respondendo como presidente, mas sua legitimidade foi questionada.¹⁰⁰⁹ Assim, sob justificativa de omissão diante do ocorrido, os Centros Acadêmicos de Engenharia, Filosofia, Jornalismo, Odontologia, Direito e Economia, decidiram pela destituição da diretoria. Segundo a reportagem do *Jornal do Dia*, “outro motivo que determinou a medida prende-se às vinculações do DCE com a UNE”.¹⁰¹⁰ Havia, portanto, uma oposição crescente às posições da UNE que se tornou mais explícita após a destituição de João Goulart.

A decisão dos estudantes da PUCRS teve alguns desdobramentos. O reitor, Irmão José Otão, suspendeu as atividades do DCE, com o declarado objetivo de evitar uma intervenção militar. A suspensão, no entanto, dependia ainda de aprovação no Conselho Universitário. Esse órgão colegiado cassou o mandato da diretoria da entidade estudantil, sem implicar no fechamento da mesma, autorizando o reitor a nomear um delegado para assumi-la.¹⁰¹¹ A escolha recaiu sobre Hamilton Rey Filho, que permaneceu no comando até novembro,¹⁰¹² quando por meio do Conselho Universitário foi escolhido Airton Nogueira para o cargo.¹⁰¹³ Outra consequência foi a expulsão de quatro estudantes: Amaury Müller, João Carlos Goulart Moraes, Hélio Corbellini e Nelson José Pereira da Silva. O conteúdo da decisão foi o seguinte:

¹⁰⁰⁷ BN, *Jornal do Dia*, 12 de maio de 1964, p. 3.

¹⁰⁰⁸ BN, *Jornal do Dia*, 26 de setembro de 1964, p. 8.

¹⁰⁰⁹ BN, *Jornal do Dia*, 7 de abril de 1964, p. 3.

¹⁰¹⁰ BN, *Jornal do Dia*, 17 de abril de 1964, p. 1.

¹⁰¹¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 21; BN, *Jornal do Dia*, 19 de abril de 1964, p. 3.

¹⁰¹² BN, *Jornal do Dia*, 21 de abril de 1964, p. 3.

¹⁰¹³ BN, *Jornal do Dia*, 18 de novembro de 1964, p. 5.

O Conselho Universitário da Pontifícia Universidade Católica, por unanimidade de seus membros, considerando a nova situação imperante no país, após a Revolução vitoriosa que veio atender às aspirações do nosso povo, fiel às suas tradições democráticas; considerando que a PUCRGS está em plena e integral concordância com a modificação necessária e imprescindível daquele estado de coisas, que vinha adulterando os sentimentos democráticos e cristãos da nossa gente; considerando que se torna imperiosa uma ação vigilante e eficaz dentro da Universidade; RESOLVE chamar a atenção de quantos atual na universidade [sic], para o texto do Artigo 96 de seu Estatuto, cujo teor é transcrito abaixo: / “O professor, aluno ou servidor que fizer proselitismo dentro do recinto escolar, de ideias contrárias às tradições, aos costumes, ao sentimento religioso do povo e ao regime democrático do País, será excluído da Universidade”.¹⁰¹⁴

Os membros do Conselho Universitário posicionavam-se, dessa forma, inequivocamente a favor do Golpe de 1964 e da “Operação Limpeza”. Essa, portanto, não se tratava apenas da ação das forças policiais e militares. Era também internalizada por instituições públicas e privadas, que buscavam eliminar qualquer manifestação que julgassem contrária aos “sentimentos democráticos e cristãos”, recorrendo a mecanismos como a expulsão de estudantes. Desse modo, as tentativas de controle do movimento estudantil não dependiam apenas do aparato repressivo externo às faculdades.

Um dos recursos para esse “expurgo” interno das instituições foi o estabelecimento de comissões de sindicância. O principal objetivo era punir os professores considerados comprometidos com a “subversão”. Nesse sentido, ainda em 19 de abril de 1964, o Ministro da Educação baixou uma portaria sugerindo a instalação de inquéritos administrativos. Diversas universidades responderam à solicitação, como a USP, que chegou a elaborar uma lista com 44 nomes, dos quais acabaram punidos sete, todos da Faculdade de Medicina, embora outros tenham buscado o exílio para fugir das pressões.¹⁰¹⁵ Na UFRGS formou-se uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), que aposentou 10 professores, dispensando outros 3. Os atingidos tinham ligação com as esquerdas: eram católicos, comunistas, trabalhistas ou socialistas e foram afastados pelas divergências políticas e ideológicas que se expressavam na universidade.¹⁰¹⁶ Apesar do foco ter sido a ação dos docentes, os estudantes também foram interrogados. Embora não tenha havido punição aos alunos naquele momento, as ações ajudavam a formar um clima inquisitorial, em conjunto com os IPMs e as ações repressivas.¹⁰¹⁷

¹⁰¹⁴ BN, *Jornal do Dia*, 29 de abril de 1964, p. 3. Ver também: AHMSM, *Correio do Povo*, 29 de abril de 1964, p. 20.

¹⁰¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁰¹⁶ Sobre os expurgos da UFRGS, o trabalho de referência é a tese de Jaime Valim Mansan. Ver: MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamento sumário de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 323p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2009.

¹⁰¹⁷ A relação entre o CEIS e os estudantes foi tratada por Marcos Cerutti. Ver: CERUTTI, Marcos Fontana. *Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964*. São Leopoldo: UNISINOS,

Em outros momentos, no entanto, os atos discricionários atingiram diretamente o corpo docente. Em agosto de 1964, por exemplo, a diretoria do CAFDR foi deposta pelo diretor da Faculdade de Filosofia da UFRGS, nomeando Estevão Valmir Torelly Riegel para assumir a presidência da entidade.¹⁰¹⁸ Situação semelhante aconteceu no final do ano letivo de 1965, quando Galeno Vellinho Lacerda, diretor da Faculdade de Direito, suspendeu os dirigentes do CAAR, por ter feito “manifestações políticas de caráter esquerdista”, seja pelos protestos feitos na formatura daquele ano, seja pela participação no *Jornal Único*. Algo parecido havia acontecido ainda com o CASL, órgão dos estudantes de medicina da mesma universidade.¹⁰¹⁹ Em 1966, quando o DCE da UFRGS¹⁰²⁰ logrou eleger um estudante de esquerda para sua presidência, o reitor interveio destituindo-o do cargo sob a justificativa de irregularidades administrativas.¹⁰²¹ Portanto, as intervenções, destituições e nomeações não eram necessariamente levadas a efeito pelos militares, mas sim pelas próprias autoridades universitárias. Como destacou Rodrigo Patto Sá Motta, muitos docentes e diretores tinham orientação liberal-conservadora e defenderam a deposição de João Goulart. As universidades não foram apenas espaços de resistência, mas também de adesão, colaboração e acomodação.¹⁰²²

7.3 A Lei Suplicy e a Criação dos Diretórios Estaduais de Estudantes

Com a renúncia da direção da UEE em abril de 1964, o interventor nomeou inicialmente dois delegados para dirigi-la. Airton Nogueira foi indicado pelo DCE da PUCRS e Paulo Gilberto Gouvêa da Costa pela FEUP.¹⁰²³ Ambos faziam parte do núcleo anti-esquerdista com base na PUCRS e, sobretudo, na FEUP – Airton havia sido presidente dessa entidade na gestão 1962-63 e Paulo era Secretário de Imprensa no período 1963-64. Como já afirmei, a oposição à UNE e ao governo Jango conferia capital político para que esses estudantes assumissem, a partir da ruptura institucional, a direção das entidades estudantis. Faltava ainda um representante da UFRGS, que foi encontrado na figura de Paulo Antônio Jardim Pires. Paulo

2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

¹⁰¹⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário* (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017, p. 132.

¹⁰¹⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 20 de dezembro de 1965, p. 20.

¹⁰²⁰ A FEURGS teve seu nome alterado pela Lei Suplicy para Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: UFRGS/MU/CEUE, Correspondência Recebida, 1965/1966, *Ofício JA-263-64/65/JAC*.

¹⁰²¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de dezembro de 1966, p. 11.

¹⁰²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁰²³ BN, *Jornal do Dia*, 29 de abril de 1964, p. 3.

Pires era um dos autores do pedido de renúncia do CASL. No ano anterior, esse acadêmico havia dirigido o jornal *O Bisturi*, órgão dos universitários de medicina.¹⁰²⁴

Formado o triunvirato, buscaram traçar um plano de ação.¹⁰²⁵ Em maio de 1964, dirigem um esclarecimento para os universitários. Nele, os delegados explicam as circunstâncias nas quais assumiram suas funções. Segundo informavam, os estatutos da UEE não previam o que fazer em caso de renúncia coletiva. Assim, foi considerado que a solução mais “democrática e racional” seria que a FEURGS, a FEUP e o DCE da PUCRS indicassem um representante cada um. É curioso notar, entretanto, que os universitários de instituições particulares tiveram uma sobreposição de representação, tendo em vista que os estudantes da PUCRS eram representados pelo seu DCE e também pela FEUP. Também cabe notar que as direções da FEURGS e do DCE que fizeram as indicações haviam surgido pela deposição de seus predecessores. As intenções dos delegados foram expressas no documento com o seguinte teor:

Move-nos, acima de tudo, o desejo de tranquilizar novamente o meio universitário, libertá-lo da enorme tensão criada por um suceder-se exaustante de acontecimentos políticos. / Pretendemos, como característica de nossas realizações, restituir a Harmonia e a ordem À nossa entidade máxima, a fim de que se torne possível, dentro do menor prazo, a realização de eleições dentro de um clima de respeito às tradições democráticas da Universidade Brasileira. / Para tanto, é necessária a colaboração e boa vontade de todos os universitários do Rio Grande do Sul. / É preciso, principalmente, que cada um esteja cômico da imensa responsabilidade que lhe cabe perante o futuro do Brasil, porque somente a ordem universitária realizada através de uma tomada coletiva de consciência, poderá levar nossa Pátria ao destino que lhe cabe, pleno de paz e progresso.¹⁰²⁶

Os delegados dirigiram a UEE até 19 de setembro. Durante esse período, o movimento estudantil como um todo foi impactado pelas novas normas advindas da legislação federal. O desejo em controlar a estrutura de representação dos estudantes precedeu o Golpe e um de seus movimentos foi a instalação de uma CPI da UNE, cuja relatoria coube ao deputado Geraldo Freire, da UDN de Minas Gerais. Poucos dias após o Golpe, o relator apresentou uma proposta que estabelecia a criação de uma comissão composta por três pessoas para a elaboração de um projeto de lei com o objetivo de regular o setor. As sugestões apontadas foram:

I - Transferência da sede da União Nacional dos Estudantes para Brasília, conforme a sua própria Constituição. / II - Obrigatoriedade de todo estudante votar na composição de seus órgãos representativos, salvo motivo de absoluta impossibilidade sob pena de não ingressar em prova para promoção no fim do ano letivo. / III - Realização de eleições por voto secreto, sob a direção de juiz togado, presença de pelo menos um professor e um representante do órgão estudantil interessado, bem como faculdade de fiscalização aos interessados. / IV - Fiscalização obrigatória, por parte do Ministério

¹⁰²⁴ UFRGS/MU/Comissão de História/Faculdade de Medicina (UFRGS/UM/CH/FM), Ano 1908-1991, nº 51, *O Bisturi*, maio-junho de 1963, p. 2.

¹⁰²⁵ BN, *Jornal do Dia*, 30 de abril de 1964, p. 3; AHMSM, *Correio do Povo*, 29 de abril de 1964, p. 10.

¹⁰²⁶ UFRGS/MU/CEUE, Boletins Diversos – Panfletos – Jornais, *Aos Universitários do Rio Grande do Sul*.

da Educação, de toda e qualquer entidade estudantil, para efeito de cumprimento, no futuro, do parágrafo 13 do artigo 14 da Constituição. / V - Criação de órgão fiscalizador para evitar que as verbas com que são dotadas as entidades representativas dos estudantes se desviem para fins antidemocráticos ou subversivos. / VI - Medidas tendentes a tornar efetiva a prestação de contas, no final de cada exercício, sob pena de perda das subvenções das verbas designadas para o exercício seguinte.

As medidas V e VI respondiam a uma das principais acusações que recaía à UNE naquele período, ou seja, o recebimento de verbas do governo e de países e organizações estrangeiras e o suposto atrelamento político relacionado aos pagamentos. As medidas II e III representavam uma crença compartilhada pela direita parlamentar e estudantil, segundo a qual as entidades estudantis eram controladas por uma minoria esquerdista organizada. Haveria uma “maioria silenciosa” que por falta de interesse ou ingenuidade acabava não participando do processo eleitoral. Obrigando todos a votarem, acreditava-se que essa posição viria à tona, isolando as esquerdas.

Essa opinião parece ser, ao menos parcialmente, corroborada pelos dados apresentados por Gláucio Ary Dillon Soares para o início dos anos 1960. Em um estudo intitulado *The active few: student ideology and participation in developing countries*,¹⁰²⁷ o autor defendeu a tese de que os estudantes “radicais” de esquerda tinham uma participação política mais ativa do que os estudantes conservadores.¹⁰²⁸ O maior engajamento da “esquerda radical” poderia ser explicado pela imagem que faziam de si mesmos e do seu papel enquanto estudantes. Dentro dessa tendência, ser estudante e ser cidadão não seriam dimensões separáveis. Desse modo, envolver-se na política nacional enquanto estudantes era encarado com naturalidade. Os conservadores, por outro lado, possuiriam uma visão mais compartimentalizada. Enquanto estudantes, viam-se como responsáveis prioritariamente com a sua formação, concebendo a dimensão política como algo separado.

Através de dados de pesquisas realizadas em diversos países em desenvolvimento, Soares demonstrou que a participação política dos estudantes “radicais” de esquerda não apenas era superior à dos conservadores, como também que a diferença de engajamento era

¹⁰²⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *The active few: student ideology and participation in developing countries*. In: LIPSET, Seymour Martin (ed.). *Student Politics*. New York: Basic Books Inc., 1967. Nota-se que os dados apresentados para o Brasil se referem ao período anterior ao Golpe de 1964. Em 1968 um capítulo com o título de “Ideologia e participação política estudantil”, de autoria de Gláucio Ary Dillon Soares, foi publicado no primeiro volume da obra *Sociologia da Juventude*. Tratava-se da tradução de um manuscrito de 1964, cujo título é exatamente o mesmo do texto publicado três anos depois no livro organizado por Seymour Lipset. No entanto, o texto de 1964, traduzido em 1968, tratava-se de um manuscrito e, embora o título tenha permanecido o mesmo - *The active few: student ideology and participation in developing countries* -, o texto de 1967 é mais completo e acabado. Por esse motivo, dei preferência a ele. Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Ideologia e participação política estudantil*. In: BRITTO, Sulamita. *Sociologia da juventude 1: da Europa de Marx a América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

¹⁰²⁸ O autor não utiliza o conceito de direita, preferindo classificar como conservadores aqueles que se opõem à esquerda.

significativamente maior quanto mais intensas fossem as formas dessa participação. Isso significava, por exemplo, que a participação em greves e demonstrações públicas ou a vinculação a partidos políticos tinham mais acolhida entre o primeiro grupo. Considerando que esse tipo de mobilização tem maior repercussão na imprensa e na opinião pública, criava-se uma imagem distorcida que, todavia, não pode ser inferida para a população estudantil em geral. Dito em outras palavras, a esquerda radical acabava sendo sobre-representada, criando a aparência de que os estudantes em geral estavam mais próximos dela, quando, na verdade, uma grande parcela dos estudantes, exatamente por serem conservadores e possuírem uma visão compartimentalizada da relação entre estudo e política, não demonstrava interesse nesse tipo de ação, permanecendo em uma posição apática.

Se os estudantes conservadores têm menos interesse em participar da política estudantil isso explicaria porque, muitas vezes, as esquerdas ganhavam as eleições para as entidades representativas. Por tratar-se de uma minoria organizada e ativa que não separava estudo e política, os últimos em geral buscavam concorrer para suas entidades representativas. No outro lado do espectro político, no entanto, o desinteresse fazia com que, salvo em conjunturas específicas de polarização, não tivessem interesse nesse tipo de disputa, considerando, em alguns casos, tais entidades como desnecessárias. Mesmo quando lançavam chapas, tratavam-se muitas vezes de iniciativas vinculadas a um pequeno grupo de lideranças conservadoras que, embora pudessem representar o pensamento da maioria dos estudantes, tinham menor capacidade de mobilização. Por outro lado, tendo em vista que o desinteresse cresce quanto maior a intensidade das formas de ação, é possível supor que os conservadores fizessem uma política estudantil menos visível, mais sutil. Por fim, cabe questionar se a própria escolha em não participar de determinada manifestação não seria uma posição política. Ou seja, não se trataria exatamente de uma apatia, mas de um posicionamento. Não participar seria, assim, um ato político conservador por excelência.

Cabe destacar ainda duas questões relativas ao estudo de Soares. Em primeiro lugar, como o próprio autor esclarece, dizer que as cúpulas estudantis estavam mais à esquerda do que a base não significa que essa base fosse tão conservadora quanto a população global. Ao contrário, outras informações levam a crer que o conjunto dos estudantes fosse menos conservador do que o restante da sociedade. Em segundo lugar, o recorte temporal dos dados levantados por Soares é muito restrito. No caso brasileiro, são estatísticas referentes ao período anterior ao Golpe de 1964. As ações repressivas da Ditadura e a própria tentativa de controle do movimento, como avalio mais adiante, parecem ter tido um impacto significativo na percepção geral da categoria estudantil. Além disso, se a maioria dos estudantes não se

identificava com os “radicais de esquerda”, isso não se convertia automaticamente em um apoio ao governo.

Não obstante tais crenças se vissem frustradas posteriormente, na conjuntura do Golpe as direitas estudantil, parlamentar e militar acreditaram que a base dos estudantes estivesse mais próxima de suas ideias do que a cúpula das entidades. Foram essas crenças que motivaram as medidas constantes no relatório de Geraldo Freire e, posteriormente, incorporadas nas leis que se seguiram. Em junho, por exemplo, o Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, enviou para o Congresso um anteprojeto de lei. Entre um dos seus pontos estava exatamente a obrigatoriedade do voto. Esse anteprojeto ancorava-se em outra ideia debatida na época, que era a possibilidade de uma representação destituída de caráter político. Desse modo, proibia “aos órgãos de representação estudantil por si só ou pelos que a exercerem, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”.¹⁰²⁹ Era uma tentativa de evitar uma estratégia tradicional da categoria - as greves, cuja mais significativa havia acontecido apenas dois anos antes. A estrutura de representação proposta era composta por Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e Diretórios Estaduais de Estudantes. Tendo em vista que muitos estudantes de esquerda eram acusados de serem “estudantes profissionais”, ou seja, que permaneciam muito tempo nas universidades repetindo de ano ou fazendo outros cursos com o objetivo de continuarem fazendo política universitária, o anteprojeto proibia a candidatura de estudantes repetentes. Por fim, eram textualmente extintas diversas entidades, como a UNE, as UEEs e a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES).¹⁰³⁰

É interessante observar que, embora muitos estudantes desejassem alguma forma de expurgo e regulamentação no movimento estudantil, isso não implicava em defender a extinção das entidades existentes. Diante dessa possibilidade, os delegados da UEE, por exemplo, se manifestaram defendendo “liberdade de pensamento para os universitários” e pedindo “o não fechamento da UNE e Uniões Estaduais”.¹⁰³¹ Esses estudantes provavelmente acreditavam ser possível disputar essas entidades.

No Congresso Nacional, o projeto acabou gerando um substitutivo, aprovado com margem pequena: 126 votos favoráveis, 117 contrários e 5 abstenções.¹⁰³² Assinada por Castelo Branco e pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda no dia 9 de novembro, seu texto foi publicado

¹⁰²⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 6 de junho de 1964, p. 6.

¹⁰³⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 6 de junho de 1964, p. 6.

¹⁰³¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 6 de junho de 1964, p. 6.

¹⁰³² AMMSM, *Correio do Povo*, 29 de outubro de 1964, p. 14.

no *Diário Oficial da União* no dia 11 do mesmo mês. Em linhas gerais, a Lei 4.464 incorporava os princípios que vinham sendo discutidos anteriormente: obrigatoriedade do voto, proibição de manifestações político-partidárias, impedimento de candidatura para alunos repetentes, entre outros. Quanto a estrutura de representação, confirmou a proposta quanto aos Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e Diretório Estadual de Estudantes. Estabelecia, no entanto, uma esfera adicional: o Diretório Nacional de Estudantes (DNE). A definição de sua finalidade principal demonstra o intento de retirar a autonomia dos órgãos estudantis: ele deveria cuidar “da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura”. O DNE se reuniria nas férias e, assim como os DEEs, seria fiscalizado pelo Conselho Federal de Educação. Apesar de restringir o caráter político das entidades – “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” – o artigo 1º colocava a luta “pelo aprimoramento das instituições democráticas” como uma das finalidades gerais das entidades. O artigo 18º abria a possibilidade de criarem-se “fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial e cultural de interesse dos estudantes”.¹⁰³³ Apesar de todos os mecanismos de atrelamento da representação estudantil, diferentemente da proposta original, a lei aprovada não extinguiu diretamente as entidades. Apontava que os órgãos existentes deveriam se adaptar às novas regras, mas sem descrever o que aconteceria caso isso não ocorresse. Sendo assim, não é correto dizer que a chamada Lei Suplicy extinguiu a UNE.¹⁰³⁴ O que ela fez foi retirar dessa União e de outras agremiações a sua representatividade, criando uma estrutura oficial.

7.4 O Decreto Aragão e o Fim dos Diretórios Estaduais de Estudantes

Em janeiro de 1967, representantes de vários estados brasileiros reuniram-se no Hotel Nacional, em Brasília, com o objetivo de debater assuntos relacionados aos universitários e eleger a nova diretoria do DNE. O encontro não saiu como esperado. Alguns participantes relataram irregularidades, como o sumiço de credenciais. Antônio Gomes do Amorim, da Guanabara, acusava a diretoria de então de “abusar das verbas do Ministério da Educação”.

¹⁰³³ BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm>. Acesso em: 30 mai. 2017

¹⁰³⁴ Poerner é um dos autores que afirmam que a referida lei extinguiu a UNE. Ver: POERNER, Artur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Luciano Alves Pedroso, presidente do DEE-SP, reclamou que o dinheiro destinado ao DNE teria sido canalizado para o DEE-RS. O presidente do Diretório Nacional respondeu às acusações, mas, independentemente da veracidade delas, o fracasso da reunião era inegável. As delegações da Guanabara, de São Paulo e do Rio de Janeiro abandonaram o plenário, recusando-se a participar da votação.¹⁰³⁵ Os estudantes de Brasília nem compareceram ao congresso, por não o considerar válido.¹⁰³⁶ A eleição foi realizada e a nova diretoria foi composta.¹⁰³⁷ Quatro bancadas votaram em branco: Amazonas, Maranhão, Santa Catarina e Sergipe.¹⁰³⁸ Além disso, o 3º vice-presidente eleito para DNE declarava-se contrário a essa entidade e partidário da UNE.¹⁰³⁹

As tensões verificadas na reunião simbolizam o fracasso da estrutura criada pela lei Suplicy. As intenções da Ditadura de regular e controlar o movimento estudantil não tiveram, de modo geral, os efeitos esperados. Os Diretórios Estaduais de Estudantes, por exemplo, não se organizaram ou, ao menos, não foram efetivos em todos os estados. O grau de representatividade alcançado pelo DEE do Rio Grande do Sul parece ter sido uma das exceções, conforme discutirei mais à frente.¹⁰⁴⁰

A legislação, inclusive, teve efeitos adversos, como bem observou Jean Marc von der Weid, ex-presidente da UNE, em um relato publicado no exílio em 1972:

O que existia legalmente era uma união ao nível da faculdade e outra ao nível da universidade, mas as uniões estaduais e a nacional estavam agora proibidas. E isto porque eles criaram uma nova organização, chamada Diretório Nacional dos Estudantes. Este era controlado pelo Ministério da Educação, a quem cabia com exclusividade o poder de convocar assembleias, a serem realizadas em sua sede em Brasília. / Em reação a isso, a UNE, dissolvida, organizou clandestinamente um referendo nacional para apurar se os estudantes aceitavam os controles e restrições ou se desejavam apoiar uma UNE ilegal. Aproximadamente 98% dos estudantes votaram pelo apoio à organização ilegal. / A outra medida do governo que nos ajudou foi a obrigatoriedade do voto. O governo forçou todos os estudantes a votar nas organizações locais, pois pretendia trazer à tona a voz da “maioria silenciosa” que,

¹⁰³⁵ BN, *Correio Braziliense (DF)*, 17 de janeiro de 1967, p. 2.

¹⁰³⁶ BN, *Correio Braziliense (DF)*, 17 de janeiro de 1967, p. 1.

¹⁰³⁷ A diretoria eleita foi a seguinte: presidente - Carlos Frederico Canavarro, de Pernambuco; 1º vice - Conrado Álvares, do Rio Grande do Sul; 2º vice - Sérgio França Macedo, de Minas Gerais; 3º vice - Marco Aurélio Gonzaga de Souza, do Rio Grande do Norte; 4º vice - João Rafael de Siqueira Filho, do Amazonas. Ver: BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 19 de janeiro de 1967, segundo caderno, p. 3.

¹⁰³⁸ Arquivo Nacional/Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - BR_DFANBSB_VAZ (AN/CISA-BR_DFANBSB_VAZ), BR_AN_BSB_VAZ_050A_0057, *Informe nº 86/QG-4*, V Reunião do Conselho Nacional de Estudantes do Diretório Nacional dos Estudantes, p. 2.

¹⁰³⁹ BN, *Diário de Natal (RN)*, 20 de janeiro de 1967, p. 4.

¹⁰⁴⁰ Esse fracasso, bem como a excepcionalidade sul-rio-grandense, foi apontado anteriormente por Magda de Oliveira Pinto. Ver: PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 154. Conferir também: RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTIMANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 71.

presumia, não apoiava a liderança da UNE. O resultado, entretanto, foi que os estudantes se viram compelidos a participar e discutir as eleições. O programa do governo para as universidades podia assim ser debatido e criticado, de tal modo que nossa posição viu-se enormemente reforçada.¹⁰⁴¹

A Lei Suplicy serviu, portanto, para rearticular os estudantes de esquerda, que tinham o seu repúdio como uma das bandeiras principais, como já apontado por diversos autores.¹⁰⁴² As manifestações de rua ganhavam cada vez mais força ao mesmo tempo que eram reprimidas com violência.¹⁰⁴³ Diante disso, o governo revolveu reformular a legislação que regulava a atividade estudantil. O Decreto-Lei nº 228, de 28 de novembro de 1967, conhecido como Decreto Aragão, reconheceu apenas os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais de Estudantes como órgãos de representação. Apenas as eleições para os DAs continuaram contado com o voto de todos os estudantes. Os DCEs passaram a ter eleições indiretas. Da mesma maneira que a Lei Suplicy, o Decreto Aragão proibia “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. A punição para quem desrespeitasse essa diretriz era a “suspensão ou dissolução do DA ou DCE”. O artigo 20 determinava a extinção das entidades estaduais “ainda que organizados como entidades de direito privado”. Isso porque muitas UEEs funcionavam dessa forma pelo país. Além disso, determinava que o patrimônio das entidades deveria passar para a universidade federal existente no estado, para ser usufruído pelo DCE local. Em substituição ao DNE, criava-se a Conferência Nacional do Estudante Universitário, que se reuniria apenas uma vez por ano, durante no máximo uma semana. As convocações extraordinárias só poderiam ser feitas pelo MEC.¹⁰⁴⁴

A nova legislação foi criticada pelas esquerdas, que dividia seu foco também com outras pautas, como a repressão policial-militar e os acordos MEC-USAID.¹⁰⁴⁵ Os que sentiram mais diretamente seus efeitos, todavia, foram os estudantes de direita, vinculados ao DNE e aos DEEs.¹⁰⁴⁶ No Rio Grande do Sul, onde o órgão estadual estava em plena atividade, contando

¹⁰⁴¹ Apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 82.

¹⁰⁴² SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 1964*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, p. 88; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 83-89; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987, p. 89-96.

¹⁰⁴³ MARTINS FILHO, op. cit., p. 99-109.

¹⁰⁴⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.htm>. Acesso em: 30 mai. 2017. A Conferência Nacional nunca aconteceu. Ver: CUNHA, Luiz Antônio. Decreto Aragão. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-aragao-educacao>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

¹⁰⁴⁵ FÁVERO, op. cit., p. 91-97.

¹⁰⁴⁶ Ver as declarações de Luís Fernando d’Ávila em: BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 9 de março de 1967, p. 11. Conferir também a opinião de Carlos Canavaro: BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 19 de março de 1967, p. 18.

com uma diretoria eleita com voto direto e obrigatório, o Decreto Aragão causou grande impacto.¹⁰⁴⁷ Nos dois anos seguintes, como veremos, a legislação se tornou ainda mais restritiva.

7.5 O AI-5 e Decreto nº 477

Costa e Silva sucedeu a Castelo Branco em março de 1967, assegurando maior diálogo com os estudantes.¹⁰⁴⁸ A promessa, no entanto, não se concretizou, e o novo ministro da educação, Tarso Dutra, conseguiu atrair a oposição tanto da esquerda quanto da direita estudantil.¹⁰⁴⁹ O Decreto Aragão, por sua vez, não conseguia impedir a organização cada vez mais intensa de passeatas e outros tipos de manifestações. A UNE, a UEE de São Paulo e a UME continuavam encontrando-se clandestinamente, assumindo posições cada vez mais combativas. Nas universidades, os DAs-Livres e DCEs-Livres criavam uma estrutura paralela que canalizava a atuação das esquerdas.

A capacidade crescente de mobilização dos universitários não era uma exceção brasileira. A massificação do ensino e a transição das universidades de espaços de reprodução das elites para centros de formação de mão de obra técnica e especializada foram elementos comuns de diversas nações desde o pós-Guerra. As frustrações resultantes das contradições desses processos se mesclaram com um contexto internacional de Guerra Fria e descolonização, no qual cresceu um profundo sentimento anti-imperialista. Assim, no mundo todo, o ano de 1968 foi agitado por manifestações e repressão aos estudantes, como o Maio Francês, a Primavera de Praga e o Massacre de Tlatelolco no México. Esses episódios influenciavam-se mutuamente, criando uma espiral ascendente de mobilizações e um sentimento de solidariedade entre as juventudes, que ressoaram no Brasil, alimentando a insatisfação interna com o

¹⁰⁴⁷ Esse tema será aprofundado no próximo capítulo.

¹⁰⁴⁸ Conferir, por exemplo, a matéria “Novo Ministro da Educação Começa a Dialogar Com os Universitários”, publicada no jornal *Folha da Tarde*. In: UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 1966-68, *Folha da Tarde*, 20 de fevereiro de 1967, p. 10. Promessa semelhante de diálogo foi feita quando Pedro Aleixo assumiu o MEC, em janeiro de 1966. Ver: ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 102.

¹⁰⁴⁹ Conrado Álvares, 1º vice-presidente do DNE e secretário do DEE-RS, verbalizou essa insatisfação em convenção da Arena: “o diálogo com os estudantes, que no mínimo se realizaria através de uma nova legislação estudantil, para cuja elaboração deveriam ser convocados os líderes universitários de nossa terra, tampouco se tem realizado, apesar de promessas nesse sentido, feitas há mais de 400 dias pelo ministro da Educação”. In: BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 8 de outubro de 1968, p. 4.

momento político e social.¹⁰⁵⁰ No país, atingiu-se o ápice das manifestações estudantis, com os conhecidos episódios da morte do estudante Edson Luís, as grandes marchas no Rio de Janeiro e o Congresso de Ibiúna.

Ao final do explosivo ano de 1968, no dia 13 de dezembro, foi baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que proporcionou o aprofundamento da repressão, que não se destinava especificamente ao movimento estudantil, e sim ao conjunto dos movimentos reivindicatórios, incluindo os setores operários, a esquerda revolucionária e a oposição parlamentar. Esse ato dava poderes ao governo de decretar o recesso do Congresso Nacional e a intervenção nos estados e municípios. Além disso, reabria a “Operação Limpeza”, ao permitir nova onda de cassações e suspensão de direitos políticos. Um dos pontos mais impactantes foi a suspensão do direito de habeas corpus, tornando ainda mais insegura a integridade dos presos e detidos.¹⁰⁵¹

Com o AI-5, a repressão pode se tornar muito mais efetiva, embora o movimento estudantil já viesse sofrendo um processo de desarticulação desde outubro, quando o Congresso de Ibiúna foi invadido e as principais lideranças universitárias do país foram detidas e fichadas.¹⁰⁵² O ato, que já dificultava qualquer tentativa de rearticulação, foi complementado pelo Decreto-Lei nº 477, visando especificamente regular as instituições de ensino. O dispositivo atingia estudantes, professores e funcionários, considerando infrator aquele que:

- I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.¹⁰⁵³

¹⁰⁵⁰ Ver: GROppo, Luís Antônio. *1968: retratos da revolta estudantil no Brasil e no Mundo*. Piracicaba: Biscalchin Editor, 2008, capítulo 1.

¹⁰⁵¹ BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm > Acesso em: 12 de jul. 2017.

¹⁰⁵² Carlos Fico aponta que os protestos estudantis entraram em declínio já em fins de agosto de 1968. Ver: FICO, Carlos. 1968: o ano que terminou mal. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois*. História e Memória. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 227.

¹⁰⁵³ BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras

Ficavam, portanto, proibidas as principais formas de manifestação e protesto utilizadas pelos estudantes: passeatas, greves, panfletagens. As penas previstas poderiam levar à demissão, impedindo nova contratação ou nomeação pelo prazo de 5 anos, caso se tratasse de professor ou funcionário. Para os alunos, poderia implicar em expulsão, impedindo a matrícula em outras instituições de ensino por 3 anos.

O efeito dessas e de outras leis semelhantes (Lei de Segurança Nacional, Constituição de 1967, Emenda Constitucional nº 1 de 1969) tornaram cada vez mais difícil a ação aberta e pública dos estudantes universitários engajados na oposição à Ditadura. Isso levou a reações diversas, que foram da resignação ao engajamento revolucionário. Os estudantes de esquerda que não se engajaram na luta armada, buscaram construir outras formas de atuação, voltando-se para ação dentro das faculdades. O arrefecimento da esquerda levou também a uma diminuição na atividade da direita universitária, tendo em vista que ela havia se constituído em movimento a partir da polarização do meio estudantil. A partir do final de 1968 e início de 1969, a política estudantil entrava em um novo momento.¹⁰⁵⁴

providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm>. Acesso em: 30 mai. 2017

¹⁰⁵⁴ Segundo Angélica Müller, nos “anos de chumbo”: “a configuração do movimento modificou-se muito, com relação ao período anterior, devido às novas regras impostas pelo regime ditatorial. As lutas de massa, que invadiram as ruas em 1968, transformaram-se em reivindicações pontuais, dentro das universidades. Alguns estudantes ingressaram na luta armada, que entrou para a história como o símbolo da resistência do período. Sem dúvida, o ‘baque’ de Ibiúna e a decretação do AI-5, que aniquilaram as possibilidades da luta política de massa, contribuíram substancialmente para a opção pela luta armada”. Não obstante, continuou havendo resistência estudantil de diversas formas, mas agora no interior das universidades. Ver: MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. São Paulo: USP, 2010. 243p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2010, p. 29.

8 O DEE/RS E O MOVIMENTO DECISÃO

A direita estudantil do Rio Grande do Sul, que havia se constituído como movimento a partir do final de 1963, encontrou na nova estrutura criada pela Ditadura uma possibilidade de se estabelecer. Inicialmente, chegaram à UEE a partir do processo de intervenção que essa entidade sofreu. Depois, ocuparam os órgãos de representação estabelecidos pela Lei Suplicy. Paralelamente, constituíram formalmente um movimento que buscava articular os estudantes “democratas” do estado. Esse período de expansão e consolidação do grupo ocorreu em um momento em que a polarização com as esquerdas seguia acentuada. Com a nova legislação e a mudança na dinâmica da política estudantil, no entanto, a representatividade do DEE e a inserção do Movimento Decisão declinou.

8.1 A UEE sob Intervenção e o Impacto da Lei Suplicy

Quando a UEE foi posta sob intervenção, resultando na renúncia da gestão anterior, três delegados foram nomeados para assumi-la: Airton Nogueira, Paulo Pires e Paulo Gouvêa da Costa. Essa diretoria provisória comandou a entidade até 19 de setembro de 1964. Foram cerca de cinco meses até que fossem realizadas eleições indiretas autorizadas pelo interventor, Nathanael Gomes Alvares. No acervo da UEE não consegui localizar documentos desse período, mas é possível acompanhar alguns acontecimentos através da imprensa.

No final de maio, Paulo Pires e Paulo Gouvêa da Costa foram ao Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo buscar liberação de verbas. Junto com eles, viajou também o presidente da FEUP, Vítor Osvaldo Della Méa. Além de verbas, segundo reportagem do *Jornal do Dia*, eles buscavam “importantes contatos políticos junto aos meios estudantis”.¹⁰⁵⁵ Essa intenção se concretizou com a participação dos três estudantes numa “convenção nacional de universitários democratas”, resultando na fundação do Movimento Universitário Renovador Democrático. Essa informação é importante por tratar-se da primeira tentativa de articular nacionalmente os estudantes que fizeram oposição à direção da UNE e ao governo João Goulart. Os delegados do Rio Grande do Sul, no entanto, mesmo tendo participação destacada na convenção, não ingressaram oficialmente no movimento, obedecendo à proibição de participação política que vigorava no estado.¹⁰⁵⁶ Além do contato com estudantes do centro do país, realizaram visitas a

¹⁰⁵⁵ BN, *Jornal do Dia*, 21 de maio de 1964, p. 5.

¹⁰⁵⁶ Segundo reportagem do *Jornal do Dia*, “por determinação do Comando do Terceiro Exército, estão proibidas quaisquer reuniões de caráter político estudantil”. In: BN, *Jornal do Dia*, 20 de maio de 1964, p. 3.

autoridades e instituições. Paulo Gouvêa esteve no Conselho de Segurança Nacional, local onde expôs o já citado pedido de não fechamento da UNE. Paulo Pires se encontrou com o ministro Suplicy, momento em que se posicionou em defesa da “liberdade de pensamento”.¹⁰⁵⁷ No entanto, a posição dos delegados sobre a extinção das entidades não foi clara, tendo em vista que manifestaram apoio ao anteprojeto apresentado pelo MEC, “pois o mesmo, no seu entender, vai por ordem na política estudantil, regulamentando a aplicação de verbas, e terminando com a ação de entidades que só existem para consumir verbas e para votar em eleições de Conselho”.¹⁰⁵⁸ Além disso, as ressalvas que foram feitas não impediram que Paulo Pires elogiasse o ministro pela maneira atenciosa que o recebeu.¹⁰⁵⁹

Nesse mesmo período, Castelo Branco esteve em visita à Porto Alegre. Foi a ocasião em que se organizou uma Marcha da Família na cidade. Diante disso, alguns líderes estudantis, entre eles Airton Nogueira, delegado da UEE que não havia viajado com seus companheiros, divulgaram uma nota à imprensa. O pequeno texto, que saudava o Marechal, era assinado ainda por Hamilton Rey Filho, do DCE da PUCRS, e Ilda Amaral Oliveira, presidente em exercício da FEUP.¹⁰⁶⁰

A UEE atuou ainda no sentido de solucionar alguns impasses das entidades do interior do estado. Em Santa Maria, a FEUSM havia sido entregue para a III Divisão de Infantaria. O comandante, general Lindenberg, pediu auxílio ao interventor Nathanael Gomes Alvares, que encaminhou o delegado Airton Nogueira e o presidente da FEUP, Vítor Osvaldo Della Méa, para a cidade. Eles reuniram os presidentes dos Centros Acadêmicos locais, que decidiram eleger um delegado “pro tempore”. O escolhido foi José Carlos Duarte, estudante de Direito e Engenharia.¹⁰⁶¹

Em julho de 1964, o delegado Paulo Pires renunciou.¹⁰⁶² Os jornais não trazem esclarecimentos a esse respeito. Segundo Paulo Gouvêa da Costa, houve muita dissensão interna entre os delegados. Airton Nogueira tinha uma posição mais à direita e Paulo Pires uma posição mais à esquerda. De acordo com Gouvêa:

Esse Paulo Pires eu acho que pediu para sair. Eu praticamente fiquei de fora, porque não tinha facilidade de diálogo com o Airton e o troço foi sendo levado. Também não fez grandes coisas a não ser uma espécie de revisão das contas, uma espécie de auditoria, para ver se havia rombo, se havia roubo, se havia não sei o que, da turma

¹⁰⁵⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 6 de junho de 1964, p. 6. Ver também: BN, *Jornal do Dia*, 30 de maio de 1964, p. 1 e p. 3.

¹⁰⁵⁸ BN, *Jornal do Dia*, 8 de julho de 1964, p. 3.

¹⁰⁵⁹ BN, *Jornal do Dia*, 30 de maio de 1964, p. 3.

¹⁰⁶⁰ BN, *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1964, p. 10.

¹⁰⁶¹ BN, *Jornal do Dia*, 3 de junho de 1964, p. 3.

¹⁰⁶² AHMSM, *Correio do Povo*, 11 de setembro de 1964, p. 12.

anterior. Mas que eu saiba também não descobriram nada desse tipo. As diferenças eram ideológicas, mas eu acho que não haviam outros componentes no meio.¹⁰⁶³

No mesmo mês de julho, foi encaminhado ao Comandante do III Exército o referido relatório sobre as contas da gestão de Paulo Crochemore. Ainda em abril, formou-se uma comissão de investigação, composta por Edmeo Lobo, contador da Caixa Econômica e advogado, e pelos economistas Marcos Canto e Martinho Sedano – o primeiro vinculado à Secretaria de Agricultura e o segundo a de Administração.¹⁰⁶⁴ O inquérito veio a público em 31 de agosto¹⁰⁶⁵ e deu origem a um processo judicial contra Paulo Crochemore, Paulo Tomás Fiori e Ivo Mânica, membros da gestão 1963-64. A acusação apontava danos patrimoniais de 1 milhão de cruzeiros na entidade, mas a maior parte do montante teria sido recuperada.¹⁰⁶⁶

As denúncias foram contestadas pelos implicados, que reclamaram não terem tido acesso ao documento na íntegra, apenas às partes publicadas pela imprensa. Em nota, afirmaram não terem acesso à documentação contábil para esclarecimento pois ela estaria em posse “dos atuais ‘ocupantes’, pessoas que, desde muito tempo, se declararam nossos adversários em política estudantil. Os documentos de nossa defesa estão, pois, a mercê dos que nos combatem e acusam”. Sendo assim, desejavam que o caso fosse mesmo encaminhado para a justiça, para que pudesse contar com “as garantias judiciais da mais ampla defesa”. Por fim, afirmaram que o inquérito era uma tentativa de ferir a honra dos citados, tendo em vista que a tentativa de os difamar como subversivos havia fracassado.¹⁰⁶⁷ A polêmica se seguiu, com novos posicionamentos de ambas as partes.¹⁰⁶⁸

Em setembro, finalmente foram autorizadas pelo interventor as eleições para a UEE. Pelo estatuto, eleições diretas deveriam ser realizadas em maio. A justificativa para o atraso foi a “situação política nacional”.¹⁰⁶⁹ Além disso, estabeleceu-se a modalidade indireta sob o argumento de “falta de clima” para uma votação direta.¹⁰⁷⁰ É mais provável que se quisesse aproveitar o fato de boa parte das diretorias de esquerda ter sido deposta e os Centros

¹⁰⁶³ COSTA, Paulo Gilberto Gouvêa. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Brasília: 2016.

¹⁰⁶⁴ BN, *Jornal do Dia*, 22 de julho de 1964, p. 3.

¹⁰⁶⁵ BN, *Jornal do Dia*, 27 de agosto de 1964, p. 3.

¹⁰⁶⁶ BN, *Jornal do Dia*, 12 de setembro de 1964, p. 8; AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1964, p. 9.

¹⁰⁶⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1964, p. 16; BN, *Jornal do Dia*, 15 de setembro de 1964, p. 12. Reportagem do *Correio do Povo* confirmava que não havia sido ainda apurada “atividade subversiva” na entidade: “Ao que consta, porém, nenhuma atividade subversiva foi até agora apurada pelas autoridades contra ex-dirigentes da entidade máxima dos estudantes universitários gaúchos, ao contrário do ocorrido em outras associações estudantis, como a Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS) e a União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES)”. In: AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1964, p. 9.

¹⁰⁶⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1964, p. 14; BN, *Jornal do Dia*, 17 de setembro de 1964, p. 5; AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de setembro de 1964, p. 9; BN, *Jornal do Dia*, 20 de setembro de 1964, p. 11.

¹⁰⁶⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 11 de setembro de 1964, p. 12.

¹⁰⁷⁰ BN, *Jornal do Dia*, 17 de setembro de 1964, p. 5.

Acadêmicos estarem sendo dirigidos por delegados e interventores.¹⁰⁷¹ Pela situação, concorreu Vítor Osvaldo Della Méa, presidente da FEUP e do CAMC. Para concorrer pela oposição chegaram a ser cogitados Benício Schimdt, membro da AP, e Aluízio Paraguassu, ex-presidente da UGES, ligado ao PDC e, posteriormente, ao PTB.¹⁰⁷² No entanto, tais candidaturas não se concretizaram, concorrendo a chapa única com Della Méa para presidente e José Antônio Arregui para vice. Arregui era membro do MDU e presidente do CAAR.

O pleito se realizou no dia 19, nas dependências da PUC, com a participação de 124 representantes,¹⁰⁷³ sendo dois para cada Centro Acadêmico ou Federação.¹⁰⁷⁴ A chapa composta por Della Méa e Arregui logrou obter 99 votos. Um voto foi anulado e houve ainda 24 abstenções.¹⁰⁷⁵ Alguns estudantes tiveram sua participação impugnada o que resultou na desistência de outros representantes da esquerda. Segundo reportagem de *O Jornal*, periódico do Centro Acadêmico da Escola de Jornalismo (CAEJ) da PUCRS:

À tarde, com a apresentação das credenciais verificou-se um pequeno incidente, quando foram impugnados os representantes das Escola de Geologia da URGs, Faculdade de Medicina e Filosofia, também da URGs. Os citados representantes não possuíam representação legal devido ao fato de estarem suas entidades sofrendo intervenção por parte da Reitoria ou da Direção. Em vista do ocorrido os acadêmicos referidos retiraram-se do plenário sendo seguidos por outros representantes, pertencentes a ala esquerda.¹⁰⁷⁶

As esquerdas não apresentaram candidatura, considerando ilegais as eleições.¹⁰⁷⁷ Os membros da antiga gestão já tinham se pronunciado denunciando o pleito como “anti-estatutário” e afirmando que não tinham interesse em disputá-lo.¹⁰⁷⁸ A chapa da situação, ao ser sabatinada, comprometeu-se com a Reforma Universitária e com a regularização da entidade, dando fim ao processo de intervenção.¹⁰⁷⁹

Essa intenção foi reforçada nas primeiras declarações à imprensa, logo após a eleição. Della Méa considerava como um desafio “sair da esfera de influência do governo e conseguirem no próprio meio universitário os recursos necessários à sua sobrevivência”. Era isso que

¹⁰⁷¹ “Com efeito, a eleição – ao contrário do que expressamente estabelecem os estatutos da UEE – deverá ser em forma indireta, tomando parte nela apenas os presidentes de Centros Acadêmicos filiados. Por outro lado, diversos destes presidentes estão à testa dos Centros Acadêmicos de forma também não regular, eis que foram designados pelos diretores das Faculdades, após a deposição, com a revolução, das diretorias antigas”. In: AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1964, p. 16.

¹⁰⁷² BN, *Jornal do Dia*, 12 de setembro de 1964, p. 8.

¹⁰⁷³ UFRGS/MU/CEUE, Jornais, *O Jornal*, órgão oficial do CAEJ, n. 1, outubro de 1964, p. 1.

¹⁰⁷⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 11 de setembro de 1964, p. 12.

¹⁰⁷⁵ UFRGS/MU/CEUE, Jornais, *O Jornal*, órgão oficial do CAEJ, n. 1, outubro de 1964, p. 1.

¹⁰⁷⁶ UFRGS/MU/CEUE, Jornais, *O Jornal*, órgão oficial do CAEJ, n. 1, outubro de 1964, p. 1.

¹⁰⁷⁷ UFRGS/MU/CEUE, Jornais, *O Jornal*, órgão oficial do CAEJ, n. 1, outubro de 1964, p. 1.

¹⁰⁷⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1964, p. 16; BN, *Jornal do Dia*, 15 de setembro de 1964, p. 8.

¹⁰⁷⁹ UFRGS/MU/CEUE, Jornais, *O Jornal*, órgão oficial do CAEJ, n. 1, outubro de 1964, p. 1.

garantiria ao movimento poder expressar-se livremente. A posição do novo presidente diante da política estudantil me parece interessante. Discordando de setores da direita, ele considerava que o estudante não deveria apenas estudar. A ele caberia envolver-se com os problemas e as soluções que envolvem a comunidade. No entanto, fazia a ressalva quanto à política partidária que, segundo declarava, deveria ser feita dentro dos partidos políticos e não na universidade. Outro aspecto interessante é sua rejeição da dicotomia esquerda-direita no ambiente universitário.¹⁰⁸⁰

O início dessa gestão precisou conviver com a continuidade da intervenção militar e com a indefinição quanto às regras que regeriam o movimento estudantil. A intervenção, no entanto, foi encerrada pouco mais de um mês depois das eleições por ordem do comandante do III Exército, Justino Alves Bastos, após o recebimento do relatório do interventor. Para marcar o ato, foi organizado um coquetel.¹⁰⁸¹

Um problema mais duradouro foi a regulamentação das atividades de representação estudantil. Muitas entidades estavam com o prazo de suas gestões expirado. A própria UEE deveria ter renovado seus dirigentes em maio. Assim, surgiram muitas dúvidas e solicitações de esclarecimentos. Nas Correspondências Recebidas, é possível encontrar alguns pedidos nesse sentido.¹⁰⁸² Em resposta, pedia-se que aguardassem as definições do MEC.¹⁰⁸³ Em setembro, uma circular expedida com a UEE reafirmava o compromisso de conseguir a liberação das eleições.¹⁰⁸⁴

Ainda antes da aprovação da Lei Suplicy, Della Múa se posicionou diante da versão do projeto encaminhada pelo ministro ao Congresso Nacional. Considerou ponto positivo a proibição de “pronunciamentos político partidários” por parte dos órgãos estudantis. Reafirmou mais uma vez a sua convicção de que esse tipo de atividade deveria ser realizado dentro do âmbito dos partidos políticos. Considerou, no entanto, que a lei poderia dar muito poder de

¹⁰⁸⁰ BN, *Diário de Notícias*, 29 de setembro de 1964, p. 7.

¹⁰⁸¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de novembro de 1964, p. 18; BN, *Diário de Notícias*, 30 de outubro de 1964, p. 14; BN, *Jornal do Dia*, 28 de outubro de 1964, p. 5.

¹⁰⁸² José Carlos Duarte, delegado e interventor na FEUSM, enviou um ofício no dia 24 de setembro de 1964 pedindo autorização para eleições na entidade e nos Centros Acadêmicos a ela subordinados. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Correspondências Recebidas I – Gestão 1964-65, FEUSM, *Of. N° 39/64*, 24 de setembro de 1964. Em novembro, o Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo, da Faculdade de Filosofia de Ijuí, enviou um solicitando informações sobre a possibilidade de realizarem a troca da gestão. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Correspondências Recebidas I – Gestão 1964-65, Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo, *Of. N° 22/64*, 5 de novembro de 1964.

¹⁰⁸³ UFRGS/ILEA/UEE, Correspondências Expedidas I – Gestão 1964-65, UEE, *Of. 054 – 64/65*, 30 de setembro de 1964; UFRGS/ILEA/UEE, Correspondências Expedidas I – Gestão 1964-65, UEE, *Of. 113 – 64/65*, 11 de novembro de 1964.

¹⁰⁸⁴ UFRGS/ILEA/UEE, Circulares – Gestão 1964-65, UEE, *Circ. N° 02 – 64/65*, 23 de setembro de 1964. Essa circular foi publicada no *Jornal do Dia*. Ver: BN, *Jornal do Dia*, 26 de setembro de 1964, p. 8.

controle ao corpo docente sobre as entidades estudantis. O artigo que previa expressamente a extinção da UNE e de outras entidades, ainda presente naquela versão do projeto, foi criticado pelo novo presidente da UEE.¹⁰⁸⁵

Ao mesmo tempo, além das declarações a gestão buscava ações que pudessem solucionar os impasses que a situação indefinida criava. Assim, ainda em outubro, Vítor Della Múa viajou ao Rio de Janeiro, tendo entre os seus objetivos “obter um esclarecimento positivo a respeito da situação dos Centros Acadêmicos”.¹⁰⁸⁶ Mesmo com a aprovação da lei, continuaram existindo dúvidas quanto a sua aplicação. A UEE buscou então esclarecimentos junto às autoridades competentes,¹⁰⁸⁷ mas não obteve uma resposta satisfatória.¹⁰⁸⁸ As indefinições do governo quanto a regulamentação da lei provocaram críticas por parte da diretoria.¹⁰⁸⁹ Em maio, o MEC suspendeu as eleições alegando planos subversivos, o que gerou protestos de José Antônio Arregui. A posição do governo também era contraditada pelo reitor da UFRGS, José Fonseca Milano, para quem as denúncias de subversão não se aplicavam ao meio estudantil do Rio Grande do Sul. Como destacou Bruna Neves Alves, a representação “construída a partir do depoimento do reitor buscava construir uma imagem da política gaúcha diferenciada do restante do país em que havia a subversão, ou seja, a não aceitação e o protesto contra o Regime Militar brasileiro”.¹⁰⁹⁰ Essa imagem do estado como exceção foi recorrente no período.

Com a Lei Suplicy, os estudantes ainda tiveram que lidar com o exíguo prazo de 60 dias para a adaptação das entidades existentes. Era necessário encaixá-las dentro da estrutura oficial criada. José Antônio Arregui, o vice-presidente e acadêmico de Direito da UFRGS, foi o encarregado de adaptar a Constituição da UEE, criando o DEE.¹⁰⁹¹ Havia a preocupação em preservar o patrimônio e a herança simbólica e nesse intuito a UEE foi mantida como associação

¹⁰⁸⁵ BN, *Jornal do Dia*, 4 de outubro de 1964, p. 5.

¹⁰⁸⁶ BN, *Jornal do Dia*, 10 de outubro de 1964, p. 5.

¹⁰⁸⁷ UFRGS/ILEA/UEE, Correspondências Expedidas I – Gestão 1964-65, UEE, Ofício sem numeração remetido ao Conselho Federal de Educação, 27 de novembro de 1964.

¹⁰⁸⁸ O Conselho Federal de Educação respondeu passando a responsabilidade para a Consultoria Jurídica do Ministério da Educação e Cultura. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Correspondências Recebidas I – Gestão 1964-65, Ofício remetido pelo Secretário Geral do Conselho Federal de Educação, 28 de fevereiro de 1965.

¹⁰⁸⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Correio do Povo*, “Eleições para a UEE vão sair mesmo no dia 26”, 9 de maio de 1965.

¹⁰⁹⁰ ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 100-101.

¹⁰⁹¹ UFRGS/ILEA/UEE, Relatórios, *Relatório 64-65*. A Constituição, no entanto, só entrou em vigor no dia 11 de abril de 1964, quando foi aprovada no Congresso Estadual. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Circulares, Gestão 1964-65, *Constituição do Diretório Estadual de Estudantes*.

civil, enquanto o DEE exercia a função representativa.¹⁰⁹² Os presidentes da última comandariam também a primeira, o que gerou certa confusão na imprensa ao atribuir a autoria de determinada ação ou manifestação.¹⁰⁹³ Os próprios membros ora se apresentavam como representantes de uma ou de outra e, às vezes, de ambas (UEE/DEE). Durante a gestão de Della Mía/Arregui, a preferência recaiu sobre no nome original.¹⁰⁹⁴

No início de maio, um decreto do governo federal acabou dispensando a aprovação prévia dos regimentos das entidades estudantis para a realização das primeiras eleições. Esses regimentos puderam ser remetidos até 30 dias depois da posse dos eleitos. Além de aliviar os prazos, o decreto regulamentava outros dispositivos da Lei Suplicy. Estabelecia, por exemplo, o prazo de 16 de agosto para a realização das eleições para os DAs e DCEs e 30 de agosto para os DEEs.¹⁰⁹⁵ Isso, no entanto, gerou um problema para o DEE do Rio Grande do Sul. Pelas disposições transitórias de sua Constituição, o pleito se realizaria no dia 26 de maio e os eleitos seriam empossados no dia 1º de junho de 1965.¹⁰⁹⁶ As eleições chegaram a ser convocadas.¹⁰⁹⁷ Diante da publicação do decreto federal, Vítor Osvaldo Della Mía afirmou que as instruções do governo eram “desencontradas e confusas” e que manteria a data inicial. Afinal, sua gestão havia se comprometido com a “realização de eleições livres e democráticas nas entidades filiadas”.¹⁰⁹⁸

¹⁰⁹² Magda de Oliveira Pinto destacou a importância simbólica de manter a UEE a partir do depoimento de Rubem Süffert. Ver: PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 165.

¹⁰⁹³ Essa confusão foi então, ao menos em uma ocasião específica, reproduzida pela produção acadêmica. Bruna Neves Alves identificou a realização do plebiscito referente à Lei Suplicy como obra dos “universitários opositoristas [...] uma vez que estes eram ligados à UEE, entidade ligada à UNE tornada ilegal pelos componentes do Regime Militar”. A UEE do Rio Grande do Sul, no entanto, foi mantida como entidade civil, mas controlada pelos estudantes de direita, opositores da UNE. Ver: ALVES, Bruna Neves. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 100.

¹⁰⁹⁴ Em circular datada de 15 de abril de 1965, informa-se que “segundo determinações da lei 4.644 de 9 de novembro de 1964 ficou constituído o Diretório Estadual de Estudantes, entidade que substitui a UEE, nominalmente”. Ou seja, os dirigentes encaravam como uma mudança de nome exigida pela lei. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Circulares, Gestão 64-65, *Ofício Circular n° 20 - 64/65*, 15 de abril de 1965.

¹⁰⁹⁵ BRASIL. Decreto n° 56.241, de 4 de maio de 1965 Regulamenta a Lei n° 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56241-4-maio-1965-396542-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹⁰⁹⁶ UFRGS/ILEA/UEE, Circulares, Gestão 64-65, *Constituição do DEE*.

¹⁰⁹⁷ UFRGS/ILEA/UEE, Circulares, Gestão 64-65, *Ofício Circular n° 22 - 64/65*, Eleições do DEE, 24 de abril de 1965.

¹⁰⁹⁸ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Correio do Povo*, 9 de maio de 1965.

O Conselho Federal de Educação, no entanto, acabou delegando ao reitor da UFRGS o poder de convocar as eleições e supervisionar o funcionamento da entidade.¹⁰⁹⁹ O edital lançado pelo reitor previa o pleito para ocupar o cargo de presidente do DEE e eleger os 19 membros do Conselho Estadual de Estudantes.¹¹⁰⁰ A intenção dos estudantes, conforme seu estatuto e a convocação que haviam feito anteriormente, era escolher também o vice-presidente, mas isso não estava previsto no edital. Assim, a escolha acabou acontecendo posteriormente pelo próprio Conselho.¹¹⁰¹

Tendo em vista os procedimentos adotados pelo governo e pela reitoria da UFRGS, os estudantes convocaram um Congresso Estadual na segunda metade de maio.¹¹⁰² Era necessário pedir a prorrogação da gestão Della Méa/Arregui, pois no último congresso, realizado em abril, foi decidido que o mandato de ambos terminaria em 26 de maio e a entidade não poderia ficar acéfala até o dia 30 de agosto. A prorrogação foi aprovada.¹¹⁰³ Apesar das dificuldades diante da lei, os dirigentes da entidade não eram exatamente contrários a ela. Esse mesmo congresso decidiu pela realização de um plebiscito para saber se os estudantes eram contrários ou favoráveis à Lei Suplicy. O relatório da gestão destacou que foram “expedidas as instruções necessárias, apesar [do Executivo da UEE] defender posição contrária”. Pelo que se depreende, tratava-se de uma solicitação das correntes de esquerda, cujo resultado foi considerado insignificante pelos dirigentes da entidade, tendo em vista que apenas nove faculdades o realizaram.¹¹⁰⁴

8.2 O DEE em Disputa: as Eleições de 1965 e 1966

Nas eleições realizadas em 30 de outubro de 1965, apresentaram-se dois candidatos: Paulo Gilberto Gouvêa da Costa, pela situação, e Gilberto Bossle, pela oposição. O primeiro era aluno de direito da PUCRS e, como já vimos, havia sido delegado nomeado pelo interventor na UEE. Havia também ocupado cargos na FEUP no período anterior ao Golpe. O segundo era

¹⁰⁹⁹ ALVES, Bruna Neves. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 124-125.

¹¹⁰⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Circulares, Gestão 64-65, *Ofício Circular n° 25 - 64/65*, Informes sobre as eleições do DEE, 3 de agosto de 1965.

¹¹⁰¹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, 23 de setembro de 1965, p. 10.

¹¹⁰² UFRGS/ILEA/UEE, Circulares, Gestão 64-65, *Ofício Circular n° 22 - 64/65*, Convocação, 16 de maio de 1965.

¹¹⁰³ UFRGS/ILEA/UEE, Circulares, Gestão 64-65, *Ofício Circular n° 24 - 64/65*, Comunicação, 18 de junho de 1965.

¹¹⁰⁴ UFRGS/ILEA/UEE, Relatórios, *Relatório 64-65*. Ao menos em Pelotas, entretanto, o plebiscito foi realizado e teve como resultado a rejeição à Lei Suplicy. Ver: ALVES, op. cit., p. 100.

estudante de economia da UFRGS, integrava o Comando Regional da Ação Popular¹¹⁰⁵ e havia liderado a bancada gaúcha no XXVII Congresso da UNE, realizado em São Paulo em julho de 1965.¹¹⁰⁶

As esquerdas chegaram a debater se deveriam ou não concorrer. Segundo relata Raul Pont: “nós tivemos um debate, uma primeira discussão, sobre participar ou não da estrutura imposta logo em seguida pelo Regime Militar. Como eram eleitos, por eleição direta, não dava para negar a eleição, tinha que disputar os Diretórios Estaduais que sucediam as UEEs”.¹¹⁰⁷ Por fim, Bossle contou com o apoio do PCB, em troca do apoio da AP ao candidato comunista Flávio Koutzii nas eleições para o DCE da UFRGS.¹¹⁰⁸

Tabela 3 - Resultados Eleitorais do DEE em 1965

Circunscrição	Situação	Oposição	Branco	Nulos	Total
Viamão	6	113	2	3	124
Caxias do Sul	304	381	88	13	786
Bagé	225	118	22	9	374
Alegrete	34	21	2	1	58
POA – Isoladas	282	206	54	17	559
POA – PUCRS	1.339	795	158	99	2.391
POA – UFRGS	2.485	2.478	531	386	5.880
Cachoeira do Sul	57	10	2	0	69
Passo Fundo	417	287	24	56	784
Pelotas	657	308	147	101	1.213
Rio Grande	164	111	82	45	402
Santa Cruz do Sul	49	5	7	0	61
Santo Ângelo	55	67	20	4	146
Santa Maria	1.306	478	228	73	2085
São Leopoldo	330	166	55	49	600
Cruz Alta	48	29	8	2	87
Uruguaiana	61	14	37	6	118
Ijuí	137	258	22	5	422
Total	7.956	5.845	1.489	869	16.159

Fonte: UFRGS/MU/CEUE, Correspondência Recebida 1965/1966, *Boletim n. 1*, DEE, 1965, p. 2-3. A tabela foi elaborada a partir dos dados publicados no *Boletim* citado.

Como podemos observar pela Tabela 3, Paulo Gouvêa foi vitorioso em quase todas as cidades. No cômputo geral, obteve 49,24% dos votos enquanto Gilberto Bossle atingiu 36,17%. Em Santa Maria e na PUCRS de Porto Alegre, o candidato da situação venceu por grande

¹¹⁰⁵ BIOGRAFIA. Disponível em: < <http://www.raulcarrion.com.br/biografia.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

¹¹⁰⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 1º de setembro de 1965, p. 10.

¹¹⁰⁷ Entrevista com Raul Pont publicada em: KOUTZII, Flávio et al. Raul Pont: do labirinto à fundação do PT. *Revista Democracia Socialista*, São Paulo, nº 2, p. 21-74, dez. 2014, p. 30.

¹¹⁰⁸ BIOGRAFIA. Disponível em: < <http://www.raulcarrion.com.br/biografia.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

diferença de votos. Na UFRGS, a margem foi muito pequena: apesar de Bossle ter conseguido uma boa votação nas Faculdades de Economia (392 contra 302 votos) e Filosofia (489 contra 380 votos), Gouvêa se saiu muito bem na maior das unidades, a Escola de Engenharia (741 contra 536 votos). Gilberto Bossle ganhou em apenas quatro cidades: Viamão, Caxias do Sul, Santo Ângelo e Ijuí. Na Escola Superior de Teologia de Viamão, a diferença foi enorme: 113 contra apenas 6 votos. As críticas de Gouvêa à JUC parecem tê-lo prejudicado, visto que o movimento tinha grande força nessa instituição.¹¹⁰⁹

Do total de votos, 14,59% foram considerados brancos ou nulos. Em Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana, brancos e nulos somados ultrapassaram 20%. Tendo em vista que essa era a primeira eleição estadual sob a vigência da Lei Suplicy e que esta obrigava todos os estudantes matriculados a participarem da eleição, parece-me possível interpretar tais votos, ao menos em parte, como uma rejeição à legislação que buscava regular o movimento estudantil.

Ainda assim, o resultado representava uma vitória para a direita estudantil, tendo em vista que atingiram quase 50% dos votos totais, superando as esquerdas em diversas universidades, incluindo na UFRGS, mesmo que com margem apertada. A estratégia de pelo menos parte das esquerdas em concorrer no pleito,¹¹¹⁰ acabou concedendo legitimidade para a estrutura criada pelo governo federal e representatividade para a chapa vitoriosa. Afinal, tratava-se de uma eleição direta com maciça participação, tendo em vista a obrigatoriedade do voto. Para alguns observadores, parecia provada a tese da existência de uma “maioria silenciosa” mais conservadora.¹¹¹¹

A vitória direitista no DEE não se deu no vazio. Alguns dias antes, as eleições nos DAs e DCEs tiveram resultados semelhantes. Na UFRGS, concorreram ao DCE os candidatos Flávio Koutzii,¹¹¹² lançado pelo PCB com apoio de parte da AP,¹¹¹³ e Adalberto Carlos Tatsch,

¹¹⁰⁹ BU/OTA, *Porto Alegre Biweekly Summary* n° 5. Departamento of State, 12 de setembro de 1965, p. 4.

¹¹¹⁰ Essa decisão contrariava a estratégia definida do XXVII Congresso da UNE pelo boicote às eleições, congresso no qual o próprio Gilberto Bossle liderou a bancada do Rio Grande do Sul. In: UFRGS/MU/CEUE, *Jornais, O Coruja*, órgão do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, novembro de 1965, p. 4. Ver também: BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 1° de agosto de 1965, p. 22.

¹¹¹¹ Essa percepção foi expressa pelo *Correio do Povo* ao comentar as eleições para os DCEs da UFRGS e da PUCRS: “Nos meios universitários está se atribuindo estes resultados à chamada Lei Suplicy, que veio obrigar todos os estudantes a votar, sob pena de não poderem prestar exames. Isto veio fazer com que aqueles que geralmente não se interessam pela política universitária, participassem do pleito, influiu decisivamente no resultado”. In: AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 1965, p. 18.

¹¹¹² Flávio Koutzii havia sido presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Com o Golpe, no entanto, destituiu-se a diretoria desse centro. Ver: BN, *Jornal do Dia*, 18 de agosto de 1965, p. 9. Sobre a trajetória desse militante, conferir: SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário* (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017.

¹¹¹³ Raul Carrion, então membro da AP, chegou a ser lançado pré-candidato pelo PCdoB com apoio de estudantes das Escolas de Engenharia e Geologia. Carrion fazia parte de um setor da AP que não aceitou a tese da “hibernação” proposta por algumas lideranças da organização. Uma convenção das esquerdas, no entanto, definiu

candidato “anti-esquerda”, segundo a definição do jornal *Diário de Notícias*.¹¹¹⁴ O segundo atingiu 2.886 votos, enquanto o primeiro garantiu 2.472. Na PUC, Estevão Riegel venceu com larga vantagem o candidato opositor Valdir Ramos – foram 1.392 contra 787 votos.¹¹¹⁵ Em Santa Maria, os estudantes elegeram em outubro uma diretoria com o mesmo alinhamento: Paulo Sarkis somou 1.150 votos, enquanto o candidato Claudio Flamarion conquistou apenas 480.¹¹¹⁶

A vitória da direita, no entanto, foi parcial. Na UFRGS, as esquerdas foram vitoriosas em algumas das faculdades, como na Faculdade de Filosofia, e no próprio Conselho de Representantes do DCE, onde garantiram 8 das 12 vagas. Esse fato é relevante porque cabia ao conselho a função “legislativa”. Era ele que votava as posições adotadas pelo diretório e era através dele que se indicava o próprio vice-presidente da entidade. Nessa função, as esquerdas conseguiram colocar o estudante Carlos Alberto Vieira.¹¹¹⁷ Como não poderia deixar de ser, houve diversas tensões entre os diferentes poderes do DCE, com troca de acusações de ambos os lados.¹¹¹⁸ Vieira chegou a assumir a presidência durante o mês março de 1966, quando Tatsch se encontrava em viagem aos Estados Unidos, imprimindo uma posição bastante diferente do titular.¹¹¹⁹

Na eleição seguinte para o DEE, em 1966, concorreram Rubem Süffert e Clóvis Paim Grivot. Süffert representava a situação. Antes de 1964, havia sido eleito vice-presidente da UMESPA.¹¹²⁰ Após o Golpe, assumiu a presidência da UGES por meio indireto.¹¹²¹ Na gestão de Paulo Gouvêa, foi secretário geral do DEE.¹¹²² Grivot iniciou sua militância estudantil enquanto secundarista no Colégio Júlio de Castilhos, já naquela época atuando alinhado com as esquerdas. No Grêmio Estudantil desse colégio, ocupou o posto de secretário geral na gestão

a candidatura de Koutzii. Ver: BIOGRAFIA. Disponível em: < <http://www.raulcarrion.com.br/biografia.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

¹¹¹⁴ BN, *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1965, p. 1 e 3.

¹¹¹⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 1965, p. 16 e 18. Estevão Valmir Torelly Riegel era também aluno da UFRGS, onde cursava letra. Conforme apontado, Riegel foi nomeado presidente do CAFDR em 1964, após a deposição da diretoria desse centro. Ver: SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário* (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017, p. 132.

¹¹¹⁶ AHMSM, *A Razão*, 31 de outubro de 1965.

¹¹¹⁷ UFRGS/MU/CEUE, Jornais, *O Coruja*, órgão do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, novembro de 1965, p. 3.

¹¹¹⁸ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, 17 de setembro de 1965, p. 10. O título da matéria era “Crise no DCE-URGS: Tatsch rebate acusações de oito representantes”.

¹¹¹⁹ UFRGS/MU/CEUE, Jornais, *DCE-URGS – Gestão Março*, sem data.

¹¹²⁰ BN, *Jornal do Dia*, 8 de novembro de 1963, p. 8.

¹¹²¹ BN, *Diário de Notícias*, 5 de setembro de 1965, p. 5.

¹¹²² BN, *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1966, p. 6.

1959-60.¹¹²³ Na política universitária, foi o primeiro presidente do CAFDR, da Faculdade de Filosofia da UFRGS, após a destituição de sua diretoria e do período de intervenção.¹¹²⁴

As eleições tiveram momentos conturbados, como a detenção de Clóvis Grivot para prestar depoimento na cidade de Pelotas, onde estava fazendo campanha. Paulo Gouvêa da Costa, presidente do DEE, bem como o candidato Rubem Süffert, manifestaram-se contra o episódio, embora tenham também condenado a “exploração eleitoral do fato”.¹¹²⁵ Ainda em Pelotas, segundo os jornais, Grivot foi repellido pelos estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica por ter feito declarações atacando “personagens da Revolução e o regime político, assim como o presidente da República”.¹¹²⁶ As posições conservadoras da maioria do interior do estado se refletiram nos resultados eleitorais, como é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4 - Resultados Eleitorais do DEE em 1966

Circunscrição	Situação	Oposição	Branco	Nulos	Total
Viamão	14	46	178	27	265
Caxias do Sul	417	370	75	24	886
Bagé	237	175	21	14	447
Alegrete	31	44	0	0	75
POA – Isoladas	155	93	20	453	721
POA - PUCRS	1.586	1.063	162	155	2.966
POA – UFRGS	2.794	2.858	200	127	5.979
Cachoeira do Sul	47	15	4	1	67
Passo Fundo	605	326	-	-	931
Pelotas	877	705	0	0	1582
Rio Grande	309	203	0	0	512
Santa Cruz do Sul	72	26	2	1	101
Santo Ângelo	95	117	30	9	251
Santa Maria	1.308	760	132	81	2.281
São Leopoldo	504	243	0	0	747
Cruz Alta	61	38	0	0	99
Uruguaiana	118	55	14	15	202
Ijuí	193	263	15	8	479
Total	9.443	7.401	854	915	18.613

Fonte: UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Correio do Povo*, 01 de setembro de 1966, [n.p]. A tabela foi elaborada a partir dos dados publicados na notícia citada.

¹¹²³ LIMA, Otávio Rojas; LEDUR, Paulo Flávio. *Julinho: 100 anos de história*. Porto Alegre: AGE Editora, 2000, p. 68.

¹¹²⁴ Depoimento de Flávio Koutzii reproduzido em: REIS, Eliana dos. Juventude, intelectualidade e política: a ativação do “legado” de André Forster e a consagração de uma geração. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 402-403.

¹¹²⁵ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Folha da Tarde*, 25 de agosto de 1966, [n.p].

¹¹²⁶ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Folha da Tarde*, 26 de agosto de 1966, [n.p].

Mais uma vez, a esquerda venceu em poucas cidades: Ijuí, Santo Ângelo, Viamão e Alegrete. Em 1965, a oposição já havia conquistado a maioria nas três primeiras cidades. Dessa vez, foi vitoriosa também em Alegrete, mas derrotada em Caxias do Sul, onde havia ganho no pleito anterior. Em Santa Maria, mais uma vez a situação abria uma grande vantagem, assim como na PUCRS, em Porto Alegre. A PUCRS e o interior do estado formavam a base eleitoral dos estudantes de direita.¹¹²⁷ Esse fator, corroborado pelos dados, é levantado por Raul Pont ao analisar os resultados das eleições de 1965 para o DEE: “nós participamos, chegamos a participar da eleição e perdemos a primeira eleição, inclusive, pelo voto do interior, pela PUC, a maioria dos estudantes votou em uma chapa que era favorável ao Golpe”.¹¹²⁸ Essa mesma distribuição das preferências de voto é possível observar na disputa entre Grivot e Süffert.

Há, no entanto, uma diferença. Ainda que a margem não tenha sido muito grande (64 votos), as esquerdas foram vitoriosas na UFRGS. Isso apresenta uma mudança em relação ao ano anterior e demonstra que, ao menos nessa universidade as forças de esquerda estavam se rearticulando. Em 18 de agosto, o grupo vinculado ao DEE não conseguiu reeleger o presidente do DCE da universidade. O candidato da situação, Carlos Luiz Gazola, estudante de Engenharia, foi derrotado por Carlos Alberto Vieira, do Direito,¹¹²⁹ que, como já apontei, havia assumido a presidência da entidade durante o curto período de março de 1966. Segundo o jornal, *Correio do Povo*, a vitória não se tratava apenas de uma adesão dos estudantes às ideias de esquerda, mas também de uma insatisfação com a gestão de Adalberto Tatsch, considerada “pouco segura e omissa”.¹¹³⁰ A *Folha da Tarde*, por sua vez, apresentou versão diferente,

¹¹²⁷ Em 1961, o Consulado dos Estados Unidos já observava que a influência comunista na PUCRS era irrelevante. O mesmo despacho afirmava que na UFSM as tendências comunistas eram “neutralizadas pela direção firme” do reitor, José Mariano da Rocha Filho, caracterizado como “um católico devoto e crente nos ideais democráticos”. No original: “Also in Porto Alegre there is a Catholic University (PUC), but the Communist influence here in negligible. / A new Federal University has been appointed to the city of Santa Maria in the interior of the state, and it feels the pull and influence of the strong Communist organization in that railroad town. Fortunately this tendency is somewhat neutralized by the firm direction of the university president, Dr. Mariano Rocha, a devout Catholic and believer in democratic ideals”. *Communism in Latin American Universities*. Despacho do Consulado de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 13 de outubro de 1961. In: RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 256.

¹¹²⁸ KOUTZII, Flávio et al. Raul Pont: do labirinto à fundação do PT. *Revista Democracia Socialista*, São Paulo, nº 2, p. 21-74, dez. 2014.

¹¹²⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 20 de agosto de 1966, p. 13.

¹¹³⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 20 de agosto de 1966, p. 13. Tatsch, por exemplo, reagiu à cobrança de anuidades e aos reajustes nas taxas de matrícula. No entanto, defendia que o Conselho Universitário era a instância final e que os estudantes deviam aceitar a decisão desse órgão, cujo teor apontava para uma vitória parcial, pois as anuidades foram suspensas, permanecendo apenas o reajuste nas matrículas. Aqui encontramos um dos pontos principais de discordância entre a direita e a esquerda universitárias. A primeira achava que a luta deveria se dar dentro dos limites institucionais, utilizando-se dos canais legais para veicular as insatisfações. A segunda queria ultrapassar esses limites, questionando a legitimidade das próprias instituições. Sobre as posições de Tatsch acerca das anuidades, ver: ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado

citando o ponto de vista de “observadores da política universitária”: os estudantes teriam expressado a rejeição “ao atual regime que dirige o país”, sem considerarem a “excelente administração que foi feita na gestão Tatsch”.¹¹³¹

Na escolha para o DCE da PUCRS, também houve vitória da oposição, embora a situação nessa universidade seja mais complexa. Os candidatos eram Paulo Fernando Chanan, opositorista, mas considerado moderado, e Reginal Pujol. Esse, apesar de ter uma militância anticomunista desde antes do Golpe, chegando a presidir a Ala Moça da UDN, não era ligado ao DEE nem à administração anterior do DCE. Os resultados, portanto, são mais difíceis de serem interpretados. Paulo Chanan venceu com 1.373 votos contra 1.140 de Pujol.¹¹³² Paulo Chanan fez uma gestão que se posicionou criticamente quanto à Ditadura, defendendo a democracia e condenando a violência policial.¹¹³³ No entanto, até onde pude averiguar, não pertencia a nenhum movimento de esquerda, mantendo-se independente.¹¹³⁴ Reginaldo Pujol, por sua vez, se tornaria um desafeto do grupo ligado ao DEE, sendo possível afirmar que, já em 1966, esses estudantes não trabalharam para elegê-lo.¹¹³⁵ Paulo Gouvêa da Costa analisou a vitória de Chanan dizendo tratar-se ele de um “candidato neutro, desvinculado de qualquer ideologia, e que apoia o Diretório Nacional de Estudantes”.¹¹³⁶

As eleições no DCE da PUCRS, portanto, não representaram uma rejeição ao grupo vinculado ao DEE. Esse grupo sofreu um revés com a eleição de Vieira da UFRGS, onde as esquerdas estavam se reorganizando. No entanto, consolidou-se na entidade estadual, em grande parte com o apoio massivo do interior, onde garantiram também os DCEs de Santa Maria

em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 139.

¹¹³¹ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Correio do Povo*, 19 de agosto de 1966, [n.p].

¹¹³² AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 1966, p. 10.

¹¹³³ No episódio da detenção de Grivot, Chanan lançou uma nota posicionando-se em defesa de “liberdade, justiça e democracia” e condenando “qualquer cerceamento de expressão, terrorismo cultural e injustiças”. In: BN, *Jornal do Dia*, 27 de agosto de 1966, p. 3. Em outubro, teve postura semelhante quando da prisão de um universitário em Passo Fundo. Ver: BN, *Diário de Notícias*, 14 de outubro de 1966, 2º caderno, p. 8.

¹¹³⁴ Não localizei qualquer referência a Paulo Fernando Chanan nos fundos relacionados à repressão disponíveis no Arquivo Nacional (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Comissão Geral de Investigações, Conselho de Segurança Nacional, Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Serviço Nacional de Informações, entre outros). Também não há menções a ele nos 707 IPMs julgados pelo Supremo Tribunal Militar e disponibilizados pelo projeto “Brasil: Nunca Mais!”. Os trabalhos acadêmicos sobre as organizações de esquerda e as memórias de militantes tampouco o citam.

¹¹³⁵ Em 1968, durante uma polêmica acerca da validade das carteiras estudantis emitidas pelo DEE, a entidade se manifestou afirmando o seguinte: “O caso do grupo que se diz porta-voz do DCE da PUC, é diferente. É seu líder intelectual o conhecido estudante profissional Reginaldo Pujol, ex-líder da mocidade da UDN. A sua oposição sistemática é devida única e exclusivamente ao repúdio que sofre pelo Diretório Estadual de Estudantes, e pelo fato de não ter sido apoiado pelo DEE para presidente do DCE da PUC em agosto de 1966, quando foi fragorosamente derrotado”. In: UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 67-68, *Folha da Tarde*, 22 de março de 1968, [n.p].

¹¹³⁶ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Diário de Notícias (RJ)*, 23 de agosto de 1966, [n.p].

e da Católica de Pelotas. Na primeira cidade, a vitória se deu também na quase totalidade dos diretórios acadêmicos, perdendo apenas na Agronomia.¹¹³⁷ Ao vencer duas eleições consecutivas no DEE, concorrendo contra as esquerdas em eleições diretas e com sufrágio universal da categoria, os universitários que haviam apoiado o Golpe de 1964 e dado suporte inicial à Ditadura, conquistaram uma certa legitimidade para a estrutura criada pela Lei Suplicy que não se verificou em todos os estados. Como lembra Raul Pont, “em Estados como SP e RJ as UEEs mantiveram-se e, que eu me lembre, nem houve tentativa de organizar DEEs. As UEEs sobreviveram mesmo ilegais”.¹¹³⁸

Na verdade, houve a tentativa. Quando foi convocado o encontro do DNE, em janeiro de 1966, o ministro da educação enviou telegrama aos presidentes de 14 Diretórios Estaduais.¹¹³⁹ No entanto, poucas eram as entidades realmente ativas e legitimadas pela categoria estudantil. Em Minas Gerais, um congresso foi organizado em fevereiro de 1965 com o objetivo de adaptar os estatutos da entidade universitária daquele estado à Lei Suplicy. O DEE foi criado, tendo sido indicado como seu presidente o estudante Paulo Rubens Navarro. As esquerdas, contudo, haviam abandonado o encontro.¹¹⁴⁰ Navarro não foi chamado para o Congresso do DNE no início do ano seguinte, então é possível supor que sua gestão não tenha sido de fato efetiva.

Em São Paulo, a UEE local elegeu em fevereiro de 1965 o estudante Francisco Kolaya Rocca, ligado à esquerda católica. A sua gestão resolveu não adaptar o estatuto da entidade e, portanto, passou a não ser reconhecida oficialmente.¹¹⁴¹ Um DEE foi organizado paralelamente, concorrendo o candidato único Luciano Rodrigo Alves Pedroso, estudante da Universidade Mackenzie e de perfil direitista.¹¹⁴² Segundo o jornal *Correio da Manhã*, apenas 28 dos 100

¹¹³⁷ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Diário de Notícias (RJ)*, 23 de agosto de 1966, [n.p]. Conquistaram a vitória em 13 dos 14 diretórios de Santa Maria.

¹¹³⁸ KOUTZII, Flávio et al. Raul Pont: do labirinto à fundação do PT. *Revista Democracia Socialista*, São Paulo, nº 2, p. 21-74, dez. 2014, p. 30.

¹¹³⁹ Foram convocados os seguintes representantes: Rui José Candemil (Santa Catarina); Fernando Faria Pinto (Pará); Benedito Aires Santa Rosa (Piauí); Clênio Alves Freire (Rio Grande do Norte); João Mendonça Amorim Filho (Pernambuco); Pedro Teixeira Duarte (Alagoas); Paulo Gouvêa da Costa (Rio Grande do Sul); Herbert Pastor (Paraná); Luciano Rodrigo Alves Pedroso (São Paulo); José Ferreira de Andrade (Paraíba); Maria U. Gualberto (Sergipe); José Guedes de Pinto Barros (Ceará); Ezíquio Barros Filho (Maranhão); e Paulo Nunes Alves (Rio de Janeiro). In: BN, *Diário de Notícias (RJ)*, 7 de janeiro de 1966, p. 5. Nem todos os estudantes convidados compareceram ao encontro. Esteve presente também o estudante Luiz Tarcísio Soneghet, representando o Espírito Santo, cujo nome não estava entre os convocados. Ver: BN, *Correio Braziliense (DF)*, 11 de janeiro de 1966, p. 4.

¹¹⁴⁰ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 10 de fevereiro de 1965, p. 14. Até a eleição de Navarro, era interventor na UEE de Minas Gerais o estudante Élcio Spínola e Castro.

¹¹⁴¹ Acervo Estadão, *O Estado de S. Paulo*, 2 de fevereiro de 1965, p. 14. Disponível em: <acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

¹¹⁴² Acervo Estadão, *O Estado de S. Paulo*, 31 de agosto de 1965, p. 14. Disponível em: <acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

diretórios acadêmicos participaram das eleições.¹¹⁴³ Luciano parece ter sido presidente do DEE de São Paulo pelos dois anos em que essa entidade existiu, tendo em vista que ele foi o representante paulista no Congresso do DNE de 1967.¹¹⁴⁴

Além de São Paulo, em outros estados concorreu apenas uma chapa. Na maioria dos casos, apenas os estudantes afinados com o governo. Foram assim as eleições de 1965 e 1966 em Pernambuco, que levaram à presidência do Diretório Estadual os estudantes João Mendonça Amorim Filho¹¹⁴⁵ e, como seu sucessor, Manoel Alves de Souza.¹¹⁴⁶ João Mendonça já havia dirigido o Centro de Estudantes Secundaristas de Pernambuco em 1961, defendendo desde essa época posições anticomunistas.¹¹⁴⁷ No Estado do Rio de Janeiro, apenas parte dos diretórios acadêmicos participaram da criação do diretório oficial, elegendo Paulo Nunes Alves como presidente.¹¹⁴⁸ Outros reconheceram legitimidade apenas à União Fluminense de Estudantes, que foi mantida como entidade civil paralela.¹¹⁴⁹ Nesse estado, o plebiscito organizado para colher a opinião dos estudantes sobre a Lei Suplicy teve 1.593 votos contrários e apenas 291 favoráveis.¹¹⁵⁰

Alguns estados elegeram estudantes de perfil oposicionista à Ditadura, como Clênio Alves Freire no Rio Grande do Norte e Rui José Candemil em Santa Catarina. No estado de Alagoas, Pedro Teixeira Duarte, eleito presidente, trabalhou deliberadamente para tornar o Diretório inoperante.¹¹⁵¹ É possível que o mesmo tenha ocorrido no Maranhão, onde chegaram a concorrer três chapas, sendo vitoriosa a que tinha Ezíquio Barros Filho como presidente, mas não consegui informações muito seguras a esse respeito.¹¹⁵²

Nos estados de Mato Grosso, Amazonas, Guanabara e Distrito Federal, não foram formados os DEEs até janeiro de 1966, quando ocorreu o Congresso do DNE.¹¹⁵³ No caso da

¹¹⁴³ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 5 de setembro de 1965, p. 18.

¹¹⁴⁴ BN, *Correio Braziliense (DF)*, 17 de janeiro de 1967, p. 2.

¹¹⁴⁵ BN, *Diário de Pernambuco (PE)*, 20 de março de 1965, p. 6.

¹¹⁴⁶ BN, *Diário de Pernambuco (PE)*, 13 de abril de 1966, p. 2.

¹¹⁴⁷ João Mendonça foi um dos signatários de um manifesto de repúdio à direção da UBES em 1961. Ver: UNIFRA/BC, *Ação Democrática*, junho de 1961, p. 17.

¹¹⁴⁸ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 de setembro de 1965, p. 7.

¹¹⁴⁹ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 4 de setembro de 1965, p. 3.

¹¹⁵⁰ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 30 de maio de 1965, p. 12.

¹¹⁵¹ Conferir a cobertura da gestão de Clênio feita pelo *Diário de Natal*, por exemplo: BN, *Diário de Natal*, 23 de setembro de 1966, p. 4. Para as posições do DEE de Santa Catarina, ver a correspondência enviada para o DEE do Rio Grande do Sul com as metas da gestão: UFRGS/ILEA/UEE, Correspondências Recebidas I – Gestão 1964-65, DEESC, *Circular N° 1/65-66*, 21 de abril de 1965. Sobre Pedro Teixeira Duarte, ver a entrevista disponível em: FONTAN, Bruno; BRANDÃO, Tadeu; SOFIA, Régia. *Resgate histórico do Centro Acadêmico Sebastião da Hora*. Maceió: CASH, 2003, p. 31-40.

¹¹⁵² BN, *O Combate (MA)*, 3 de setembro de 1965, p. 1. Um artigo do Wikipédia contendo a biografia de Ezíquio Barros Filho menciona que, durante a Ditadura, ele havia se filiado ao PCdoB. Ver: EZÍQUIO Barros Filho. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ez%C3%ADquio_Barros_Filho>. Acesso em: 22 mai. 2017.

¹¹⁵³ BN, *Correio Braziliense (DF)*, 11 de janeiro de 1966, p. 4.

Guanabara houve uma rejeição praticamente geral à regulamentação da atividade estudantil.¹¹⁵⁴ Os universitários cariocas permaneceram atuando na União Metropolitana de Estudantes, por meio da qual realizaram intensa campanha contra a Ditadura Civil-Militar.¹¹⁵⁵ No Mato Grosso, a entidade veio a se formar apenas em 1967, tendo curta duração por consequência do Decreto Aragão.¹¹⁵⁶

O caso mais parecido com o do Rio Grande do Sul talvez tenha sido o do Paraná, ainda assim com muitas particularidades. Lá, a União Paranaense de Estudantes (UPE) era governada pela direita desde fins de 1963. Quando veio a Lei Suplicy, os estudantes acabaram optando por manterem as duas entidades: a UPE e o DEE-PR. A primeira transformou-se em entidade civil enquanto a segunda teria função de representação legal e foi nela que se deram as principais disputas entre direita e esquerda, sendo que os últimos só retomaram a entidade em 1967, com a eleição de Stênio Sales Jacob.¹¹⁵⁷ Em 1965, houve a eleição para formação do DEE. Concorreram dois estudantes tidos como “democratas” pelos jornais: Herbert Pastor e Renato Paulo Müller. Parte das esquerdas, vinculadas à JUC defenderam o voto em branco. Outros grupos defenderam anular o voto. Entre os 9.132 votos totais, 3.797 escolheram Herbert Pastor, 1.657 votaram em Renato Müller, 1.567 em branco, 2.111 nulos e 1.330 abstenções.¹¹⁵⁸ Não parece ter havido outra eleição para o DEE e os estudantes paranaenses fortaleceram e legitimaram a UPE, que atuou até o final de 1969.

No Rio Grande do Sul, entretanto, UEE e DEE estiveram unidos entre 1964 e 1967, não havendo um espaço estadual de articulação estudantil que se organizasse de modo independente à regulamentação federal, como na UPE ou na UME. Essa excepcionalidade sul-rio-grandense pode ser explicada, em parte, pelo processo intervencionista comandado pelo III Exército que, por um lado, permitiu a continuidade da UEE, mas, por outro, a manteve afastada das forças esquerdistas no imediato pós-Golpe. Além disso, conforme observou Magda de Oliveira Pinto:

o Rio Grande do Sul foi o único estado efetivo na criação de um diretório estudantil, mantido concomitantemente com a UEE, ambos sendo dirigidos por uma linha liberal-direitista. Essa situação diferenciada do movimento estudantil gaúcho, configurada, de um lado, pelo respaldo do governo militar, teve, por outro lado, no enfraquecimento de sua ala esquerda, e na sua concomitante derrota durante as primeiras eleições

¹¹⁵⁴ Os presidentes de 43 diretórios acadêmicos se recusaram a participar da formação do DEE. BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 5 de setembro de 1965, p. 18.

¹¹⁵⁵ Ver, por exemplo, a entrevista com Daniel Aarão Reis Filho no projeto Memória do Movimento Estudantil. In: MME, *Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho*, 5 de julho de 2005.

¹¹⁵⁶ BN, *Tribuna Liberal (MT)*, 26 de fevereiro de 1967, p. 1.

¹¹⁵⁷ Sobre a União Paranaense dos Estudantes ver: ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011. 176p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

¹¹⁵⁸ BN, *Diário do Paraná (PR)*, 2 de agosto de 1965, p. 3.

diretas do pós-1964, o fator de legitimidade que a ala à direita recebeu dos estudantes.¹¹⁵⁹

A representatividade do DEE-RS vinha, sobretudo, das duas eleições diretas em que concorreram chapas de situação e oposição e das quais participaram quase a totalidade dos estudantes. A capacidade de realização de algumas gestões e a habilidade em se apropriar do valor simbólico da UEE, cuja existência era mantida em paralelo, também ajudam a explicar essa representatividade. Acrescento ainda que o grupo que esteve à frente dessa entidade já havia construído uma trajetória no movimento estudantil estadual desde 1963, quando atuava na FEUP. No entanto, como veremos, o DEE-RS permaneceu existindo mesmo após o Decreto Aragão, ainda que sua legitimidade a partir daí tenha sido cada vez mais questionada.

8.3 A Formação do Movimento Decisão

Com o resultado positivo em diversas entidades no final de 1965, no início do ano seguinte os líderes da direita estudantil resolveram se articular em todo o estado.¹¹⁶⁰ Assim, foi organizado por Paulo Gouvêa da Costa, presidente do DEE e do DNE, e Adalberto Carlos Tatsch, presidente do DCE da UFRGS, um encontro de “líderes universitários não esquerdistas”. Tal encontro foi realizado na cidade de Capão da Canoa, no litoral do Rio Grande do Sul, entre os dias 24 e 26 de janeiro. Esperava-se a presença de cerca de 30 universitários,¹¹⁶¹ sobretudo dirigentes das entidades estudantis, vindos principalmente das cidades de Porto Alegre e Santa Maria, mas acabaram comparecendo perto de 50.¹¹⁶² Os organizadores declararam que o objetivo era buscar um “entrosamento entre aqueles que têm lutado por um movimento universitário realmente autônomo, verdadeiramente democrático e consciente”.¹¹⁶³

Como resultado do encontro, foi criado o Movimento Decisão. Segundo reportagem do jornal *Correio do Povo*, os estudantes de “caráter democrático” reunidos no movimento, tinham origem em diversas tendências, como o Movimento Democrático Renovador e o Movimento Cultural de Afirmação Democrática. No entanto, eu não consegui localizar outras referências sobre essas tendências. O Decisão teve seus dirigentes escolhidos no encontro. A Secretaria

¹¹⁵⁹ PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 154.

¹¹⁶⁰ AHMSM, *A Razão*, 23 de janeiro de 1966, p. 6.

¹¹⁶¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de janeiro de 1966, p. 20.

¹¹⁶² AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

¹¹⁶³ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de janeiro de 1966, p. 20.

Executiva foi ocupada por Carlos Luiz Gazola, presidente do CEUE. Paulo Jorge Sarkis, presidente do DCE da UFSM, ficou com o cargo de Assessor Executivo.¹¹⁶⁴

O novo movimento produziu também um documento, intitulado “Bases Doutrinárias de ‘Decisão’”. Segundo o texto, o objetivo era atuar em duas dimensões paralelas: a ação política no meio universitário e uma tônica pedagógica, visando o desenvolvimento de lideranças. Desse modo, objetivava “formar uma consciência, e uma elite, não uma equipe de campeões eleitorais”. A ideia de constituir uma “elite universitária” é reforçada em diversas passagens. Baseava-se na crença de que caberia a um grupo consciente o dever “de recuperação humana, e social, do país”, aperfeiçoando a sociedade. Algumas passagens possuem uma pretensão filosófica, com referências a Heidegger, quando afirma, por exemplo, que “o homem é, antes de mais nada, fenomenologicamente, ser-no-mundo”. Quanto as questões propriamente políticas, o documento afirmava que a Reforma Universitária é um caminho e não uma meta a perseguir e que ela não deve ser usada como “motivo para uma agitação universitária”. Os estudantes ressaltavam que ela deve ser buscada “através de um diálogo honesto e inteligente com os professores e com o governo em alto nível”.¹¹⁶⁵

Enquanto alguns universitários e sobretudo docentes, políticos e imprensa afirmavam, diversas vezes, que ao estudante caberia apenas estudar, que ele não deveria se envolver em questões que não dissessem respeito exclusivamente a sua condição de estudantes, o Movimento Decisão posicionava-se de modo diferente. Segundo suas bases doutrinárias, “o livre e digno debate político é a própria essência da democracia representativa. Os universitários deverão participar desse debate, na sua condição de cidadãos, contribuindo para o aperfeiçoamento das estruturas políticas nacionais”. Como já vimos, essa postura já estava presente nos estudantes vinculados à FEUP e ao MDU, que avaliavam que a recusa em participar do debate político teria aberto caminho para as esquerdas sendo, portanto, um erro estratégico.¹¹⁶⁶

Por fim, o Decisão apresentou suas posições quanto a economia. Para o grupo, “a finalidade das estruturas econômicas deve ser o bem-estar dos cidadãos”. Ao mesmo tempo, defendia a livre iniciativa e a propriedade privada. Buscava, desse modo, tornar explícitas as suas divergências em relação às correntes de esquerda. É interessante que as reportagens cobrindo a criação do movimento destacaram o seu viés “não esquerdista”, apontando justamente para esse contraste. O movimento, no entanto, não era retratado apenas pelo que ele

¹¹⁶⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

¹¹⁶⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

¹¹⁶⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

negava. A positivação de sua imagem estava contida na sua caracterização como “democratas”. No documento reproduzido no jornal, em diversas passagens os estudantes se referiam à democracia, dizendo-se compromissados com ela.¹¹⁶⁷

As “Bases Doutrinárias” eram apenas um esboço das posições do grupo, que esperava avançar na elaboração de suas ideias. Ainda em 1966, o Decisão realizou mais dois conclaves. A II Convenção Estadual ocorreu em Porto Alegre, no mês de julho. O principal objetivo desse encontro foi definir os candidatos “democratas” para as eleições nos DCEs e no DEE. O Decisão, portanto, firmava-se como organização política da direita estudantil, buscando disputar entidades e manter aquelas já conquistadas. No encontro de Porto Alegre estiveram presentes, por exemplo, os presidentes dos DCEs da PUCRS, UFRGS e UFSM, vários membros da gestão do DEE, presidentes dos Diretórios Acadêmicos do Direito da PUCRS, da Engenharia da UFRGS, da Medicina Católica, além de vários representantes das cidades do interior, incluindo 11 presidentes de DAs de Santa Maria.¹¹⁶⁸ Nesse congresso, decidiu-se de maneira unânime pelo nome de Rubem Süffert para concorrer à presidência do DEE. Durante o encontro, houve palestra com o professor Paulo Quedi “analisando aspectos sociais da participação do universitário no movimento estudantil”.¹¹⁶⁹

Essa convenção elaborou um “Documento sobre a Política Nacional”. Depois de definir e afirmar a importância da “Democracia” e do “Estado de Direito”, os estudantes perguntam: “Serão inconciliáveis, desta arte, Democracia, que pressupõe estado de direito, e Revolução, que é sempre a força selvagem dos fatos, sobrepondo-se à vontade soberana da Lei?”. A resposta é articulada da seguinte forma: “certamente, como norma. A menos que a força dos fatos seja a garantia da preservação do espírito democrático. A menos que a quebra da normalidade legal justifique-se como medida coibidora de traição premeditada dos valores da normalidade legal, e democrática”. Portanto, o Golpe de 1964 era entendido como um movimento de preservação da democracia. A “revolução” teria sido uma necessidade, um rompimento circunstancial de legalidade com o fim maior de preservá-la. Na sequência, o documento adverte que, no entanto, o retorno à democracia deve ser “tão breve quanto a concreticidade das circunstâncias o permitir”. A “Liberdade” é, então, descrita como a “faculdade plena de realizar o permitido, bem dosadas as conveniências do interesse nacional”

¹¹⁶⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

¹¹⁶⁸ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, 28 de julho de 1966, [n.p.].

¹¹⁶⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, 1º de agosto de 1966, [n.p.].

e, portanto, diferente da “licenciosidade”. O discurso não difere muito daquele que os próprios militares disseminavam, colocando o “interesse nacional” como limitador da liberdade.¹¹⁷⁰

A visão elitista, já presente nas “Bases Doutrinárias”, ganhou uma dimensão mais explícita no novo documento. O conceito de “democracia” se assemelhava ao de “aristocracia”, pois consideravam que ela:

deve ser o regime da competência, do governo pelos melhores do povo, em benefício dos interesses nacionais. / A nação deve ser governada pelos seus filhos mais ilustres. A competência, a integridade e a sabedoria são pré-requisitos essenciais para o exercício do governo.¹¹⁷¹

A Universidade, por sua vez, foi definida como um “organismo formador das elites que irão governá-lo [o país]”. Cabia-lhe, portanto, a função de preparar as novas gerações para substituir as velhas elites, que teriam sucumbido “sob o peso de seu próprio despreparo, de seus vícios, de suas concessões”.

O texto era complementado por uma imagem acompanhada de um recado, que dizia: “Colega / O indivíduo é o fim e o princípio das causas / Você não é Massa / Esteja atento às tentativas de torná-lo parte do rebanho”. Dentro de uma perspectiva liberal, portanto, enfatizavam o indivíduo em oposição à massa. Está implícita a crítica às esquerdas, que objetivariam tornar os estudantes seguidores acríticos de suas ideias.

Figura 4 – O indivíduo e a massa



Fonte: UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *O Pica-Pau*, agosto de 1966, Movimento Universitário Decisão, Documento Sobre a Política Nacional, p. 4.

¹¹⁷⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *O Pica-Pau*, agosto de 1966, Movimento Universitário Decisão, Documento Sobre a Política Nacional, p. 4.

¹¹⁷¹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *O Pica-Pau*, agosto de 1966, Movimento Universitário Decisão, Documento Sobre a Política Nacional, p. 4-5.

O resultado eleitoral certamente não foi o esperado pelos membros do Decisão, embora tenham mantido o controle do DEE e do DCE da UFSM, continuassem à frente do DNE e contassem com a solidariedade de vários diretórios acadêmicos, sobretudo na PUCRS e no interior do Rio Grande do Sul. No entanto, Carlos Luiz Gazola, presidente do CEUE e Secretário Executivo do Decisão não conseguiu se eleger na UFRGS, onde as forças de esquerda estavam se reorganizando.

Após as eleições, e diante do acirramento das tensões entre o movimento estudantil organizado de esquerda e as forças repressivas no país inteiro, o Decisão convocou a sua III Convenção Estadual. Dessa vez, não se tratou apenas de um encontro de lideranças. A expectativa foi que comparecessem cerca de mil estudantes na cidade de Santa Maria, uma das principais bases do Decisão e, então, o maior DCE ainda controlado pelo movimento. O evento contou com a presença de Hugo di Primio Paz, que fez uma palestra chamada “As Ideologias”, logo após a abertura. No encerramento, houve palestra de Dagmar Pedroso.¹¹⁷² Lembro que ambos os professores foram ativos nos seminários “Educando para a Democracia”, além de serem dirigentes da ADR. Segundo um Informe Confidencial do SNI, Dagmar Pedroso era o orientador do Movimento Decisão.¹¹⁷³

Como consequência do encontro, foi elaborada a “Declaração da IIIª Convenção Estadual de DECISÃO”. O documento foi escrito em tom de manifesto. Mais uma vez se afirma o papel da juventude em assumir a responsabilidade pelos rumos do país, superando as “velhas lideranças”. Novamente colocam-se na defesa da liberdade e da democracia, mas afirmar desejar “uma democracia baseada no princípio da autoridade”. O documento apresenta uma distinção entre revolução e golpe. O primeiro é entendido como um “ato de força” justificável quando as ideias que fundamentam a “Consciência Nacional” não são cumpridas pelo governo constituído. Às revoluções caberia o papel de “reintegrar a política segundo os valores optados pela Nação”. Assim, “o movimento de 31 de março de 1964” poderia ser uma oportunidade de renovação pois, caso contrário, tratar-se-ia apenas de “mais um golpe de estilo caudilhista, inconsequente e vazio”. A crise que levou à deposição de Goulart teria como motivo principal a falta de uma “verdadeira elite cultural dirigente”. Quanto a definição política, o grupo rejeita a “validade da caracterização dialética entre esquerda e direita”. Para ele, “todos precisamos de todos e tudo o que represente um entrave para a harmonia e o convívio deve ser banido, deve

¹¹⁷² UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, II Encontro Estadual em Santa Maria: Convenção de “Decisão” Hoje, 1º de outubro de 1966, [n.p.].

¹¹⁷³ Arquivo Nacional/Fundo: Serviço Nacional de Informações BR_RJANRIO_V8 (AN/SNI-BR_RJANRIO_V8), APA_ACE_11284_85, Serviço Nacional de Informações, Agência Porto Alegre, *Informe nº 467-SC3 – 1966*, Porto Alegre, 9 de novembro de 1966, Assunto: Movimento Decisão, p. 1.

ser execrado, terminantemente”.¹¹⁷⁴ Essa negação em definir-se como direita era comum entre esses grupos, preferindo denominarem-se “democratas”.

Essa convenção definiu também um plano estratégico para o movimento, estabelecendo diversas diretrizes de estruturação e ação. Para marcar posição, por exemplo, estabelecia que deveriam “concorrer em qualquer circunstância, mesmo em chapa que se considere, antecipadamente, vencida”. Os estudantes buscavam também garantir a formação de novos quadros, criando “grupos que entrem em contato com os secundaristas visando o aproveitamento de lideranças e a conscientização de futuros universitários”. A derrota em entidades como o DCE da UFRGS gerou a necessidade de diretrizes específicas para casos em que o Decisão atuasse como oposição. Nessa circunstância, dever-se-ia fazer oposição “durante todo ano” e não apenas em período eleitoral.¹¹⁷⁵

Um último documento produzido pela III Convenção Estadual foi um Anteprojeto de Estatuto. O preâmbulo do mesmo sintetiza as intenções do movimento:

Nós, estudantes universitários gaúchos, reunidos em Convenção Estadual na cidade de Santa Maria, no dia 1º de outubro de 1966, sentindo a necessidade de solidificar-se concretamente nosso pensamento democrático, nossa vocação humanista e nossas aspirações cristãs, resolvemos unir nossos esforços e conjugar nossas ideias através de DECISÃO, que, congregando-nos, possa dar-nos as possibilidades de uma atuação comum no sentido de integrar todos os estudantes democratas do Estado em prol do aprimoramento de nossas instituições. É assim que elaboramos e aprovamos os seguintes Estatutos, que representando nossas ideias, espelham a nossa inabalável vontade de atuarmos e agirmos de acordo com os princípios de DECISÃO.¹¹⁷⁶

Ou seja, esse movimento era a tentativa deliberada de organizar os estudantes “democratas”, buscando consolidar suas posições políticas agindo em conjunto de maneira articulada. Além de definirem-se como democratas e humanistas, ressaltam as “aspirações cristãs”. A visão anticomunista, mobilizada intensamente na conjuntura do governo de João Goulart e que inspirava movimentos como o Decisão, contrapunha ao “comunismo materialista e ateu” os “valores cristãos e democráticos”, que seriam naturais da sociedade brasileira.

Em 1967, no entanto, a conjuntura do movimento estudantil mudou bastante. Em fins de fevereiro, como já vimos, o Decreto Aragão extinguiu o DNE e os DEEs. Apesar de continuar existindo como entidade civil, o DEE do Rio Grande do Sul passou a contar apenas com eleições indiretas – agindo por analogia ao que o Decreto Aragão determinava para os

¹¹⁷⁴ AN/BR_RJANRIO_V8/APA_ACE_11284_85, Serviço Nacional de Informações, Agência Porto Alegre, *Informe nº 467- SC3 – 1966*, Porto Alegre, 9 de novembro de 1966, Assunto: Movimento Decisão, p. 2-4.

¹¹⁷⁵ AN/BR_RJANRIO_V8/APA_ACE_11284_85, Serviço Nacional de Informações, Agência Porto Alegre, *Informe nº 467- SC3 – 1966*, Porto Alegre, 9 de novembro de 1966, Assunto: Movimento Decisão, p. 5-6.

¹¹⁷⁶ AN/BR_RJANRIO_V8/APA_ACE_11284_85, Serviço Nacional de Informações, Agência Porto Alegre, *Informe nº 467- SC3 – 1966*, Porto Alegre, 9 de novembro de 1966, Assunto: Movimento Decisão, p. 6-7.

DCEs – das quais a esquerda, dessa vez, recusou-se a participar.¹¹⁷⁷ Mesmo com esses revezes, o Decisão continuou atuante, lançando a candidatura de Adalberto de Souza Pasqualotto no DEE e de Marcos Flávio Soares para o DCE da PUCRS, ambos vitoriosos, embora em eleições indiretas. Nos Diretórios Acadêmicos, onde as eleições continuaram ocorrendo com o voto direto dos estudantes, houve ampla vitória dos candidatos tidos como “democratas”, embora não necessariamente vinculados ao Decisão.¹¹⁷⁸

As vitórias no Rio Grande do Sul devem ter impulsionado o grupo a buscar a expansão para outros estados. Em novembro de 1967, o Decisão organizou um Congresso Nacional em Minas Gerais,¹¹⁷⁹ onde estiveram presentes representantes dos estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco, do Pará e do Paraná. A delegação do Rio Grande do Sul era composta pelos seguintes membros: Maria Alice Jaeger, Ernani Hickman, Adalberto de Souza Pasqualotto, Paulo Gouvêa da Costa, Adolpho Crippa, Fidelis Walney Merg, Clóvis Paternoster, Mário C. Lisboa, José Maria Ferreira Soares, Gilberto Harsand e Hilário Land. Destaco o nome do padre Adolpho Crippa, como descrito anteriormente, criador do Convívio e que mantinha contato com os estudantes locais desde fins de 1963. A participação dele no congresso demonstra que seus vínculos continuavam ativos no meio estudantil.¹¹⁸⁰

Apesar de surgido no Rio Grande do Sul e sendo desse estado suas lideranças, a maior delegação foi a do estado de Minas Gerais, fato explicado pelo local de realização do encontro. Mas, cabe destacar, participaram estudantes de diversas cidades mineiras: Poços de Caldas, Belo Horizonte, Varginha, Itaúna, Itajubá, Pouso Alegre, Alfenas, Divinópolis, Barbacena, Lavras, Juiz de Fora, Guaxupé e São João del Rei. Ao final do Congresso Nacional, esses estudantes criaram a seção estadual do Movimento Decisão, elaborando uma Declaração cujo teor estava em consonância com os documentos já lançados no Rio Grande do Sul no ano anterior. No entanto, possivelmente influenciados em parte pela insatisfação com o Decreto Aragão, que acabou com os DEEs e com o DNE, foi feita uma crítica mais explícita à “Revolução de 1964”. Além disso, enfatizou-se a necessidade de superar os problemas sociais do país para que as tensões políticas pudessem diminuir.¹¹⁸¹

¹¹⁷⁷ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, 19 de agosto de 1967, p. 15.

¹¹⁷⁸ A chapa eleita na Faculdade de Economia da UFRGS dizia “não estar ligada a nenhuma das duas facções políticas atualmente atuando no movimento estudantil gaúcho. In: AHMSM, *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1967, p. 19.

¹¹⁷⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, 1º de novembro de 1967, p. 11.

¹¹⁸⁰ Arquivo Público Mineiro/Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social de Minas Gerais (APM/DOPS-MG), Pasta 4060, *Relatório de Serviço – Congresso Estudantil realizado em Poços de Caldas no período de 1 a 4 de novembro de 1967*, 24 páginas.

¹¹⁸¹ APM/DOPS-MG, Pasta 4060, *Relatório de Serviço – Congresso Estudantil realizado em Poços de Caldas no período de 1 a 4 de novembro de 1967*, 24 páginas.

Em 1968, o Decisão recebeu alguma atenção especial da imprensa e do governo, apresentado em geral como um contraponto aos movimentos estudantis tidos como subversivos, no contexto de um afluxo cada vez maior de universitários e secundaristas para as passeatas e manifestações. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, fez uma longa reportagem de página inteira sobre o grupo em sua edição do dia 2 de junho. A julgar pelo texto, o Decisão era um sucesso absoluto. No Rio Grande do Sul, reuniria cerca de dois mil membros, controlando 80% das entidades estudantis. A organização era complexa, partindo dos Grupos de Ação,¹¹⁸² reunindo até 15 membros e tendo um coordenador, passando pela reunião dos coordenadores da universidade, depois pela coordenação municipal ou regional e, por fim, pelo Conselho, formado por 11 membros, todos com grande capacidade de liderança. O grupo estaria presente no Brasil inteiro, especialmente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A forma como é apresentada a sua origem é bastante interessante:

Por acreditar que a democracia não se alimenta da derrota dos inimigos, mas das suas próprias e positivas afirmações, um grupo de estudantes universitários gaúchos começou a se articular em 1963, para promover o ser humano, em suas legítimas ambições, e para formar uma elite universitária.¹¹⁸³

O Decisão foi criado apenas em janeiro 1966, na I Convenção Estadual reunida em Capão da Canoa. No entanto, a reportagem diz que esse grupo começou a se articular em 1963. Ora, isso é uma pista da continuidade existente no campo político da direita estudantil que, como já vimos, se organizou a partir do final do governo de João Goulart, tendo a FEUP como um dos polos aglutinadores. No entanto, a conjuntura era outra, o que se refletia no seu pensamento e na identidade.

Em 1968, esses estudantes procuravam construir um posicionamento que não fosse encarado apenas por aquilo que negavam. Por exemplo, rejeitavam o rótulo de “anti-esquerdistas”. Reconheciam, inclusive, que a esquerda acertava em se preocupar com a questão social, discordando de seus métodos e conteúdos. Num momento em que as manifestações estudantis de esquerda ganhavam visibilidade, é possível encarar essas posições do Decisão como uma tentativa de disputar uma base estudantil mais inclinada à crítica social e à condenação da Ditadura. Assim, no aspecto econômico, ao mesmo tempo em que ressaltavam a importância da liberdade do indivíduo, da livre iniciativa e de citarem Roberto Campos,

¹¹⁸² É curioso observar que o IPES também se estruturava em Grupos de Ação. Ver: RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 194.

¹¹⁸³ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 de junho de 1968, p. 28. Toda a análise que se segue está embasada nessa reportagem.

também condenavam o capitalismo, pois esse conduziria à “marginalização social”. Assim, aceitavam “a participação estatal, na economia, em defesa do humanismo”. Em alguns pontos, é possível perceber uma tônica nacionalista no discurso. Embora defendessem o intercâmbio com nações estrangeiras, consideravam que o desenvolvimento deveria acontecer sem “coação internacional”. Isso é corroborado pela avaliação de Adalberto Pasqualotto, que foi membro do Decisão e presidente do DEE:

*“Esse movimento tinha uma visão nacionalista, no sentido, por exemplo, de ser contra o acordo MEC-USAID, que resultou na Reforma Universitária. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico do país se imaginava, e o Conrado era um teórico disso, que deveria se dar preferência ao incremento do mercado interno, para reduzir a dependência do país do exterior, mas não se concordava com a linha política de atuação mais à esquerda que enfrentava em campo aberto, eventualmente, a polícia. Quer dizer, nós não tínhamos nenhuma vinculação com a militância esquerdista, mas eram absolutamente contra o pessoal mais à direita que defendia tudo o que o governo queria, tudo o que o governo fazia. Por quê? Porque esse pessoal mais à direita, na verdade, tinha um adversário obsessivo, que era a esquerda e vice-versa. Nós estávamos, portanto, numa política centrista”.*¹¹⁸⁴

Retomando a reportagem, é nela o grupo apresenta sua visão mais crítica em relação ao Golpe de 1964 e à Ditadura Civil-Militar. Na sua interpretação, em 1964 o objetivo era impedir que as esquerdas tomassem o poder. O movimento, no entanto, foi incapaz de fazer “a revolução brasileira”. Por outro lado, a responsabilidade maior seria das lideranças civis, consideradas inaptas, o que teria aberto espaço para o militarismo crescente. Caberia à nova geração, à elite jovem que o Decisão ajudava a formar, a meta de “sanear o poder político”.

Nessa tentativa de se construir como movimento positivo e propositivo, caracterizavam-se como humanistas, destacando a importância de ter o homem como fim de toda a ação. Consideravam fundamental conhecer a natureza humana, além de defenderem a “liberdade do indivíduo”. Diante de situações concretas, procuravam traçar considerações que parecessem desapaixonadas e racionais. Quando perguntados sobre os acordos MEC-USAID, por exemplo, levantaram os pontos positivos e negativos.

A reportagem traz ainda o nome e biografia dos 11 membros do Conselho do Decisão. Eram eles: Rubem Süffert, Antônio Carlos de Avelar Bastos, Adalberto de Sousa Pasqualotto, Clóvis Paternoster, Hilário Land, Antônio Luís da Silva, Marcos Flávio Soares, Conrado Álvares, Ernani Hickmann, Milton Bado e Fidelis Merg. Todos possuíam entre 20 e 24 anos.

¹¹⁸⁴ PASQUALOTTO, Adalberto de Souza. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2016.

Apenas Clóvis Paternoster, o mais velho e, naquele momento, o Secretário Executivo do grupo, era formado. Os outros ainda estudavam. A maioria ocupava ou havia ocupado cargos em entidades estudantis: Marcos Flávio Soares era presidente do DCE da PUCRS; Süffert havia presidido a UGES, assim como Antônio Carlos de Avelar Bastos. Muitos tinham ou haviam tido ligação com o DEE: Süffert havia presidido a gestão anterior, Pasqualotto a atual e Bastos seria o presidente seguinte. Além deles, vários ocuparam secretarias diversas da entidade, o que demonstra que a Decisão se ancorava em grande parte nela.

Como já mencionei, a leitura do texto parece indicar o sucesso do grupo. Dois meses depois, ocorreu outro momento de exposição pública para ele, com a divulgação do chamado Relatório Meira Matos. O documento levava esse nome porque fora elaborado por uma comissão, presidida pelo coronel Carlos Meira Matos, da Escola Superior de Guerra. Na reportagem de junho do *Jornal do Brasil*, os estudantes já haviam mencionado o Coronel. Ao criticarem Tarso Dutra, ministro da Educação, consideraram que ele “não era para estar lá”, acrescentando que “Meira Matos parece ser um homem receptivo”. A relação entre ele e o grupo foi explicitada da seguinte forma:

Os integrantes do Conselho do Grupo Decisão conhecem o Coronel Meira Matos e tiveram contato com ele, tendo inclusive elaborado um plano sobre a situação do ensino universitário no País e sobre a necessidade de autonomia da política estudantil. Acreditam que a reforma universitária é indispensável, mas tem que ser permanente.¹¹⁸⁵

A comissão presidida por Meira Matos havia sido instituída pelo Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, e contava com mais quatro membros. Segundo o artigo 1º, a finalidade dela era:

a) emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais, no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado.¹¹⁸⁶

O relatório foi concluído em maio e divulgado em agosto de 1967. Dividido em partes, iniciava apresentando um histórico da comissão, passando na sequência a discutir os “pontos críticos do sistema educacional”. Foram levantados diversos problemas, como a remuneração insuficiente dos professores, a falta de uma reforma universitária, a questão das vagas no ensino superior, entre outros. Um ponto nos interessa especialmente: aquele que afirma a “inexistência

¹¹⁸⁵ BN, *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1968, p. 28.

¹¹⁸⁶ BRASIL. Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

de uma liderança estudantil democrática autêntica e combativa consciente de suas responsabilidades para com o País”. Quanto a essa questão, o documento destacou que 77% dos estudantes se consideravam “anti-esquerdistas”, segundo pesquisa do IBOPE, mas essa maioria não encontrava “uma liderança capaz de transformar as suas ideias, os seus interesses, em instrumento de afirmação e de luta nos setores estudantis”.¹¹⁸⁷ O Decisão é apresentado, então, como uma exceção dentro desse quadro descrito:

Entre as tentativas de um movimento estudantil democrático cumpre assinalar o chamado movimento “Decisão”, bastante expressivo no Estado do Rio Grande do Sul, e com algumas simpatias entre grupos de estudantes mineiros, paranaenses, cariocas, pernambucanos e paraenses.¹¹⁸⁸

Na sequência, o relatório apresenta uma série de sugestões, como um papel maior da iniciativa privada na formação de “líderes democráticos”, através, por exemplo, do Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES). Também é destacada a importância do Projeto Rondon, realizado a partir da “cooperação do poder público com a iniciativa privada”. Outra proposta seria fortalecer o Decisão ou a união dos estudantes “democratas”:

Há outros movimentos estudantis democráticos no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas e vários Estados, todos fracos e desunidos, baseados particularmente na conquista de DCE e DA por grupos não esquerdistas, e que poderiam se integrar ao “Decisão”, ou a ele se aliar, mantendo suas características próprias. / Não resta dúvida que, em torno do “Decisão” ou não, os grupos democráticos hoje esparsos e desarticulados precisarão se unir, a fim de poderem atuar coordenadamente e assim se capacitarem para uma resposta adequada e consequente anulação da minoria adestrada, que se implantou no meio estudantil e o procura conduzir a ramos que não se coadunam com os verdadeiros objetivos da classe e do povo brasileiro.¹¹⁸⁹

O contato de Meira Matos com o Decisão, portanto, gerou uma impressão bastante positiva no coronel. Partes do relatório foram publicadas em diversos jornais, sendo que o *Correio da Manhã* lhe dedicou um suplemento especial com 12 páginas, contendo o documento na íntegra, incluindo os seus anexos. A simpatia do coronel da ESG e a publicidade que teve na imprensa em meados de 1968, no entanto, não parecem ter garantido a continuidade do grupo. Um dos fatores que podem explicar o declínio ou desaparecimento do Decisão foi radicalização da Ditadura Civil-Militar, que limitou as possibilidades de atuação estudantil. Embora não tenha sido possível demarcar a data limite para a existência do movimento, Adalberto

¹¹⁸⁷ BN, *Correio da Manhã* (RJ), 25 de agosto de 1968, suplemento especial, p. 6.

¹¹⁸⁸ BN, *Correio da Manhã* (RJ), 25 de agosto de 1968, suplemento especial, p. 7.

¹¹⁸⁹ BN, *Correio da Manhã* (RJ), 25 de agosto de 1968, suplemento especial, p. 7.

Pasqualotto estima que ele não deve ter ido além da edição do Decreto nº 477, em janeiro de 1969.¹¹⁹⁰

Esse, todavia, não deve ter sido o único fator, pois nos últimos meses de 1968 já não se encontram mais notícias sobre a organização. Essa impressão é corroborada pelo relato de Antônio Carlos Bastos: “o Decisão durou um bom tempo, depois eu fui para a presidência [do DEE] e o movimento foi diminuindo”.¹¹⁹¹ Bastos foi o último de seus membros a ser eleito para o DEE,¹¹⁹² ainda em agosto de 1968. Apesar de sua candidatura ter sido lançada em uma convenção do Decisão,¹¹⁹³ esse fato não foi mencionado na imprensa e a sua eleição recebeu pouca cobertura.¹¹⁹⁴ Ele ficou dois anos seguidos na presidência do Diretório e seu sucessor, embora com identidade de ideias e encarado por Bastos como sendo do mesmo grupo, não havia ocupado cargos no DEE, nem compunha o Conselho do Decisão, ao menos não até junho de 1968. Tratava-se de Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, estudante de Direito da UNISINOS.¹¹⁹⁵ As duas gestões de Bastos marcam, assim, um corte geracional, tendo em vista que ele foi o último presidente do DEE/UEE a fazer parte da geração que vivenciou o Golpe de 1964 como liderança secundarista ou universitária.¹¹⁹⁶ É possível supor, então, que ao final dos anos 1960 tenha havido uma dificuldade em gerar novas lideranças, diante de um contexto diferente para o movimento estudantil. As entidades criadas pela Lei Suplicy, criticadas pelas esquerdas desde o seu surgimento, haviam deixado de ser reconhecidas pelo próprio governo, que pediu o seu fechamento com o Decreto Aragão. Embora o DEE tenha continuado com alguma representatividade no Rio Grande do Sul, sobrevivendo durante toda a década de 1970,

¹¹⁹⁰ PASQUALOTTO, Adalberto de Souza. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2016.

¹¹⁹¹ BASTOS, Antônio Carlos de Avelar. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2016.

¹¹⁹² BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 de junho de 1968, p. 28. Essa reportagem apresentou Bastos como um “membro nato do Movimento Decisão”.

¹¹⁹³ A candidatura teria sido apresentada pela situação do DEE em uma convecção do Decisão realizada nos dias 11 e 12 de agosto de 1968. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, *Livro de Atas do DEE/UEE – Gestão 1967-68*, reunião do dia 26 de julho de 1968, p. 26.

¹¹⁹⁴ O *Diário de Notícias*, por exemplo, ateu-se a dizer: “Antônio Carlos de Avelar Bastos, da Faculdade de Direito da UFRGS, é o candidato da situação”. In: BN, *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1968, segundo caderno, p. 1. Ver também: BN, *Diário de Notícias*, 4 de setembro de 1969, p. 7.

¹¹⁹⁵ A notícia do *Correio do Povo* sobre a eleição de Paulo Roberto Saraiva Costa Leite não menciona o Movimento Decisão. In: UFRGS/ILEA/UEE, Secretaria de Imprensa – Correspondência Recebida e Expedida – Gestão 1970-71, *Correio do Povo*, recorte de notícia com a manchete “Eleições no Diretório Estadual de Estudantes”, sem indicação de data e página. O mesmo ocorreu na notícia publicada pelo *Diário de Notícias*. Ver: BN, *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1970, p. 4. O Decisão também não é mencionando em nenhuma dos documentos internos da gestão de Paulo Roberto.

¹¹⁹⁶ Vítor Osvaldo Della Méa e Paulo Gouvêa da Costa eram lideranças universitárias em 1964, enquanto Rubem Süffert e Antônio Carlos de Avelar Bastos tinham participação no movimento secundarista, ambos tendo participado da direção da UGES no período que se seguiu ao Golpe. Adalberto de Souza Pasqualotto, presidente do DEE entre 1967 e 1968, foi uma exceção, não tendo participação anterior de destaque na política estudantil.

já não tinha a mesma força que em 1965 e 1966, quando foi disputado inclusive pelas esquerdas, constituindo um período de formação de suas lideranças. Sem a ancoragem do DEE, a Decisão parece não ter conseguido manter sua relevância e foi desaparecendo.

8.4 O Decreto Aragão e a Reorganização do DEE

O Decreto Aragão gerou um grande impacto no DEE do Rio Grande do Sul. Rubem Süffert havia sido eleito presidente em 1966, concorrendo em eleições diretas contra um candidato de esquerda. O mesmo grupo ligado ao DEE tinha grande inserção no DNE. O primeiro presidente dessa entidade foi Paulo Gouvêa da Costa, que havia comandado o Diretório Estadual em duas ocasiões – como delegado em 1964 e como presidente eleito entre 1965 e 1966. Desde janeiro de 1967, Conrado Álvares – chefe do secretariado de Süffert – havia assumido como 1º vice-presidente na nova diretoria do órgão nacional. Ou seja, embora tenham feito críticas a ela, a Lei Suplicy havia beneficiado esses setores do movimento estudantil no estado. Com o Decreto Aragão, que extinguiu a estrutura criada pela própria Ditadura, essa posição foi desestabilizada.

Inicialmente perplexos,¹¹⁹⁷ os universitários à frente do DEE decidiram não acatar a determinação.¹¹⁹⁸ Reuniram no dia 5 de março o Conselho de Representantes da entidade. Uma das primeiras medidas foi entrar com o mandado de segurança no STF, garantindo a continuidade da entidade.¹¹⁹⁹ Os autores foram dois ex-presidentes da UEE-DEE, Vítor Osvaldo Della Méa e Paulo Gouvêa da Costa, já formados e atuando como advogados.¹²⁰⁰ Esse mandado não foi julgado ao menos até meados da década de 1970.¹²⁰¹ O enfrentamento jurídico, no entanto, não impediu que houvesse tentativas de diálogo e conciliação. As lideranças do DEE foram à Brasília tentar convencer Costa e Silva e Tarso Dutra a revogarem o decreto,¹²⁰² mas não obtiveram sucesso.

Buscando alternativas para sobreviver, a direção da entidade chamou um Congresso Estadual, convocando todos os diretórios acadêmicos e DCEs, que podiam enviar dois representantes cada. O congresso foi chamado em nome da UEE. Em 1965, quando foi decidido

¹¹⁹⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 3 de março de 1967, p. 16.

¹¹⁹⁸ Em entre vista à *Zero Hora*, Rubem Süffert anunciou o “propósito de resistir” ao Decreto Aragão. In: UFRGS/ILEA/UEE, *Recortes de Jornais – 1966-68, Zero Hora*, 2 de março de 1967, p. 3.

¹¹⁹⁹ UFRGS/ILEA/UEE, *Recortes de Jornais – 1966-68, Folha da Tarde*, “Extinção das entidades universitárias: estudantes vão à Costa e Silva e Tarso amanhã”, 6 de março de 1967.

¹²⁰⁰ UFRGS/ILEA/UEE, *Livro de Recortes – Gestão 1967-68, Folha da Tarde*, 14 de novembro de 1967, p. 16.

¹²⁰¹ UFRGS/ILEA/UEE, *Gerais – Gestão 1976-77, Ave Calouro*, DEE, p. 4.

¹²⁰² UFRGS/ILEA/UEE, *Recortes de Jornais – 1966-68, Folha da Tarde*, “Extinção das entidades universitárias: estudantes vão à Costa e Silva e Tarso amanhã”, 6 de março de 1967.

participar da estrutura oficial criada pela Lei Suplicy, instituiu-se o Diretório Estadual, mas a UEE foi mantida como entidade civil, a quem cabia a administração do patrimônio. As eleições estaduais escolhiam o presidente de ambas as entidades: a representativa e a civil.¹²⁰³

O conclave, realizado em abril de 1967, apoiou as medidas já tomadas, incluindo o mandado de segurança. Além disso, ratificou a criação de “novo DEE”, registrado também como entidade civil, com fins assistenciais e culturais.¹²⁰⁴ A tese dos estudantes era que o Decreto Aragão podia acabar com a estrutura oficial de representação, mas seu artigo 20 era inconstitucional. Esse artigo determinava a extinção dos “órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado”. Segundo os universitários, isso feria um direito constitucional, assegurado desde 1891, que era o de livre associação.¹²⁰⁵

Outros pontos importantes foram definidos. Os estudantes decidiram confiar a presidência da UEE e do “novo DEE” a Rubem Süffert, a fim de que ele cumprisse o mandato até o final (agosto de 1967). Após debates, definiu-se que para as próximas eleições deveria vigorar o sistema indireto de escolha.¹²⁰⁶

As medidas, no entanto, não foram aceitas por todos. Na abertura do Congresso, estudantes ligados ao DCE da UFRGS tiveram negada a sua participação. Essa entidade havia sido dirigida pela esquerda desde meados do ano anterior, mas agora estava com sua diretoria afastada, acusada má gestão das verbas do Restaurante Universitário, que era administrado pelo DCE. Diante disso, a UEE-DEE não convocou os antigos membros da diretoria daquele órgão estudantil, considerando-os sem representatividade. Após protestos, a questão foi posta em votação no plenário, mas a maioria confirmou a decisão. Isso gerou um racha, com a saída de diversos representantes.¹²⁰⁷

De acordo com o jornal *Correio do Povo*, os descontentes decidiram se desligar da entidade e se integrar na UEE-Livre. Participavam da iniciativa os DCEs da PUCRS, da UFRGS, da UPF e da UCS. A FAP, que reunia estudantes de diversas faculdades de Pelotas, também participou do movimento. Entre os Diretórios Acadêmicos, a UEE-Livre teve o apoio da Engenharia da PUCRS, da Medicina da Faculdade Católica e, na UFRGS, da Medicina, da

¹²⁰³ Ver o *Livro de Atas do XXIV Congresso Estadual de Estudantes*, em especial a 4ª sessão. In: UFRGS/ILEA/UEE, *Livro de Atas do XXIV Congresso Estadual de Estudantes*, 4ª sessão, 2 de abril de 1967.

¹²⁰⁴ Esses pontos já tinham sido discutidos na reunião do Conselho de Representantes do dia 5 de março. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, *Recortes de Jornais – 1966-68, Folha da Tarde*, “Extinção das entidades universitárias: estudantes vão à Costa e Silva e Tarso amanhã”, 6 de março de 1967.

¹²⁰⁵ UFRGS/ILEA/UEE, *Livro de Atas do XXIV Congresso Estadual de Estudantes*, 4ª sessão, 2 de abril de 1967. Ver também: UFRGS/ILEA/UEE, *Recortes de Jornais – 1966-68, Folha da Tarde*, “Congresso Mantive Diretoria e Autorizou Confecção de Carteiras de Identificação”, 3 de abril de 1967.

¹²⁰⁶ UFRGS/ILEA/UEE, *Livro de Atas do XXIV Congresso Estadual de Estudantes*.

¹²⁰⁷ UFRGS/ILEA/UEE, *Livro de Atas do XXIV Congresso Estadual de Estudantes*. Ver, sobretudo, a primeira e a segunda sessão do congresso.

Filosofia, da Arquitetura, da Enfermagem e da Geologia. No interior, contou com a Medicina de Pelotas; Filosofia da UFSM; Direito, Filosofia e Economia de Caxias; Teologia de Viamão; Filosofia de Ijuí; e Direito de Santo Ângelo.¹²⁰⁸

A criação de entidades ditas “livres” havia sido uma estratégia usada desde 1965 por estudantes que não aceitaram a regulamentação oficial. Tratava-se de uma consequência das decisões do XXVII Congresso da UNE, que havia decidido pelo boicote à Lei Suplicy e outros atos semelhantes. Por isso, criaram os Diretórios Livres. Talvez o mais famoso tenha sido o CACO-Livre, referência ao Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito. Como forma de resistência, muitos, como o CACO, mantinham sua denominação tradicional de “Centros Acadêmicos”, não adotando a nomenclatura “Diretório Acadêmico”, exigida pela lei. As esquerdas, no entanto, apresentavam divergências. A tese de boicote e não participação era defendida sobretudo pela esquerda católica, pelo PCdoB e pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), enquanto o PCB apostava na disputa dos órgãos oficiais.¹²⁰⁹

No Rio Grande do Sul, entre 1965 e 1966, a tese da disputa parece ter prevalecido. Não localizei na documentação nenhum diretório livre antes do final de 1966. A maioria das entidades parece ter se adaptado à legislação ou, então, foram substituídas por novas. Talvez isso se deva, parcialmente, a uma ação mais intensa do III Exército e das reitorias, forçando essa adaptação. No Rio de Janeiro e em São Paulo, mesmo as entidades que resistiram às políticas defendidas pela Ditadura não sofreram, inicialmente, processos de intervenção militar, como no Rio Grande do Sul. Outro fator foi a própria escolha das esquerdas, que decidiram, não sem divergências, participar dos pleitos.

A primeira notícia de uma entidade “livre” é de dezembro de 1966. Naquele momento, a reitoria havia determinado a intervenção no DCE,¹²¹⁰ por conta de acusações de irregularidades no Restaurante Universitário. É preciso lembrar que o órgão vinha sendo dirigido pelas esquerdas desde agosto, com a vitória da chapa encabeçada por Carlos Alberto Vieira. Diante da intervenção, os estudantes aventaram organizar um DCE-Livre, que funcionaria “em alguma parte” da cidade. Segundo uma nota do DEE sobre a situação, “a intervenção também desmascarou um sórdido plano de distribuição de carteiras de identidade

¹²⁰⁸ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1966-68, *Correio do Povo*, “Confusa a situação do movimento estudantil gaúcho”, 4 de abril de 1967.

¹²⁰⁹ Sobre os Diretórios Livres ver: POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 260-265.

¹²¹⁰ Os interventores nomeados foram Paulo Victor Humann (Escola de Engenharia), Ricardo Goeri (Faculdade de Ciências Econômicas) e Maria Helena Lorentz (Faculdade de Arquitetura). In: AHMSM, *Correio do Povo*, 10 de março de 1967, p. 9.

estudantil de uma pseudo UEE livre”. Independente da veracidade das informações, o que interessa aqui é perceber que a discussão sobre a formação de uma UEE-Livre precedeu a reação ao Decreto Aragão.¹²¹¹ No entanto, essa organização parece só ter ganhado força em abril de 1967, quando ocorreu o racha no Congresso Estadual.¹²¹²

Contra a intervenção no DCE, os estudantes que defendiam a gestão deposta organizaram diversas manifestações. No dia 8 de março, ocuparam o Restaurante Universitário, afirmando que só deixariam o local após a diretoria ser reempossada. O reitor declarou que a ordem deveria ser “mantida a qualquer custo”,¹²¹³ resultando na ação de reintegração de posse na madrugada do dia 9. As forças policiais foram comandadas pelo major Pedro Américo Leal e o seu contingente foi de 200 homens, segundo o *Correio do Povo*,¹²¹⁴ ou 300, segundo o *Diário de Notícias*.¹²¹⁵ Não houve confronto, tendo em vista que os estudantes resolveram deixar o local, mas a forma como o caso foi tratado, com o grande efetivo policial e a presença, inclusive, do Secretário de Segurança, general Ibá Ilha Moreira,¹²¹⁶ demonstram a falta de disposição em tolerar os atos públicos da esquerda estudantil, o que seria reforçado em outras ocasiões.

O Conselho Universitário decidiu, então, trancar a matrícula das lideranças envolvidas na ocupação, gerando um novo protesto que reuniu cerca de 300 universitários em frente à Faculdade de Filosofia. Guardas permaneceram de plantão para evitar a formação de uma passeata, mas o ato acabou se restringindo à universidade. Os estudantes decidiram ainda organizar um plebiscito para avaliar a opinião da categoria sobre a intervenção no DCE.¹²¹⁷ O resultado foi divulgado no final do mês, tendo a maioria se posicionado de forma contrária (2.838). Foram favoráveis 1.022 estudantes, enquanto 162 votaram em branco. A votação teve uma abstenção em torno de 20%.¹²¹⁸ Fica claro, portanto, que a maior parte dos estudantes não

¹²¹¹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, “Como resultado da intervenção da reitoria: instalado DCE Livre na UFRGS”, 23 de dezembro de 1966.

¹²¹² A *Folha da Tarde* noticiou em 12 de abril a criação do DCE-Livre a partir de um congresso que seria realizado dois dias depois nas dependências do Centro Acadêmico Sarmiento Leite. Como o mesmo jornal já havia citado o DCE-Livre em notícia de 23 de dezembro do ano anterior, tal congresso possivelmente era apenas uma segunda etapa na formação do mesmo. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1966-68, *Folha da Tarde*, “Congresso Dia 14 Criará DCE-Livre da UFRGS”, 12 de abril de 1967.

¹²¹³ BN, *Diário de Notícias*, 9 de março de 1967, p. 1; AHMSM, *Correio do Povo*, 9 de março de 1967, p. 11.

¹²¹⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 10 de março de 1967, p. 9.

¹²¹⁵ BN, *Diário de Notícias*, 10 de março de 1967, 2º caderno, p. 8.

¹²¹⁶ BN, *Diário de Notícias*, 10 de março de 1967, 2º caderno, p. 8; AHMSM, *Correio do Povo*, 10 de março de 1967, p. 9. Houve um incidente, quando um estudante foi atropelado por um táxi ao deixar o Restaurante Universitário, ainda antes da ocupação. O jovem se chamava Júlio Carlos Sejanas.

¹²¹⁷ BN, *Diário de Notícias*, 15 de março de 1967, p. 8.

¹²¹⁸ BN, *Diário de Notícias*, 30 de março de 1967, 2º caderno, p. 8.

considerava legítima a diretoria formada pela Reitoria, o que deu impulso para concretizar a formação de um DCE-Livre,¹²¹⁹ ideia que já era levantada desde dezembro do ano anterior.

Uma das primeiras ações públicas da nova organização foi a participação na Passeata dos Calouros. Os estudantes apoiavam desfilaram por último, após a passeata oficial, que era organizada pelo DEE.¹²²⁰ A partir daí, desenvolveram intensa atividade nesse e no ano seguinte, rivalizando com as entidades controladas pela direita. Um dos momentos de maior tensão ocorreu em maio de 1967, quando saíram as punições definitivas para os membros da antiga diretoria do DCE, incluindo a suspensão de alguns deles e a expulsão do antigo presidente, Carlos Alberto Vieira.¹²²¹ Os universitários reagiram com uma passeata no dia 11, que se somou a outro protesto organizado pelos secundaristas. Quando se concentraram em frente à Prefeitura Municipal já eram em torno de mil participantes. No local, foi queimada uma bandeira dos Estados Unidos. Na sequência, se dirigiram à Praça da Matriz, onde encontraram o acesso pela Rua Riachuelo fechado por um cordão policial. A essa altura, a passeata se transformou em perseguição. Um grupo de estudantes tentou se refugiar na Catedral Metropolitana, mas os policiais seguiram no seu encalço, invadindo o local, espancando e capturando os jovens, num dos episódios mais simbólicos da repressão em Porto Alegre. Diante da violência, o próprio Arcebispo D. Vicente Scherer, conhecido pelas posições anticomunistas, negociou a soltura dos estudantes, que então puderam deixar o local. Segundo informou o major Pedro Américo Leal, a passeata não teria sido autorizada, o que justificaria as ações.¹²²² Em nota, os representantes do DEE afirmaram que as manifestações foram insignificantes e que a polícia errou ao agir com violência.¹²²³

O DCE-Livre continuou bastante ativo ao longo de 1967, participando ações de grande repercussão e sofrendo com a ação da repressão. Em novembro, outra passeata foi violentamente dissolvida, gerando protestos inflamados inclusive do vereador Sommer de Azambuja que, como vimos, havia sido propagandista da doutrina da Guerra Revolucionária em 1964. A Ditadura Civil-Militar começava, portanto, a sofrer questionamento de alguns indivíduos e instituições que haviam formado a sua base social de apoio, embora ela continuasse existindo.¹²²⁴

¹²¹⁹ BN, *Diário de Notícias*, 12 de abril de 1967, 2º caderno, p. 8.

¹²²⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1966-68, *Correio do Povo*, “Passeata dos calouros é sucesso mais uma vez”, 25 de abril de 1967.

¹²²¹ BN, *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1967, 2º caderno, p. 8.

¹²²² BN, *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1967, p. 1 e 2º caderno, p. 8.

¹²²³ AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de maio de 1967, p. 15.

¹²²⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 15 de novembro de 1967, p. 32. Luiz Augusto Sommer de Azambuja começou a se afastar da Ditadura ainda em 1966. Nesse ano, apoiou a candidatura de Cirne Lima para o governo do Estado, cuja derrota só foi possível através de manobras da Ditadura Civil-Militar, como a cassação de deputados estaduais.

No ano seguinte, uma votação direta extraoficial foi organizada pelo DCE-Livre. Tratava-se de um protesto ao Decreto Aragão, que estabelecia eleições indiretas para os Diretórios Centrais. Nessa época, o órgão paralelo contava com 7 DAs, enquanto o oficial tinha o apoio de 8,¹²²⁵ o que deixa evidente a divisão na UFRGS. Foram os estudantes vinculados ao DCE-Livre que estiveram presentes nas manifestações de 1968 e na preparação para o XXX Congresso da UNE,¹²²⁶ em Ibiúna, tornando-se a força política predominante nessa universidade em 1969, até sofrer com a ação do Decreto nº 477 no ano seguinte.¹²²⁷

A UEE-Livre, por sua vez, enfrentou maiores dificuldades, não tendo conseguido se estabelecer por muito tempo. Em agosto de 1967, quando ocorreram eleições para os diretórios, o grupo que apoiava a entidade paralela sofreu várias derrotas. Perderam, por exemplo, na Economia da UFRGS, na Faculdade Católica de Medicina e na Engenharia da PUCRS.¹²²⁸ Após as eleições, segundo os jornais o DEE contava com o apoio de 80% dos diretórios.¹²²⁹ Portanto, parece ter sido difícil para as esquerdas se articularem em um órgão paralelo que abrangesse todo o Rio Grande do Sul. Havia um grupo forte na UFRGS, em torno do DCE-Livre, e diretórios acadêmicos mais isolados em outras universidades.

O DEE, afetado pelo Decreto Aragão e com sua legitimidade questionada com a cisão ocorrida no Congresso Estadual,¹²³⁰ enfrentou um momento de insegurança entre fevereiro e agosto de 1967. As eleições para os diretórios deram um novo fôlego ao órgão, pois estudantes com posições semelhantes às suas foram eleitos na maioria deles. Por outro lado, a falta de respaldo oficial, o fim das eleições diretas e a posição crítica das esquerdas, não permitiriam ao Diretório Estadual atingir novamente o mesmo patamar do biênio 1965-66. A partir daí, é possível observar que mesmo diretórios controlados por estudantes de direita em alguns momentos se afastam dos dirigentes do DEE e do Decisão, inclusive aproveitando-se dos efeitos do Decreto Aragão. Assim, por exemplo, em 1968 o DCE da UFRGS passou a questionar a

Sommer de Azambuja depôs ainda na CPI que investigava a morte de Manoel Raymundo Soares, denunciando as torturas praticadas pelo DOPS. Em 1969, foi transferido para a reserva e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Ver: Arquivo Nacional/Fundo: Conselho de Segurança Nacional - BR_DFANBSB_N8 (AN/CSN-BR_DFANBSB_N8), BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0203_0006_D0001DE0001, *Ato Institucional nº 5 – Processo de Luiz Augusto Sommer de Azambuja*.

¹²²⁵ UFRGS/MU/CEUE, *Manifesto aos estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul*, 1968.

¹²²⁶ UFRGS/MU/CEUE, *30º UNE - Encontro Regional – Balanço Crítico*, DCE-Livre, 1968.

¹²²⁷ UFRGS/MU/CEUE, *Sobre o funcionamento do Conselho Deliberativo do DCE-UFRGS*, [1975], p. 2.

¹²²⁸ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1966-68, *Folha da Tarde*, 21 de agosto de 1967, p. 16.

¹²²⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1966-68, *O Globo (RJ)*, 23 de agosto de 1967, p. 13.

¹²³⁰ Os estudantes de esquerda criticaram os membros do DEE afirmando que eles só se tornaram oposição porque foram postos na ilegalidade, sendo que antes eram submissos à Lei Suplicy. Ver: ALVES, Bruna Neves. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 107.

validade da emissão de carteiras estudantis pelo DEE. É importante ressaltar que essa era a principal fonte de renda das entidades e para o Diretório Estadual se tornava essencial, tendo em vista que o fim da representação oficial limitava também o fluxo de recursos do governo para a entidade. O Congresso Estadual de 1967 havia aprovado a possibilidade de tais carteiras serem emitidas diretamente pelo DEE. O objetivo era contornar o problema criado pelos DAs controlados pela esquerda, que confeccionavam as carteiras sem a padronização e o repasse ao Diretório Estadual. Como a carteira do DEE acabou se tornando mais barata, ela era feita mesmo por estudantes de faculdades onde a representação estudantil não era de esquerda. O DCE da UFRGS passou, então, a considerar uma concorrência desleal, acusando o DEE de ter existência “de fato mas não de direito”.¹²³¹ O DCE da PUCRS se manifestou de modo semelhante. Nesse caso, no entanto, havia algumas peculiaridades. O presidente do mesmo, Marcos Flávio Soares, estava viajando e em seu lugar assumiu o presidente do Conselho, o estudante José Fogaça de Medeiros. Esse, no entanto, era tido como próximo de Reginaldo Pujol e, portanto, antigo desafeto do Conselho e do DEE.¹²³² A relação com o DCE da PUCRS foi normalizada quando retornou o presidente.¹²³³

Portanto, embora o DEE tenha conseguido ampliar seu apoio com as eleições de agosto de 1967, a situação da entidade tornava instável esse apoio. A falta de reconhecimento legal foi usada quando divergências financeiras aparecerem. No momento em que a crise estourou, os representantes do DEE fizeram questão de lembrar que sem a sua ação de “reconquista” dos Diretórios Acadêmicos, a eleição de Joaquim de Oliveira Borges não teria sido possível.¹²³⁴ Ele, portanto, era visto como parte do mesmo grupo político-ideológico.

Apesar de ter se tornado oficialmente uma entidade assistencial e cultural, o DEE ainda manteve presença política marcante até fins de 1968, ou seja, enquanto suas posições contrastaram com as manifestações estudantis de esquerdas. Em agosto de 1967, foi eleito Adalberto de Souza Pasqualotto, aluno da Faculdade de Direito de Passo Fundo.¹²³⁵ A vice-presidência coube ao estudante Nelson Schwertner,¹²³⁶ posteriormente eleito presidente do

¹²³¹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1967-68, *Folha da Tarde*, “DEE faz concorrência desleal aos Diretórios Acadêmicos”, 19 de março de 1968.

¹²³² UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1967-68, *Folha da Tarde*, “DEE defende-se: ‘oposição é estéril e irracional’”, 22 de março de 1968.

¹²³³ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1967-68, *Folha da Tarde*, 29 de março de 1968, p. 16.

¹²³⁴ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1967-68, *Folha da Tarde*, “DEE defende-se: ‘oposição é estéril e irracional’”, 22 de março de 1968.

¹²³⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1967, p. 17.

¹²³⁶ UFRGS/MU/CEUE, DEE, *Carta Circular n° 001 – 67/68*, Porto Alegre, setembro de 1967.

DCE da UFSM.¹²³⁷ Ambos, portanto, cursavam faculdades no interior do estado, o que demonstra que o DEE tinha grande força fora da capital.

Quando o estudante Edson Luís foi morto no Rio de Janeiro, uma série de protestos irrompeu no país. Em Porto Alegre, o dia 2 de abril foi marcado pelo confronto entre manifestantes e a Brigada Militar. Uma concentração havia sido programada na UFRGS, mas houve “forte policiamento preventivo”, inclusive cercando a instituição com um “cordão de isolamento”. Ações ocorreram, então, de modo disperso pela cidade. Segundo reportagem do *Correio do Povo*, um jipe da Secretaria de Economia foi atingido por um Coquetel Molotov e uma viatura da Brigada Militar foi incendiada, após um de seus ocupantes ter sido agredido. Ao menos duas pessoas teriam sido feridas, inclusive um comerciante atingido por um disparo não identificado. Um grupo que tentava chegar ao Consulado Americano foi dispersado. A reportagem notou que “policiais em trajes civis circulavam misturados aos manifestantes, tentando identificar os principais agitadores”, revelando o forte esquema policial-militar.¹²³⁸ Ao todo, vinte e duas pessoas foram detidas, entre elas Luiz André Fávero, então presidente da UGES.¹²³⁹ Os conflitos aconteciam quando Costa e Silva estava em Porto Alegre, o que tornou ainda mais tensa a situação. Um dos motivos dos protestos havia sido a anunciada consagração do militar com o título de Doutor Honoris Causa pela UFRGS.¹²⁴⁰

Os conflitos tiveram desdobramentos nos dias seguintes. Durante uma missa realizada na Catedral Metropolitana, uma bomba de pequeno porte explodiu. A missa havia sido encomendada pelos estudantes em homenagem a Edson Luís. Ninguém ficou ferido com a explosão, e os estudantes culpavam os policiais de terem-na colocado para justificar “medidas enérgicas. O *Correio do Povo* manifestou sua própria desconfiança: “no local onde explodiu a bomba, dois técnicos da polícia, rindo, juntavam pedaços de papelão e um grampo de cabelo, e inspecionavam o local”.¹²⁴¹ Conforme relatado no livro *Não calo, grito*, essa teria sido uma ação do CCC,¹²⁴² o que não descarta a possível participação policial, tendo em vista que, ao menos em São Paulo, havia uma colaboração daquele grupo com os agentes da repressão.¹²⁴³ Ainda no mesmo dia, outra missa foi realizada na Igreja da Conceição. Os estudantes tentaram

¹²³⁷ AHMSM, *A Razão*, 1º de novembro de 1967, p. 1.

¹²³⁸ AHMSM, *Correio do Povo*, 3 de abril de 1968, p. 20.

¹²³⁹ AHMSM, *Correio do Povo*, 5 de abril de 1968, p. 5.

¹²⁴⁰ AHMSM, *Correio do Povo*, 2 de abril de 1968, p. 8.

¹²⁴¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 5 de abril de 1968, p. 26.

¹²⁴² RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTIMANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 75.

¹²⁴³ Conforme destacado por Elio Gaspari. Ver: GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 299. A colaboração do CCC com as forças policiais e militares também é destacada por: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2008, p. 285-286.

organizar comícios depois da cerimônia, mas foram dispersados. Dois jovens foram presos e helicópteros sobrevoaram a Faculdade de Filosofia, onde se reuniam grupos de estudantes.¹²⁴⁴ As manifestações haviam prosseguido pedindo a libertação do presidente da UGES, que por fim conseguiu ser solto mediante *habeas corpus* e pediu a suspensão dos protestos que solicitavam sua soltura.¹²⁴⁵

Diante dos acontecimentos, o DEE foi apresentado como contraponto “racional” às agitações estudantis. Em uma nota publicada na imprensa, demonstrou pesar pela morte de Edson Luís mas, ao mesmo tempo, acreditava necessário “expor racionalmente o seu pensamento, ainda que isto possa, num primeiro instante, ferir a sensibilidade alheia”. Lamentou, então, que tal morte tenha servido para dar um “mártir” para movimentos que faziam oposição ao governo. Todavia, o foco da crítica foi a política educacional:

Mas a grande culpa não cabe a nenhum deles, exclusivamente. O obsoletismo das nossas instituições universitárias, a mediocridade de certas autoridades do setor educacional – que atinge até mesmo o cargo de Ministro da Educação e Cultura – é que são as origens da desordem, da incompreensão e da violência no meio estudantil.¹²⁴⁶

Havia um claro sentimento de frustração. Os estudantes vinculados ao Decisão e ao DEE esperavam o diálogo prometido por Costa e Silva e Tarso Dutra e, talvez, acreditassem que o seu grupo merecia uma interlocução privilegiada, tendo em vista que se viam como uma alternativa racional no meio estudantil. O Decreto Aragão, editado no final do governo de Castelo Branco, mas mantido pelo seu sucessor, ao atingir diretamente o órgão onde o movimento estudantil “democrata” havia conquistado uma hegemonia, indisputada com a Ditadura o grupo de estudantes que havia apoiado o Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul. Voltaremos a esse ponto mais adiante. Aqui nos interessa perceber como a imprensa abria espaço para que esse grupo que era apresentado e, ao mesmo tempo, via a si mesmo como um contraponto às esquerdas e aos movimentos revolucionários. O próprio posicionamento crítico em relação ao governo pode ser visto, parcialmente, como uma tentativa de atrair aqueles estudantes que, ainda que desgostosos com as ações repressivas, não simpatizavam com as ideias de esquerda.

O DEE buscou, então, canalizar à sua maneira a insatisfação quase generalizada com a política educacional. Em encontros como as Jornadas de Integração Universitária, procurou discutir os temas mais candentes. Na primeira delas, levantou questões como a estrutura do ensino, a remuneração dos professores, o sistema de cátedras. Não perdeu também a chance de

¹²⁴⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 5 de abril de 1968, p. 26.

¹²⁴⁵ AHMSM, *Correio do Povo*, 6 de abril de 1968, p. 22.

¹²⁴⁶ AHMSM, *Correio do Povo*, 10 de abril de 1968, p. 11.

reclamar a necessidade de entidades estudantis nacionais e estaduais reconhecidas.¹²⁴⁷ Esses encontros se repetiram no interior entre maio e junho de 1968, cada vez em cidades diferentes. A II Jornada foi realizada em Santa Maria e as seguintes em Rio Grande, Caxias do Sul e Uruguaiana.¹²⁴⁸ O ponto culminante seria o III Seminário Gaúcho de Reforma Universitária, que se realizou em Passo Fundo no mês de julho. As finalidades delineadas pelo presidente da entidade foram: “dar mais consistência e objetivo ao movimento universitário gaúcho, orientando-o num sentido construtivo e sério”.¹²⁴⁹ Ou seja, corroborando aquilo que estou demonstrando, eles construía, com o respaldo da imprensa, uma imagem de alternativa racional. Aliás, o Movimento Decisão ganhou as páginas dos jornais de grande circulação nacional, como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, justamente em 1968, no calor das grandes manifestações.¹²⁵⁰

Em junho de 1968, quando os protestos se tornaram ainda mais intensos e a repressão mais violenta, em Porto Alegre como no restante do país,¹²⁵¹ o DEE manifestou-se novamente no mesmo sentido. Criticava a política ineficiente do Ministério da Educação e Cultura ao mesmo tempo em que condenava os “atos de vandalismo que se estão praticando atualmente em nome dos anseios nacionais”. A nota terminava confiando que “os universitários realmente conscientes da importância desse momento e do papel que lhes cabe na reforma dessa sociedade saberão dar a resposta que merecem esses agentes da desordem e da anarquia, através de um trabalho honesto e voltado para os mais altos interesses pátrios”.¹²⁵² Está presente aqui a ideia, muito cara ao Movimento Decisão, de que cabe à juventude um papel de liderança nacional sem, contudo, transformar-se em elemento de agitação.

No segundo semestre, a participação dos universitários nos movimentos de rua já entrava em refluxo. Em julho, por exemplo, os secundaristas tentaram articular novas passeatas com os universitários, mas tiveram de encará-las sozinhos. O DCE-Livre havia decidido por uma nova tática, baseada na realização de debates e discussões. Essa posição não foi, entretanto, unânime, e as divisões entre as esquerdas se tornavam cada vez mais visíveis.¹²⁵³

¹²⁴⁷ AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de maio de 1968, p. 13; AHMSM, *A Razão*, 17 de maio de 1968, p. 2.

¹²⁴⁸ AHMSM, *A Razão*, 25 de maio de 1968, p. 3.

¹²⁴⁹ AHMSM, *A Razão*, 25 de maio de 1968, p. 3.

¹²⁵⁰ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 de junho de 1968, p. 28. UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1967-68, *O Estado de S. Paulo*, “Jovens do Sul se articulam”, sem data.

¹²⁵¹ Como as passeatas de 25 e 28 de junho de 1968 que, do mesmo modo que as manifestações do ano anterior, foram reprimidas com violência. Ver: BN, *Diário de Notícias*, 26 de junho de 1968, 2º caderno, p. 1; BN, *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1968, 2º caderno, p. 1.

¹²⁵² BN, *Diário de Notícias*, 25 de junho de 1968, segundo caderno, p. 1.

¹²⁵³ AHMSM, *Correio do Povo*, 5 de julho de 1968, p. 18.

Foi nesse contexto que, em agosto de 1968, foi escolhido Antônio Carlos de Avelar Bastos para suceder a Adalberto Pasqualotto no DEE. O novo dirigente era ex-presidente da UGES¹²⁵⁴ e membro do Movimento Decisão.¹²⁵⁵ Bastos estava cursando Direito no Paraná e tentava transferência para o Rio Grande do Sul.¹²⁵⁶ É significativo que a escolha tenha recaído, em 1967, sob um estudante do interior e, em 1968, sob um acadêmico que ainda não estava matriculado no estado.¹²⁵⁷ Isso aliás, gerou novos questionamentos à legitimidade da entidade. Talvez o núcleo do Decisão/DEE não tenha conseguido gerar muitas lideranças na capital, onde sua legitimidade era questionada em diversos momentos, como na criação do DCE e da UEE “livres” ou nos embates em torno das carteiras estudantis. Como já apontei, embora Bastos tenha sido lançado pelo Decisão, sua candidatura não foi apresentada desse modo pela imprensa. Além disso, seus sucessores não constam como membros do grupo.

Nos primeiros meses da gestão, a entidade conviveu ainda com alguns acontecimentos de grande repercussão, servindo de contraponto para a esquerda estudantil. Em outubro, por exemplo o desmantelamento do Congresso de Ibiúna e as reações que se seguiram foram noticiadas pela imprensa e o DEE encontrou a chance de se posicionar mais uma vez. O congresso foi considerado “vazio” e a UNE uma entidade “a serviço de radicais”.¹²⁵⁸ Mas a partir desse momento, a análise dos jornais e da documentação do DEE demonstra uma diminuição de sua relevância política até o final da década seguinte. Embora nunca tenha deixado de atuar dessa forma, é notável que as atividades culturais e assistenciais da entidade tiveram maior destaque, algo que se coadunava com a própria reforma do estatuto resultante do Decreto Aragão. Mais do que isso, no entanto, significava o próprio descenso da face pública do movimento estudantil.

Diante disso, a legitimidade e representatividade do DEE continuou sendo questionada. O fato do novo presidente não ser estudante matriculado no estado gerou protestos. Eduardo Dutra Aydos, dirigente do CAAR, foi aos jornais denunciar que embora Bastos tenha solicitado transferência para a UFRGS, essa não teria se efetivado.¹²⁵⁹ Aydos também cobrou eleições diretas na entidade estadual.¹²⁶⁰ Polêmicas à parte, o que interessa é perceber que as críticas se avolumavam.

¹²⁵⁴ AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de dezembro de 1964, p. 9.

¹²⁵⁵ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 de junho de 1968, p. 28.

¹²⁵⁶ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1966-69, *Folha da Tarde*, “Presidente do DEE não frequenta Direito da UFRGS”, 11 de novembro de 1968.

¹²⁵⁷ Bastos seria reconduzido ao cargo no ano seguinte.

¹²⁵⁸ UFRGS/MU/CEUE, *Boletim do DEE*, sem data, p. 2.

¹²⁵⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1966-69, *Folha da Tarde*, 14 de outubro de 1968, [n.p.].

¹²⁶⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1966-69, *Folha da Tarde*, 22 de novembro de 1968, [n.p.].

Outra questão fundamental para entender esse declínio foram as dificuldades financeiras. Por um lado, ter perdido o caráter de órgão oficial fez com que o fluxo de recursos governamentais fosse dificultado. Além disso, o conflito em torno das identidades estudantis também teve consequências. Na gestão de Bastos, discutiu-se desligar do DEE as entidades que confeccionavam as carteiras por conta própria.¹²⁶¹ A entidade tinha custos altos. Ocupava um andar inteiro em um edifício central de Porto Alegre. Chegou a possuir veículo próprio, funcionário contratado, telefone. Ao final da década de 1960, no entanto, a situação havia se tornado complicada. No primeiro informativo da nova diretoria do DEE, lançado provavelmente ainda em 1968, o presidente abordou essa questão. Segundo ele, “estamos enfrentando uma fase economicamente difícil; sem recursos, com o telefone suspenso por falta de pagamento e outros tantos problemas de ordem econômica que nos asfixiam num trabalho exaustivo a procurar soluções”.¹²⁶² A entidade, portanto, já não tinha mais a mesma força.

8.5 As Relações com a Ditadura Civil-Militar

Magda de Oliveira Pinto identificou duas fases na trajetória da UEE/DEE. A primeira fase (1964-66) seria marcada pela “institucionalização adesista e subordinativa ao regime”, enquanto a segunda (1966-68) “por uma política subjacente de resistência”. O principal ponto de inflexão foi o Decreto Aragão, o início de 1967, embora as insatisfações pudessem ser sentidas antes dele.¹²⁶³

Quanto ao adesismo, considero importante destacar, como vimos ao longo do Capítulo 6, que ainda no período pré-Golpe se constituiu um grupo de estudantes de direita engajado na oposição às esquerdas e ao governo João Goulart. Esse grupo considerava que o Brasil vivia, naqueles anos, um momento de caos, caminhando perigosamente para o comunismo. Por esse motivo, fizeram parte da base que apoiou a deposição de Goulart. Os primeiros atos da Ditadura foram vistos como necessários, inclusive a Operação Limpeza, e receberam o apoio desses estudantes.¹²⁶⁴ Eles acreditavam que assim estariam depurando as instituições e o sistema político.

¹²⁶¹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1966-69, Jornal sem identificação, “Conselho do DEE reunido decidiu desligamento”, sem data.

¹²⁶² UFRGS/MU/CEUE, *Boletim do DEE*, sem data, p. 1.

¹²⁶³ PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 162.

¹²⁶⁴ Em 1966, Paulo Gouvêa da Costa disse que o primeiro Ato Institucional havia sido “absolutamente necessário”. No entanto, via com desagrado o AI-2. Ver: BN, *Diário de Notícias (RJ)*, 26 de maio de 1966, p. 5.

A identificação desses estudantes com o Golpe e a fase inicial da Ditadura era tal que resolveram nomear *31 de Março* a sede da UEE. Em 1965 e 1966 foram organizadas comemorações de aniversário dessa data.¹²⁶⁵ O teor da correspondência enviada em uma dessas ocasiões revela o seu posicionamento: “convidamos V.S. para Ato Cívico a ser realizado na sede 31 de Março do Diretório Estadual de Estudantes, às 20 horas de amanhã, quinta-feira, dia 31 de março de 1966, em comemoração à data da sede e da **Revolução redentora da democracia na Nação Brasileira**”.¹²⁶⁶ Passados dois anos, portanto, o Golpe continuava sendo encarado como um ato necessário para salvar a democracia.

Desde logo, no entanto, houve alguns questionamentos. Nos dois primeiros anos da Ditadura, oscilou-se entre o apoio e a crítica. As insatisfações vieram, inicialmente, por conta da legislação que buscava regulamentar a representação estudantil. A Lei Suplicy desagradou a direita estudantil do Rio Grande do Sul, embora ela não tenha feito uma oposição frontal. Ela queria que a hegemonia da esquerda em entidades como a UNE e a UEE fosse quebrada, mas não queria que esses órgãos representativos fossem extintos. Assim, quando o primeiro anteprojeto apresentado apontou para esse caminho, houve manifestações contrárias, como vimos no capítulo anterior.

Quando Paulo Gouvêa da Costa foi eleito para o DNE, em janeiro de 1966, disse que a Lei Suplicy tinha acertos e erros. A obrigatoriedade do voto era vista como positiva. Por outro lado, considerava negativo um possível “paternalismo” por parte do governo e das reitorias. Além disso, considerava que havia falta de clareza e defeitos técnicos, o que poderia ser explicado pela falta de um “necessaríssimo assessoramento universitário”.¹²⁶⁷ Isso nos leva a outra questão: esses estudantes também desejavam receber um reconhecimento maior por parte do novo governo. Esperavam que os civis pudessem ter um protagonismo maior e acreditavam que seriam ouvidos, sobretudo nas questões relativas à política educacional. Afinal, eles tinham ajudado a construir a oposição ao governo deposto. É significativo que um dos livros editados pelo DNE em parceria com a Editora Convívio se chamasse *O Fim do Poder Civil*.¹²⁶⁸ Apesar

¹²⁶⁵ UFRGS/ILEA/UEE, Relatórios, *Relatório 64-65*.

¹²⁶⁶ UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Diversas, Ofício do DEE endereçado ao presidente do CEUE, 30 de março de 1966. Grifos meus.

¹²⁶⁷ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Correio do Povo*, “Paulo Gouvêa da Costa eleito para do Diretório Nacional de Estudantes”, 14 de janeiro de 1966. Rubem Süffert, que sucedeu à Paulo Gouvêa, posicionou-se de modo semelhante. Ele criticava o “combate radical” à Lei Suplicy. Considerava que a lei deveria ser aperfeiçoada, mas que tinha pontos positivos. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Folha da Tarde*, 3 de agosto de 1966, p. 10.

¹²⁶⁸ FERREIRA, Oliveiros S. *O fim do poder civil*. São Paulo: Editora Convívio, 1966. Foram editados mais dois livros em parceria: CRIPPA, Adolpho. *O problema da universidade*. São Paulo: Editora Convívio, 1966; FERACINI, Luiz. *Sociologia do marxismo*. São Paulo: Editora Convívio, 1966.

de alguns momentos de interlocução,¹²⁶⁹ o espaço concedido foi muito aquém do desejado. Segundo Conrado Álvares, membro do Movimento Decisão e do DEE:

criticamos coerentemente o atual governo, na medida em que fomos daqueles que apoiamos e confiamos na Revolução de 1964, mas não vemos nesta mesma Revolução, a atividade que dela todos esperávamos. Desejávamos uma Revolução Democrática, e por tal objetivo estamos a lutar neste momento.¹²⁷⁰

Essas insatisfações aparecem nas formulações teóricas do Movimento Decisão. Nos documentos, o grupo sempre ressaltava a importância dos jovens na renovação da sociedade. Apareciam também críticas às velhas lideranças, que foram incapazes de manter o poder civil, gerando como consequência um aumento do poder militar. A solução encontrada seria a formação de uma elite cultural formada para substituir a geração anterior. Todavia, o governo não demonstrava confiar nessa possibilidade.

A partir de 1966, o contexto foi se alterando. Nesse ano, a esquerda começou a se rearticular e iniciou suas primeiras grandes manifestações de rua, que se aprofundaram nos dois anos seguintes. Em março de 1966, uma Passeata dos Bixos foi duramente reprimida em Minas Gerais. Seguiram-se manifestações de solidariedade aos estudantes mineiros em várias cidades do país, inclusive em Porto Alegre.¹²⁷¹ Em setembro, nova onda repressiva atingiu os estudantes de São Paulo¹²⁷² e da Guanabara,¹²⁷³ desencadeando novos protestos. As manifestações, que ocorreram no Brasil inteiro, ficaram conhecidas como “setembrada”. Em Porto Alegre, ocorreram duas passeatas separadas, uma chamada pelo DCE da UFRGS e outra pelo DEE e DNE.¹²⁷⁴ Os estudantes que participaram dessa última protestaram contra o fechamento de Diretórios e a prisão de estudantes,¹²⁷⁵ mas também se posicionaram de forma crítica à “rebeldia da UNE”.¹²⁷⁶ Enquanto a passeata do DCE contou com cerca de 2 mil estudantes, a do DEE reuniu apenas 50.¹²⁷⁷

¹²⁶⁹ Os estudantes foram recebidos em algumas ocasiões pelos Ministros de Educação e Cultura e pelos próprios presidentes. O tema mais recorrente foi o pedido de liberação de verbas para as entidades estudantis. Ver, por exemplo: UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Correio do Povo*, “Universitários querem reformar regimento e constituição do DEE”, 12 de maio de 1966.

¹²⁷⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da Tarde*, “Indispensável participação estudantil na luta pela redemocratização do país”, 12 de maio de 1966.

¹²⁷¹ BN, *Diário de Notícias*, 24 de março de 1966, p. 16.

¹²⁷² BN, *Diário de Notícias*, 15 de setembro de 1966, p. 5.

¹²⁷³ BN, *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 1966, p. 1.

¹²⁷⁴ BN, *Diário de Notícias*, 17 de setembro de 1966, segundo caderno, p. 8.

¹²⁷⁵ Conferir, por exemplo, a nota do DEE. In: UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Correio do Povo*, “Passeatas estudantis vão hoje até o centro”, 16 de setembro de 1966.

¹²⁷⁶ RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTIMANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 73.

¹²⁷⁷ BN, *Diário de Notícias*, 17 de setembro de 1966, segundo caderno, p. 8.

Pelas imagens das manifestações é possível observar que os grupos rivais disputavam a legitimidade de suas organizações. Na passeata do DCE da UFRGS, é possível ler cartazes como “Com a UNE, contra a Ditadura”, enquanto naquela comandada pelo DEE lemos “Frente ampla contra a UNE”. Ao menos para as grandes concentrações públicas, a esquerda conseguia mobilizar um contingente muito maior de participantes.

Diante disso, não foi possível ao grupo vinculado ao DEE deixar de perceber que os protestos da esquerda cresciam também por conta dos equívocos do governo, como o uso da violência, a recusa ao diálogo e a demora em resolver os problemas educacionais. Desde o final de 1966, aliás, a insatisfação atingia setores cada vez mais amplos. Os operários se organizaram contra a política de arrocho salarial, resultado nas greves de Osasco e Contagem em 1968. Parte do clero também assumiu uma postura crítica, sobretudo protestando contra a violência na repressão às passeatas estudantis. A Frente Ampla, por sua vez, reunia políticos oposicionistas, bem como aqueles que se sentiram alijados do centro do poder, como Carlos Lacerda. A base de sustentação do governo, portanto, estava se estreitando. Quanto aos jovens, os motivos que levavam muitos deles a se manifestarem de maneira crítica à Ditadura eram compartilhados pelo conjunto da classe média e, em especial, pelos estudantes. A ameaça de proletarização, as condições de trabalho e estágio, o estreitamento da empregabilidade após a formatura numa conjuntura econômica de estagnação, entre outros fatores, geravam insatisfação, embora os caminhos escolhidos para manifestá-la fossem diferentes entre os estudantes de esquerda e os de direita.¹²⁷⁸

Nesse sentido, quando Rubem Süffert candidatou-se à presidência do Diretório Estadual, em julho de 1966, declarou: “a política educacional do governo federal [...] não tem sabido dar condições para que a Universidade possa tornar-se mais democrática e evoluída”. O atraso da universidade era uma percepção geral dos estudantes naquele período e a Reforma Universitária era considerada uma necessidade. Embora o conteúdo dessa reforma variasse de acordo com cada corrente política, alguns princípios como a extinção da cátedra vitalícia, símbolo do arcaísmo universitário, eram compartilhados por todos.¹²⁷⁹

Até fins de 1966, no entanto, essas eram críticas marginais. O ponto central das manifestações do Decisão, do DEE e do DNE era a contraposição às esquerdas. Embora

¹²⁷⁸ Sobre esse período de reorganização sociedade civil, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, Capítulo 5.

¹²⁷⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Folha da Tarde*, “Estudante gaúcho quer cátedra vitalícia fora da constituição”, 1º de dezembro de 1966. Os ligados ao DEE realizaram a partir de 1966 os Seminários Gaúchos de Reforma Universitária, onde tiraram suas posições sobre esse assunto. Ver, por exemplo: UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1966, p. 13.

levantassem os equívocos do governo, consideravam as esquerdas como principais culpados pelo estado de agitação. Ao longo de todo o ano de 1966, com o crescimento da oposição estudantil à Ditadura, buscaram sempre afirmar o DNE contra a UNE que, embora na clandestinidade, estava se fortalecendo. Destaco abaixo um trecho de um manifesto escrito durante um congresso do Decisão, realizado em Santa Maria:

Querem levar o estudante gaúcho à greve! Porém, repudiamos as greves! Repudiamos os sabotadores da verdade, e os mesquinhos agitadores que distorcem o que é justo, que faltam à palavra empenhada, que não buscam soluções, apenas levantam problemas! / Convocamos todos os universitários democratas para que mantenham alerta, contra as greves de anarquia; contra essa agitação vergonhosa para os legítimos universitários!¹²⁸⁰

O posicionamento se deu diante da convocação de uma greve nacional pela UNE, que obteve a adesão do DCE da UFRGS. A polarização dos estudantes “democratas” com as esquerdas foi significativa em 1966 no Rio Grande do Sul, tendo em vista a vitória destas em diversos diretórios naquele ano. Essa polarização continuou nos dois anos seguintes, mas, a partir do fim de 1966, a direita estudantil direcionou sua atenção também para a ação governamental.

Nesse sentido, em dezembro daquele ano, o DEE organizou um Encontro Estadual de Líderes Universitários, que culminou com a elaboração de propostas para uma reformulação da Lei Suplicy. Entre as reivindicações estavam mais autonomia para as entidades representativas e participação estudantil nos órgãos deliberativos na proporção de 1/5. Segundo Magda de Oliveira Pinto,

esta tomada de posição do movimento estudantil consentido, por maior autonomia e participação, aliada à reintrodução da temática da reforma [...], serviriam de alerta à cúpula governante, contribuindo com isso, para os desdobramentos institucionais do ano seguinte, ou seja, no desgaste dessa união referendado pelo Decreto Aragão.¹²⁸¹

A postura mais crítica e reivindicativa assumida pelo DEE em fins de 1966 pode ter contribuído com a intenção do governo em rever a regulamentação das atividades estudantis, o que, por sua vez, gerou ainda mais insatisfação. Se na maioria dos estados houve pouca adesão às entidades criadas ou elas tiveram pouca representatividade, no Rio Grande do Sul, o DEE tinha conquistado um espaço significativo, com participação maciça nas eleições de 1965 e

¹²⁸⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 65-66, *Diário de Pernambuco (PE)*, 26 de outubro de 1966.

¹²⁸¹ PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 172.

1966. Como o Decreto Aragão determinou o fim dessa estrutura oficial, foi amplamente rejeitado. A nota publicada pelo DNE na ocasião, simboliza a mudança de humor:

O Diretório Nacional de Estudantes, no momento em que é baixado um decreto do governo federal, extinguindo arbitrariamente as entidades de representação universitária em âmbito estadual e nacional, como representante das forças democráticas que inclusive apoiaram o movimento de 1964, sente-se no entanto obrigado a tomar uma posição frontalmente contrária a esta determinação, por julgá-la irracional, anti-democrática e totalitária.¹²⁸²

Os estudantes se apresentavam como “revolucionários de primeira hora”, elemento utilizado para conferir legitimidade discursiva para, a seguir, manifestar pesadas críticas ao decreto. Nesse sentido, condenaram a imposição, chamando a atenção para a necessidade de diálogo, o que foi prometido pelo governo Costa e Silva, que assumiu poucos dias depois.¹²⁸³ No Congresso Estadual de Estudantes realizado em abril de 1967, foi proposto um voto de louvor ao ministro Tarso Dutra “por sua atitude aberta ao diálogo e às realizações concretas, com a confiança de que restabeleça a representatividade e a autonomia estudantis”.¹²⁸⁴ Havia, nesse primeiro momento, a esperança de que o decreto fosse revogado.¹²⁸⁵ No entanto, isso não se concretizou e as críticas logo se aprofundaram. Em diversas ocasiões os estudantes reclamaram que não eram levados em consideração. Os ataques ao ministro Tarso Dutra se tornaram cada vez mais constantes, sendo mesmo tachado de incompetente.¹²⁸⁶ Apesar das tentativas, os estudantes não conseguiram garantir a revogação do Decreto Aragão.¹²⁸⁷ Ao contrário, a repressão ao movimento estudantil aumentou e a legislação autoritária foi acrescida do Decreto nº 477.

¹²⁸² AHMSM, *Correio do Povo*, 3 de março de 1967, p. 16. A nota vinha assinada por Conrado Álvares.

¹²⁸³ Manchete da *Folha da Tarde* de 20 de fevereiro de 1967 dizia: “Novo Ministro da Educação Começa a Dialogar com Estudantes”. In: UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1966-68, *Folha da Tarde*, 20 de fevereiro de 1967, p. 10.

¹²⁸⁴ UFRGS/ILEA/UEE, *Livro de Atas do XXIV Congresso Estadual de Estudantes*, 3ª sessão, 2 de abril de 1967, p. 6.

¹²⁸⁵ Notícia da *Folha da Tarde*, ainda antes de Costa e Silva assumir, relatou o contato entre os estudantes ligados ao DEE e o futuro governo com a intenção de suspender o decreto: “Na Guanabara já se encontra o secretário-geral do DEE, Gilberto Cunha, que marcou audiências. Com o futuro presidente e com o Ministro da Educação os líderes universitários do Estado tratarão do decreto que extinguiu as entidades estudantis, pedindo sua revogação”. In: UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais – 1966-68, *Folha da Tarde*, “Extinção das entidades universitárias: estudantes vão à Costa e Silva e Tarso amanhã”, 6 de março de 1967.

¹²⁸⁶ Ver, por exemplo, a já citada reportagem do *Jornal do Brasil*. Ver: BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 junho de 1968, p. 28. Nesse sentido, segundo *O Estado de S. Paulo*, “para os decisionistas, não é possível que Tarso Dutra continue à frente do Ministério, por lhe faltarem condições intelectuais ‘e por ele confundir diálogo com bate-papo’”. In: Acervo Estadão, *O Estado de S. Paulo*, 3 de julho de 1968, p. 11. Disponível em: < acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

¹²⁸⁷ Em setembro de 1967, o DEE, já sob a presidência de Adalberto Pasqualotto, continuava tentando apresentar suas reivindicações ao ministro. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Livro de Recortes – Gestão 1967-68, *Folha da Tarde*, “Novo Conselho Estadual de Estudantes fará sua primeira reunião no domingo”, 12 de setembro de 1967.

Assim, a insatisfação foi crescente até fins de 1968, aparecendo no relato dos antigos membros do Decisão e do DEE. Avaliando a relação do grupo com a Ditadura Civil-Militar, Antônio Carlos Bastos afirma:

“Nós tínhamos divergências. Na medida em que o Regime foi se radicalizando, nós tínhamos divergências e tal, porque tudo o que se queria era o retorno à regularidade de eleições e tudo mais. Na medida que os militares foram se afastando desse propósito nós fomos... Não havia condição de ninguém fazer oposição frontal à época [...], editaram depois o AI-5, que acabou com tudo, com a pouca liberdade que ainda havia”.

A partir daí, Bastos lembra momento marcante de enfrentamento ocorrido em 1968. O mesmo acontecimento é recordado por Adalberto Pasqualotto. Segundo ambos, o governo organizou um encontro dos “estudantes democratas” com Costa e Silva. Esperava-se que os jovens fizessem declarações públicas condenando as manifestações das esquerdas e demonstrando solidariedade ao governo. Pasqualotto teria sido escalado para ser o porta-voz dos universitários e, na hora, leu um discurso bastante crítico que teria desagradado os representantes do governo pois:

*“Nós dissemos que nós não participávamos do movimento da UNE-Livre, mas não concordávamos com a linha política do governo em relação aos estudantes. E aí proclamamos que tinha que haver liberdade, que tinha que haver eleições livres, que o movimento estudantil tinha que ser ouvido e que não vinha sendo ouvido, que a Reforma Universidade com base no acordo MEC-USAID era espúria, que ia acabar tirando a autonomia universitária do país”.*¹²⁸⁸

Para ele, esse “episódio demonstra que nós não estávamos alinhados nem com a esquerda, nem com o governo e muito menos com a extrema direita. Nós tínhamos um movimento estudantil que fazia o que podia naquele contexto”.¹²⁸⁹ Assim, não houve por parte do Decisão ou do DEE um enfrentamento direto à Ditadura Civil-Militar. Em alguns momentos as divergências cresceram e se falou até mesmo em eleições diretas,¹²⁹⁰ mas de modo geral permanecia a ideia de que a Ditadura era necessária. Em 1968, por exemplo, o Movimento Decisão apresentou como um de seus objetivos “a Reforma Política, com o fortalecimento do

¹²⁸⁸ PASQUALOTTO, Adalberto de Souza. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2016.

¹²⁸⁹ PASQUALOTTO, Adalberto de Souza. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Porto Alegre: 2016.

¹²⁹⁰ Um manifesto assinado por jovens ligados a Mocidade Arenista, entre eles Conrado Álvares e Rubem Süffert, que eram também membros do Decisão, defendia “eleições diretas em todos os níveis”. In: BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 23 de novembro de 1968, p. 3.

poder civil – que não inclui a necessidade de eleição de um candidato civil à Presidência da República”.¹²⁹¹ Mesmo com uma tensão crescente, como vimos, continuava existindo uma oscilação entre a crítica e o apoio.

8.6 As Relações com os Partidos Políticos, Movimentos e Instituições

Na reportagem do *Jornal do Brasil*, publicada em junho de 1968, os representantes do Decisão afirmaram que havia entre os membros do movimento pessoas ligadas aos dois partidos então existentes: Arena e MDB.¹²⁹² No entanto, pelo menos entre as lideranças principais do Decisão, não encontrei ligações com a oposição. As vinculações ao partido de sustentação do governo, por outro lado, são evidentes. Em 1966, Paulo Gouvêa da Costa, então presidente do DNE, lançou-se candidato a deputado estadual pela Arena.¹²⁹³ No ano seguinte, aprofundou-se a aproximação entre os estudantes e o partido. Em reunião com João Dêntice, estiveram presentes Paulo Gouvêa da Costa, Clóvis Paternoster, Conrado Álvares, Rubem Süffert, todos membros do Decisão. Vítor Osvaldo Della Méa, ex-presidente da FEUP e da UEE também participou, bem como alguns secundaristas. O objetivo do encontro “foi de permitir o diálogo da nova geração que adota os ideais da Revolução com os responsáveis pela administração pública”.¹²⁹⁴ A estratégia parece ter dado alguns resultados, tendo em vista que em 1968 dois líderes do Decisão tinham forte atuação no partido: Rubem Süffert presidia a Mocidade Arenista de Porto Alegre e Conrado Álvares a Mocidade Arenista do Rio Grande do Sul.¹²⁹⁵ Ocupava o cargo de Secretária-Geral da juventude estadual do partido a estudante Maria Alice Jaeger,¹²⁹⁶ que era também secretária do DEE.¹²⁹⁷ Em Santa Maria, o presidente do DCE local, que era também vice-presidente do DEE, candidatou-se a vereador pela Arena em 1968, não tendo sido eleito.

A relação entre esse grupo de estudantes e o partido, no entanto, foi permeada por conflitos. A insatisfação com a política educacional do governo foi uma das causas de atrito.

¹²⁹¹ Acervo Estadão, *O Estado de S. Paulo*, 3 de julho de 1968, p. 11. Disponível em: < acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

¹²⁹² BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 de junho de 1968, p. 28.

¹²⁹³ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais não encadernados, *Folha da tarde*, “Gouvêa deixa a política universitária gaúcha”, 12 de outubro de 1966.

¹²⁹⁴ BN, *Diário de Notícias*, 3 de junho de 1967, p. 5.

¹²⁹⁵ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 23 de novembro de 1968, p. 3.

¹²⁹⁶ BN, *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1968, p. 5.

¹²⁹⁷ Maria Alice foi Secretária de Correspondência do DEE na gestão 1966-67 e Secretária de Administração na gestão 1967-68. In: UFRGS/MU/CEUE, Correspondências Recebidas 1966, *Carta Circular n° 01-66/67*, Nominata do DEE, Porto Alegre, setembro de 1966; UFRGS/MU/CEUE, DEE, *Carta Circular n° 001 – 67/68*, Porto Alegre, setembro de 1967.

Conrado Álvares, sobretudo, passou a adotar uma retórica cada vez mais ácida. Em diversas ocasiões, inclusive na convenção nacional da Arena, manifestou pesadas críticas ao ministro Tarso Dutra.¹²⁹⁸ O discurso desagradou as lideranças partidárias. Houve, como consequência, ameaça de intervenção na Mocidade Arenista.¹²⁹⁹

Além disso, os membros do Decisão, como já argumentei, acreditavam que a velha classe política estava obsoleta, comprometida com os valores do passado e sua inabilidade teria sido uma das causas da “militarização” do poder. Sendo assim, consideravam que era necessário formar uma elite jovem compromissada com o progresso do país. Eles se viam como parte dessa elite e esperavam ser reconhecidos como tal. Todavia, esse reconhecimento não aconteceu como desejado. Em 1968, por exemplo, os estudantes foram deixados de fora das chapas da Arena para as eleições em Porto Alegre.¹³⁰⁰ Eles reivindicavam mais vagas de candidatos para a mocidade do partido e chegaram a solicitar ao Diretório Nacional para que intercedesse nesse sentido.¹³⁰¹ Diante das negativas, divulgaram um manifesto. Conforme resumiu a reportagem do *Jornal do Brasil*: “[...] o manifesto faz a ressalva de que a luta que travam seus signatários não é rebeldia partidária nem simples choque de gerações. É a tentativa de mudar a mentalidade, ‘fazendo da política uma prestação de serviços e não um bem para uso próprio’”.¹³⁰² Percebe-se aí a construção de um discurso que contrapunha uma velha geração dos políticos interessados em benefícios individuais e uma nova elite estudantil representada pelo Decisão e pela Mocidade Arenista do Rio Grande do Sul.

Com o resultado das eleições, o grupo divulgou um novo documento. Diante da percepção generalizada de que a Arena havia sido derrotada em Porto Alegre, o manifesto culpou as lideranças do partido, que estariam distantes dos anseios populares. Apontaram o erro em terem sido preteridos os candidatos representantes da mocidade, tendo em vista que o MDB lançou três líderes estudantis, elegendo dois deles e colocando o terceiro na suplência. Além disso, criticaram mais uma vez a velha política, pedindo que fossem oferecidas ideias. Entre essas ideias, defenderam “eleições diretas em todos os níveis” e “uma ideologia desenvolvimentista nitidamente nacional”.¹³⁰³

¹²⁹⁸ BN, *Jornal do Commercio (RJ)*, 27 de junho de 1968, p. 3; BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 30 de junho de 1968, p. 5.

¹²⁹⁹ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 6 de julho de 1968, p. 12.

¹³⁰⁰ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 8 de outubro de 1968, p. 4.

¹³⁰¹ AHMSM, *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1968, p. 7.

¹³⁰² BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 8 de outubro de 1968, p. 4.

¹³⁰³ BN, *Correio da Manhã (RJ)*, 23 de novembro de 1968, p. 3. O manifesto foi assinado por Conrado Álvares, Rubem Süffert e “mais 10 elementos de destaque entre os jovens líderes”.

Estava claro que, embora tenham apoiado o Golpe de 1964, os rumos assumidos pela Ditadura desagradavam esses jovens. É difícil dizer, no entanto, se essa percepção atingia o conjunto da direita estudantil. Conrado Álvares parece ter assumido uma posição cada vez mais nacionalista e popular. Embora continuasse na Arena nos anos 1970, tendo sido diretor do Instituto de Formação e Estudos Políticos do partido no Rio Grande do Sul,¹³⁰⁴ com a abertura política acabou se vinculando ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), assumindo os postos de Secretário Especial de Assuntos Internacionais e Chefe da Casa Civil no governo de Alceu Collares.¹³⁰⁵

Conrado Álvares havia sido uma liderança estudantil importante, ocupando secretarias no DEE, além da vice-presidência do DNE e da presidência da Mocidade Arenista do Rio Grande do Sul. Devido a sua representatividade, sua insatisfação possivelmente era acompanhada por outros jovens, mas isso não significa que endossassem a sua crescente radicalidade. Além disso, a disputa por espaços parece ter sido especialmente grande no Diretório Municipal de Porto Alegre durante as eleições de 1968. Essa tensão não parece ter se repetido, ao menos não com a mesma intensidade, no interior do estado. No mesmo ano, por exemplo, Nelson Schwertner foi candidato a vereador na cidade de Santa Maria pela Arena sem, no entanto, ter sido eleito.¹³⁰⁶ Schwertner era uma das principais lideranças estudantis locais, tendo sido vice-presidente do DEE e presidente do DCE da UFSM.

Mesmo em Porto Alegre, apesar de não terem conseguido o espaço desejado, houve em 1968 ao menos um candidato a vereador pela Arena que pertencia ao Decisão. Tratava-se de Hilário Land, à época estudante de Direito da PUCRS. Hilário havia sido 1º Secretário da gestão de Adalberto Pasqualotto no DEE¹³⁰⁷ e era membro do Conselho Dirigente do Decisão.¹³⁰⁸ Em 1968, não conseguiu se eleger, mas disputou novamente as eleições municipais em 1972, desta vez obtendo sucesso.¹³⁰⁹ Nessa eleição foi eleito também outro ex-líder estudantil da direita, adversário do Decisão, Reginaldo Pujol.¹³¹⁰

¹³⁰⁴ BN, *Diário do Paraná (PR)*, 25 de fevereiro de 1976, p. 4.

¹³⁰⁵ PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. *Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul: 1991-2002 – governos de minoria e governos de maioria*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 179p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 62.

¹³⁰⁶ AHMSM, *A Razão*, 19 de novembro de 1968, p. 8.

¹³⁰⁷ UFRGS/MU/CEUE, DEE, *Carta Circular n° 001 – 67/68*, Porto Alegre, setembro de 1967.

¹³⁰⁸ BN, *Jornal do Brasil (RJ)*, 2 de junho de 1968, p. 28.

¹³⁰⁹ Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), *Resultado de Eleição*, Porto Alegre, 1972. Disponível em: < http://www.tre-rs.gov.br/upload/29/Municipais_Porto_Alegre1972.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.

¹³¹⁰ TRE-RS, *Resultado de Eleição*, Porto Alegre, 1972. Disponível em: < http://www.tre-rs.gov.br/upload/29/Municipais_Porto_Alegre1972.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.

As relações do Decisão e do DEE não se restringiam ao partido de sustentação da Ditadura. Talvez o principal intercâmbio tenha ocorrido com o Convívio. Não custa lembrar que o contato com o padre salvatoriano Adolpho Crippa havia se estabelecido ainda em 1963 pelos estudantes vinculados à FEUP. Crippa tinha, inclusive, participado de um dos seminários “Educando para a Democracia”. Em 1966, Paulo Gouvêa da Costa foi escolhido presidente do DME. Anteriormente, ele havia sido membro da diretoria da FEUP e delegado da UEE no período de intervenção. À frente do DNE, iniciou um projeto editorial em parceria com a Editora Convívio. Juntos, publicaram três livros.

Em 1967, quando o Movimento Decisão realizou seu Congresso Nacional em Poços de Caldas, Adolpho Crippa apareceu na lista de participantes como um dos representantes do Rio Grande do Sul. A relação se aprofundou a partir do segundo semestre de 1968, quando assumiu a presidência do DEE o estudante Antônio Carlos de Avelar Bastos. Nas duas gestões de Bastos, foram realizados “Cursos de Desenvolvimento”, em parceria com o Centro de Estudos de Desenvolvimento (CED). O CED, que era um dos braços do Convívio, era dirigido naquele momento por ninguém menos que Paulo Gouvêa da Costa.¹³¹¹ Através da parceria entre o CED e o DEE, foram ministrados cursos em Porto Alegre e no interior do estado.¹³¹²

Os cursos seguiram fazendo parte da plataforma das gestões seguintes do DEE. Durante a presidência de Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite (1970-71), foram planejados cursos em São Borja e Santo Ângelo.¹³¹³ Anos depois, na gestão de Eduardo di Primio Maineri Conceição (1976-77), programaram-se cursos em Santa Rosa, Rio Grande, Pelotas, São Leopoldo e Porto Alegre, sempre em parceria com o Convívio.¹³¹⁴

O Convívio fora criado em 1961 e era dirigido pelo padre Adolpho Crippa, funcionando desde a sua fundação a partir de uma vinculação orgânica com o IPES, que financiava as suas atividades. Segundo Hernán Ramírez:

Essa instituição foi fundada, em 1961, por um grupo de ativistas paulistas para funcionar como núcleo de elaboração ideológica e de doutrinação política, realizava cursos pelos quais passaram milhares de militantes de formação política e agrupava,

¹³¹¹ UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1966-69, *Folha da Tarde*, 29 de abril de 1969, p. 16. A relação entre o DEE, o CED e o Convívio pode ser atestada pela troca de correspondências entre Antônio Carlos de Avelar Bastos, Paulo Gouvêa da Costa e Adolpho Crippa. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, *Ofícios Recebidos 1969-71*; UFRGS/ILEA/UEE, *Portarias Gestão 1970-71*.

¹³¹² Foram realizados cursos em Cachoeira do Sul e Santa Maria. Ver: UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1966-69, *Folha da Tarde*, “DEE inicia hoje curso sobre o desenvolvimento”, sem data e sem página; UFRGS/ILEA/UEE, Recortes de Jornais 1966-69, “Curso de Desenvolvimento”, jornal sem identificação, data ou página.

¹³¹³ UFRGS/ILEA/UEE, *Portarias Gestão 1970-71*, Planejamento de Atividades.

¹³¹⁴ UFRGS/MU/CEUE, Jornais UNE e UEE, *Minuano*, órgão de divulgação do DEE, ano III, nº 9, março/abril de 1977, p. 3.

principalmente, professores de diversos níveis, universitários e profissionais liberais.¹³¹⁵

Essa doutrinação era feita através de inúmeras iniciativas do padre Crippa. Uma das principais era a revista *Convivium*, publicada a partir de maio de 1962. Uma breve leitura dos artigos publicados pela revista nos anos 1960 – a revista continuaria circulando até a década de 1990 – revela uma tentativa de combater as ideias de esquerda no campo intelectual, de maneira muito mais aprofundada do que haviam feito, anteriormente, revistas como a *Ação Democrática*.¹³¹⁶ A abordagem mais filosófica provavelmente se devia à proximidade entre os intelectuais da revista e o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). Segundo Rodrigo Mattos Gonçalves, o IBF/Convivium formava um “aparelho de hegemonia filosófico”, atuando “como um instrumento de combate para a luta de classes”.¹³¹⁷

Além da revista, as ideias eram veiculadas nos livros publicados pela Editora/Edições Convívio. Já mencionei o livro do reitor da PUCRS, Irmão José Otão, chamado *Temas universitários*, publicado em 1964, bem como os três livros publicados em parceria com o DNE: *O fim do poder civil*, *Sociologia do marxismo* e *O problema da universidade*, todos editados em 1966. Uma das atividades mais importantes de doutrinação foram os inúmeros cursos realizados pelo Convívio, seja através do Instituto de Formação de Líderes, da Escola Superior de Lideranças ou do CED.¹³¹⁸

René Dreifuss destacou a ação do IPES entre os estudantes, mas no caso do Rio Grande do Sul eu encontrei poucas evidências. Tendo em vista que o Convívio fora financiado pelo IPES, integrando a rede de organizações anticomunistas patrocinadas pelo instituto, essa é uma das poucas relações, ainda que indireta, dos estudantes de direita com esses grupos empresariais. Além dela, existe na documentação da UEE/DEE um ofício datado de 4 de fevereiro de 1965 dirigido a Eraldo de Luca, do IPESUL. Tratava-se de um pedido de passagem para Passo Fundo, a fim de enviar um representante da entidade àquela cidade. O ofício era assinado por Vítor Osvaldo Della Méa, então presidente da UEE, e por Ivo Guaracy Leivas, seu

¹³¹⁵ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 242.

¹³¹⁶ É possível encontrar várias edições da *Convivium* na Biblioteca da PUCRS, em Porto Alegre. Uma coleção completa da *Ação Democrática* está disponível para consulta na Biblioteca da UNIFRA.

¹³¹⁷ GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. *História fetichista: o Aparelho de Hegemonia Filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia / Convivium (1964-85)*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009. 181p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009, p. 87. Grifos no original.

¹³¹⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 256.

secretário.¹³¹⁹ O mesmo pedido, no entanto, foi feito ao governo do estado e é possível encontrar vários outros ofícios dessa gestão solicitando auxílio, tendo em vista que nesse período a entidade sobreviveu apenas com suas próprias verbas, sobretudo provenientes das identidades estudantis.¹³²⁰ O contato com o IPES, portanto, não configura uma relação especial.

Os estudantes mantinham ainda contato com outras organizações de direita durante a Ditadura. Uma dessas organizações era a ADR, fundada em 13 de setembro de 1965. Essa entidade congregava “militares da reserva e civis de todas as classes” e tinha como objetivo “defender o Movimento de 31 de março de 1964”.¹³²¹ A partir de 1966, a entidade passou a publicar a coluna “Democracia em Ação” em diversos jornais do estado. Em geral, tratava-se de propaganda anticomunista. Entre os seus membros fundadores, podemos localizar o nome de duas lideranças estudantis: Vítor Osvaldo Della Méa (ex-presidente do CAMC, da FEUP e da UEE) e Clóvis Paternoster (Secretário de Cultura do DNE e Secretário Executivo do Decisão).¹³²² No entanto, não foi possível descobrir o nível de engajamento desses estudantes ou até quando eles pertenceram aos quadros da ADR. A participação nessa entidade pode ser vista como uma relação indireta com o IPES, mais especificamente o IPESUL, pois como já apontou Thiago de Moraes, várias lideranças empresariais faziam parte de ambas as organizações.¹³²³

Além de participar da ADR, Vítor Osvaldo Della Méa esteve presente no II Ciclo de Estudos promovido pela ADESG. Do mesmo curso participou outro estudante, Airton Nogueira, que foi presidente da FEUP e do Centro Acadêmico de Estudantes de Jornalismo da PUCRS.¹³²⁴ Segundo Maria Helena Moreira Alves, a ADESG “promovia conferências, seminários, debates e cursos por todo o país, levando os princípios e doutrinas da ESG a outros protagonistas políticos civis e militares”.¹³²⁵ Essa associação era ligada ao IPES, sendo que alguns de seus presidentes pertenciam a esse instituto.¹³²⁶ Foram muitos os que passaram pelos

¹³¹⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Correspondência Expedida 1, Gestão 1964-65, *Of. 156-64/65*, Porto Alegre, 4 de fevereiro de 1965.

¹³²⁰ Antes do Golpe, a entidade recebia recursos do governo federal. Esse fluxo foi interrompido no período 1964-65, durante a definição da política estudantil da Ditadura. O recebimento de verbas do governo foi retomado em 1966. Conferir: UFRGS/ILEA/UEE, Relatórios, *Relatório 64-65*, “A Sobrevivência da UEE”.

¹³²¹ BN, *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1966, p. 1.

¹³²² MORAES, Thiago Aguiar de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, p. 119.

¹³²³ MORAES, Thiago Aguiar de. O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul e a revista *Democracia e Empresa*: da defesa da democracia ao apoio à Ditadura Civil-Militar (1962-1971). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 12-13.

¹³²⁴ ADESG. *II Ciclo de Estudos*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1965, p. 133-134. Exemplar localizado na Biblioteca Central da UFSM em Santa Maria.

¹³²⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 40-41.

¹³²⁶ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese

seus programas de formação. Entre os vários diplomados no “II Ciclo de Estudos” estavam militares, juízes, promotores, advogados, representantes da FIERGS, do IPESUL, professores e políticos, inclusive da oposição, como Pedro Simon.

Outra organização com a qual os estudantes mantiveram contato foi o Rearmamento Moral (RM). Ela tinha sua sede nos Estados Unidos e, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “propunha-se a fazer uma campanha global contra o comunismo”.¹³²⁷ Chegando ao Brasil em 1961, dedicou-se a doutrinação anticomunista através de filmes, peças teatrais e encontros.¹³²⁸ Em 1965, essa organização trouxe para a América do Sul o indiano Rajmohan Gandhi, neto de Mahatma Gandhi e líder do movimento. Na ocasião, Alberto Freire Kowarick, representante do Rearmamento Moral no Brasil, enviou para a UEE um ofício no qual esclarecia que Rajmohan realizaria conferências por solicitação de Centros Acadêmicos no país, estando abertas algumas datas para novos convites.¹³²⁹ A UEE respondeu positivamente, dizendo ainda que entraria em contato com as reitorias das universidades da capital para a realização do evento.¹³³⁰ Rajmohan veio acompanhando de uma grande comitiva e realizou diversas atividades, incluindo uma mesa redonda com os estudantes.¹³³¹

A direita estudantil universitária do Rio Grande do Sul, portanto, estabeleceu ligações com diversas organizações, instituições e partidos políticos. Em alguns casos, como em relação ao Rearmamento Moral, tratou-se apenas de integrar a realização de uma conferência. Ainda assim, demonstra que compartilhavam em comum um posicionamento anticomunista. Os estudantes também circulavam entre a ADESG, o IPESUL e a ADR, entidades com muitos pontos em contato entre si. Entre os partidos políticos, houve uma aproximação, já esperada, com a Arena, tendo em vista terem apoiado o Golpe de 1964. No entanto, como vimos, houve momentos de tensão. A relação mais sólida do grupo foi com o Convívio, com a qual já dialogava em 1963 e que continuou até a década seguinte.

(Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, 212.

¹³²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 240.

¹³²⁸ *Ibid.*, p. 240.

¹³²⁹ UFRGS/ILEA/UEE, Correspondência Recebida 1, Gestão 1964-65, *Rearmamento Moral*, São Paulo, 18 de fevereiro de 1965.

¹³³⁰ UFRGS/ILEA/UEE, Correspondência Expedida 1, Gestão 1964-65, *Of. 169-64/65*, Porto Alegre, 7 de março de 1965.

¹³³¹ BN, *Diário de Notícias*, 14 de março de 1965, p. 3; UFRGS/ILEA/UEE, Relatórios, *Relatório 64-65*, “Visita de Rajmohan Gandhi”.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos 1960, a sociedade brasileira estava polarizada por fatores externos e internos. As contradições nacionais tomavam forma dentro do quadro geral da Guerra Fria e o meio universitário não esteve alheio a essa tensão. Pelo contrário, essa categoria sentiu especialmente os efeitos do conflito, tendo em vista que a educação era vista como dimensão privilegiada da disputa ideológica. As doutrinas militares acreditavam que se travava de uma “guerra psicológica”, na qual os comunistas estariam aos poucos se infiltrando entre intelectuais e estudantes. Além disso, de modo geral, o pensamento conservador considerava necessário depurar as universidades, que deveriam formar apenas para o mercado de trabalho, estando afastadas das discussões políticas. Não por acaso, a Ditadura Civil-Militar operou uma série de mudanças na organização do ensino e buscou controlar o movimento estudantil.

Ao mesmo tempo, outro processo acontecia de modo paralelo. O ensino superior estava em franca expansão desde o pós-Guerra, tornando-se acessível para segmentos mais amplos, embora continuasse restrito a uma parcela relativamente pequena de pessoas. Os jovens oriundos das classes médias, que compunham a maioria das matrículas nesse nível de ensino, viam na obtenção do diploma a possibilidade de ascensão ou manutenção de sua posição social, mas muitos se frustravam à medida em que avançavam nos cursos e experimentavam a precariedade do mercado de trabalho.

Os estudantes responderam de modos diversos a esse contexto. Por um lado, houve o crescimento e radicalização das esquerdas. Elas já haviam retomado a direção da UNE em 1956, mas foi a partir da Campanha da Legalidade que ganharam força e se articularam a uma agenda reformista mais ampla, que perpassava diversos grupos sociais, cuja insatisfação crescia também com o esgotamento do ciclo desenvolvimentista. A Reforma Universitária foi uma das lutas mais expressivas, que teve como momento simbólico a Greve do 1/3, em 1962. Em dois meses de intensa mobilização, os estudantes reivindicaram participar com ampla representatividade dos espaços de decisão no interior das universidades. O co-governo era encarado como um primeiro passo estratégico para a conquista de transformações mais impactantes, que democratizassem o ensino, aproximando-o das demandas sociais e superando o arcaísmo e o elitismo das escolas superiores. No Rio Grande do Sul, essas pautas foram levantadas por entidades como a UEE e a FEURGS e por diversas correntes políticas, com destaque para os comunistas e a AP.

Por outro lado, grupos de estudantes passaram a se articular para combater as esquerdas. Eles compartilhavam de um imaginário anticomunista que, embora tivesse raízes mais antigas,

crecencia no contexto da Guerra Fria e das consequências da Revolução Cubana. Na visão desses grupos, o povo brasileiro teria uma tradição cristã e democrática que estaria sendo ameaçada pelas esquerdas que buscavam se infiltrar na sociedade e na política para tomar o poder. A direção da UNE e as entidades locais alinhadas a ela serviriam a esse propósito e, portanto, deveriam ser combatidas.

No Rio Grande do Sul, procurei mostrar que uma primeira erupção desse anticomunismo ocorreu em 1961, quando se conjugaram fatores externos e internos. Quanto aos primeiros, a Guerra Fria subiu de tom na América Latina quando os EUA prepararam um grupo de exilados cubanos para invadir a ilha e depor Fidel Castro. Somou-se a isso a radicalização da própria Revolução em Cuba, que se declarou socialista a partir de então. Em relação aos segundos, a partir do governo de Jânio Quadros o Brasil buscou seguir uma Política Externa Independente, na qual o país pudesse perseguir um caminho próprio, estabelecendo relações que fossem as mais vantajosas, independente de pertencerem ao bloco socialista ou capitalista. Além disso, os comunistas buscavam se articular, pleiteando a legalidade para o PCB.

Diante desse quadro, em abril, grupos estudantis publicaram diversos manifestos se posicionando sobre a condução das relações diplomáticas brasileiras e a ação do imperialismo estadunidense. No mês seguinte, organizaram-se protestos contra a presença de Luiz Carlos Prestes no Rio Grande do Sul. Esses protestos mobilizaram um anticomunismo católico, utilizando-se de diversos símbolos e ritos, como o badalar de sinos, as procissões e a encenação da queima do caixão do líder do PCB. Procurei demonstrar que houve uma participação significativa de estudantes nessas manifestações.

No segundo semestre de 1963, quando o quadro político nacional se radicalizou, essas posições ganharam força. No Rio Grande do Sul, os universitários de direita criaram o MDU, com o objetivo explícito de concorrer com as esquerdas nas eleições estudantis, vencendo os pleitos em entidades importantes. A vitória mais significativa ocorreu no CAAR, da Faculdade de Direito da UFRGS, que nas duas gestões anteriores havia estado sob o controle dos católicos de esquerda. Com o MDU, houve a tentativa de articular as diferentes faculdades em um único movimento, enquanto em situações anteriores as iniciativas eram muito mais localizadas. O surgimento dessa nova força obteve cobertura da imprensa e não passou despercebida dos diplomatas dos Estados Unidos.

A direita também encontrou na FEUP um ponto importante de articulação. Essa entidade havia sido fundada em 1959 e servia para defender os interesses dos estudantes ligados às instituições privadas de ensino, que eram bastante presentes no estado e tinham, em geral,

orientação confessional. O primeiro momento de embate se deu logo após a criação dessa Federação, quando se discutia no país a formatação da primeira LDB, circunstância que opôs os universitários particulares à linha mais nacionalista da UEE, que procurava privilegiar a educação pública. Na fase final do governo João Goulart, a FEUP se engajou na oposição, articulando-se com outros grupos no estado que tinham posição semelhante. O principal resultado dessa aproximação foram os cursos denominados “Educando para a Democracia”, que percorreram a capital e o interior do Rio Grande do Sul. Através deles, uma parcela dos estudantes esteve engajada na campanha de desestabilização do governo trabalhista, compondo a base de legitimação das ações que se seguiram.

Com o Golpe, as entidades estudantis sofreram intervenções determinadas pelo comando do III Exército. Além dos interventores militares, em algumas delas foram designados delegados, em geral universitários que haviam assinado manifestos críticos às esquerdas ou favoráveis à deposição de Jango. Os líderes universitários simpáticos ao socialismo ou engajados na agenda nacional-reformista se viram, assim, destituídos dos instrumentos que organizavam suas lutas. A direita passou a ocupar posições importantes, sendo a principal delas na UEE. Essa entidade foi modificada pela Lei Suplicy, que criou uma estrutura oficial de representação, com o objetivo de regular o movimento estudantil. Passando a se chamar Diretório Estadual de Estudantes, ela se transformou a partir daí em um novo centro de articulação entre os liberais e conservadores.

O DEE do Rio Grande do Sul se distinguiu de seus congêneres em outros estados, tendo em vista a representatividade que alcançou. As duas eleições diretas reguladas pela Lei Suplicy tiveram grande participação, concorrendo chapas de oposição e situação. A vitória das últimas, em ambos os pleitos, consolidou a posição situacionista, o que, junto com a capacidade de realização das gestões, fizeram a entidade sobreviver inclusive à nova legislação que buscava extinguir os diretórios estaduais. Apesar da continuidade, que se estendeu durante toda a Ditadura, o DEE foi perdendo importância a partir de 1967, com o fim das eleições diretas e a nova estratégia das esquerdas locais em negar-lhe legitimidade.

Paralela a essa entidade, os estudantes de direita organizaram um movimento, que denominaram Decisão. Criado em janeiro de 1966, em Capão da Canoa, manteve-se ativo até o segundo semestre de 1968. Nesse período, ganhou visibilidade como contraponto às esquerdas, cujas manifestações cresciam em tamanho e repercussão. No entanto, diferente do MDU, não tinham uma postura de simples negação do comunismo. Buscaram articular propostas e amadurecer posições, inclusive sobre temas como a Reforma Universitária. Apesar do curto período de duração, esse movimento chegou a contar com o apoio da maior parte das

entidades estudantis do estado, com forte inserção no interior, além de se expandir para além do Rio Grande do Sul, criando núcleos em outras regiões e organizando um congresso nacional em Minas Gerais. Além de ser saudado pela imprensa, foi apresentado como um modelo no famoso Relatório Meira Matos sobre a questão estudantil.

Os estudantes vinculados ao DEE e ao Decisão tiveram uma posição oscilante quanto à Ditadura Civil-Militar. Inicialmente, apoiaram muitas de suas medidas e mesmo quando insatisfeitos com determinadas medidas, como a Lei Suplicy, buscaram apontar também os aspectos positivos. Assim, ajudavam a compor a base de sustentação da Ditadura Civil-Militar. No entanto, a relação piorou, gerando atritos e oposição, devido a legislação cada vez mais restritiva que ameaçava a própria base de articulação desses estudantes, bem como a incapacidade do governo em resolver as principais demandas estudantis.

As duas gestões de Antônio Carlos de Avelar Bastos, entre 1968 e 1970, foram as últimas que se podem considerar como a continuidade de um mesmo grupo e, mesmo nesse caso, já em processo de desarticulação. Os jornais não apresentaram a candidatura desse estudante como sendo do Decisão, embora ele fizesse parte do movimento, e seus sucessores faziam parte de uma nova geração, que não havia se engajado nos acontecimentos de 1964. Ao mesmo tempo, as mudanças no contexto político e os novos dispositivos repressivos, como o AI-5 e o Decreto nº 477, modificavam os padrões de participação estudantil.

Essa trajetória demonstra que a direita ocupou um espaço importante na política estudantil do Rio Grande do Sul nos anos 1960. No entanto, ela ainda não havia sido tratada pela historiografia. Alguns trabalhos apontaram a participação desses grupos, mas eles não se tornaram objetos de estudos específicos. Mesmo em âmbito nacional, encontram-se poucos trabalhos dedicados a essa temática. Ao longo da tese, procurei preencher em parte essa lacuna, buscando relativizar uma concepção compartilhada pela opinião pública e refletida na produção acadêmica: a naturalização de que todos os estudantes daquele tempo haviam se oposto ao Golpe e à Ditadura Civil-Militar.

Na verdade, como procurei demonstrar, muitos jovens universitários apoiaram a deposição de João Goulart, participando ativamente da campanha contra as esquerdas e o trabalhismo. Eles ajudaram a compor a base de apoio e sustentação, da qual participaram outros movimentos, organizações e segmentos sociais, como vem demonstrando a historiografia recente. Todavia, isso não se deu sem contradições. A relação variou ao longo do tempo, o que mostra que são bastante complexas as relações entre as ditaduras e a sociedade civil.

Acredito que a observação desse recorte em específico contribui com o conjunto de estudos que procura ampliar o entendimento do contexto de 1964, compreendendo-o para além

de um movimento militar ou mesmo empresarial. Ao iniciar a pesquisa, havia expectativa de encontrar uma relação mais direta de IPES, IPESUL e IBAD com os grupos estudantis, como se esses tivessem sido tutelados por aqueles. Afinal, algumas leituras sugerem que os institutos citados teriam ampla capacidade de coordenação e mesmo manipulação. As relações que encontrei eram muito mais indiretas, se bem que não inexistentes, e talvez se possa falar mais em uma convergência de posições do que em heteronomia. Esse é um debate que, no entanto, precisa ser aprofundado em pesquisas futuras.

O estudo desses grupos, no entanto, enfrenta inúmeras dificuldades. A completa falta de produção acadêmica sobre a política estudantil anterior a 1961 tornou muito difícil a observação de padrões de ação e pensamento, e sua mudanças, num prazo mais longo. Mesmo tarefas simples, como mapear as entidades, as correntes políticas e as principais lideranças se tornam, assim, atividades muito complexas. Novas pesquisas, que deem conta de outros períodos, são essenciais.

O acesso a fontes, no caso do movimento estudantil, é sempre um problema. São poucas as entidades que guardaram e preservaram acervos e muito material está em mãos de particulares. Para se tomar apenas um exemplo, na pesquisa, foi localizar apenas alguns exemplares de um jornal como o *Minuano*, órgão oficial da UEE e que chegou a ter uma tiragem de 20 mil exemplares. Uma utilização mais sistemática e metodologicamente consistente da história oral poderia ajudar a contornar essa dificuldade.

Outra limitação desse trabalho foi não ter conseguido averiguar os embates dentro das faculdades e, sobretudo, nas instituições de ensino superior situadas no interior. Acabei focando em organizações situadas na capital ou com abrangência maior, como a FEUP, o DEE e a UEE. É possível contar com alguns dados consistentes sobre Santa Maria, mas pouco se pode afirmar sobre cidades importantes como Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Pelotas. Precisa-se avançar nesse sentido, tendo em vista o processo de interiorização do ensino, que parece ter tido grande impacto também na representação estudantil.

Fazem-se necessários, também, estudos sobre grupos de direita em outros estados do país. Quando ocorreu o Golpe de 1964, as uniões de Minas Gerais, Paraná e da Guanabara eram dirigidas por estudantes com esse posicionamento. Faltam ainda trabalhos que abordem essas realidades locais e que permitam, então, um esforço comparativo mais efetivo. Enfoques nacionais também estão ausentes, embora os movimentos tenham se organizado em bases principalmente estaduais. Uma possibilidade de pesquisa ainda em aberto é Diretório Nacional de Estudantes, mas é importante lembrar que ele durou pouco mais de um ano e acredito que as fontes sejam limitadas.

Espero que essa tese possa servir como base para outras pesquisas, para que assim seja possível construir um quadro mais completo e complexo da política estudantil, algo que parece ainda distante de ser alcançado. Além disso, novas pesquisas enfocando grupos de direita podem ajudar a avançar na compreensão das contradições sociais que ajudam a explicar a formação e sustentação das ditaduras, bem como quebrar a visão homogeneizante que temos sobre algumas categorias sociais e movimentos. Como procurei demonstrar ao longo da tese, os estudantes podem assumir posições liberais e conservadoras, como aliás a ascensão do MBL tem demonstrado. Esse agrupamento, constituído majoritariamente por jovens, ascendeu em termos de importância após as grandes manifestações sociais de protesto em 2013. Hoje, essa organização demonstra ter certa capilaridade social, elegendo em 2016 alguns vereadores em certas cidades, inclusive São Paulo. Dotados de um discurso que concilia um anticomunismo militante muito semelhante aos estudantes de direita dos anos de 1960 e um ultraliberalismo utópico baseado na escola austríaca, o MBL parece ter encontrado certo eco entre a juventude brasileira em uma conjuntura de crise política e desorganização das esquerdas. No momento atual, a direita novamente parece ter capacidade de pautar a juventude brasileira. Nesse sentido, o estudo do passado pode lançar luzes às interpretações do presente. A desmistificação da narrativa sobre uma juventude idealizada sempre como combativa e socialmente progressista pode auxiliar a compreender, hoje, a repetição de discursos típicos da Guerra Fria.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- ADESG. *II Ciclo de Estudos*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, 1965.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Do Curso de Pedagogia à Faculdade de Educação/PUCRS: (Porto Alegre/RS - 1942-2015). In: *Educação e Realidade*, v. 41, p. 1371-1395, 2016.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.
- BERNI, Antônio Augusto Durgante. *Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968)*. Santa Maria: UFSM, 2012. 131p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- BOLL, Godofredo B. O universitário brasileiro face a situação nacional. In: *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 3, n. especial, p. 39-43, 1963.
- BOMBARDELLI, Maura. A cisão Ferrarista (1959-1960). In: *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, ago. 2011.
- BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza “O povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “vanguarda brasileira”*: a juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980). São Paulo: PUC-SP, 2010. 353p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2010.

BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 125p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>>. Acesso em: 16 mai. 2017

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm>. Acesso em: 30 mai. 2017

_____. Decreto nº 56.241, de 4 de maio de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56241-4-maio-1965-396542-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017

_____. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.htm>. Acesso em: 30 mai. 2017.

_____. Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm> Acesso em: 12 de jul. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 30 mai. 2017

BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da Ditadura Militar (1961-1966)*. Campinas: UNICAMP, 2008. 196p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)

– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2008.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *As revoluções utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BRITTO, Sulamita. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx a América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BROCCA, Lionei Alves. *As perseguições aos “Súditos do Eixo” através das páginas do jornal Correio do Povo durante a Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Niterói: UFF/UNIOESTE, 2005. 819p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Interinstitucional de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005.

CARACTERIZAÇÃO sócio-econômica do estudante universitário. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968.

CERUTTI, Marcos Fontana. *Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CLEMENTE, Elvo. *As faces da cultura*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998.

_____. *Pilares da PUCRS*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CRIPPA, Adolpho. *O problema da universidade*. São Paulo: Editora Convívio, 1966.

CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Salvador: UFBA, 2012. 527p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-204.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964*. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 1992.

DOMÍNGUEZ, Jorge. Cuba, 1959-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (org.). *História de América Latina: 13 – México y el Caribe desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1998.

DORS, Marines. *Dyonélio Machado (1895-1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. 200p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

DREHER, Martin N. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, José Bacchieri. *A fascinante história de Pedro Simon: sua vida, seu tempo*. Porto Alegre: AGE, 2001.

EXPOSIÇÃO de motivos. PROC. N. 3118/05, Câmara Municipal de Porto Alegre, p. 4. Disponível em: <http://200.169.19.94/processo_eletronico/031182005PR/031182005PR.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

EZÍQUIO Barros Filho. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ez%C3%ADquio_Barros_Filho>. Acesso em: 22 mai. 2017.

FARBER, Samuel. *Cuba since the Revolution of 1959: a critical assessment*. Chicago: Haymarker Books, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERACINI, Luiz. *Sociologia do marxismo*. São Paulo: Editora Convívio, 1966.

FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, 1997, pp. 149-182.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Oliveiros S. *O fim do poder civil*. São Paulo: Editora Convívio, 1966.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do Golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

_____. 1968: o ano que terminou mal. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois*. História e Memória. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

_____. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedade civil neoliberal en América Latina: redes de *think tank* e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán Ramiro (org.). *O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2013, p. 62.

FONSECA, José Carlos Santos da. *São Francisco de Paula - Rio Grande do Sul: História, Encantos e Mistérios*. Regatando o Passado Serrano. Volume 1. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FONSECA, Raquel Silva da. Os fundamentos da Guerra Revolucionária. In: *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, pp. 80-89.

FONTAN, Bruno; BRANDÃO, Tadeu; SOFIA, Régia. *Resgate histórico do Centro Acadêmico Sebastião da Hora*. Maceió: CASH, 2003.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1977.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. *Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a Ditadura Civil-Militar (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2013.

GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, Martin Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Niterói: UFF, 2010. 225p. Dissertação (Mestrado em

História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2010.

GONÇALVES, Martin Spohr. *American Way of Business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do Golpe Empresarial-Militar de 1964*. Niterói: UFF, 2016. 356p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2016.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. *História fetichista: o Aparelho de Hegemonia Filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia / Convivium (1964-85)*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009. 181p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Niterói: UFF, 2005. 275p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad X, 2009.

GROPPO, Luís Antônio. *1968: retratos da revolta estudantil no Brasil e no Mundo*. Piracicaba: Biscalchin Editor, 2008.

HAGEMANN, Lauro. Nossa Universidade. GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Ivone (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

HEINZ, Flávio M.. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 263-289, 2009.

HESSEL, Lothar. JUC – Juventude Universitária Católica. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 30, n. 128, jun. 2000.

HITCHCOCK, William I. *The struggle for Europe: the turbulent history of a divided continent - 1945 to the Present*. New York: Knopf Doubleday, 2008.

IANNI, Octavio. O jovem radical. In: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – Ano VI – 1941/1945*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1951*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1952*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. *Censo Demográfico de 1960*. Série regional. Rio Grande do Sul. Volume I. Tomo XVI.

_____. *Tabela 1287 – População dos municípios das capitais e Percentual da população dos municípios das capitais em relação aos das unidades da federação nos Censos Demográficos*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1287>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *História da PUCRS*. Volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

KONRAD, Diorge Alceno; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Revolução Soviética: impactos nos movimentos sociopolíticos e o anticomunismo na imprensa. In: *História: Debates e Tendências (Passo Fundo)*, v. 7, p. 122-143, 2008.

KONRAD, Diorge Alceno. Legalidade e mundos do trabalho em Santa Maria (1961). In: *Anais Eletrônicos do XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: História, Memória e Patrimônio*. Rio Grande - RS: ANPUH-RS/Pluscom Editora, 2012, p. 247-260.

_____. Greve geral, luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul de 1935. In: *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, p. 311-324, 2012.

KOUTZII, Flávio et al. Raul Pont: do labirinto à fundação do PT. *Revista Democracia Socialista*, São Paulo, nº 2, p. 21-74, dez. 2014.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004.

LIRA NETO. *Getúlio (1882-1930)*. Dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIEBMAN, Arthur; WALKER, Kenneth N.; GLAZER, Myron. *Latin american university students: a six nation study*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1972.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)*. Santa Maria: UFSM, 2013. 147p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2013.

LIMA, Otávio Rojas; LEDUR, Paulo Flávio. *Julinho: 100 anos de história*. Porto Alegre: AGE Editora, 2000.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Dulphe Pinheiro. *A “Frente Única” no movimento estudantil gaúcho: católicos e comunistas*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MACHADO, Otávio Luiz. *Aspectos da história das juventudes brasileiras (1930-1985): um resgate histórico sem página virada*. Volume 1: 1930-1962. Frutal: Prospectiva, 2013.

MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. In: GUEDES, P.; SANGUINETTI, Y. (Org.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

MADEIRA, Rafael M.; TAROUCO, Gabriela. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, 2011, p. 171-185.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. 1ª. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamento sumário de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 323p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2009.

_____. *Subversivos: Ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964 e 1988)*. Porto Alegre: PUCRS, 2014. 396p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2014.

MARKARIAN, Vania; JUNG, María Eugenia; WSCHEBOR, Isabel. *1908: el año inaugural*. Montevidéo: Arquivo General/Universidad de la República, 2008.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MARTINS, Marisângela. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 340p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: HUCITEC, 2009.

MASINA, Renato. *IEPE 1953-2003: 50 anos de estudos e pesquisas*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/iepe/arquivos/50anoshistoriaiepe.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Assis: UNESP, 2013. 405p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2013.

MAZO, Gabriel Del. *La Reforma Universitária*. 3 tomos. La Plata: Edicion del Centro Estudiantes de Ingenieria, 1941.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MELO, Demian. O MBL e sua rede. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-mbl-e-sua-rede/#_ftn3>. Acesso em: 26 out. 2017.

MENDES JR., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MESPLÉ, João Antônio. La Reforma Universitária en Rio Grande del Sur. In: MAZO, Gabriel Del. *La Reforma Universitária*. Tomo II – Propagacion Americana. La Plata: Edicion del Centro Estudiantes de Ingenieria, 1941, p. 219-221.

MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MONTEIRO, Lorena Madruga. O Partido Democrata Cristão no Brasil (1945-1963): (re)considerações sobre sua breve existência. In: *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 2, jul./dez. 2013.

MORAES, Thiago Aguiar de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011.

_____. O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul e a revista Democracia e Empresa: da defesa da democracia ao apoio à Ditadura Civil-Militar (1962-1971). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

_____. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do RS (1962-1971). Porto Alegre: PUCRS, 2012. 228p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2012.

_____. *Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. 164p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2016.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 8. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 13. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Ed. Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. São Paulo: USP, 2010. 243p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. Kindle. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. *Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias*. Documento de trabalho, São Paulo, p. 2-43, 1995.

_____. Educação Superior (1930-85). In: GERTZ, René (org.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007

NUNES, Irezabet Nunes de. *Entre a opinião e a ideologia: a Campanha da Legalidade através do jornal Diário Popular, 1961*. Pelotas: UFPEL, 2016. 38p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pelotas, 2016, p. 23.

OTÃO, Irmão José. *Temas universitários*. São Paulo: Edições Convívio, 1964.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). In: PALMA FILHO, João Cardoso (Org.). *Caderno de formação - formação de professores: Educação, Cultura e Desenvolvimento - História da Educação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. *Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul: 1991-2002 – governos de minoria e governos de maioria*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 179p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PEDRO Soares Muñoz. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=12>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro. *A influência de Emmanuel Mounier na Escola de Serviço Social da PUCRS*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um dia, em outro tempo... In: *UFRGS – 70 anos*. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Lembranças d(e) vivências. In: GUEDES, P.; SANGUINETTI, Y. (Org.). *UFRGS: identidades e memórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

PINTO, Magda de Oliveira. *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 332p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. *Revista Convivium (1962-1993): sua contribuição para a filosofia*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2012.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. A Oposição juvenil à Unidade Popular. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUADROS, Claudemir de. *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 312. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Além do Golpe e da repressão: a Ditadura Brasileira e suas peculiaridades como projeto refundacional no contexto global. In: *Historiae*, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 227-248, 2014.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos em torno do assassinato de Waldemar Ripoll*. Passo Fundo: UPF, 2000. 232p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000.

REIS, Eliana dos. Juventude, intelectualidade e política: a ativação do “legado” de André Forster e a consagração de uma geração. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 380-411.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968*, Brasil, França e Alemanha. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

RIBEIRO, Maria Luísa dos Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992,

RICHTER, Henrique. Opiniões dos calouros de 1966 de Porto Alegre. In: *Véritas* (Porto Alegre), Porto Alegre, v.12, n.45/48, p. 188-195, 1967.

_____. Censo da PUC - 1966. In: *Véritas* (Porto Alegre), Porto Alegre, v.12, n.45/48, p. 196-205, 1967.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTIMANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 75.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul*. 2ª. ed. Passo Fundo - RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003.

_____. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

_____. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 3: o Brasil Republicano. Volume 10: Sociedade e Política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 1964*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o partido da classe operária na redemocratização. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel. (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. *Educação escolar brasileira: estrutura, administração e legislação*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

SANTOS, João Pedro. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

SANTOS, Paulino Antunes dos. A personalidade ideal: problemas psicológicos dos tipos de líderes. In: *Veritas* (Porto Alegre), Porto Alegre, v.7, n.1/4, p. 391-396, 1962.

SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. Niterói: UFF, 2015. 199p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2015.

SANTOS, Wilson Afonso. *Ildo Meneghetti*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê, 1984.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii, biografia de um militante revolucionário* (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017.

SEGANFREDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GDR, 1963.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política: estudos de um movimento* (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao Golpe e a Ditadura Militar em Pelotas*. Pelotas: UFPEL, 2010. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História e Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, 2010.

_____. *Ditadura Civil-Militar na Região Sul Gaúcha: militâncias e rotas e exílio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2014.

SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da Legalidade (1961-1991)*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda, 1991.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini: obra social e política*. Volume IV. Brasília: Senado Federal, 1994.

SIRTORI, Bruna et al. *CEUE 100 Anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. The active few: student ideology and participation in developing countries. In: LIPSET, Seymour Martin (ed.). *Student Politics*. New York: Basic Books Inc., 1967.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Ideologia e participação política estudantil. In: BRITTO, Sulamita. *Sociologia da juventude 1: da Europa de Marx a América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUSA, Deusa Maria de; ALVES, Taiara Souto. Militância e clandestinidade no Rio Grande do Sul dos anos 1960 e 1970. In: *História Oral*, v. 16, n. 2, 2013.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Um andarilho entre duas fidelidades: religião e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUCAM/Ponteio, 2016.

SOUZA, Alda; SOARES, Floriano. *Leonel Brizola*. 5. ed. Porto Alegre: Tchê, 1985.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SZULC, Tad. *Fidel: um retrato crítico*. São Paulo: Best Seller, 1987.

TARAZONA, Álvaro Acevedo. A cien años de la reforma de Córdoba, 1918-2018: la época, los acontecimientos, el legado. *Historia y espacio*, n. 36, p. 1-14, 2011.

TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende*. 6a. ed. São Paulo: Record, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 10, 1982, p. 39.

TRINDADE, Hélió. Reforma Universitária no Brasil: o desafio do governo Lula. In: *Temas y Debates*, n. 12, 2006.

_____. A Legalidade e o movimento estudantil brasileiro. In: *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 18, p. 129-164, 2011.

UFSM. Esquerda perde eleição para coordenação do DCE. Grupo com apoio de PMDB/PSDB/MBL no poder. Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2016/06/ufsm-esquerda-perde-eleicao-para-coordenacao-do-dce-grupo-com-apoio-de-pmdbpsdbmbml-no-poder/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

UNIVERSIDADE repassa sede do DCE ao MBL. Disponível em: <<http://maringamanchete.com.br/universidade-repassa-sede-do-dce-para-o-mbl/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2008.

VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 414p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. As rebeliões de novembro de 1935. In: *Novos Rumos*, n. 34, ano 16, p. 1-40, 2003.

VIEIRA, Roberto Átila Amaral. *Juventude em crise: de Sartre a Marcuse*. Rio de Janeiro: BIT Editora, 1970.

ZANOTTO, Giselle. *TFP – Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011. 176p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abbott, Fernando, 66
 Abreu, Bernardino G. de, 69
 Abruzzi, Agenor, 192
 Abujamra, Antônio, 78
 Aguiar, João Baptista, 103, 104
 Aguiar, Paulo, 69
 Albuquerque, Manuel Antônio de, 84
 Almeida, Aparício Cora de, 73, 74, 145
 Almeida, Lígia, 82
 Álvares, Conrado, 215, 217, 245, 249, 262, 266, 267, 268, 269, 270
 Alvares, Nathanael Gomes, 205, 220, 221
 Alves, Paulo Nunes, 234, 235
 Amaral Filho, José Ignácio do, 62
 Amêndola, Alexandre, 189
 Amorim Filho, João Mendonça, 234, 235
 Amorim, Antônio Gomes do, 214
 Andrade, Auro de Moura, 156, 184
 Andrade, José Ferreira de, 234
 Antunes, Alcides, 69
 Antunes, Leocádio de Almeida, 77, 78
 Aranha, José Antônio, 198
 Arantes, Aldo, 136, 139, 140, 148, 152
 Araújo, Ernesto, 61
 Araújo, Henrique Alves de, 69
 Araújo, Ladislau C. de, 69
 Araújo, Régis A. de, 79
 Argemi, Glênio, 109
 Arraes, Miguel, 162
 Arregui, José Antônio, 27, 181, 182, 186, 223, 225, 226, 227
 Arruda, Amaury Alfredo Gomes de, 84
 Aydos, Eduardo Dutra, 259
 Azambuja, Luiz Augusto Sommer de, 197, 198, 253, 254
 Azambuja, Raul Raphael, 62
 Azambuja, Severino, 64
 Bacelar, Huet, 77
 Bacelar, Ruy, 77
 Badke, Geolar, 84
 Bado, Milton, 245
 Baptista, Armindo, 59
 Barbeiro, José, 124
 Barbosa Neto, João Rodrigues, 70
 Barbosa, Carlos, 66
 Barbosa, Renato, 69, 70
 Barbosa, Ruy Gerhardt, 123, 128
 Barcello, Alberto, 62
 Barcelos, Luiz, 130
 Barcelos, Walter Peracchi, 172, 174, 175
 Barreto, Nei Mena, 75, 76, 77
 Barros Filho, Ezíquio, 234, 235
 Barros, Fábio do Nascimento, 59
 Barros, José Guedes de Pinto, 234
 Bastos, Antônio Carlos de Avelar, 28, 245, 246, 248, 259, 267, 271, 278
 Bastos, Justino Alves, 224
 Beck, Mariano, 77
 Beck, Nilton, 84
 Becker, João, 36
 Becker, Maria Josefina, 138
 Beltrão, Dario, 173
 Bem, Aymoré de, 84
 Berlitz, Mário Fernando, 187
 Bermejo, Wenceslau, 82
 Bernd, Roberto, 186
 Bevilacqua, Airton, 80
 Bevilacqua, Peri Constant, 158
 Bianchini, Arlindo, 186
 Biassussi, Ivo, 124
 Bilac, Olavo, 71
 Bing, Plínio Paulo, 178
 Bittencourt, Dario, 69
 Blessmann, Francisco Guerra, 69
 Bojunga, Hermann Cláudio, 84
 Bolzan, Romildo, 90, 92, 104
 Bonow Filho, Germano, 77, 80
 Bonow, Sílvio, 77
 Bonucelli, Sérgio Gilberto, 120
 Borba, Octávio Moreira, 203
 Borges, Francisco Solano, 201
 Borges, Joaquim de Oliveira, 255
 Borges, Ney Ortiz, 78, 84
 Borges, Valdir, 76
 Bortolloto, Elio, 130
 Bossle, Gilberto, 227, 228, 229
 Boto, Carlos Pena, 113, 162
 Botti, Ernani Pereira, 104
 Braga, Ney dos Santos, 69
 Braga, Ruy Amaral, 84
 Brandão, Alberto, 69
 Brandt, Vinícius Caldeira, 152, 180
 Braum, João Lino, 77
 Brasileiro, João Moreira de Oliveira, 59

- Breda, Rovílio Antônio, 79
 Brenner, Armando, 82
 Brinco, Roberto, 50, 80, 138, 181, 182
 Brito e Cunha, Alberto de, 76
 Brito, Antônio Ferreira de Oliveira, 151
 Brizola, Leonel de Moura, 97, 98, 113, 114, 118, 119, 127, 129, 130, 132, 140, 142, 143, 144, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 184, 203
 Brossard, Paulo, 173
 Bruno, Frotino, 69
 Burger, Arlindo, 84
 Bush, Vannevar, 198
 Cabral, Plínio, 191, 198
 Cacciatore, Luiz, 76, 77
 Calazans, Benedito Mário, 115
 Câmara, Armando, 39, 40, 87
 Camino, Geraldo Carlos da, 186, 187, 205
 Camozzato, Izaltino, 185
 Campani, Lilian, 77
 Campos, Antonio Selistre de, 69
 Campos, José Gomes de, 171, 172, 175, 178
 Campos, Milton, 110
 Campos, Roberto, 113, 244
 Campos, Sebastião Gomes de, 178
 Canavarro, Carlos Frederico, 215
 Candemil, Rui José, 234, 235
 Canto, Fernando do, 84
 Capanema, Gustavo, 106
 Caporal, José, 84
 Cardia, Calos, 77
 Cardoso, Francisco, 62
 Cardoso, Maurício, 66
 Carlomagno, Helio, 76
 Carneiro, Athos Gusmão, 84
 Carpena, Nuno, 78
 Carpi, Cléa, 79
 Carrion, Cândico Machado, 122
 Carrion, Francisco Machado, 122
 Carvalho, Acylino, 69
 Carvalho, João Cúrio de, 124
 Carvalho, Paulo Pinto de, 178
 Casagrande, Antonio, 62
 Casagrande, Milton José Noll, 79, 88
 Castelo Branco, Humberto de Alencar, 191, 213, 217, 221, 257
 Castilhos, Walter, 69
 Castro, Josué de, 118
 Chagas, Luiz, 69
 Chagas, Walmor, 77
 Chaise, Sereno, 172, 184, 202
 Chanan, Paulo Fernando, 233
 Chaves, Carlos, 205
 Chaves, Gastão L., 71
 Cibilis, Luiz Alberto, 82
 Clemente, Elvo, 37, 169, 174, 178
 Collares, Alceu, 270
 Colling, Cláudio, 191
 Collor, Lindolpho, 69
 Conceição, Eduardo di Primio Maineri, 271
 Copstein, Raphael, 84
 Corbellini, Hélio, 207
 Corbisier, Roland, 140
 Córdova, Henrique, 109
 Corrêa, João, 60
 Cortez, Leopoldo, 71, 82
 Costa e Silva, Artur da, 217, 249, 250, 256, 257, 266
 Costa, Adroaldo Mesquita da, 70
 Costa, Antonio Porfirio de Menezes, 61
 Costa, Bruno Mendonça, 75, 136
 Costa, Élide, 204
 Costa, Januario Coelho da, 69
 Costa, Jorge Corrêa da, 186
 Costa, José Dias da, 69
 Costa, Miguel Saldanha da, 69
 Costa, Ney de Lima, 64
 Costa, Paulo Gilberto Gouvêa da, 27, 108, 187, 209, 220, 221, 227, 228, 230, 231, 233, 234, 237, 243, 248, 249, 260, 261, 268, 271
 Costa, Paulo Vicente, 131
 Costa, Pedro Luís, 78, 82
 Costa, Policarpo Pereira da, 84
 Coutinho, Amarantho Paiva, 69
 Couto, Adolpho João de Paula, 196
 Creidy, Adalberto A., 71
 Crippa, Adolpho, 171, 177, 178, 243, 271, 272
 Crochemore, Paulo Renato, 50, 80, 138, 181, 222
 Crusius, Paulo Sérgio, 187
 Cunha, Claro Valério da, 186
 Cunha, Gilberto, 266
 Cunha, Mauro, 77
 Cunha, Valentim, 69
 d'Ávila, Luís Fernando, 216
 d'Avila, Manoel Cypriano, 69
 d'Avila, Ramiro, 69
 Dair Neto, Eutiliano, 186

- Delgado, Ary, 77
 Delgado, Walter Marino, 82
 Dentice, João, 122
 Dentzien, Plínio, 138, 205
 Denys, Odílio, 116
 Dewes, Ernesto, 171, 174, 178
 Dia, Joaquim Pinto, 62
 Dick, Tuiskon, 75
 Diligenti, Marcos, 75
 Domingues, João, 102
 Dora, Paulo Cardoso, 79, 86, 89
 Dresch, João Francisco, 130
 Duarte, José Carlos, 221, 224
 Duarte, Manoel, 68, 69
 Duarte, Pedro Teixeira, 234, 235
 Dutra, Tarso, 217, 246, 249, 257, 266, 269
 Dutra, Vicente, 69
 Eirado, Raymundo, 93, 135
 Elkhury, Asshad Goytacaz, 84
 Ely, Darick Oscar, 82
 Escobar, Bruno, 69
 Espíndola, Salustiano Cardoso, 69
 Esteves, Fernando de Paula, 63
 Etchegoyen, Léo, 175, 196, 201, 203
 Eymael, José Maria, 27, 100, 106, 108, 168
 Faccin, Carlos Alberto, 108, 207
 Faccioni, Victor José, 167, 170
 Faraco, Adão Dornelles, 27, 79, 97, 98, 166
 Faria, Dagoberto Guimarães de, 75
 Faria, Guilherme de Lemos, 69
 Farias, Osvaldo Cordeiro de, 80, 82, 114, 115
 Fávero, Luiz André, 256
 Fernandes, Antonio Moraes, 62
 Fernandes, Ned Bento, 84
 Ferraz, Francisco, 80, 107, 137, 139, 150
 Ferreira, Aluizio Paraguassu, 142, 169, 223
 Ferreira, Ivan Braescher, 79, 80, 102
 Ferreira, José Américo, 89
 Ferreira, Luís Fernando, 180
 Ferro, Cyro, 69
 Figueiredo, Mário Poppe de, 188
 Fiori, Ernani Maria, 71
 Fiori, Paulo Tomás, 27, 80, 222
 Flamarion, Claudio, 230
 Fontoura, João Neves da, 66, 70
 Franco, Afonso Arinos de Mello, 110, 111, 113, 117
 Franco, Ramon, 79, 130
 Frasca, Danilo, 76
 Frazão, Pedro Nolasco, 70
 Freire, Clênio Alves, 234, 235
 Freire, Geraldo, 210, 213
 Freitas e Castro, Fernando de, 76
 Freitas, Amadeu, 71
 Freitas, Clever Teixeira de, 84
 Freitas, Egêo Corrêa de Oliveira, 196
 Freitas, Oscar, 122
 Gadret, Carlos Armando, 71
 Gama, Plínio da Costa, 69
 Gandhi, Rajmohan, 274
 Garcia, Marco Aurélio, 147, 148
 Garcia, Pedro Simões Pires, 84
 Gaudenzi, Sérgio, 180
 Gazola, Carlos Luiz, 232, 238, 241
 Gerhardt, Alfredo Antônio, 78
 Geyer, Reynaldo, 69
 Ghisleni, Antônio Carlos, 206
 Giordani, Eugênio, 128
 Giustina, Osvaldo Della, 27, 79, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 108, 166, 168
 Godoy, Alberto, 122
 Godoy, Jacinto, 66
 Goelzer, Luiz Carlos, 79, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 97
 Goeri, Ricardo, 251
 Goetze, Alberto, 69
 Gomes, Antônio Augusto Godoy, 78
 Gomes, Antônio Souza, 69
 Gomes, Francisco Casado, 171, 172, 174, 178
 Gomes, Martim, 68, 69
 Gonzaga, Luiz Adão Rahde, 79, 107, 109, 137
 Gonzales, Antônio, 104
 Gosch, Alberto, 77, 78
 Goulart, João, 6, 7, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 29, 110, 116, 132, 136, 137, 140, 149, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 168, 169, 170, 176, 183, 184, 185, 188, 190, 192, 193, 194, 196, 197, 200, 202, 205, 207, 209, 220, 242, 244, 260, 277, 278
 Gozzoni, Izair E., 186
 Grazziotin, Gilberto Golim, 108
 Grivot, Clóvis Paim, 230, 231, 232, 233
 Grott, Manoel, 69
 Gualberto, Maria U., 234
 Gualdi, Ênio, 103, 104
 Guanais, Oliveiros, 139

- Guedes, Fernando, 82
 Guimarães, Alcides E., 69
 Guimarães, Eduardo, 64
 Guimarães, Ignacio, 69
 Guimarães, Lauro, 64
 Guimarães, Renato Cavalcanti de Freitas, 62
 Haas Sobrinho, João Carlos, 186
 Hack, Cinara Borges, 131
 Haensel, Ecilda Gomes, 169, 177, 178, 179
 Hagemann, Lauro, 75, 79, 92, 94
 Harsand, Gilberto, 243
 Hartmann, Heitor Gabriel, 186, 205
 Heckmann, Harry, 205
 Heusi, Marcos, 94
 Hickmann, Ernani, 245
 Hoffmeister, Alfredo, 122
 Horta, Oscar Pedrosa, 114, 115, 116
 Hulsse, José, 84
 Humann, Paulo Victor, 251
 Jacob, Stênio Sales, 236
 Jaeger, Maria Alice, 243, 268
 Karam, Nacib, 104
 Klumb, Alberto Carlos de Azevedo, 79, 89
 Koutzii, Flávio, 139, 182, 205, 228, 229, 231
 Kowarick, Alberto Freire, 274
 Kramer, Alda Cardoso, 171, 173
 Krause, Danilo, 84
 Kubistchek, Juscelino, 110, 160
 Kunzler, Lourdes Izar, 131
 Kurtz, Carlos Renan, 104
 Labarthe, Paulo, 69
 Labin, Suzanne, 187, 197
 Lacerda, Carlos, 87, 106, 107, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 122, 139, 140, 158, 171, 182, 186, 197, 264
 Lacerda, Flávio Suplicy de, 213
 Lacerda, Galeno, 170, 178, 209
 Laitano, José Carlos, 131
 Land, Hilário, 243, 245, 270
 Leal, Alcebiades, 84
 Leal, José Coelho, 80
 Leal, Julio Coelho, 69
 Leal, Pedro Américo, 170, 171, 175, 178, 179, 252, 253
 Leite, Antonio Rocha de Meirelles, 61, 69
 Leite, Paulo Roberto Saraiva da Costa, 248, 271
 Leivas, Ivo Guaracy, 272
 Lemos, Ajadil de, 77, 172, 184, 202
 Lewgoy, José, 77
 Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa, 118
 Lima, Elias Cirne, 64, 152
 Lima, F. Barbosa, 69
 Lima, Hermes, 35, 156
 Lima, João de Oliveira, 69
 Lima, Murilo Cabral de, 84
 Lima, Percy de Abreu, 128
 Lima, Porthos Augusto de, 79, 95
 Lima, Rui Circe, 173
 Lindenberg, José Sinval Monteiro, 221
 Lisboa, Mário C., 243
 Lisboa, Pedro, 75
 Locatelli, Henos Francisco, 108, 168
 Lorentz, Maria Helena, 251
 Lott, Henrique Teixeira, 107, 110
 Loureiro, Amílcar, 79, 97, 98
 Luce, Carlos, 77
 Ludwig, Alfredo, 62
 Ludwig, Reynaldo, 62
 Lupi, José Borba, 64
 Lyra, Roberto, 151
 Macedo, Sérgio França, 215
 Machado, Ascendino, 69
 Machado, Oscar, 76
 Macieira, J. Carlos, 101
 Maciel, Luiz Aranha, 77
 Maciel, Luiz Carlos Pinto, 80
 Maciel, Marco Antônio, 180
 Maciel, Rubens Mário Garcia, 63, 71
 Magalhães Filho, João, 122
 Magalhães, Dyonisio, 69
 Magno, José, 78
 Maluf, Luiz, 77, 78
 Marchezan, Nelson, 130
 Mardini, José Hugo, 167
 Margiocco, Garcia, 69
 Margiocco, José, 69
 Mariani, Clemente, 106, 113
 Maroco, Sérgio, 79
 Marques, Geraldino, 69
 Marsillac, Fanor de Azambuja, 70
 Martinelli, Romeu, 191
 Martins, Antônio Neden, 186
 Martins, Antonio P., 69
 Martins, Gastão Silveira, 64
 Martins, Jorge, 82
 Martins, José Brisolara, 79, 88, 89, 91

- Matos, Carlos Meira, 246
 Mattos, Sérgio, 80
 Mazo, Gabriel del, 147
 Méa, Vítor Osvaldo Della, 27, 28, 108, 169, 179, 184, 207, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 249, 268, 272, 273
 Medeiros, Antônio Augusto Borges de, 66, 68
 Medeiros, José Alberto Fogaça de, 27, 255
 Medeiros, José Pinto, 78, 82
 Medeiros, Paulo, 82
 Medeiros, Poty de, 191
 Medina, Antônio, 122
 Meineck, João Erico, 130
 Mello, Francisco Almeida, 64
 Mello, Mozart de, 64
 Meneghetti, Ildo, 92, 93, 162, 168, 169, 173, 181, 184, 186, 191, 198, 199, 203
 Meneghini, Luiz Carlos de Almeida, 78
 Meneghoto, Milton, 84
 Menezes, Antônio Porfírio de, 61
 Merg, Fidelis Walney, 243, 245
 Mesplé, João Antônio, 145
 Milano, José Carlos, 206
 Miragem, Samuel, 75
 Moejem, Rui, 82
 Molin, Aquiles Dal, 78, 84
 Monteiro, Derli, 77
 Moraes, Jorge, 77
 Moraes, Saul, 69
 Morais, João Carlos Goulart, 169, 207
 Moreira, Alvaro, 69
 Moreira, Ibá Ilha, 175, 252
 Moreira, José Guimarães Neiva, 118
 Mortari, Dary, 130
 Mourão Filho, Olímpio, 188
 Müller, Amaury Martins, 137, 207
 Müller, Renato Paulo, 236
 Muñoz, Pedro Soares, 77, 78
 Muricy, Antônio Carlos da Silva, 197
 Navarro, Paulo Rubens, 234
 Negreiros, Lourival, 104
 Neves, Osório de Andrade, 62
 Nogueira, Airton, 108, 168, 169, 187, 207, 209, 220, 221, 273
 Obino, Flávio, 79
 Ochoa Neto, Marco Antônio, 84
 Ohlweiler, Otto Alcides, 71, 80
 Oliveira Júnior, José Batista de, 92, 93, 134, 135
 Oliveira, Carlos Veloso de, 135
 Oliveira, Clóvis Amaral, 79, 92, 95
 Oliveira, Ilda Amaral, 221
 Oliveira, Ivo, 130
 Oliveira, José Danton de, 171, 174
 Oliveira, Lauro de, 69
 Oliveira, Luiz Antônio de, 186
 Oliveira, Nelcy Soares de, 78
 Oliveira, Plínio Correa de, 86, 162
 Ordovás Filho, Henrique, 128
 Ortiz, Alceu Loureiro, 78, 84
 Ortiz, Dirceo, 64
 Ortiz, Dolival, 69
 Osório, Antônio Carlos, 84
 Osório, Wilson, 207
 Otão, José, 90, 99, 107, 108, 150, 170, 171, 176, 177, 178, 207, 272
 Pacheco e Silva, Antônio Carlos, 198
 Paes Leme, Luiz Pinheiro, 80
 Paglioli, Eliseu, 35, 86, 150
 Paim Filho, Firmino, 66
 Paiva, Edvaldo Pereira, 71
 Parreira, José Lorenzoni, 84
 Pasa, Jaime Goar, 104, 189, 191
 Pasqualotto, Adalberto de Souza, 28, 243, 245, 246, 248, 255, 259, 266, 267, 270
 Pastor, Herbert, 234, 236
 Paternoster, Clóvis, 243, 245, 246, 268, 273
 Paz, Hugo di Primio, 87, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 241
 Pederneiras, Humberto Paranhos, 61
 Pedreira, Oscar, 69
 Pedroso, Dagmar Souza, 171, 174, 179, 241
 Pedroso, Luciano Alves, 215, 234
 Pegoraro, Fioravante, 82
 Peixoto, Fernando, 78
 Peixoto, Válcio Duarte, 79, 102, 108
 Pereira, Adolpho Bento, 62
 Pereira, Fernando de Abreu, 69
 Pereira, Florencio Carlos de Abreu, 68, 69
 Pereira, Francisco Moreira, 61
 Pereira, Olyntho de Abreu, 61
 Perera, Antônio Expedito Carvalho, 178
 Perre, Edith van der, 82
 Petracco, Fúlvio Celso, 75, 98, 99, 102, 136
 Petrucci, Gilberto Lemos, 84
 Pfeifer, Carlos, 78
 Pianta, Galeno, 71, 76, 77, 78, 80, 82, 83
 Picorelli, José, 69, 70
 Pilla, Raul, 69, 70

- Pimentel, Areas, 60
 Pinto, Alcides, 70
 Pinto, Argemiro Carlos, 60
 Pinto, Arnaldo Carlos, 62
 Pinto, Darwin, 84
 Pinto, Fernando Faria, 234
 Pinto, Francisco José, 69
 Pinto, Ildefonso Soares, 69
 Pinto, José de Magalhães, 112, 115, 160, 186
 Pinto, Luiz S., 186
 Pires, Antônio, 198
 Pires, Paulo, 187, 210, 220, 221
 Pires, Voltaire, 81
 Pissarra, Manoel, 62
 Ponce de Leão, Cláudio, 36
 Porto, Jorge, 69
 Prates, Luiz, 69
 Prato, Alcides, 77
 Prestes, Luiz Carlos, 28, 110, 122, 123, 124, 126, 128, 130, 193, 276
 Prieto, Arnaldo da Costa, 75
 Príncipe, Hermógenes, 118
 Pujol, Reginaldo, 27, 167, 233, 255, 270
 Quadros, Jânio da Silva, 28, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 139, 176, 276
 Quadros, Onofre, 79
 Quedi, Paulo, 239
 Ramos, José Moacir Silveira, 104
 Ramos, Lucídio, 70
 Ramos, Sylvio José de Oliveira, 80
 Ramos, Valdir, 76, 230
 Rangel, Leopoldo, 69
 Real, Vicente, 71
 Reale, Miguel, 183
 Requião, Theodofredo, 69
 Rey Filho, Hamilton, 207, 221
 Ribas Filho, Antonio Antunes, 64
 Ribeiro Júnior, Agostinho Tavares, 62
 Ribeiro, Afonso José do Revoredo, 78, 84, 85, 86, 104
 Ribeiro, Justino Franco, 61
 Riegel, Estevão Valmir Torelly, 209, 230
 Ripoll, Waldemar, 71, 73, 74, 145, 291
 Rocca, Francisco Kolaya, 234
 Rocha Filho, José Mariano da, 73, 190, 232
 Rocha, Arthur Pinto da, 66
 Rocha, Floriano, 77
 Rocha, Francisco Brochado da, 151, 156
 Rocha, João Baptista da, 84
 Rocha, João Carlos, 77
 Rocha, Manoel M. da, 69
 Rocha, Péricles Mariano da, 84
 Rodrigues, Felix Contreiras, 69
 Romero, Pery, 62
 Roneldt, Ladislau, 77
 Rosa, Alberto, 77
 Rosa, Alexandre Martins, 84, 85, 86
 Rosa, Alexandre Martins da, 146
 Rosa, Antonio, 128
 Rosa, Inocêncio Borges da, 62
 Rotta, João Carlos, 196
 Rupp Júnior, Henrique, 69
 Russumano, Victor, 62
 S. Neto, Manoel, 76
 Salgado, Armando, 60
 Salomão, Waldie, 84
 Sampaio, Augusto César, 69
 Sanfelice, Luiz Carlos, 5, 28
 Sanseverino, José Sperb, 169, 171, 172, 173, 178
 Santa Rosa, Benedito Aires, 234
 Santana, Fernando, 118
 Santini, Artur, 192
 Santos, Ely Souto dos, 79, 95
 Santos, João Pedro dos, 63, 82
 Santos, Manoel Urbano dos, 186
 Santos, Marino Rodrigues dos, 82
 Santos, Paulino Antunes dos, 171, 175
 Santos, Paulo de Tarso, 172
 Santos, Ponciano Stenzel dos, 175
 Saraiva, Vicente Macedo, 79, 96
 Sarkis, Paulo Jorge, 28, 230, 238
 Schenkel, João Alberto, 77, 80
 Scherer, Vicente, 142, 253
 Schilling, Arthur, 61, 69
 Schilling, Mário, 82
 Schiphorst, Ingo, 79
 Schroeter, Alberto, 132
 Schwantes, Ivo, 79, 90, 91
 Schwertner, Nelson, 255, 270
 Seganfreddo, Sonia, 165
 Sejanos, Júlio Carlos, 252
 Serra, José, 159, 180
 Severo, Armando Ribeiro, 59
 Severo, Honório, 173
 Severo, Manoel, 69
 Severo, Zaida Acauan, 76, 77
 Silva, Antônio de Pádua Ferreira da, 78, 84

- Silva, Antônio Luís da, 245
 Silva, José Loureiro da, 172, 176
 Silva, José Pereira da, 69
 Silva, Nelson José Pereira da, 207
 Silveira, Nelson, 62, 69
 Simon, Pedro Jorge, 92, 93, 94, 137, 138, 166, 274
 Siqueira Filho, João Rafael de, 215
 Soares e Soares, Antônio de Souza, 78, 84
 Soares Júnior, Alcides Flores, 199
 Soares Neto, Lúcio, 71
 Soares, José Flores, 59
 Soares, José Maria Ferreira, 243
 Soares, Marcos Flávio, 243, 245, 246, 255
 Soares, Mário Nunes, 79, 95
 Sobrinho, João Carlos Haas, 186
 Soneghet, Luiz Tarcísio, 234
 Souto, Edson Luís de Lima, 218, 256, 257
 Souto, Olavo, 69
 Souza, Arlindo Fábio Gómez de, 142
 Souza, Herbert José de, 139
 Souza, Manoel Alves de, 235
 Souza, Marco Aurélio Gonzaga de, 215
 Souza, Octávio Coelho de, 59
 Souza, Vicente de, 67
 Souza, Walter Frederico de, 79, 101
 Spínola e Castro, Élcio, 234
 Squeff, Ênio, 182
 Squeff, Samir, 78
 Stein, Ernildo, 80, 107, 109, 137, 138, 141, 150
 Stenzel, Clóvis, 170, 171, 175, 176, 178, 179
 Stern, Adolpho, 61, 69
 Süffert, Rubem, 28, 226, 230, 231, 239, 245, 246, 248, 249, 250, 261, 264, 267, 268, 269
 Suñe, Mario, 69
 Tatsch, Adalberto Carlos, 229, 230, 232, 233, 237
 Tavares, Fernando Tostes, 79, 97, 101, 102
 Tavares, Flávio de Freitas, 27, 75, 79, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 135, 166
 Tavares, José, 62
 Teixeira, Anísio, 32, 172, 178
 Trindade, Hélió, 5, 27, 80, 109, 137, 138, 139, 143, 144, 149, 150, 169
 Vargas, Getúlio, 30, 66, 67, 68, 70, 71, 88, 116, 146
 Vargas, Protásio, 60
 Variani, Edyr Sérgio, 27, 79, 98
 Vasconcelos, Hermes Magalhães de, 186, 187
 Veiga, Francisco de Paula Azevedo, 84
 Viana, Cibilis da Rocha, 78, 82
 Vianna, Marçal, 60
 Vieira da Cunha Filho, Antonio Peixoto, 181
 Vieira da Cunha, Carlos Salzano, 181
 Vieira da Cunha, Francisco de Paula Salzano, 181
 Vieira da Cunha, Liberato Salzano, 181
 Vieira, Carlos Alberto, 230, 232, 251
 Villa, Eurybíades Dutra, 62, 69
 Villadino, Gildo, 79
 Wagner, José Werinhard, 182, 186
 Waltmann, Hermínio, 77
 Weid, Jean Marc von der, 215
 Weigert, Trvino, 77
 Wetternick, Ernani Mazza, 178
 Xausa, Leônidas Rangel, 79, 89, 90, 166
 Xavier, Alvorino Mércio, 122
 Zaffari, Nilson, 104
 Zoratto, Dante Leonardo, 205
 Zorzi, D. Benedito, 129